

Atas colóquio da lusofonia –

# ATAS / ANAIS

## 12º COLÓQUIO DA LUSOFONIA 8º COLÓQUIO ANUAL

BRAGANÇA, Portugal - 30 setembro 3 outubro 2009



### ORGANIZADO POR

ISBN: 978-989-95891-3-1

APOIO



PROTÓCOLOS E PARCERIAS:

Governo Estadual de Santa Catarina, Brasil  
Academia Galega da Língua Portuguesa, Galiza  
UNISUL, Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil  
Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil  
Universidade do Minho, Braga, Portugal  
ESE, Instituto Politécnico de Setúbal, Portugal  
ESE, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal  
Academia de Letras de Brasília, Brasil

Atas / Anais de acordo com o 2º protocolo modificativo do acordo ortográfico  
© Copyright 2009 CHRYS CHRYSTELLO E COLÓQUIOS DA LUSOFONIA,  
CD GRAVADO E VERIFICADO POR JOÃO CHRYSTELLO

## NOTA INTRODUTÓRIA –

Em 2001, os Colóquios brotaram de um desafio do nosso primeiro patrono, Embaixador José Augusto Seabra para criar uma Cidadania da Língua Portuguesa, proposta radicalmente inovadora num país marcado por tradicionalismos avessos a mudanças. Para quê, esta cidadania? Para que todos se possam identificar pela sua língua comum. Pretendíamos trazê-los ao nosso seio. Admitimos que a língua a que chamamos nossa só sobreviverá enriquecida por outras, unida numa frente comum a todos os falantes, nesta realidade multilingue das comunidades lusófonas.

Queríamos patentear que a LUSOFONIA diz respeito a todos os que falam e escrevem a língua (portuguesa), independentemente da sua origem, cor, credo, religião ou nacionalidade. Somos INDEPENDENTES sem ser subsidiodependente.

Em poucos anos estes Colóquios já se afirmaram, nas arenas nacionais e internacionais, como a única realização regular, concreta e relevante sobre esta temática. São autónomos, o que permite um leque alargado de oradores, sem temores nem medo de represálias de patrocinadores institucionais sejam eles governos, universidades ou meros agentes económicos.

*Pretendíamos criar um elo motor capaz de catapultar a língua portuguesa da sua obscuridade internacional para um cenário de ribalta: de Timor a Tânger, de Ceuta a Calecut, da Lagoa a Florianópolis. Foi logo em 2002 que propusemos incluir roteiros turísticos literários a locais celebrizados pelos monstros sagrados da literatura lusófona. Alguns constam já dos vulgares itinerários paisagísticos, havia apenas que organizar nesses locais a leitura de textos de tais autores e a divulgação de novos autores. Disponibilizavam-se traduções ou reedições económicas para os excursionistas interessados. Lucravam os países lusófonos, os editores, os operadores turísticos e a língua. Podíamos começar em São Martinho de Anta (Sabrosa) com Miguel Torga, indo ao Alentejo de José Saramago com a leitura de obras suas e suas traduções. Viajava-se depois aos locais evocados em “A Cidade e as Serras” de Eça de Queiroz, ao Jardim do campo de São Francisco de Antero de Quental, à Casa das Tias de Vitorino Nemésio, à Maia do Daniel de Sá, ao Pico de Dias de Melo, e à Brasileira de Pessoa ou ao agreste Monsanto de Fernando Namora, antes de irmos ao Rio de Machado de Assis ou à Bahia de Jorge Amado. Convidavam-se professores jubilados para falarem das mil e uma nuances de cada autor num cenário apropriado. Organizar tais eventos custaria menos e traria melhores resultados do que muitas homenagens oficiais. Não seriam necessários subsídios para esta revolução que continua por fazer. Não haveria onerosos comissários mas voluntários que amem tanto a Língua Portuguesa como nós.*

No segundo ano assumimos frontalmente o debate do multiculturalismo e relações interculturais. No ano seguinte, foi a vez das línguas e dialetos minoritários trazendo à colação a existência duma segunda língua oficial, o mirandês. Até hoje fomos os primeiros, e únicos, a debater em 2005, os porquês da introdução da língua portuguesa em Timor. Fizemos a abordagem ao berço da nossa língua comum, desde a primeira edição, mas com o pragmatismo e o realismo necessários, postergamos o debate sobre o genocídio da Língua Portuguesa na Galiza, até 2006, servindo para catapultar os esforços do colega Ângelo Cristóvão para criar a novel Academia Galega.

Em 2007, debateu-se a Língua Portuguesa no século XXI: a variante brasileira rumo ao futuro. *O risco real da separação ou não.* Foi o pretexto para sermos também os primeiros a debater o Acordo Ortográfico até então fora das manchetes dos jornais e afastado do interesse dos políticos. A resposta e a cobertura do evento, sobretudo além fronteiras, ajudou-os a ratificarem o segundo protocolo modificativo. Em 2008 debatemos os Crioulos e a Língua Portuguesa. Jamais sonháramos conseguir tanto. Nesse ano iniciou-se também uma campanha para criar uma cadeira de Estudos (e Literatura) Açorianos e uma de Estudos (e Literatura) Transmontanos, e assistiu à abertura da Academia Galega da Língua Portuguesa nascida no seio dos colóquios.

Em 2004, fizéramos a campanha que salvou o Ciberdúvidas; em 2005 fora o lançamento do Observatório da Língua Portuguesa integrado na CPLP; em 2006 lançara-se a primeira pedra para a criação da Academia Galega da Língua Portuguesa. Em 2007 atribuiu-se o 1º Prémio Literário da Lusofonia e debateu-se o Acordo Ortográfico, também discutido em 2008 antes de ser promulgado. Nesse ano lançou-se a ideia de criar uma cadeira de Estudos (e Literatura) Açorianos e uma de Estudos (e Literatura) Transmontanos. Estabeleceram-se protocolos para embarcar em projetos mais ambiciosos com a necessária validação científica.

O ano de 2008 marcou o início dessas parcerias com Universidades, Politécnicos e Academias rumo à concretização da Diciopédia Contrastiva da Língua Portuguesa incluindo o Dicionário de Açorianismos. Em outubro desse ano, o Presidente do município lançou a ideia da criação do Museu da Língua em Bragança na presença do então Presidente da Academia de Ciências de Lisboa, Professor Adriano Moreira e seu Vice-Presidente, Artur Anselmo que se deslocaram a Bragança para darem “o apoio inequívoco da Academia aos Colóquios da Lusofonia”, confirmando o gabarito intelectual destes colóquios.

Assinale-se que idêntica presença ocorreu nos Açores em abril de 2009. Foi então que a UNISUL do Estado de Santa Catarina, Brasil celebrou connosco o protocolo para iniciar a cadeira de Estudos Açorianos em regime de ensino a distância e que lançámos a proposta dum Museu (Virtual) da Lusofonia no município da Lagoa (S. Miguel, Açores). Criámos, nestes anos, uma vasta rede informal facilitando um livre intercâmbio de experiências e vivências, entre participantes. Ao contrário dos nossos vulcões açorianos que tudo constroem e destroem sem um plano predefinido, sabíamos que teríamos de unir colegas e académicos nesta nossa paixão. Iniciámos a edificação da nossa pirâmide de Gizé para a posteridade preservar e expandir a língua portuguesa, debatendo temas tabu que mais nenhuma conferência queria ou ousava abordar. Em 2002, inovámos e introduzimos o hábito de entregar um CD das Atas / Anais com ISBN no início das sessões como iremos manter em Bragança em 2009. A partir de 2008, nos Açores, no ato de acreditação de participantes entregamos também em livro as Atas.

Para aqueles que se interrogam ao folhearem os nossos programas e o conjunto de trabalhos escolhidos devemos esclarecer que pugnamos pela recuperação do acervo histórico e cultural dentro da multidisciplinaridade que nos define. Seguimos desde o início a linha utópica de José Augusto Seabra e da sua Cidadania da Língua, onde cabem todas as disciplinas do conhecimento, ideias, saberes e nacionalidades, apenas irmanadas por um elo comum, o seu código genético, o ADN único que é a língua portuguesa unificada do Brasil a Timor, passando por Malaca, Macau, Ceilão (Sri Lanka), Goa, Flores (Indonésia), Senegal e Casamansa e tantos países lusófonos ou com descendentes das lusofonias ancestrais, desde que lá haja um Lusofalante, qualquer que seja a sua origem étnica. Só assim a língua será o poder de que as nações necessitam para que as suas culturas se não percam antes se fortaleçam com as suas variedades dialetais enriquecidas e irmanadas no novo acordo ortográfico.

Nos **Açores**, os Encontros tiveram início em 2006 para debaterem a identidade açoriana, a sua escrita, as suas lendas e tradições. Em 2008 tivemos o privilégio da presença do escritor **Dias de Melo** que escreveu imenso sobre os baleeiros e a ilha do Pico. Em 2009 tivemos **Cristóvão de Aguiar** (com uma vastíssima obra) e **Daniel de Sá**, entre outros, na nossa porfia por repor tais escritores no lugar que merecem.

Existem outros autores para estudar e ler. É para eles, para as suas obras e memórias, que iremos orientar os nossos colóquios, para que penetrem em novos mercados de leitores e para que as suas obras sejam traduzidas. O intuito destes Colóquios é que tais escritores sejam conhecidos nos vários Estados do Brasil, no Canadá e EUA, na Europa dos 31: da Galiza à Roménia, à Polónia. Eslovénia, Bulgária e outros países para aí serem traduzidos e estudados. Não pretendemos apenas que haja mais leitores de tais obras nos Açores ou em Portugal (Continental), interessa sobretudo divulgar estes e outros autores olvidados por demérito das suas editoras ou por não fazerem parte das “cliques e tertúlias literárias” promovidas por universidades e governos. A sua obra merece ser divulgada mas continua olvidada. Iremos lançar (em breve) uns Cadernos de Estudos Açorianos onde pensamos poder regularmente dar a conhecer alguns desses autores.

Os nossos oradores “típicos” não buscam mais uma conferência para os seus currículos, antes partilham suas ideias, projetos, e criam sinergias. São eles que voluntariamente já arrancaram com o ambicioso projeto da Diciopédia nas suas horas livres, irmanados deste nosso ideal de “sociedade civil” capaz e atuante, tal como organizamos voluntariamente estes colóquios. Somos – todos juntos – capazes de atingir aquilo que as burocracias e as hierarquias não podem ou não querem e de fazer a diferença. Os nossos oradores juntam-se aos colegas no primeiro dia de trabalhos, partilham comunicações, passeios, refeições, e despedem-se no último dia como se de amigos se tratasse. É isso que nos torna distintos de qualquer outro congresso ou simpósio. Os participantes podem trocar impressões, falar e partilhar projetos, ideias e metodologias, fazer conhecer as suas vivências e pontos de vista, mesmo fora do ambiente mais formal das sessões. As nossas diversificadas atividades paralelas passaram, em 2009, a estar integradas no corpo das sessões havendo lugar para música, teatro e poesia dos Açores, Galiza e Brasil.

## Atas colóquio da lusofonia –

Em 2010 levaremos os Colóquios para Florianópolis, SANTA CATARINA, BRASIL, apoiados nos protocolos já celebrados com o Governo Estadual e a UNISUL. Temos ainda a responsabilidade de prosseguir incansáveis a nossa campanha para execução do novo Acordo. Contamos com o incansável apoio dos seus mais vocais proponentes: Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara e Ângelo Cristóvão que nos têm ajudado a lutar pela língua unificada que propugnamos seja utilizada nas instâncias internacionais.

Em Portugal nunca houve uma política de língua. Precisa-se de uma estratégia com países de língua portuguesa que vá além da ratificação do Acordo. É urgente a expansão e o reforço do ensino da língua a estrangeiros e às comunidades lusofalantes. A língua é um utensílio de poder que subaproveitamos. Tal como Carlos Reis afirmou (julho 2008): “A internacionalização da língua portuguesa só será possível com uma política a “longo prazo”, que sobreviva aos sucessivos governos, uma política de língua não é só um ato de um Governo, é um desígnio nacional que deve passar de Governo para Governo”. É esse desígnio que os Colóquios da Lusofonia como representantes duma sociedade civil ativa e atuante têm desenvolvido desde há nove anos. Esperamos - em vão - que a Academia de Ciências de Lisboa fosse pró-ativa em vez de reativa. Enquanto as Letras estiverem submetidas à Academia das Ciências de Lisboa é imperioso que esta seja mais atuante na defesa da língua portuguesa e das suas variantes face aos desafios que os políticos não conseguem arrostar. O futuro da língua de todos nós não se compadece com esperas.

Por outro lado existe a promessa de a Academia Brasileira de Letras e a novel Academia Galega da Língua Portuguesa nos ajudarem a prosseguir nessa linha de ação, para congregar esforços de aproximação de povos e culturas no seio da grande nação dos lusofalantes. Urge um Vocabulário Unificado, do Brasil a Timor. O da Academia Brasileira deve ser acrescentado e fundido com a obra do Professor Malaca Casteleiro nesse campo, e outras iniciativas semelhantes em África e na Ásia, para que a variante portuguesa da língua tenha a relevância que merece e a língua seja na verdade unificada em todas as quatro partidas do mundo. Portugal não pode esperar por ninguém pois arrisca-se a continuar irremediavelmente atrasado e só como tem sido sua sina..Chrys Chrystello, Presidente da Comissão Executiva, COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

## COMISSÕES

### PATRONOS / COMISSÃO DE HONRA

PROFESSOR <b>JOÃO MALACA CASTELEIRO</b> Academia de Ciências de Lisboa
PROFESSOR <b>EVANILDO CAVALCANTE BECHARA</b> Academia Brasileira de Letras

### APOIO LOGÍSTICO:

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA
------------------------------

### PROTOCOLOS E PARCERIAS:

GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA, BRASIL
ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA, GALIZA
UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA, (UNISUL), BRASIL
DRC - Direção Regional Comunidades (Presidência Governo Regional Dos Açores), PORTUGAL
ESE, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL, PORTUGAL
ESE, INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA, PORTUGAL
ACADEMIA DE LETRAS DE BRASÍLIA, BRASIL
UNIVERSIDADE MACKENZIE DE SÃO PAULO, BRASIL

### COMISSÃO EXECUTIVA 2009-2010

Presidente Dr. Chrys Chrystello University of Brighton, Helsinki University, ex UTS Australia)
Vice-Presidente Dra. Helena Chrystello, Mestre, Escola EBI 2,3 Maia, S. Miguel, Açores

### COMISSÃO INSTITUCIONAL PERMANENTE 2009-2010

Prof. Doutor João Sobrinho Teixeira, Presidente Instituto Politécnico de Bragança
Prof. Doutor Luciano Pereira, Esc. Sup. de Educação, Instituto Politécnico Setúbal
Prof. <sup>a</sup> Doutora Maria Zélia Borges, jubilada Univ. Mackenzie, S. Paulo, Brasil
Prof. <sup>a</sup> Doutora Rosa Beatriz Madruga Pinheiro, UNISUL, Sta Catarina, Brasil,
Edson Busch Machado, Governo Estadual de Santa Catarina, Brasil
Cristina Vianna, Ass. Cronistas, Poetas e Contistas Catarinenses, Sta Catarina, Brasil
Dr. Augusto de Abreu, Ass. Cronistas, Poetas e Contistas Catarinenses / Sta Catarina, Brasil
Dr. Ângelo Cristóvão, Academia Galega da Língua Portuguesa (Secretário)

### COMISSÃO CIENTÍFICA DOS ENCONTROS

Professor Doutor João Malaca Casteleiro (Academia de Ciências de Lisboa)
Professor Doutor Evanildo Cavalcante Bechara (Academia Brasileira de Letras)
Dr. Ângelo Cristóvão, (Academia Galega da Língua Portuguesa)
Dr. Chrys Chrystello (Mentor University of Brighton, Reviewer Helsinki University, ex-Australia's Council Literature Assessor (UTS - Sydney Australia)
Dra. Helena Chrystello (Escola EBI 2,3 Maia, S. Miguel Açores)

### SECRETARIADO EXECUTIVO E COMISSÃO DE ATIVIDADES PARALELAS

Dra. Helena Chrystello, Mestre, Escola EBI 2,3 Maia, S. Miguel Açores
---

TEMAS 2009 – 12º COLÓQUIO DA LUSOFONIA 8º Colóquio anual da lusofonia

### 1. HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO:

seis autores meramente sugeridos (*entre outros*):

1.1. [Carolina Michaëlis \(ver bio aqui\)](#),

Atas colóquio da lusofonia –

<a href="#">1.2. Leite de Vasconcellos (ver bio aqui),</a>
<a href="#">1.3. Euclides da Cunha (ver bio aqui),</a>
<a href="#">1.4. Agostinho da Silva (ver bio aqui),</a>
<a href="#">1.5. Rosália de Castro (ver bio aqui),</a>
<a href="#">1.6. Gulamo Khan (Mocambique 1952-1986 ver bio aqui)</a>
1.7. Outros autores esquecidos
<b>2. LUSOFONIAS:</b>
2.1. DEBATE SOBRE QUESTÕES E RAÍZES DA LUSOFONIA.
2.2. A VIGÊNCIA DO 2º PROTOCOLO MODIFICATIVO DO ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1990
2.3. PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA (2ª LÍNGUA / LÍNGUA ESTRANGEIRA)
2.4. PONTO DA SITUAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO.
2.5. LÉXICOS DA LUSOFONIA.
2.6. LUSOFONIAS E INSULARIDADES
2.7. CRIAÇÃO DE UMA BASE DE DADOS SOBRE ESTUDOS DE CRIoulos DA LÍNGUA PORTUGUESA
<b>3. TRADUÇÃO:</b>
3.1. TRADUÇÃO DE AUTORES PORTUGUESES
3.2. TRADUTORES DE PORTUGUÊS E TRADUTORES PARA PORTUGUÊS
3.3 TRADUÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS
<b>4. Propostas de dinamização dos PROJETOS dos Colóquios da Lusofonia</b>
4.1. DICIOPÉDIA
4.2. CRIoulos DE ORIGEM PORTUGUESA, CRIAÇÃO DE UMA BASE DE DADOS
4.3. MUSEU DA LÍNGUA / MUSEU VIRTUAL DA LUSOFONIA
4.4. ESTUDOS AÇORIANOS NA UNISUL (UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA)
4.5 ESTUDOS TRANSMONTANOS
4.6 OUTROS PROJETOS

LISTA DE ORADORES 8º COLÓQUIO ANUAL DA LUSOFONIA

Nome	Tema	Instituição	Título
<b>Carregue no nome para aceder a biodados e sinopses</b>			
1. <a href="#">ADRIANA CRISTIANINI</a>	2.5	U. SÃO PAULO / UNIBAN BRASIL 1	O TEMA LEXICAL CHUVA DE GRANIZO E SUAS VARIAÇÕES: A NORMA REGISTRADA NO ATLAS SEMÂNTICO LEXICAL DA REGIÃO DO GRANDE ABC, SP BRASIL
2. <a href="#">ADRIANO MOREIRA</a>	2.2	ACADEMIA DE CIÊNCIAS, LISBOA PORTUGAL 1	PONTOS CRÍTICOS DA CPLP
3. <a href="#">ALEXANDRE BANHOS</a>	2.4	ADMINISTRAÇÃO DA GALIZA, GALIZA 1	OS MORADORES DA GALIZA SOB DOMÍNIO ESPANHOL TÊM QUALQUER DIREITO A DENOMINAR A LÍNGUA PORTUGUESA SOB OUTRO NOME
4. <a href="#">ÁLVARO CARETTA</a>	2.4	U. SÃO PAULO BRASIL 2	A LÍNGUA PORTUGUESA CANTADA: UMA PROPOSTA DE ESTUDO
5. <a href="#">ANA AGUILAR FRANCO</a>	1.7	U. LUSÓFONA / U. LISBOA PORTUGAL 2	NATAL BRANCO DE JOSÉ RODRIGUES MIGUEIS
6. <a href="#">ANABELA DE BRITO MIMOSO</a>	1.1	U. LUSÓFONA HUMANIDADES & TECNOLOGIA PORTO PORTUGAL 3	A ATUALIDADE DAS ANOTAÇÕES DE D. CAROLINA MICHAËLIS AO ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1911
7. <a href="#">ANDREIA ROSMANINHO</a>	1.3	U. PORTO / U. MACKENZIE SÃO PAULO BRASIL 3	OLHARES LUSÓFONOS DE ESCRITORES VIAJANTES: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO JORNALÍSTICO LITERÁRIA DE EÇA DE QUEIRÓS E EUCLIDES DA CUNHA.
8. <a href="#">ÂNGELO CRISTÓVÃO</a>	2.2	ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA, GALIZA 2	OS DISCURSOS SOBRE A LÍNGUA NA GALIZA: ENTRE O MODELO NACIONAL E O PATOIS
9. <a href="#">ARTUR ALONSO</a>	1.5	ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA GALIZA 4	DE ROSÁLIA (DE CASTRO) A CONCHA (ROUSIA)
10. <a href="#">CHRYS CHRYSTELLO</a>	2.6	AÇORES 1	AÇORIANIDADE LITERÁRIA
11. <a href="#">CONCHA ROUSIA</a>	1.7	ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA GALIZA 5	POESIA
12. <a href="#">CRISTÓVÃO AGUIAR</a>	1.7	ESCRITOR AÇORIANO / U. COIMBRA AÇORES 2	PAULO QUINTELA E MIGUEL TORGA
13. <a href="#">DINA FERREIRA</a>	2.6	U. MACKENZIE SÃO PAULO BRASIL 4	LUSOFONIA INSULAR E CONTINENTAL: AÇORES E BRASIL (CRISTÓVÃO DE AGUIAR E MOACIR SCLiar)
14. <a href="#">ELIS CARDOSO</a> E	2.4	U. SÃO PAULO, BRASIL 5 / 6	A EXPRESSIVIDADE DOS NEOLOGISMOS NA LITERATURA BRASILEIRA
15. <a href="#">ALESSANDRA IGNEZ</a>			
16. <a href="#">EVANILDO BECHARA</a>	2.2	ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, BRASIL 7	O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO
17. <a href="#">GABRIELA CASTRO</a>	2.6	U. DOS AÇORES, AÇORES 4	PELOS CAMINHOS DA FILOSOFIA EM BUSCA DA AÇORIANIDADE
18. <a href="#">Genésio Seixas Souza S</a>	2.4	U. DA BAHIA BRASIL 8	ASPETOS LEXICAIS NO MANUSCRITO <i>NOTÍCIA DO BRASIL</i> DE GABRIEL SOARES DE SOUSA
19. <a href="#">HELENA ANACLETO-MATIAS</a>	3.2	INSTº SUP CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO PORTO, PORTUGAL 4	RICHARD ZIMLER E A AUTO IDENTIFICAÇÃO: O PAPEL DO TRADUTOR NA CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA DO SER
20. <a href="#">HELENA L. AFONSO</a>	2.3	FAC. LETRAS U. LISBOA PORTUGAL 5	A PROBLEMÁTICA DO ENSINO DE PORTUGUÊS EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE
21. <a href="#">ILYANA CHALAKOVA</a>	1.7	U. DE SÓFIA BULGÁRIA 1	VIVÊNCIAS DO CORPO NA POESIA DE JUDITH TEIXEIRA
22. <a href="#">IRENILDE SANTOS</a>	2.5	U. DE S. PAULO BRASIL 9	O LÉXICO PAULISTANO NO CONTEXTO DA LUSOFONIA: ASPETOS DISCURSIVOS

Atas colóquio da lusofonia –

23.	<a href="#">ISABEL REI</a>	1.7	ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA GALIZA 6	GUIARRA E POESIA: ROSALÍA CASTRO E AVELINA VALLADARES, ESCRITORAS E MÚSICAS DA LUSOFONIA
24.	<a href="#">JOÃO MALACA CASTELEIRO</a>	2.2	ACADEMIA DE CIÊNCIAS, LISBOA PORTUGAL 6	O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO
25.	<a href="#">JORGE ALMEIDA E PINHO</a>	3.2	INSTº SUP. ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO FCT(CETAPS) PORTO PORTUGAL 7	A TRADUÇÃO E OS LEITORES
26.	<a href="#">JOSÉ GIL</a> E	1.7	ESCOLA SUP. EDUCAÇÃO, POLITÉCNICO SETÚBAL / ESCOLA SUPERIOR EDUCAÇÃO, POLITÉCNICO BRAGANÇA PORTUGAL 8 / 9	AUGUSTO BOAL GRANDE PERSONALIDADE DA LUSOFONIA, O TERCEIRO TEATRO
27.	<a href="#">JOÃO GOMES</a>			
28.	<a href="#">LINO MOREIRA DA SILVA</a>	2.2	U. DO MINHO BRAGA PORTUGAL 10	A COOPERAÇÃO ENTRE POVOS, TOMANDO COMO PRETEXTO A LÍNGUA COMUM: O CASO DO AO DA LÍNGUA PORTUGUESA
29.	<a href="#">LURDES ESCALEIRA</a>	2.4	INSTº POLITÉCNICO DE MACAU, CHINA 1	LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO DE MACAU.
30.	<a href="#">Mª CÉU CAETANO</a>	1.1	FCHS U. NOVA DE LISBOA PORTUGAL 11	AS GRAMÁTICAS HISTÓRICAS DE LEITE DE VASCONCELOS E DE CAROLINA MICHAËLLIS
31.	<a href="#">Mª NEVES GONÇALVES</a> E	2.4	U. LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA LISBOA PORTUGAL 12 / 13	A VIAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA – O ENTRECruZAR DE VEREDAS
32.	<a href="#">MANUELA SANTOS</a>			
33.	<a href="#">Mª MANUEL CALVET RICARDO</a>	2.1	U. LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA LISBOA PORTUGAL 14	O ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA. BREVE ABORDAGEM DO ENSAIO DE ANTÓNIO SÉRGIO <i>EM TORNO DO PROBLEMA DA "LÍNGUA BRASILEIRA"</i>
34.	<a href="#">MÁRCIA REGINA ENCARNÇÃO</a>	2.6	U. S. PAULO, BRASIL / UNIESP BRASIL 10	1. Um breve estudo do léxico conservador presente no falar ilhéu do distrito de Santo António De Lisboa, litoral de Santa Catarina - Brasil
35.	<a href="#">ÓSCAR DE SOUSA</a>	2.4	U. LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA LISBOA PORTUGAL 15	LÍNGUA PORTUGUESA E ORTOGRAFIA. COMO ENFRENTA O SUJEITO A TAREFA DE TRANSCREVER CORRETAMENTE A GRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA
36.	<a href="#">PERPÉTUA SANTOS SILVA S</a>	2.4	CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS DE SOCIOLOGIA ISCTE LISBOA PORTUGAL 16	MODOS DE RELAÇÃO COM A LÍNGUA PORTUGUESA NUMA MACAU DO SEC. XXI
37.	<a href="#">RENATO EPIFÂNIO</a>	1.4	MOVIMENTO INTERNACIONAL LUSÓFONO, LISBOA PORTUGAL 17	O LEGADO DE AGOSTINHO DA SILVA: 15 ANOS APÓS A SUA MORTE.
38.	<a href="#">ROSÁRIO GIRÃO</a> E	2.6	U. DO MINHO BRAGA PORTUGAL 18 / 19	NO RASTO DE J.C.: AS ROTAS DA MEMÓRIA
39.	<a href="#">MANUEL J. SILVA</a>			<i>Um verbo a conjugar : circum-navegar</i>
40.	<a href="#">SOLANGE PINHEIRO</a>	2.5	U. S. PAULO, BRASIL 11	A PENÍNSULA IBÉRICA NO SERTÃO DO BRASIL: CRIAÇÕES POR JUSTAPOSIÇÃO NA OBRA DE ARIANO SUASSUNA
41.	<a href="#">TAYO AJAYI S</a>	2.7	U. ESTADUAL DE LAGOS, NIGÉRIA 1	UMA SÍNTESE DOS HIBRIDISMOS IORUBA PORTUGUESES NA LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL
42.	<a href="#">TIAGO ANACLETO-MATIAS</a>	3.3	ISCAP PORTO / PARLAMENTO EUROPEU BRUXELAS BÉLGICA 1	LOCALIZAÇÃO WEB EM PORTUGUÊS
43.	<a href="#">ZÉLIA BORGES</a>	1.3	U. MACKENZIE SÃO PAULO BRASIL 12	OS SERTÕES DE EUCLIDES DA CUNHA

**ORADORES (PAÍSES E REGIÕES)** Portugal 19, Brasil 12, Galiza 6, Açores 4, Bélgica 1, Macau R P China 1, Espanha 1, Bulgária 1, Nigéria 1, Ucrânia 1

HORÁRIO

**O ESCRITOR CRISTÓVÃO DE AGUIAR É O CONVIDADO ESPECIAL 2009**

Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara, Ângelo Cristóvão e Adriano Moreira representam as 3 Academias . O Secretariado abre 15 minutos antes das Sessões. Apresentação 20' CADA.

29 set. 15.00 (privada) Reunião das Academias, Colóquios e Câmara Municipal

DIA 30 de setembro

09.00	Acreditação de Participantes
09.30	SESSÃO PARALELA 1 Música TRADICIONAL AÇORIANA, PIANISTA ANA PAULA ANDRADE E ALUNAS, CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE PONTA DELGADA
10.15	Assinatura de protocolo com a Universidade do Minho e Lançamento CHRÓNICA AÇORES: CIRCUM-NAVEGAÇÃO DE TIMOR A MACAU, AUSTRÁLIA, BRASIL, BRAGANÇA ATÉ AOS AÇORES, DE J. CHRYS CHRYSTELLO Apresentado por Rosário Girão Um verbo a conjugar : circum-navegar
10.30	Cerimónia de Abertura: Discurso de Abertura 1. Eng.º Jorge Nunes, Presidente da Câmara Municipal de Bragança 2. Prof. Malaca Casteleiro (Patrono / Academia Ciências Lisboa) 3. Prof. Evanildo Bechara (Patrono / Academia Brasileira Letras) 4. Prof. J. Sobrinho Teixeira (Presidente Instituto Politécnico Bragança) 5. Dr Ângelo Cristóvão (Academia Galega da Língua Portuguesa) 6. Chrys Chrystelllo Presidente Executivo dos Colóquios,
11.00	Pausa 30 Minutos
11.30	SESSÃO PLENÁRIA 1 ACORDO ORTOGRÁFICO MODERADOR: CHRYS CHRYSTELLO Orador 1 JOÃO MALACA CASTELEIRO Tema 2.2 Orador 2 EVANILDO BECHARA Tema 2.2 Orador 3 ÂNGELO CRISTÓVÃO Tema 2.2
12.30	Debate Pausa Para Almoço
15.30	SESSÃO 2 CRIoulos e LÉXICOS MODERADOR: Carla Guerreiro / Anabela Mimoso

Atas colóquio da lusofonia –

	Orador 4 HELENA L. AFONSO tema 2.7 Orador 6 ÓSCAR DE SOUSA TEMA 2.2
16.30	Debate Pausa Para Café 15 Minutos
17.00	SESSÃO 3 TRADUÇÃO MODERADOR: ZÉLIA BORGES
	Orador 7 TIAGO ANACLETO-MATIAS Tema 3.3 Orador 8 JORGE ALMEIDA E PINHO Tema 3.2 Oradora 9 HELENA ANACLETO-MATIAS tema 3.2 Orador 45 TAYO AJAYI 2.7
18.40	Debate Pausa Para Jantar

DIA 1 DE OUTUBRO:

09.00	Acreditação de Participantes
09.30	Apresentação Crítica O Passageiro Em Trânsito de Cristóvão de Aguiar por Rosário Girão <i>De Como Vários Contos Convergem Num Só Ponto</i>
09.45	SESSÃO 4 HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO MODERADOR: ÂNGELO CRISTÓVÃO
	Orador 10 ARTUR ALONSO Novelhe 1.5 Orador 11 M <sup>a</sup> CÉU CAETANO 1.1 Orador 12 ANABELA DE BRITO MIMOSO 1.1 Orador 13 CRISTÓVÃO DE AGUIAR 1.7 CONVIDADO ESPECIAL 2009
11.05	Debate Pausa 15 Minutos
11.45	SESSÃO PLENÁRIA 5 LUSOFONIA, INSULARIDADES, LITERATURA MODERADOR: DINA FERREIRA
	Orador 13 CRISTÓVÃO DE AGUIAR CONVIDADO ESPECIAL 2009 Orador 35 ZÉLIA BORGES Orador 20 ROSÁRIO GIRÃO Orador 14 CHRYS CHRYSTELLO Orador 26 ILIYANA CHALAKOVA
12.45	Debate Pausa Para Almoço
15.30	SESSÃO 6 HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO MODERADOR: Helena Anacleto-Matias
	Orador 15 ANDREIA ROSMANINHO 1.3 Orador 16 ISABEL REI 1.7 Orador 17 GABRIELA CASTRO 2.6 Orador 18 ANA AGUILAR FRANCO 1.7 Orador 19 DINA FERREIRA 2.6 Orador 20 / 21 ROSÁRIO GIRÃO E MANUEL J. SILVA 2.6.
17.30	Debate Pausa 15 Minutos
18.15	SESSÃO PARALELA 2 TEATRO: GRUPO CIA. PALAVRA & ATO E NAQ, "PORQUE HOJE É SÁBADO" DE JOÃO DIEMER, baseado na vida e obra do poeta Vinícius de Moraes (BRASIL) SESSÃO PARALELA 3 TEATRO: "EU, PESSOA E OS OUTROS EUS" ATOR JAIRO KLEIN E C <sup>IA</sup> PALAVRA E ATO (BRASIL)
19.30	Pausa Para Jantar

DIA 2 DE OUTUBRO

08.30	Transporte / Comboio turístico da Residencial Tulipa para a Cidadela
09.00	Cidadela: Igreja de Santa Maria / Domus Municipalis,
09.30	Castelo, Museu Militar, Cidadela: Museu da Máscara (Traje Ibérico)
11.00	Museu Abade De Baçal ou Museu De Arte Contemporânea
12.15	SESSÃO PARALELA 4 GUITARRA DA GALIZA ISABEL REI
13.00	Pausa Para Almoço
15.30	SESSÃO 7 HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO MODERADOR: CONCHA ROUSIA
	Orador 22 / 23 JOSÉ GIL E JOÃO GOMES 1.7 Orador 26 ILIYANA CHALAKOVA tema 1.7
16.50	Debate Pausa 15 Minutos
17.30	SESSÃO 8 LUSOFONIAS MODERADOR: ANABELA DE BRITO MIMOSO
	Orador 27 SOLANGE PINHEIRO 2.5 Orador 28 ALEXANDRE BANHOS 2.4
18.10	Debate
18.30	SESSÃO PARALELA 5 POESIA (GALIZA, PORTUGAL E BRASIL) ORADOR 29. CONCHA ROUSIA E JOSÉ GIL, e guitarra de ISABEL REI - POEMAS: Rosalía De Castro, Ernesto Guerra Da Cal, Sophia De Mello, Miguel Torga, Clarice Lispector, Mário Quintana, Chrys Chrystello, Concha Rousia, José Régio, Carlos Drummond De Andrade, Luís De Camões, Vinícius De Moraes, Florbela Espanca, António Ramos, José Afonso, Adriano Correia De Oliveira
19.30	Pausa Para Jantar

Atas colóquio da lusofonia –

DIA 3 DE OUTUBRO

09.00	Acreditação de Participantes
09.30	Lançamento Editorial Coletânea Açoriana
09.45	SESSÃO 9 LUSOFONIAS MODERADOR: HELENA ANACLETO-MATIAS Orador 47 Genésio Seixas Souza SUPLENTE 2.4 Orador 31 / 32 ELIS CARDOSO e ALESSANDRA IGNEZ 2.4 Orador 33 ÁLVARO CARETTA 2.4
10.45	Debate Pausa 15 Minutos
11.15	SESSÃO PLENÁRIA 10 ACORDO ORTOGRÁFICO E LUSOFONIAS MODERADOR CRISTÓVÃO DE AGUIAR OU ÂNGELO CRISTÓVÃO Orador 34 ADRIANO MOREIRA 2.2 Orador 35 ZÉLIA BORGES 1.3 Orador 36 M <sup>a</sup> MANUEL CALVET RICARDO 2.1 Orador 37 LINO MOREIRA DA SILVA 2.2
12.45	Debate Pausa Para Almoço
15.15	Acreditação de Participantes
15.30	SESSÃO 11 LUSOFONIAS MODERADOR: ROSÁRIO GIRÃO Orador 38 IRENILDE PEREIRA SANTOS tema 2.5 Orador 39 MÁRCIA REGINA ENCARNAÇÃO tema 2.6 Orador 40 / 41 M <sup>a</sup> NEVES GONÇALVES E MANUELA SANTOS 2.4 Orador 42 LURDES ESCALEIRA 2.4 Orador 43 PERPÉTUA SANTOS SILVA SUPLENTE 2.4 Orador 44 ADRIANA CRISTIANINI tema 2.5
17.30	Debate Pausa 15 Minutos
18.15	SESSÃO PLENÁRIA 12 MODERADOR: CHRYS CHRYPELLO. PARTICIPAM Patronos (Malaca e Bechara), Academia Galega e Convidados. Em debate: Planos de Ação / Conclusões. Propostas / Projetos 2010, Museu Virtual da Lusofonia / Língua, Acordo Ortográfico, Dicionário, Crioulos de Origem Portuguesa, Estudos Açorianos, Estudos Transmontanos, etc.
19.00	Entrega do 3º Prémio Literário da Lusofonia seguido de Encerramento das Sessões:

MODERADORES DAS SESSÕES:

Anabela de Brito (Mimoso)	Sessão 8 e / ou 2
Ângelo Cristóvão	Sessão 4 e / ou 10
António Gil Hernández	Sessão 6
Carla Guerreiro	Sessão 2
Chrys Chrystello	Sessão 1 e 12
Concha Rousia	Sessão 7
Cristóvão De Aguiar	Sessão 10
Dina Ferreira	Sessão 5
Helena Anacleto-Matias	Sessão 9 e / ou 6
Rosário Girão	Sessão 11
Zélia Borges	Sessão 3
ALEXANDRE BANHOS (Suplente)	
TIAGO Anacleto-Matias (Suplente)	

4 DE OUTUBRO DE 2009 – NÃO HÁ ATIVIDADES



5 DE OUTUBRO DE 2009 SEMINÁRIO DE LEXICOLOGIA DA AGLP – "O REPTO DO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO COMUM"

Lugar: Fundação Caixa Galicia, Rua do Vilar, Santiago de Compostela

10.00 Receção aos participantes

10.30 Sessão de Abertura

11.00 Comunicações

14.00 Jantar

17.00 Comunicações

19.30 Encerramento do Seminário

ORADORES:

- Prof. Evanildo Bechara, Academia Brasileira de Letras

- Prof. Adriano Moreira, Vice-Presidente da Academia das Ciências de Lisboa

- Prof. Martinho Montero Santalha, Presidente da Academia Galega da L. Portuguesa

- Prof. Isaac Alonso Estraviz, Vice-Presidente da Academia Galega da L. Portuguesa
- Prof. João Malaca Casteleiro, Academia das Ciências de Lisboa
- Prof. M<sup>a</sup> Francisca Xavier, Universidade Nova de Lisboa
- Prof. M<sup>a</sup> de Lourdes Crispim, Universidade Nova de Lisboa
- Prof. Álvaro Iriarte Sanromán, AGLP, Universidade do Minho

Contacto: [SECRETARIA@AGLP.net](mailto:SECRETARIA@AGLP.net). Tel: (34) 667628090. Fax: (34) 981811967 End. postal: Rua de Castelão, 27 - 15900 Padrão (Galiza)

#### DISCURSO DE ABERTURA DO 8º COLÓQUIO ANUAL DA LUSOFONIA –

Em 2001, os Colóquios brotaram do desafio do primeiro patrono, professor José Augusto Seabra para criar a Cidadania da Língua, proposta radicalmente inovadora num país marcado por tradicionalismos avessos a mudanças. Queríamos que todos se identificassem pela língua comum que nos une. Admitimos que esta só sobreviverá unida numa frente comum, na realidade multilingue das comunidades lusofalantes. A LUSOFONIA diz respeito a todos os que falam e escrevem a língua, independentemente da cor, credo, religião ou nacionalidade.

Ao fim de doze edições continuámos AUTÓNOMOS. Não dependemos de subsídios mas estamos reconhecidos pelo sério investimento feito pela Câmara Municipal de Bragança neste evento graças à visão do seu Presidente Eng.º Jorge Nunes. Os Colóquios já se afirmaram, nacional e internacionalmente, como a única realização regular, concreta e relevante sobre a LUSOFONIA, com um variado leque de participantes, sem temores nem medos de represálias de patrocinadores institucionais sejam eles governos, universidades ou meros agentes económicos.

*Pretendíamos catapultar a língua portuguesa da sua obscuridade internacional para um cenário de ribalta. Em 2002 propusemos criar roteiros turísticos a locais celebrizados pelos expoentes da literatura lusófona. Alguns itinerários já existem faltando organizar a leitura das obras dos autores e a disponibilização de traduções e edições económicas para os excursionistas interessados. Lucravam editores, operadores turísticos e a língua. Podíamos começar aqui nesta Bragança de Paulo Quintela, ir a São Martinho de Anta (Sabrosa) com Miguel Torga, pulando até ao Campo de São Francisco, Jardim fatídico de Antero de Quental, até à Casa das Tias de Vitorino Nemésio, à micalense Maia do Daniel de Sá, à ilha do Pico de Dias de Melo e de Cristóvão de Aguiar, viajando em “A Cidade e as Serras” de Eça de Queiroz, indo à lisboeta Brasileira de Fernando Pessoa e ao agreste Monsanto de Fernando Namora, antes de ir ao Rio de Janeiro de Machado de Assis ou à Bahia de Jorge Amado. Convidavam-se professores jubilados para falarem dos autores em cenários apropriados. Eventos menos custosos e mais úteis do que muitas homenagens oficiais. Para esta revolução que continua por fazer não seriam necessários subsídios nem onerosos comissários mas voluntários que amem a Língua Portuguesa como nós.*

Em 2002, inovámos entregando o CD das Atas / Anais com nº ISBN no início das sessões. Em 2003 assumimos frontalmente o debate do multiculturalismo e interculturalismo. No ano seguinte, visitámos línguas e dialetos minoritários trazendo à colação a segunda língua oficial, o mirandês. Nesse ano fizemos a campanha que salvou o Ciberdúvidas Fomos os únicos, a debater (em 2005), a introdução da língua portuguesa em Timor e apadrinhámos o Observatório da Língua Portuguesa integrado na CPLP. Fizemos a abordagem ao berço da língua comum, desde a primeira edição, mas postergamos esse debate sobre o genocídio da Língua Portuguesa na Galiza até 2006, para catapultar os esforços do colega Ângelo Cristóvão na criação da novel Academia Galega. Em 2007, com o apoio da Câmara criou-se o 1º Prémio Literário da Lusofonia e debatemos a Língua Portuguesa no século XXI: a variante brasileira rumo ao futuro. Foi o pretexto para sermos os primeiros a debater o Acordo Ortográfico até então fora das manchetes dos jornais e do interesse dos políticos. O impacto e a cobertura do evento, além-fronteiras, ajudaram a ratificar o segundo protocolo modificativo. Em 2008 debatemos os Crioulos, iniciámos a campanha para criar uma cadeira de Estudos Açorianos e presenciámos a abertura oficial da Academia Galega da Língua Portuguesa nascida no seio destes colóquios. Estabelecemos protocolos e parcerias com Universidades, Politécnicos e Academias rumo à concretização da Diciopédia Contrastiva da Língua Portuguesa e de projetos mais ambiciosos com a necessária validação científica. Em outubro desse ano, o nosso anfitrião, Presidente do Município, lançou a ideia da criação do Museu da Língua em Bragança na presença do então Presidente da Academia de Ciências, Professor Adriano Moreira e Vice-Presidente, Artur Anselmo que com a Academia Brasileira deram “apoio inequívoco aos Colóquios”. Idêntico apoio e presença ocorreu em abril no 4º Encontro Açoriano. Rosa Madruga da UNISUL de Santa Catarina no Brasil celebrou, então, connosco o convénio para iniciar em 2010 a cadeira de Estudos Açorianos em regime de ensino a distância. Uma versão reduzida será orientada e ministrada pela colega Rosário Durão na Universidade do Minho com a qual acabamos de firmar acordo. Iguamente celebrámos um protocolo com o governo de Santa Catarina, Brasil, para levarmos os Colóquios até Florianópolis, que em 2010 se chamará AÇORIANÓPOLIS.

Ao contrário dos vulcões açorianos que tudo constroem e destroem sem um plano predefinido, sabíamos que teríamos de unir colegas e académicos nesta nossa paixão. Iniciámos a edificação da pirâmide para a posteridade: preservar e expandir a língua portuguesa, debatendo temas que nenhuma conferência queria ou ousava. Para aqueles que folhearem o programa e os trabalhos selecionados reitera-se que pugnamos pela multidisciplinaridade que nos define. Seguimos desde o início a linha utópica de José Augusto Seabra e da Cidadania da Língua, onde cabem todas as disciplinas do conhecimento, todas as ideias, saberes e nacionalidades, irmanadas por um elo comum, o seu código genético. Esse ADN único é a língua portuguesa unificada pelo novo Acordo Ortográfico de Timor a Luanda e Maputo, da Lagoa açoriana à catarinense Florianópolis no Brasil, passando pela Galiza, Goa, Damão e Diu, Malaca, Macau, Ceilão (Sri Lanka), Flores (Indonésia), São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Casamansa e onde quer que haja um Lusofalante, qualquer que seja a sua nacionalidade. Só assim a língua será o poder para que as suas culturas se não percam antes se fortaleçam com as suas variedades dialetais enriquecidas e irmanadas no novo acordo ortográfico.

Os nossos oradores “típicos” não buscam mais uma conferência para os seus currículos, antes querem compartilhar projetos e criar sinergias. Trocam impressões, ideias e metodologias, vivências e pontos de vista, dentro e fora do ambiente mais formal das sessões. Juntam-se aos colegas no primeiro dia, partilham comunicações, passeios, refeições e despedem-se no último dia como se de amigos se tratasse. É o que nos torna distintos de qualquer outro congresso. Criámos uma vasta rede informal facilitando o livre intercâmbio de experiências entre participantes. Foram eles que já iniciaram o ambicioso projeto da Diciopédia Contrastiva nas suas horas livres, irmanados do ideal de “sociedade civil” capaz e atuante, que nos permite o voluntariado destes colóquios. Juntos seremos capazes de atingir o que a burocracia e a hierarquia não podem ou não querem.

As nossas diversificadas atividades paralelas estão agora integradas no corpo das sessões e este ano teremos música, teatro e poesia dos Açores, Portugal, Galiza e Brasil, graças ao apoio logístico da Câmara Municipal disposta a connosco erguer aqui um Museu da Língua. Queremos que esse museu virtual enalteça a história transmontana e o contributo para a lusofonia ao longo dos séculos.

Temos também a responsabilidade de prosseguir, incansáveis, a campanha para execução do novo Acordo Ortográfico. Contamos com o laborioso apoio dos seus vocais proponentes: Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara e Ângelo Cristóvão que nos têm assistido a lutar pela língua unificada que propugnamos para as instâncias internacionais. Em Portugal não há nem houve uma política de língua. Precisa-se de uma estratégia que vá além da ratificação do Acordo. É urgente a expansão e o reforço do ensino da língua a estrangeiros e às comunidades lusofalantes. A língua é um utensílio de poder que os governantes subaproveitam.

Carlos Reis afirmou (julho 2008): “*uma política de língua não é só um ato de um Governo, é um desígnio nacional que deve passar de Governo para Governo. A internacionalização da língua [portuguesa] só será possível com uma política a "longo prazo", que sobreviva aos sucessivos governos*”. É esse desígnio que os Colóquios da Lusofonia, representando a sociedade civil, ativa e atuante, desenvolvem há nove anos. Esperamos que as Academias nos ajudem a prosseguir. Enquanto as Letras se mantiverem subalternas como mera Secção da Academia das Ciências de Lisboa é imperioso que esta seja mais atuante na defesa da língua e das suas variantes face aos desafios que os políticos não conseguem afrontar. A vetusta Academia tem de ser pró-ativa em vez de reativa. O futuro e a preservação da língua não se compadecem com esperas nem vivem de glórias passadas. Portugal continua irremediavelmente atrasado e não pode esperar mais. Por isso sonhámos com a criação de uma Academia das Letras, da Língua. Essa Academia independente pode nascer proximamente no seio destes colóquios sem sujeições a projetos estatais ou outros. Mais um ambicioso projeto para abraçarmos.

Os Colóquios da Lusofonia seguiram a saga dos navegadores de antanho e chegaram aos Açores, com os Encontros iniciados em 2006 para debaterem a identidade açoriana, sua escrita, lendas e tradições. Em 2008 tivemos o privilégio da presença do picaroto, Dias de Melo e do micalense Daniel de Sá. Em 2009 tivemos o prolífico escritor Cristóvão de Aguiar que é o nosso convidado especial em Bragança este ano. Na nossa porfia por repor tais escritores no panteão que merecem temos muitos outros para estudar, ler e traduzir. É para eles, suas obras e memórias, que iremos orientar edições futuras. Com alegria vos informo que tais autores chegaram, graças à colega Rosário Girão, às universidades romenas e polacas, graças às colegas Zélia Borges e Dina Ferreira chegaram às Universidades de São Paulo e irão chegar ao mundo nos novos cursos abertos de Estudos Açorianos pela internet



que a UNISUL e a Universidade do Minho vão ministrar. A Diciopédia tem uma nova plataforma, mais acessível aos investigadores que nela labutam e ao público. Hoje iremos ter a nossa Homenagem contra o Esquecimento, nesta nossa nova tarefa de dar a conhecer e traduzir autores que a curta memória dos homens olvidou para além de debatermos ainda o acordo ortográfico e a tradução, outro tema que nunca abandonámos desde a primeira edição.

.Chrys chrystello 30 de setembro 2009

## SINOPSES E BIODADOS – ORADORES, CONVIDADOS E PATRONOS



### 1. ADRIANA CRISTIANINI

**ADRIANA CRISTINA CRISTIANINI**, Doutora em Linguística, Área: Semiótica e Linguística Geral pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo USP (2007). Possui Mestrado em Comunicação e Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie UPM (2002), Especialização em Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André Fundação Santo André FSA (1992) e Graduação em Letras Licenciatura Plena em Português / Inglês pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André Fundação Santo André FSA (1990). Participou do Special English Program for Teachers for FSA, na Old Dominion University (1996) e atuou como professora tutora do PEC Formação Universitária, vinculada à Universidade Estadual Paulista UNESP (2001-2002). Atualmente é professora da Universidade Bandeirante de São Paulo UNIBAN (desde 2000) e membro do Grupo de Estudos em Dialectologia e Geolinguística da Universidade de São Paulo GPDG / USP (desde 2004).

## SINOPSE - TEMA 2.5. O ITEM LEXICAL “CHUVA DE GRANIZO” E SUAS VARIAÇÕES: A NORMA REGISTRADA NO ATLAS SEMÂNTICO-LEXICAL DA REGIÃO DO GRANDE ABC, SP, BRASIL ADRIANA CRISTINA CRISTIANINI, UNIBAN / GPDG-USP

Considerando que a ideia de norma está definitivamente caracterizada pela presença da alta frequência e pela distribuição regular das variações em uma comunidade linguística, podemos especificar, por meio das respostas obtidas de entrevistas aplicadas a sujeitos de certo grupo numa dada localização, a norma característica do local. Não podemos, evidentemente, deixar de passar pela reflexão de que os sentidos se dão na interação entre os falantes, que estão situados num determinado tempo, num dado espaço, e pertencem a um grupo. Além disso, os falantes carregam crenças, costumes, valores culturais, sociais. Aliás, carregam a ideologia da comunidade na qual estão inseridos. Segundo Orlandi (2002), ao significar, o sujeito também se significa e é devido a isso que podemos dizer que o sujeito e o sentido se constituem simultaneamente. E é no léxico de uma língua que primeiramente encontramos o repositório do saber linguístico de uma comunidade, a configuração da realidade extralinguística e a representação da imagem vista pelo sujeito do mundo que o abriga. Os estudos do léxico, portanto, buscam, entre outros fins, estabelecer, organizar e veicular os signos na relação do homem com o mundo que o rodeia, e assim, poder instrumentalizar um maior e melhor conhecimento da língua falada, além de propiciar o reconhecimento das diferenças culturais que compõem as realidades de um mesmo país. O presente trabalho tem como objetivo fazer a análise do item lexical ‘chuva de granizo’ e de suas variações, mais especificamente na região do Grande ABC paulista. Não deixaremos, contudo, de observar as realizações linguísticas correspondentes ao mesmo conceito em outras regiões do país. Buscaremos, também, estabelecer um vínculo entre a norma lexical das localidades e suas características culturais.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao nomear a qualquer coisa, ser e objeto, o homem reconhece o item nomeado como real, visto que não nomear, ou não ter nome, nada mais é que a não existência. O processo de nomeação, portanto, está diretamente vinculado à maneira como o ser humano vê o mundo, a realidade que o cerca.

Esse processo de nomeação é responsável pela constituição e ampliação do léxico das línguas naturais. Segundo Biderman (2001, p. 13), “A geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos linguísticos: as palavras”.

Dessa maneira, o homem, no decorrer de sua vida, por participar de um processo permanente de cognição, apropria-se de um repertório linguístico que nos permite identificá-lo sócio, cultural e historicamente.

É no léxico de uma língua que primeiramente encontramos o repositório do saber linguístico de uma comunidade, a configuração da realidade extralinguística e a representação da imagem vista pelo sujeito do mundo que o abriga. Na medida em que o léxico se constitui, podemos observar como uma determinada comunidade vê o mundo que a rodeia, pois, por meio da língua, se deixam transparecer as ideologias, crenças, valores, costumes, práticas, hábitos e conseqüentemente, as transformações sócio-econômica-político-cultural por que a comunidade passou em sua história.

Para Biderman (1992, p. 399):

O léxico é o tesouro vocabular de uma língua, incluindo a nomenclatura de todos os conceitos linguísticos e não linguísticos e de todos os referentes do mundo físico e do universo cultural do presente e do passado da sociedade. Esse tesouro constitui um patrimônio da sociedade, juntamente com outros símbolos da herança cultural.

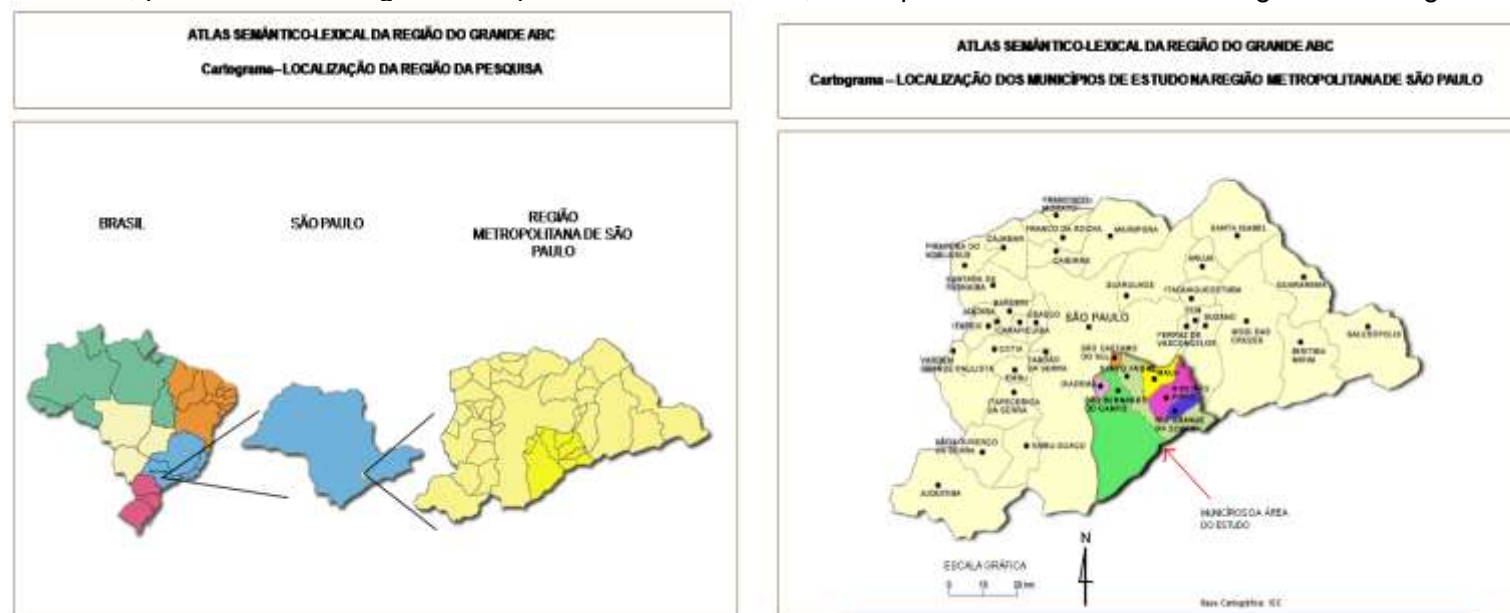
Portanto, a análise de aspetos semântico-lexicais da fala de um grupo humano, especialmente num recorte regional, proporciona a recolha de formas linguísticas que denotam as influências socioculturais sofridas por esse grupo. Assim, podemos falar da força criadora da linguagem que, por vezes, atravessa fronteiras políticas e naturais, infiltrando-se, de forma sutil, em culturas e sociedades diversas. Além disso, não podemos deixar de passar pela reflexão de que os sentidos se dão na interação entre os falantes, que estão situados num determinado tempo, num dado espaço, e pertencem a um grupo. Segundo Orlandi (2002), ao significar, o sujeito também se significa e é

## Atas colóquio da lusofonia –

devido a isso que podemos dizer que o sujeito e o sentido se constituem simultaneamente. O presente trabalho tem como objetivo fazer a análise do item lexical 'chuva de granizo' e de suas variações, mais especificamente na região do Grande ABC paulista. Não deixaremos, contudo, de observar as realizações linguísticas correspondentes ao mesmo conceito em outras regiões. Também consultaremos parte dos dados obtidos por meio de dois importantes projetos, em andamento, no estado de São Paulo: *Projeto Atlas sociogeolinguístico do município de São Paulo: O léxico* (GPDG / USP); *Projeto de tese de doutorado Atlas semântico-lexical do litoral norte de São Paulo* (ENCARNAÇÃO). Buscaremos, também, estabelecer um vínculo entre a norma lexical das localidades e suas características culturais. Para que se possam compreender as manifestações linguístico-culturais na região do Grande ABC, faz-se necessária uma breve explanação sobre a localidade, que iniciamos a seguir.

### A REGIÃO DO GRANDE ABC

Hoje composta por sete municípios – Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra –, o Grande ABC localiza-se na região sudeste do Brasil, no estado de São Paulo, pertencendo à Região Metropolitana de São Paulo, como pode ser observado nos seguintes cartogramas:



A região do Grande ABC paulista representa uma importância considerável no contexto sócio-político-econômico-cultural do Brasil. Tanto econômica quanto populacionalmente, a região fornece-nos dados que mostram a irrefutabilidade do desenvolvimento de estudos sobre a região e sobre as características de sua população.

A história do surgimento e do desenvolvimento dos municípios do Grande ABC mostra-nos que a migração e a imigração podem ter dado origem a certa variação e mudança linguísticas na fala dos habitantes da região.

Desde sua origem, percebemos que alguns itens nos direcionam a uma reflexão sobre quais fatores teriam influenciado na concretização da norma linguística que se apresenta na atualidade.

Dois são as histórias que se poderiam relatar sobre a origem da região a qual hoje chamamos Grande ABC.

Pouco tempo após o descobrimento do Brasil, com a chegada de Martim Afonso de Souza, inicia-se o processo que daria origem à formação dos municípios do Grande ABC.

Nessa ocasião, Martim Afonso de Souza conheceu João Ramalho, residente em um povoado que se formava no planalto acima da Serra do Mar. Como João Ramalho tivesse contato com os índios, auxiliou Martim Afonso na tarefa da colonização, tendo solicitado, então, a este último, a inauguração da Vila de Santo André da Borda do Campo, que se deu em 1553, com a autorização do então Governador-geral do Brasil, Tomé de Souza. Poucos anos depois, entretanto, houve a extinção da Vila de Santo André, a qual passou a fazer parte da Vila de São Paulo, que nascia na época.

As terras, então, foram doadas e a região passou por um período de estagnação, pois se desenvolveu restritamente uma cultura de subsistência e o local foi utilizado somente como pastagem para os animais dos tropeiros que vinham do litoral rumo a São Paulo e ao interior.

Na década de 1630, as terras foram doadas novamente, mas dessa vez aos Beneditinos e, na região, se formaram as fazendas de São Bernardo e São Caetano.

Essas fazendas, futuramente, foram compradas pelo Estado com vistas à criação de colônias de imigrantes.

Temos, portanto, tanto a presença de tropeiros, como a presença de migrantes e imigrantes contribuindo para a formação sociocultural da região.

A grande retomada, contudo, da região, que propiciou um rápido desenvolvimento, deu-se a partir da construção, iniciada em 1860, da Estrada de Ferro São Paulo Railway, ligando Santos a Jundiaí.

Sem dúvida alguma, esse foi um dos, senão o fato mais importante para o desenvolvimento do local, pois mudou consideravelmente o perfil da região. Foi com a construção da ferrovia que se iniciou a formação de núcleos urbanos, os quais resultaram na formação de povoados. Com o passar dos anos, foram se tornando independentes e formaram a maioria dos municípios que hoje compõem a região.

Uma visão superficial já é suficiente para percebermos que a realidade das comunidades linguísticas da região passou por grandes transformações e, indubitavelmente, uma transfiguração também se fez presente nas relações entre as pessoas. O que num passado não muito distante era o retrato de um isolamento considerável, hoje se apresenta como uma nítida quebra de fronteiras, de limites.

Os meios de comunicação, sem dúvida alguma, também têm um papel significativo nas mudanças de hábitos linguísticos não só na região, mas em todo o país. Além disso, temos de considerar que, nas últimas décadas, tem ocorrido um grande deslocamento de habitantes de uma região para outra, provocando uma reconstituição demográfica e, conseqüentemente, uma mudança nos usos linguísticos da comunidade.

Pela movimentação da população de cada área, podemos crer que tenhamos, atualmente, na região do Grande ABC, poucos usuários da língua consolidados à região que habitam, pois, além da grande mobilidade, eles também convivem com uma massa populacional bastante móvel.

Ficam evidentes, também, as várias influências que podem ser percebidas na realidade linguística atual da região. Uma análise dos usos linguísticos proporcionou uma reflexão sobre a identidade da comunidade que vive nesse local. Contudo, precisamos considerar que a essência da informação de um atlas reside no dado de natureza espacial e, por isso, nossa pesquisa priorizou o enfoque diatópico.

### PESQUISA SOCIOGEOLOGUÍSTICO

## Atas colóquio da lusofonia –

A Dialetoologia e a Sociolinguística têm buscado, com empenho, descrever e analisar as normas e as variações linguísticas em grupos específicos.

Partindo de preceitos da Dialetoologia e da Sociolinguística, surge o termo Sociogeolinguística – empregado pelo Grupo de Pesquisa em Dialetoologia e Geolinguística da Universidade de São Paulo – GPDG / USP –, para designar os estudos geolinguísticos que consideram fatores tanto geográficos quanto sociais para coleta, registro e análise de dados linguísticos. Trata-se de uma área interdisciplinar, visto que não é possível dissociar as variáveis geográficas, sociais e discursivas das características linguísticas de uma dada comunidade.

Segundo Santos (2006), nesse tipo de estudo, “busca-se examinar o leque de designações que os falantes / ouvintes atribuem ao mundo / espaço referencial ou imaginário. Para investigar quais são essas designações, utiliza-se o questionário semântico-lexical [...], que se constitui em um conjunto de questões de cunho descritivo que visam a indagar a designação atribuída pelo entrevistado, sujeito da pesquisa, a um determinado objeto do mundo / espaço referencial ou imaginário”.

As respostas coletadas com as entrevistas geralmente são objetivas. Ocasionalmente, há um acréscimo de alguns comentários por parte do sujeito, para completar ou explicar a resposta, ou ainda, para contemplar novas indagações do entrevistador na busca de outras formas de falar.

Considerando que a finalidade desses atlas é descrever a variação diatópica, a frequência e a distribuição dos diferentes itens lexicais num determinado espaço físico, os pesquisadores costumam focar as designações. Contudo, a reprodução dos diálogos e a contextualização que, quando disponibilizadas, aparecem em forma de notas às cartas, têm merecido estudos posteriores por parte de pesquisadores. Além do referencial teórico-metodológico da Sociogeolinguística, apoiamos-nos nas teorias da Lexicologia, a partir de obras de Pottier e Barbosa; utilizamos a abordagem de Norma efetuada por Cose riu; e a de Estatística Lexical, proposta por Muller, sobretudo as referentes à frequência.

### MÉTODO E PROCEDIMENTOS

Por termos como objetivo o cotejamento de resultados, utilizamos os *corpora* compostos pelas entrevistas dos seguintes estudos: *Atlas semântico-lexical da região do Grande ABC* (CRISTIANINI, 2007); *Estudo geolinguístico de alguns municípios do litoral sul paulista: abordagem de aspetos semântico-lexicais* (IMAGUIRE, 2004). Além desse material, utilizaremos os dados de dois projetos em andamento: *Projeto Atlas sociogeolinguístico do município de São Paulo: O léxico* (GPDG / USP); *Projeto de tese de doutorado com vistas à elaboração do Atlas semântico-lexical do litoral norte de São Paulo* (ENCARNAÇÃO).

Esses estudos, para registro das variações diatópicas, seguem / seguiram os preceitos da Sociogeolinguística, que consiste na aplicação de questionário semântico-lexical a um conjunto de sujeitos com determinadas características, numa rede de pontos, cujos resultados são apresentados em tabelas, gráficos, quadros e cartogramas. Os atlas linguísticos constituem-se da compilação dos respectivos cartogramas.

Os itens lexicais que discutimos no presente trabalho são respostas à questão 15, pertencente à área semântica “Fenômenos atmosféricos”, de forma que, perguntamos aos sujeitos: “Durante uma chuva, podem cair bolinhas de gelo. Como chamam essa chuva?”.

Para o *Atlas semântico-lexical da região do Grande ABC* (CRISTIANINI, 2007), foram entrevistados 36 sujeitos, numa rede composta por nove pontos distribuídos pela região.

A determinação do perfil dos sujeitos buscou atender principalmente à questão geográfica, por isso, procuraram-se preferencialmente sujeitos nascidos no local ou residente na região por, ao menos, dois terços da vida.

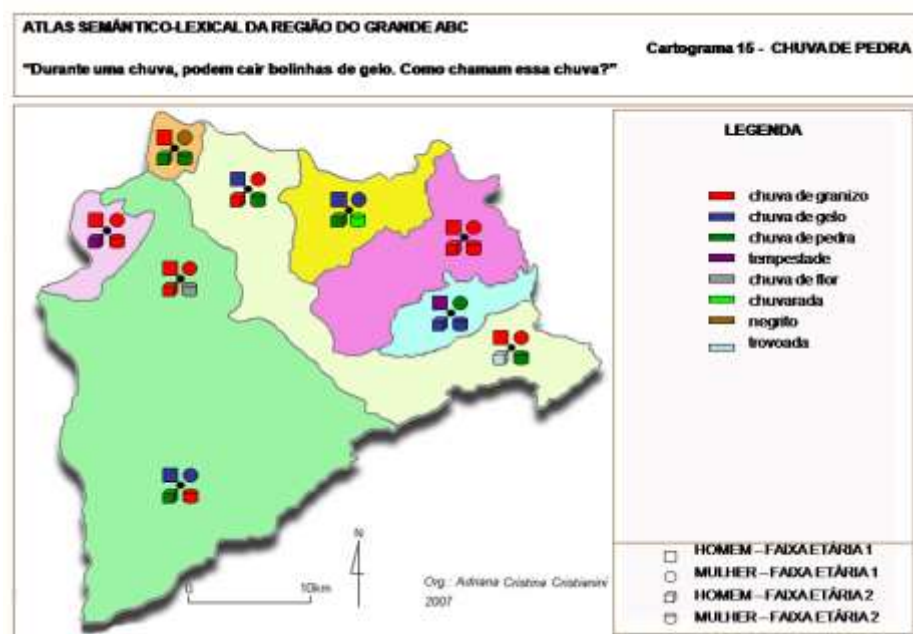
Outras variáveis, sociais, também foram consideradas para a pesquisa, tais como, gênero, faixa etária e escolaridade. Foram, para isso, entrevistados, por ponto, um homem e uma mulher na faixa etária mais jovem (1), de 18 a 30 anos, e um homem e uma mulher na faixa etária de 50 a 65 anos, mais alta (2). Quanto à escolaridade, os sujeitos possuíam um nível de escolaridade, no máximo, até a oitava série do Ensino Fundamental.

Dada a grande mobilidade existente não só com a migração para a região, mas também com a mobilidade de local de habitação dentro da própria região, a dificuldade de localização dos sujeitos com o perfil determinado foi grande. Mesmo assim, insistiu-se em entrevistar sujeitos da primeira faixa etária nascidos na região, ou lá residentes desde a primeira infância, e somente entrevistaram-se sujeitos residentes no local há anos correspondentes, no mínimo, a dois terços da vida, quando necessário, junto àqueles da segunda faixa etária.

Os outros estudos aqui mencionados seguem / seguiram os mesmos procedimentos. Somente a variável faixa etária diferencia-se parcialmente em cada trabalho.

Além das respostas dos 36 sujeitos apresentadas no *Atlas semântico-lexical da região do Grande ABC* (CRISTIANINI, 2007), o *corpora* do presente trabalho é composto também dos dados referentes ao item lexical analisado coletados em entrevistas a: 90 sujeitos do *Estudo geolinguístico de alguns municípios do litoral sul paulista: abordagem de aspetos semântico-lexicais* (IMAGUIRE, 2004), 10 sujeitos do *Projeto Atlas sociogeolinguístico do município de São Paulo: O léxico* (GPDG / USP); e 16 do *Projeto de tese de doutorado com vistas à elaboração do Atlas semântico-lexical do litoral norte de São Paulo* (ENCARNAÇÃO).

### ANÁLISE DOS RESULTADOS



### Atas colóquio da lusofonia –

Na região do Grande ABC para a questão “Durante uma chuva, podem cair bolinhas de gelo. Como chamam essa chuva?”, O item lexical com maior ocorrência foi “chuva de granizo” (44,44%), seguida de “chuva de gelo” (19,44%) e “chuva de pedra” (19,44%). Outras ocorrências foram “tempestade” (5,52%), “chuva de flor” (2,78%), “chubarada” (2,78%), “negrito” (2,78%) e “trovoada” (2,78%)

Como podemos verificar no “Cartograma 15 – CHUVA DE PEDRA” do *Atlas Semântico-Lexical da região do Grande ABC* (CRISTIANINI, 2007), a distribuição também se mostra regular, apesar de não constataremos “chuva de granizo” nos municípios de Mauá e Rio Grande da Serra.

Os três itens lexicais de maior ocorrência - “chuva de granizo”, “chuva de gelo” e “chuva de pedra” - aparecem distribuídos por toda a região, tendo, além disso, uma peculiaridade. Em geral, uma delas apenas tem a frequência mais elevada num ponto, havendo, portanto, uma alternância. Assim, nos pontos MA e RGS, onde não aparece “chuva de granizo”, têm alta frequência as lexias “chuva de gelo” e “chuva de pedra”. Podemos observar na *Tabela 1 – “chuva de granizo”, “chuva de gelo” e “chuva de pedra” x pontos* as ocorrências dessas lexias nos pontos da região.

Tabela 1 – “chuva de granizo”, “chuva de gelo” e “chuva de pedra” x pontos

	“Chuva de granizo”		“Chuva de gelo”		“Chuva de pedra”	
	Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
SA	2	50	1	25	1	25
SAP	2	50			1	25
SBC	3	75				
SBCR	1	25	2	50	1	25
SCS	1	25			2	50
DI	3	75				
MA			2	50	1	25
RP	4	100				
RGS			2	50	1	25
ABC	16	44,44	7	19,44	7	19,44

Nas respostas coletadas em *municípios do litoral sul paulista*, encontramos “chuva de granizo / granizo” (64,44%), “chuva de pedra / choveu pedra” (20%), “chuva de gelo” (8,89%), “pedra de gelo” (3,33%), “gelo” (1,11%), “bolinha de gelo” (1,11%), “chuva de granada” (1,11%), “chuva de verão” (1,11%), “chuvisco” (1,11%), e uma abstenção (1,11%).

No município de São Paulo, todas as entrevistas utilizadas pelo presente estudo apresentam como resposta “chuva de granizo” (100%) para a designação em questão.

Nas entrevistas do *Projeto de tese de doutorado com vistas à elaboração do Atlas semântico-lexical do litoral norte de São Paulo*, encontramos “chuva de pedra” (56,25%), “chuva de gelo” (25%), “chuva de granizo” (12,5%), e uma abstenção (6,25%).

Percebemos pelos dados que, enquanto na região do Grande ABC, no litoral sul paulista e no município de São Paulo, há alta frequência de “chuva de granizo” em detrimento dos demais, no litoral norte predominam nitidamente as ocorrências de “chuva de pedra”. Esses são os dois itens lexicais aos quais nos reportaremos na sequência.

Considerando que o item lexical de maior frequência entre as respostas obtidas na pesquisa foi “chuva de granizo”, é por este item que iniciaremos a reflexão sobre os significados inerentes e aferentes nele presentes.

Segundo Houaiss (2001), o verbete granizo tem as seguintes acepções: precipitação atmosférica constituída de pedregulhos de gelo, formados nas nuvens, devido à queda brusca de temperatura; saraiva; granizada, saraivada; grão miúdo; granito, grânulo.

A etimologia de “granizo” vem do espanhol, *granizo* (1335), que, por sua vez, tem origem na ideia de grão, do latim *granum*, 'grão, baga, semente'.

Encontramos para Grão, em Houaiss (2001), entre outras, as designações: o fruto ou a semente das gramíneas (como a cevada, o trigo, o milho etc.), e a semente de certas leguminosas (como o feijão, o tremoço, a ervilha etc.); semente de certos vegetais; qualquer corpo diminuto; partícula.

Como diminutivo irregular de grão, temos granito, granizo. Diante do exposto, podemos observar a associação existente entre “grão”, “granizo” e “chuva de granizo”.

Há muito, crenças e mitos são associados à chuva. Universalmente a chuva é considerada símbolo de influências celestiais recebidas pela terra. A chuva carrega a ideia de fertilidade, visto que é ela o agente fecundador do solo. Daí o fato de haver muitos ritos agrários com vistas a chamar a chuva.

O folclore brasileiro apresenta, por exemplo, algumas versões associadas à Santa Luzia, pois seu dia, 13 de dezembro, é também um dia de expectativa para os que dependem de chuvas e colheitas. Temos, inclusive, dicionarizado o verbete “chuva de santa luzia”. Há uma crença generalizada de que, se chover nas horas ascendentes, estará assegurado um inverno chuvoso e uma safra vantajosa. Cascudo (1972) registra uma experiência folclórica referente à chuva e ao plantio de arroz, observando-se as datas de chuva: se chover no dia 13 de dezembro, choverá em janeiro; 14 de dezembro, em fevereiro; 15, em março; 16 em abril e assim por diante. Anteriormente, Euclides da Cunha (*apud* CASCUDO, 1972) descrevia como a gente simples faz a experiência com as pedrinhas de sal: “No dia 12, ao anoitecer, expõe-se ao relento, alinhadas, seis pedrinhas de sal, que representam em ordem sucessiva, da esquerda para a direita, os seis meses vindouros de janeiro a junho. Ao alvorecer de treze de dezembro se observa: se estão intactas, pressagiam a seca; se a primeira apenas se dilui, transmutada em aljôfar líquido, é certa a chuva em janeiro; se a Segunda, em fevereiro; se a maioria ou todas, é inevitável o inverno benfazejo.”

**Essa fertilidade se estende, pois a chuva não banha somente os campos, mas também os animais e os humanos. Aquilo que desce do céu é também a fertilidade do espírito.**

**Além disso, temos a relação de “chuva” com as representações de “água” da qual a chuva é formada e “grão”, cujos diminutivos podem ser “granizo” ou “granito”. Temos a água da chuva para semear o pequeno grão da vida.**

A água, tal qual a chuva, possui uma carga simbólica e divina. Entre as significações simbólicas, as mais constantes estão vinculadas às ideias de fonte da vida, meio de purificação e regeneração. A água é a origem e o veículo de toda vida.

**Na tradição judaica e cristã, a água representa, em primeiro lugar, a origem, a criação: ela é a mãe e matriz, o útero. A água é fonte de todas as coisas, manifesta, por consequência, tudo aquilo que transcende.**

Diversas são as citações bíblicas em que a água torna-se símbolo de vida espiritual, a alma é orientada pelas águas. Além disso, em muitas passagens históricas da cultura universal, a água é empregada como instrumento de purificação.

Também o grão, vinculado à ideia de semente, tem em si a ideia de fertilidade, visto que é do grão lançado à terra que nasce a planta e todo o ciclo da vida.

Quando à “chuva de pedra”, encontramos também as simbologias relacionadas à fertilidade, à origem, à regeneração, à vida.

Segundo Chevalier e Gheerbrant (1996, pp. 696-699):

Um dos sentidos para o signo pedra aborda que, tradicionalmente, a pedra ocupa um lugar de distinção. Existe entre a alma e a pedra uma relação estreita. [...] A pedra e o homem apresentam um movimento duplo de subida e de descida. O homem nasce de Deus e retorna a Deus. A pedra bruta desce do céu; transmutada, ela se ergue em sua direção [...]

## Atas colóquio da lusofonia –

As pedras da chuva personificam o espírito petrificado dos ancestrais; são antes símbolos do habitat dos ancestrais ou de sua permanência em um lugar por sua força. A pedra fixa, por assim dizer, a alma dos ancestrais, retém-na, para fertilizar o solo e atrair a chuva.

As pedras da chuva [...] também são consideradas emblemas de fertilidade. Fazem oferendas a elas em caso de seca ou na primavera, para garantir uma boa colheita.

Todavia, a chuva, a água, o grão, a pedra, como, aliás, todos os símbolos, podem ser encarados em dois planos, rigorosamente opostos. Essa ambivalência faz com que chuva seja fonte de vida e fonte de morte, criadora e destruidora.

Da mesma forma que a água comporta um poder maléfico, como as *Grandes Águas*, o *Dilúvio*, anunciando uma provação a pedra carrega em si maldições encarnadas, pois se atira uma pedra em alguém quando se quer ferir, prejudicar.

A chuva, ao mesmo tempo, portanto, traz esperança e medo, prosperidade e miséria.

É esse caráter ambivalente que permite encontrarmos respostas que conotam traços positivos, mas que, graças a comentários dos sujeitos, percebemos que, na verdade, temos esse uso para evitar outro. Para exemplificação, podemos citar o sujeito do *Atlas semântico-lexical da região do Grande ABC* (CRISTIANINI, 2007) que respondeu “chuva de flor”, informando que não podia falar “chuva de pedra”, desde a infância, porque não traz sorte. E completou: “[...] quem manda a chuva é Deus e Ele jamais atiraria pedras nas cabeças de seus filhos”.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente, muito ainda haveria a ser falado, tal a amplitude das reflexões possíveis diante de um cabedal tão rico que os estudos sociogeolinguísticos nos proporcionam.

Os trabalhos sociogeolinguísticos, mais que apresentar um rol de designações por meio dos atlas, retratam a cultura, as crenças, as memórias e o modo de ver o mundo dos integrantes de uma comunidade linguística em dado espaço geográfico, numa determinada época.

Apesar de se tratar de estudos de determinada etapa sincrônica, essas pesquisas revelam aspetos que reportam à atualização do léxico num processo de mudança linguística e à compreensão das subjacências presentes a cada designação.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIDERMAN, M. T. C. (2001) As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (org.). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. 2ª ed. Campo Grande: UFMS.

BIDERMAN, M. T. C. (1992) *Dicionário Contemporâneo de Português*. PETRÓPOLIS: VOZES.

CASCUDO, L. da C. (1972) *Dicionário do folclore brasileiro*. 3ª ed. rev. e aum. Brasília: Instituto Nacional do Livro.

CHEVALIER, J. & CHEERBRANT, A. (1969) *Dicionário de Símbolos*. 10 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

CRISTIANINI, A. C. (2007) *Atlas semântico-lexical da região do Grande ABC*. Tese (Doutorado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ENCARNAÇÃO, M. R. T. da. (2005) *Estudo geolinguístico de aspetos semântico-lexicais nas comunidades tradicionais do município de Ilhabela*. 2005. 167 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

HOUAISS, A. (2001) *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. São Paulo: Objetiva. 1 CD-ROM.

IMAGUIRE, L. M. C. (2004) *Estudo geolinguístico de alguns municípios do litoral sul paulista: abordagem de aspetos semântico-lexicais*. 2004. 431 f. Tese (Doutorado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ORLANDI, E. P. (2002) *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, Pontes.

SANTOS, I.P. (2006) Memória e geolinguística; o questionário semântico-lexical. In: *X Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, 2006, Rio de Janeiro. Cadernos do CNLF, v. X.

## 2. ADRIANO MOREIRA



**ADRIANO MOREIRA** Professor, político, jurista e sociólogo (nasceu em Grijó de Vale Benfeito, Macedo de Cavaleiros, 15.9.1922). Licenciado pelas Faculdades de Direito de Lisboa e de Madrid, concitou as atenções do mundo jurídico quando, em 1946, apresentou a petição de *habeas corpus*, e, pouco depois, produziu teses sobre o Direito Corporativo.

Professor na antiga Escola Superior Colonial (1948) defendeu tese de concurso para professor na mesma escola (que, entretanto, passara a designar-se Instituto Superior de Ciências Sociais e Administração Ultramarina), com a obra *O Problema Prisional do Ultramar* (1953) distinguido com o prémio Abílio Lopes do Rego, da Academia das Ciências de Lisboa.

Marca esta obra um ciclo de reflexão sobre o Ultramar e os problemas ultramarinos, ciclo esse aprofundado na política internacional, uma vez que, sem prejuízo de outras responsabilidades (membro da Câmara Corporativa e da Junta Nacional de Educação) participante da delegação portuguesa na Organização das Nações Unidas (1957-1959). Diretor do Instituto Superior onde se formara, Salazar chamou-o, em momento de crise, ao lugar de Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina (1960-1961), o que significou um ato de renovação do regime, dado o perfil do novo Subsecretário, considerado representante de uma "esquerda moderna" descomprometida das grandes linhas do regime.

Em outro momento de crise, no contexto das movimentações de Botelho Moniz para alteração da ordem estabelecido, foi nomeado Ministro do Ultramar (1961-1963). O pouco tempo em que chefiou o Ministério, num momento difícil, em que importava corrigir sucessivos erros acumulados, por forma a garantir alguma credibilidade internacional à política ultramarina, ficou assinalado por um importante conjunto de ações jurídicas, diplomáticas e de aprofundamento cultural e social: revogação do Estatuto do indigenato e do trabalho forçado; publicação do Código de Trabalho Rural (considerado o mais avançado em África); a criação das Juntas de Povoamento e dos Institutos de Serviço Social; a criação dos Estudos Gerais Universitários (Angola e Moçambique); a criação do Centro de Estudos Políticos da Junta de Investigações do Ultramar, etc.

A imagem positiva que obteve em largas camadas da população, que viram no Ministro fortes motivos de esperança no futuro da Nação Portuguesa na sua integridade (ainda que requerendo mudanças estatutárias) viu-se prejudicada por alguma contestação de alas do aparelho militar.

Importa mencionar o relacionamento de A. M. com o falecido bispo da Beira, D. Sebastião Soares de Resende, considerado referencial de oposição ao regime (cf. Sebastião Soares de Resende, *Profeta em Moçambique*, 1994, pp. VII-XIV o prefácio de A. Moreira).

## Atas colóquio da lusofonia –

Regressando ao ensino, preside (1964) à Sociedade de Geografia de Lisboa e dá largas a um incontornável génio fundador de que são exemplos: os Congressos das Comunidades, a União das Comunidades de Cultura Portuguesa e a Academia Internacional de Cultura Portuguesa (1960).

Afastado das lides governamentais, o elenco dos seus livros denota a abertura de um novo ciclo que designaríamos de pneumatologia política: reflexões dos problemas universais e de conjuntura segundo uma leitura ético política, com acentos de uma quase anterioridade religiosa.

Colabora em múltiplos órgãos de imprensa (assinala-se apenas o que tem publicado em Estudos Políticos e Sociais, Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e, ultimamente, no jornal Roteiros do Instituto D. João de Castro, de que é fundador), forma discípulos que realizam obra autónoma (citamos os nomes de António Marques Bessa e de José Adelino Maltês, entre outros) e obtém o doutoramento em Direito na Universidade de Madrid, com a tese A Europa em Expansão (Lx., 1974, ed. Brasileira S. Paulo, 1976).

A seguir aos conflitos político-sociais de 1974 manteve uma atitude de lealdade e de prudência.

Demitido da função pública (1975) exilou-se no Brasil, onde foi professor contratado da Universidade Católica do Rio de Janeiro, ali fundando o Instituto de Relações Internacionais.

Preferiu exercer influência através da doutrina, como o demonstram os títulos publicados entre 1974 e 1980, onde prevalece uma iluminada conciliação entre razão e humanismo, entre realismo e idealismo, sem risco de utopismo.

Constituído em "reserva" nacional para muitos portugueses, regressou à política ativa como Presidente do CDS (Centro Democrático Social) que salvou de uma profunda crise institucional e económica (1985-1988) sendo eleito deputado por todas as legislaturas à Assembleia da República até 1995 (e dela foi Vice-Presidente), ano em que se despediu da vida parlamentar, recebendo justa homenagem dos deputados de todas as formações, pelos quais foi voz escutada e considerada. Além de diversíssimas condecorações, é doutor honoris causa pelas Universidades de Baía, Brasília, Manaus, Rio e S. Paulo.

### Obras Principais: Para além das citadas:

Direito Corporativo. Lx., 1950;

Política Ultramarina. Lx., 1956;

Portugal e o Artigo 73 da Carta das Nações Unidas. Lx., 1957;

A Jurisdição Interna e o Problema do Voto na O.N.U., 1958;

Estudos Jurídicos. Lx., 1960;

A Batalha da Esperança. Lx., 1962;

Partido Português. Lx., 1963;

Ensaaios. Lx., 1964;

Ideologias Políticas. Lx., 1964;

Os Fins do Estado. Lx., 1968;

O Tempo dos Outros. Lx., 1968;

Sistemas Políticos da Conjuntura. Lx., 1968;

Política Internacional. Porto, 1970;

Tempo de Vésperas. Lx., 1971;

Saneamento Nacional. Lx., 1976;

A Comunidade Internacional em Mudança. S. Paulo, 1976;

O Drama de Timor. Lx., 1977;

O Novíssimo Príncipe. Lx., 1977;

A Nação Abandonada, R. de J. / Lx., 1977;

Legado Político do Ocidente (Colaboração). S. Paulo, 1978;

Direito Internacional Público. Lx., 1983;

Comentários. Lx., 1989;

Ciência Política. Lx., 1979;

Teoria das Relações Internacionais. Coimbra, 1996;

Notas do Tempo Perdido, Matosinhos, 1996

## SINOPSE - PONTOS CRÍTICOS DA CPLP, ADRIANO MOREIRA, ACADEMIA DAS CIÊNCIAS

O mais oportuno é tentar enunciar os pontos críticos e escutar o diálogo construtivo sobre as respostas sustentáveis. Os valores que orientaram a criação da CPLP [Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa] estão assumidos pelas soberanias envolvidas, as declarações de confiança no futuro da organização são frequentes, mas a evolução da ordem internacional, hoje de contornos imprevistos, também suscita dúvidas e hesitações sobre a mais viável definição de um conceito estratégico e ainda sobre a capacidade de reunir os recursos exigíveis para acompanhar com êxito a referida acidentada evolução.

Talvez, nesta adiantada hora da vida da CPLP, a contribuição mais oportuna seja a de tentar enunciar os pontos críticos da conjuntura e escutar o diálogo construtivo sobre as respostas sustentáveis. Não será posta em dúvida a natureza de instituição baseada na igualdade dos Estados participantes, uma das exigências irrenunciáveis de um projeto viável de reorganização da governança mundial.

Mas esta igual dignidade não é incompatível com lideranças destacadas, porque estas se apoiam em autoridade reconhecida, e não em poder imposto.

Talvez os exemplos não sejam numerosos, mas seguramente a história da NATO, longa de cinquenta anos até à queda do Muro de Berlim em 1989, parece servir de paradigma. Temos por comprovada, e não posta em causa, a adesão de todos os Estados membros ao referido paradigma, condição irrenunciável de bom funcionamento interno, mas também exemplo para os regionalismos de vários sinais que se vão multiplicando pelas diferenciadas regiões do mundo globalizado. Uma das circunstâncias da CPLP, que exige meditação e resposta ponderada, é a da múltipla pertença de cada um dos Estados membros a organizações internacionais especializadas por objetivos, ou, o que mais interessa neste caso, pelas regionalizações que se multiplicam.

Portugal serve imediatamente de exemplo, porque pertence à União Europeia e pertence à NATO, as duas pertenças mais significativas para a temática da CPLP. Justamente o Brasil tem o mesmo tipo de desafio, neste caso implicando inevitavelmente com a liderança pressentida.

Este exemplo da múltipla dependência encontra-se evidente na necessidade que Moçambique teve de se ligar à comunidade britânica, olhando à sua natureza de país de serviços que o ligam às exigências dos territórios que se foram tornando independentes no corredor que os ingleses abriram do Cabo ao Cairo. Esta múltipla dependência dos Estados da CPLP é um desafio para elaborar políticas coerentes sem experiência passada, em vista de um futuro sujeito a condicionamentos de terceiros, futuros abertos a uma complexidade que torna frágeis todas as prospetivas.

A língua aparece como elemento estrutural na própria designação do grupo, e sem dúvida tem a natureza de elemento estruturante fundamental do património imaterial que todos comungam. Recentemente, a questão do Acordo Ortográfico provocou divisões nas elites mais responsáveis, uns aprovando a orientação que dirige para a unidade que o Acordo consagra, outros rejeitando. Tem-nos parecido que o bom conceito é o de aceitar que a língua não é nossa, também é nossa, e que a questão ortográfica não é a mais importante nem a mais exigente de confrontos.

O mais importante, parece-nos, é que a língua tem uma circunstância que afeta todos os povos que a adotam, a qual se traduz no facto de a língua não ser neutra: transporta valores, que inspiram o tecido cultural da população, e também o diálogo convergente das respetivas soberanias nos foros internacionais onde todos falam com todos, como é o caso da ONU.

Falta assumir suficientes responsabilidades governamentais pela coordenação e por recursos para dar consistência às obrigações nacionais assumidas, com evidência na área da preservação, implantação, difusão da língua estruturante do tecido cultural de cada comunidade, deixando tranquilas no seu trabalho as instâncias seculares que se ocupam da ciência da língua e das artes que usam a língua, instâncias que apenas lentamente serão reproduzidas nesses países recentemente chegados ao diálogo internacional em liberdade.

### 3. ALEXANDRE BANHOS



**ALEXANDRE BANHOS CAMPO** é Licenciado em Ciências Políticas e em Sociologia (especialidade de Demografia e Povoação) pela Universidade Complutense. É membro da AGAL desde 1983, ocupando em duas ocasiões, sob a presidência de Maria do Carmo Henriques, postos no seu Conselho Diretivo. Tem participado em múltiplos encontros e congressos a ver com a língua, em muitos deles como relator. Desde há 32 anos está comprometido com o ativismo cultural fazendo parte de muitas associações e iniciativas culturais, tendo publicado trabalhos relacionados com estas matérias. É master em Gestom da Formação de Qualidade pela UNED, e especialista em Gestom Económico-financeiro pela USC. Nos anos 2000 a 2005 formou parte da Comissão Geral de Formação Continuada para os Empregados Públicos em todas as administrações e áreas do estado espanhol e da Permanente de dita Comissão, bem como dos órgãos diretivos neste campo da Federação Espanhola de Municípios e Províncias (FEMP). É membro do Comité Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), tendo participado em vários dos seus congressos, e de outros eventos e organismos. Tem também desenvolvido um importante trabalho como professor tanto no campo da formação de empregados públicos como na formação cultural dinamizadora do ativismo cultural que alicerça a consciência nacional e a da pertença a lusofonia.

### SINOPSE - TEMA 2.4. PODEMOS OS GALEGOS RECLAMAR O NOME DE GALEGO PARA A LÍNGUA COMUM? ALEXANDRE BANHOS CAMPO, AGAL

- A Galiza e o seu projeto ibérico
- O Quadro político do nascimento do reino de Afonso Henriques.
- Portugal e o seu projeto de futuro
- O Separatismo castelhano frente ao projeto ibérico galego
- A morte de Afonso VIII, corte castelhana tomada por galegos ou trunfo do projeto castelhano?
- A monarquia portuguesa e o projeto unificador da faixa ocidental ibérica
- 1479, fim do projeto unificador e Portugal e o seu constante projeto de futuro
- A língua portuguesa e a Galiza

#### **GALIZA E O SEU PROJETO IBÉRICO**

Nos feitos históricos há sempre um fator de oportunidade e outro em não pequena medida de azar. Mas nos fatos históricos há uma lei de ferro, -o que não se produzir no momento em que as circunstâncias são ou eram favoráveis ou propícias, nesse momento no que as ondas da história sobem a favor, já não há de se fazer. É dizer, que aquilo que não se faz no seu momento, muito difícil será alguma vez voltá-lo a fazer; ademais passado o momento mudam sempre as circunstâncias e estas são muito difíceis de reconstruir, e já nunca serão as mesmas.

A Galiza foi de sempre um poderoso elemento da história europeia, o principal ator político peninsular, foi o primeiro reino independente constituído dentro do império romano no ano 411, foi muito pronto um dos grandes impérios da cristandade, junto ao império Bizantino e ao sacro-império Romano-Germânico, foi quem guiou e liderou a luta da “reconquista” frente a Espanha.

Os galegos da velha Galiza ártabra e Astúrica do norte do *Cordal*<sup>1</sup>, os que nunca foram subjugados pelos muçulmanos, tinham-se pelos primeiros entre todos os peninsulares e não se abaixavam ante ninguém; a Galiza o território peninsular mais densamente povoado, inçado de linhagens nobres com os seus castelos e com capacidade para terem as suas forças de homens de lança (exércitos privados nobilares de entre 100 e 1000 lanças) que se tinham a si próprios como iguais ao rei, eram o ator mais poderoso no jogo peninsular. As numerosas forças galegas eram o fator mais temível da península ibérica e já desde muito cedo senhores muçulmanos acabaram pagando tributo e aceitando o seu domínio.

Os reis da Galiza não eram simples reis, muito cedo usufruíram o nome de imperadores e para quem é tão grande a própria Galiza originária resultava pequena, e assim todos os dias estavam a alargar os seus domínios para o leste e para o sul e com eles avançava o domínio da cruz frente ao da meia-lua. E nas cabeças dos reis da Galiza desde cedo estava o coroarem-se com a península ibérica toda como projeto “nacional” galego.

A capital histórica da Galiza sempre foi Braga (por algo segue a ser a cidade primaz de Portugal), e pelos séculos VII e VIII eram os de Braga os galegos por antonomásia<sup>2</sup>. Ao princípio do avanço muçulmano a cabeça da Galiza é trasladada desde Braga, a capital da Galiza desde que a Galiza existir como entidade política, para a cidade ártabra de Lugo, e os bispos de Lugo passam a ser cabeça da Galiza por delegação da *vero caput* Braga.

#### **O QUADRO POLÍTICO NO QUE SE INSERE O NASCIMENTO DO REINO DE AFONSO HENRIQUES.**

Desde muito cedo o separatismo castelhano, é dizer do convento oriental da província romana da Gallaecia de Diocleciano, Clunia, é algo que informa a política do reino da Galiza.

1. Chamam na região espanhola de Astúrias *Cordal*, as serras que a separam da meseta central peninsular

2. Na Galiza ártabra há aldeias que levam o apelido de galegos, pelo simples feito de serem os seus construtores, os seus colonizadores bracarenses deslocados que levavam o seu nome de galegos a toda parte. Pois na alta idade medieval o nome de galegos ficou restrito a Braga e a sua contorna

### Atas colóquio da lusofonia –

Os castelãos não aceitam muito pacificamente a dominação ocidental, a galega; e os castelãos com Sancho III rei de Navarra, chamado pelos historiadores castelhano-espanhóis Sancho I rei de Castela -o primeiro com esse nome<sup>3</sup>, quem a médio de uma simples boda<sup>4</sup> com a herdeira do Condado de Castela separou o território, o qual fala-nos do fraco controlo que o arredismo castelão impusera ao controlo galaico.

Os castelãos com ele sentiram por primeira vez um seu desenvolvimento longe do controlo galaico. A geopolítica que os colocou no espaço central peninsular ajudou de seguida, não pouco, ao seu sucesso.

À sua morte – de Sancho III - o seu filho Fernando herda o reino de Castela, porém o azar e a fortuna farão que venha a ter a posse também do reino da Galiza – do império - (Galiza-Leão). A inércia e superior domínio cultural galaico fazerem há não pouco, para trazer de novo o centro cultural para o ocidente.

Fernando I segue a sua morte a doutrina do seu pai e reparte territórios e posses aos seus cinco filhos, três reinos aos filhos: Sancho mais velho Castela; Afonso Leão.<sup>5</sup> E Garcia, o mais novo, à Galiza do aquém dos Montes de Leão. Para as suas duas filhas: Urraca e Elvira foram respetivamente as cidades de Zamora e Toro.

Garcia como rei dessa Galiza cujo nome já não abrangia todo o espaço cristão norte - ocidental peninsular, e sim estava limitada ao leste pelos Montes de Leão adota no seu reino várias medidas: a primeira **restaurar Braga** como centro do reino e levar a cabeça de Lugo a Braga como correspondia, já não existiam razões para Lugo agir por delegação de Braga.

Nessa Galiza de Garcia, Compostela a urbe que respondia ao projeto cristianizador de Carlomagno<sup>6</sup> suplanta a Iria Flavia como cabeça do maior bispado da Galiza, e é essa Compostela, a quem o *Apostolo* está a encher de Ouro e de ambições, quem, digamo-lo suavemente, não gosta de Garcia e a sua política bracarense.

O reino da Galiza não era já um pequeno espaço no norte, pelo sul há já tempo que tem incluída a região conimbricenses, e tem já por zonas a sua extrema no rio Tejo. Cobra ademais tributo das poderosas taifas de Badalhouce e Sevilha.

Afonso quem herdara o reino de Leão, com o seu centro curial, pronto se sente imperador, e num golpe de mão com engano e colaboração de Sancho desfam-se de Garcia<sup>7</sup> encerra preso ao seu irmão Garcia e fai-se com a Galiza ocidental.

O seu apoio a Compostela e o abandono da política bracarense do seu irmão, pronto lhe dá poderosos apoios na Galiza ártabra (e não é por casualidade que de Afonso VI o imperador, venham a repousar os seus restos em Compostela).

Sancho o mais velho dos irmãos reis é não menos ambicioso que o seu irmão também ambiciona todo o de Afonso com o que de seguida não tudo é entendimento, mas as guerras constantes que o seu reino tem que levar contra Navarra e Aragão por determinar as extremas, facilitou o trabalho de Afonso, porém o feito de estar sempre em guerra preparou-no para se enfrentar a qualquer conquista, e acabou fazendo-se com todos os territórios do irmão, mas com eles não durou nem um ano. Assaltando Zamora, a fortaleza da sua irmã Urraca muito fidel de Afonso, faleceu, e Afonso acabou recuperando o velho império todo do seu pai já bastante alargado.

### OS BORGONHOIS

Afonso VI tem vários matrimónios (5), concubinatos e relações com várias mulheres, do que ao final só vão resultar filhas sobreviventes. Do matrimónio-concubinato com a viúva do rei de Córdoba (a muçulmana Zaida – ainda que a historiografia cristianizou-a como Isabel) terá um filho e duas filhas. O primeiro Sancho a quem muito amava e era o seu olho e a quem queria de herdeiro, morre na batalha de Ucles (ano 1108) e isso dá-nos para conhecermos na crónica *De Rerum Hispaniae* do bispo de Toledo (cidade que Afonso conquistara), o pranto do rei pelo seu filho – o qual aparece inserido no texto latino na nossa língua galaico-portuguesa, o que nos vem a falar de qual era a língua do poder e da corte.

Um dos matrimónios de Afonso VI, o segundo, foi com Constança de Borgonha<sup>8</sup> (do que sobreviveu a filha Urraca), o que levará a ter certas relações com Borgonha e que de acolá venham ao reino nobres borgonhois como Raimundo e Henrique.

O Rei Afonso casou a sua filha e herdeira Urraca, com Raimundo de Borgonha (ano 1090), a quem se lhe garante o reino da Galiza, e a Teresa, uma rapazinha ainda muito nova, a quem tivera dumas relações com Jimena Nunes, com Henrique (ano 1095), quem é submetido a Raimundo com a obriga da guarda do limes sul da Galiza.

Raimundo muito faz para gosto de Afonso, desde a fortificação da cidade de Castela conhecida por Ávila e nos textos antigos como A Vila, por ser território de fronteira, e alargando os territórios para o sul pola extrema do reino da Galiza (a Estremadura). Foi conquistando Santarém, assaltando as suas muralhas, que Raimundo de Borgonha faleceu.

A Urraca viúva com o seu filho Afonso acha apoio protetor no poderoso bispo Gelmires de Compostela, e quando esta casa com Afonso o Batalhador rei de Aragão, pronto Gelmires - apoiando-se na vontade de Afonso VI faz rei da Galiza à criança (Afonso VII - Reimundes - no ano de 1111) filho de Raimundo e Urraca, pois nele tem Gelmires um instrumento das suas ambições políticas.

### AFONSO HENRIQUES

Na Braga restaurada por Garcia não gostam da política imperial e desconsiderada da recém-chegada Compostela e começa a dar-se uma conjugação de interesses entre as classes dominantes e o bispo de Braga.

Henrique de Borgonha como conde de Portucale o condado ao sul da velha Galiza tem a inteligência política de passar despercebido, e ir construindo ali um governo local tranquilo, no que age e a vez não discute a autoridade real. O Bispo de Braga e desde muito cedo contrário a Compostela. A Compostela de Gelmires chegará a fazer uma expedição a Braga para roubar o espólio de santos ali depositado – Pio Latrocínio - e ganhar assim prestígio da *vero caput* para Compostela, frente a Braga, e ante o Papa<sup>9</sup>.

Henrique de Borgonha com Teresa (designada na historiografia como de Leão) tem um filho Afonso Henriques. E aceita-se que desde o ano do seu nascimento, 1109 até o 1128 viveu em Guimarães.

A mai estava muito ligada a nobreza do norte poderosa na corte de Leão e verdadeiros pares do rei.

Porém a igreja de Braga e a nobreza local, que defendem os seus interesses empurram ao putro (14-15 anos) contra a mai para terem assim um maior controlo local,

Em 1120, sob a direção do arcebispo de Braga, o putro Afonso tomou uma posição política oposta à da mãe, quem apoiava o partido dos Travas (poderosa família galega mui ligada a Gelmires nessa altura). O bispo, forçado a emigrar, levou consigo o infante que em 1122 se armou cavaleiro em Tuí<sup>10</sup>. Restabelecida a paz, voltaram ao condado. Entretanto, novos incidentes provocaram a invasão do Condado Portucalense por Afonso Reimundes (VII) da Galiza, Leão e Castela, quem em 1127 cercou Guimarães, onde se encontrava Afonso Henriques, sendo-lhe prometida a lealdade deste pelo seu aio Egas Moniz, Afonso VII desistiu de conquistar a cidade.

3. Como rei de Castela foi o primeiro a usar o nome profético de *hispaniorum*

4. O matrimónio era o principal ato diplomático das monarquias

5. No século IX começara a se perceber uma diferencia da Galiza oriental e ocidental, separadas polos montes de Leão que identificavam com o seu nome o limes da Galiza oriental, com anterioridade TAM galego se reclamava o abade de Liébana em Cantábria, como os monges de Saagum

6. O Mito do sártego de Sam Tiago em Compostela, no lugar onde repousavam os venerados restos de Prisciliano, -restos que peregrinaram com os seus discípulos de Tréveris a Compostela para darem-lhe terra -, foi criado provavelmente na Corte de Carlos Magno com a colaboração do primeiro rei da Galiza de nome Afonso, e foi um elemento ideológico muito importante para dar força ao reino galego que emergia frente ao poderio peninsular muçulmano

7. Há duas teorias sobre o fim de Garcia, o tradicional que o apresenta como prisioneiro em Burgos e depois Leão, e outro que diz que se refugiou na corte do rei da taifa de Sevilha

8 Este foi matrimónio oficial de Afonso VI, que durou até a morte da esposa em 1093

9. Na última década do século XX, houve por fim um acordo entre Compostela e Braga para restituir parte do roubado. O papa Calixto II polo ouro de Gelmires elevou Compostela a metropolitana do papa, e no 1101 fijo ao bispo de Compostela arcebispo igualando-o com Braga.

10. Alguns historiadores levam este feito a Zamora, mas parece que o "exílio" não foi para tão longe



## Atas colóquio da lusofonia –

Mas alguns meses depois, em 1128, as tropas de Teresa e Fernão Peres de Trava defrontaram-se com as de Afonso Henriques na batalha de São Mamede,<sup>11</sup> tendo as tropas do nosso puto de 17 anos com a bênção do bispo de Braga saído vitoriosas – o que consagrou a sua autoridade no território portugalense, levando-o a assumir o governo do condado.

Consciente da importância das forças que ameaçavam o seu poder concentrou os seus esforços em negociações junto da Santa Sé, Afonso Henriques sempre bem guiado pelo arcebispo de Braga Pedro (primaz da Galiza) com um duplo objetivo: alcançar a plena autonomia da Igreja portuguesa e obter o reconhecimento do Reino.

Em 1139, depois de uma estrondosa vitória na batalha de Ourique contra um forte contingente mouro, D. Afonso Henriques recebe a coroa e a consagração de Rei de Portugal do bispo de Braga João Peculiar.

### AFONSO VIII DA GALIZA E LEÃO

Em 1230 morre em Sárria Afonso VIII com 82 anos e três mais de sessenta anos de reinado na Galiza -na parte norte ou Ártabra desse território histórico - e Leão. Afonso estava velho e canso, vinha de passar os últimos 16 anos da sua vida em guerra com o seu filho Fernando, pois foi contra o parecer do pai proclamado rei de Castela, e para o seu pai esse feito equivalia a renúncia de quaisquer direitos sobre as coroas de Galiza e Leão

Afonso VIII casara com duas parentes de segundo grau, Teresa de Portugal. prima direta, com quem tem duas filhas Sancha e Dulce (e um filho Fernando que faleceria), matrimónio que a igreja rompe e obriga a novo casamento (por detrás está Compostela). Rutura a que muito se resistiu pois estava fundamente namorado da sua esposa e logo com Berenguela filha de Afonso VIII de Castela, também prima direta, com quem tem a Fernando, mas este matrimónio a igreja consente e apoia pois estava na linha do programa imperial peninsular da Galiza e Compostela.

O seu testamento é claro, as herdeiras dos seus tronos são as filhas de Teresa: Sancha e Dulce (cada uma o seu); e como garantes, a sua mãe, o Rei de Portugal e a Ordem de Santiago. Qualquer solução incluída a união com Portugal é válida mas em nenhum caso a unificação com Castela.

Fernando reclama (e paga muito). A Igreja da Galiza e de Leão está muito dividida e na maioria é contrária a Fernando, mas a intervenção do bispo de Compostela<sup>12</sup> e os de Castela são decisivos para que o Papa declare ilegítimo o testamento do bom rei. Compostela e certas camadas nobres galegas sentem que com Fernando III controlam o centro peninsular, que o seu projeto imperial vai avante.

Portugal nunca aceita o ilegítimo acordo<sup>13</sup>.

Com Fernando III, rei muito abençoado pela Igreja, que acabou por fazê-lo santo, o projeto central castelhano avança, a reconquista avança até o estreito de Gibraltar, em Sevilha e Toledo vai estar a corte sob a capa duma corte de nobres galegos, de língua galaico-portuguesa, com galegos que se enriquecem neste processo, de filhos dos nobres cortesãos que enviam os filhos a educarem-se com aios na Galiza, como o filho do rei e futuro rei Afonso X<sup>14</sup>.

Afonso X<sup>15</sup> que brilhou nas nossas letras, porém foi quem impulsionou o primeiro estatuto dominante para a escrita da chancelaria em castelhano. Sancho IV seu filho ainda vai continuar ligado a tradição cultural galaica. A chegada ao trono com 9 anos do seu filho Fernando apaga não pouco essa tradição, sob novos tutores e aios o predomínio e domínio galaico da corte esvai-se, A nobreza galega e a igreja de Compostela será firme no apoio a este rei como ainda um dos seus e assim como ao seu filho Afonso XI e neto Pedro I.

Os interesses imperiais de Castela e a sua visão peninsular triunfam definitivamente sobre os galaicos com o assassinato de Pedro I pelo mercenário bretom Douglasclin, e com a chegada ao trono de uma dinastia limpidamente castelhana sob o nome galaico dos Trastâmara<sup>16</sup>. As tropas galegas que se batem a prol de Pedro saem coa sua nobreza dirigente muito diminuída em influência.

É a dinastia castelã dos Trastâmara a que vai tentar se apoderar de Portugal, que renasceu logo triunfante em Aljubarrota frente a Juam I de Castela (Trastâmara).

### QUE HOUVESSE PASSADO SE AFONSO HENRIQUES NÃO FOSSE QUEM DE INICIAR UM REINO.

A monarquia portuguesa frente ao modelo imperial do norte, sempre com aspirações peninsulares, centrou-se sobre si própria e em consolidar pouco a pouco o seu território, que ficava de costas a península, mas aberto ao mar. Sancho I, Afonso II, Sancho II, esforçam-se nessa linha de conduta.

Se o puto Afonso Henriques e a sua cabeça pensante, o bispo de Braga, não fossem quem de achar um destino para o sul da Galiza alongado de projetos imperiais peninsulares, hoje teríamos a Galiza unificada desde a extremadura ao norte, mas a sua vida cultural e linguística não seria sequer tão pobre como a da Galiza atual. Seria muito semelhante a que se vive no âmbito asturo-leonês-mirandês é dizer no velho galaico-oriental (galor em palavras de Coseriu). Essa visão que Portugal tinha de si próprio é a que o levará a ser um centro dum império com as costas viradas a península.

### O PORTUGUÊS DA GALIZA

O galego da Galiza até para o mais ferrenho isolacionismo foi muito vivificado pelo português universal e da corte de Lisboa. O português da Galiza tirado o muito que sugou e continua a sugar do português, estaria limitado a uns dialetos rurais bastante fraturados e os seus utentes só teriam para beber e encher os ocós criativos do mesmo o castelhano, como é o que se passa nos restos que ficam do asturo-leonês.

O sucesso da nossa língua e cultura (ao norte e ao sul do Minho) deve-se ao projeto que encetou Afonso Henriques virado de costas ao projeto imperial e originário galaico. Não temos direito a reclamarmos nada sobre o nome internacional da língua, já que se não fosse por Portugal nada seríamos nem nada teríamos ao norte e ao sul do Minho

Afonso Henriques, da Galiza do sul fez um Portucale, um reino, e o galaico ou galego desse reino acabou por ter por nome o do próprio reino, o galeguíssimo nome de Portugal – português -.

O português da Galiza está na situação que está, por não sermos quem de assumirmos que as falas galegas só podem viver no português universal, e que falarmos de galego como contraposição ao português universal -o verdadeiro galego - e seguirmos pagando as portagens imperiais de Castela-Espanha.

11. Uma pequena batalha de nome muita gente -pensa-se que era de uns centos - mas sim muito importante para o futuro da nossa língua

12. Ao longo do seu governo foram, inúmeros os enfrentamentos de Afonso VIII com Compostela.

13. Desde aquela os reis de Portugal, sustentam a sua legitimidade em que a Galiza do norte é parte integral da sua soberania:

Em 1369 Fernando I unifica a faixa galaica atlântica, estabelece-se na Crunha três anos como rei

Em 1386 O Conde Avis tenta de novo a reunificação

Em 1411 João I acorda não reclamar à Galiza, frente as exigências de alguns conselheiros

Afonso V, é proclamado rei da Galiza apoiando a Juana em Castela. Mas em 1476, o 3 de Março é a batalha de Toro (Rodrigo de Osório Conde de Lemos e outros senhores galegos, ainda que debilitados pela guerra civil irmandinha - que Castela sempre apoiou - estavam ao lado do rei de Portugal). Significa a perda da independência real da Galiza do norte, A renúncia de Portugal a essa reclamação de território que é legitimamente seu, e ao nascimento da política de matrimónios portuguesa com Isabel e os Áustria que levará a noite filipina . E o começo da guerra de destruição e dominação por Castela contra uma Galiza sem castelos que durará 13 anos.

Quando do levantamento de Portugal o 1 de Dezembro de 1640, voltou a aparecer uma questão galega, como tem explicado o professor Ernesto Vazques Souza, mas houve entendimento em portugueses e castelhanos por razões diversas de tirar essa problemática da luta libertadora de Portugal, e houve manobras militares e feitos que só som inteligíveis sob esta perspetiva

14. Em realidade o número deveria ser IX, mas como o Afonso VIII da Galiza coincide com um Afonso de Castela que a sua vez é proclamado VIII, a historiografia castelhana chamou ao Afonso VIII da Galiza - Leão IX, e ao filho de Fernando III Afonso X

15. A lírica e a literatura galaico-portuguesa trunfa na península mais alá do seu espaço originário e natural, não por um prestígio intrínseco e extenso da nossa literatura e sim por ser o produto de consumo das elites cortesanas

16. Casa de Trastâmara. o rio Támara virá a dar no nome de Tambre, e o condado de trás- Támara era em origem um título correspondente às terras ao norte do rio Tambre, um pouco ao norte de Compostela. Mas esse título fora entregue a uma família castelhana por Afonso XI, e nada tinha a ver a tal família com Galiza

## Atas colóquio da lusofonia –

Assumirmos a língua como português da Galiza é o melhor jeito galego de chamarmos ao galego da Galiza para que poda ser ele mesmo e libertarmo-nos do ferrete esmagador castelhano, pois o futuro do galego-castelhano é só um só - espanhol -.

### APONTAMENTO FINAL

Faz bem Portugal em estar sempre à espreita e com receio do que vem do norte do Minho, pois muito matute espanhol e espanholista se vende sob presunto galeguismo e muito projeto imperial espanhol ainda paira em cabeças galaicas no avanço cara a nada e cara nengures.

### BIBLIOGRAFIA:

- Menendez-Valdés Golpe, E. – *Separatismo y Unidad (una mitificación histórica)*. SEMINARIO Y EDICIONES 1970.  
Sérgio, António. – *Breve Interpretação da História de Portugal*. CLÁSSICOS SÁ DA COSTA 1981  
Lopes Suevos, Ramon. – *Portugal no Quadro Peninsular*. AGAL 1987  
Zebal Lopes, Manuel. – *Manuel galego Português de História* - Edição do autor 1996  
De Oliveira marques, A.H. *História de Portuga (3 TOMOS)*. PALAS EDITORES, Lisboa 1973  
Lopes, Fernão. *Crónica d'el Rei João I de Boas memórias*. LIVROS Europa-América 1981  
Oliveira Martins. *História da Civilização Ibérica*, LIVROS Europa-América  
Calvet de Magalhães, José. *Breve história diplomática de Portugal*, LIVROS Europa-América 1990  
Hermano Saraiva, José. *História Concisa de Portugal*, LIVROS Europa-América 1984  
González López, Emilio. *Grandeza e Decadência do Reino da Galiza*. ED. GALÁXIA 1978  
González López, Emilio. *Siempre de negro*. ED. GALÁXIA 1970  
Ribeiro, Orlando. *La Formation de Portugal*, Bruxelas 1939  
López Carreira, Anselmo. *Os Reis da Galiza*. A NOSA TERRA 2005  
López Teixeira, José António, *Arredor da conformação do Reino da Galiza (711-910)*. Ed. TOXOSOUTOS 2003  
Biggs, Gordon. *Diego Xelmirez*. XERAIS UNIVERSITÁRIA 1983  
Barros, Carlos. *Mentalidad Justiciera de los Irmandinhos, Siglo XV. SIGLO XXI DE ESPAÑA EDITORES 1990*  
Barbosa Alvares, José Manuel. *Atlas Histórico da Galiza*. Edições Galiza 2008

- Merecem especial menção por terem sido os seus trabalhos muito influentes na perspetiva destas reflexões historicistas, Os múltiplos artigos e reflexões de **Ernesto Vasquez Souza**, e alguns trabalhos divulgativos do presidente da Associação **Fala Ceive** do Berzo, **Xavier Lago Mestre**.

## 4. ÁLVARO CARETTA



**ÁLVARO ANTÔNIO CARETTA** doutorando em Linguística pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e professor de Língua Portuguesa da Faculdade Unibero-Anhanguera. Atualmente, como bolsista do CNPq, vem desenvolvendo pesquisas sobre o discurso da canção popular brasileira que promoveram a publicação de artigos científicos e a participação em congressos. É autor de "A canção popular: uma análise discursiva", que integra o livro "Modelos de análise linguística" (Ed. Contexto, 2009).

## SINOPSE - TEMA 2.4. A LÍNGUA PORTUGUESA CANTADA: UMA PROPOSTA DE ESTUDO ÁLVARO ANTÔNIO CARETTA, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

As categorias língua oral e língua escrita são, a princípio, utilizadas para classificar as diversas formas de manifestação da língua. Ainda que essas duas categorias estabeleçam parâmetros para se observar as diferentes características de enunciados veiculados oralmente, como um diálogo cotidiano; e enunciados veiculados pela escrita, como um artigo de jornal; sabe-se que elas não dão conta da diversidade de formas de expressão da língua. Como poderíamos classificar, por exemplo, uma entrevista em uma revista? ou ainda uma palestra lida em um congresso? Frente a esses aspetos, propôs-se relativizar essas categorias, a fim de se entender os enunciados segundo as suas características específicas. No entanto, essa relativização, que fez avançarem os estudos linguísticos, ainda não contempla uma importante categoria: a língua cantada. Compreendendo a língua cantada como a expressão linguística acompanhada pelo elemento musical, particularmente a melodia, procuramos neste trabalho observar as manifestações da língua portuguesa realizadas por meio do canto. Seja nas canções populares, nas cantigas infantis, nos cantos de trabalho, ou nos jingles comerciais, a língua portuguesa adquire características peculiares que a diferenciam da língua escrita e da língua oral. Esse aspeto, associado à expansão da mídia fonográfica no decorrer do século XX, faz da língua portuguesa cantada um campo de estudos bastante rico, porém ainda pouco explorado.

*A língua portuguesa, em suas expressões escrita, cantada e falada,  
constitui um notável patrimônio cultural da humanidade;  
um patrimônio que se transmite de um tempo para outro, de um espaço para outro,  
como patrimônio vivo em movimento de expansão, em dança e mudança quotidiana;  
um patrimônio que é construído por nós, mas que também nos constrói  
que habita a nossa memória ancestral  
e se enriquece com as novas contribuições de nosso tempo.  
Gilberto Gil, Lisboa, 16 de abril de 2008.*

### 1. LÍNGUA FALADA E LÍNGUA ESCRITA

## Atas colóquio da lusofonia –

Quando se pensa em modalidades da língua, é comum que se pense na clássica oposição entre a língua falada, veiculada de forma oral, e a língua escrita, veiculada de forma impressa. Essa dicotomia, apesar de ultrapassada, devido à evolução dos estudos linguísticos, ainda sobrevive no ensino da língua portuguesa, opondo uma forma a outra e valorizando a escrita em detrimento da fala, ao propor esta como uma variante inferior e aquela como modelo do bem escrever e até do bem falar. Entretanto, compreende-se hoje que a relação entre a língua falada e a língua escrita deve ser relativizada conforme a situação de comunicação e que tanto uma quanto a outra comportam as suas variantes do mais informal ao mais culto. Esse pensamento exigiu novas formas de se pensar as características da fala e da escrita e as relações entre ambas. Veem-se atualmente pesquisas sendo desenvolvidas<sup>17</sup> não mais fundamentadas na oposição entre a fala e a escrita, mas direcionadas para a interação entre ambas, a fim de se compreender as possibilidades e limitações dessas formas de expressão da língua portuguesa na comunicação social. Essas pesquisas procuram dar conta da evolução linguística na sociedade, observando os novos paradigmas estabelecidos pela evolução tecnológica, social e cultural que vem ocorrendo desde os primórdios do século XX. Dessa forma, o estudo das modalidades da língua portuguesa, além dos elementos gramaticais, passou a valorizar os aspetos pragmáticos e discursivos, como as condições de produção, a esfera da comunicação, o gênero discursivo, a mídia e o suporte material.

### 2. OS GÊNEROS DISCURSIVOS

Neste trabalho, fundamentamo-nos no estudo da língua tendo em vista os gêneros discursivos pelos quais ela se manifesta. Esse enfoque compreende que a língua é utilizada na comunicação sob a forma de enunciados realizados por integrantes de uma determinada esfera da comunicação discursiva que têm à sua disposição determinados gêneros discursivos. Bakhtin (2003: 282-3) salienta que

A língua materna - sua composição vocabular e sua estrutura gramatical – não chega a nosso conhecimento a partir de dicionários e gramáticas, mas de enunciações concretas que nós ouvimos e nós mesmos reproduzimos na comunicação discursiva viva com as pessoas que nos rodeiam. Nós assimilamos as formas da língua somente nas formas de enunciações e justamente com essas formas. As formas da língua e as formas típicas do enunciado, isto é os gêneros do discurso, chegam à nossa experiência e à nossa consciência em conjunto e estreitamente vinculadas.

O conceito de esferas discursivas é fundamental para o estudo do enunciado e dos gêneros, pois a comunicação nas diversas esferas da sociedade realiza-se por meio de enunciados concretos que refletem as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas. Nas palavras de Bakhtin (2003:266),

Uma determinada função (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis.

Um dos pontos fundamentais da teoria sobre os gêneros apresentada por Bakhtin é o conceito de gêneros primários e secundários e os processos de interação entre ambos. Frente à diversidade dos gêneros discursivos, o teórico russo propõe que, para se definir a natureza geral do enunciado, deve-se observar as diferenças e as relações entre os gêneros primários (simples), que fazem parte da comunicação cotidiana, e secundários (complexos), que dizem respeito à comunicação exercida por meio de códigos culturais artísticos e ideológicos elaborados. Como os gêneros secundários incorporam e reelaboram diversos gêneros primários, para se estudar um gênero discursivo secundário, devem ser observadas as suas relações dialógicas com os gêneros primários que ele assimila.

As relações entre a língua falada e a língua escrita com os gêneros primários e secundários são bastante complexas, revelando a riqueza das manifestações linguísticas na sociedade. Os gêneros primários pertencem à esfera da comunicação cotidiana que se realiza fundamentalmente pela fala; no entanto, um bilhete, uma carta pessoal, um correio eletrônico, um “torpedo” etc. revelam outros elementos como a esfera de atividade, a finalidade, o suporte e o meio de comunicação que devem ser observados para se compreender a relação entre a oralidade e a escrita nesses gêneros. Com relação aos gêneros secundários, não se pode associá-los somente à língua escrita, pois a língua falada atua em todas as esferas, por exemplo uma palestra, uma aula e uma arguição de tese na esfera acadêmica. Além disso, devido ao dialogismo entre os gêneros primários e secundários, mesmo em gêneros fundamentalmente escritos como o romance, o conto, a crônica e a poesia, a língua falada está presente.

A investigação das relações entre a língua falada e a língua escrita sob o ponto de vista das esferas discursivas da comunicação social e de seus gêneros discursivos propiciaram um grande avanço nos estudos sobre a utilização da língua nas relações sociais. No entanto, frente à diversidade dos meios de comunicação e à tamanha complexidade dos processos comunicativos da sociedade atual, as categorias língua falada e língua escrita já demonstram não serem suficientes para dar conta da variedade de manifestações linguísticas.

### 3. A LÍNGUA CANTADA

Além de falada e escrita, a língua pode ainda ser cantada. No entanto, a manifestação da língua através do canto nunca foi observada com a devida atenção pelos linguistas. A reflexão que propomos agora a respeito da língua cantada pretende compreender primeiramente por que ela não mereceu essa atenção e depois por que ela mereceria.

A relação entre a língua e a música é muito antiga, entretanto tomaremos como ponto de partida as canções trovadorescas, a fim de compreender como se estabeleceu a predominância da língua escrita. No período literário denominado trovadorismo, a arte poética era exercida pelos trovadores por meio das cantigas, o que promoveu uma valorização da língua cantada nas cortes. Com a invenção da imprensa, entre outros diversos fatores, a poesia desvinculou-se da música e passou a trilhar caminhos próprios.

A canção erudita continuou a ter prestígio nas cortes, já a canção folclórica de origem popular, à época, não recebia atenção. As causas são complexas, salientamos apenas o preconceito contra a cultura popular e a falta de registro das canções populares, ao contrário das eruditas que eram escritas pelos compositores. Assim, a língua cantada, que tinha como principais formas de expressão as cantigas, as canções folclóricas e eruditas perdeu espaço para a língua escrita.

A canção popular, principal gênero de veiculação da língua cantada, continuou a desenvolver-se no decorrer dos séculos. Com a ascensão da burguesia, o surgimento das grandes cidades e a concentração urbana, houve um incentivo das formas de lazer, entre elas a canção para ser ouvida e dançada em lugares públicos. No entanto, a canção nunca obteve o mesmo prestígio que a poesia, o que fez da língua cantada uma variação inferior da língua escrita. Nesse contexto, a língua falada era vista apenas como instrumento para a comunicação cotidiana.

Mesmo no início do século XX, com o advento do disco e do rádio, não era dado o devido valor à língua cantada veiculada pelas canções populares, pois eram consideradas, por um lado, uma deturpação da canção folclórica, por outro, uma forma de expressão inferior à poesia culta. Essa supervalorização da poesia como a mais nobre forma de expressão da língua colocou em segundo plano tanto a língua cantada quanto a falada. Mesmo outras formas de expressão literárias, como o romance, tiveram a princípio o seu valor questionado, pois o parâmetro da arte linguística sempre fora a poesia. **18**

Assim, o modelo de estudo da língua nas escolas e universidades sempre foi a língua escrita. No Brasil, em meados do século XX, a língua cantada passou a ganhar importância, devido à atuação de vários poetas - letristas que deram à letra da canção o status de poesia. Como resultado vemos hoje nos livros didáticos a presença de poesias e canções como exemplos de nossa língua. Isso se deve também a uma nova consciência por parte dos linguistas que procuram contemplar as manifestações escrita, falada e cantada da língua, relativizando o valor de cada uma delas segundo critérios discursivos.

Entretanto, a língua cantada ainda não é compreendida em sua completude. Devido à complexidade de sua natureza sincrética que relaciona as linguagens musical e verbal, muitas vezes ela é estudada somente como letra, ainda que já disponhamos de modelos para o estudo da especificidade da canção, que reside na compatibilidade entre a letra e a melodia.

<sup>17</sup> Entre várias pesquisas, destacamos os trabalhos de Projetos paralelos – NURC / SP.

<sup>18</sup> Bakhtin (1998:p. 79) comenta o posicionamento do teórico russo G.G. Spet com relação ao romance: “Spet recusa qualquer valor estético ao romance. O romance é um gênero retórico extraliterário, ‘uma forma contemporânea de propaganda moral’; somente o discurso poético é artístico [...]”.

## Atas colóquio da lusofonia –

Os fatores apresentados acima não são os únicos responsáveis pela falta de atenção dada à língua cantada, no entanto eles contribuíram bastante. Passemos agora a apresentar alguns fatores que promoveram a língua expressa através do canto. O principal gênero para a manifestação da língua cantada é a canção popular. O século XX pode ser considerado o século da canção<sup>19</sup>, devido principalmente ao sucesso do disco e do rádio, que possibilitaram a criação de um extenso campo profissional e comercial. O teatro de revista no começo do século, o cinema e a televisão também contribuíram para o avanço da canção na comunicação social.

A língua cantada não é exclusividade da esfera artístico-musical, ela está presente em diversas esferas sociais. O aumento das relações comerciais e a necessidade de consumo nas sociedades capitalistas no século XX, fez da publicidade um dos mais importantes campos de comunicação. Nesse contexto, o *jingle* constitui-se como um dos principais gêneros publicitários. Na esfera religiosa, a língua cantada sempre se fez presente através dos cânticos. Atualmente as igrejas veem nas canções religiosas, como a música gospel, um importante aliado para o aumento de seu rebanho. Na esfera cotidiana, a importância da língua cantada é notável. Podemos citar como exemplo as canções infantis e de ninar, fundamentais para a aquisição da língua materna pelas crianças; e os cantos de trabalho, como o das lavadeiras e dos vaqueiros, essenciais para a execução da atividade laboriosa. Essas formas de expressão da língua cantada são passadas de geração a geração por via oral e possuem um inestimável valor cultural.

Atualmente a língua cantada tem um forte poder de penetração na sociedade. Para comprovarmos esse pressuposto, basta atentarmos para os hábitos das pessoas em nossa sociedade. Quanto tempo elas passam ouvindo música, conversando ou lendo um livro? Nas ruas, é cada vez mais comum vê-las ouvindo seus i-pods; e, nos carros, o rádio. Esse hábito, que vem se difundindo principalmente entre os jovens, coloca, muitas vezes, a língua cantada à frente da língua escrita e até da língua falada. Muitos pedagogos, educadores e professores veem esse fenômeno de forma negativa, pois a leitura e o diálogo passam para um segundo plano na vida do jovem.

Frente a esses fatos, não seria hora de se parar para pensar na importância que a língua cantada adquiriu na sociedade atual e encontrar formas de inseri-la em um debate mais amplo para que ela não se torne alienante e passe a ser usada como instrumento de inserção social juntamente com a escrita e fala?

### 4. A LÍNGUA CANTADA NO UNIVERSO LUSÓFONO

Entre as várias esferas da sociedade em que a língua cantada está presente, destacamos aqui a canção popular na esfera política dos países lusófonos. Isso nos fará perceber a importância da língua cantada, pois a canção popular esteve presente nos principais eventos históricos e na formação ideológica das sociedades do século XX.

No Brasil, a canção de protesto foi um instrumento de luta contra a ditadura militar no final dos anos 60 e 70. Durante esse período, a canção popular brasileira foi uma eficiente arma de conscientização política da população, haja vista a brutal censura que sofreu. A canção era a voz do povo nos festivais, nos discos, nas rádios, nos shows e nas passeatas. A luta pela democracia, o direito de viver em seu próprio país e de expressar as próprias opiniões foram temas constantes das canções nessa época. Nesse contexto, a canção já era uma forma de expressão bastante difundida e isso possibilitava-lhe divulgar as ideologias de diversos grupos sociais que lutavam para mudar o cenário político do país. Ela era uma forma de inclusão social, de posicionamento crítico, de luta contra um governo que se fechava para a voz do povo. Para Tinhorão (2001: 205): “Era o ressurgimento, em plena era da ditadura militar e da repressão ao idealismo político, na crença ancestral do verbo, desta vez concentrada nas mensagens (às vezes subliminares) das chamadas canções de protesto”.

A canção *Para não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, após ser classificada em segundo lugar no III Festival Internacional da Canção, em 1968, perdendo para *Sabiá* de Chico Buarque e Tom Jobim, tornou-se um hino contra a ditadura militar e, conseqüentemente, foi censurada.

*Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores*

*Caminhando e cantando  
E seguindo a canção  
Somos todos iguais  
Braços dados ou não  
Nas escolas, nas ruas  
Campos, construções  
Caminhando e cantando  
E seguindo a canção...  
Vem, vamos embora  
Que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora  
Não espera acontecer...  
Que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora  
Não espera acontecer...  
Nas escolas, nas ruas  
Campos, construções  
Somos todos soldados  
Armados ou não  
Caminhando e cantando  
E seguindo a canção  
Somos todos iguais  
Braços dados ou não...  
Os amores na mente  
As flores no chão  
A certeza na frente  
A história na mão  
Caminhando e cantando  
E seguindo a canção*

*Aprendendo e ensinando  
Uma nova lição...  
Vem, vamos embora  
Que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora  
Não espera acontecer...  
Pelos campos há fome  
Em grandes plantações  
Pelas ruas marchando  
Indecisos cordões  
Ainda fazem da flor  
Seu mais forte refrão  
E acreditam nas flores  
Vencendo o canhão...  
Vem, vamos embora  
Que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora  
Não espera acontecer...  
Há soldados armados  
Amados ou não  
Quase todos perdidos  
De armas na mão  
Nos quartéis lhes ensinam  
Uma antiga lição:  
De morrer pela pátria  
E viver sem razão...  
Vem, vamos embora  
Que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora  
Não espera acontecer...*

Em Portugal, a canção de intervenção foi a trilha sonora para a luta contra a ditadura salazarista. A canção *Grândola vila morena*, de José Afonso, foi a senha para o início da revolução na madrugada de 25 de abril de 1974.

*Grândola Vila Morena  
Grândola, vila morena  
Terra da fraternidade  
O povo é quem mais ordena  
Dentro de ti, ó cidade  
Dentro de ti, ó cidade  
O povo é quem mais ordena  
Terra da fraternidade  
Grândola, vila morena*

*Grândola, vila morena  
Em cada rosto, igualdade  
O povo é quem mais ordena  
À sombra duma azinheira  
Que já não sabia a idade  
Jurei ter por companheira  
Grândola, a tua vontade  
Grândola a tua vontade  
Jurei ter por companheira*

<sup>19</sup> Conforme Tatit, 2004.

## Atas colóquio da lusofonia –

*Em cada esquina, um amigo  
Em cada rosto, igualdade*

*À sombra duma azinheira  
Que já não sabia a idade*

No continente africano, após a independência, os países lusófonos ansiavam pela paz. Particularmente em Angola, a guerra civil marcou esse processo de reconstrução política e social, e a luta pela unificação foi tema de canções, como *Angola em paz* do compositor cabo-verdiano Ramiro Mendes.

*Angola na paz  
Angola, Angola  
Dja bo sofre tcheutcheu nes mundo  
Sofrimento ta acaba  
Tudo na paz e harmonia  
Angola,  
Tudo bo dor e também nha dor  
Bo sofrimento e nha lamento  
Bo alegria e nha contentamento  
Angola,  
Pa cada um di bos fidjos  
ki perde vida na luta  
Um canto certo na paraíso  
Angola,  
Abertura na consciência  
de tudo kes ke responsável  
na implantação de paz na bo tchon  
Angola,  
Mon djuntado paz e capaz  
N'tem confiança na nos esperança  
Ma manhã te traze bonança  
Um só povo... Um só nação*

*Um só povo... Um coração  
Um só povo... Um direção  
Angola na paz e midjor!  
Angola,  
Tudo bo dor e também nha dor  
Mon djuntado paz e capaz  
Um canto certo na paraíso  
Angola,  
Bo sofrimento e nha lamento  
Bo alegria e nha contentamento  
N'tem confiança na nos esperança  
Pa kada dia  
lavrador lavra se tchon  
piscador pisca se peixe  
Tudo na paz e harmonia  
Presidente zedu dos Santos  
(Angola na paz e midjor)  
Comandante Jonas Savimbi  
(Angola na paz e midjor)  
Forças estrangeiras  
(Angola na paz e midjor)  
paz, paz na Angola  
(Angola na paz e midjor)*

Com esses exemplos, podemos entender que a língua cantada possui uma grande representatividade na formação das sociedades lusófonas, tanto na veiculação da língua portuguesa - e de seus crioulos e variantes regionais – quanto da cultura social, política e folclórica que nossa língua comporta.

### 5. UMA PROPOSTA PARA O ESTUDO DA LÍNGUA CANTADA

Tendo em vista os aspetos apresentados acima, compreendemos que a língua cantada, devido a sua importância na comunicação social, na formação ideológica da sociedade e na difusão da língua portuguesa merece um tratamento mais atencioso por parte dos pesquisadores e educadores. A língua cantada, assim como a escrita e a falada, deveria ser estudada nas escolas e universidades. O objetivo não se resume em formar poetas ou músicos, mas visa formar pessoas críticas que saibam comunicar-se bem nos diversos gêneros em que a língua se manifesta, entendendo-se que se comunicar não é apenas falar, escrever ou cantar, mas principalmente saber ouvir e entender.

É comum educadores comentarem que os jovens só querem ouvir música, que deveriam ler mais. A questão não é apenas essa, mas sim o que eles ouvem e como ouvem. Vivemos em uma sociedade em que as mídias fonográfica e visual evoluíram muito, e ignorar esse fato nas salas de aula desestimula o estudante que vê a escola como uma instituição anacrônica.

O ensino de línguas viveu desafios constantes no século XX. A princípio a única língua estudada era a escrita, aliás, a língua artística dos poetas e romancistas. A língua que se ensinava na sala de aula não era a utilizada nas situações cotidianas de relação social e profissional. Com os avanços da sociolinguística, passou-se a relativizar as variações linguísticas e isso enriqueceu os estudos da língua. No entanto, o que se vê hoje nas salas de aula da maioria das escolas ainda é o ensino da língua escrita restrito a redações (descrição, narração, dissertação); ou seja, apesar dos avanços dos estudos discursivos, o aluno passa anos aprendendo um gênero que somente existe na escola e no vestibular, quando na verdade em sua vida social ele assimila e produz muitos outros gêneros. Com relação à língua falada, para valorizar a sua riqueza cultural e a sua importância na inserção social, os educadores estimulam a participação dos alunos nas aulas e promovem debates sobre temas pertinentes para a formação do jovem (ou pelo menos deveriam fazê-lo).

Vemos que o problema do ensino da língua portuguesa é bastante complexo. Inserimos, então, a questão da língua cantada nesse quadro, propondo uma política de ensino-aprendizagem para essa manifestação linguística, combatendo alguns preconceitos e apresentando caminhos.

A língua cantada não é inferior ou superior à escrita ou falada, ela é apenas uma das manifestações de nossa língua. Se ela às vezes é apresentada em enunciados de “má-qualidade”, como em muitas canções de fácil consumo, isso também ocorre com a língua escrita. Não é pelo fato de ser um enunciado artístico que ela é de difícil acesso, porque a poesia também é um enunciado artístico e existem diversas metodologias de ensino da linguagem poética. A presença do elemento musical não deveria ser um obstáculo intransponível, já que as escolas teriam por obrigação fornecer uma educação musical básica para que todos os alunos tivessem capacidade de desenvolver a sua cultura musical.

Atualmente, em diversas universidades de várias partes do mundo<sup>20</sup> estão sendo desenvolvidas pesquisas para o estudo da canção. Muitos desses trabalhos podem ser direcionados para o ensino da língua cantada a partir de sua principal peculiaridade: a relação entre a linguagem musical e a verbal. Além disso, tendo em vista a proposta de interdisciplinaridade prevista nos programas curriculares, a língua cantada pode ser trabalhada em cooperação com outras disciplinas como História, Sociologia, Filosofia e Artes, já que os gêneros da língua cantada, como as canções populares (comerciais), as folclóricas e os *jingles*, guardam uma cultura popular que não foi transmitida, por exemplo, pela poesia escrita.

A proposta de ensino da língua cantada que apresentamos tem como finalidade inserir o estudo dessa manifestação linguística no currículo escolar das universidades e escolas. Por sua importância na formação linguística, ideológica e cultural da sociedade, as canções de qualquer esfera discursiva devem ser encaradas como objeto de pesquisa, estudo e ensino. Para isso deve-se investir na produção de métodos de investigação e modelos de análise para serem adaptados aos livros didáticos escolares.<sup>21</sup>

A língua cantada, particularmente a canção popular, é um tesouro muito valioso de nossa cultura para que esteja à mercê dos interesses financeiros das grandes gravadoras que visam apenas ao lucro fácil e imediato e não têm compromisso com a construção de uma cultura artística. Assim como a língua falada é dos falantes; a escrita, dos escritores e leitores; a língua cantada é dos compositores e ouvintes. Somente uma boa formação educacional possibilitará a esses ouvintes e futuros compositores produzir uma língua cantada compromissada com a construção de uma sociedade mais crítica que valorize a sua produção cultural.

### BIBLIOGRAFIA

20 A Universidade de São Paulo possui linhas de pesquisa sobre a canção na área de História, Semiótica e Análise do Discurso. Na Inglaterra, a Universidade de Manchester oferecerá um curso intitulado "Os Beatles, a Música Pop e a Sociedade".

21 Ver Caretta, Álvaro Antônio. A canção popular: uma análise discursiva. In: GIL, Beatriz Daruj (org.) [et al.]. *Modelos de Análise Linguística*. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 99-114.

Bakhtin, Mikhail. (2003) *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (1998) *Questões de literatura e de estética*. São Paulo: Editora UNESP.

Caretta, Álvaro Antônio. (2009) A canção popular: uma análise discursiva. In: GIL, Beatriz Daruj (org.) [et al.]. *Modelos de Análise linguística*. São Paulo: Contexto, pp. 99-114.

Costa, Nelson Barros da. (2001) *A produção do discurso lítero-musical brasileiro*. (Tese de doutorado). São Paulo: PUC.

Tatit, Luiz. (1996) *O Cancionista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. (2004) *O Século da canção*. Cotia: Ateliê Editorial.

Tinhorão, José Ramos. (2001) O encanto histórico da palavra cantada. In: Matos, Cláudia Neiva de; Medeiros, Fernanda Teixeira de; Travassos, Elizabeth (org.). *Ao encontro da palavra cantada – poesia, música e voz*. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora, pp. 200-206.

## 5. ANA FRANCO



**ANA CRISTINA DE AGUILAR COSTA FRANCO** é professora auxiliar convidada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusófona de Lisboa, doutoranda em Estudos Comparatistas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com uma tese sobre José Rodrigues Miguéis; mestre em Estudos Anglísticos (2001), pela Universidade de Lisboa, com a dissertação *Ralph Waldo Emerson: Uma Reflexão sobre a sua poesia*; licenciada em Línguas e Literaturas Modernas (1997) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; bacharel em Tradução (1985) pelo Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA). Lecionou *Língua e Cultura Portuguesa para Estrangeiros* na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; *Metodologia do Trabalho Científico* e *Língua Portuguesa* na licenciatura em Língua e Cultura Portuguesa, na mesma Faculdade; tem lecionado *Língua e Cultura Portuguesa para Estrangeiros* a alunos do programa *Erasmus*, bem como Técnicas de Expressão e Comunicação - *Língua Portuguesa* no âmbito das licenciaturas em Ciência Política e Relações Internacionais, Engenharia e Biologia na Universidade Lusófona. Lecionou *Língua e Cultura Inglesa* no Instituto Superior de Novas Profissões. As suas áreas de estudo e de leção centram-se na Literatura, Tradução, Estudos Comparatistas, Cultura, Ensino de PLE e Metodologias de Ensino, Aprendizagem, Didática das Línguas e Estudos Interculturais. Nas áreas referidas, tem desenvolvido projetos, escrito artigos vários e apresentado comunicações. As suas atividades profissionais incluem a gerência do Centro de Estudos e Formação **Saladula**, de que é sócia, e o voluntariado no apoio escolar.

## SINOPSE - TEMA 1.7. "NATAL BRANCO" DE JOSÉ RODRIGUES MIGUÉIS ANA AGUILAR FRANCO, FCSH ULL, LISBOA, PORTUGAL ANA.AGUILAR.FRANCO@HOTMAIL.COM

A condição de José Rodrigues Miguéis, português e naturalizado americano em 1942, coloca-o numa dupla condição cultural, com reflexos no seu relacionamento com Portugal assim como na prática da sua escrita. A comunicação visa dar voz a um escritor que não raras vezes evidenciou sentimentos contraditórios sobre o seu país por nascimento, e outras tantas, de esquecimento e injustiça, não obstante a sua obra ter granjeado um público leitor fiel. A partir do conto "Natal Branco" passado em Nova Iorque, no seio de uma família de emigrantes com chefe-de-família transmontano, pretende-se dar enfoque aos contos de Miguéis, mediante a apresentação da sua tipologia, segundo um critério assente no local em que se passa a ação, com realce para a americanidade da obra. Raymond Sayers, no artigo "A América de José Rodrigues Miguéis" salienta a vertente americana presente também em ensaios e crónicas, afirmando: "os contos de JRM sobre Nova Iorque, traduzidos em inglês, representam para os críticos americanos interpretações sérias da vida urbana na América, dignas de ocuparem o seu lugar entre os maiores ficcionistas americanos que viveram e escreveram nas grandes cidades." O escritor identifica-se sobretudo com o espaço nova-iorquino, tal como exemplifica a correção que faz na legenda da fotografia que acompanha uma entrevista dada a um jornal português: "nos EUA, não; em Nova Iorque". Atendendo a esta dimensão intercultural em que Miguéis se situa, a comunicação visa mostrar a pertinência da discussão sobre a influência exercida pelo contexto espacial na sua produção literária. Tanto os processos criativos como as realidades e as atmosferas retratadas em alguns dos contos são nova-iorquinos, são narradas por alguém, também, pertencente a esse mundo.

Trabalho final não enviado dentro dos prazos

## 6. ANABELA BRITO (MIMOSO)



**ANABELA DE BRITO MIMOSO** É mestre e doutora em Cultura pela FLUP. Desempenhou cargos na direção da Associação de Escritores de Gaia e Confraria Queirosiana. É investigadora de Literatura infantojuvenil e das suas relações com a pedagogia, na Universidade Lusófona. É diretora da revista ECOS. Além de numerosos artigos de investigação sobre temas de língua e cultura em revistas e jornais, de manuais para o ensino da Língua Portuguesa (2º e 3º ciclo), é autora de vasto número de livros de literatura infantojuvenil:

### Obras principais:

História de um rio contada por um castanheiro (Porto Ed., 1986);

Era um azul tão verde... (Porto Ed., 1993);

O tesouro da moura (Porto Ed., 1994);

D. Bruxa Gorducha (Porto Editora, 1995 e Gailivro, 2006);

O último período (Âmbar, 2002); Um sonho à procura de uma bailarina (Âmbar, 2002); Parabéns, caloiira! (Âmbar, 2003);

Quando nos matam os sonhos (Âmbar, 2005);

O Tesouro do Castelo do Rei (Âmbar, 2006);

Foz Coa: entre céu e rio (Gailivro, 2007);

Traz os olhos cheios de palavras (Âmbar, 2007);

## SINOPSE - TEMA 1.1. A ATUALIDADE DAS ANOTAÇÕES DE D. CAROLINA MICHAËLLIS AO ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1911 ANABELA MIMOSO, ULHT

Desde os finais do séc. XIX que se tenta, por um lado, simplificar a ortografia da língua portuguesa e, por outro, unificar a ortografia dos países que a usam. Juntamente com Gonçalves Viana, Cândido de Figueiredo e Adolfo Coelho, foi D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, entre outros, encarregada de trabalhar em prol de um acordo para reformar a escrita da língua, tarefa que esta eminente romanista reclama de «conveniente e urgente, tanto sob o aspeto científico, como sob o estético, e sobretudo o pedagógico». Embora o Brasil tivesse optado por não adotar esta ortografia simplificada, em Portugal ela seria oficializada por portaria de [1 de setembro de 1911](#). Ora, algumas das explicações que D. Carolina dá para a necessidade desse acordo, numa carta a Joaquim Costa intitulada “A Ortografia Nacional”, ainda hoje fazem sentido, na sua globalidade, em relação ao acordo de 1990, conforme pretendemos mostrar. É este texto que daremos a conhecer, contextualizando-o na época em que ele foi produzido.

### DADOS BIOGRÁFICOS

D. Carolina Michaëlis nasceu em Berlim, em 15 de março de 1851 e viria a falecer no Porto, em 16 de novembro de 1925. Filha mais nova de Gustav Michaëlis, professor universitário de taquigrafia, muito beneficiou da dedicação do pai à linguística aplicada e à linguística comparada «siendo el motivo fundamental de este interés comparatístico su tarea de adaptación del método taquigráfico de Wilhelm Stölze a lenguas distintas del alemán: latín, francés, inglés, italiano, portugués y español», no dizer de Conde (2000: 136). O ambiente familiar, o convívio com figuras ilustres da cultura alemã (como Jakob Grimm, Alexander von Humboldt e Varnhagen von Ense) serviram de estímulo a Carolina (e a sua irmã Henriette) que desenvolveu aprofundados estudos no domínio das línguas, não na Universidade, dada a sua condição de mulher, mas em casa, como autodidata, sob a orientação de um romanista, Carl Goldbeck, seu antigo professor de liceu, «com quem ela permaneceu em contacto, aliás, ao longo da vida» (Vieira, 2005: 15). Com afinco, aprendeu árabe em dois anos, depois as línguas germânicas e eslavas, sânscrito, provençal, francês antigo, espanhol, catalão e português, mas a sua preferência foi para a linguística histórica e para a filologia românica, sobretudo ibérica: castelhana e portuguesa.

Foi a propósito da tradução que A. F. de Castilho fez do *Fausto* de Goethe (publicada em 1872) e da polémica, a chamada Questão do Fausto - que talvez se possa ligar à Questão do Bom Senso e Bom Gosto, como propõe Brito (2001: 191) -, que ela suscitou, sobretudo, a Adolfo Coelho, Teófilo Braga e Joaquim de Vasconcelos, que veio a corresponder-se com estes três autores, sobretudo com o último, Joaquim António da Fonseca Vasconcelos, profundo conhecedor da língua alemã, ao contrário de Castilho que, não obstante a adaptação que tentou fazer da obra de Goethe, desconhecia este idioma.

A animada correspondência trocada então entre os dois «em breve se viria a transformar em romance de amor» (Delile, 2001: 36). Em 1876 casaria na Alemanha com este musicólogo e historiador de arte, cujo nome tomara. Radicar-se-ia ainda nesse ano no Porto, donde o marido era natural.

Além de filóloga da língua portuguesa, tarefa que lhe seria facilitada pelo seu vasto conhecimento de línguas antigas e modernas, foi crítica literária, pedagoga, escritora, lexicógrafa, investigadora. A sua prolixa obra abrange cerca de 200 títulos (Correia, 1986: 3). Foi também a primeira mulher a lecionar numa universidade portuguesa (tardamente, pois só em 1911 lhe é reconhecido devidamente o seu mérito), na recém-criada Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (e não a primeira catedrática, como se costuma dizer). Aí lecionou Filologia (1). Lembremos, a propósito, que «está suficientemente comprovado que a filologia românica moderna nasceu na Alemanha, na universidade prussiana que se constituiu de acordo com as ideias de Humboldt, e não na França ou outro país românico, por mais incongruente que isso possa parecer», conforme afirma Vieira (2005: 18).

Em 1916, ser-lhe-ia concedido o grau de doutor em Filologia Românica e Germânica. Foi também eleita para a Academia das Ciências, o que não seria pacífico, dada a sua condição de mulher.

### 2. A ORTOGRAFIA FINISSECLAR

Até 1911, e apesar dos esforços de alguns glotólogos, gramáticos, lexicógrafos e etimologistas no sentido de «expurgar a língua de defeitos» (1911: 201), não havia uniformidade de critérios na escrita, donde resultava que cada escrevente adotava ou rejeitava emendas ou inovações que mais lhes aprofundasse. Alguns usavam na mesma página grafias diferentes para a mesma palavra. Era, pois, o caos. Na realidade, não existia uma ortografia portuguesa oficial. Se não havia regras superiormente traçadas para a ortografia, cada jornal, revista, obra literária seguia a regra que o(s) autor(es) dos textos melhor entendia(m), muitas vezes sem grande coesão interna, o que não garantia, num mesmo texto, uniformidade gráfica. Cada autor seguia, geralmente, a prática e o exemplo de algum autor consagrado que tomava por modelo.

Às vezes procurava-se alguma coerência, como fez Álvaro Pinto, diretor da Revista *A Águia*, logo no seu primeiro número, em 1 de dezembro de 1910, numa pequena nota intitulada “A nossa ortografia”: «A não ser que o autor indique a ortografia a adotar, servir-nos-emos da estabelecida pelo snr. Gonçalvez Viana, salvas, é claro, as naturais deficiências inerentes a todas as inovações» (*A Águia*: nº 1). Claro que não se tratava de uma uniformização, porque estava limitada à vontade do autor, já que a grafia de Gonçalves Viana não estava superiormente aprovada, mas era já uma tentativa nesse sentido, era, sobretudo, a tradução do sentir dessa necessidade.

Ora, esta boa vontade teve as suas críticas: uns não a achavam suficientemente impositiva, outros achavam-na castradora. E a polémica estalou no número 4 da revista (de 15 de janeiro de 1911). O Dr. A. A. Cortesão, pai de Jaime Cortesão, num artigo intitulado: “Algumas palavras sobre a ortografia seguida em *A Águia*”, constatava que afinal via «cada artigo escrito com a ortografia própria do seu autor, isto é, tantos artigos, tantos sistemas ortográficos, embora a redação pareça seguir *oficialmente* a ortografia nacional». O Dr. Cortesão advogava, portanto, a adoção de uma «ortografia moderna, ortografia racional e cientificamente simplificada, ortografia nacional» e explicitava mesmo que «desejaria eu que o rigor e coerência fossem mais lonje: que abranjessem a ortografia exata e verdadeira em patronímicos, escrevendo-os (como exige a evolução fonética) – *Díaz, Guédes, López, Sánchez, Simõiz*, etc.». Não havia dúvidas, portanto, em aceitar que só um acordo oficial uniformizaria a escrita e que esta uniformização era urgente.

Mas que acordo? No número seguinte (n.º 5, de 1 de fevereiro, do mesmo ano) é a vez de vir à liça Teixeira de Pascoaes, num artigo intitulado “A Phisionomia das Palavras”. Pela grafia do próprio título se infere a posição do poeta. Se bem que reconheça que «É realmente necessario estabelecer uma Ortografia definida, que faça a harmonia n'este cahos ortográfico em que se encontra a nossa língua», não está de acordo com quem quer obedecer a «um criterio puramente etimológico», mas também não está de acordo com os que «obcecados por uma ideia simplista, querem que se escreva exátamente como se lê». Assim, opõe a estas duas teorias um *critério biológico e estético*, dado que «as Linguas são *organismos vivos*» (itálicos do autor), e que as «palavras são seres». Daí que tivesse criado um complicado sistema, de critério duplo, uma vez que postulava que «a forma gráfica das palavras deve estar em harmonia com o seu sentido íntimo ou parte subjetiva e com as leis da estética: deve ser bela e verdadeira». Desta regra geral, advinham duas regras especiais: «a) Simplificar a forma grafica das palavras, cujo sentido é simples, definido e concreto», «b) Não simplificar a forma grafica das palavras que encerram um sentido profundo, abstrato, misterioso».

Obviamente, que desta ideia decorreria a existência de grafias simplificadas, como em *fruto coleção ortografia*, paralelamente com palavras escritas numa ortografia redundante, como em *peccado espetro lagryma abysmo phantasma*, dada a carga emocional que estas palavras transportam. Critério dubio, já se vê, e sobretudo subjetivo. Embora possa ser uma brincadeira de Pascoais, este artigo mostra como era, então como agora, difícil estabelecer uma disciplina a ser praticada na escrita, como qualquer critério a adotar resultaria arbitrário e criticável, sobretudo pelos escritores, em geral, e pelos poetas, em particular, limitados assim no acesso a certos jogos com o significativo gráfico de cada signo linguístico. A ortografia entraria aqui no campo da arte e não da ciência linguística.

Mas também havia os que, em nome da liberdade, não aceitavam qualquer acordo. Assim, o mesmo número da revista incluía ainda um texto assinado por Raul Proença, em que este se manifestava contra o critério seguido por Álvaro Pinto, isto é, o de adotar a ortografia estabelecida por Gonçalves Viana, já que este não era oficial, mas apenas expressava a opinião deste erudito. Proença achava que seguir uma regra imposta por alguém se «quadrava mal numa revista de gente nova e de gente livre», pelo que defendia que uma revista como a *Águia*, «revista de temperamentos livres e de talentos livres, não podia aceitar uma uniformidade imposta, primeiro porque ella tem um vago horrôr á uniformidade - á tristeza do mesmo horizonte, á monotonia da mesma paisagem – em seguida porque tem um ódio nitido á imposição, ao dogma, á autoridade», razões de peso, portanto, para não necessitarem de qualquer acordo. Além da criatividade também já preconizada por Pascoais, vinha-se agora recordar que a ânsia de liberdade se estendia também à grafia.

## Atas colóquio da lusofonia –

Ora, no nº 6 da *Águia*, era a vez do Dr. A. A. Cortesão responder a Teixeira de Pascoais num artigo intitulado *Brevíssimas considerações sobre “A phisionomia das palavras”*. Confessa-se honrado por o seu artigo ter despertado o interesse de T. de Pascoais, «pois o caso não era para tanto», mas acaba por responder à réplica do poeta, confessando que não compreende como é que se pode estabelecer uma ortografia seguindo o critério “biológico e estético” por ele proposto, quando esses critérios são contrários ao uso e ao rigor etimológico, critérios para mais difíceis de explicar a uma criança. Acaba mesmo por duvidar da seriedade da proposta de Pascoais e atribui-lha a uma «manifestação do seu talento, que é assombroso, e do seu vasto saber».

Responde ainda a Raul Proença, fazendo-lhe ver que a liberdade na escrita, a arbitrariedade gráfica podia levar a uma escrita verdadeiramente incompreensível, como aconteceria se Raul Proença tivesse escrito, seguindo essa mesma liberdade: «Meu caro Allvaro Pintto: Nu 1º numero da agia inceria o meo amiggo huma nopta onde dizia que, a nau cer que o auctor indiqace...» Encerra aí o incidente e a I série de *A Águia* não volta a trazê-lo à baila.

Demos o exemplo desta revista não só por se ter interessado especificamente pela ortografia utilizada, mas também por ser uma revista séria, cujos colaboradores integravam os maiores vultos da cultura do país e por se dedicar a questões literárias e do ensino. A discussão que levantou mostra bem como não havia consenso em relação à necessidade e ao teor de um acordo ortográfico. Alguns escritores, paladinos da liberdade criativa, eram mesmo defensores de um desacordo ortográfico.

### 3. A PREPARAÇÃO DO ACORDO

Não obstante, o novo governo republicano nomeou uma comissão de letrados, originalmente constituída por Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (que há muito se ocupava do assunto), Cândido de Figueiredo, F. Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos e pela própria Carolina Michaëlis e, depois de março de 1911, também por A.J. Gonçalves Guimarães, António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, Júlio Gonçalves Moreira, José Joaquim Nunes, e Augusto Epifânio da Silva Dias (que pediu escusa do cargo) e Manuel Borges Grainha, para encetar uma reforma da ortografia portuguesa. Paralelamente à discussão levantada pela revista *A Águia*, trabalhava assim a comissão num plano que resolvesse os problemas que aí se levantavam.

Também do outro lado do Atlântico, a Academia Brasileira de Letras desde 1907 tivera em estudo um projeto de reforma análogo. Este projeto, baseado no de Gonçalves Viana, daria lugar a um anteprojeto assinado por Rui Barbosa, Salvador de Mendonça e Sílvio Romero. Depois de calorosas discussões, foi aprovado o projeto inicial, embora com algumas divergências.

Embora em ambos os países os estudiosos da língua sentissem a necessidade de unificar a ortografia, como não houve cedências de qualquer uma das partes, o Brasil acabou por não adotar esta ortografia simplificada que seria, em Portugal, oficializada por portaria de 12 de setembro de 1911.

D. Carolina teve, na comissão que redigiria o acordo, a importância que a sua condição de eminente romanista faria prever, que a sua vasta erudição justificava e que o seu amor à língua ambicionaria. Diria na sua Introdução às Lições que Filologia que lecionou na U.C.: «Filólogo quer dizer isso: *amor da fala*, como expressão de ideias, dêsse património lentamente adquirido, que é o distintivo supremo do homem» (1918: 9). Aliás, fê-lo também em nome do seu interesse pela alfabetização do povo português, como está bem patente nas anotações que fez à *Cartilha Maternal* de João de Deus e ao ABC de Trindade Coelho. Foi a sua própria experiência que a levou a deixar explicitamente registado no texto que serve de base a este artigo: «Eu estou, pelo contrário persuadida da necessidade de uma reforma, por amor aos humildes e pequeninos, que vi e vejo lutar arduamente (e quantas vezes sem resultado!) com as dificuldades, incongruências, e contradições da ortografia reinante, por demais erudita, complicada e desconesca» (1911: 201), pequeninos e humildes com quem ela se solidarizava, pois, tal como eles também um dia se viu confrontada com a aprendizagem da nossa língua, como confessa: «sofri com as condições e incertezas na maneira de ortografar dos portugueses... E sofri mais ainda quando principiei a escrever português e a editar textos vernáculos» (1911: 211).

Paralelamente a seu trabalho na equipa que trabalhou a reforma ortográfica, D. Carolina legou-nos então esse precioso texto, intitulado *A Ortografia Nacional (Carta ao Dr. Joaquim Costa)*, em que responde às perguntas que o Dr. Joaquim Costa lhe pusera sobre o acordo. Inicialmente publicado em *O Primeiro de janeiro*, de 14 a 18 de março de 1911, seria reproduzido na *Revista Lusitana*, vol. XIV, num artigo (re)datado de novembro de 1911. Além de conter algumas leves alterações ao anterior, este texto tem a vantagem de incluir algumas explicações complementares sobre a história do acordo. Foi este texto, extraído da revista que serviu de base à elaboração do artigo que ora se analisa.

Aí se informa que, a partir de 15 de março, a comissão reunia, sempre que possível, semanalmente para discutir os 115 artigos do texto de Gonçalves Viana, texto que foi escolhido para base do acordo. No dia 1 de setembro o *Relatório* resultante estava a ser assinado pelo Ministro do Interior. Seria publicado a 12 de mesmo mês.

Logo de imediato seria publicado um *Formulário Ortográfico conforme o plano de Regularização e Simplificação da Escrita Portuguesa* que estava precedido dos documentos oficiais e por uma introdução relativa às Bases da reforma e seguida de um *Prontuário* que seria publicado em separado. Seria também publicado, no mesmo ano, uma *Reforma Ortográfica em meia dúzia de palavras*, prático documento de consulta, já que tinha o formato de mapa para afixar nas paredes de uma sala de aula, da redação de um jornal, por exemplo. Paralelamente, Borges Grainha, professor de instrução secundária, publicaria uma cartilha segundo o novo acordo: *Método intuitivo e mecânico para ensinar a ler, escrever e contar*. Ao mesmo tempo começava-se a rever, com vista a uma reedição atualizada, o *Vocabulário ortográfico e ortoépico* de Gonçalves Viana e o *Novo Dicionário* de Cândido de Figueiredo.

### 3. RECEÇÃO DO ACORDO

«O público! Qual foi o acolhimento que fez à Reforma? Naturalmente as opiniões estão divididas. Houve e ha entusiastas; críticos; indiferentes; e adversários.», afirmava D. Carolina (1911: 224). Se já antes não havia “acordo” quanto ao “acordo” a vigorar, agora, depois da sua publicação, as críticas faziam-se notar mais. Constatou-se até que os contestatários iam angariar assinaturas para revogarem o acordo. Outros, porém, acharam que se poderia ir mais longe, fonetizando a ortografia; outros ainda dar-se-iam por satisfeitos apenas com a supressão do *y k ph th rh*. Quanto aos acentos também havia divergências: o único acento consensual era o acento agudo. Não é novidade a receção ao acordo de 1990, portanto. Os peritos, tal como D. Carolina, porém, embora notando algumas falhas no acordo, sujeitaram-se a ela, conscientes das subtilezas da fonologia portuguesa. Mas o acordo prosseguiu, indiferente às vozes discordantes.

### 4. AS EXPLICAÇÕES DE D. CAROLINA MICHAËLIS

Não nos restam dúvidas hoje, de como era então necessário que a ortografia fosse oficialmente regularizada e simplificada. Necessário, «conveniente e urgente, tanto sob o aspeto científico, como sob o estético, e sobretudo o pedagógico», segundo afirmava D. Carolina (1911: 202). Na verdade, simplificando a ortografia, facilitava-se o ensino da leitura e da escrita, o que seria garante de um melhor acesso à educação e à instrução. Muito justamente, lembra a romanista que «o ensino elementar da leitura e escrita não é *fim*, mas apenas *meio* indispensável para o desenvolvimento da faculdade de pensar, raciocinar, julgar, protestar e emendar o que encontramos imperfeito e obnóscio no nosso caminho» (1911: 202). Seria também mais fácil para o ensino da língua a estrangeiros. Do ponto de vista estético, a simplicidade, a ordem e a disciplina seriam sempre preferíveis. Finalmente, é lembrado que embora o inglês e o alemão tenham uma grafia complicada, ela está fixada com rigor e que línguas aparentadas com o português, como a castelhana e a italiana, já há mais de um século que tinham ortografias simplificadas pelas respetivas Academias.

Obviamente que a «complicada fonologia da língua» (1911: 203), seria resultado de uma «tendência etimológica, erudita, artificial, conservadora» (*ibidem*), bem como resultado das aquisições eruditas posteriores (Idade Média, Renascimento e tempos modernos) das aquisições importadas de línguas não latinas (árabe, germânica, línguas modernas) que derivaria em várias anomalias na escrita portuguesa. De facto, constata D. Carolina, as palavras de origem popular, as que derivam do latim vulgar, conheceram sempre uma regra ortográfica fonética, muito embora sujeita aos 25 caracteres do alfabeto, conforme se pode verificar nas cantigas de amor e de escárnio. Foram as



## Atas colóquio da lusofonia –

palavras eruditas, introduzidas por notários, clero, cientistas (a partir de D. Dinis) que não faziam parte do vocabulário do povo, que se grafaram recorrendo a «sinaes exóticos» (1911: 204), como *y, th, ph, rh, gh, çç, pç, ct, mn, gm, gn...*

Ora, este hábito de encontrar símbolos exóticos (*ph, rh, y...*) nos vocábulos relacionados com as ciências e as artes, por parte dos que tinham pretensões a cultos, levou a que estes mesmos símbolos se estendessem aos vocábulos comuns: *sancto, somno, cysne, lagryma*. A única intenção desta prática seria a de «sugerir etimologias» por puro pedantismo (pecha de que ainda não nos libertamos), «como se o escasso milhão de Portugueses que leem e escrevem fosse capaz de analisar, interpretar e historiar as evoluções e orijens de *homem hoje hontem (!) bocca*, melhor do que as de *ora onra falar filosofia*» (1911: 205). Ora, conforme esclarece a romanista, muitos desses “pedantismos” seriam oriundos das mãos dos tipógrafos, e não dos autores dos textos, que alteravam a seu bel-prazer a ortografia dos originais manuscritos que tinham de compor, ainda por cima sem carácter sistemática, uma vez que a faziam variar ao longo da obra.

Competiria, pois, aos profissionais que se ocupavam cientificamente da língua, já não aos escritores (ou aos tipógrafos por eles), fossem eles membros da Academia ou não, realizar a reforma ortográfica, sobretudo aos que tinham conhecimentos de ortoépia e fonologia, como era o caso das individualidades escolhidas para fixar as regras da nova ortografia. Já na altura todos se achavam habilitados a dar o seu parecer sobre tema tão específico. Hoje também.

As diferentes opiniões relativas ao acordo apoiavam-se em duas visões diferentes: a etimológica e a “sónica”, como a insigne romanista lhe chama. Aliás, foi esta a causa da polémica levantada no Brasil em torno do acordo, já que existia aí uma marcada corrente foneticista, que defendia a simplificação ortográfica. Embora em Portugal prevalecesse a corrente etimológica, Carolina Michaëlis (tal como Gonçalves Viana) defendida uma outra via, a «comum, regularizada e simplificada, segundo normas e princípios ficos, fundados na história da língua, estudada com critério», «livre de elementos etimológicos inúteis, quer sejam meros disfarces (como *y th ph rh*, etc.) quer sejam nulos, mudos, mortos» (1911: 212), numa clara continuidade de «sete séculos de vida literária» (*idem*).

Na verdade, a ortografia portuguesa recorreu, desde D. Sancho I, à ortografia fonética para os vocábulos «realmente nacionais de origem popular» (1911: 213). O classicismo levou a que vozes pretensamente eruditas, a partir do séc. XVI, a substituíssem pela suposta ortografia etimológica. Ora, sabemos que nem mesmo os gramáticos da época (Fernão de Oliveira e João de Barros) que se ocuparam da ortografia estavam isentos de se servirem dos intermediários que eram os tipógrafos. João de Barros (em 1540) definia a ortografia como «ciência de escrever diretamente todas as palavras, com tantas letras (ele dizia *leteras*) com quantas as pronunciamos, sem pôr consoantes ociosas. Mesmo dado que a dição seja latina, logo que a derivamos a nós e ela perder sua pureza, logo a devemos escrever ao mesmo modo» (cit. 1911: 214). Já antes (1536) Fernão de Oliveira afirmava que «as dições que trazemos doutras línguas, escreve-las-hemos com as nossas letras que nelas soam, como *ditongo, filósofo, gramática*, porque todo o mais é empedimento aos que não sabem essas línguas donde elas vieram» (cit. 1911: 214). D. Carolina recorre ainda ao testemunho de Rodrigues Lobo. Escreve ela: «Francisco Rodrigues Lobo queixava-se de que o erudito “por levar o português arrastro até o fazer latim, falla por *septe, docto, scripto, benigno*». Quem sabia das coisas da língua aconselhava, pois, a utilização da ortografia simplificada e uniformizada.

## 5. AS ALTERAÇÕES

A Reforma de 1911, em termos gerais, estabelecia então as seguintes alterações:

1. Extinção dos grupos “exóticos” *th ph rh ch* (este com valor de k) que serão substituídos por *t f r c* ou *qu*.
2. Extinção do *y k w* em palavras portuguesas (à exceção de *kilo*).
3. Redução das consoantes geminadas (exceção de *rr* e *ss* que têm valores particulares).
4. Eliminação das consoantes nulas: *m g* nos grupos *mn gm gn gd*: em *dano sono aluno aumentar Inês Madalena*.
5. Eliminação do *s* no grupo *sc* quando inicial, como em *ciência*. No interior das palavras não se suprime «por ser uso em Lisboa pronunciar ambos os sons»: *consciência nascimento*.
6. Eliminação do *c* e do *p* nos grupos *çç ct pç pt* (*santo pronto distinto*). Permanecem quando influírem «na vogal átona precedente abrindo-a, como em *a(c)ção abstra(a)ção reda(c)ção exce(p)ção ...* e também em casos em que a pronúncia do *c* é facultativa, como em *efetivo respetivo facto pacto*» (1911: 216).
7. O *h* etimológico desaparecia no meio das palavras quando «servia para desunir vogais que em regra formam ditongos (*sahimento cahir*)» e depois de prefixos (*inábil*). «Onde for etimológico (*historia homem hospede haver*) será todavia mantido provisoriamente».

Apesar da polémica de então, todas estas alterações nos parecem hoje perfeitamente pacíficas, exceto a do *h* etimológico.

Foi ainda necessário proceder-se a algumas regularizações, cujas principais foram:

8. Eliminação do *g* antes de *e* ou *i* com som *j* (por isso: *guerra gato golpe*).
9. O *x* mantinha-se apenas no caso em que tem o mesmo som de *caixa* e no prefixo *ex* (pronunciando-se *eis* ou *is*). Nos restantes casos é substituído pelas letras que a pronúncia normal exige: *próximo auxílio ficso perplecso*.
10. Normalização da grafia dos ditongos decrescentes, de maneira a que o segundo elemento seja semivogal (*i* ou *u*) e nunca *e* ou *o*.
11. Na grafia das nasais usar-se-á o *m* apenas antes de *b* e *p* e no fim das palavras que terminam em som nasal átono: *amam amaram* e nos monossílabos átonos: *tam quam sam gram*: as exceções *sótão órgão órfão orégão* justificam-se pelo uso das regras do plural das palavras terminadas em *ão*.
12. As palavras esdrúxulas serão sempre acentuadas com acento agudo ou circunflexo, tal como as agudas (que já eram) e algumas graves homógrafas (*fóra fôra; sede sêde*). O acento grave servirá para as átonas abertas: *pãdeiro pôveiro* e também para marcar diérese de vogais que habitualmente formam ditongo: *rêunir arguir pròibir còerente*.
13. O trema também desaparecia e era substituído pelo acento grave. O uso do apóstrofo passava a ser muito limitado.

Desta regras todas, D. Carolina não concordava com as regras de acentuação por as achar excessivas, no que se veio a provar que tinha razão, já que algumas dessas regularizações seriam, posteriormente, alteradas. De notar a alteração da grafia de *próximo perplecso* que, por muito que hoje nos possa parecer estranho, vinha disciplinar a utilização do *x*.

## 6. Comparação com o acordo de 1990.

Pela leitura dos comentários de Carolina Michaëlis pode deduzir-se, desde logo, que nem todos os especialistas que participaram na feitura do texto do acordo estavam de acordo com todos os artigos. O que é perfeitamente normal num trabalho pluridisciplinar.

Outro ponto importante a registar é que o acordo, embora elaborado por tão insignes especialistas, não era perfeito, como prova a hesitação na abolição do uso do *h*, ou a incongruência em usar o *x* no prefixo *ex* que, de acordo com a lógica que presidiu à ideia de que se escrevesse *próximo*, se deveria grafar *eis*. De notar ainda a tendência para a supressão das consoantes mudas, embora não levada às últimas consequências, na medida em que estas eram mantidas no caso de abrirem a vogal átona anterior.

Não podemos esquecer, naturalmente, de que este foi o primeiro acordo de uniformização da língua, pelo que deveria ter-se revestido de uma maior complexidade do que qualquer outro posterior. Ora, apesar de ele marcar um grande avanço, não só de uniformização, mas também de compreensão dos fenómenos que regem a evolução da língua, bem como da simplificação de regras que tornavam a aprendizagem da escrita mais lógica, mais intuitiva, ele despertou muitas reservas, críticas mordazes e comentários a propósito e despropósito. Ontem tal como hoje: nada de estranhar, portanto.

## Atas colóquio da lusofonia –

É numa tentativa de resolver o que o acordo de 1911 deixou em aberto e a *Convenção Ortográfica Luso-brasileira* de 1945 também não resolveu, que surge o Novo Acordo Ortográfico de 1990. Ele visa então colmatar o que os anteriores não lograram, nomeadamente, a uniformização da escrita nos países falantes da língua portuguesa que, entretanto, aumentaram de número, e as questões que se continuaram a levantar ao ensino da língua. A tendência para a simplificação mantém-se, pelo que se compreende perfeitamente a decisão da supressão das chamadas consoantes mudas.

Claro que não é ainda desta vez (como se isso fosse possível) que se resolvem todos os problemas que a escrita da língua levanta. De acordo com Casteleiro e Correia «o *Novo Acordo* não consegue atingir a unificação ortográfica absoluta, uma vez que há diferenças intransponíveis dos dois lados do Atlântico... O *Novo Acordo* visa, pois, a unificação possível, mas que, mesmo assim, abrangerá cerca de 98% do léxico e impedirá, com certeza, que as diferenças se aprofundem e ampliem. Manter-se-á assim a unidade essencial da ortografia da língua portuguesa» (2008: 6).

Mais ainda do que em 1911, chegou-se a um momento em que não é possível adiar por mais tempo a unificação possível da língua, dado o número de países que a utilizam, dada a importância política e estratégica que as línguas detêm atualmente, sob pena de se provocar a sua fragmentação a médio prazo. A sua utilização em grupos de trabalho internacionais, o alargamento do seu ensino aos naturais dos países que têm interesses culturais, políticos e comerciais com os países lusofalantes (anexo 1.), bem como a todos os habitantes dos países de língua oficial portuguesa (anexo 2.), não se compadece da existência de mais do que uma norma. Também na língua, a união faz a força.

### Notas:

Elucida Verdelho: «O termo é grego, e traduzem-no os dicionários, por “gosto pela literatura e pela erudição”, mas tem um sentido muito mais abrangente, que se desenvolve no âmbito do exercício da escrita e da salvaguarda da memória textual...

A Filologia foi recuperada como um ramo científico na estruturação Universitária positivista pós-romântica, dando lugar a vários cursos e mesmo a Faculdades de Filologia. No tempo de Dona Carolina, as Filologias estavam já compartimentadas por grupos de línguas e culturas, correspondendo a uma epistemologia fortemente motivada pela gramática comparada» (2001: 181).

«Naquele tempo (que não é ainda assim tão distante), a Filologia incorporava pelo menos três domínios disciplinares: o estudo da história literária; a crítica textual; e a reflexão metalinguística, especialmente a linguística histórica» (2001: 182).

### Anexos:



**Brasil no Uruguai**

**A partir de 2010, língua portuguesa será o segundo idioma nas escolas uruguaias**

Maria Simón, ministra uruguia da Educação e Cultura, anunciou que seu país adotará a língua portuguesa como segundo idioma nas escolas públicas a partir de 2010. De acordo com a ministra uruguia, a inserção do idioma português será lenta e gradual, e começará pelas cidades fronteiriças, onde o bilinguismo já é uma realidade. Há inclusive

Demanda: centenas de cartazes espalhados pela capital uruguia oferecem curso de português

nessas regiões casos de crianças cuja primeira língua é o português, além da presença de dialetos muito semelhantes ao "portunhol", fato que não é visto como algo negativo pela ministra Maria Simón, que é a favor da ampliação do conhecimento de ambas as línguas. A previsão é de que em 5 anos os jovens uruguaios estejam aprendendo português, e que em 11 anos o idioma já esteja amplamente disseminado. A medida tem como objetivo diminuir as diferenças sociais no Uruguai, uma vez que somente o ensino privado, até então, oferecia o ensino de línguas, resultando em oportunidades desiguais para a população. Além disso, não está prevista a contratação, para as aulas de português, de professores brasileiros, mas sim a capacitação de professores uruguaios.

Díli, 27 jul. (Lusa) - O Presidente de Timor-Leste faz um "balanço positivo" da reintrodução do português no país e pediu o reforço do apoio dos "países mais privilegiados", como Portugal, Brasil, Cabo Verde e Angola, para que daqui a 20 anos metade dos timorenses domine a língua.

"O balanço é bastante satisfatório porque não é em oito anos que se populariza uma língua, sobretudo uma língua latina, europeia, antiga, complexa e muito diferente da realidade, da lógica, do raciocínio e do dia a dia de um povo asiático", afirmou, em entrevista à agência Lusa, José Ramos-Horta.

Com as dificuldades apresentadas, o Presidente timorense, que falava à Lusa no seu gabinete de trabalho no novo gabinete na capital do país, reafirmou o "balanço positivo" e prestou homenagem aos "dedicados professores e professoras portuguesas que, desde 2000 / 2001, se aventuraram em Timor-Leste, sobretudo nos distritos e subdistritos e foram os pioneiros da reintrodução da língua portuguesa".

© 2009 LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A.

#### Referências bibliográficas:

Brito, A. F. (2001). Carolina Michaëlis e a lusofonia do seu tempo. *Línguas e Literaturas*, XVIII, p.191-198.

Casteleiro, J.; Correia, P.D. (2008). *Atual: o novo acordo ortográfico*. Lisboa: Texto Ed..

Conde, J.C. (2000). Carolina Michaëlis de Vasconcelos e la literatura española. *Línguas e Literaturas*, XVIII, pp. 133-170.

Correia, M.A. (1986). O Essencial sobre Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Lisboa: IN-CM.

Cortesão, A.A. (1911). Algumas Palavras sobre a Ortografia seguida em *A Águia*. *A Águia*, nº 3.

Cortesão, A.A. (1911). Brevíssimas considerações sobre "A Phisionomia das Palavras". *A Águia*, nº 6.

Delile, M.M. G.(2001). Carolina Michaëlis: intermediária entre a cultura neolatina e germânica. *Revista Línguas e Literaturas da FLUP*, nº 18, pp. 33-48.

Pascoaes, T. (1911). A Phisionomia das Palavras. *A Águia*, nº 4

Proença, Raul (1911). Carta a Álvaro Pinto. *A Águia*, nº 4.

Vasconcelos, C.M. (1918). Introdução a Lições de Filologia Portuguesa. *Revista Lusitana*, nº XXI.

Vasconcelos, C.M. (1911). A Ortografia Nacional. *Revista Lusitana*, nº XIV.

Verdelho, T. (2001). Carolina Michaëlis de Vasconcelos - Filóloga. *Línguas e Literaturas*, XVIII, pp. 181-190.

Vieira, Y.F. (2005). Paixão e Paciência: Carolina Michaëlis e a Filologia. *Carolina Michaëlis e o Cancioneiro da Ajuda, hoje*. Santiago de Compostela: Xunta da Galiza, pp.13-43.

## 7. ANDREIA ROSMANINHO



**ANDREIA ROSMANINHO**, Possui graduação em Jornalismo, pela Universidade Metodista de São Paulo (2000). Atualmente é pesquisadora da Universidade do Porto, onde realiza investigações em nível de Pós Doutorado. É especialista em Português: Língua e Literatura, Jornalismo e Literatura, História da Arte e Cinema, e possui Mestrado e Doutorado em Letras, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, e Mestrado em Literaturas Românicas, pela Universidade do Porto. Tem experiência nas áreas de Letras e de Jornalismo, com ênfase em Literatura, atuando principalmente nos seguintes temas: jornalismo literário, literatura de não ficção, interdiscursividade e análise do discurso. Desenvolve projetos de pesquisa relacionados à presença de literariedade nas obras jornalísticas de Eça de Queirós e Euclides da Cunha. Tem dois livros publicados: *Euclides da Cunha e Os sertões: da matéria bruta à obra lapidada* (2006) e *Escritores-jornalistas: um estudo sobre a produção jornalística literária de Eça de Queirós e Euclides da Cunha* (2008).

### SINOPSE - TEMA 1.3. OLHARES LUSÓFONOS DE ESCRITORES-VIAJANTES: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO JORNALÍSTICA LITERÁRIA DE EÇA DE QUEIRÓS E EUCLIDES DA CUNHA ANDREIA ROSMANINHO, UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE / UNIV. DO PORTO

Esta investigação, que tematiza o discurso jornalístico-literário de *O Egito*, do escritor português Eça de Queirós, e *Os Sertões*, do autor brasileiro Euclides da Cunha, parte do pressuposto de que ambas as experiências literárias foram frutos de trabalhos pensados jornalísticos – tanto que foram publicados, *a priori*, em mídia impressa diária. Já se sabia que os materiais têm em comum o fato de terem sido transformados em livro, anos mais tarde. Assim, o estudo de ambos os processos sob a perspectiva do Jornalismo Literário é, pois, o escopo desta pesquisa.

Dessa forma, a investigação vem a lume para fazer considerações acerca da construção dessas duas grandes obras em língua portuguesa. Com origem no final do século XIX e aprioristicamente jornalísticas, ambas as produções passaram por um processo de transmutação, tornando-se reconhecidas como literárias. Por esta razão, conforme já mencionado, foi realizado um estudo de comparação entre o processo de feitura dos trabalhos *O Egito* e *Os Sertões*.

O objetivo foi provar que, apesar de o discurso jornalístico ser predominante, elementos literários, já pungentes nas obras primárias, foram desenvolvidos e aprimorados nas versões estendidas.

Estudar o que de literário existe nas obras jornalísticas e investigar o que de jornalístico ficou no texto literário foi, dessa maneira, o método empregado para o desenvolvimento desta pesquisa. Sabendo que ambas as produções se caracterizam por um gênero híbrido e tendo sempre em vista a interdiscursividade jornalístico-literária das mesmas, depreendeu-se do material o que Bakhtin denomina "o entrelaçamento, num texto, de vestígios de outros gêneros discursivos existentes",<sup>22</sup> isto é, a existência da literariedade no texto jornalístico e a presença da historicidade no texto literário, no presente caso.

22 BAKHTIN, Mikail. Questões de literatura e de estética. A teoria do romance. São Paulo: UNESP / Hucitec, 1998, p.111.

### Atas colóquio da lusofonia –

Retomando a proposta, Eça de Queirós, um dos grandes nomes do Realismo português, teve parte relevante de suas publicações escrita em mídia impressa diária ou periódica. São trabalhos na área do jornalismo, da literatura de viagem e da hagiografia, entre as quais: *Uma Campanha Alegre*, *Cartas de Inglaterra*, *Prosas Bárbaras*, *Ecos de Paris*, *Cartas Familiares e Bilhetes de Paris*, *Notas Contemporâneas* e *Últimas Páginas*. Acerca das festas de inauguração do Canal de Suez, que aconteceram a partir de 17 de novembro de 1869, o artista escreveu quatro crônicas, publicadas no Folhetim do *Diário de Notícias*, entre os dias 18 e 21 de janeiro de 1870.

Da mesma forma, o autor de *Os Sertões* tem grande parte de sua produção primária publicada em jornal diário. Os vinte e cinco artigos provenientes da cobertura do final da Guerra de Canudos – textos estes que originaram o livro – foram publicados em cadernos especiais do jornal *O Estado de S. Paulo*, entre agosto e outubro de 1897, concomitantemente à ocorrência e ao presenciamento dos acontecimentos. *À margem da história*, *Diário de uma expedição* e *Um paraíso perdido* são títulos de outras experiências que foram transformadas em livros, *a posteriori*.

A carreira jornalístico-literária de Eça segue até o fim da vida, havendo especial destaque para a publicação de textos em *As Farpas*, a revista literária que ele e Ramalho Ortigão fundaram. Também neste caso, anos mais tarde, os trabalhos do autor foram reunidos no livro intitulado *Uma Campanha Alegre*. Da mesma forma, a experimentação jornalístico-literária de Euclides estende-se até o ano de sua morte, quando escrevia o que chamara de "próximo livro vingador", o projeto inconcluso *Um paraíso perdido*, resultado de sua temporada na Amazônia e de seu envolvimento com a questão dos seringueiros.

Buscando delimitar a abordagem do objeto de estudo, foi proposta a seguinte questão: "Que diferenciais teriam estas matérias jornalísticas que foram capazes de desencadear a produção de obras tão bem aceitas pelo cânone literário?". O que pautou o trabalho foi, pois, a pressuposição de que o hibridismo interdiscursivo na organização do código foi o aspecto suscitador do referido fenômeno.

Acerca do dialogismo estabelecido entre o discurso literário e o discurso histórico, firmou-se que, desde o primeiro momento, era possível depreender que *O Egito* de Eça e *Os Sertões* de Euclides têm em comum uma particularidade: a manutenção de um permanente diálogo com o discurso histórico. Na maior parte das vezes, estes diálogos partem de perspectivas contratuais para, em seguida, polemizar e divergir do discurso oficial. Dessa forma, tanto no momento jornalístico quanto no momento literário das referidas produções, os autores apresentam problematizações e questionamentos relativamente ao que se veicula entre as versões propostas por autoridade ou emanadas dela.

Entendendo que a história tida como oficial não passa de mais uma das versões sobre a factualidade que circulam e considerando que a única forma de se aceder aos acontecimentos reais de um período não contemporâneo é através do contato, não com uma, mas com as diversas óticas veiculadas mediante relatos ficcionais e não-ficcionais, entrevê-se que ambas as obras constituem registros historiográficos que almejam formalizar e sistematizar estudos críticos acerca da história, na mesma medida em que se pode divisar o teor ensaístico destas produções artísticas de reescrita histórica. Isto é, “quanto mais conhecemos sobre o passado, tanto mais se torna difícil fazer generalizações sobre ele”.<sup>23</sup>

Assim, as versões comumente difundidas são tratadas tanto no texto jornalístico quanto no texto literário a partir de uma variedade de mecanismos discursivos – a saber, a ironia, a paródia, a metaficção –, recursos estes que são empregados com a finalidade de pôr em causa as concepções monossignificativas e unívocas particulares destes interesses. Nas palavras de Hayden White, “o importante é que a maioria das sequências históricas pode ser contada de inúmeras maneiras diferentes, de modo a fornecer interpretações diferentes daqueles eventos e a dotá-los de sentidos diferentes”.<sup>24</sup>

É sob a aplicação das diversas hipóteses de vocalização possíveis que a homogeneidade do discurso oficial – que só admite a manifestação de uma forma de interpretação ou, como quer a crítica, “veicula o discurso do vencedor” –, é posta à prova e é constantemente replicada. No primeiro momento, a declaração da oposição faz-se com base no testemunho de uma fonte credível, que é o historiador-jornalista que atua *in loco* e, no segundo, ocorre mediante a especulação criativa do artista re-escritor. A referida afirmação encontra apoio nas palavras de White:

No seu empenho em compreender o registro histórico, que é fragmentário e sempre incompleto, os historiadores precisam fazer uso do que Collingwood chamava “imaginação construtiva”, que dizia ao historiador – como o faz ao detetive competente – qual deve ter sido o caso, dados o testemunho disponível e as propriedades formais que ela revelou à consciência capaz de formular a questão certa com relação a ela. (...) Os acontecimentos são convertidos em estória pela supressão ou subordinação de alguns elementos e pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias descritivas alternativas e assim por diante – em suma, por todas as técnicas que normalmente se espera encontrar na urdidura do enredo de um romance ou de uma peça.<sup>25</sup>

A exemplificação supracitada permite, ainda, o avanço a mais um ponto importante, que é a interdiscursividade estilística. O texto histórico-relatorial é, desta forma, “promovido” ao estatuto de artefato artístico, à medida que mantém a estruturação de um texto ficcional. Sobre o vínculo entre a composição textual-discursiva de uma sequência histórica e os mecanismos com vistas à resignificação factual via discurso ficcional, White afirma que:

O modo como uma determinada situação histórica deve ser configurada depende da sutileza com que o historiador harmoniza a estrutura específica de enredo com o conjunto de acontecimentos históricos aos quais deseja conferir um sentido particular. Trata-se essencialmente de uma operação literária, vale dizer, criadora de ficção.<sup>26</sup>

Isso também significa dizer que, para construir o discurso histórico, o historiador lança mão indistintamente dos mesmos recursos que o ficcionista utiliza na construção do discurso literário.

Toda narrativa não é simplesmente um registro “do que aconteceu” na transição de um estado de coisas para outro, mas uma redescrição progressiva de conjuntos de eventos de maneira a dismantelar uma estrutura codificada num modo verbal no começo, a fim de justificar uma recodificação dele num outro modo no final. (...) as narrativas históricas são não apenas modelos de acontecimentos e processos passados, mas também afirmações metafóricas que sugerem uma relação de similitude entre esses acontecimentos e processos e os tipos de estória que convencionalmente utilizamos para conferir aos acontecimentos de nossas vidas significados culturalmente sancionados. Vista de um modo puramente formal, uma narrativa histórica é não só uma reprodução dos acontecimentos nela relatados, mas também um complexo de símbolos que nos fornece direções para encontrar um ícone da estrutura desses acontecimentos em nossa tradição literária. (...) o que é fictício em todas as representações supostamente realistas do mundo e o que é realista em todas as representações manifestamente fictícias.<sup>27</sup>

Ao compreender que os acontecimentos históricos são sempre neutros, mas que os discursos sobre estes acontecimentos nunca o serão, deve-se atentar ao fato de que sobre uma versão oficiosa o leitor que pretende ter acesso aos fatos históricos deve lançar o mesmo olhar desconfiado. Isso porque, tanto as versões oficiais quanto as extraoficiais promovem da mesma maneira o contato com vozes e pontos de vista distintos relativos a uma mesma realidade, vozes e pontos de vista estes que são incompletos e, portanto, passíveis de ocultar, mentir, enganar e iludir, da mesma maneira que podem ser falhos os discursos das autoridades.

Confirmou-se que os trabalhos jornalísticos de ambos os autores são extremamente ricos, uma vez que consorciavam em medidas equilibradas aspectos de historicidade e de literariedade. Provou-se que a visão crítica empreendida tanto por Eça quanto por Euclides presentifica-se tanto nas reportagens quanto nas obras literárias, já que ambas as experiências mostram-se combativamente realistas.

Também foi comprovado que os escritores têm em comum a linguagem cientificista proveniente de formações positivistas e o rigor racional e metodológico. Observou-se que os textos de natureza descritiva são, dessa maneira, pontos coincidentes entre as narrativas queirosiana e euclidiana. O estilo empreendido por Eça é, entretanto, mais irônico e despojado, enquanto Euclides adota uma postura mais sisuda e inflexível – provavelmente devido à diferença das temáticas – uma festa e uma guerra são situações diametralmente opostas, de forma que não se pode esperar o mesmo tratamento para experiências tão díspares.

A escolha do tema orientou-se pelo fato de as obras em questão (apesar de não terem sido pensadas literárias) aparecerem entre as mais relevantes manifestações do final do século XIX e início do XX. Ou seja, oriundas do jornalismo, as produções foram curiosamente aceitas, *a posteriori*, pelo sistema literário.

Considera-se que a escolha do referido tema gerou alguma contribuição para os estudos interdiscursivos, haja vista a escassez de investigações no âmbito do discurso jornalístico-literário. De acordo com o que foi explicitado na abertura do trabalho, este foi um dos fatores que motivou a opção pelo tema. Embora o registro de obras em Jornalismo Literário date desde o século XVIII, são raras as sistematizações acerca do assunto.

Dessa maneira, esclarecer a viabilidade de um estudo sobre elementos literários em obras pretensamente não-ficcionais foi um dos pontos contemplados pela presente pesquisa.

23 WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: Trópicos do discurso. São Paulo: EDUSP, 2001, p.106.

24 WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: Trópicos do discurso. São Paulo: EDUSP, 2001, p.101.

25 WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: Trópicos do discurso. São Paulo: EDUSP, 2001, p.100.

26 WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: Trópicos do discurso. São Paulo: EDUSP, 2001, p.102.

27 WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: Trópicos do discurso. São Paulo: EDUSP, 2001, p.105.

## Atas colóquio da lusofonia –

Da mesma forma, os demais percursos para a obtenção deste trabalho, ou seja, a comparação dos percursos rumo à editorialização nos dois casos e a identificação dos pontos de contato entre os processos que culminaram com a produção das obras em questão, foram rigorosamente trilhados de forma que a comprovação das hipóteses foi plenamente alcançada.

Também o propósito de identificar os elementos literários nas obras iniciais, bem como o de provar que as referidas produções jornalísticas não são totalmente destituídas de potenciais artísticos, teve igualmente o mesmo êxito. Partindo da sistematização de Norman Sims, teórico que classifica as sete propriedades do discurso jornalístico-literário, foram analisadas tanto as obras primárias quanto as obras definitivas.

E, com o objetivo de sistematizar mais eficientemente o conhecimento adquirido por ocasião deste estudo, apresenta-se, a seguir, uma tabela com os resultados obtidos no concernente às diferenças e semelhanças das obras investigadas:

	O Egito, de Eça de Queirós	Os Sertões, de Euclides da Cunha
Obra jornalística	Quatro artigos publicados no Folhetim do jornal Diário de Notícias	Vinte e cinco artigos publicados em cadernos especiais do jornal O Estado de S. Paulo
Episódio	Festas de inauguração do Canal de Suez, no Egito	Última fase da Guerra de Canudos, no norte da Bahia
Data da cobertura	17 de novembro de 1869 a 20 de novembro de 1869	De 07 de agosto a 01 de outubro
Data da publicação	Entre 18 e 21 de janeiro de 1870, diariamente	Entre 18 de agosto e 26 de outubro de 1897, em dias alternados
Condições de produção	Os textos são escritos num intervalo de dois meses, entre cobertura e publicação	Os textos são redigidos, enviados por telégrafo e publicados quase imediatamente
Gênero	Crônica	Reportagem
Aspectos ideológicos	Visão de mundo tecnológico-cientificista, marcada pelo discurso diplomático	Visão de mundo tecnológico-cientificista, marcada pelo discurso militar
Modo de organização do discurso	Predominantemente narrativo, ocasionalmente descritivo, raramente dissertativo	Predominantemente descritivo, ocasionalmente narrativo, muito raramente dissertativo
Aspectos literários no discurso jornalístico	Voz autoral, estilo, uso de símbolos e humanização	Voz autoral, estilo, uso de símbolos e humanização
Obra literária	Livro publicado em 1926, mais de um quarto de século após a morte do autor	Livro publicado em 02 de dezembro de 1902, pela Livraria Laemmert, do Rio de Janeiro
Condições de produção	A obra, póstuma, é ampliada mediante a reunião de todos os escritos do autor referentes ao Egito	A obra é escrita entre 1898 e 1902, em São José do Rio Pardo
Modo de organização do discurso	Predominantemente narrativo, ocasionalmente descritivo, raramente dissertativo, firmando-se a manutenção estilística	Os três modos de organização do discurso (descrição, narração e dissertação) são empregados
Processos de editorialização e de reescrita	O trabalho é de transposição, havendo raríssimas diferenças entre a obra jornalística e a literária	O trabalho é de transformação, havendo alguma manutenção de aspetos temáticos, mas não formais
Aspetos jornalísticos no discurso literário	Imersão do repórter na realidade, precisão de dados e informações, digressão e humanização	Imersão do repórter na realidade, precisão de dados e informações, digressão e humanização

Em resumo, comprovaram-se todos os objetivos deste trabalho, a saber, a demonstração de que também a produção pretensamente não-ficcional é passível de portar elementos artísticos, de maneira a ser aceita pelo sistema literário; a comprovação de que consideráveis níveis de literariedade podem ser encontrados também em textos de jornal; e a comprovação de que, nos presentes casos, estes índices são ampliados e aprimorados para as obras estendidas.

Tudo isso sempre sob a perspectiva dos preceitos do Jornalismo Literário, que entende o gênero como uma modalidade discursiva híbrida, baseada nas habilidades descritivas do autor e em processos de criação cujos traços básicos são: imersão do repórter na realidade, voz autoral, estilo, precisão de dados e informações, uso de símbolos e metáforas, digressão e humanização.

Provou-se, igualmente, que as referidas características foram praticadas tanto por Eça quanto por Euclides instintiva e intuitivamente, muito embora a prescrição das propriedades em sistema haja surgido, contudo, nos últimos anos. Reiterando, analisar e interpretar as obras citadas à luz da teoria de Norman Sims, diagnosticando os pontos de contato entre a feitura de uma e de outra obra, foi o principal intento desta pesquisa.

O trabalho, que constou basicamente de pesquisa bibliográfica, teve como base o estudo do *corpus* no sentido de investigar o processo de editorialização que envolveu a transformação dos produtos publicados posteriormente, em formato de livro.

Assim, o material que originou *Os Sertões*, em 1902, ou seja, os vinte e cinco artigos publicados pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1897, fruto da temporada que Euclides passou no norte da Bahia, e as reportagens que geraram *O Egito*, em 1926, publicadas pelo jornal *Diário de Notícias*, em 1870, por ocasião da viagem de Eça para a cobertura da inauguração do Canal de Suez, foram tomados como ponto de partida neste estudo.

O aproveitamento e a adaptação destes materiais, bem como a transformação deles em obras literárias de reconhecido valor, foram da mesma forma temas atendidos pela pesquisa.

Logo, de acordo com o que se supunha de antemão, as reportagens publicadas nos jornais não são matérias comuns – caso contrário, qualquer produção jornalística seria passível de tornar-se livro, evento que raramente acontece. Por isso, este estudo que girou em torno dessa temática – buscando resposta à questão fulcral: "Quais as particularidades de que tais matérias são detentoras, propriedades estas capazes de impulsionar a feitura de obras que são aceitas pelo cânone literário?" – apresentou como conclusão o fato de haver, nas mesmas, a preexistência de elementos que denotam literariedade. As produções queirosiana e euclidiana estariam, pois, no meio do caminho entre o "meramente temático" e o "exclusivamente estilístico", isto é, ultrapassaram o formato automatizado de estruturas informativas, de tom relatorial, tão frequentes entre produções jornalísticas comuns, indo em direção à arte pura.

Deu-se destaque à figura do correspondente, chamando-se a atenção para o fato de a tendência do Jornalismo Literário ser proveniente de uma tradição epistolar que teve início no século XIX, quando as colaborações em jornais misturam vários gêneros discursivos e deixam de ser apenas "documentos de época", já que apresentam potencialidades que não têm tão somente a função referencial.

Dessa forma, os elementos artísticos (já presentes nos textos incipientes) são os responsáveis pelo referido desencadeamento.

E não seria exagero afirmar, portanto, que o *consórcio da ciência e da arte*, postulado pelos autores estudados e seguido até os dias atuais na prática do Jornalismo Literário, é a mais elevada tendência para o registro tipográfico dos conhecimentos humanos, de modo que forma e conteúdo, quando desenvolvidos plenamente, culminam com a produção de obras riquíssimas e conceitualmente semelhantes às experiências queirosiana e euclidiana.

### Bibliografia

BAKHTIN, Mikail. *Questões de literatura e de estética. A teoria do romance*. S. Paulo: Unesp / Hucitec, 1998.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: 1902.

QUEIRÓS, Eça de. *O Egito e mais notas de viagem*. Lisboa: 1926.

WHITE, Hayden. *O texto histórico como artefato literário*. In: *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 2001.



**ÂNGELO CRISTÓVÃO**, Secretário da Academia Galega da Língua Portuguesa, Empresário, licenciado em Psicologia, nasceu em Santiago de Compostela em 1965. Responsável pela página web «www.lusografia.org». Desde 1994 é secretário da Associação de Amizade Galiza-Portugal, tendo organizado os Seminários de Políticas Linguísticas (2003, 2004, 2006). Atualmente preside à Associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa, em nome de cuja entidade interveio na Conferência Internacional / Audição Parlamentar sobre o Acordo Ortográfico, realizada na Assembleia da República em 7 de abril de 2008.

**Alguns artigos e comunicações:**

- 1984: «Estudo antropológico da aldeia de Bustelo, Concelho de Dodro». Inédito.
- 1987: «Uma escala de atitudes perante o uso da língua», comunicação ao III Congreso Español de Psicología Social (Valência). In *Agália*, #.14 (verão 1988), pp. 157-177.
- 1989: «Aspetos sociolinguísticos da problemática linguística e nacional na Galiza Espanhola», II Congreso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. Atas, 1989, Ourense, pp. 237-254.
- 1990a: «Bibliografia de Sociolinguística lusófona», in *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística*, vol. VI, n.º 21-26, pp. 71-99; in *Noves de Sociolinguística*, n.º 9, Institut de Sociolinguística Catalana. Barcelona, pp. 3-33.
- 1990b: «Medição de variáveis: competência e uso linguístico». Comunicação ao III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, Ourense, outubro. Publicada em *Cadernos do Instituto de Estudos Luso-Galaicos "Manuel Rodrigues Lapa - Ricardo Carvalho Calero"*. Ass. de Amizade Galiza-Portugal, Série "Investigação". vol. I, 1994, Comunicações suprimidas, n.º 2.
- 1991a: «A eficácia da goma de mascar (Nicorette®) no abandono do tabagismo». Estudo com técnicas de meta-análise apresentado no Curso de Doutoramento em Psicologia Social. Programa: "Perceção, Representação e Conhecimento Social". Faculdade de Psicologia. Univ. de Santiago. Inédito.
- 1992a: «Language Planning: Atitudes», in Atas do «I Congreso de Planificación Lingüística», Santiago de Compostela, pp. 383-400.
- 1992b: «Análise causal da Teoria do Comportamento Planeado com dados supostos». 21 pp. Trabalho apresentado no Curso de Doutoramento em Psicologia Social. Programa: "Perceção, Representação e Conhecimento Social". 16 junho. Faculdade de Psicologia. Univ. de Santiago. Inédito.
- 2003: «Sociolinguística e cientificidade na Galiza», comunicação apresentada ao II Colóquio Anual da Lusofonia, Bragança, outubro. In Atas dos Colóquios
- 2004a: «Questione della língua: introdução e bibliografia», comunicação apresentada ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Universidade de Coimbra, 17 de setembro, publicada em: <http://www.lusografia.org/cristovao-questione.htm>
- 2004b (org) Lluís V. Aracil: Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas europeias. Associação de Amizade Galiza-Portugal, Braga.
- 2004c: «O contributo de António Gil à sociolinguística galega», comunicação ao III Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, outubro. In Atas dos Colóquios
- 2005: «A República Literária e a Lusofonia - Semelhanças, diferenças e exemplos», comunicação ao IV Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, In Atas dos Colóquios
- 2006: «A lusofonia galega: processos e modelos desde 1980», comunicação apresentada ao V Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, In Atas dos Colóquios
- 2007: «A posição galega ante os acordos ortográficos da língua portuguesa», comunicação apresentada ao VI Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, outubro.
- 2008: «O processo de criação da Academia Galega da Língua Portuguesa» comunicação apresentada ao VII Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança

SINOPSE TEMA 2 OS DISCURSOS SOBRE A LÍNGUA NA GALIZA: ENTRE O MODELO NACIONAL E O PATOIS ÂNGELO CRISTÓVÃO, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Neste texto procuramos realizar algumas reflexões sobre questão da língua na Galiza à luz da história das línguas europeias, salientando algumas divergências entre os modelos de língua nacional e popular. Finalmente, refletimos sobre o conceito de língua e questões metodológicas que afetam à compreensão do problema.

*O papel da história*

A Galiza situa-se entre duas realidades nacionais e linguísticas bem diferenciadas mas idênticas, do ponto de vista da evolução: A espanhola, de base castelhana, e a portuguesa, originada num retalho da Gallæcia.

É historicamente diversa a política de alianças estratégicas seguidas por Portugal e Espanha, mas ambos os países se unem por uma semelhança ou paridade no processo de construção da língua. De forma gráfica, vale a pena citar a evolução dos vulgares para o nível de línguas nacionais num processo histórico que incluiu uma literatura medieval (por exemplo, as Cantigas de Amigo); a introdução das ideias renascentistas de origem italiana (recomenda-se os estudos de Américo da Costa Ramalho); as traduções das grandes obras da literatura latina para as respetivas línguas vulgares (v.g. a *Arte Poética* de Horácio, traduzida por Aquiles Estação em 1553); a introdução da imprensa (veja-se *Origens da Imprensa em Portugal*, de Artur Anselmo); a participação na República Literária em Latim, prévio aos seus correlatos nas respetivas línguas vulgares, agora nacionais (indague-se o caso de Pedro de Almeida nas *Acta Eruditorum*); a extensão da língua no sistema colonial (reveja-se a política do Marquês de Pombal a respeito da *Língua Geral* do Brasil, consulte-se a escassa bibliografia, e lamente-se as raras referências aos estudos sociolinguísticos nas diversas etapas coloniais); a introdução do português e castelhano no bacharelato (lembre-se a gramática latina com explicações em português, da mão do P<sup>o</sup> Manuel Francisco de Miranda, de uso habitual no século XX em Portugal); finalmente, a consagração destas línguas com a anulação definitiva do latim, e a progressiva consolidação de um espaço geopolítico, económico e comunicacional: a lusofonia. Poderia alguém pensar na ideia de lusofonia como invenção recente. Muito antes, no século VII, havia pessoas capazes de reconhecer a ideia de uma aliança linguística, como o monge Beda, O Venerável, que transmitiu um belo exemplo para a posteridade na *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, c.a 731. Ser ponte e instrumento comum de comunicação foi também a principal função e razão de continuidade do latim durante séculos.

A história da literatura medieval galega é bem conhecida do público geral. Os cancioneiros representam um momento de esplendor literário, que só teria continuidade numa parte do território, o Reino de Portugal (e os territórios por esse país administrados). A diferente fortuna histórica do português a Norte do rio Minho tem diversas explicações, sendo a principal a submissão política do Reino da Galiza à coroa castelhana, a partir das revoltas irmandinhas e, especialmente dos chamados *Reis Católicos*. Essa relação hierárquica continuaria até ao presente. A introdução do castelhano na Galiza parece ter chegado maioritariamente através das ordens religiosas e a administração da coroa castelhana. O português, na Galiza, não atravessou a modernidade com uma dinâmica própria, mas numa situação de dominação e abandono. O seu uso escrito desapareceu antes da conversão da imprensa numa indústria generalizada.

Na periodização habitual da literatura galega costuma chamar-se “séculos obscuros” ao espaço existente entre a literatura medieval e o ressurgimento do século XIX, em pleno romantismo e naturalismo. Isto quer dizer que o galego ficou ausente dos processos culturais e políticos que conformaram as línguas nacionais. O português continuou a falar-se na Galiza, mas a sua expressão ficou reduzida à oralidade. O latim e, nomeadamente, o castelhano foi, a partir desse momento, a língua da administração pública, da igreja e do ensino, ficando o português galego reduzido ao âmbito familiar e, quando foi público, a sua expressão escrita só seria ocasional, *de circunstâncias*, como tem adjetivado algum autor. Isto teve repercussões pelo menos em dois níveis: a substituição de formas linguísticas próprias por castelhanas ou outras mais semelhantes com as dessa língua: (v.g.: Galicia); na sintaxe e no paradigma verbal (*fixo*, por *fez*; *podo* por *posso*). O outro aspeto salientável é a noção que a população assimilou da sua língua, em relação com o castelhano. A chegada da modernidade, o galego seria *língua vulgar*; na ilustração, a época em que o castelhano começou a tornar-se língua nacional, seria *língua regional*; no século XX coexistiriam adjetivações como *regional*, *vernacular* e *dialeto*. No presente, a noção de «língua do povo», «língua própria», «língua de seu», dão continuidade a essa situação de dominação.

*As línguas europeias*

## Atas colóquio da lusofonia –

É claro que todas as línguas faladas na Europa são *européias*, por pertença geográfica. Ora, *línguas europeias*, no âmbito da sociolinguística histórica, faz referência a um lugar-comum, uma designação geralmente aceite para determinadas línguas, as de aqueles países que desenvolveram uma literatura em *língua vulgar* e um *humanismo vulgar* a partir dos séculos XVI e XVII, num processo intelectualmente sucessor do Renascimento. No caso espanhol há um caso salientável e precoce. Trata-se de Juan de Valdés e o seu *Diálogo de la Lengua* (1535).

Em certo sentido, para os utentes, a rentabilidade do uso de uma palavra é proporcional à capacidade que fornece para distinguir entre objetos diferentes. Neste caso, na perspetiva histórica, entre as que são consideradas europeias e as que ficam fora desta categoria.

Portanto, *línguas europeias* são do ponto de vista histórico só umas poucas, aquelas que chamamos atualmente *línguas nacionais*, ou *línguas de cultura*, noutra aceção. As outras são tidas por falas sem correspondência escrita, ou com uma escrita dependente de uma língua nacional constituída, têm recebido diversos nomes: *Dialetto*, *patois*, *lengua vernácula*, *língua regional*, *língua popular*.

Tendo isto presente, podemos afirmar que a questão do galego foi no século XIX e continua a ser atualmente, um processo por que uma *não-língua*, uma variedade linguística sociologicamente identificada como *patois*, pode chegar a ser a *língua comum*, *língua de cultura*.

Poderá facilmente perceber-se que todo o esforço neste processo será eficaz se for em consonância com uma noção de língua semelhante à de outros casos bem-sucedidos. E a história europeia fornece numerosos exemplos. Trata-se, portanto, de estabelecer clara e conscientemente uma distinção entre a situação à partida e a situação a que se deseja chegar. Deveria ser muito clara a diferença entre falares populares e língua culta. Usos formais e informais. Oralidade e escrita. Língua padrão e variedades regionais. E finalmente, o conceito de língua histórica, como é explicado por Coseriu. Não estamos a fazer referência a ideias difíceis de perceber. Infelizmente, ainda aparecem aos olhos de alguns dos implicados no processo de promoção do galego, como revolucionárias e até perigosas.

A razão desta situação deve-se, em parte, ao predomínio de ideias linguísticas populistas, e à opção de algum galeguismo de baixo escol que, na altura histórica da viragem democrática, na década de 1970, optou pelo facilitismo dos conceitos fracos de língua, sucedâneos ideológicos para elites incapazes de assumir a sua responsabilidade histórica. A esta opção juntou-se um contexto filosófico que privilegiou a guerra às palavras. Conforme a estes pontos de vista, é inadequado utilizar expressões como *língua de cultura*. Todas as línguas são de cultura, dizem. Ora, aceitarmos este desígnio não vai fazer com que as línguas menos desenvolvidas se tornem, automaticamente, com mais possibilidades de desenvolvimento. Estes malabarismos lexicais, mais do que ajudar, serviram nas últimas décadas apenas para ocultar a irresponsabilidade de algumas elites galegas.

O lugar que ocupa o galego entre as línguas europeias é paradoxal. Se atendermos a critérios linguísticos, por exemplo, o modelo coseriuano de língua histórica, o galego é uma das formas do português e, neste sentido, é uma língua nacional -uma forma especial, pois foi na antiga Gallaecia que nasceu a língua de Camões. Porém, se atendermos a outros indicadores, como à *ortographia*, formalização da língua ou *corpus*, ou ao *status*, em relação com o castelhano, em determinados âmbitos sociais da Galiza, a situação do galego se parece ao de um patois, apesar dos avanços observados nas últimas décadas.

### A questão da língua da Galiza

Jonathan Steinberg utilizava, num interessante artigo de 1987 («O historiador e a questione della língua», in Burke e Porter, 1987: 235-253), vários exemplos do ressurgimento da *questione della lingua* em diversos países europeus, salientando a semelhança entre a situação de fins do século XX e a que tinha existido na Europa na altura da Revolução Francesa. Fazia também referência –aliás, inescusável – à questão nacional, como a dimensão *automaticamente* associada ao problema da língua, ao lembrar: «Língua e nacionalidade parecem-nos tão naturalmente unidas que se torna difícil relembrar como sua fusão é recente». Acabava Steinberg o seu texto afirmando: “Quando a *questione della lingua* surge, ela significa que grandes mudanças estão ocorrendo. O historiador precisa refletir sobre elas”.

A pertinência da cita de Steinberg resulta adequada, em primeiro lugar, pela negação sistemática que, da *questão da língua* da Galiza, fazem as instituições espanholas detentoras do discurso oficial sobre o galego, pretendendo assim dar por encerrado o caso -e pela impossibilidade real de estabelecer-se um debate razoável entre os partidários das diferentes posições contrapostas -lusistas (ou lusófonos) e castelhanistas (ou isolacionistas). Em segundo lugar, como forma de apoio às nossas afirmações, num contexto intelectual dominado pelos preconceitos, aos que não podemos escapar como parte implicada. Nestas questões não é possível neutralidade nem observação “objetiva”. Neste sentido, queremos trazer à ribalta o clássico de Gunnar Myrdal, *A objetividade nas Ciências Sociais*, vacina inicial contra as verdades “verdadeiras” que costumam acompanhar os textos sobre língua, na Galiza.

Se o enquadramento histórico de Steinberg é acertado, deve advertir-se que nesse período se incluem casos de diferente origem, evolução e resultado. Compare-se os seguintes casos. O checo -por palavras do sociólogo Lluís Aracil, o mais ilustre - deu origem a uma nação, recentemente convertida em estado diferenciado. O neerlandês, cuja *Neerlandese Taalunie*, o Tratado da União da Língua Neerlandesa, foi assinado na segunda metade do século XIX, é a única língua oficial nessa parte do Reino da Bélgica, sob um critério territorial. Um terceiro, entre outros, é o do catalão - cujas Normes de Castelló, auspiciadas pelo Seminari d'Estudis Catalans, unificaram a língua escrita em 1932-, tendo autonomia política desde 1979 dentro do Reino da Espanha, e sendo o catalão língua cooficial à par do castelhano. Contudo, essas mesmas normas que garantem a unidade da língua escrita são contestadas pelas autoridades políticas na Comunidade Autónoma de Valência convertendo, desde a década de 1990 nessa região, o que dantes era generalizado (a identificação entre valenciano e catalão e a utilização das normas de 1932) numa guerra do estado espanhol contra a unidade dessa língua. Assim, a questão do valenciano está a tornar-se, grosso modo, na questão *contra* o valenciano.

A *questione della lingua* da Galiza é uma valiosa fonte de informação para sociolinguistas e observadores interessados em geral. Uma aproximação ao tema exige algum esclarecimento prévio, quer metodológico, quer epistemológico.

### Problemas metodológicos

Uma primeira aproximação à abundante bibliografia produzida nas últimas décadas (Cristóvão Angueira, 1990; Mário Herrero, 1994), nos âmbitos da filologia, a dialetologia, a linguística ou a sociolinguística, poderia realizar-se do ponto de vista das metodologias utilizadas. O problema epistemológico vem à tona ao realizar uma simples observação da falta coerência nos critérios utilizados pelos linguistas e filólogos do âmbito autonomista ou, por outras palavras, do conjunto dos textos redigidos em galaico-castelhano, quer nos mais teóricos, quer nos que recolhem informação “de campo”.

Assim, em Ramón Lorenzo, a sua edição da *Crónica Troiana* serve ao mesmo tempo como demonstração da unidade da língua portuguesa, para uns, e como evidência do contrário, para o autor. A questão que se levanta, em último termo, é o da cientificidade desse conjunto de textos ou, por outras palavras, a das características de cientificidade que os pudessem validar (citamos apenas universalidade, possibilidade de repetição das observações, critérios coerentes nos métodos de audição e transcrição, etc.). Isto serviria para encher algumas páginas perguntando-se, até que ponto podemos estudar a filologia com as regras das ciências sociais –e, portanto, deve manter regras com algum critério universal -, ou se é admissível priorizar os critérios netamente ideológicos sobre os científicos.

Decerto, costuma-se falar em filologia galega, filologia asturiana, filologia catalã, mas poucas vezes se põem em relação com a filologia românica. Não costuma falar-se em *ciência galega* ou *ciência portuguesa*, pois às ciências supõe-se a universalidade como característica intrínseca.

Poderia investigar-se, portanto, e em que medida os critérios de validade conceitual ou de recolha da informação utilizados pelos filólogos galegos são equiparáveis a quaisquer das ciências sociais, por exemplo, os da observação em estudos sociológicos. A questão poderia levar-nos a outras reflexões mais profundas: que utilidade (ideológica) tem a observação (e transcrição para o papel) da “fala popular” no caso do galego castelhanizado, sem advertir dos condicionantes sociais que fizeram e continuam a fazer com que mudem esses usos linguísticos?

Para os sociolinguistas, a perspetiva de estudo será sempre a língua como facto social, e as questões metodológicas, especialmente a observação e a análise dos factos, fazem parte das preocupações.

### BIBLIOGRAFIA

ANSELMO, Artur. *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

— Os primeiros impressores que trabalharam em Portugal. Lisboa: Revista da Biblioteca Nacional, 2, 2. 1979, Biblioteca Nacional, 1988.

— *Estudos de história do livro*. Lisboa: Guimarães editores, 1997.

BEDA VENERABILIS (ca. 731) *Historia ecclesiastica gentis Anglorum*. [Ed. inglesas: The ecclesiastical history of the English nation, by the venerable Bede. New York / London: J.M. Dent & E. P.

Dutton, 1988; Bede's Ecclesiastical History of the English People. A historical commentary, 6 vol. London: Oxford University Press, 1988.

BURKE, Peter. & PORTER, Roy. (org.) *História social da linguagem*. Editora UNESP, Cambridge University Press, São Paulo, 1996. Título original: *The Social History of Language*. Cambridge University Press, 1987.

COSEIU, Eugénio. *Sincronia, diacronia e história*. Montevideo: RFHC, XV, 1957. Especialmente pp.

201-235. Reed. sob o mesmo título in: Madrid: Editorial Gredos, 1973. [Trad. portuguesa: *Sincronia,*

*diacronia e história*. São Paulo: Editorial Presença - Universidade de São Paulo Editora, 1979].

CURTO, Diogo Ramada. *Bibliografia da história do livro em Portugal*. Séculos XV a XIX. Biblioteca Nacional, Lisboa, 2003.

CRISTÓVÃO, J. Ângelo. "Bibliografia de Sociolinguística lusófona", in: *Noves de Sociolinguística*, núm. 9, Barcelona, 1990. Re-editado em: *Temas do Ensino de Linguística e Sociolinguística*, vol. VI, núm. 21-26, pp. 71-99.

HERRERO, Mário. *Bibliografia de discurso sociopolítico na Galiza*. Corunha, 1994. Inédito.

HORATII Flacci, Quinti (ca. 17 a. C.): *Ars Poetica (Epistula ad pisonem)*. [Trad. portuguesa: *Arte*

*poética*. Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes (edição bilingue). Mem Martins:

Inquérito, 1976<sup>4</sup>. Trad. espanhola: *Arte poética*. Madrid: Ed. Cátedra, 1996].

LORENZO, Ramón. *Crónica Troiana*. Ed. Real Academia Galega, Corunha, 1985.

MYRDAL, Gunnar. *A Objetividade nas Ciências Sociais*. Assirio e Alvim, Lisboa, 1976.

RAMALHO, Américo da Costa. *Estudos sobre a época do renascimento*. Lisboa: Fundação Calouste

Gulbenkian - Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1969, 1997<sup>2</sup>.

— *Estudos sobre o século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982, 2.<sup>a</sup> ed.

— *Para a história do humanismo em Portugal*, 2 vol. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Junta

Nacional de Investigação Científica e Técnica, 1984.

VALDÉS, Juan de. *Diálogo de la lengua*. 1535. Reed. por Editorial Castalia, Madrid, 1983.

## 9. ARTUR ALONSO NOVELHE



**ARTUR ALONSO NOVELHE [Clube d@s Poetas Viv@s](#)**.- Nascido no México, D.F. o 21 / 06 / 1964. Veio a residir definitivamente a Galiza aos 18 anos. De Pai e Mãe galegos, e avós também galegos. Coursou estudos de Perito Mercantil. Participou em Associações culturais e de trabalho social como “Meendinho”, de solidariedade como COSAL (Comité de Solidariedade com a América Latina) e desportivas e vizinhas como “Arranjar”, onde treinou equipas de futebol infantil. Na atualidade é Funcionário do Serviço Galego de Saúde (SERGAS).

Enquanto escritor e poeta tem publicado três livros: “Entre os teus olhos”, “Uma Meixela depois a outra” e “Filhos da Brêtema”, o mais recente apenas acabado de sair do prédio, em edição bilíngue galego e catalão, e que será apresentado por distintas cidades e localidades da Galiza, Norte de Portugal e Catalunha. Assim como livro coletivo *Dez x Dez*, da editora Abrente. Foi Ganhador do XVIII Prémio de Poesia “Feliciano Rolán”, celebrado no ano 2004 na cidade galega da Guarda.

Participou em vários certames poéticos como o Festival do Condado, que todos os anos se celebra na vila fronteiriça de Salvaterra do Minho, no Festival da Terra e a Língua, organizado pela Fundação Artabria da cidade do Ferrol, no Festival da Mocidade da Baixa Limia, organizado pela Associação Aguilhoar, no Festival Poético da vila de Quiroga e outros...

Sublinhando também as distintas participações em distintas vilas galegas em eventos organizados com motivo do Dia das Letras Galegas. Colabora pela internet com os jornais e revistas digitais Portal Galego da Língua, pertencente a Associação Galega da Língua; na página web do Coletivo MIL (Movimento Internacional Lusófono). Assim como nos portais poéticos Recanto das Letras, Banco de Poesia e Sociedade dos Poetas Advogados de Santa Catarina onde regulamente envia poemas, relatos, ou contos, num espaço livre onde partilhar cultura e pensamento.

Colabora como o jornal escrito “Novas da Galiza”, e a Revista Nova Águia, onde publica artigos de opinião de diversa temática política, linguística e cultural. É Membro do Clube dos Poetas Vivos, onde a poesia a música e a pintura criam espaços conjuntos para levar a rua o espírito vivo do ser universal, começando desde um novo marco inovador embora muito simples, que tenta fazer ao povo participe da arte, a cultura e o pensamento libertador dum ser humano rodeado dum mundo vivo, com o qual interage e deve de conviver em harmonia e colaboração...

Com este grupo tem participado em inúmeros atos e recitados poético musicais, às vezes mesmo abertos a outros coletivos, e também participado em recitados abertos de outros coletivos como “A Porta Verde do Sétimo Andar”, em diversos locais de todo o País e Norte de Portugal. Desde 2008 é membro numerário da AGLP Academia Galega da Língua Portuguesa.

## SINOPSE - TEMA 1.6 DE ROSALÍA A CONCHA ROUSIA ESTUDO COMPARATIVO DA NOVA POETA<sup>28</sup> CONCHA ROUSIA, ATRAVÉS DA ALMA ROSALIANA. ARTUR ALONSO, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Estudo comparativo entre a autora ícone mítico da literatura romancista galega Rosalia de Castro, e a nova realidade poética feminina Concha Rousia; desde uma nova perspetiva que visa atingir o imaginário, já consagrado de Rosalia, ou mundo rosaliano e o iniciado rousiano focando não só os diferentes condicionantes ambientais próprios da sociedade de cada época, ou os elementos que permanecem, como mesmo a interação da paisagem, a pegada profunda do clima... Senão também uma psicologia herdada pelo feito de ser Galiza um país ainda por construir: com uma cultura quebrada pelo transcurso nocivo da história, que ainda hoje está por ser erguida e reconstruída, peça a peça, como se dum grande quebra-cabeças se tratara.

Desde esta base de análise, comprovamos, que embora as circunstâncias vividas por ambas autoras sejam significativamente distintas, em uma situação em que ainda esta em causa o direito dos galegos e galegas a viver e sonhar na sua própria língua, e a inserir-se com plenos direitos, desde a primeira base educativa, dentro duma sociedade que permita e valorize a sua língua e cultura em plena normalidade e maturidade, sem interferências



## Atas colóquio da lusofonia –

alheias que não só não facilitam espaços de convivência, senão que invadem os poucos recantos ativos onde a raiz da nação prevalece com vida...Nesses momentos históricos diferentes, com estratégias de domínio diferentes, mas com a mesma base de fundo: a da substituição completa duma forma de ver e sentir o mundo, própria das gentes galegas, por outra importada e implantada artificialmente desde a cima do poder, em séculos estabelecido, às mais baixas escalas sociais; ambas as criadoras (Rosália e Rousia) decidem insurgir-se com idêntico valor, radical, na defesa da sua mãe terra e dos filhos por quem ela, elas, sofrem. E ambas o vão fazer desde um anelo matriarcal, desde essa essência de mulher celta associada, em esta cultura ainda viva, a terra e aos poderes telúricos que dela emanam. E desde esta profundidade rotunda da entrega do ser pela pátria, que as poetisas defendem com seu grito libertador a seus, já assumidos, filhos do castigo que a evolução contrária da história lhes têm infringido, pelo simples fato de nascer neste cantinho do nordeste peninsular, esquecido adrede, mas em absoluto periférico; pois se a dia de hoje o centro do mundo segue a ser o Atlântico, Galiza de pleno direito deveria ter já assentada, desde longa data, a sua atlântica realidade na vida plenamente harmonizada duma sociedade plural. Porém ante a impostura doutra cultura alheia, mediterrânea e continental, e a conseguinte perda de identidade e padecimento que este processo inserido leva, ambas poetisas assumirão e assumem o papel de mães protetoras, que expõem ao mundo o padecimento dos seus filhos, ao tempo que se oferecem elas, como ventre universal onde resguardar as feridas coletivas, expondo sua alma entregue a vontade do seu povo, para ao fim oferecer-se ao sacrifício do destino, em troca da liberdade de seus filhos. Algo que não deixa de ser condição de mãe, mas em este caso extensível a todo um povo.

### 1.- FOCAGEM: CRÍTICA DA REALIDADE, CONTRA A IRREALIDADE GALEGA.

Contra essa tão comum, ainda hoje viva, crítica literária que pretende circunscrever a realidade da criação escrita galega, tanto a histórica como a atual, a uma relação quase idílica entre as gentes, o fato literário e a paisagem em si mesma: "... A poesia galega, toda música, toda queixas, suspiros e doces sorrisinhos, murmurando umas vezes com os ventos misteriosos dos bosques, bailando outra com o raio do sol que vai sereninho por riba das águas dum rio farto e grave..." (Prólogo de Cantares Galegos. Rosália de Castro Obras Completas, Tomo I. 1983).

Esta crítica que apresenta a atualidade de cada época, como herdeira dessa saudade quase inocente, de esse povo humilde e enroscado sobre si mesmo, falta de brio e coragem na sua humildade singular; parte da errada focagem que automaticamente situa o referente galego a um fato regional, com aspetos próprios que prevalecem, afastado do tronco comum universal, e unido nas sombras que não se vem, mas se pressentem, de um marco cultural referencial, superior e comum a todo o Estado Unificador. Unidade que parece magicamente fosse, através dos séculos implementada, pela natural superioridade de essa suposta cultura comum; e onde a peculiaridade própria de cada região se dilui em prol da inçada língua central de coesão. Esta crítica, de algum modo, associa e assume, sem reparar no efeito, a diferença galega como uma realidade particular dentro do tronco maior e mais bem sustentado de essa imaginada cultura Estatal, para todos os povos da Espanha, única universal.

Esta focagem crítica que ainda prevalece e diríamos tende a ver-se oficial, intui que o fato peculiar e particular desta forma de entender galeguidade, é interiorizado de modo natural, coletiva e individualmente pelo ser galego, como um feito cientificamente demonstrado da sua raiz pertencer ao âmbito familiar privado, ao âmbito das relações sociais que se cernem a mesma jurisdição delimitada pela particularidade assente na visão regional; e que em modo algum gera direitos, mais além de esse ambíguo, desarraigado e desconexo mundo, com diferenças que não podemos salvar de freguesia a freguesia; e que pela mesma inércia e natural evolução da vida é, que lamentavelmente, a dia de hoje, tende a sua extinção.

Daí que nos insurjamos neste estudo, contra este tipo de crítica no campo literário, pois a nosso modo de ver, contribui a reforçar o papel subsidiário resignadamente aceite, dos valores, da cultura e da língua da Galiza, a outros valores, outra língua e outra cultura, falsamente denominada de unidade, e assumida por isso mesmo, como mais forte e superior.

Nada mais torpe e longe da realidade que descrever este processo, com o objetivo de enaltecer e glorificar a galeguidade, que olhar o perfil retraído e garimoso do galego como algo sublime e sutil, sem ser capazes de ver aí, os séculos de maltrato e marginação a sua língua e cultura. O auto-ódio assumido durante décadas e décadas em que o galego foi considerado um dialeto sem préstimo e o castelhano e seus valores, um idioma de cultura e prestígio. A baixa autoestima gerada em gerações e gerações obrigadas a serem escolarizadas em uma língua e uma cultura alheias à sua própria vida e vital realização.

Inocentemente seguir associado à dureza da alma galega, a sua obrigada cerração, a uma característica intrínseca associada ao clima ou a paisagem, só ajuda a continuar apagando da memória coletiva a história de substituição do poder galego, e as famílias nobiliárias galegas, por famílias e vassallos da causa castelhana, numa época em que na península se disputavam os diferentes reinos à superioridade na Ibéria. Criando-se a partir daí um mundo organizado e ordenado administrativamente em castelhano, em contraste com um mundo desagregado, degradado, ignorado e isolado na língua própria da Galiza; usado a miúdo como referente de atraso.

Desenhar, pois o auto-ódio e a autoestima ruída, o desejo de abandono duma realidade de prática marginação cultural, a nível coletivo e individual, como original, imaginativa e sabia, na vontade intuitiva da resistência galega, mas fechada para si ou inserida numa naturalidade de conformidade feliz; e a sua vez integrar toda esta triste contagem numa paisagem nascida como parte fundamental de esta imaginária e fantástica construção crítica literária, onde o galego e a sua cultura subsistem e prevalecem no particular, porém estão expostos a contaminação ou contágio na sua vertente universal, nos parece sem nenhuma dúvida, um exemplo perfeito de estratégia a não seguir, que condiciona a viabilidade da cultura galega e sua emancipação dum universo que a condena a extinção.

Negamo-nos, pois a seguir esta senda e construímos uma nova focagem da crítica literária neste estudo, continuista da já iniciada por figuras como Guerra da Cal, Jenaro Marín Del Valle, ou mais recentemente Joel R. Gomes... E vamos a reconhecer a paisagem literária galega como o que na realidade é: uma riquíssima variedade na unidade também múltipla do mundo cultural galego lusófono, onde a nossa língua e cultura podem interagir em pé de igualdade, achegando novos frutos e enriquecendo-se de tão vasta e múltipla diversidade. Começaremos, pois nosso estudo com esta premissa, e adotaremos a norma oficial do Novo Acordo do mundo luso, como veículo de transmissão do saber através de todo o estudo, sem separarmos-nos dela, nem sequer para copiar um texto no original, pois opinamos que a dia de hoje como dizia Carvalho Calero, o galego só pode ser ou Galego Castelhanu ou Galego Português. Por os motivos já expressados anteriormente de sobra se faz evidente porque optamos pelo Galego Português.

### 2.ª PARTE - DIFICULDADE

Fazer um estudo comparativo entre o mito Rosaliano: ..."Rosalia é sem discussão, o meirante (maior, absolutamente) poeta que deu a Galiza nos tempos modernos. Essa grandeza vem determinada, mui em essência, pela sua dimensão genial. Rosália foi um génio, como os seus altos e baixos, com os acertos e erros próprios da pessoa que transita espiritualmente por eidos onde os demais mortais apenas têm cabida" (domingo Garcia Sabell, em "A verdade de Rosalia", prólogo do livro: "Rosalia de Castro. Documentação Biográfica e Bibliográfica crítica. Volume I (1837-1940) "). Pois bem, fazer esse estudo entre a santificada no altar de ilustres galegos, Rosália de Castro, assim como a universal figura estudada em universidades de todos os continentes, e uma poeta que esta a dar os seus primeiros frutos (não assim os primeiros passos, pois sua obra esta a ser bem divulgada a traves das novas tecnologias da comunicação global), dizíamos comporta um alto grau de risco, ao não saberem como diz Garcia Sabell se será a nossa escolhida uma dessas pessoas que esta a transitar espiritualmente por eidos onde os demais mortais apenas têm cabida; mais ao sim intuírem que em Concha Rousia o verso já se fez carne e habita no interior da sua alma, o risco se reduz. Portanto, a nosso modo de ver, podemos diminuir este risco uma vez analisada a trajetória ascendente de Rousia, e uma vez fixados os parâmetros espirituais que prendem e enraízam a alma distante das duas poetisas.

### 3ª PARTE: COMPREENSÃO DA ALMA DAS POETAS

"Tem-se dito mil vezes que a poeta Rosália de Castro é uma voz galega, fundamente galega, que move e comove a nossa condição de galegos. Tem-se dito, é e certo, mas deveríamos entendê-lo sem limitações. Estamos, certamente, ante uma poderosa voz galega, como voz reveladora e mesmo encenadora, no entanto essa voz tem acentos e dimensões que a convertem numa das mais importantes vozes da poesia universal" (Xesús Alonso Montero, no Limiar. Pág. 23 – Sobre a vida e a obra de Rosália. Bibliografia de Autores Galegos:"Rosalia de Castro. Obras completas". Tomo I)

## Atas colóquio da lusofonia –

Uma alma vai-se abrindo a sua própria realidade. A alma rosaliana, como toda alma, se abre a esta realidade e se vê impregnada e marcada pela mesma; por acontecimentos verdadeiramente penetrantes, que a levaram necessariamente a posicionar-se como ser e a dar respostas a estes. Do seu modo de assimilar estas vivências, do seu modo de digerir estas angústias vitais, no seu modo de canalizar estas feridas e as próprias doenças, se forjara a Rosalia mulher e a Rosalia poeta: “E se eu não pude nunca fugir as minhas tristezas os meus versos menos”... ”Ai! A minha tristeza, musa dos nossos tempos (consciência do papel da melancolia na época romancista), conhece-me bem, e de muitos anos atrás; olha-me como sua, e é outra como eu...” (Rosalia de Castro. Duas Palavras da Autora, para o prólogo da primeira edição de Folhas Novas)

Na nascença a marca de ser filha de mãe fidalga e pai crego (sacerdote), e dizer para os costumes da época filha “ilegítima” e de mãe pecadora, o que marcara a distância na infância entre mãe e filha, criando-se Rosália em Ortunho numa aldeia perto de Santiago de Compostela, de cuja paisagem estamos seguros se impregnaria uma menina, que por necessidade, deveria tender a acompanhar-se da sua própria imaginação, domesticando com ela a carga de sentimentos negativos que sua realidade lhe depara: “Nós (referindo-se as mulheres) somos harpas, só de duas cordas: a imaginação e o sentimento” (mesmo prólogo a primeira edição de Folhas Novas).

Concha Rousia nascerá no ano 62, no seio de uma humilde família camponesa, mas muito arraigada na tradição galega, com valores muito claros, que o pai e mãe transmitirão a todos os seus filhos.

A figura paterna influenciará definitivamente a Rousia, a ética de vida transmitida de geração em geração afirmaram na poeta o sentimento, de que por muitos lugares que ela percorra na sua vida, e poderão ser muitos, não será possível encontrar outro que supere em valores éticos e humanos, assim como de respeito ao entorno, aqueles que ela aprendeu na mesma aldeia da baixa Limia, onde a montanha da Rousia dar-lhe há o sobrenome a poeta. Fora a numero 10 de 11 irmãos, seu pai nascera no ano 1915... Como a mesma poeta me confessaria em carta datada em agosto 2009: “A idade deles fez que o mundo deles fosse antigo para”... Desde essa distância e desde essa ternura o mundo rousiano se formaria numa eterna saudade que sempre traz aquilo que bem de longe e se faz presente de modo a agonizar num mundo não vivido, que ainda ela vivência; distante do atual, mas com que literariamente estabelece um diálogo.

Também, em certo modo a tristeza oculta do pai, marcado pelos anos grises duma Galiza, dormida e represada, trás o trunfo do “franquismo”, assim como pela perda da sua mãe: “por beber numa fonte fria quando vinha da feira de Ginzo, havendo pouco dado a luz ao pai da poeta” (dados da correspondência particular da poeta), marcaram também em certa forma a alma da nossa criadora, tendo em conta que a relação filial com o pai está cheia de múltiplas coincidências, como por exemplo ambos os dous terem nascido um 4 de outubro: “A minha mãe sempre diz que o primeiro que ele fez foi ir andando os 8 km que há até a casa do concelho de Os Brancos para me 'sentar no livro' e que ficasse o mesmo dia que ele e a sua mãe”.

O vínculo afetivo porem se alongava até a figura materna, deste jeito a poeta herdaria da sua mãe o nome: “Maria da Conceição... Assim eu nasci e cresci com um forte vínculo com ambos...o dia do santo eu era como a 'mãe””. Esse vinculo se enraizava até à figura do avô, e provavelmente do avô de seu avô, e assim até a semente familiar: “o seu pai ficou viúvo quando o meu pai tinha 9 anos, mas o avô nunca mais casou, nem olhou nunca outra mulher...a casa do avô vinham parar os cegos que com o violino cantavam os romances pelos vales da raia...meu avô construía ponteiros de gaitas para ele e para os amigos”.

Não resulta, pois difícil imaginar uma infância apegada a Terra, com os elementos próprios e lembranças de um país que já foi, e obrigaram não só a mudar, com a chegada da modernidade, senão a perder a alma com destruição que com leva todo domínio.

Esta dor, este sentimento de perda de alma foi-se cravando em Rousia, e fermentando sua matriz literária, até ao ponto de se irrigar das dificuldades, durezas, desconfortos e desconsolos da pátria materna, da qual sua obra originária e rebelde se impregna e transforma, já não em memória a resguardar, senão na memória viva da luta pela liberação que ainda esta por chegar, e ela tanto anseia.

Nas suas próprias carnes sofre na adolescência o desprezo e o descrédito, propiciado desde o centro peninsular dominador, século a século, e que se foi instaurando na sociedade galega, com uma mistura de auto-ódio, e raiva; ao converter a cultura e língua da Galiza num submundo desprezado e rural, e a cultura alheia e imposta de Castela no centro gravitacional da vida económica, política e cultural.

“Por duas cousas sou capaz de bater a um homem: pela minha mãe e a minha língua”, viria uma vez a dizer-lhe seu pai, e essas palavras se gravaram como lume na mente duma adolescente carregada com o estigma imposto do desprezo citadino ao rural. Assim, que como é lógico Rousia evolucionaria, assumindo toda luta pela dignificarão da sua pátria como algo próprio, fosse esta projetada no campo que for: político, social, cultural, académico, das relações privadas e mesmo do amor.

Não é, portanto de estranhar que a alma rousiana empapada da luta galega, das suas angústias e medos, ficara como no caso rosaliano fusionada com a do seu povo e a sua pátria na procura dum novo amanhecer ate o de agora ainda não alumbrado.

Não é, portanto tampouco de estranhar que seus poemas reflitam todo o campo de ação onde a luta pela justiça e a memória roubada do ser galego se leva adiante, e que é na prática nada mais e nada menos que todos os diferentes matizes e relações múltiplas que estabelece a própria vida do ser e da comunidade:

*“Não me julgues por como escrevo / os meus poemas falam a língua / do povo amordaçado... / / eu escrevo para os que não leem / ouço as vozes que secam nas gargantas / com uma alma sempre a mudar de casa” (Poema inicio, de Concha Rousia)*

Tampouco será de estranhar que esta poesia aprofunde no mais telúrico e a vez etéreo e espiritual do ser, até a sensibilidade mesma do mundo dos deuses, e dos seres que por fora nos rodeiam, e são ainda vivos no mundo mágico e camponês galego, presente em todos os seus rituais: “Meu pai foi pobre e sempre se sentiu orgulhoso da sua família...a minha mãe foi uma espécie de santa-filosofo-panteísta que nunca em toda a sua vida perdeu a calma...” Desde essa calma também escreve Rousia, e reivindica a necessidade de mudar, para de novo livres e altivos encarar um país, que em ela se funde e no seu verso sempre prevalece e permanece.

“Pariu os 11 filhos na casa de pedra feita pelos castrejos de Castro Laboreiro apenas assistida por uma mulher da aldeia (isso sim, uma sábia essa mulher, chamava-se: Consuelo)” E então como amostra final a essência vivida: a dureza e a doçura podem juntas habitar e mesmo habituar-se a compartilhar a alegria de estar vivos. Daí Concha também aprendera a ficar firme na terra e viver para alegrar a terra, e minguar a sua dor e sofrimento, com a energia que aprendeu a transformar em fonte de vida, olhando os modos das pessoas e seres que com ela foram e formaram parte das suas vivências. (Poema U-la Gente...de Concha Rousia):

*Segue ai a montanha*

*O rio*

*O mar e a gaivota*

*A chuva*

*A névoa que esconde os caminhos*

*E o som do vento*

*Segue mesmo*

*O recendo da cozinha*

*E a lareira*

*Mas, u-la gente?*

*U-la gente -700*

*?*

*U-la?*

### **PROCESSO CRIATIVO, A PARTIRES DA ALMA.**

A alma está cheia de sensações que transcendem a substância dos pensamentos.

## Atas colóquio da lusofonia –

Pelo qual só é possível emancipar, dar voz a alma que se esconde mui adentro, quebrando os pré-conceitos que a razão impõe, ao nascer o racional de parâmetros determinados onde a alma (a substância que nos une com o universal), não foi sequer chamada.

É necessário encarar assim um novo enfoque da poesia e vida rosaliana, e quanto menos da criação rousiana, baseado no insubstancial, etéreo, e, no entanto cheio de massa a formar-se; se queremos aportar com acerto ao começo, o ponto de partida criativo desta longa viagem que é o mundo criativo em formação das poetas.

Assim um feito marcante na vida de Rosalia remove seu interior de virtualidades imaginativas, que a sua grande sensibilidade e intuição transformaram e afundaram dentro do ser, no primeiro processo revelador que se desenrola no íntimo, e logo dará a luz, com vigor e força, uma criação com denominação de origem, que só a mão de esta, mais tarde, consagrada autora ao papel pode deitar.

*No caso de Rousia, podemos adivinhar Através da leitura pormenorizada da sua obra, uma muito profunda sensibilidade, humildade (lembremos que um das maiores grandezas de Rosalia residia na sua humildade) com um desenrolo extraordinariamente intuitivo, que abre as janelas da sua alma ao entorno que a rodeia:*

*“,Meteu-se a névoa no meu peito / subiu do rio / vagarosa, cansa, invisível na procura dum leito amolecido / achou seu oco no vazio do meu silêncio / agora morde-me nos beijos com geadas de vidro / que me cravam no cerne mesmo da existência / e eu guardo silêncio enquanto choro” / (do poema: A Rousia)*

interage com ele, sem mediação da molesta focagem racional, e inicia um diálogo com ele, que imediatamente transcende as coordenadas da racionalidade e se adensa nas espessas ondas sublimes da espiritualidade; fechando contras ao ser racional e equânime. Mui poucas são as criadoras que tem essa profundidade, que escutam essa chamada do mundo e a essência que todo rodeia e sofrem com ele, um poucas que tem essa coragem para arriscar de se embrenhar num mundo onde nem sempre o controlo é possível:

*“ meus genes tem seu projeto / mas eles são escravos / meus planos são outros / eles vão em engano / eu não sou um corpo / sou um copo / cheio de palavras”.*

Numa viagem que nos guia e não podemos guiar, e só com muito tento e suavidade seremos capazes de manobrar habilidosamente nosso leme para o rumo suavemente endireitar. Assim que uma outra coincidência entre o ser Rosalia de Castro, e o ser Concha Rousia é que ambas não duvidam em arriscar e decididamente traspassar as barreiras de esse mundo sem limite, ainda a sabendas que tremendas feridas ficarão impressas na sua alma, que sempre consigo carregaram e nem sempre serão fácies de adequadamente canalizar, ou bem atravesso do poema, ou bem atravesso da luta. Daí que a poesia de ambas, nasça desse processo criador como uma cascata, como um trovão, como um turbilhão que deixa o corpo fadigado, convulsionado para embater, sem piedade, contra o papel que esta na frente, e sem remédio disparar toda carga que se leva dentro, renascendo em palavras.

*“Nasci quando as plantas nascem, / no mês das flores nasci, / numa alvorada maininha (maininha= tranquila, suave) / numa alvorada de abril.*

*Por isso me chamam Rosa, / mas a do triste sorrir / com espinhas para todos / sem nenhuma para ti*

*Duro cravo me encravas-te / com esse teu maldizer, / com esse teu pedir tolo / que não sei que quer de mim, / pois dei-che quanto dar pude / avarenta de ti...*

*O meu coração che mando / com uma chave para o abrir, / nem eu tenho mais que dar-che / nem tu mais que me pedir...” Do livro Cantares Galegos.*

*“Quando penso que te foste / Negra Sombra que me assombras, / ao pé dos meus cabeçalhos / tornas fazendo-me mofa*

*Quando imagino que és ida, / no mesmo sol te me amostras / e és a estrela que brilha / e és o vento que zoa...” Do livro Folhas Novas*

**Do Poema ao amor, de Rousia**

*“O amor é valente / e nos assusta com sua coragem*

*é risco permanente / é vulnerável*

*O amor é ânsia / por contar os segredos inconfessos*

*é alegria / é medo à solidão*

## **4.- PARTE : OS RETOS DO MUNDO A INJUSTIÇA**

A denúncia da injustiça no mundo de Rosalia, tanto de forma individual como coletiva, tem essa visão ilustrada da opressão ao mais débil:...*Nem pedra deixaram, em donde eu vivera; / sem lar, sem abrigo, morei nas cortinhas, / ao raso com as lebres dormi na campinha; / meus filhos... meus anjos!... que tanto queria / morreram, morreram, com a fome que tinham!* (“A Justiça pela mão” do livro Folhas Novas).

Esta denúncia no caso de Rousia, passa afundar ao igual que Rosalia, na análise mais profunda da sociedade que lhes calhou viver, enervando Rousia até aos graus mais profundos da debilidade atual, desde a sua perspetiva de mulher que luta contra a opressão de género, de classe, contra o consumo exacerbado promovido pelo grande poder dum Capital esmagador, e de identidade exemplificado na negação da cultura e própria do seu povo, às vezes mascarada de um tímido reconhecimento e da falsa premissa da liberdade individual e dos direitos do indivíduo Enquadrando todo este marco, numa única via universal que passa pela transmissão das inquietudes do ser galego ao mundo, não na sua língua senão na dominante económica e mediaticamente, que nega a universalidade e riqueza patrimonial da língua e cultura de Rosalia. Contra tudo isto se insurge a nova poeta e alça a sua voz clara de mãe, como em outras épocas a alçara Rosalia de Castro, na salvaguarda dos valores profundos e concretos da galeguidade, que por medo ou assimilação outros escondem:

*“baixas a olhada / baixas a voz / contas com jeito / não vão assomar essas durezas internas / essas que te fazem querer ocultar as tuas mãos ...” (Do Poema Delikatesem na cidade, de Concha Rousia)*

## **O SOFRIMENTO**

A denuncia da precariedade e do sofrimento, dela emanado, que impregna toda a sociedade galega no diferente momento histórico, esta presente tanto em Rosalia como em Rousia, salvado a distancia temporal entre ambas as autoras. Se em Rosalia se encaixa no marco dum paralelismo irmão entre o sofrimento do ser e o sofrimento da Terra e da coletividade, patente em toda sua obra:...

*“Galiza esta prove, / e à Havana meu vou... / Adeus, adeus, prendas / do meu coração!”...“Eis, Galiza, a que dorme sonhos de anjo / e chora ao acordar / vágoas que se consolam seus penares / não curam o seu mal!” (Pra Havana!, poema de Folhas Novas).*

E que em Rousia destaca pela defesa da identidade, da língua doente, em estado canceroso, como expressão máxima das dores dos seres e a Terra:

*“... Se os carvalhos falassem / escutaria eu não outra fala / meu o meu refugio entre urzeiras e carpaços / minhas a paz e a liberdade / meu o meu destino / e minha a minha pátria” (Do poema “Se os carvalhos falassem”). Todo entregue ate o limite das forças, entregando ate o mais intimo, como exemplo do sacrificio por uma nobre causa: “O amor e dar tudo / a cambio de nada / e é pedir / é rogar ser escrava” (Do Poema “Poema ao amor”)*

A maiores, como vinculo da luta atual, que se em tempos de Rosalia era evidente, mas a urgência da grande miséria social e a relativa continuidade garantida da língua num espaço rural, repudiado pelas classes acomodadas, é esmagadoramente majoritário, levam a Rosalia a incluir, e em certo modo diluir a problemática da língua, bem presente apesar na sua poesia, no conjunto desolador duma paisagem de absolutas carências; será porem agora no caso de Rousia a primeira Linha de Fogo, numa nova realidade social altamente mediática, e onde os meios de comunicação de massas estendem por todos os recantos do país a língua castelhana, numa falsa identificação de única língua comum do Estado com o título de espanhola; fazendo assumir-se a Galiza como uma região mais do mundo global hispano, no que não pode ser visível e ao que em condição nunca pertenceu.

Concha Rousia reage acertadamente denunciando com firmeza o risco de extinção da língua própria da Terra “Kallaika” e ao mesmo tempo o risco de extinção da própria identidade, disseminada e dissolvida na gigante onda expansiva hispana:

*“Tenho uma língua na boca / e outra nos ouvidos / no meio fica a confusão...” (Poema: “No país das serpes”).*

Reagindo com a clareza e certeza de ser a sua terra berço da universalidade lusófona, e pelo tanto tendente a criar laços de união e solidariedade com os povos que formam a mesma:

*“Ergo a minha copa ao céu / que contigo comparto / como comparto a língua / e faço meu desejo / de imanar-me contigo.” (Poema: Brasil).*

Assumindo, também a problemática nova dum esvaziamento populacional do mundo camponês na Galiza, já permeado pela utilização massiva da tecnologia comunicativa em castelhano no próprio meio rural, que era o resguardo e garante da continuidade cultural nos tempos de Rosalia. Acrescentado com primórdio, por um movimento, que não azeitando a diversidade, age agressivamente usando os grandes médios que tem a seu alcance para isolar a defesa do galego e da galeguidade, e confundi-la numa habilidosa manobra propagandística com o imobilismo, o reacionário, a mentalidade pateta e pacata ou os olhares estreitos dum grupo de intolerantes. Ante esta situação

## Atas colóquio da lusofonia –

atual, Rousia assume a vanguarda literária do seu povo, e como a reencarnação da mãe Rosaliana ecoa ante o mundo luso e em todos os foros onde a liberdade ainda é possível, as novas angústias do seu povo, e os novos e terríveis retos com os que ele se confronta, embora apareçam muito suavizados pelo poder do dominador, mas que não deixam de ser vitais para a sobrevivência do mesmo, como tal, num mundo cambiante e cheio de outras preocupações.

### O AMOR, UM AMPLO CONCEITO

Lembram ambas as poetas, na sua poesia de diálogo com o mais íntimo, a necessidade humana de dar amor e ser amado, como raiz primeira das gloriosas cantigas medievais galego-portuguesas, com algumas variantes que lhe dão uma nova frescura ao verso, adequado as épocas diferentes que as duas lhes tocou por sorte viver.

Em Rosalia, às vezes o amor que começa em ledice e tem um desenlace de desengano ao estilo da famosa “coita” medieval, que vive presente também em Rousia ainda que menos notório e mais peneirado pelo fumo da saudade e em ocasiões o desassossego imbuído numa certa licença pessoal. Outras, obra em Rosalia a tristeza na distância dos amantes, e em Rousia os distintos tempos psíquicos em que ambos amantes se desenvolvem. Ou o falso mascarado pela aparência e o transfundo da traição, no tocante a composição rosaliana, enquanto esta aparência se volta armadilha, escuro que gravita na sombra na marcada presença dos males a espreita na obra rousiana.

### 5ª PARTE: TÉCNICAS CONVERGENTES A ESCRITA

Sendo que “o galego empregado por Rosalia funciona quase como um registo rústico do castelhano”, como afirma Carvalho Calero desde uma focagem muito académica, eu ainda vejo na poeta de Padrão uma procura constante em embelecer a linguagem, e em registar na sua escrita a riqueza fonética e morfológica das falas que ela escutava; e que a levam, por exemplo, a o uso do ç e de diferentes tipos de acentos, mesmo do circunflexo; motivação e intuição muito habilidosa e a ter em conta, mormente agora quando desde já a primeira normativa do galego da Real Academia da Língua Galega, renunciou quanto menos a seguir este caminho, impondo um galego que não só se afasta da sua vertente lusófona e universal, senão que registre e uniformiza a rica variedade fonética, gramatical e morfológica de nossa bela língua. Reivindica, pois (a meu modo de ver) Rosalia na sua escrita a necessidade essencial dum povo emanar a sua voz das nascentes incrustadas na própria linguagem, em aquele recorrido conceito generalizado na época rosaliana, da volta ao mundo camponês como única solução para dar continuidade e uso a essência cultural, que, por riba, no caso do povo galego ficou obrigada viver restrita a espaço.

Aclara Carvalho Calero: “quer dizer, como uma língua que em termos gerais, é galega para a expressão do tradicional campesino, mas recorre o castelhano como língua suplementar para todo o demais”. Então, desde o meu ponto de vista, apesar de outros juízos mais eruditos, devemos pensar num nobre empenho da poeta de Padrão de recuperar a voz da linguagem, que ela tenta cultivar, a partir da essência que dela se resguarda no campo, e a falta dum léxico propriamente urbano, se faz evidente uma interação de ambas línguas dentro do universo expressivo e da psique rosaliana. Enquanto, penso eu, o próprio subconsciente da poeta também trabalha dentro desta dupla corrente, de duas línguas que pouco a pouco vão confluindo, e não é de estranhar dado a própria intelectualidade galeguista da época ser também vítima da forçada castelhanização, desde séculos implementado experiências, de esse estilo, no processo educativo. Processo que desde os Padres Feijoo e Sarmiento (pioneiros na reivindicação do galego como língua natural e genuína de ensino e cultura) até Rosalia, ainda continuado nos nossos dias, os intelectuais e galegos de seu, tentam reverter.

E assim das tentativas rosalianas, encravadas numa altura histórica onde era ainda desconhecido com minúcia o grandioso passado pré e proto-histórico galaico, e mesmo a herança cultural medieval esplendorosamente desenhada nas cantigas, dizemos desta tentativa da era rosaliana de elevar o galego a categoria de língua literária, e de culto, chegamos as certezas rousianas, fornecidas já por um avançar exemplar no campo histórico e linguístico, sobre a unidade da língua galego portuguesa e da necessidade de visualização da Galiza ente cultural no mundo; necessidade que só se poderá realizar, como é normal, através do canal natural de veiculação que lhe é próprio, é dizer a Lusofonia.

Complementados, pois neste aspeto, pelo evoluir histórico, os tímidos e certos primeiros passos rosalianos de aproximação do galego das suas raízes, se acentuarão em Rousia, com o já claro amanhecer numa escrita plenamente culta e ajeitada à realidade da alma galega, pois emana do seu próprio ser e a irmana com o resto dos seus gémeos culturais, no curso dum novo século que começa e abre à porta à consolidação numa ortografia galega que por fim consiga o sonho almejado, desde os inícios da luta pela dignidade da cultura galega, até os nossos dias, da unidade com seus irmãos.

Rousia sabe em que época vive, sabe quais são as novas dores da alma galega, sabe do caminho e sofrimento empreendido pelos primeiros que alçaram a voz contra a marginalização e exterminação numa língua e numa cultura milenar, desde a Idade Média, bem alicerçada; sabe dos remédios a aplicar, sabe das alianças a forjar para que a saúde de essa cultura e língua se vigorem, e não duvida em aplicar a sua escrita, o novo Acordo Ortográfico que será a tábua de salvação não só do galego, senão também do repontar e afirmar do português no mundo. Daí a sua escolha e daí também capacidade visionária.

### A.1) A DIVERSIDADE MÉTRICA E DE ESTILO

A variedade múltipla de esquemas métricos, experimentação constante na métrica e combinação dos mesmos em Rosalia de Castro, surge através de Rousia na liberdade que hoje se permite a autora realizar, desde esse inicial caminho trilhado por empreendedoras magistrais como a mesma Rosalia. Enquanto Rousia engrandece o seu horizonte estilístico pesquisando nas águas de distintas tendências, e marcando em eles certa forma de fazer a galega, que vão desde os Haikus japoneses ao verso livre numa combinação original, que, no entanto enriquecer o seu universo criativo não resta pessoalidade a sua obra, nem se espalham a modo de não concretizar o sentido da mesma.

### A PROCURA DO SIMPLES

“Meses de inverno frio / que eu amo a todo amar; / meses dos fartos rios / e o doce amor do lar. // Meses das tempestades, / imagem da dor / que afrige as mocidades / e as vidas de corta flor” (Rosalia, de Folhas Novas.  
“De madeira os ramos da macieira que sobem / pela casa acima / De madeira a trave que suporta o peso do telhado / e o da neve do inverno // De madeira a lata onde descansam as telhas...” (De madeira, de Concha Rousia)

Fugindo do excesso adorno ao estilo barroco, não necessário para aprofundar no nexo, desde a perspectiva romântica de Rosalia, ou desde a mais complexa variedade de fontes rousiana, ambas poetas aprenderam a recriar um universo simples, mais cheio, não rotundo, senão aberto a outras incorporações como conscientes de que a labor poética e uma labor de gerações, que deve ser transformada e transmitida, aprendizado a aprendizado, mas que só se torna atrativa quando chega límpida e em flor, não só ao académico edifício onde trabalham os eruditos, senão também ao povo que lhe presta a voz, ao entorno que lhe rende a paisagem e lhe entrega os sons.

Por elo a complexidade simples do verso rosaliano, e legada a pena de Rousia, que misturando a aprendizagem tirada da sua grande mestra, com as novas vanguardas e estilos poéticos, assim como com as achegas de diferentes formas de entender e plasmar a lírica em outras latitudes, convergem na mesma linha do que parece fácil e chega a aprofundar na alma do leitor, e pode mesmo acompanhar tanto as tarefas próprias do mundo operário, como rural ou intelectual, criando um acervo a volta mais enriquecedor e formador, para os humanos que por sorte encontraram em seu caminho o verso refinado e líquido, cómodo de digerir, de ambas poetas.

### 6ª PARTE: O ENRIQUECIMENTO INTERIOR ETOS FILOSÓFICO

## Atas colóquio da lusofonia –

*“Bem sei que não há nada / novo em baixo do céu / que antes outros pensaram / as cousas que ora penso eu” (Vaguedás, II, Folhas Novas. Rosalia de Castro)*

Como ultrapassando a distância, atravesso dos tempos, os homens e mulheres sempre se posicionaram interrogando seu interior, e contrastando com o cosmos mais achegado que surgia a sua volta e com eles interage. Mudam os conhecimentos científicos, mudam as tecnologias, mudam as sociedades, mudam as estéticas, mas o pensamento que se abstrai e interroga chega a conclusões muito similares sobre o destino do ser, sobre a maneira de habitar-se a habitar em comunhão e respeito com nós mesmos, e o entorno. Pois senão respeitamos o entorno tampouco nos poderemos respeitar a nós como entes vivos.

Chegam, pois as diversas filosofias, desde o taoísmo aos nossos dias, à conclusão universal de ser diversidades que partimos duma unidade. De ser um microcosmo, que como todo cosmos cristaliza desde um centro, como dizia sabiamente Mircea Eliade. A esse centro os poetas denominam alma, e acham que desde ela cristaliza, segundo os diversos condicionantes, o ser evoluído, maduro... E, no entanto, temos a impressão, como nos sábios versos de Rosalia, que o nosso pensamento não é mais que um ligeiro acrescentar, peneirado pelas distintas circunstancias, desse pensamento tal vez herdado, tal vez iniciado desde a noite dos tempos, quando o primeiro ser humano se pus a reparar, olhando-se assim, olhando a estrelas a sua volta, olhando a natureza ao seu encontro, no dilema da sua peculiaridade.

E em esse pensamento Rosalia e Rousia acrescentam novos retos, necessários de valorizar e encarar nos tempos que lhes coube por sorte viver, mas cientes dessa constante filosófica, de nunca chegar a encontrar, ou ter na palma da mão a pedra filosofal, mas não por elo abandonam a pesquisa, porque a espiral de perguntas e respostas ainda deve continuar e tal vez nunca se esgote, sabendo no fundo as respostas vir-se a dar na conexão interior com o todo que é o poema.

*“... eu são que fica / eu são quem herda o mundo / tudo meu / quem te siga é estrangeiro / meu o mundo / da merla...” (Do Poema Tudo da Merla, de Rousia)*

### O COMPONENTE FEMININO

Inevitavelmente Rosalia se pensa como mulher, como mulher se conhece e conhece o seu contorno. Reivindica-se como mulher, com diretos, num momento muito mais difícil do atual, para nessas reivindicações, porem também ser vitima da mentalidade da época e não desenvolve um feminismo pleno, isento de complexos: a sua vida, cartas e reflexões são eco de este pormenor. Mesmo às vezes associa esse “instinto feminino da necessidade de proteção” a condição de mulher; a pesar ainda assim, como numa contradição explicável pelo peso das convenções do seu tempo, Rosalia e mesmo consciente da fortaleza duma mulher, que chega inclusive a sobre passar os limites naturais impostos, onde os homens poucas vezes batalha escolhem:

*“Cada noite eu chorando pensava: / que esta noite tão grande não fora... / / ...Mais a luz insolente do dia, / constante e traidora / penetrava radiante de gloria / ate o leito onde eu me tendera / com as minhas congoxas / / Desde então procurei as trevas / mais negras e fundas / e procurei-as em vão, que sempre / trás da noite topava com a aurora” (de Folhas Novas).*

Essa bravura não depara nem da defesa dos filhos, nem na valentia e risco à hora da assumir uma vida esquecida no pranto e a insatisfação, como si estas foram livremente eleitas.

Rousia usufrutuária já dos avanços, ainda insuficientes, mas firmemente levados à frente pelas suas predecessoras de género, e os movimentos que pela igualdade da mulher foram forjados desde finais da época rosaliana e princípios do século XX, ate os nossos dias, encarara a feminilidade, com a raça lutadora da mulher que sabe ainda que resta muito trajeto a avançar, e encarado as diversas peculiaridades e os diversos novos cenários onde de novo é disseminado o ardor machista, que sutilmente penetra o tenta penetrar, para seguir relegando a mulher ao espaço acomodaticio, onde a ele lhe for interessante e maleável, para seguir mantendo e exercitando a supremacia. Daí a incorporação ao trabalho da mulher, não a liberou definitivamente do seu rol de ama de casa, que muitas vezes compagina o mesmo o com a necessidade de chegar renda familiar, formar-se e viver em plenitude a sua vida. Consciente Rousia da necessidade de seguir combatendo, para sem falsas publicidades que situam a mulher numa liberação simulada, seu verso troara forte contra aqueles que ainda aspiram a resignar à mesma na sombra do macho em destaque. Associando também essa luta a luta pela emancipação dupla: mulher ente – mulher galega.

*“... eu escrevo com o sangue que queima / cicatrizando as feridas que me causa / o parto de um poema /*

*eu / como poeta / gostaria saber da contenção / de controle da palavra / mas eu tenho dentro um cavalo bravo” ( Do Poema Versos sem amansar)*

Rousia, pois é a poeta brava, a poeta que reivindica um mundo possível para mulher, para pátria, para os filhos, para igualdade.

### A CONDIÇÃO DE MÃE

Predecessora de novo Rosalia. Rosalia vai abrir um caminho pelo que Rousia penetrara sem ela reparar, e que significa para Galiza, tal vez uma segunda oportunidade de dar a luz uma segunda mãe literária.

A grandeza de Rosalia reside, a meu modo de ver, em que a poeta de Padrão misturara as dores próprias da sua existência com as dores infringidas a seu povo desprezado, e confinado a uma mísera existência, por parte de um poder miserável e alheio.

Rousia fará o próprio, numa segunda leitura, mais pausada, mais serena, menos afogada pelo sentimento de morte próxima a chegar, da morte caminhar dentro dela, como no caso rosaliano. Fará uma nova experiência, misturando a sua existência vital galega, que pisou a terra e mamou a raiz da pátria, desde a infância, a experiência terrível da adolescente rejeitada na sua própria língua, e cultura; com a moça liberada, viajada, que aprendeu no outro continente o despertar a sua condição, e seu eterno direito de pedir a palavra, com o compromisso a seguir de saber escutar ao próximo. Fará, pois então Rousia, uma mistura com as novas realidades galegas, com as novas opressões mais bem disfarçadas, e com as batalhas e dores universais que atingem a toda a humanidade: os ataques a biodiversidade, a diversidade cultural múltipla, ao direito ao trabalho e a uma vida digna, etc.. Fazendo confluir num elo poético toda esta vastidão de sentimentos, com a necessidade de proteção do inferior, do menos adaptado, do menos dotado... E sem ela o saber, converterá a todos este seres da sua pátria, e do planeta nos seus filhos prediletos. Nos filhos que amarguram que matam, mas também que a trazem a vida e lhe dão forças para denunciar com voz alta e clara o sofrimento dos mesmos.

*“eu sou um ser selvagem com aparência humana*

*eu sou a natureza viva que se vê a morrer*

*eu sou todos os seres humanos do planeta*

*e sinto simultaneamente tudo o que me nega” ( Do Poema Versos sem amansar )*

Assim se tornara Rousia na nova mãe galega dos sem voz, dos sem língua, das retraídas num falso rol de mulher, dos expulsos da sua vida e do mercado laborar... Elevando desde a sua alma a esperança no renascer dos seus filhos e filhas, e da sua cultura universal como ponte também para o inicio duma nova unidade, hoje lusófona, que liberte a Galiza das suas cadeias; e manha universal que unifique aos povos nas diversas sensibilidades e nas diversas formas de fala.

Enquanto seguira transmitindo, nessa outra função de mãe resguardo da memória anterior e futura, aos seus filhos mais próximos a ideia de um ser só ficar completo, quando vive e cresce dentro do seio livre da sua mãe galega.

*Língua minha*

*perdoa*

*Língua minha*

*extensa carícia do Universo*

*alongado eco que banha os continentes*

*e nós...*

*a renegar dela*

*Língua minha*

*grande*

*amiga*

*independente*

*esquece este terrunho que te ignora*

logo de te ter parido

a ti renuncia

Que classe de mãe és tu...

...Galiza

que o mais valioso

o mais eterno

teu filho

teu idioma

aborreces

chamando-o estrangeiro

A minha língua é emigrante

como eu

foi pelo mundo

medrou

apanhou sotaques

como eu

E a ti Terra...

...Galiza

eu pergunto

novamente pergunto

que classe de mãe és

que porque medra tu filho

tu o rejeitas

Língua minha

ergue o teu berro

eu dar-ei-che a minha voz

para que fales

para que sussurres ao ouvido

para que grites...

até que a Galiza te reconheça

(Concha Rousia)

## BIBLIOGRAFIA

Folhas Novas / Rosalia de Castro (Edição Crítica de E. Souto Presedo. 1985)

Particularidades morfológicas del lenguaje de Rosalia de Castro (Ricardo Carvalho Calero, Santiago de Compostela 1972. Secretariado de Publicaciones de la Universidad)

Enciclopedia Universal de la Literatura (Ed. Orbis, S.A. Grupo Libro 88, 1990)

Presença de Jenaro Marinhas na AGAL (ed. AGAL. Testemunhos 2009)

Fernando Pessoa e a Geração Orpheu (Ed. Original Assírio & Alvim. Ed. Planeta de Agostini, S.A. – Lisboa, 2006)

Ricardo Carvalho Calero, Letras Galegas (AGAL. Vénus Artes Gráficas – 1984)

Rosalía de Castro – Cantares Gallegos. Domingo Garcia Sabell (Ed. Especial baixo patrocínio do Banco Pastor. Ed. Atlântico 9 novembro 1985)

Biblioteca de Autores Gallegos. Rosalía de Castro, Obras Completas. Tomos I, II, III (Ed. Sálvora, S.A. 1983)

Galiza, Nai e Señora. Nigratrea – Colección Maior (Ed. Nigra Trea, S.L. 2002)

Elementos de crítica literária. Arturo Casas – Coordinador (Ed. Xerais de Galicia, S.A. 2004)

Rosalía de Castro. Documentación Biográfica y bibliográfica crítica. Aurora López / Andrés Pociña (Galicia Editorial, S.A. Gaesa)

Poesia de Prosa Medieval . M<sup>a</sup> Elena Tarracha Ferreira (Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses)

Daquelas que cantaram... Rosalía na palabra de onze escritoras galegas. Cinquentenário da Fundação Rosalía de Castro (Ed. Patronato Rosalía de Castro, 1997. Ima graf. Artes Gráficas)

Rosalía de Castro Obras Completas (Aguilar, S.A. Ediciones, 1997)

La Personalidad Creadora. Técnicas Psicológicas y Liberación Interior. (1992, Ed. Índigo, S.A.)

Globalização. A Grande Desilusão. Joseph E. Stiglitz (Ed. Terramar, novembro 2002)

Manual Galego de língua e estilo. Maurício Castro Lopes, Beatriz Peres Bieites, Eduardo Sanches Maragoto (Ed. Varias... Setembro, 2007. ISBN: 13-978-84-87305-25-2)

Estudos Filológicos Galego Portugueses – Isaac Alonso Estraviz (Ed. Alhena, 1987)

Dez x Dez . Coleção Literária Cabeça de Égua ( Abrente Editora, 2007)

O amor e o tempo. Willy Pasini (Livraria Civilização Editora. Companhia Editora do Minho, S.A. Barcelona, em maio de 2000)

Poder, Ideologia e Língua. Yvo JD Peeters, editor. (AGAL. Vénus Artes Gráficas, S.A. 1191)

Allá em Riba un Rey tinha uma Filha. Galego e castelhano no romanceiro da Galiza (Difusora de letras, artes e ideias, 1<sup>a</sup> Edição Maio 2004)

El Ejercicio del Críterio. Mario Benedetti. Obra crítica 1950-1994 (Ed. Alfaguara, 1995, Santillana, S.A)

Estética Política. Friedrich Tomberg. Colección Hoy es Siempre Todavía (Ed. Villalar, 1977)

Cultura Proletaria. Colección EV, Villalar.(Editorial Villalar, 1977)

Simone de Beauvoir. El Segundo Sexo. La experiencia vivida (Ed. Siglo Veinte, Buenos Aires. Tomo II. ISBN 950-516-067-6)

Simone de Beauvoir. El Segundo Sexo. Los hechos y los mitos (Ed. Siblo Veinte, Buenos Aires. Tomo I)

La pequeña diferencia y sus grandes consecuencias. Las mujeres hablan de sí mismas. Comienzo de una liberación. Segunda Edición. – Alice Schwarzer- (Lasal edicions de las dones. Editorial pluma- Bogota, 1980)

¿Qué quieren las mujeres?. E.L. Eichenbaum / S. Orbach (Editorial Revolución, S.A.1987)

La Comunicación no Verbal. Flora Davis. (Alianza Editorial, 1987)

Las Peras del Olmo. Octávio Paz (Ed. Seix Barral, S.A. 1983)

## SÍTIOS EM INTERNET

PGL. Portal Galego da Língua. Opiniom: Concha Rousia. Artigos : [http://www.pgl lingua.org/index.php?option=com\\_content&view=article&catid=3&id=1093&Itemid=81](http://www.pgl lingua.org/index.php?option=com_content&view=article&catid=3&id=1093&Itemid=81)

Recanto das Letras. Autores: Concha Rousia.

O Poeta Universal. Poemas de Concha Rousia

Vieiros: Galicia Hoxe.

<http://www.vieiros.com/curriculums/amosar/26/concha-rousia>

**Fontes Auxiliares: Rosalía de Castro em Internet**

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Rosalia\\_de\\_Castro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Rosalia_de_Castro)

<http://www.rosaliadecastro.org/>

<http://www.los-poetas.com/k/rosa.htm>



**J. Chrys CHRYSTELLO** não só acredita em multiculturalismo, como é exemplo vivo do mesmo: Nasceu no seio duma família mesclada de Alemão, Galego desde 942, Brasileiro paterno e Português e marrano (1500) materno.

Na Austrália esteve envolvido nas instâncias oficiais que definiram a política multicultural. Como Oficial Miliciano no Exército Colonial Português, foi enviado para Timor onde aterrou em 1973 regressando dois anos mais tarde. Editor-chefe do jornal local em Díli (A Voz de Timor) estava já embrenhado no jornalismo político enquanto em Portugal a Revolução dos Cravos destronava uma ditadura velha de 48 anos.

Publicou aos 23 anos poesia no livro *Crónicas do Quotidiano Inútil* (vol. 1) e escreveu em 1975 um Ensaio Político sobre Timor, antes de desempenhar funções executivas como Economista na CEM, C<sup>ia</sup> de Eletricidade de Macau (1976). Radicar-se-ia em Sydney (e em Melbourne) como cidadão australiano onde viveu até 1996.

Desde 1967 dedicou-se ao jornalismo em rádio, televisão e imprensa escrita. Correspondente Estrangeiro trabalhou para agências noticiosas *ANOP / NP / LUSA*, para a televisão *TVB* (Hong Kong) e *RTP*, para as rádios *RDP*, *Rádio Comercial*, *ERM / TDM-RTP* (Macau), para o *Jornal de Notícias*, *Primeiro de Janeiro*, *sábado*, *Europeu* e *Público* (grupo de fundadores), tendo artigos publicados no *The Journalist* (Associação Australiana de Jornalistas (AJA / MEEA) e no *The Maritime Union* (australiano).

Criou guiões de documentários para as televisões australianas (sobretudo relativamente a Timor Leste).

Entre 1976 e 1994, escreveu sobre o drama de Timor Leste enquanto o mundo (incluindo a Austrália e Portugal) se recusava a ver essa saga.

Na Austrália trabalhou como Jornalista para o Ministério do Emprego, Educação e Formação Profissional (DEET) e Ministério da Saúde, Habitação e Serviços Comunitários (DHHCS); sendo Tradutor e Intérprete no Ministério da Imigração (DIEA) e Ministério de Saúde de Nova Gales do Sul (NSW Dept. of Health).

Começou a interessar-se pela linguística ao ser confrontado com 30+ dialetos em Timor, e divulgou a descoberta na Austrália de vestígios da chegada dos Portugueses (1521-1525, 250 anos antes do capitão Cook), e a existência de tribos aborígenes falando Crioulo Português (herdado quatro séculos antes). Membro Fundador do AUSIT (Australian Institute for Translators & Interpreters) e Examinador da NAATI (National Authority for the Accreditation of Translators & Interpreters) de 1984 a 2003, responsável pelos exames dos candidatos a Tradutores / Intérpretes na Austrália (NAATI), Chrys lecionou em Sidney na Universidade UTS, Linguística e Estudos Multiculturais a candidatos a tradutores e intérpretes. É tradutor profissional há três décadas em Tradução e Interpretação especializado em Medicina, Literatura, Linguística, Legal, Engenharia, Política e Relações Internacionais.

Foi **Assessor** de Literatura Portuguesa, Australia Council, UTS Universidade de Tecnologia de Sidney, atualmente *Mentor* dos finalistas de Literatura da ACL (Association for Computational Linguistics, Information Technology Research Institute) da University of Brighton, Reino Unido e **Revisor** (Translation Studies Department) da Helsinki University, Finlândia.

Publicou trabalhos científicos e apresentou temas de linguística em conferências na Austrália, Portugal, Espanha, Brasil e Canadá. Em 1999, publicou o livro de Ensaio Político (versão portuguesa) *Timor Leste: o dossier secreto 1973-1975*, esgotado em três dias. Em 2000 publicou (eBookPro) a monografia “*Crónicas Austrais 1976-1996*”. Organiza desde 2001 os Colóquios Anuais da Lusofonia (desde 2003 em Bragança) que tiveram como patrono o Embaixador José Augusto Seabra e desde 2007 os académicos Malaca Casteleiro e Evanildo Bechara. A partir de 2006 organiza os Encontros Açorianos da Lusofonia em S. Miguel, (Açores), mantendo o interesse no ensino, tradução e multiculturalismo. Em 2005 publicou (ed. Santa Casa da Misericórdia de Bragança) o “*Cancioneiro Transmontano 2005*”, 300 páginas de contos, lendas, cantilenas, loas, etc. Publicou nesse ano (eBookPro e DVD) o 2º volume dos seus contributos para a história intitulado “*Timor-Leste vol. 2: 1983-1992, Historiografia de um Repórter*” (um volume com mais de 2600 páginas e edição de autor em CD). De 2007-2009, traduziu obras de autores açorianos para Inglês, nomeadamente Daniel de Sá (Santa Maria ilha-mãe, O Pastor das Casas Mortas) e de Manuel Serpa (As Vinhas do Pico). Traduziu ainda Victor Rui Dores “Ilhas do Triângulo (numa viagem com Jacques Brel)” e Daniel de Sá “S. Miguel: A Ilha esculpida” e “Ilha Terceira”. A editora VerAçor lançou em março de 2009 o livro “*CHRÓNICAÇORES: uma Circum-navegação*” vol. 1, uma autobiografia de análise social e política, cronicando as suas viagens.

## SINOPSE - TEMA 2.6. AÇORIANIDADE LITERÁRIA CHRYS CHRYSTELLO, PRESIDENTE COMISSÃO EXECUTIVA DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA MESA QUADRADA SOBRE TRADUÇÃO E LITERATURA DE MATRIZ AÇORIANA

Grandes vultos das letras e (**das**) artes nasceram nos Açores, como **Gaspar Frutuoso** (1522-1591, historiador); o **conde de Ávila**, *marquês e duque de Bolama*; **Manuel de Arriaga** (1840-1917), **Antero de Quental** (1842 -1891 filósofo e poeta); **Teófilo Braga** (1843 -1924 escritor e presidente da República); **Roberto Ivens** (1850-1898 militar e explorador); **Tomás Borba** (1867-1950, mestre de quase todos os melhores compositores portugueses do século XX.); **Francisco de Lacerda**, (1869-1934, musicólogo, compositor e maestro); **Canto da Maya** (1890 -1981 escultor) que passou a vida em Paris; **Domingos Rebelo** (1891-1975 pintor); **Vitorino Nemésio** (1901-1978 escritor, (*poeta, crítico, ensaísta, comunicador*); **António Dacosta**, terçeirense (1914 -1990 *pintor*), poeta da escola surrealista, viveu longo tempo em Paris. **Carlos Wallenstein** (1926-1990), escritor, ator, cujas obras completas foram publicadas na Salamandra. Outro pintor micalense, que acabou os seus dias em *Oeiras*, foi **Victor Câmara29** (1921-1998), o mais fiel discípulo de Domingos Rebelo, representado no Museu Carlos Machado, tendo, em *Oeiras*, se dedicado ao retrato; **Carlos Carreiro** (n 1946-), expressionista, com cores vivas, grande pintor, professor nas Belas Artes no Porto. Dos inúmeros autores açorianos contemporâneos selecionei não os que já traduzi para inglês, mas aqueles com quem convivi, cuja obra conheço e pela qual nutro apreciação como adiante se verá. **30**

29 Em 1949: No “Correio dos Açores”, uma crítica, a duas colunas, dizia que Victor Câmara “desonrava-nos com a exposição, descendo tão baixo a chafurdar na lama”. A crítica era toda deste teor. Com Victor Câmara foram atacados Rui Galvão de Carvalho, Armando Cortes Rodrigues, Eduíno de Jesus, que era tropa na altura e foi detido no quartel por ter escrito e favor da pintura. E ainda Pedro da Silveira e Cristiano Frazão Pacheco, que no jornal “A Ilha” encerrou o debate, por não encontrar nos críticos que levantaram o caso, competência para discutir o assunto

30 **Bibliografia da cadeira de estudos açorianos**

“Açores: De onde sopram os ventos”, in *Açores. Atualidade e Destinos*, Angra, Ed. Atlântida, 1975

“Açores”, in João José Cochofel, *Grande Dicionário da Literatura Portuguesa e de Teoria Literária*, Iniciativas Editoriais, 1977

“O Açoriano e os Açores”, in *Sob os Signos de Agora*, 2.ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1995.

“O novo espaço lusófono ou os imaginários lusófonos”, in *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, 1999

A Ilha em Frente – Textos do Cerco e da Fuga, Lisboa, Ed. Salamandra, 1999

A produção literária açoriana nos últimos dez anos (1968-1978), Sep. de Colóquio / Letras, n.º 50, Lisboa, Fundação Gulbenkian, Julho / 1979.

AAVV, *Vitorino Nemésio – Vinte Anos depois* (Atas do Colóquio Internacional de Estudos Nemesianos, 1998), Lisboa e Ponta Delgada, Ed. Cosmos e Seminário Internacional de Estudos Nemesianos, 1998.

Açores, Açorianos, Açorianidade, Ponta Delgada, Signo, 1989.

Aguiar, 1987 Aguiar, Cristóvão de. *Raiz Comovida*, Trilogia Romanesca. 2.ª Ed., Lisboa, Ed. Caminho, 1987.

AGUIAR, Cristóvão de, *Raiz Comovida – A Semente e a Seiva*, Coimbra, Centelha, 1978.

AIRES, Fernando, *Memórias da Cidade Cercada*, Lisboa, Ed. Salamandra, 1995.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio, *The Sea Whithin*, Providence, Gávea-Brown, 1983.

Almeida, Onésimo (2001 / 04) “Coração Despedaçado a *Morrer Devagar*’ Da experiência americana de José Martins Garcia”. In *Arquipélago. Línguas e Literaturas*. vol. XVII. Revista da Universidade dos Açores

ALMEIDA, Onésimo Teotónio, «*Sapa*»*teia Americana*, Lisboa, Vega, 1983.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio, *A Questão da Literatura Açoriana*, Angra, Secretaria Regional da Educação e Cultura (SREC), 1983.

ARQUIPÉLAGO (2001 / 04) Línguas e Literaturas. vol. XVII. Revista da Universidade dos Açores.

Arruda, Manuel Monteiro Velho “Ensaio Crítico”, in Coleção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989

Avelar, José Cândido da Silveira. Ilha de S. Jorge (Açores): Apontamentos para a sua História Minerva Insulana, Horta, 1902

Baptista, 1970 Baptista, Maria de Fátima Freitas. *A Ilha do Faial (Açores). Contribuição para o estudo da sua linguagem, etnografia e folclore*. Dissertação de licenciatura, Coimbra, 1970.

BARROS, J.H. Santos, *S. Mateus, outros lugares e nomes*, Lisboa, Vega, 1981.

BATISTA, Adelaide, *João de Melo e a Literatura Açoriana*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1993.

BETTENCOURT, Urbano, *O Gosto das Palavras III*, Lisboa, Ed. Salamandra, 1999.

BORGES, Maria de Fátima, *A Cor Cíclame e os Desertos*, Lisboa, Cotovia, 1989.

Borges, 1960 Borges, Nair Odete da Câmara. Influência anglo-americana no falar da ilha de S. Miguel (Açores). Coimbra, Instituto de Estudos Românicos, sep. de Revista Portuguesa de Filologia, 1960.

BOTELHO, Emanuel Jorge, *Mas o Território não é o Mapa*, Angra, SREC, 1981.

BOTELHO, Emanuel Jorge, Sempre disse tais coisas esperançado na vulcanologia – 12 poetas dos Açores, Lisboa, Imprensa Nacional, 1984.

Brandão, s.d. Brandão, Raul. *As Ilhas Desconhecidas. Notas e Paisagens*. Lisboa, Perspetivas & Realidades, s.d.

BRASIL, Luís António de Assis, “A Narrativa Açoriana pós-Vinte e Cinco de Abril”, in *Organon*, vol. 8, n.º 21, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994

Campos, Viriato, Sobre o Descobrimto e Povoamento dos Açores, Lisboa, Europress, 1983.

CANDEIAS, Marcolino, *Na Distância deste Tempo*, Angra, SREC, 1984.

Coelho, 1962 Coelho, Manuel de Ávila. «Vocabulário Regional das Ilhas do Faial e Pico». *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 3, n.º 1, 1962.

CORREIA, Natália, *O Sol nas Noites e o Luar nos Dias, I, II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

CÔRTEES-RODRIGUES, Armando, *Antologia de Poemas*, 2.ª ed., Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1989.

Costa, 1978 Costa, Vasco Pereira da. *Nas Escadas do Império: Contos*. Coimbra, Centelha, 1978.

COSTA, Vasco Pereira da, *Ilhíada*, Angra, SREC, 1981.

COSTA, Vasco Pereira da, *Plantador de Palavras Vendedor de Lérias*, Coimbra, Câmara Municipal, 1984.

Coutinho, Gago. “Descoberta dos Açores”, Seara Nova (Lisboa), XI (1930), p. 258-71, com mapa;

*Da Literatura Açoriana* (Org. e INTRO. De...), Angra, SREC, 1986.

Da Silva Ribeiro, Luís. Formação histórica do povo dos Açores, in Açoriana, Angra, 1941.

De Freitas, Jordão. As Ilhas do Arquipélago dos Açores na História da Expansão Portuguesa, Lisboa.

De Sá, Daniel. Crónica do despovoamento das Ilhas. Lisboa: Salamandra, 1995.

De Sá, Daniel. O Pastor das Casa Mortas, Ponta Delgada, ed. VerAçor, 2007

De Sá, Daniel. Santa Maria, Ilha-Mãe, Ponta Delgada, ed. VerAçor, 2007

Dias, 1945 Dias, Urbano de Mendonça. *Os Meus Contos*. Vila Franca do Campo, 1945.

Dias, E., 1982 Dias, Eduardo Mayone. *Açorianos na Califórnia*. Prólogo, entrevistas e notas por [-]. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1982.

Dias, M., 1982 Dias, Maria Alice Borba Lopes. *Ilha Terceira. Estudo de linguagem e etnografia*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1982.

Dionísio, 1937 Dionísio, M. Costumes Açorianos. Horta, 1937.

Dores, Victor Rui (1987). “*Contos Infernais* ou a efabulação do poder”. In Signo. *Jornal de Letras e Artes*

Duarte, Noélia (2001 / 04) “David Mourão-Ferreira e José Martins Garcia: o ‘ofício de escrever’”. In *Arquipélago. Línguas e Literaturas*. vol. XVII. Revista da Universidade dos Açores

*Exercício da Crítica*, Lisboa, Ed. Salamandra, 1995.

FÉLIX, Emanuel, *A Viagem Possível*, 2.ª ed., Lisboa, Vega, 1993.

FÉRIN, Madalena, *A Cidade Vegetal*, Angra, SREC, 1987.

Fernandes, José Manuel, Cidades e Casas da Macaronésia, FAUP, Porto, 1996

Ferreira, Adriano, Era uma Vez... Santa Maria, Câmara Municipal de Vila do Porto, 1996

FERREIRA, Manuel, *O Segredo das «Almas Cativas»*, Ed. Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores, [D.L. 1991].

Figueiredo, Jaime de, Ilha de Gonçalo Velho, C. de Oliveira Lda, Lisboa, 1954

FIRMINO, Almeida, *Narcose*, Angra, SREC, 1982.

Freitas, V. (1999), Discursos culturais nos Açores: uma estética da territorialidade, *In A Ilha em Frente. Textos do Cerco e da Fuga*. Lisboa, Salamandra

FREITAS, Vamberto, *O Imaginário dos Escritores Açorianos*, Lisboa, Ed. Salamandra, 1992.

Frutuoso, Gaspar, Saudades da Terra, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1977-1987, 6 livros e 8 volumes

Garcia, E. B. (1953), *Para uma Autêntica Literatura Açoriana*, Suplemento Literário de *A Ilha*, Ponta Delgada

Garcia, J. M. (1987), Ainda a questão da Literatura Açoriana *In Para uma Literatura Açoriana*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores Atualidade da Literatura Açoriana, A criatividade artística nos Açores. Limites e Barreiras

GARCIA, José Martins, *Memória da Terra*, Lisboa, Vega, 1990.

GARCIA, José Martins, *Para uma Literatura Açoriana*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1987.

GARCIA, José Martins, *Temporal*, Providence, Gávea-Brown, 1986.

GOUVEIA, Maria Margarida, Maia, *Vitorino Nemésio. Estudo e Antologia*, Lisboa, ICALP / MEC, 1986.

GUERRA, Rodrigo, *A Americana*, Angra, SREC, 1980.

Jesus, E. (1957), Para uma teoria de Literatura Açoriana. *Atlântida*

JESUS, Eduino de, “Breve notícia histórica da poesia açoriana de 1915 à atualidade”, in *Estrada Larga*, vol. 3, Porto Editora, [s / d ], pp. 425-430. O artigo termina referenciando livros de finais dos anos 50.

Lisboa, Luís João, “Açores”, in Luís de Albuquerque (dir.), Dicionário de História dos Descobrimtos Portugueses, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994

LOURENÇO, Eduardo, “Da Autonomia como Questão Cultural”, in *A Autonomia como Fenómeno Cultural e Político*, Angra, Instituto Açoriano de Cultura, 1988

Machado, 1917 Machado, F. S. de Lacerda. *Vocabulário Regional colhido no concelho das Lajes ( i Ilha do Pico)*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917.

Machado, M. U. B. (1983), Antologia de poesia açoriana, *In O Gosto das Palavras*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura: 77-87. Id. (1995), Da Literatura Açoriana – notas (muito lacunares) para uma aproximação, *In O Gosto das Palavras II*. Ponta Delgada, Jornal da Cultura

Maia, 1965 Maia, Maria Lúcia Borba e. *O Falar da Ilha Terceira*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, (dissertação de licenciatura).

Mar Cavado. Da Literatura Açoriana e de Outras Narrativas, Lisboa, Ed. Salamandra, 1998.

MARTINS, J. H. Borges, *Nas barbas de deus*, Lisboa, Salamandra, 1999.

Matos, s.d. Matos, Lígia Maria da Câmara Almeida. *Ilha de São Miguel: seu dialeto e literatura popular*. Ponta Delgada, s.n., s.d.

Medeiros, 1964 Medeiros, Maria de Jesus Chichorro de. *A Linguagem Micaelense em alguns dos seus aspetos*. Dissertação de Licenciatura, Lisboa, Faculdade de Letras, 1964.

MEDEIROS, João Teixeira de, *Do Tempo e de Mim*, Providence, Gávea-Brown, 1982.

MELO, Dias de, *Pedras Negras*, 2.ª ed., Lisboa, Vega, 1985.

MELO, João de, Antologia Panorâmica do Conto Açoriano, Lisboa, Vega, 1978.

MELO, João de, *Gente Feliz com Lágrimas*, Lisboa, Publ. D. Quixote, 1988.

MELO, João de, *Toda e Qualquer Escrita*, Lisboa, Vega, 1992.

Mendonça, 1961-62 Mendonça, Elsa Bruniilde Lemos de. «Ilha de São Jorge (subsídio para o estudo da etnografia, linguagem e folclore regionais)». *Boletim Instituto Histórico da Ilha Terceira. Angra do Heroísmo, XIX-XX*, 1961-62.

MESQUITA, Roberto de, *Almas Cativas e Poemas Dispersos*, Lisboa, Ed. Ática, 1973



## Atas colóquio da lusofonia –

Acolho como premissa o conceito de açorianidade de **Martins Garcia** que, admite uma literatura açoriana «*enquanto superstrutura emanada dum habitat, duma vivência e duma mundividência*». Para ele a açorianidade literária31 (termo cunhado por Vitorino Nemésio, na revista Insula, em 1932) não está exclusivamente relacionada com peculiaridades regionais, nem com temas comummente abordados na literatura, tais como a solidão, o mar, a emigração. Martins Garcia não se mostra empenhado em definir a literatura açoriana, mas a sua qualidade estética. Na obra “Para uma literatura açoriana” (1987) afirma:

*“...utilizar um conceito antropológico de cultura para provar a diferença entre os Açores e o Continente é admitir que um traço distintivo venha a justificar uma autonomia, quando, na realidade, são as diferenças culturais que formam um acréscimo que dão identidade, seja a uma literatura, seja a um povo***32**.

Em “Constantes da insularidade numa definição de literatura açoriana”, diz **J. Almeida Pavão** (1988)

*“...sobre a existência de uma Literatura Açoriana...assume-se tal Literatura com o estatuto de uma autonomia, consentânea com uma essencialidade que a diferencia da Literatura Portuguesa Continental. No polo positivo de um extremo, enquadrar-se-ia a posição de Borges Garcia e no outro extremo situar-se-ia o polo, naturalmente contestário, formado por Gaspar Simões e Cristóvão de Aguiar. Isto, sem falarmos de outros tantos depoimentos, compendiados na obra A Questão da Literatura Açoriana, de Onésimo de Almeida (1983)33.”*

Depois de, no meu fervor iniciático, ter sido um fervoroso adepto da LITERATURA AÇORIANA, à medida que lia os autores mais consagrados e badalados, ficava com uma sensação amarga. Há muitos, mas de qualidade irregular, dir-se-ia mesmo duvidosa. Confesso mesmo que sorri da minha ingenuidade. De Dias de Melo, ressalvam-se os livros sobre baleeiros, outros li que eram execráveis, como “*O Menino que deixou de ser menino*”, e “*Pena dela saudades de mim*”, ambos dum neorealismo primário e balofo, que nada tem a ver com os seus livros mais antigos sobre baleação. Daniel de Sá**34** tem um romance deveras interessante “O Pastor das Casas Mortas” e uns apontamentos coloridamente atraentes em guias turísticos como Santa Maria Ilha-Mãe e São Miguel e Terceira além de uma ou outra obra mais antiga de relevo.

Miller, Maynard M. "Floating Islands". "Natural History", LXV (1956)
MONTEIRO, Garcia, <i>Rimas de Ironia Alegre</i> – antologia, (org. e Int. de Carlos Jorge Pereira), col. Brevíssima, Lisboa e Porto, Liv. Civilização e Contexto Ed., 1997.
Mourão-Ferreira, David (1978) <i>Cartas de Amor de Fernando Pessoa</i> . Lisboa: Ática.
Nemésio, CC Nemésio, Vitorino. <i>Caderno de Caligraphia e Outros Poemas para Marga</i> . Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.
Nemésio, CF Nemésio, Vitorino. <i>A Casa Fechada. Novelas</i> . 2.ª Ed., Lisboa, Livraria Bertrand, 1979.
Nemésio, FR Nemésio, Vitorino. Festa Redonda. Décimas e cantigas de terreno oferecidas ao povo da ilha Terceira por Vitorino Nemésio, natural da dita ilha. Lisboa, Livraria Bertrand, 1950.
Nemésio, MPM Nemésio, Vitorino. <i>O Mistério do Paço do Milhafre</i> . Lisboa, Livraria Bertrand, 1949.
Nemésio, MTC Nemésio, Vitorino. Mau Tempo no Canal. Lisboa, Livros Unibolso, Ed. Associados, col. «Biblioteca Universal».
Nemésio, OC-I Nemésio, Vitorino. <i>Obras Completas</i> , vol. I: <i>Poesia</i> . Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.
Nemésio, V. (1923), Por que não temos Literatura Açoriana [entrevista com Vitorino Nemésio, por Rebelo de Bettencourt] <i>In</i> Almeida, O. T. (org.) (1983), <i>A Questão da Literatura Açoriana. Recolha de Intervenções e Revisitação</i> . Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura. (1932), Açorianidade <i>Ínsula</i> , Ponta Delgada (1946), O problema do romance. <i>Diário Popular</i> , 8 de Maio. Pavão, J. A (1991), Constantes da insularidade numa definição de Literatura Açoriana, <i>In Caminheiros da Cultura</i> . Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.
NEMÉSIO, Vitorino, “Açorianidade” in <i>Insula</i> , n.º 7-8, Ponta Delgada, Julho, 1932.
NEMÉSIO, Vitorino, <i>Mau Tempo no Canal</i> , 7.ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1994.
NEMÉSIO, Vitorino, <i>Poesia I, II</i> , Lisboa, Imprensa Nacional, 1989.
OLIVEIRA, Álamo, <i>Com Perfume e com Veneno</i> , Lisboa, Ed. Salamandra, 1997.
OLIVEIRA, Álamo, <i>Impressões de Boca</i> , Angra, SREC, 1992.
ORRICO, Maria, <i>Terra de Lídia</i> , Lisboa, Ed. Salamandra, 1994.
Pavão, 1981 Pavão, J. Almeida. <i>Aspetos Populares Micaelenses</i> . Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981.
Pequeno Roteiro da História da Literatura Portuguesa (1984) Lisboa: Instituto Português do Livro.
PINTO, Eduardo Bettencourt, <i>Menina da Água</i> , Ponta Delgada, Editorial Éter, 1997.
PINTO, Eduardo Bettencourt, <i>Os Nove Rumores do Mar – Antologia da Poesia Açoriana Contemporânea</i> , 3.ª ed., Lisboa, Instituto Camões, 2000.
Pires, 1968 Pires, António Manuel Bettencourt Machado. <i>A pastorícia dos bovinos na Ilha Terceira</i> . Dissertação de licenciatura, Lisboa.
Pires, A. M. B. M. (1983), Para a Discussão de um Conceito de Literatura Açoriana. <i>Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira</i> , XLI: 842-858. Id. (1987), <i>A Identidade Cultural dos Açores</i> , Sep. de <i>Arquipélago</i> (série Línguas e Literaturas), IX. Id. (1997), Os Açores antes do 25 de Abril. Alguns Indicadores Culturais, <i>Insulana</i> , Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada:
Pires, A. Machado (2001 / 04) “José Martins Garcia um ‘intelectual em estado puro”. In <i>Arquipélago. Línguas e Literaturas</i> . vol. XVII. Revista da Universidade dos Açores
PIRES, António M. B. Machado, <i>Raul Brandão e Vitorino Nemésio</i> , Lisboa, Imprensa Nacional, 1988.
QUENTAL, Antero de, <i>Sonetos</i> , 5.ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1976.
RIBEIRO, Luís da Silva, <i>Subsídios para um Ensaio sobre a Açorianidade</i> , Angra, Instituto Açoriano de Cultura, 1964.
RODRIGUES, Rui Duarte, <i>Com Segredos e Silêncios</i> , Angra, Instituto Açoriano de Cultura, 1994.
Rosa, 1904 Rosa, P.e Nunes da. <i>Pastorais do Mosteiro</i> . Bandeiras, 1904.
Rosa, 1978 Rosa, P.e Nunes da. <i>Gente das Ilhas</i> . 2.ª ed., Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1978.
ROSA, Nunes da, <i>Gente das Ilhas</i> , 2.ª ed., Angra, Instituto Açoriano de Cultura, 1978.
SÁ, Daniel de, <i>Ilha Grande Fechada</i> , Lisboa, Ed. Salamandra, 1992.
Saramago, 1992 Saramago, João. <i>Le parler de l’Île de Corvo. Grenoble. Centre de Dialectologie de l’Université Stendhal-Grenoble III / Centro de Linguística da Universidade de Lisboa</i> , 1992.
Serpa, 1987 Serpa, José Machado de. <i>A Fala das Nossas Gentes</i> . Ponta Delgada, Signo, 1987.
SILVA, Heraldo Gregório da, <i>Açorianidade na Prosa de Vitorino Nemésio</i> , Angra, SREC, 1985.
SILVEIRA, Pedro da, <i>Antologia de Poesia Açoriana – séc. XVIII a 1975</i> , Lisboa, Sá da Costa, 1977.
SILVEIRA, Pedro da, “O conto açoriano e os seus caminhos”, in <i>Estrada Larga</i> , vol. 1, Porto Editora, [s / d],
SILVEIRA, Pedro da, <i>Fui ao Mar Buscar Laranjas-1</i> , Angra, Direção Regional da Cultura, 1999.
TERRA, Florêncio, <i>Contos e Narrativas</i> , 2.ª ed., New Bedford, Promotora Portuguesa, 1981.
TRIGO, Salvato e ROSA, Victor M. Pereira da, “ Insularidade à Açorianidade: Algumas Reflexões”, in <i>Arquipélago / Ciências Sociais</i> , n.º 2, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1987
VAZ, Katherine, <i>Saudade</i> , Lisboa, Asa, 1999.

Vitorino Nemésio – à luz do Verbo, Lisboa, Vega, 1989.

*Vitorino Nemésio – Rouxinol e Mocho*, Praia da Vitória, Câmara Municipal, 1998.

31 BRASIL, Luiz Antonio de Assis. Escritos açorianos: a viagem de retorno - tópicos acerca da narrativa açoriana pós-25 de abril. Lisboa: Salamandra, 2003, p. 14.

32 RIBEIRO, Lúcia Helena M. A questão da identidade da terra: a ideia de permanência na obra Contrabando Original, de José Martins Garcia. Dissertação (Mestrado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul, 1996.

33 O Centenário (1963) (poesia); Esperança-21 (1969) (peça de teatro); Cérebros do Grande Público (1970) (ensaio)

Da Vida Quotidiana na Lusalândia (1975) (estudo); José Rodrigues Miguéis / Portugal in Manhattan (1983) (ensaio)

A Questão da Literatura Açoriana (1983) (ensaio); (Sapa)teia Americana (1983) (contos); Mensagem - Uma Tentativa de Reinterpretação (1987) (ensaio); Açores, Açorianos e Açorianidade (1989) (ensaio)

34 *Génese* (novela), edição da D.R.A.C. da Secretaria Regional de Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1982: Durante a Guerra Civil espanhola, Don Francisco Calvera Ten, um padre da província de Valência, teme os Republicanos e não gosta dos Nacionalistas. E deu-lhe em duvidar do próprio Deus *Sobre a Verdade das Coisas* (crónicas-contos), edição da Junta de Freguesia da Maia, 1985: A vida rural de S. Miguel. A ficção ao serviço da realidade, a realidade ao serviço da ficção. Mas onde o real é bem mais forte do que o imaginário.

O *Espólio* (novela), edição Signo, Ponta Delgada, 1987: Se uma ilha dos Açores sofresse um ataque nuclear, que poderia resultar daí para a felicidade ou infelicidade do Mundo? Talvez nada mais do que o Prémio Pulitzer para a melhor reportagem sobre a tragédia.

*A Longa Espera* (contos), edição Signo, Ponta Delgada, 1987: E se o Natal fosse um homem vindo de longe, de onde os rios correm sempre, para se sentar diante de uma fonte seca, num sacrifício de implorar a chuva aos Céus e até à sua própria morte? E se o Natal fosse e não fosse o resto?

*Bartolomeu* (teatro), edição da D.R.A.C. da Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1988: Um dos maiores navegadores portugueses de todos os tempos julga-se com direito de ir à Índia. Razões de Estado tiram-lhe esse privilégio em favor de Vasco da Gama, um capitão intransigente. O drama de Bartolomeu Dias, que o não mereceu.

*Um Deus à Beira da Loucura* (novela), edição da D.R.A.C. da Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1990: Se Cristo reincarnasse e fosse condenado a um campo de concentração nazi, resistiria melhor do que um prisioneiro ateu?

*Ilha Grande Fechada* (romance), edição Salamandra, Lisboa, 1992: João peregrina à volta da ilha no cumprimento de uma promessa e na despedida da sua terra antes de emigrar para o Canadá. E acaba por compreender que "sair da ilha é a pior maneira de ficar nela".

*A Criação do Tempo, do Bem e do Mal* (ensaio), edição Salamandra, Lisboa, 1993: Uma visão agnóstica do Tempo. A justificação do Bem e do Mal, numa perspetiva teísta. Algumas questões mais difíceis da Doutrina e da Moral católicas, segundo a opinião de quem acredita em Cristo e na Sua Igreja, dita Universal, Apostólica e Romana, sem ter a certeza de que Ela seja infalível.

*Crónica do Despovoamento das Ilhas (e Outras Cartas de El-Rei)* (crónicas históricas), edição Salamandra, Lisboa, 1995: A vida nos primeiros tempos de haver gente nos Açores, ouvida dos velhos cronistas e contada com a ironia da ignorância e da suposta superioridade de ser homem do século XX.

*E Deus Teve Medo de Ser Homem* (novela), edição Salamandra, Lisboa, 1997: Vinte séculos de humanidade não ensinaram ao Homem a ser humano. O lobo de si mesmo continua tão pérfido como os crucificadores romanos.

*As Duas Cruzes do Império – Memórias da Inquisição* (romance), edição Salamandra, Lisboa, 1999: O absurdo da Inquisição foi praticar o mal em nome de Deus. O paradoxo do nosso século tem sido destruir milhões de homens e mulheres em nome da Humanidade.

Como tradutor que vive no seio desta azórica geografia idílica, não busquei a essência do ser em miríades de variações. Também não cuidei de saber se o homem se adaptou às ilhas ou se estas condicionaram a presença humana, para evidenciar a sua especificidade ou açorianidade.

Deduzi no decurso do meu trabalho de tradução de autores açorianos, características relevantes para a açorianidade:

- O clima inculca um caráter de torpor e de morosidade;
- Os povos quedam hoje, física e culturalmente, quase tão distantes de Portugal como há séculos atrás;
- O recorte dos estratos sociais: é ainda vincadamente feudal apesar do humanismo que a revolução de 1974 alegadamente introduziu nas relações sociais e familiares;
- A adjacência das gentes à terra persiste ainda imune a aculturações, fora das pequenas metrópoles que comandam a vida em cada ilha, opondo-se ao centralismo autofágico e macrocéfalo, que regem esses dois submundos como vasos não-comunicantes.

Daniel de Sá, dedicou *“O Pastor das Casa Mortas”* *“às mulheres e aos homens que ainda acendem o lume nas últimas aldeias de Portugal*. O herói busca um amor perdido no léxico e na sintaxe dos velhos montes escalavrados da Beira Alta. Por entre o pastoreio, calcorreia paixões sofridas, numa verdadeira apologia da solidão física e mental. Este retrato de Manuel Cordovão, lusitano de um amor só, é uma ode ao açoriano apartado de si e do mundo por um amor impossível inconcretizado. Trata-se de uma visita ao Portugal profundo, montanhoso, interior e inacessível. Aqui não se fala do *“despovoamento das ilhas”* antes se resgata o imaginário coletivo na erudição improvável de um apascentador de cabras. Noutra obra, *“Santa Maria ilha-mãe”* Daniel de Sá viaja ao passado mítico mas refulgente de nostalgia lírica por uma infância despretensiosa. Ao falar da Ilha-Mãe visita-se o isolamento de séculos, permeado por ataques de piratas, a inculcar mais vincadamente as crenças de origem religiosa. Revi *enésimas vezes, cada passagem do livro para lhe dar, em inglês, o tom, o colorido, a sonoridade e a poesia da prosa recorrente à totalidade da obra ficcionada*. Essa *mundividência*, transporta-nos num interessante roteiro turístico. O título gerou controvérsia, como o próprio autor notaria: *“Não se trata de "mãe" com valor de adjetivo, mas sim de dois substantivos ligados por hífen. É uma ilha que é mãe também...”* Diz-nos o autor *“Ainda hoje recordo exatamente o seu cheiro”* e todos nós sentimos os cheiros, as cores e as melopeias que nos descreve. A escrita de Daniel de Sá vagueia por tempos infindos. As personagens simples são tão credíveis que nos sentimos transportados e partilhamos sentimentos com os interlocutores. Como magistralmente disse a escritora canadiana Ann-Marie MacDonald, *“A tradução, tal como a escrita, é uma arte e uma maestria, com um toque de alquimia. Quando o autor e o tradutor se reúnem, o resultado pode ser inspirador. As nuances traduzem a língua numa forma de arte “*

Dias de Melo foi agricultor, compositor, versejador e homem do mar. Escrevia sobre os baleeiros do Pico, como se da janela da sua “Cabana do Pai Tomás”, no Alto da Rocha do Canto da Baía, na Calheta de Nesquim, vigiasse os botes e as lanchas da Calheta, baleando contra os Vilas e os Ribeiras. A escrita fluida embrenha-se como o nevoeiro em que os trancadores se debatiam na luta inglória para ganhar a vida. Resumirei o autor a uma frase: **Injustiça Social**. É da sua denúncia que trata ao abordar a emigração, a vida no Pico, as realidades sociais e económicas, a repressão do Estado Novo e os dramas humanos, na linguagem simples dos homens do mar. Apreendendo as suas obras e a sua luta, fica-se com a sensação de uma sociedade arbitrária e perversa. A Dias de Melo, inexoravelmente o escritor da baleação, coube-lhe a sorte de ter merecido homenagens públicas nos últimos meses de vida, quando a VerAçor reeditou alguns dos seus livros. Como espetador atento da luta quotidiana e da condição humana, nunca se coibiu de a viver e contar. Cumpre-nos evitar que essa memória se esvaneça e porfiar para que seja lido pelas novas gerações, pois, como o próprio escreveu: **“A esperança num mundo melhor já não será para mim, nem para nenhum de nós e eu revolto-me com o que vejo à volta de mim”**

Nas ilhas existem interesses esconsos e panelinhas em que pontificam menos valias com fama fácil, o apoio das instâncias oficiais e de uma clique na qual se incluem nomes menores da literatura local. Com a paixão de descobrirmos todos estes autores desconhecidos, olvidamos o conhecimento dos restantes. Deixamo-nos iludir pela açorianidade, pela beleza narrativa das ilhas e seus costumes ancestrais...embalamo-nos no canto das suas sereias...

Lemos outros poetas e escritores açorianos espantosos de que ninguém fala como José **Martins Garcia**<sup>35</sup>. Sobre ele escreveu David Mourão-Ferreira *“Se não vivêssemos, vicentinamente, num País em que a "barca do purgatório" anda sempre mais carregada que as outras duas, o [seu] nome deveria ser hoje saudado como o do escritor mais completo e mais complexo que no último decénio entre nós se revelou; (...) com igual mestria tanto abrange os registos da mistificação narrativa como os da exegese crítica, tanto os da desmistificação satírica como os da transfiguração telúrica, e que sem dúvida não encontra paralelo, pela convergência e concentração de todos estes vetores, na produção de qualquer outro seu coetâneo”* (Jornal *Signo*, 30 / 9 / 1987)." E **Maria Lúcia Lepecki**: *"É a arte de narrar "em puro" que Martins Garcia cultiva: de modo que opta por não fazer quaisquer tipos de experimentações. Vai sempre reexperimentando, e confirmando, o contar histórias."*

**Armando Côrtes-Rodrigues** é outro nome a não esquecer. **Emanuel de Sousa** é poeta e autor de *Eurídice* com prefácio de Natália Correia; e autor de *Ariadne*, ambos da Quetzal. Saiu agora uma antologia de contos de Martins Garcia, numa rica edição. A coleção intitula-se Biblioteca Açoriana e é dirigida por Urbano Bettencourt e Carlos Alberto Machado (diretor do Centro de Estudos do Mar nas Lajes do Pico). Já foram publicados, nesta coleção, em 2009, os seguintes livros: *Almas Cativas e Poemas Dispersos*, de **Roberto de Mesquita** (prólogo e organização de Carlos Bessa); *A Moldura*, de **Conceição Maciel**; *Português, Contrabandista*, de **José Martins Garcia**, antologia de contos de muitos dos seus livros, a maior parte inexistente no mercado, ***com um*** posfácio de Urbano Bettencourt.

Há mais três nomes a não esquecer: **Vasco Pereira da Costa**, poeta, romancista, nascido em Angra do Heroísmo em 1948. Além disso é pintor, usa o pseudónimo de Manuel Policarpo. Teve em junho uma Exposição de Pintura no Museu dos Baleeiros das Lajes do Pico, a qual irá para a Terceira, e em outubro para as Portas do Mar, em Ponta Delgada. Intitula-se *As Ilhas Conhecidas - Cartografia e Iconografia*. Os quadros relativos ao culto do Espírito Santo são, creio que, pela primeira vez, contêm uma forte crítica não só ao culto da terceira pessoa como à sociedade... Há **Eduardo Jorge Brum** (fundador e diretor do Semanário "Expresso das Nove") poeta, contista e romancista, nascido em Rabo de Peixe. Escritor maldito, na linha de Luiz Pacheco. As suas principais obras, todas publicadas na Europa-América, com exceção de uma, que saiu na Vega (*Oriana ou o nome das Coisas*), e por último, **Marcolino Candeias**, nascido em Angra em 1952. Poeta de um só livro, embora se tivesse estreado aos 16 anos com um livrinho que terá repudiado, pelo menos não consta na bibliografia do autor, intitulado *Por Ter Escrito Amor*. O seu único livro, portanto, já em 2.<sup>a</sup> edição intitula-se: *Na Distância deste Tempo*, 2.<sup>a</sup> ed. Salamandra. Como se pode ver há muito para além das hortênsias e dos romeiros, tema desesperado de tanto aspirante a escritor numa eterna antologia de autores açorianos, mas nem todos eles serão obreiros de verdadeira literatura.

Deixei propositadamente para o fim Cristóvão de Aguiar, um escritor incómodo. Não só se libertou das grilhetas do cativeiro confinado da ilha como demonstrou com a sua prolífica publicação aquilo que mais se entreteve a negar: a existência de uma literatura açoriana. Exigente consigo e com os outros, com fama de intransigente, não se inibe da polémica e controvérsia. Domina a língua como só os grandes escritores almejam, enquanto se deixa consumir no fogo ardente da falta de confiança genética de ilhéu. Eterno insatisfeito burila o basalto da sua ilha adotiva, o Pico, as filigranas letras com que nos enleia. Como visitou e viveu para lá da fronteira invisível do grande Mar Oceano

Contos:

- Um trovador na corte de D. Sancho**
- Dueto a uma só voz**

Outras páginas sobre o autor:

- Recensão sobre a obra *E Deus Teve Medo de Ser Homem***
- Malino: Homenagem a Miguel Torga
- Dois sonetos sobre Natália Correia

novos livros:

Santa Maria Ilha-Mãe ed. VerAçor

O Pastor das Casas Mortas ed. VerAçor

S. Miguel: A Ilha esculpida” ed. VerAçor

“Ilha Terceira” ed. VerAçor

35 Outras obras de referência do autor: (1975), *Lugar de Massacre*. Lisboa, Afrodite. (1978), *Vitorino Nemésio, a obra e o homem*. Lisboa, Arcádia. (1978), *A Fome*. Lisboa, Afrodite. (1982), *Imitação da Morte*. Lisboa, Moraes. (1984), *Invocação a um Poeta e outros poemas*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura. (1985), *Fernando Pessoa: “coração despedaçado”*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores. (1986), *Temporal*. Providence, Gávea Brown. (1987), *Contrabando Original*. Lisboa, Vega. (1988), *Vitorino Nemésio – à luz do Verbo*. Lisboa, Vega. (1990), *Memória da Terra*. Lisboa, Vega. (1996), *No Crescer dos Dias*. Lisboa, Salamandra. (1999), *(quase) teóricos e malditos*. Lisboa, Salamandra. Ensaio: (1987), *Para uma Literatura Açoriana*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores. (1987), *David Mourão-Ferreira / Narrador*. Lisboa, Vega. (1995), *Exercício da Crítica*. Lisboa, Salamandra. Conto: (1978), *Receitas para Fritar a Humanidade*. Lisboa, Edições Montanha. (1979), *Morrer Devagar*. Lisboa, Arcádia. (1987), *Contos Infernais*. Ponta Delgada, Brumarte. (1992), *Katafáraum Ressurreto*. S.I., M. Garcia. Teatro: (1987), *Domiciano*, Angra do Heroísmo, Direção Regional de Assuntos Culturais (Prémio Armando Côrtes-Rodrigues, da SREC).

## Atas colóquio da lusofonia –

olha retrospectivamente para o Pico da Pedra, em São Miguel, onde nasceu, e vislumbra a pequenez das gentes encarceradas nas ilhas, contentadas com qualquer emigração económica e a canga feudal que persiste. Pedacos de gente dura e impiedosa cumprindo rituais. Intolerantes, devotos e invejosos. Ansiosos por emigrar. Depois, voltam sempre com aparência triunfante, mas sem acarrear na desafogada bagagem algo de valor. Apenas dinheiro e bens materiais. Sobre a sua marilha natal, diz Cristóvão

*São Miguel já não é a mesma Ilha onde fui nado e criado e vivi até à arrogância dos vinte anos. Pude verificá-lo, há pouco, durante o 4.º Encontro Açoriano da Lusofonia, em que, para regozijo meu, não encontrei os costumeiros intelectuais de pacotilha, que sabem tudo quanto no Universo se passa, com retrato de pose na galeria dos imortais há muito mumificados... Nem é sequer a mesma Ilha que foi, até há poucos anos, muito nublada, já não digo por um nevoeiro absoluto, mas por alguns resquícios aparentados a certas pesporrências de má memória. Temos, porém, de convir que, durante séculos, certas forças religiosas, conluídas com todos os poderes, foram o sustentáculo da ignorância abençoada pela trilogia Deus, Pátria e Rei de outros tempos, e Deus, Pátria e Família, do tempo de muitos de nós. Direi como Mestre Gil Vicente: E assim se fazem as cousas. Levou tempo, mas o inevitável aconteceu. Acaba sempre. O medo e outras rançosas virtudes impostos ao espírito e nele lavrado em sulcos mais ou menos profundos (nem toda a terra consente a ignomínia), com relhas enferrujadas e passadistas, têm destes percalços - no ápice de um instante imprevisto esse terreno enfastiado de tanta aridez fermentada e coerciva, súbito se devolve à sua límpida condição de húmus que favorece a estrutura do solo e do subsolo e do infra-subsolo: o consciente, o subconsciente e o inconsciente.*

Cristóvão é um permanente “Passageiro em trânsito”, título do seu mais benquisto livro, sempre na rota do inconformismo. É a voz ininterrupta de uma consciência coletiva que não se asfixia. Granjeou o direito a chamar os bois pelo nome sem se deter nas finuras das convenções do parece bem. É crítico impiedoso do destino que alguns queriam eterno, da subserviência e submissão aos senhores das ilhas, descendentes diretos dos opressores da gleba. Narrativas dissecantes que se assemelham a uma técnica de *travelling* em filmagem. Grandes planos, *zooms*, e paragens esmiuçadas nos rostos e mentes dos atores principais dos seus diários, intitulados *Relação de Bordo (trilogia)* e *A Tabuada do Tempo*. A câmara detém-se e escalpeliza a alma daqueles que filma com palavras aceradas. Dói e magoa como o vento mata-vacas que sopra do nordeste. Psicanalizando as gentes e a terra que o viram nascer adotou uma nova ilha mátria, em 1996

*A Ilha do Pico faz-me as vezes de mulher amada. Desvenda-se aos poucos, em erótico vagar, para se lhe descobrir os recantos e sortilégios mais íntimos. E nunca se chega, nem se precisa, ao cerne do feitiço...Meio encoberta, meio desnudada, sempre ataviada de cheiros exóticos e eróticos, faz com que se abram as narinas de cio. Colhem os olhos as tonalidades indefiníveis de seus roxos e azuis, o cinza entorresmado de seus mistérios, seus verdes percorrendo toda a escala cromática, vertidos na paleta primigênia de que se serviu o Criador para matizar a tela da Natureza. Sempre que caem sobre o mar do canal, cavado e furioso ou espelho de Narciso, a Ilha de São Jorge, nua e arroxada, a garantir mais mundo, os olhos coalham-se de espanto em face do mistério de assistirem ao primeiro dia da Criação...Não cabe no olhar a Montanha bíblica. Extravasa a humana retina. Bíblica. Acredito ter sido em seu cimo, que roça o Céu, que Moisés recebeu as Dez Tábuas da Lei. E de um penedo fez jorrar a água que saciou a sede do seu Povo*

Cristóvão de Aguiar não é um autor fácil nem facilita o seu léxico para leitores de pacotilha. Amaldiçoado, que nunca maldito, porque outros o fizeram malquisto. Acossado por tudo e por todos. Exige tanto dos seus leitores como de si mesmo. As suas palavras penetrantes estão gravadas visceralmente num granito alheio às ilhas que se encontra na *Relação de Bordo*. No último volume da trilogia, depara-se com uma infundável história de amor sem que a maioria dos leitores se aperceba desses arroubos. Ele é o magma de que são feitas as gentes de bem. Este foi o autor que ora descobri como se o conhecesse há muito, como se tivesse sido irmão caçulo ou *compagnon de route* 66 à la *Jack Kérouac*, iluminando o túnel das ideias<sup>36</sup>. Navego imerso na sua escrita tateando como um recém-nascido fora do ventre materno. Aprendo hoje com este mestre contemporâneo da literatura de matriz açoriana. Muito apoucado me aquilato em tão ínclita companhia. Terei encontrado o escritor neste amigo novo?

Nestas navegações literárias, uma pessoa não lê apenas Cristóvão de Aguiar, mas empreende uma viagem tridimensional recheada de sentidos. Confluem na escrita como lava “pahoe-hoe” (pron. *pah hoi-hoi*) de aparência viscosa mas fluida, prateada, brilhante e enrançada como cordas de baleeiro. Outros autores aparentam ser lava tipo “A a” (*ah ah*), grossa e áspera, magma de rochas solidificadas impulsionadas. Em Cristóvão de Aguiar nada é impelido embora por vezes se assemelhe na sua descrição e nos contornos emocionais à pedra-pomes, piroclasto dominante das rochas traquíticas. A observação de qualquer pedaço de basalto revela-nos, quase sempre, a existência de *vesículas* disseminadas na rocha, de tal modo estanques, que esta pode flutuar na água por largos períodos. Resultam de gases separados do magma que, não tendo escapado para a atmosfera, ficaram aprisionados na rocha sob a forma de bolhas onde também ficam retidos *ad eternum* todos os leitores. A escrita lávica de Cristóvão fica a boiar no nosso espairecido imaginário. Foi ela que nos instigou a rabiscar esta lamentação com o frémio ciumento dos que não conseguem escrever da forma única e inimitável como só ele sabe e sente sobre os Açores. Essa a forma de amar e de ressarcir a terra que o viu nascer...As ilhas irão, um dia, desatar grilhetas que as encarceram no passado e Cristóvão estará então desobrigado da tarefa hercúlea de acarrear a sua ilha como um fardo ou amor enjeitado, que nisto de ilharias há muitas paixões não correspondidas.

Dias de Melo e Daniel de Sá já foram traduzidos e “O Pastor das Casas Mortas” vai surgir em castelhano. Cristóvão não foi traduzido. Além dele há outros escritores e poetas que teremos de divulgar e traduzir. Isto sim é um crime de lesa literatura. Irei concentrar os esforços dos Colóquios em editá-lo no Brasil e tê-lo traduzido na Bulgária, Roménia, Polónia e Eslovénia enquanto nós, meros mortais, teremos de ler os restantes e apreciar a sua universalidade, apesar de a matriz açoriana que a todos permeia. Sei agora que incorremos numa grave omissão se não conseguirmos traduzir “A TABUADA DO TEMPO”, “TORGA LAVRADOR DAS LETRAS”, “MARILHA”, “RAIZ COMOVIDA”, “RELAÇÃO DE BORDO I, II, III”. Este o desafio que aqui lanço, hoje, como um repto que ninguém recusará, estou certo.

### 11. CONCHA ROUSIA



**CONCHA RODRIGUES PERES**, Nascida o 04-10-1962, em Covas (Os Brancos, Galiza). Psicoterapeuta. Licenciada em 1995 em psicologia pela Universidade de Santiago de Compostela, especialidade em psicologia clínica. Master in Science, Marriage & Family Therapy, Universidade de Maryland, USA, 1999. Tese de graduação “Multilingualism and psychotherapy”.

#### PUBLICAÇÕES:

As Sete Fontes, Romance publicado em 2005, formato e-book pela editora digital portuguesa Arcos Online ([www.arcosonline.com](http://www.arcosonline.com)), Arcos de Valdevez, Portugal.

“Dez xs Dez” 2006, Antologia poética, Abrente Editora (Galiza).

“Cem Vaga-lumes” Obra composta por 16 haikus premiados. Publicados pelo Concelho de Ames 2006.

Herança, Conto publicado 2007 em Rascunho (Jornal de literatura do Brasil), Curitiba, Brasil.

1ª Antologia do Momento Lítero Cultural, formato digital. 2007, Porto Velho, Brasil.

Nas Águas do Verso. Antologia. 2008, Porto, Portugal.

Antologia do XXII Festival de Poesia do Condado. 2008, Gráficas Juvia.

Poeta, Mostra a tua Cara. Antologia. 2008, Rio Grande do Sul, Brasil.

Volume 7 da Coleção “Poesia do Brasil”, correspondente ao XV Congresso Brasileiro de Poesia, que se celebra em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brasil.

Tem publicado poemas e outros textos em diversas revistas galegas como Agália ou A Folha da Fouce; em jornais como o Novas da Galiza, Galicia Hoxe, A Nosa Terra, Portal Galego da Língua, Vieiros, e em brasileiras como Momento Lítero Cultural.

Agora Já Não é Nada: Narrativa da desfeita, Lethes 2007. Análise do significado da perda das funções que mantinham os espaços comunitários que desapareceram com a desarticulação da cultura tradicional.

Um dia, Publicado em A Nossa Terra; 2006. Uma análise da violência de género.

<sup>36</sup> Pressagio cordões umbilicais curiosos. Ambos criamos os sulcos que trilhamos percorrendo as savanas e as estepes do sofrimento pessoal, das amarguras e romances que nos embargavam a escrita e nos dispersavam. Plantámos árvores, publicámos poesia e tivemos filhos em buscas incessantes pelo Santo Graal. *Cumprimos missões inomináveis no exército colonial português. Em Mafra, Tomar e em Leiria. Cristóvão entrou para o Teatro Universitário em Coimbra e eu para o Teatro Universitário do Porto quando me insinuava como jovem independente pensante, batalhando com Zeca Afonso, mestre José Rodrigues e um dos melhores declamadores de sempre, o Mário Viegas.* Em Coimbra, o ilhéu Cristóvão lidou com Paulo Quintela, Miguel Torga, Luís Albuquerque, Joaquim Namorado e outros monstros sagrados do nosso imaginário.

**Prémios**

Prémio de Narrativa do Concelho de Marim, 2004, Galiza.

Prémio de poesia do Concelho Ames, 2005, Galiza.

Ganhadora do Certame Literário Feminista do Condado, 2006, Galiza, romance “A Língua de Joana C”

**SINOPSE - CONCHA DECLAMARÁ POESIA DA GALIZA, PORTUGAL E BRASIL****12. CRISTÓVÃO DE AGUIAR**

**LUÍS CRISTÓVÃO DE AGUIAR** nasceu no Pico da Pedra, São Miguel, em 8 de setembro de 1940. Aí fez os seus estudos elementares, na Escola de Ensino Primário da freguesia. Matricula-se no então Liceu Nacional de Ponta Delgada, cujo curso complementar de Filologia Germânica conclui em julho de 1960. Durante os últimos anos do liceu, colabora, em verso e prosa, nos jornais locais. Parte nesse mesmo ano para Coimbra, onde ingressa no Curso de Filologia Germânica da Faculdade de Letras da sua Universidade. Em Janeiro de 1964, interrompe o curso universitário e é mobilizado para a guerra colonial, na então província da Guiné, para onde parte, em abril de 1965, com a sua companhia de caçadores. Um mês antes do embarque, publica um livrinho de poemas, *Mãos Vazias*, que pouco ou nada abona em seu favor. Regressa da Guiné, cansado e casado com um filho, em Janeiro de 1967, e após um ano e meio de luta interior contra a doença e o desânimo consegue concluir as cadeiras do Curso de Filologia Germânica, indo de imediato lecionar para a então Escola Comercial e Industrial de Leiria. Aí permanece um ano e meio, regressando a Coimbra para escrever a sua tese de licenciatura, *O Puritanismo e a Letra Escarlata*, que apresenta em junho de 1971, obtendo assim o grau de licenciado em Filologia Germânica. A experiência da guerra forneceu-lhe material para um livro posterior, incluído ao princípio em *Ciclone de setembro* (1985), de que era uma das três partes, autonomizado, depois, com o título de *O Braço Tatuado* (1990). Foi durante quinze anos redator da revista *Vértice*, de Coimbra (1967-1982), tendo, nesse último ano, organizado um número duplo, especial, sobre a cultura açoriana. Depois do 25 de abril, colaborou na Emissora Nacional com a rubrica semanal “*Revista da Imprensa Regional*” (1974-1975), que suscitou muita polémica e alarido nos meios eclesiásticos e reacionários da época. De 1972 até 2002 foi Leitor de Língua Inglesa da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, estando neste momento aposentado. Durante a sua carreira literária, ganhou os prémios: Ricardo Malheiros da Academia das Ciências de Lisboa (1978), com *Raiz Comovida I, a Semente e a Seiva*; Grande Prémio da Literatura Biográfica da APE / CMP (1999), com *Relação de Bordo I* (1964- 1988), diário ou nem tanto ou talvez muito mais; Prémio Nacional Miguel Torga / Cidade de Coimbra (2002), com *Trasfega, casos e contos* e quatro anos mais tarde com *A Tabuada do Tempo*, a lenta narrativa dos dias, 2006. Foi agraciado pelo Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, com o grau de comendador da Ordem Infante D. Henrique (01).

**AUTOBIOGRAFIA:**

Cristóvão de Aguiar, nome de Luís Cristóvão Dias de Aguiar. Nasceu na Ilha de São Miguel numa altura em que o calendário apontava o dia 8 de setembro de 1940. Procede de uma nobre estirpe de artesãos, músicos, poetas repentistas e agricultores. O escritor foi parido em Coimbra muito mais tarde, num dia impreciso de março de 1965, três semanas antes de o cidadão que lhe abonava o corpo ter zarpado para a guerra colonial. Com pânico de morrer sozinho no mato sem deixar casta, o futuro combatente sangrou-se em saúde e propagou-se em livro. Parto prematuro, à custa de ferros. O nascituro merecia desmancho em boas condições higiénicas numa clínica especializada das letras. Acabou o livrinho por sair, ficando um monstro para sempre. Enamorado, o pai deu-lhe o nome de *Mãos Vazias*. Voluminho esvaziado de tudo, até da mais rudimentar poesia. Já entrado nos quarenta, a sua idade mental não vai além dos catorze. Muito longe desse evento, o rapaz que fui cresceu e medrou inteiro como o seu nome civil. Frequentou a escola elementar na freguesia do Pico da Pedra, a meio caminho entre a velha Vila da Ribeira Grande e a cidade de Ponta Delgada. Pouco antes de se matricular no Liceu, já seu Pai havia emigrado para a Ilha Terceira, a América pequenina. A outra era um sonho que só alguns tinham a dita de alcançar. Na Base americana o Pai foi torneiro mecânico, para o supreio da família e pagar os estudos ao filho hospedado na cidade. O afastamento do conchego de casa e da freguesia tornara-se imperativo. A primeira perda e separação. A entrada no palácio do Liceu deve ter sido o primeiro grande tsunami que amargou ainda de calças curtas. Até o racharam de cima a baixo. Logo no início da aventura escolar, só o Cristóvão passou a valer no seio da nova e estranha comunidade. O prenome Luís, por que era conhecido e chamado, ficou submerso. Só para a gente da freguesia e parentela mais chegada tinha a dignidade de estatuto vocativo. Havia quem se arriscasse ao chamamento cristão inteiro: Luís Cristóvão. Vozes isoladas que não ecoavam no íntimo. Continua hoje enchendo dois nomes, como se vivesse em duas casas. O aluno medroso haveria de ficar para sempre cindido. Passou o Cristóvão a ser o contraponto do Luís ou vice-versa. As leviandades de um, justificadas pelas aparentes virtudes do outro, numa peleja de vizinhos desavindos a habitarem a camisa-de-forças do mesmo corpo. Concluíram o sétimo ano de letras em 1960. Deverá ter sido o Cristóvão quem, na sua excentricidade sonhadora, fez atrasar o curso liceal, arrastando-o durante uma novena de anos. Gostava de namorar e de faltar às aulas. Ia ao encontro da vida para colher as flores que a escola só lhe concedia, murchas e compendiadas, em livros únicos e maçudos. Não quis ir sozinho. Levou consigo o Luís. E foi o este quem pagou a conta calada exibida pelo pai ao regressar da emigração de-aopé-da-porta. Passou a trabalhar na oficina de serralharia, para que aprendesse a arte do ferro e ficasse do mesmo passo ciente do quanto custava a vida. O Cristóvão fazia pouco caso das admoestações e dos conselhos do companheiro de rés-do-chão. E acabou por ter sorte. A seguir a umas férias grandes, deixou o Luís por um bambúrrio de ser aprendiz de serralheiro para prosseguir os estudos. Foram bons alunos daí em diante e mais tarde dispensaram do Exame de Aptidão à Universidade. Na noite de 10 de outubro de 1960, zarpámos da Ilha a bordo do Lima e chegámos a Lisboa na manhã do dia 15. Um prodígio de velocidade só possível à tecnologia de ponta em vigor na época. À medida que o navio subia o Tejo rumo ao Cais de Santos, ao Cristóvão bailavam-lhe os olhos. O Luís terá tido uma sensação de rural perante o rio que ambos sabiam da geografia papeada; a cidade de Lisboa, branca, apertada nas sete colinas, parecia sair das páginas dos livros de estudo para se postar, ali defronte, juntamente com um comboio em louca correria sobre a linha férrea de Sintra, entrevisto pela primeira vez, que, na Ilha, só se avistavam navios... Pena, pensava o Luís, não se poder vislumbrar o famoso retângulo de oitenta e nove mil quilómetros quadrados, dentro do qual Portugal inteiro se acolhia ou encolhia — o mapa saíra da sala de aula da escola elementar para há muito se emoldurar dentro dele... O Cristóvão acrescentou: “Sim, o mapa estava muito perto da santíssima trindade: os retratos de Salazar e de Carmona, mais o crucifixo de latão no meio de ambos...” Às sete e vinte e cinco da noite partiam de Santa Apolónia, no Foguete. O único comboio que só parava numa estação antes de Coimbra, a de Fátima. Muito fácil não haver engano — na segunda paragem era obrigatório descer. Havia novatos das Ilhas que se apeavam na Mealhada ou ainda mais arriba... Na Estação Velha, o Luís sentiu-se abandonado. Não percebia as palavras difundidas pelos altifalantes. Sabia que tinha de mudar para chegar

## Atas colóquio da lusofonia –

à Estação Nova. Acabou por perguntar. O interlocutor não lhe entendeu a pronúncia cerrada e ele ficou transido. Por fim, o Cristóvão dirigiu-se, afoito, a um corretor, elegante na sua pronúncia impecável, a farda castanha, debruada de dourados. Em vez de responder, o angariador perguntou: “O senhor doutor precisa de hotel?” O Cristóvão olhou para o lado, curioso de ver o primeiro titular de tal cargo na maternidade onde os doutores nasciam de parto prematuro. Como não viu ninguém por perto e a pergunta fora repetida, ficou com a pele arrepiada – chegara ao fundamento de que o doutor era ele próprio... A ligação chegou. Viajaram num molhinho e meio enregelados. Pernoitaram na primeira pensão que encontraram à saída da Estação Nova. Despertaram numa manhã lavada de sol, sem mar. Criou-lhes um vazio, que doeu pelo dia fora, preenchido nas andanças de arrendar um quarto. Reforçada, a praxe recomeçou no dia seguinte, o da abertura solene. O medo tomou então conta do Luís. Tinha de ir à única cantina que existia no Palácio dos Grilos para tomar as refeições. Deixou por vezes de ir jantar com pavor de ser rapado; outras, ia de táxi; mas o dinheiro era escasso. Tamanho o medo que semanas depois, desiludido e assustado, queria regressar no vapor ao ventre materno da Ilha. Escreveu uma carta esborratada de lágrimas. A resposta recebida desenganava-o: “O que vens tu para cá fazer? Aguenta-te; um homem não se deixa afundar dessa maneira; tudo é difícil ao princípio e um ano passa depressa...” Uma noite de novembro, na véspera da Tomada da Bastilha, o Cristóvão decidiu arrostar com a praxe: uma trupe apanhou-o junto à Porta Minerva, aplicando-lhe as regras da soleníssima praxe. A tormenta cultural deflagrada em Coimbra nos princípios dos anos sessenta foi mais violenta do que qualquer Ciclone de setembro nas Ilhas. O efeito foi ter ele sobrevivido em estado de embriaguez, a consciência dos limites à flor da pele e as Mãos Vazias de uma poesia que se recusava a cantar, mas que, bem ou mal, fez nascer, de parto prematuro, o tal Cristóvão de Aguiar, que persiste e insiste na lavoura da escrita. O Luís franzia o nariz e aos poucos ia deixando de acompanhar o irmão gémeo, transfigurado num Grito em Chamas, desarvorado, procurando queimar e atingir não se sabia que alvo, talvez o Pão da Palavra com que queria alimentar o espírito confuso... Se por índole e humor o Luís era bicho-de-conta, mais se encantou no seu cantinho. Ao invés, o outro lá ia caminhando aos tropeções, procurando remover a Raiz Comovida ainda fincada e ficada na Ilha, já porém dando topadas que o faziam sangrar num balbucio de intensa Tráfega. Em incessante viagem interior, grandes lutas travou dentro de si, numa lufa-lufa de Passageiro em Trânsito que procurava solucionar muitos dos problemas que a geração a que passou a pertencer já há muito resolvera. Teve a sorte de ter caído num meio intelectual progressista – o da revista *Vértice*. Na Brasileira convivía com os seus intelectuais e com outros que lhe estavam próximos, o denominado Grupo da Brasileira. Nele pontificavam Joaquim Namorado, Luís Albuquerque, Orlando de Carvalho, Mário Vilaça, para só falar dos que já saíram de cena, e sobretudo conviveu Com Paulo Quintela à Mesa da Tertúlia. Ouvindo mais do que falando, soletrava e aprendia devagar as primeiras letras de uma cultura e de uma mentalidade nova que em nada se assemelhava à que em si vigorava. Assimilou novos valores humanísticos, enraizados nos problemas concretos do País, e estabeleceu com a vida cultural e literária uma Nova Relação, na qual havia de colocar um portaló por onde entrava e saía de Bordo de qualquer iate de cabotagem. Da Ilha ele trouxe um lastro de recursos afetivos e de novos sentimentos que têm vindo a servir-lhe de conduto ao pão seco e amargo do dia-a-dia. Toda essa matéria nebulosa tem-lhe servido de húmus para a escrita. Coimbra, que já faz parte do seu roteiro afetivo e cultural, forneceu-lhe a ferramenta sem a qual não poderia carpintear a escrita, nem ordenar o seu desordenado pensamento. Quarenta e cinco anos de convívio, cumplicidades, amores e desamores, alegrias e tristezas, deram para uma vida quase cheia. O bastante para que vá pensando em fechar o círculo, regressando ou não às raízes comovidas. Pode ser que, nessa remota origem, Coimbra se lhe imponha de tal sorte que tenha de escrevê-la, a ver se a sente mais aquietada dentro de si. O mesmo aconteceu a respeito da Ilha. Desinquietou-o de tal maneira que não teve outra opção que não fosse a de a ir iludindo com meia dúzia de livros que em absoluto nunca a aquietaram. Continua impertinente e ciumenta. Pode ser que se acomode com Marilha, Mar Ilha, Marília, nome de mulher transfigurada na gostosa dicção de Marilha por força da pronúncia em vigor.

### OBRAS:

#### Poesia:

Mãos Vazias; ed. do Autor, com a chancela da Livraria Almedina, Coimbra, 1965

O Pão da Palavra; Cancioneiro *Vértice*, Coimbra, 1977

Sonetos de Amor Ilhéu; ed. do Autor, Coimbra, 1992

#### Prosa:

Breve Memória Histórica da Faculdade de Ciências (II Centenário da Reforma Pombalina), Coimbra, 1972

Alguns Dados sobre a Emigração Açoriana; Separata da Revista *Vértice*, Coimbra, 1976

Raiz Comovida (A Semente e a Seiva; 1.ª ed. Coimbra 1978 (Prémio Ricardo Malheiros Academia de Ciências Lisboa)

Raiz Comovida II (Vindima de Fogo); 1.ª ed. Coimbra, 1979

Raiz Comovida III (O Fruto e o Sonho); 1.ª ed. Angra do Heroísmo, SREC, 1981

Raiz Comovida (Trilogia Romanesca); revista e remodelada num volume, Editorial Caminho, Lisboa, 1987, Edições D. Quixote, Lisboa, 2003

Ciclone de setembro; (Romance ou o que lhe queiram chamar), Editorial Caminho, Lisboa, 1985, incluído agora no romance *Marilha*, Publicações D. Quixote, 2005

Com Paulo Quintela à Mesa da Tertúlia; Nótulas Biográficas, Serviço de Publicações da Universidade de Coimbra, 1986, 2.ª ed. revista e aumentada, Imprensa da Universidade, 2005

Passageiro em Trânsito; Novela em espiral ou o romance de um ponto a que se vai sempre acrescentando mais um conto, Editora Signo, Ponta Delgada, 1988; 2.ª ed. refundida, Salamandra, Lisboa, 1994

Emigração e Outros Temas Ilhéus; Miscelânea, Editora Signo, Ponta Delgada, 1992

A Descoberta da Cidade e Outras Histórias; Contos, Editora Signo, Ponta Delgada, 1992

Um Grito em Chamas; Polifonia Romanesca, Edições Salamandra, Lisboa, 1995, integrado também no romance *Marilha*, de que constitui a primeira parte.

Relação de Bordo (1964 -1988); diário ou nem tanto ou talvez muito mais (Grande Prémio da Literatura Biográfica da APE / CMP), Campo das Letras, 1999

Relação de Bordo II (1989-92); diário ou nem tanto ou talvez muito mais, Campo das Letras, 2000

Relação de Bordo III, diário ou nem tanto ou talvez muito mais, P. D. Quixote, 2004

Tráfega, casos e contos, Prémio Miguel Torga / Cidade de Coimbra, 2002

Marilha, sequência narrativa, D. Quixote, 2004

A Tabuada do Tempo, Prémio Miguel Torga, Almedina, 2006

Miguel Torga – O Lavrador das Letras – Um percurso partilhado, Almedina 2007

Braço Tatuado – Retalhos da Guerra Colonial, D. Quixote, 2008

#### Tradução:

A Riqueza das Nações, Adam Smith; Fundação Calouste Gulbenkian, 1982

#### Colaboração:

Vietname; Antologia Poética, Nova Realidade, 1970

Antologia de Poesia Açoriana; org. por Pedro da Silveira, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1977

Para o Mundo de todos os Homens; Pequena Antologia de Poesia de Autores Portugueses contra o Racismo e Colonialismo, Conselho Português para a Paz e Cooperação, 1977

Antologia Panorâmica do Conto Açoriano; Organizada por João de Melo, Vega, Lisboa, 1978

O Eclipse; Extrato de Romance, Revista *Vértice*, 448, maio - junho de 1982 (Número dedicado à Cultura Açoriana, organizado pelo Autor)

The Sea Within; A Selection of Azorean Poems, Gávea-Brown, Providence, 1983

## SINOPSE – TEMA 1.7 DOIS HOMENS DE TRÁS-OS-MONTES CRISTÓVÃO DE AGUIAR, UNIVERSIDADE DE COIMBRA, ESCRITOR AÇORIANO

Aqui, na cidade de Bragança, coração de Trás-os-Montes, grave delito seria não recordar dois grandes vultos da cultura portuguesa do século XX, Paulo Quintela e Miguel Torga. Outros haveria que realçar como o Abade de Baçal, historiador, etnógrafo, arqueólogo, autor das **Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança**, cujo V volume é o célebre livro, *Os Judeus no Distrito de Bragança*... E João Araújo Correia, médico na cidade da Régua e um dos grandes Mestres da Língua Portuguesa, que mereceu de Aquilino, outro brilhante cultor da Língua, estas expressivas e legítimas palavras: “Mestre de nós todos há cinquenta anos a lavar nesta terra ingrata e ímproba seara branca do papel almaço, e somos velhos, gloriosos ou ingloriosos, pouco importa; mestre dos que vieram no *intermezzo* da arte literária com três dimensões para a arte literária sem gramática, sem sintaxe, sem bom senso, sem pés nem cabeça; e mestre para aqueles que terão de libertar-se da acrobacia insustentável e queiram construir obra séria e duradoura”. Isto só para mencionar os que desapareceram.

## Atas colóquio da lusofonia –

Sem desprimor para os dois vultos transmontanos atrás mencionados, e que de *per si* mereciam uma conferência inteira, ou mais, só irei debruçar-me, e espero não me despenhar da altura a que ambos se guindaram, sobre a obra e personalidade de outras duas individualidades transmontanas, mais chegadas à minha afeição, com quem durante anos convivi em Coimbra e de quem recebi grandes lições de vida, cultura, humanidade e humanidades: Paulo Quintela, filho desta cidade, onde nasceu em 1905, e Miguel Torga, natural de São Martinho de Anta, o *seu lugar de onde* e o *seu centro do mundo*, como tantas vezes escreveu nos seus livros...

Paulo Quintela foi um germanista de renome internacional e um dos melhores tradutores das línguas germânicas para a Língua Portuguesa. Dir-se-ia, sem pinga de exagero, que nacionalizou esses poetas e escritores estrangeiros, principalmente alemães, para a Literatura Portuguesa, dela ficando a fazer parte: Rilke, Hölderlin, Goethe, Nietzsche, Hauptmann, Nelly Sachs e tantos outros, incluindo muitos poemas ingleses de Fernando Pessoa, a pedido de Georg Rudolf Lindt, crítico alemão, lusitanista, estudioso e tradutor de Pessoa. E foram esses poetas maiores da Literatura Universal, sobretudo Rilke, que influenciaram alguns poetas portugueses, dos quais destaco Eugénio de Andrade e o próprio Miguel Torga. Como se isto não bastasse, Paulo Quintela, um apaixonado pelo teatro e por Gil Vicente, havia de ressuscitar a sua obra dramática para as tábuas do palco, até então sepultada na poeira dos compêndios. Excetuavam-se algumas tímidas, fugazes e nem sempre logradas tentativas do Teatro Nacional Dona Maria, que, nos meados dos anos trinta do século XX, o pôs em cena. E terá sido um espetáculo, com excertos da obra de Mestre Gil, uma silva vicentina, representado por essa companhia, em uma noite de verão, no Pátio da Universidade de Coimbra, que o catapultou para pôr de imediato a obra vicentina em cima do palco. Escreveu ensaios sobre a obra do maior homem de teatro português, e deu a conhecer aos leitores portugueses as *Líricas Castelhanas*, de Gil Vicente, publicadas em livro, em meados dos anos sessenta, no *Cancioneiro Vértice*. Porém, Quintela não se quedou por Gil Vicente: encenou outros grandes dramaturgos; os trágicos gregos: a *Medeia*, de Eurípedes; a *Antígona*, de Sófocles; o *Prometeu Agrilhado*, de Ésquilo; *O Grande Teatro do Mundo*, de Calderón de La Barca; *Retablillo de don Cristóbal* e *A Sapateira Prodigiosa*, de Frederico García Lorca. Nesta última peça, foi o próprio Quintela quem representou o papel de sapateiro, o principal, porque o ator que o devia interpretar ter comunicado, na véspera da estreia, que não podia comparecer – valia Quintela saber de cor todos os papéis das peças que encenava; *O Tartufo*, de Molière, além de alguns portugueses contemporâneos, como Miguel Torga; José Régio e Raul Brandão... Graças ao TEUC (Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra), fundado em 1938, e que se estreou com a *Farsa de Inês Pereira*, foi possível a Paulo Quintela, seu diretor artístico durante mais de trinta anos, dar a conhecer não só Gil Vicente como todos os dramaturgos atrás referidos, fazendo do TEUC uma verdadeira escola de teatro por onde passaram gerações e gerações de estudantes, que, após a formatura, continuaram a lição do Mestre, organizando grupos de teatro nas locais onde foram exercer a sua profissão.

Como dizia, foi nesta cidade de Bragança que nasceu, em dezembro de 1905, Paulo Manuel, oitavo rebento de uma prole de dez, sendo o pai pedreiro e a mãe padeira. Aqui se criou, iniciou e concluiu os estudos elementares e liceais, que o haviam de guindar à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde se matriculou no ano letivo de 1922 / 1923, ainda com a idade de dezasseis anos. Aluno brilhante, concluiu o curso de Filologia Germânica com distinção, e foi bolseiro da Fundação Humboldt, o que lhe proporcionou viver, estudar e ensinar, em Berlim, durante seis anos. Com a subida de Hitler ao poder, regressou a Coimbra e à sua Faculdade, passando a exercer, durante mais de quarenta anos, o magistério nas Literaturas e Culturas Germânicas. Aqui jaz, no cemitério do “Alto do Sapato”, desde o dia 10 de março de 1987.

Delito grave seria também deixar em silêncio o nome de Miguel Torga, um dos mais grandes escritores de sempre da Literatura Portuguesa e, durante grande parte do percurso da existência, íntimo amigo de Paulo Quintela e seu companheiro de lides e aventuras literárias. Procurarei, nesta minha despretensiosa comunicação, deslindar o que os uniu e depois os separou para sempre, tentando o milagre, sempre possível, de um reatamento de relações *post mortem*...

***Entre ambos existia uma amizade enraizada num acerado amor que consagravam a Trás-os-Montes, o “Reino Maravilhoso”, de onde ambos eram oriundos. “Que belo é ter um amigo! Ontem eram ideias contra ideias. Hoje é este fraterno abraço a afirmar que acima das ideias estão os homens. Um sol tépido a iluminar a paisagem de paz onde esse abraço se deu, forte e repousado. Que belo e natural é ter um amigo!” – escreveu Torga, no dia 4 de fevereiro de 1935, no primeiro volume do Diário, referindo-se a Quintela, que conhecera um ano antes na cama de um hospital em Coimbra.***

***No Segundo Congresso Transmontano, realizado nas Pedras Salgadas, em setembro de 1941, ambos participaram com duas conferências. A de Miguel Torga intitulava-se “Um Reino Maravilhoso (Trás-os-Montes)”; a de Paulo Quintela, “Um Poeta de Trás-os-Montes”, Miguel Torga. E era o Poeta: “Vê-se primeiro um mar de pedras. Vagas e vagas sideradas, hirtas e hostis, contidas na sua força desmedida pela mão inexorável dum Deus criador e dominador. Tudo parado e mudo. Apenas se move e se faz ouvir o coração no peito, inquieto, a anunciar o começo duma grande hora. De repente rasga a crosta do silêncio uma voz de franqueza desembainhada: ‘– Para cá do Marão, mandam o que cá estão!’ Sente-se um calafrio. A vista alarga-se de ânsia e de assombro. Que penedo falou? Que terror respeitoso se apodera de nós? Mas de nada vale interrogar o grande oceano megalítico, porque o nume invisível ordena: – Entre! – A gente entra, e já está no Reino Maravilhoso.”***

***Por seu turno, Paulo Quintela: “Mas não se nasce impunemente em Trás-os-Montes, no Alentejo ou à beira-mar. Quer dizer que a paisagem, se não é o único fator determinante, é contudo primordial elemento de formação e informação. Se a poesia é no fundo expressão – expressão mágica – das coisas e dos seres, da Vida, é evidente que essa expressão há de ser em certa medida condicionada pela maneira como esses seres e coisas se nos revelam e nos solicitam, pela luz que os banha, pelo horizonte em que estão implantados, pelo ângulo por que se contemplam. O homem da planície terá uma vivência das coisas e dos homens muito diversa da do montanhês. Horizontes vastos e planos, monótonos, em que as figuras se perdem ou ficam reduzidas a contornos imprecisos, convidam a erguer os olhos e a contemplar o céu. Daqui – falo, evidentemente, em termos amplos que admitem toda a sorte de exceção que não abalará aliás a firmeza do princípio – (o próprio poeta de que me ocupo poderá por vezes parecer exceção...) – daqui, digo, a propensão contemplativa e a necessidade de fuga e libertação mística do homem nado e criado em ambiente destes. Daqui o caráter místico da grande literatura da estepe russa, por exemplo. Mas subamos agora uma montanha. As coisas na encosta que vamos escalando são-nos mais chegadas, mais íntimas, mais nossas, pelo esforço que pusemos em alcançá-las; a luz quebra e reflete de outra maneira nas lombas que nos rodeiam e nos limitam o horizonte; a subida é árdua, mas gostosa; o arcaboço arfa, bate o coração encostado à fraga ou à árvore, e o arquejar do peito e a pancada do coração do homem da montanha faz-se hálito e pulsar da própria terra-mãe. Chega-se ao cimo. Mas não foi para contemplar o céu que nos aproximámos dele. Sobe-se a um monte para olhar cá para baixo, para dominar a terra que se alarga, se nos revela e nos convida. Foi no alto dum monte que o diabo patenteou a Cristo a sua maior tentação: ‘De novo o subiu o diabo a um monte muito alto: e lhe mostrou todos os Reinos do Mundo, e a glória deles, e lhe disse: Tudo isto te darei, se prostrado me adorares...’ Deus em Cristo resistiu à tentação. Os homens sucumbem à veemência do desejo de posse do Mundo e da sua Beleza. Miguel Torga é, dos poetas portugueses modernos, o que está mais intimamente ligado à sua paisagem, que é a paisagem de Trás-os-Montes.”***

Convoco agora o Poeta Manuel Alegre para, com a sua palavra poética, vir em meu auxílio. Na III Parte do seu livro, *Coimbra Nunca Vista*, intitulada “Abecedário de Coimbra”, o poeta de abril, grande amigo e admirador de ambos, empreende uma apolínea peregrinação afetiva através de individualidades que, em dado momento histórico-cultural, cunharam o caráter da cidade mítica. Nesse “Abecedário”, figuram, entre outros, dois poemas dedicados às duas fragas graníticas transmontanas, um com o título de “Miguel Torga No Largo da Portagem”; o outro intitulado “Paulo Quintela”. O dedicado ao autor de *A Criação do Mundo* do reza assim:

*Todos os dias o poeta vem ao centro / sobe ao seu consultório e embarca para / dentro. / Diante da folha branca vai de viagem / navega sobre o tempo e nunca para. / Há nele o canto de raiz e o verso vagabundo / da sua janela chega à outra margem / e dá a volta ao mundo / no Largo da Portagem.*

Sobre Quintela escreve:

*Nada sabemos da língua portuguesa / e então sílaba a sílaba ele ensinou-nos / a música secreta das vogais / a cor das consoantes a ondulação o ritmo / o marulhar das frases e o seu / sabor a sal. / E também como pisar um palco / como falar como calar e sobretudo / como sair de cena e entrar / no grande teatro deste / mundo. / Porque tudo era proibido e ele nos disse / que tudo pode ser ousado / desde que se aprenda a entrar a tempo / a colocar a voz e a não perder / a alma.*

Nestas prodigiosas sínteses poéticas, de uma tão luminosa fundura a que só os príncipes da poesia têm o condão de descer ou de subir, encontra-se delineado um verdadeiro, muito completo e complexo programa de vida estética, intelectual e cívica, que tanto Paulo Quintela como Miguel Torga foram cumprindo enquanto por cá andaram. Nas facetas que no poema se realçam, tornou-se Quintela grande mestre e a sua obra de intelectual e o seu exemplo de cidadão empenhado deram disso testemunho. A poesia e a prosa de autores de “franças e aranganças”, que, através de traduções exemplares e recriadoras, naturalizou sem qualquer sotaque para português e que ficaram desde logo pertença da Literatura Portuguesa; se tivessem os seus autores cá nascido, seria decerto como ele as traduziu que escreveriam na nossa língua; o teatro vicentino que estudou e amou como ninguém desde os bancos do Liceu de Bragança, difundiu e o elevou, depois, para o seu sítio condigno e certo: as tábuas do palco; o cidadão livre que sempre ousou ser, numa pátria contaminada por grandes medos miudinhos por tantas outras toxinas que lhe conspurcaram a atmosfera, não raro tornando-se, armada ou armadilhada de um pesadume propenso e propício a que certas criaturas se bandeassem, fraquejassem e se perdessem, alma incluída, no céu da sua conversão...

## Atas colóquio da lusofonia –

No poema sobre Torga, Manuel Alegre, em palavras sucintas e certeiras, como é timbre dos grandes Poetas, delinea e recria, minuciosamente, o quotidiano do Poeta *de Orfeu Rebelde*. Era do seu consultório, no Largo da Portagem, que o Poeta, depois de regressar da noite, quase sempre insone, de macerado trabalho poético, em sua casa, zarpava todos os dias para viagens que só ele sabia deslindar. Transcrevo o poema de abertura do 1.º Diário, 3 de Janeiro de 1932, (Torga iniciava e rematava sempre os seus Diários com um poema), que reflete esse trabalho noturno, notívago, a que se entregava com a devoção de um crente da poesia que nunca deixou de ser:

*Deixem passar quem vai na sua estrada. / Deixem passar / Quem vai cheio de luar. / Deixem passar e não lhe digam nada. / / Deixem, que vai apenas / Beber água do Sonho a qualquer fonte; / Ou colher açucenas / / A um jardim ali defronte. / / Vem da terra de todos onde mora / E onde volta depois de amanhecer. / Deixem-no pois passar, agora / / Que vai cheio de noite e solidão. / Que vai ser / Uma estrela no chão.*

Vale também a pena transcrever um texto do Diário XII, de fevereiro de 1977, em que o autor de *Orfeu Rebelde* revela, genialmente, a maneira como nasce um poema:

*Foi durante a noite que escrevi o poema. Acordei inquieto, estremunhado, fiquei numa sonolência lúcida e, aos borbotões, os versos, na imprevisibilidade do minério arrancado às trevas da mina, começaram a surgir à tona do silêncio, alguns já estremados, puros, outros ainda agarrados ao cascalho. Depois, a razão clarificadora acudiu à inspiração tumultuosa, britou, peneirou, lavou, ordenou, e as pepitas ficaram articuladas de tal maneira que acabaram por formar um todo coeso, harmonioso e autónomo. Um texto na sua plenitude existencial, inexpugnável como um dia de sol. Excitado pela evidência do milagre, que eu próprio mal podia compreender, não consegui mais pegar no sono. Pus-me a recitar cada estrofe, primeiro numa espécie de terror sagrado, a experimentar a segurança do ritmo, a verificar a verdade das rimas, a avaliar a flagrância das imagens. Por fim, confiado, a abaná-las rijamente, e a concluir, desvanecido, que tinha as raízes seguras. E assim tenho passado o dia com elas no ouvido, numa exaltação secreta, estranhamente otimista, menos vulnerável aos empurrões da multidão, feliz sem o dar a entender. É um regozijo íntimo, fundo, como se me encontrasse bafejado por uma graça que não tivesse merecido, nem pedido, nem recebido de ninguém. (8 / 2 / 1977, Diário XII)*

Paulo Quintela foi o primeiro homem de teatro português que pôs em cena Miguel Torga. Em 1947, o TEUC representava *Terra Firme* no velho Teatro Avenida, e doze anos mais tarde, no mesmo local, o CITAC, que convidou expressamente Quintela para encenar uma peça de Miguel Torga, representava o poema dramático *O Mar*, integrado no seu I Ciclo de Teatro. A partir daí os destinos destes dois homens altivos, como duas vertentes de um Marão de carne e osso, separam-se para o resto da vida. E foi pena. Nunca soube deslindar as razões por que se deu tal rutura, nem talvez as houvesse bem definidas. Seriam fortes razões do coração, atrevo-me até a dizer de um grande amor ferido. No fundo, admiravam-se mutuamente, e outra coisa não seria de esperar de homens de tamanha envergadura. Eu próprio posso disso dar testemunho. Paulo Quintela continua no seu labor de traduzir autores alemães, ingleses e franceses como Brecht, Nelly Sachs, Hauptmann, Nietzsche, Goethe, Kant, Ben Johnson, Molière e prossegue no TEUC durante cerca de mais dez anos, encenando Gil Vicente, Molière, autores gregos, como Eurípedes e Sófocles, e modernos como Garcia Lorca e José Régio. Miguel Torga havia ainda de publicar dois livros de poesia, *Câmara Ardente* e *Poemas Ibéricos*, três de prosa, o quinto e o sexto dias da *Criação do Mundo* e nove volumes do *Diário*.

Paulo Quintela é o primeiro a sair de cena. No dia 9 de março de 1987. Na véspera, domingo à noite, estivera a ver um programa televisivo intitulado *Eu, Miguel Torga*, documentário sobre o autor da *Criação do Mundo*. Acabado o programa, foi-se deitar e não mais acordou. Premonitório, não acham? Eu tinha estado com ele na sexta-feira anterior. E havia prometido levar-lhe na sexta seguinte o *Diário XIV*, acabado de sair, do qual lhe falara com entusiasmo durante a nossa última conversa de sexta-feira, 6 de março de 1987. À despedida, no alto da escada, ainda me preveniu: “Não te esqueças de me trazer o diário do Torga...”

Miguel Torga viria a morrer cerca de oito anos mais tarde, em 17 de Janeiro de 1995. No seu penúltimo diário, o XV, pode ler-se, na entrada com data de 9 de março de 1987, dia da morte de Paulo Quintela: “A morte é uma grande reconciliadora. Não há desavença que lhe resista. O seu grande manto de equanimidade cobre todas as paixões da mesma vanidade. Só é pena que, depois dela, tudo seja irremediável.”

Depois de tudo, fico com a sensação de vazio absoluto, de que tudo ou quase tudo ficou por dizer. Paulo Quintela e Miguel Torga são grandes de mais para caberem nas páginas de qualquer escrito, e eu demasiado pequeno para os fazer caber numa simples e despreziosa comunicação como esta com que vos tenho vindo a massacrar o bicho do ouvido e da paciência. Repare-se, porém, no milagre da poesia, capaz de sínteses fulgurantes: ficaram ambos retratados, em corpo e alma, no poema de Manuel Alegre. São assim os Poetas. Bragança, 1 de outubro de 2009

### 13. DINA FERREIRA



**DINA MARIA MARTINS FERREIRA** é pós-doutora pela Universidade Estadual de Campinas / Unicamp (2002 e 2003), doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ (1995) e, mestre pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro / PUC / RJ (1988). Atualmente é pesquisadora e professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em regime integral / PPI. É autora de livros: "Discurso feminino e identidade social", editora Annablume e FAPESP (2002 1ª. ed. / 2009 2ª. ed. revisada e ampliada) e "Não pense, veja - o espetáculo da linguagem no palco do Fome Zero", editora Annablume e FAPESP (2006). Organizou dois livros: "Políticas em linguagem: perspectivas identitárias junto ao Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan e "Estratégias: comunicação e gestão" junto as Prof<sup>as</sup>. Dr<sup>as</sup>. Esmeralda Rizzo e Angela Schaun, editora Expressão e Arte (2008). Sua publicação é vasta, tanto em revistas internacionais (artigos e capítulos de livros em inglês, francês e espanhol) e em revistas nacionais (língua portuguesa). A área de formação é Linguística, com ênfase em Discurso e Pragmática. Atua na docência de Linguística e Comunicação. As temáticas de sua pesquisa versam sobre identidade, diferença, sociocultural, políticas de representação.

SINOPSE - TEMA 2.6 LUSOFONIA INSULAR E CONTINENTAL: AÇORES E BRASIL, IDENTIDADES TERRITORIAIS E SENTIDO DE PERTENÇA (CRISTÓVÃO DE AGUIAR E MOACIR SCLiar) DINA MARIA MARTINS FERREIRA, UNICAMP / UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE SÃO PAULO, BRASIL COM CAMILA VERGARA \*\*, CAROLINE EMY KATO \*\*, GIOVANNA GIACOMINI ISOLANI \*\*, LARISSA DONATELI \*\*, PATRÍCIA ZENARO MATTOS \*\*, MACKENZIE – BRASIL

### 1.0 CONSIDERAÇÕES

O presente trabalho iniciou-se em sala de aula, Curso de Letras, Disciplina História da Língua Portuguesa. Após um levantamento de dados históricos, começou-se a perguntar a questão política que se estabelecia na seleção de dados em nossa leitura sobre a história da língua portuguesa. Em muitos casos diacrônicos do estudo da língua havia, por parte do grupo, o reconhecimento de uma língua atual, que se processava na calçada da vida em pleno século XXI e muitas vezes eram dados que remetiam a séculos anteriores em territórios não brasileiros. Optamos, então, 'reconhecer' ou 'estranhar' alguns usos lusófonos da contemporaneidade que dessem conta de um reconhecimento do português brasileiro e de estranhamento do português de outro território. Pela leitura da escrita estávamos na unidade e na difusão de uma língua que constituía nossa identidade, mas como estudiosas da língua percebíamos as especificidades e diferenças que apareciam diante de nossos olhos de brasileiras lusófonas.

## Atas colóquio da lusofonia –

Vimo-nos diante da questão da identidade nacional e territorial, em que a língua se manifesta. Escolhemos, então, subjetivamente, dois textos que se encontravam a nosso dispor: um da literatura açoriana, *Cães Letrados*, de Cristóvão de Aguiar (2008) e outro da literatura brasileira, *Cego e amigo Gedeão à beira da estrada*, de Moacyr Scliar (1994). Apesar de nosso corpus ilustrativo visar a diferenças constitutivas da identidade territorial ser de discursos literários, a nossa proposta não é da ordem de uma análise literária, mas sim de uso de língua. Além da escolha subjetiva da disponibilidade dos textos, havia a prerrogativa de uma corrente de estudos de língua que 'lê' o discurso literário como uma forma de representar a cultura de um povo. Mesmo que tal prerrogativa possa gerar controvérsias, aceitamos momentaneamente o papel da literatura como representação de cultura nacional. E para o estudo das especificidades de cada território lusófono, optou-se recolher exemplos de estranhamentos e de reconhecimentos, ora pela seleção lexical, ora pela relação sintática e ora pelo arcabouço semântico. Utilizamos como fonte de abordagem o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*<sup>37</sup> (serial), dicionário do português europeu (Portugal), que não inclui variantes gráficas da norma brasileira e o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*<sup>38</sup> (2009). O primeiro comporia a nossa base de pesquisa para os eventuais estranhamentos de uso, e o segundo, mesmo com a participação de equipes de outros territórios lusófonos, tem como base Brasil, contexto suficiente para nos fundamentar no enquadre lusófono brasileiro. E é pelas polaridades de territórios que se buscam as particulares que vão constituir os construtos<sup>39</sup> identitários de culturas nacionais da unidade lusófona.

### 2.0 CULTURA NACIONAL

Para entender o que chamamos de cultural nacional vamos nos utilizar de Stuart Hall (2000), a que o autor denomina de “comunidade imaginada”. No primeiro momento acreditamos que cultural nacional se estabelece por histórias (propositadamente com letra minúscula) para a constituição da História de uma nação. Agora História com letra maiúscula, já que as várias histórias passam a ter o valor de verdade única, cujo entrelaçamento dos tempos presente, passado e futuro vão fixando uma História que reflete uma “comunidade imaginada”. Para fundamentar o caminho de uma História formadora de identidade nacional de uma comunidade imaginada, alguns pontos são reveladores:

- Trata-se de narrativa “tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular” (Hall, 2000: 52);
- São narrativas que dão “ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade” (ibidem: 53);
- Inventa-se uma tradição, que, segundo Hobsbawn e Ranger (apud Hall 2000: 54), seria um “conjunto de práticas, de natureza real ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos de repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado”;
- Passa a existir um mito fundacional, ou seja, uma história que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado distante;
- Simboliza-se a identidade nacional baseada na ideia de um povo puro.

Esses elementos discutidos por Hall apontam que o conceito de cultura nacional não pode ser visto como um conjunto unitário. Logo o que estamos chamando de cultura açoriana e brasileira é um corte epistemológico, nem puro, nem de valores atemporais. Como os próprios discursos literários indicam, os autores são situados em tempos e espaços diferentes, com percursos coletivos e individuais próprios. Cultura é uma construção discursiva, permeada de contingência e história. Logo o que se chama de “comunidade imaginada” é um 'lugar' de histórias contadas e recontadas, influenciada pelos contadores e pelas próprias histórias que a constitui; histórias baseadas em mitos de origem, deixando de lado os movimentos e deslocamentos que ocorrem ao longo do que se chama História, com letra maiúscula. Bhabha (1998: 238-239) nos lembra que as contingências históricas seriam os fundamentos da necessidade de elaborar estratégias legitimadoras de “minorias dentro das divisões geopolíticas”, minorias aqui entendidas como comunidades em busca de seu perfil identitário.

O que realmente podemos entender como cultura revelada por discursos é a rearticulação de signos que inscrevem identidades culturais. Segundo Bhabha (1998:240), cultura “é a marca do espaço conflituoso mas produtivo, no qual a arbitrariedade do signo de significação cultural emerge no interior das fronteiras reguladoras do discurso social”. Desse modo, a ideia de cultura iria para além de uma noção canonizada de estética para uma visão da cultura como “produção irregular e incompleta de sentido e valor, frequentemente composta de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato da sobrevivência social” (ibidem). Para Bhabha, cultura é fenômeno transnacional, já que os discursos contemporâneos estão enraizados em histórias específicas de deslocamento cultural. Talvez aqui se explique a lusofonia como uma unidade transnacional que apresenta particularidades territoriais em seu uso:

Torna-se crucial distinguir entre a semelhança e a similitude dos símbolos através de experiências culturais diversas – a literatura, a arte, o ritual musical, a vida, a morte – e da especificidade social de cada uma dessas produções de sentido em sua circulação como signos dentro de locais contextuais e sistemas de valor específicos. (...) O discurso natural(izado), unificador, da “nação”, dos “povos” ou da tradução “popular” autêntica, esses mitos incrustados da particularidade da cultura, não pode ter referências imediatas. A grande, embora desestabilizadora, vantagem dessa posição é que ela nos torna progressivamente conscientes da construção da cultura e da invenção da tradição (Bhabha 1998: 241).

### 3.0 TERRITORIALIDADE E HISTORIALIDADE

Sobre o conceito de território, muitos aspectos podem ser levantados. Haesbaert (2006) nos oferece vários caminhos que atendem a várias áreas do saber, para além da Geografia, tais como Antropologia, Sociologia, Economia. E já que estamos no universo de uma “comunidade imaginada”, nada mais coerente do que tratar território pela vertente cultural ou “simbólico-cultural: [que] prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação / valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (Haesbaert 2006: 40). Ou seja, a dimensão simbólica habita um espaço social organizando-se pela historicidade e geografia, quesitos de territorialidade.

Historicidade estaria para a ideia de motivo, na medida em que “nasce da autoapreensão do homem em relação ao vivente e à vida (Derrida, 2002: 49-50), ou melhor, como o habitante de determinado território se motiva na história da qual participa e nas relações que estabelece em sua comunidade. Historialidade seria o efeito identitário da narrativa histórica porque provoca e acolhe a posição de pertença; pertença a um grupo, a uma nação, a um povo. A história seria então “um processo objetivo no qual estamos inseridos (...) um modo de estarmos conscientes dessa pertença (Vattimo, s / d:11). Historialidade e historicidade se movimentam em direções diferentes, ao mesmo tempo que se constituem simbioticamente. A historicidade, o motivo de estar em determinada história, explode para que outra narrativa histórica se inicie; já o movimento da pertença é efeito da história que faz com que os sujeitos impludam, imergindo na história. Enquanto o motivo trabalha com o instante do momento histórico, a pertença é um movimento mais denso, pois trabalha com símbolos socioculturais. Pertença aciona a tradição, reconstruída ou não, pois se alimenta de símbolos que se performatizam pela memória. Sem motivo não há história e só há pertença se houver história. Ambos trabalham na reivindicação da identidade. Esses tantos movimentos de histórias e dentro da história perfilam a complexidade identitária, já que mudanças do tempo passado, presente e futuro, mais deslocamentos de dados, revelam os “distúrbio(s) de direção” identitários (Bhabha, 1998:19).

### 4.0 LUSOFONIA E CONSTRUTOS IDENTITÁRIOS

37 O *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (DPLP) é um dicionário de português europeu (de Portugal), cuja nomenclatura compreende o vocabulário geral, bem como os termos mais comuns das principais áreas científicas e técnicas da língua portuguesa contemporânea. O DPLP tem por base o *Novo Dicionário Lello da Língua Portuguesa* (Lisboa, Lello Editores, 1996 e 1999), licenciado pela Priberam em 2008, no que diz respeito à informação lexicográfica para o português.

38 *Dicionário Houaiss* foi elaborado pelo brasileiro Antônio Houaiss, cuja primeira edição foi lançada em 2001, Rio de Janeiro, Brasil, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. O projeto de confecção do dicionário começou em 1985, com uma equipe de edição com mais de 150 especialistas brasileiros, portugueses, angolanos e timorenses.

39 O termo 'construto' em lugar de construção é proposital, já que ao abordarmos a questão de identidade, não estamos na esfera de atributos fixos constitutivos de um sistema linguístico, mas de performativos de linguagem em contínua reivindicação e movimentação.



## Atas colóquio da lusofonia –

Chegamos ao momento do estudo de ilustrar marcas linguísticas que possam referendar os conceitos de territorialidade, geograficidade e historialidade medidos a partir da lente de lusófonos brasileiros diante de discursos também lusófonos, um do território Açores e outro do território Brasil. Como já foi vislumbrado anteriormente, o critério de levantamento dos exemplos se baseiam nas categorias de estranhamento e de reconhecimento. A ideia de estranhamento que se adota parte da competência comunicativa do brasileiro em relação a determinados usos lusófonos não usados em seu território<sup>40</sup>; estranhamentos que batem na questão do aceitável e não-aceitável do processo comunicativo, de usos a que não se está acostumado no dia a dia. E o critério de reconhecimento está nas marcas que determinam o sentido de pertença a um lugar. É pela égide de pertencimento que estranhamento e reconhecimento são organizados. E é pelo sentido de pertença que poder-se-ia vislumbrar a historicidade e a historialidade de usos linguísticos, que, por sua vez, podem revelar a construção cultural de uma comunidade. Sendo assim, o estranhamento atinge à lusofonia açoriana e o reconhecimento, o discurso brasileiro.

Se observarmos o subtítulo, lusofonia e construtos identitários, reafirma-se uma posição teórica da relação entre língua(gem) e sujeito (Austin, 1976), ou seja, a língua(gem) não é uma linha paralela ao sujeito, ou seja, um instrumento de comunicação do sujeito, é a própria constituição do sujeito comunicante. E sob essa perspectiva, estudar a língua é construir sujeitos, habitantes de um tempo e de um espaço, habitantes de suas histórias e seus territórios.

### 4. 1 RECONHECIMENTO

O discurso de Moacyr Scliar nos propicia o reconhecimento de brasilidade em marcas que vão desvelar tal atributo, reconhecido até pelo senso comum, – intensidade –; intensidade que se alia a informalidade, que por sua vez se apropria dessa intensidade.

O uso de diminutivos é geralmente utilizado para indicar uma certa proximidade, intimidade ou afeto aos elementos nominalizados que sofrem tal determinação: “caminhão *Mercedinho*”; “Gosto mais da noite: é *fresquinha*, nesta época”. Em ambos os exemplos, reconhece-se a brasilidade: primeiro, por meio da intimidade e importância que brasileiros dão a carros; e, segundo, pelo diminutivo que é empregado no sentido de conforto / prazer em relação ao clima.

Geralmente, no português do Brasil, o diminutivo é usado profusamente com o sufixo -inho / a. Além do jogo afetivo, o diminutivo pode ser empregado em sentido pejorativo, indicando desprezo, desqualificação ou rebaixamento, como por exemplo “mulherzinha” que quer dizer mulher desqualificada. Mas mesmo assim, sempre a emoção está presente, talvez uma forma presa que alia ao radical o caráter emocional a que o falante se pretende.

Nesse jogo do uso do grau, o afetivo também se instala no aumentativo, já que enaltece e aumenta o valor do que é nomeado. Por exemplo, “um *amigão*” quer dizer um amigo muito próximo ou muito confiável; o que se aumenta é a proximidade a essa pessoa e não o tamanho físico da pessoa indicada como amigo. O aumentativo na língua portuguesa brasileira é muito usado pela derivação com sufixo -ão / ona, tal como “meninona” como forma de engrandecer a menina a qual se refere, é uma menina especial.

Como estamos tratando de usos, e usos linguísticos se manifestam em territórios com suas histórias, contadas e recontadas pelo conto popular, pela mídia etc., não se pode esquecer que muitas combinações lexicais resultam de condicionamentos às histórias que nos rodeiam e que constroem símbolos culturais. O uso do sufixo – aço, no trecho – “Um fazendeiro muito rico. Mataram com quinze *balaços*” –, “balaços” não indica necessariamente apenas o poder material da bala que mata, nem só a bala na mira certa de um superatirador. Construções nominalizadoras também são resultado das histórias em que o léxico se instala. Este “balaço” ocorreu em território brasileiro, onde a violência, mesmo que intensificada pelas notícias midiáticas, é conhecida como parte do identitário brasileiro. O uso do léxico “balaço” não justifica histórias contadas que vão construir a realidade da violência brasileira? Não seria fruto de narrativas que inventam uma tradição de violência? Não seria essa invenção da tradição um “conjunto de práticas, de natureza real ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos de repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado” (Hobsbawm e Ranger apud Hall 2000: 54)? A historialidade e a historicidade ecoa no sentimento de pertença a uma terra violenta.

Junto a sufixos diminutivos e aumentativos, outros recursos de uso afetivo ocorrem, tal como, “*Grande* caminhão”, não só um objeto do qual se é próximo, como também se faz próximo por ser de qualidade. Na calçada da rua, ou seja, no uso corriqueiro, não há como negar, por exemplo, que até o diminutivo se torna base estilística de aumentativo para alcançar mais intensidade. Exemplo: Nossa! Olha a roupa dela! Deve ter dinheiro! Está *pobrinha* de chique. Não há como negar a intensidade no construto identitário do território brasileiro.

A adjetivação também reforça esse perfilamento da intensidade brasileira, demonstrando a relação de proximidade dos brasileiros a carros: “Simca Tufão”, “Gordini Teimoso”, “Chevrolet Pavão”, “Volkswagen 1962”, “caminhão Mercedinho”, “Ford 1956”, “Oldsmobile 1927”, “Volkswagen 1964”, “DKW”, “Galaxie”, “Aero Willys”, “Candango”, “Toyota”. Segundo pesquisas, nomenclaturas dadas aos carros, tais como Tufão, Teimoso, Pavão, Candango etc., são apelidos populares que eram utilizados tanto pelos usuários / consumidores de carros quanto pelas próprias fábricas da época; enfim, um jogo relacional que reforça a intimidade dos brasileiros com carros, até lhes atribuindo propriedades de seres animados.

Outro exemplo da intensidade brasileira está no uso do “bocado”: – “É um *bocado de tempo*, não é, amigo Gedeão? Deu para aprender muita coisa. A respeito de carros, digo. Este que passou não foi um Gordini Teimoso?”. Pelo DPLP, “bocado” (boc- + ado) é usado nos seguintes sentidos: porção de comida que se pode meter numa vez na boca; alguma comida; parte do freio que entra na boca; pouco tempo (só o tempo de comer um bocado); pedaço; *bocado sem osso*: pechincha; coisa excelente; *bom bocado*: bom prato; espécie de bolo feito com doce de ovos. Já no *Houaiss*, há acepções compartilhadas e outras específicas: porção de alimento que cabe na boca; bocada, biró (ex.: o cachorro saiu correndo com um b. de carne na boca); naco que se corta de uma vez com os dentes; pedaço, dentada, mordida (Ex.: engasgou com um b. de queijo); aquilo que serve de alimentação; sustento (Ex.: consegue o seu b. com trabalho); comida saborosa; acepipe, iguaria (Ex.: o efó e o caruru são os melhores b. para os baianos; fração de uma coisa, pedaço, porção (Ex.: um b. de cera); pequena quantidade de algo (Ex.: não lhe dê muito doce, só um b. 4. curto período de tempo (Ex.: fique um b. aqui, descansando); muito, bastante, um tanto (ex.: Hoje andamos um bocado de tempo; Perderam um bocado de dinheiro). O que se percebe é um compartilhar do sentido de porção, pedaço. No entanto, a especificidade brasileira se apropria do sentido ‘parte’, para lhe auferir outros semas indicadores de ‘aumento’, ‘maior’, ‘densidade’. Não estaria aí um atributo de cultura da intensidade que aqui nomeamos de brasilidade? Ou seja, a capacidade de teatralizar e intensificar sentidos? Pelo senso comum ou pelo folclore turístico, dizem que estar em uma excursão brasileira é ouvir gritos, cantos, entusiasmo. Dizem até – Essa excursão só pode ser de brasileiro. Renovamos o questionamento: essa capacidade de intensificar sentidos não refletiria um atributo dos habitantes do território brasileiro?

O atributo de intensidade no uso da língua, constitutivo da identidade lusófona brasileira, também ocorre em outros léxicos: “Um cego? O que pode ter visto um cego?” Estas *bobagens*, sabe como é, amigo Gedeão; Mas como eu ia dizendo: há uns anos atrás mataram um homem a uns dois quilômetros daqui. “Bobagens” mostra o intensificador para minorar a importância da situação; a minoridade poderia resvalar pelo descaso de uma não intensidade, no entanto o descaso pode provocar muito mais intensidade pelas relações de ironia que vão se construindo no discurso de Scliar. De qualquer forma, a intensidade está aí, inquestionável no ato lusófono brasileiro.

### 4. 2 ESTRANHAMENTO

No universo do estranhamento, o lusófono brasileiro reluta diante do uso de alguns léxicos no texto de Cristóvão de Aguiar. Quando se fala em estranhamento não é o sentir da ‘estrangeiridade’, pois continuamos na língua portuguesa que nos dá a identidade de lusófono. O estranhamento é o de não pertencimento a um território com suas simbologias e histórias.

O verbo “tressuar” nos obriga ir ao Dicionário Houaiss para reconhecer o seu sentido mais exato, o que revela estranhamento. Mesmo que possa ter sido uma escolha lexical com enfoque na estética literária, o leitor brasileiro busca a sua relação com o verbo “suar”. Houaiss nos avisa ser um léxico do século XVII (1614), três + suar. O lusófono brasileiro acessa o sentido de “suar copiosamente” e “verter (líquido) como se fosse suor, transudar, expelir” (ex.: tressuava sangue). Já DPLP apenas indica “suar muito”. No uso cotidiano, o lusófono brasileiro não faria a ligação de “três” com o sentido intensificador de “muito” ou “copiosamente”.

40 As autoras tomaram o lugar do representante do falante brasileiro em sua competência comunicativa. Para esclarecimento, as autoras são habitantes da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

## Atas colóquio da lusofonia –

No fragmento, “está a beirar seus meses de vaidade, cachorra de raça pura, brincalhona, estreloçada, toleirona”, dois estranhamentos se processam: a expressão “a beirar” e “estreloçada”. Embora o Dicionário Houaiss, em uma de suas definições, especifique o sentido de “beirar” como “contar aproximadamente” e “aproximar-se”, não é usual a utilização de tal vocábulo para expressão de tempo. Seu uso está para contexto de posição: “deslocar-se à beira de; ir pela margem de; costear, ladear, margear (Ex.: corre a jangada, beirando os recifes); fazer limite (com), confinar (com) (Ex.: a lagoa beira (com) o nosso quintal); contar aproximadamente; abeirar-se de (Ex.: ela já está beirando (pel)os 30 anos); estar a ponto de atingir; aproximar-se de (Ex.: isso beira o desrespeito).

No vocábulo “estreloçada”, o primeiro estranhamento seria com o uso do ditongo “oi”. Como estudantes da linguagem, trocamos o ditongo “oi” pelo “ou”. Mas um falante nativo, não estudioso da linguagem, faria tal troca para chegar ao sentido? Continuamos a busca para esclarecer nosso estranhamento. O DPLP nos apresenta “estrelouçada” significando “barulho de louça de quebrando”. Mais estranhamento, pois estamos no radical “louça” e não “louco” que nos levaria à segurança do sentido de “tresloucada”, ou seja, àquela “cachorra de raça pura, brincalhona, estreloçada, toleirona”. Mesmo que “estreloçada” ou “estrelouçada”, o lusófono brasileiro ficaria com “tresloucada” para chegar ao sentido de “cachorra barulhenta”.

Na questão do uso da sufixação, alguns léxicos nos chamaram atenção – casota e canzoada –: “Numa hora para outra, encher a casota de descendência” e “Louçada seja tanta fertilidade, só mesmo com o curso de três progenitores, todos pais legítimos (assim poderá acontecer com a canzoada)”. Houaiss não nega o léxico “casota”, mas é indicado como de uso incomum, já que o uso brasileiro é “casinha”. Em “canzoada”, Houaiss nos indica os sentidos: agrupamento ou matilha de cães; barulho de cães, canzoeira; súcia de gente ordinária, vil. E, de outro lado, DPLP esclarece: multidão de cães; gente vil; quantidade de dívidas. O contexto nos leva ao termo brasileiro “matilha” ou ao sentido “barulho de cães”. O estranhamento se processa.

### 5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso do reconhecimento, o lusófono brasileiro comum atinge a cultura brasileira pela intensidade e simbologias próprias. E no estranhamento, procura reconhecer seu território, como não o acha, sua identidade fica diluída, não desfeita: diluída pelo estranhamento e construída pelo saber do sistema lusófono. O que salientamos é que o critério de reconhecimento e de estranhamento, na questão de identidade e cultura nacional, é balizado pela pertença a um território, mas sem dúvida há o reconhecimento da lusofonia, ou seja, sua transnacionalidade. A questão da rearticulação sónica é mais complexa, não se restringindo apenas à adaptação fonética e ao recurso de marketing. Segundo Bhabha (1998:240), cultura “é a marca do espaço conflituoso mas produtivo, no qual a arbitrariedade do signo de significação cultural emerge no interior das fronteiras reguladoras do discurso social”. Desse modo, a ideia de cultura iria para além de uma noção canonizada para uma visão da cultura como “produção irregular e incompleta de sentido e valor, frequentemente composta de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato da sobrevivência social” (ibidem).

Torna-se crucial distinguir entre a semelhança e a similitude dos símbolos através de experiências culturais diversas – a literatura, a arte, o ritual musical, a vida, a morte – e da especificidade social de cada uma dessas produções de sentido em sua circulação como signos dentro de locais contextuais e sistemas de valor específicos. (...) O discurso natural(izado), unificador, da “nação”, dos “povos” ou da tradução “popular” autêntica, esses mitos incrustados da particularidade da cultura, não pode ter referências imediatas. A grande, embora desestabilizadora, vantagem dessa posição é que ela nos torna progressivamente conscientes da construção da cultura e da invenção da tradição (Bhabha 1998: 241).

Se entendermos reconhecimento pela *phoné*, a lusofonia habitaria o universo transnacional, o que não significa atingir apenas ao nacional do Brasil e dos Açores. Derrida (1999) talvez nos explique o fenômeno transacional da lusofonia pela propriedade bustrofédica da linguagem. Ou seja, a linguagem é como o arado do boi sulcando a terra linguagem. Seu movimento é de vaivém sem interrupção, da esquerda para direita, da direita para a esquerda. E a cada passagem do arado, novas terras são coladas, mas as antigas não são eliminadas; volta e meia os usos trazem à tona formas reutilizadas. É a ecologia da linguagem:

Trata-se da *escritura por sulcos*. O sulco é a linha, tal como a traça o lavrador: a rota – *via rupta* – cortada pela relha do arado. O sulco da agricultura, também o recordamos, abre a natureza à cultura. E sabe-se também que a escritura nasce com a agricultura, que não se dá sem a sedentarização (...). Ora, como procede o lavrador? Economicamente. Chegando ao fim do sulco, ele não volta ao ponto de partida. Dá meia volta ao arado e ao boi. Depois, parte novamente, em sentido inverso. Poupança de tempo. De espaço e de energia. Melhoria do rendimento e diminuição do tempo de trabalho. A escritura *de volta de boi – bustrofédon* - (Derrida, 1999: 351-352).

A linguagem, então, pode ser configurada como um movimento que sulca seu terreno (re) semeando seus produtos de significação e que vai deixando resíduos, pois seu caminhar é econômico e seu movimento ininterrupto. Sulcos pressupõem marcas e traços e ecologia tem por quesito fundamental o reaproveitamento.

E na ecologia da linguagem que a unidade lusófona se processa, cujos reconhecimentos e estranhamentos são da ordem da territorialização. Diferenças territoriais que nos dão especificidades identitárias, identificações necessárias para o construto identitário de uma cultura nacional. No entanto o sentido de pertença a falantes lusófonos continua. É a riqueza ecológica da língua portuguesa que nos habita.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, Cristóvão de. (2008) *Cães Letrados*. Portugal: Calendário.  
Bhabha, Homi. (1998) *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.  
Derrida, J. (2002) *O animal que logo sou*. São Paulo: Editora UNESP.  
*Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP)*. (2008). Disponível em: <http://www.priberam.pt/DLPO/>  
\_\_\_\_\_. (1999) *Gramatologia*. 2ª. ed. São Paulo, Editora Perspectiva.  
Haesbaert, R. (2006) *O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” a multiterritorialidade*. São Paulo: Bertrand Brasil.  
Hall, Stuart. (2000) *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.  
Houaiss, A. (2009) *Dicionário Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva.  
Scliar, Moacyr. (1984) “Cego e amigo Gedeão à beira da estrada” In: *Para gostar de ler - Contos*. Volume. 9, São Paulo: Ática, p. 26-30.  
Vattimo G. (s / d) *O fim da modernidade – nihilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. Rio de Janeiro: Presença.

### 14. ELIS CARDOSO E



**ELIS DE ALMEIDA CARDOSO** é mestre e doutora em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde atua como professora na área de Filologia e Língua Portuguesa (graduação e pós-graduação). Ministra na graduação as disciplinas *Introdução ao Estudo de Língua Portuguesa* (variações linguísticas, ensino da língua e história da língua) e *Morfologia do português* (estrutura

e formação de palavras) e, na pós-graduação, as disciplinas *A criação lexical no texto literário* e *O léxico em discursos específicos: aspetos ideológicos*. Tem desenvolvido pesquisas nas áreas de Morfologia, Lexicologia e Estilística. É autora de vários artigos científicos, que exploram, sobretudo, a formação neológica e os aspetos expressivos da criatividade lexical, e do capítulo do livro *A língua que falamos* (São Paulo, Globo, 2005) intitulado *A formação histórica do léxico da Língua Portuguesa*. É uma das organizadoras do livro *Modelos de Análise Linguística* (São Paulo, Contexto, 2009) e autora do capítulo *A poesia: escolha lexical e expressividade*. Orienta em nível de mestrado e doutorado e coordena o projeto de pesquisa *Criação lexical estilística*, desenvolvido na USP com a participação de mestrandos e doutorandos. Integra a comissão coordenadora do programa de pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa. No início de 2009, concluiu seu estágio pós-doutoral, realizado na Universidade de Lisboa.

#### 15. ALESSANDRA IGNEZ

**ALESSANDRA FERREIRA IGNEZ** é mestre e doutoranda em Letras, na área de Filologia e Língua Portuguesa, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Dedicou-se no mestrado e dedica-se, atualmente, no doutorado à pesquisa da expressividade alcançada por criações lexicais em textos literários. Sua pesquisa envolve três áreas: Morfologia, Estilística e Lexicologia. Integra o projeto de pesquisa "Criação Lexical Estilística", na USP

### SINOPSE - TEMA 2.4. A EXPRESSIVIDADE DOS NEOLOGISMOS NA LITERATURA BRASILEIRA ELIS DE ALMEIDA CARDOSO E ALESSANDRA IGNEZ (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

No discurso literário, percebe-se que existe uma outra forma de criação lexical, fundada sobre a pesquisa da expressividade da palavra para traduzir ideias não originais de uma maneira nova ou para exprimir de forma inédita uma certa visão pessoal do mundo. Essa forma de criação pela qual se fabrica uma matéria linguística nova e uma significação diferente do senso mais comum é, segundo Guilbert, própria dos escritores.

A expressão literária constitui um nível particular da língua, que se opõe a outros níveis. Nela a fantasia verbal para a criação é mais livre. Embora seja possível, é mais difícil um neologismo literário vir a fazer parte do léxico da língua. Continuará sendo, na maioria das vezes, uma lexia virtual que se presta a um momento, a uma obra, a um autor.

Este trabalho tem por objetivo mostrar que a neologia estilística, ou literária, está ligada à originalidade de expressão do indivíduo criador, à sua facilidade para criar, à sua liberdade de expressão. Serão analisados os processos de formação de neologismos literários encontrados em textos dos maiores representantes do Modernismo brasileiro. Pretende-se verificar o comportamento das criações lexicais literárias, seu valor expressivo, sua produtividade e permanência no léxico e sua significação no contexto em que se inserem.

#### 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em nossos dias, a imprensa é a grande responsável pelo lançamento de criações lexicais. Elas acabam por vir à tona com tanta naturalidade que, muitas vezes, os falantes-ouvintes nem se dão conta de que estão diante de um novo vocábulo. As palavras novas, quando usadas com grande frequência, fazem com que desapareça rapidamente um possível choque da novidade, tornam-se conhecidas e sofrem o processo de desneologização. Depois que se integram no vocabulário usual, acabam por tornar-se, muitas vezes, símbolos de certo momento histórico ou de certos grupos sociais.

Há, entretanto, criações que surgem com um objetivo específico, são válidas para aquele determinado momento e dificilmente chegarão a fazer parte do dicionário de língua. São as criações literárias com objetivo estilístico. Chamadas por Guilbert (1975:41) de *criações neológicas estilísticas*, elas se apoiam na expressividade, pois, traduzindo ideias não originais de uma maneira nova, exprimem, de forma inédita, uma certa visão pessoal de mundo. A criação lexical estilística marca seu autor e sua época. A esse respeito, expressa-se Barbosa (1981:77-8) nos seguintes termos:

*Ao contrário do que sucede com a transformação fonética e a mutação do sistema gramatical, cuja origem se situa indistintamente na coletividade, a criação lexical deve ser situada, por um lado, numa determinada época, em virtude de sua pertinência à história do léxico, ligada à história da sociedade, e por outro, vista em função da individualização das criações feitas por locutores identificados na comunidade linguística.*

Dessa forma, essas criações lexicais trazem ao texto um efeito especial porque fogem do uso comum da língua e ganham vida em um momento exclusivo.

Segundo Câmara Jr. (1985:63), as criações lexicais "mostram, não obstante, quão fundo, na linguagem, penetra a atividade estilística e como os impulsos da manifestação e do apelo podem insinuar-se até nesse âmbito da consubstanciação linguística dos conceitos, em que pela intuição intelectual se plasma o léxico da língua".

Pensando exatamente nesse tipo de criação lexical, tentamos mostrar alguns dos processos neológicos utilizados na literatura brasileira. Optamos por trabalhar com autores modernistas e concretistas. A escolha ocorre devido ao fato de as criações lexicais terem presença significativa na literatura brasileira, principalmente, a partir do Modernismo. Como assinala Martins (1997, p. 113), no Modernismo, o gosto pelos neologismos compostos e derivados é acentuado. Além disso, sabe-se que os concretistas também exploram com afinco o léxico virtual para obterem efeitos inusitados em seus textos.

#### 2. TIPOLOGIA DAS CRIAÇÕES LEXICAIS LITERÁRIAS

A expressão literária constitui um nível particular da língua, que se opõe a outros níveis. Nela a fantasia verbal para a criação é mais livre. Embora seja possível, é mais difícil uma criação poética vir a fazer parte do léxico da língua. Continuará sendo, na maioria das vezes, uma lexia virtual que se presta àquele momento específico, àquela obra específica, àquele autor específico. Entretanto, a análise dessas criações se faz importante, na medida em que refletem as potencialidades de renovação lexical e despertam no leitor diversas reações devido aos seus efeitos sugestivos e inusitados.

Os neologismos literários são, via de regra, palavras abstratas, diferentemente, na maioria das vezes, dos que surgem na língua padrão e dos tecnologismos. Essas criações lexicais trazem ao texto um efeito especial porque fogem do uso comum da língua e ganham vida em um momento exclusivo.

As criações lexicais literárias obedecem, como qualquer nova formação, às regras estabelecidas pela língua. Encontramos neologismos fonológicos, morfológicos e semânticos, além dos empréstimos linguísticos. Muitos são resultado de modismos da época em que foram criados. Por se tratar de obra literária, muitas vezes o autor, além de criar, aproveita-se da liberdade do espaço gráfico para truncar palavras, escrevê-las de forma invertida, espacejadas, apenas com letras maiúsculas, etc. Trata-se de recursos gráficos que ressaltam a expressividade daquela determinada palavra. Não há, portanto nenhum processo novo, o que quer dizer que o escritor não rompe com a norma, apenas contribui para a ampliação lexical, mesmo que seja uma ampliação apenas estilística e expressiva.

#### 3. A EXPRESSIVIDADE DAS ONOMATOPEIAS

Na produção onomatopaica há uma sequência inédita de fonemas, motivada por um som que se quer representar linguisticamente. É, portanto, a transposição de gritos e ruídos (língua inarticulada) na língua articulada de forma apenas aproximativa. Daí seu caráter convencional, que possibilita que as onomatopeias sejam apreendidas.

Nos textos literários, é comum que autores se utilizem das onomatopeias tanto as puras, quanto as lexicalizadas, para criar certo efeito de sentido.

Segundo Barbosa (1981:181-3), além de procurar representar o som produzido pelo referente, descrevendo-o o mais fielmente possível - *onomatopeia denotativa* - um autor pode tentar reproduzir um barulho inédito com uma onomatopeia que contenha alterações ou adaptações fonéticas que traduzem a interpretação pessoal de um determinado som. Nesse caso, tem-se uma *onomatopeia conotativa*.

## Atas colóquio da lusofonia –

As onomatopeias propriamente ditas ou denotativas são definidas dentro de uma determinada comunidade linguística e são largamente utilizadas nas falas infantis e histórias em quadrinhos. Algumas, lembra Martins (1997:49), “são exatamente correspondentes às estruturas das palavras significativas da língua (*dlin-dlão*), outras apresentam combinações de fonemas que não ocorrem nas palavras do idioma (*tchibum, trrrim*)”.

A onomatopeia lexicalizada pode ser encontrada de forma extremamente original. É o que se percebe com a criação da forma verbal *clapeclape*, no poema *Hora mágica*, de Carlos Drummond de Andrade (2002: 904):

*Pés contentes na manhã de março.*

*Ó vida! Ó quinta-feira inteira!*

*pisando a areia que canta, o barro que clapeclape,*

*a poça d'água que rebrilha.*

Ao usar essa onomatopeia por reduplicação, o autor cria um verbo (*clapeclaper* ou *clapeclapir*?) para transmitir a sua impressão pessoal do som do pisar no barro. A criação, na verdade, transmite ao leitor uma mistura de sensação tátil e auditiva. Se a areia canta e a poça d'água rebrilha, o barro *clapeclape* ao contato dos pés contentes.

As onomatopeias puras criadas por escritores ficam, segundo Martins (1997:48) “frequentemente restritas a um único emprego ou a poucos mais”. De certa forma elas acentuam a originalidade do autor e são responsáveis, sobretudo por despertar no leitor sensações auditivas e a partir delas, táteis e visuais. Dentre os muitos exemplos de onomatopeias criadas por Guimarães Rosa, cita-se este, extraído da obra *Manuelzão e Miguilim* (1972:18):

*Tinha dado o vento, caíam uns pingos grossos, chuva quente (...)* O vento vuvo: viív ..., viív ...

Oswald de Andrade, em *Memórias sentimentais de João Miramar*, também faz usos onomatopaicos. A onomatopeia pura é encontrada no capítulo *Bar* (1997: 78):

*Dez horas da noite, o relógio farto batia dão! ! dão! ! dão! ! dão! ! dão! !*

O uso de *dão! ! dão! ! dão! ! dão! ! dão! !* representa as batidas do relógio às dez da noite. O relógio estava farto, pois havia trabalhado o dia todo, sendo assim o som nasal de *ão* é importante para o contexto, pois sugere uma batida que se arrasta, que causa enfado no leitor e que representa o tédio e o cansaço do relógio.

Após essa análise, percebe-se que o uso das onomatopeias no texto literário é bastante expressivo. Se Drummond afirma que a criação é uma luta com a linguagem e com as palavras, é porque tem consciência de que as criações literárias ocorrem através da maneira particular de utilizar a língua, ou seja, desviando-se da norma e, assim, criando um estilo próprio, um léxico individual.

## 4. OS PROCESSOS DERIVACIONAIS

As criações neológicas estilísticas formadas por prefixação, na grande maioria das vezes, seguem as mesmas regras de construção utilizadas para a formação dos neologismos denotativos. A expressividade surge, então, quando se espera um prefixo e é utilizado outro, manifestando-se o rompimento do bloqueio lexical, ou quando na nova formação o prefixo adquire um outro significado, ou ainda quando a união entre o prefixo e a base não é previsível gramatical ou semanticamente.

Carlos Drummond de Andrade, no poema *Letra amarga para modinha* (2002:358) une o prefixo *a-* à base substantiva *gosto*, formando *a-gosto*, palavra bloqueada por *desgosto* (falta de gosto, aborrecimento) e *contragosto* (o que contraria o gosto, constrangimento).

*Quando contemplo teu rosto*

*este amor a contragosto*

*fermenta de ácido mosto*

*e no meu rosto de couro,*

*no meu cavername rouco*

*um dó de mim, um a-gosto*

*me punge, queima de agosto.*

Conforme o título avisa, a letra para a modinha é amarga; logo, uma carga de negatividade pode ser encontrada nas palavras escolhidas. O poeta inicia o texto com o verso “Gosto de ti com desgosto”. Ao formar *a-gosto*, estabelece um jogo de palavras: *gosto, desgosto, contragosto, a-gosto, agosto*. Uma vez que a *ausência de gosto* a que o poeta se refere já é vislumbrada nas palavras *desgosto* e *contragosto*, atestadas, Drummond, para acentuar essa ausência e essa negação, cria *a-gosto* e faz um jogo com *agosto* (mês), indicando quando ocorre essa, denominada por ele, “queima” interior.

No mesmo poema, encontra-se a criação lexical anti-rostos. Com valor de “ser contrário a” o prefixo *anti-* é muito produtivo na língua hoje e seleciona bases nominais. Gramaticalmente *anti-rostos* é, portanto, uma formação possível, mas semanticamente não. É desejável algo antirrugas, anti-sinais, anti-cicatrices, mas ninguém deseja algo anti-braços, anti-pernas, anti-orelhas. O *anti-rostos* é, pois, a negação do rosto. Como o próprio título do poema sugere, é o amargor que predomina no coração do poeta. O rosto contemplado é um *anti-rostos*, pois só traz desgosto, contragosto e sofrimento. Os males causados ao poeta por essa pessoa resumem-se no prefixo *anti-*.

*Se te contemplo, em teu rosto*

*não me contemplo a meu gosto*

*pois teu semblante está posto*

*numa linha de sol-posto*

*em que por dentro me morro.*

*Morro de ver em teu rosto*

*o fel de teu anti-rostos.*

Na obra *Galáxias* (2004: 50), de Haroldo de Campos, o prefixo *des-*, une-se ao verbo *primaverar*, no excerto a seguir:

*fecho encerro reverbero aqui me fino aqui me zero não canto não conto*

*não quero anoiteço desprimaverar me libro enfim neste livro neste voo*

Na tentativa de encerrar a escrita, o enunciador diz que termina a obra e que não vai mais cantar. É criado o verbo *desprimaverar* para sugerir que o poeta finda o seu trabalho. O verbo *primaverar* indicaria nascimento, o surgimento de flores, frutos, entretanto *desprimaverar* indica o seu oposto, e no contexto, significa o fim do canto. O prefixo *des-* tem o sentido de ação contrária e agregado à base *primaverar* mostra a negação dessa ação. Tal criação está em harmonia com outras palavras e expressões do contexto que sugerem o término da escrita: *fecho, encerro, fino, zero, não canto, não conto, anoiteço*.

A derivação sufixal é um processo extremamente produtivo na formação de novos vocábulos, pois o sufixo atribui à palavra a que se associa uma nova ideia e, com frequência, altera-lhe a classe gramatical. Os sufixos podem ser classificados em verbais ou nominais. Há também o sufixo adverbial *-mente*, que se une a uma base adjetiva no feminino, formando um advérbio que exprime ideia de qualidade, de quantidade ou medida, ou de relação de tempo ou lugar.

Buscando impactar o leitor, Haroldo de Campos, em *Galáxias* (2004: 07), une o sufixo *–mente* à base *sempre*, que é um advérbio de tempo ou que pode ser interpretada como um substantivo (o sempre), indicando o tempo passado e futuro.

*(...) o livro se escreve nesse pasmado branco disparo de trem cortando rente cortando em frente sempremente (...)*

Analisando-se a criação, observa-se que o trabalho do poeta é contínuo, eterno, isto é, segue em frente. Para sugerir a ideia de escrita incessante que corta o branco da página, o advérbio *sempre* se faz insuficiente para a necessidade expressiva do autor, que, então, cria *sempremente*. O advérbio *sempre* já tem o sentido de modo eterno, mas, nesse contexto, o sufixo *–mente* reforça a noção de modo e, agregado à base, reforça a ideia de eternidade. Além disso, a agregação do sufixo à base aumenta o volume da palavra, o que sugere a extensão da eternidade, do sempre.

Oswald de Andrade é outro autor que explora o uso de sufixos em sua obra *Memórias sentimentais de João Miramar*. O autor tem uma preferência por formar adjetivos e verbos a partir da derivação sufixal. No capítulo *Botafogo etc.* (1997: 66), encontram-se as formações *beiramarar* e *bandeiranacionalizar*:

*Beiramarávamos [Miramar e Célia] em auto pelo espelho de aluquel arborizados das avenidas marinhas sem sol.*

*Losangos ténues de ouro bandeiranacionalizavam o verde dos montes interiores.*

*No outro lado azul da baía a Serra dos Órgãos serrava.*

*Barcos. E o passado voltava na brisa de baforadas gostosas. (...)*

Nesse capítulo, o narrador fala sobre sua lua-de-mel no Rio de Janeiro. A fim de mostrar que estava à beira-mar, cria, a partir da composição *beiramar*, o verbo *beiramarar*, que passa a dar dinamicidade à cena, sugerindo que o casal passeava à beira-mar, além de sugerir que Miramar e Célia, esposa do narrador-personagem, estavam amando, sugestão essa provocada pela leitura o verbo *amar* dentro do verbo criado (*beiramarar*). A criação suscita no leitor a ideia de amor, de lua-de-mel à beira-mar, sendo, portanto, condizente com o conteúdo romântico do capítulo.

Para o contexto, o autor também cria *bandeiranacionalizar*, a partir da composição *bandeiranacional*, a fim de retratar o cenário visto pelo narrador, que evoca a bandeira nacional brasileira. No Rio de Janeiro, ele vê, nas matas dos montes, os losangos ténues de ouro, que podem ser entendidos como raios de sol muito fracos, refletidos, o que o faz lembrar a bandeira de seu país. Notemos que a construção *losangos ténues de ouro* representa também as riquezas naturais do Brasil. Além disso, é válido dizer que o narrador faz menção à cor azul, também existente na bandeira brasileira.

Haroldo de Campos também faz largo uso de neologismos formados a partir do processo de derivação sufixal. No seguinte fragmento de Galáxias (2004: 04), além de várias criações lexicais, encontra-se o substantivo *jornalário*:

*no jornalário no horáriodiáriosemanáriomensárioanuário jornalário*

*moscas pousam moscas iguais e foscas feito moscas iguais e foscas feito*

*foscas iguais e moscas no jornalário o tododia entope como um esgoto e*

*desentope como um exgoto e renova mas não é outro (...)*

Nesse trecho, o enunciador apresenta ao leitor o local de seu trabalho, que possivelmente é um jornal, chamado por ele de *jornalário*. Observa-se que, além de manter um jogo sonoro com outra palavra, o sufixo *-ário* não assume uma conotação positiva nesse contexto, o que faz com que esse valor não apreciativo se estenda a toda a palavra. Essa formação por sufixação mostra dentro do contexto a insatisfação do enunciador em relação ao seu trabalho monótono e repetitivo no local.

Por meio da composição por justaposição *horáriodiáriosemanáriomensárioanuário*, em que há a justaposição de cinco bases, o leitor infere que o tempo e os dias passados no jornalário parecem ser iguais e longos. A monotonia, e a falta de surpresa provocam um sentimento de que os dias se repetem ao longo das semanas, dos meses e do ano, fazendo com as publicações tragam coisas repetidas. A forma extensa desse neologismo também pode expressar junto ao seu significado a noção de prolongamento e extensão de tempo. O composto *tododia* também indica que os dias se repetem, que o enunciador vive em uma rotina, na qual todo dia tem de fazer as mesmas coisas.

A criação por prefixação *exgoto* está consoante com o desejo do enunciador de expressar sua insatisfação. Ela faz um jogo com a palavra *esgoto*. No fragmento, o enunciador diz que “o tododia entope como um esgoto e desentope como um exgoto”, levando o leitor a entender que a rotina, a monotonia entediam-no, fazendo-o acumular suas frustrações e seu tédio. Esse acúmulo é comparado ao entupimento de um esgoto. No entanto, o enunciador diz que é tal esgoto é desentupido como um *exgoto*. Pode-se entender que além da homonímia (*esgoto / exgoto*), o autor cria um novo efeito de sentido com junção do prefixo *ex-* à base *goto* (*glote*). O objetivo é exteriorizar pela glote, ou seja, colocar pela garganta fora tudo aquilo que o incomoda.

Nas derivações estilísticas formadas por sufixação, assim como ocorre com as formadas por prefixação, o rompimento do bloqueio lexical é grande responsável pela obtenção da expressividade. Parece, entretanto, que o uso de um sufixo pelo outro faz com que haja sempre uma analogia com outra palavra formada por aquele determinado sufixo. Ao usar *tristidão* no lugar de *tristeza*, Carlos Drummond de Andrade provoca no leitor o chamado estranhamento pela novidade. Espera-se sufixo nominal *-eza* (*tristeza*) e não o sufixo *-idão*. O uso de *-idão* faz com que se associe a ideia de tristeza à ideia de solidão, amplidão, imensidão, vastidão. A tristeza, portanto, é aumentada e levada ao infinito.

No contexto do poema *O ator* (2002: 895), isso é perfeitamente explicado porque o poeta conta-nos a história de seu avô, que reencontra um escravo fugido atuando em um espetáculo. O avô entra em cena, acaba com a apresentação e recupera seu escravo fugido. Após a cena, as pessoas se retiram e a noite fica muito triste. Nas palavras do poeta:

*Era uma vez um artista*

*pelo berço mui dotado.*

*Ficou a noite mais triste*

*na tristidão do calado.*

## 5. A COMPOSIÇÃO SINTAGMÁTICA

Um dos processos de criação de palavras mais produtivos é a composição, que consiste na combinação de, pelo menos, duas bases lexicais já existentes na língua. A palavra composta resultante dessa combinação possui um sentido autônomo, que se distancia do sentido veiculado por seus componentes, chegando, em alguns casos, a se distanciar totalmente. Alves (2002: 41) já assinala que os compostos funcionam morfológica e semanticamente como um único elemento. Lapa (1998: 82) também afirma que as partes que formam as palavras compostas “perdem seu próprio valor em benefício do conjunto”. Haja vista, por exemplo, *mesa-redonda*, palavra cujo significado se afastou do de suas partes integrantes, assumindo um caráter autônomo.

A palavra composta pode condensar uma frase feita, um sintagma ou uma locução. Vale lembrar também que existem dois tipos de composição: a por justaposição e a por aglutinação. No primeiro caso, os elementos são justapostos e mantêm a sua integridade morfofonológica. Já no segundo, as unidades lexicais se fundem num todo fonético, com um único acento tônico, podendo a primeira base do composto perder alguns elementos fonéticos: acento tônico, vogais ou consoantes (KEHDI, 1997: 36).

A atualização frequente de uma criação composta pelos usuários de uma língua em diversos contextos de enunciação pode fazer com que seja perdida a consciência da motivação que gerou o neologismo. Entretanto, os neologismos literários, como possuem seu uso restrito a uma obra, possuem motivação transparente para o leitor, gerando surpresa e expressividade

A expressividade alcançada por compostos é um assunto estudado por muitos pesquisadores do estilo. Martins (1997: 122-3), por exemplo, afirma que a formação das palavras compostas é mais motivada que a dos derivados e que tal motivação, muitas vezes, está fundada na formulação de uma metáfora ou de uma metonímia. Cardoso (2006: 160) enfatiza que os compostos podem sintetizar uma frase, uma locução, um sintagma, dando ao texto mais agilidade e expressividade. Cressot (1980: 25), por sua vez, assevera que, não raro, os escritores de textos literários tentam adaptar o volume da palavra à sua ideia. O autor admite “que os investigadores, preocupados em anotar não só os fatos como a sua visão pessoal sobre eles, tenham visto, na redução ou no aumento do volume da palavra, um meio de tradução mais fiel do *quid proprii* da sua sensação”.

Haroldo de Campos, como já se percebeu, gosta de brincar com a forma das palavras. No exemplo abaixo, retirado de Galáxias (2004:10), existem dois neologismos compostos que, tanto pelo sentido quanto pela forma, dão a ideia de grande quantidade.

*(...) aqueles brutos*

*blondos bárbaros massacraram todos os juden de praga agora uma sinagoga*

*uma parede (...) nomessobrenomessobrenomessob sobre*

*nomes e são todos os mortos todos os milmuitosmortos como um arabesco*

Nesse trecho, o enunciador fala sobre uma sinagoga em Praga, a qual tem em uma de suas paredes o nome de cerca de setenta e sete mil judeus assassinados por nazistas. A fim de retratar essa grande quantidade de nomes, o autor cria *nomessobrenomessobrenomessob sobre*. É válido mencionar que o leitor pode entender, a partir dessa composição, que lá há nomes e sobrenomes, mas, além disso, pode entender que existem nomes sobre e sob nomes, isto é, uma montanha de nomes. O enunciador também diz que esses nomes são dos vários mortos e, para expressar essa ideia de diversas vítimas, produz *milmuitosmortos*, que, tanto por meio de seu significado quanto por sua forma, retrata o grande número de pessoas assassinadas. Observa-se que, nos dois casos, a extensão da lexia sugere a noção de grande quantidade.

## Atas colóquio da lusofonia –

Compostos metafóricos são muito comuns nos textos literários. A metafórica *ave-problema*, associada à dúvida do poeta Emílio Moura a quem Carlos Drummond de Andrade dedica o poema *O poeta irmão* (2002:759), esvoaça. A relação de ideias entre a dúvida e a *ave-problema* é extremamente expressiva. Como algo que gira em torno de Emílio Moura, atormentando-o, as dúvidas só são explicadas pelo amor que “responde ao poeta”:

*Alma que interroga. Ao mundo todo interroga, constante.  
Há um impasse de ser, na graça de sentir.  
E não se basta o homem. Ave-problema, esvoaça  
a dúvida de Emílio Moura.*

No poema *O filho pródigo* (2000: 47-9), Murilo Mendes compara *tios* e *primos* com *minerais* e *catos*. A comparação deixa claro o sentimento que o “filho pródigo” tem pelo que ele chama de outros, os tios e os primos, a quem compara com minerais – sem sentimentos – e catos – planta que vive na secura, cheia de espinhos.

*Meu irmão:  
"Não te comoves ao ver  
A cara da tua amiga namorada?"  
Então olho de fato para Maria:  
"O movimento atual de tuas ancas..."  
Nos retratos da sala de espera  
Flutuam cabeleiras de amadas dos outros.  
Os outros: tios-minerais, primos-catos...  
"Sim! Nunca mais nos veremos,  
Ó primas e tias de outrora;  
..."*

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, diz-se que as criações lexicais literárias ou estilísticas se comportam de maneira diferente das demais criações. Apresentam apenas um valor expressivo naquele momento e naquele texto. Cumprido o seu papel expressivo, tendem ao esquecimento. Motivam-se a cada leitura. Dificilmente passam a integrar o léxico da língua. Entretanto, têm um valor enorme porque vêm mostrar que, além de a criação ter um fundo prático e necessário, ela também pode surgir como um simples valor expressivo, ou lúdico. O poeta, usando determinadas formações, consegue o que a maioria dos falantes de uma determinada língua não vai conseguir nunca, ou seja, arrancar lágrimas, suspiros, sorrisos e, enfim, a admiração do grande público. É aí que se percebe que a língua se presta, sim, à comunicação, mas também é através dela que se encontra espaço para a emoção.

Quanto à sua significação, pode-se dizer que existe algo que lhes imprime determinada constância e impede seu emprego arbitrário. Trata-se de seu significado fundamental, composto pelo conjunto de semas dessa determinada palavra. Por mais complexa que seja a gama de variações semânticas, há sempre um núcleo semêmico que evita que se caia em uma incompreensão total de seu significado. Essas criações são espontâneas e, por mais efêmeras que sejam, são inusitadas e, por isso, expressivas. Com elas, os autores imprimem à sua poesia uma marca própria; inventando sua linguagem, dão ao texto originalidade; indo além dos limites do que se considera “aceitável”, fixam-se no tempo e no espaço.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, I.M. (2002) *Neologismo - Criação lexical*. São Paulo: Ática.  
ANDRADE, C. D. (2002) *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.  
ANDRADE, O. de (1997) *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo  
BARBOSA, M.A. (1981) *Léxico, produção e criatividade: processos de neologismo*. São Paulo: Global.  
BASÍLIO, M. (1987) *Estruturas lexicais do português*. São Paulo: Ática.  
CÂMARA JR., J.M. (1985) *Contribuição à estilística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico.  
CAMPOS, H. de (2004) *Galáxias*. São Paulo: Ed. 34.  
CARDOSO, E.A. (2006) “Os compostos do tipo substantivo+substantivo e sua expressividade na poesia de Drummond” in *Polifonia*, Vol 12, nº 1. Cuiabá: Editora Universitária.  
CRESSOT, M. (1980) *O estilo e as suas técnicas*. Lisboa: Edições 70.  
GUILBERT, L. (1975) *La créativité lexicale*. Paris, Larousse.  
KEHDI, V. (1997) *Formação de palavras em português*. São Paulo: Ática.  
LAPA, M.R. (1998) *Estilística da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes.  
MARTINS, N.S. (1997) *Introdução à Estilística*. São Paulo: T.A. Queiroz.  
MENDES, M. (2000) *Os melhores poemas de Murilo Mendes*. São Paulo: Global.  
ROSA, J. G. (1972) *Manuelzão e Miguilim*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.  
SANDMANN, J. A (1991) *Competência lexical*. Curitiba: Ed. da UFPR.

## 16. EVANILDO BECHARA

**EVANILDO CAVALCANTE BECHARA** nasceu no Recife (PE), em 26 de fevereiro de 1928.

Aos onze para doze anos, órfão de pai, transferiu-se para o Rio de Janeiro, a fim de completar sua educação em casa de um tio-avô.

Desde cedo mostrou vocação para o magistério, vocação que o levou a fazer o curso de Letras, modalidade Neolatinas, na Faculdade do Instituto Lafayette, hoje UERJ, Bacharel em 1948 e Licenciado em 1949.

Aos quinze anos conheceu o Prof. Manuel Said Ali, um dos mais fecundos estudiosos da língua portuguesa, que na época contava entre 81 e 82 anos.

Essa experiência permitiu a Evanildo Bechara trilhar caminhos no campo dos estudos linguísticos. Aos dezessete, escreve seu primeiro ensaio, intitulado *Fenômenos de Intonação*, publicado em 1948, com prefácio do filólogo mineiro Lindolfo Gomes.

Em 1954, é aprovado em concurso público para a cátedra de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II e reúne no livro *Primeiros Ensaios de Língua Portuguesa* artigos escritos entre os dezoito e vinte e cinco anos, saídos em jornais e revistas especializadas.

Concluído o curso universitário, vieram-lhe as oportunidades de concursos públicos, que fez com brilho, num total de onze inscritos e dez realizados.

Aperfeiçoou-se em Filologia Românica em Madri, com Dámaso Alonso, em 1961 / 1962, com bolsa oferecida pelo Governo espanhol.

Doutor em Letras pela UEG (atual UERJ), em 1964.

Convidado pelo Prof. Antenor Nascentes para seu assistente, chega à cátedra de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UEG (atual UERJ) em 1964.

Professor de Filologia Românica do Instituto de Letras da UERJ, de 1962 a 1992.

Professor de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFF, de 1976 a 1994.

Professor titular de Língua Portuguesa, Linguística e Filologia Românica da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988.

#### Atas colóquio da lusofonia –

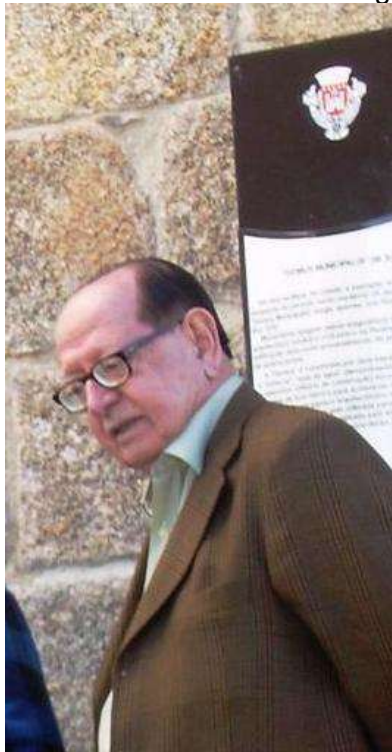
Professor de Língua Portuguesa e Filologia Românica em IES nacionais (citem-se: PUC-RJ, UFSE, UFPB, UFAL, UFRN, UFAC) e estrangeiras (Alemanha, Holanda e Portugal).

Em 1971-72 exerceu o cargo de Professor Titular Visitante da Universidade de Colônia (Alemanha) e de 1987 a 1989 igual cargo na Universidade de Coimbra (Portugal).

Professor Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1994) e da Universidade Federal Fluminense (1998).

Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra (2000). Distinguido com as medalhas José de Anchieta e de Honra ao Mérito Educacional (da Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro), e medalha Oskar Nobiling (da Sociedade Brasileira de Língua e Literatura).

Foi convidado por acadêmicos amigos para candidatar-se à Academia Brasileira de Letras, na vaga do grande Mestre Afrânio Coutinho, na alegação de que a instituição precisava de um filólogo para prosseguir seus deveres estatutários no âmbito da língua portuguesa.



É o quinto ocupante da Cadeira nº 33 da Academia Brasileira de Letras, eleito em 11 de dezembro de 2000, e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sérgio Corrêa da Costa.

Foi Diretor Tesoureiro da Instituição (2002-2003) e Secretário-Geral (2004-2005). Criou a Coleção Antônio de Moraes Silva, para publicação de estudos de língua portuguesa, e é membro da Comissão de Lexicologia e Lexicografia e da Comissão de Seleção da Biblioteca Rodolfo Garcia.

Entre centenas de artigos, comunicações a congressos nacionais e internacionais, Bechara escreveu livros que já se tornaram clássicos, pelas suas sucessivas edições.

Diretor da revista *Littera* (1971-1976) – 16 volumes publicados; da revista *Confluência* (1990-2005) – até agora com 30 volumes publicados.

Orientador de dissertações de Mestrado e de teses de Doutorado no Departamento de Letras da PUC-RJ, no Instituto de Letras da UFF e no Instituto de Letras da UERJ, desde 1973.

Membro de bancas examinadoras de dissertações de Mestrado, de teses de Doutorado e de Livre-Docência na Faculdade de Letras da UFRJ, no Instituto de Letras da UERJ e em outras IES do país, desde 1973.

Membro de bancas examinadoras de concursos públicos para o magistério superior no Instituto de Letras da UFF, Instituto de Letras da UERJ e Departamento de Letras da USP, desde 1978.

Foi Diretor do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, de 1974 a 1980 e de 1984 a 1988;

Secretário-Geral do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, de 1965 a 1975;

Diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, de 1976 a 1977;

Membro do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, de 1978 a 1984;

Chefe do Departamento de Filologia e Linguística do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, de 1981 a 1984;

Chefe do Departamento de Letras da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988.

Membro titular da Academia Brasileira de Filologia, da Sociedade Brasileira de Romanistas, do Círculo Linguístico do Rio de Janeiro.

Membro da Société de Linguistique Romane (de que foi membro do Comitê Scientifique, para o quadriênio 1996-1999) e do PEN Clube do Brasil.

Sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Foi eleito por um colegiado de educadores do Rio de Janeiro, uma das dez personalidades educacionais de 2004 e 2005.

A convite da Nova Fronteira integra o Conselho Editorial dos diversos volumes do Dicionário Caldas Aulete.

Em 2005 foi nomeado membro do Conselho Estadual de Leitura do Rio de Janeiro e da Comissão para a Definição da Política de Ensino, Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa, iniciativa do Ministério da Educação.

#### **Dentre suas teses universitárias contam-se os seguintes títulos:**

**A Evolução do Pensamento Concessivo no Português (1954),**

**O Futuro em Românico (1962),**

**A Sintaxe Nominal na Peregrinatio Aetheriae ad Loca Sancta (1964),**

**A Contribuição de M. Said Ali para a Filologia Portuguesa (1964),**

**Os Estudos sobre Os Lusíadas de José Maria Rodrigues (1980),**

**As Fases Históricas da Língua Portuguesa: Tentativa de Proposta de Nova Periodização (1985).**

Autor de dezenas de livros, entre os quais a *Moderna Gramática Portuguesa*, e diretor da equipe de estudantes de Letras da PUC-RJ que, em 1972, levantou o corpus lexical do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, sob a direção geral de Antônio Houaiss.

É patrono dos Colóquios da Lusofonia e dos Encontros Açorianos da Lusofonia desde 2007.



**MARIA GABRIELA COUTO TEVES DE AZEVEDO E CASTRO** é doutorada em Filosofia Contemporânea, especialidade de Estética e Teorias da Arte, pela Universidade dos Açores, com a dissertação intitulada *A imaginação em Paul Ricoeur*, filósofo que estuda desde 1988 e que foi também tema das suas provas de APCC, em 1991, com um trabalho subordinado ao tema *Os símbolos do trágico em Paul Ricoeur*. É diretora do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores e docente na mesma universidade onde tem lecionado diversas disciplinas tais como: História da Antiguidade, Estética e Teorias da Arte, Hermenêutica Filosófica, Filosofia da Linguagem, Ética, Ontologia e Filosofia do Espaço. É autora de um livro intitulado *Imaginação em Paul Ricoeur*, possuindo vários artigos em diversas revistas e obras conjuntas.

**SINOPSE -TEMA 2.6: PELOS CAMINHOS DA FILOSOFIA EM BUSCA DA AÇORIANIDADE** GABRIELA CASTRO<sup>41</sup>, DHFCS, UNIVERSIDADE DOS AÇORES

“Açorianidade ou açorianidades” é o tema que desde há três anos nos tem provocado a reflexão. Após diversa investigação e estudos pelas nove ilhas do arquipélago defendemos que a açorianidade, apesar de ser comum a todos os açorianos, não deixa de conter, simultaneamente, a identidade e a diferença que os une. Assim não poderemos falar de uma açorianidade mas de açorianidades, una e múltipla, capaz de integrar a ipseidade e a mesmidade do ser-se açoriano.

Pensar a Açorianidade, pela via da Estética Filosófica, foi tarefa que de há três anos a esta parte nos propusemos como projeto de investigação apoiado pela Direção Regional da Ciência e Tecnologia, do Governo dos Açores, e que metaforicamente denominámos REMA.

REMA, acrónimo de *Reflexão Estética sobre a Mundividência da Açorianidade*, levou-nos às nove ilhas do arquipélago onde pudemos olhar, sentir e vivenciar o modo como a açorianidade é, em nosso entender, uma presença subjetiva numa ausência de objetividade.

Certamente que perguntar pela Açorianidade é tarefa profícua para se apreender o desvelar de um modo de ser açoriano que não sendo regional não deixa de ser o testemunho da nossa regionalidade. Somos açorianos sim, porém, iguais e diferentes nesse mesmo modo de o sermos. Cada ilha, cada cidade, cada freguesia, cada aldeia dos Açores se sente irmã e rival de todas as outras. Aquilo que o sentimento, a afetividade ou a emoção a todos une, rivaliza, de acordo com os mesmos pressupostos, com tudo aquilo que aos mesmos diferencia.

“Pelos Caminhos da Filosofia em busca da Açorianidade” é assim o nosso tema assente numa inteligibilidade estética, porque subjetiva e onde o belo se revela uma *finalidade sem fim*, em sentido kantiano.

Arriscando uma interpretação diretamente influenciada pela pequena dialética hegeliana, presente na *Teoria do Ser*, vislumbramos a açorianidade, como algo de comum a todos os açorianos, reconhecendo a simultaneidade da identidade e da diferença que, de um modo muito peculiar, lhes dá a essência daquilo que são.

Costumamos aconselhar, em tom jocoso, para quem nos não conhece: cautela com os açorianos, são pessoas ordeiras, cordiais e aparentemente pacatas, porém nunca nos podemos esquecer que vivem voluntariamente em cima de vulcões, conscientes da realidade física que os mesmos podem, a qualquer momento, entrar em ebulição, mas crentes, com enorme fé, de que aqui vivem «à conta de Deus!». Esta realidade natural que nos cerca de certo modo moldou o nosso modo de ser: calmos, cordatas, sinceros, porém, sempre que necessário assumindo-nos e defendendo os nossos interesses mesmo que para tal seja necessário entrar em ebulição colérica, qual magma que pelas frestas das nossas paisagens paradisíacos, a qualquer momento, poderá brotar. Esta é a realidade que nos une. As diferenças nos hábitos, nos falares ou nos costumes são meros acidentes de um povo que sabe que o mar não é uma barreira que separa mas uma via que une, não é um obstáculo que ruge ao nosso ouvido nas noites de inverno, mas uma estrada onde os ecos dos cagarros ecoam nas lindas noites de agosto à luz de um luar, que só nos Açores desenha figuras dantescas nas escarpas rochosas das ilhas ou nas imponentes encostas do Pico. É preciso estar lá, ver e sentir para se compreender.

Ora, a compreensão não é de modo algum uma explicação como muito bem viu Dilthey. Para este filósofo, integrado no contexto cultural alemão dos finais do século XIX, onde o triunfo do positivismo e a exaltação da ciência dominavam, a interpretação deveria ultrapassar a própria explicação e entrar no domínio da compreensão. O movimento científico tem um campo bem definido: a natureza, o fenómeno, onde a explicação é o mecanismo de inteligibilidade do processo natural, isto é, dos fenómenos exteriores alheios à subjetividade humana e inseridos numa teia de relações causais espaciotemporais. Porém, a vida não pode ser estudada do mesmo modo que a passagem de uma corrente elétrica, pelo que Dilthey chama a atenção para a necessidade de um modelo de estudo interpretativo diferente para as ciências do espírito. Esse modelo seria a compreensão, na medida em que somente ela extravasa os limites da experiência individual e ao mesmo tempo dá, a essa experiência, o carácter de conhecimento da vida<sup>42</sup>. Compreender implica muito mais do que explicar, envolve o homem todo nas diferentes dimensões do seu ser.

Neste contexto, e do interior da nossa herança filosófica, entendemos o homem como um “animal racional” ou “um ser pensante”. No primeiro exemplo estamos no universo de raiz aristotélica e, no segundo, no universo cartesiano. Neste, falamos apenas de um *cogito* desencarnado, onde o pensar é medida e regra de certeza<sup>43</sup> que se impõe, não por verificação ou por dedução, mas como posição de uma existência. Existir é, para Descartes, pensar. Na segunda das suas *Meditações sobre a filosofia primeira*<sup>44</sup> a expressão “Eu sou, eu existo” é uma verdade cuja autopoção é reflexão. Fichte designava, esta verdade clara e distinta para a consciência imediata, de Juízo tético<sup>45</sup>, ou ato fundante do eu, na medida em que é um juízo que implica uma posição existencial concreta, real, efetiva como *res cogitans*.

A inteligibilidade do Eu cartesiano como consciência pensante, traduzida na expressão «*cogito, ergo sum*», mostra que a relação própria entre o pensar e o existir é uma relação lógica intuída racionalmente — *penso, logo existo*.

<sup>41</sup> Docente da Universidade dos Açores, no Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, doutorada em Filosofia Contemporânea.

<sup>42</sup> “Ricoeur adota a concepção de hermenêutica de Dilthey, como interpretação de ‘expressões de vida fixadas linguisticamente’; simultaneamente, a sua preocupação com o aspeto existencial da atividade intelectual (...) afasta-o de qualquer reconstrução psicológica do sentido intelectual do autor, levando-o a considerar o conteúdo de um texto como ‘abertura’ da existência possível. A dualidade aqui evidenciada garante uma reformulação muito interessante, ou melhor, a substituição, da dicotomia *verstehen-erklären* por uma síntese dos momentos objetivo e existencial da interpretação”. cf. BLEICHER Josef, *Hermenêutica contemporânea*, tradução de Maria Georgina Segurado, Edições 70, Lisboa, 1992, o original é de 1980, pp., da tradução, 317-318. Nesta obra o autor dedica à hermenêutica de Ricoeur o Capítulo 11, pp. 301-326.

<sup>43</sup> SUMARES, Manuel, *Para além da necessidade, o sujeito e a cultura na filosofia de*

*Paul Ricoeur*, Ed. Eros, Braga, 1987, p. 163.

<sup>44</sup> DESCARTES - *Meditações sobre a filosofia primeira*, Introdução, Tradução e Notas pelo Prof. Gustavo de Fraga, Livraria Almedina, Coimbra, 1985, de p.117 a 133.

<sup>45</sup> cf. RICOEUR, Paul, *Du texte à l'action: essais d'herméneutique, II*, Ed. du Seuil, Paris, 1986, traduzido para português com o título *Do texto à ação, ensaios de hermenêutica, II*, Rés. Ed., Porto, 1989, pp. 161-182, tradução portuguesa, pp.163 -183 e *Interpretation theory: discourse and the surplus of meaning*, Texas Christian Univ. Press, Texas, 1976, traduzido para português com o título de *Teoria da interpretação*, Edições 70, Lisboa, 1987, pp. 83-99. A primeira obra será citada a partir desta nota pela sigla TA, a última pela sigla TI.



## Atas colóquio da lusofonia –

É uma evidência imediata do tipo "se juntarmos partes iguais a outras partes iguais, os todos serão iguais" ou a demonstração fácil de "que os três ângulos internos de um triângulo são iguais a dois retos"**46**. Por esta razão a posição do "Si", ou seja, a relação entre o *cogito* e o existir do eu, é uma verdade que se impõe, pela clareza imediata da sua evidência noética.

O dualismo cartesiano, dividindo o homem em *res cogitans* e *res extensa*, instituiu um modo de entender o homem como que quebrado, partido, pois alma ou pensamento e corpo ou extensão são duas linhas heterogêneas de inteligibilidade do ser humano. Daqui a célebre ironia de Jean-Jacques Rousseau "A filosofia de Descartes cortou a garganta da poesia"**47**.

Esta consciencialização cartesiana de um Eu como pensante e existente, justificativa da reflexão como posição da instantaneidade da consciência na percepção de si própria e dos seus atos é a raiz da fenomenologia transcendental que guarda toda uma relação de intimidade com Kant e Hegel e que encontra o seu expoente máximo em Husserl**48**. Nesta filosofia o seu centro é o sujeito pensante e o seu desenvolvimento integra conceitos herdados do idealismo como *egologia, intencionalidade e estruturas da consciência*.

Na História da Filosofia, para além da fenomenologia transcendental existe ainda um outro desenvolvimento da fenomenologia do filósofo de Friburgo**49**. Numa evolução histórica natural, os métodos de Husserl começaram a ser aplicados às condições concretas da existência, o que fez surgir uma fenomenologia de cariz existencialista. Citando somente dois dos mais ilustres representantes deste tipo de fenomenologia apontamos Gabriel Marcel e Merleau-Ponty. Em Gabriel Marcel firma-se a preocupação com os problemas do corpo, através do seu conceito de *existência encarnada*, e em Merleau-Ponty alicerça-se o conceito de *corpo-vivido*. Aparecem então, nesta corrente fenomenológica, uma quantidade de conceitos tradutores de uma preocupação com as condições reais da vida humana, como: o corpo, a intersubjetividade, ou a liberdade humana.

Em abono da verdade devemos, no entanto, ressaltar que ambas as fenomenologias mantêm ênfases comuns. São versões diferentes da mesma fenomenologia. Além do destaque da experiência concreta do sujeito, as duas versões possuem uma epistemologia muito ligada a uma filosofia da percepção e que Ricoeur ultrapassa, pelo acesso a uma *experiência integral do cogito* resultante do estudo para uma *Fenomenologia da Vontade***50**, bem como do enxerto de uma hermenêutica no campo da fenomenologia.

Se Husserl fala do regresso às próprias coisas e Merleau-Ponty mantém a primazia da percepção, escrevendo *La phénoménologie de la perception*, Paul Ricoeur, na sua análise sobre o domínio da razão prática, abandona esta interpretação de Husserl**51**, tomando a vida prática da consciência tal como ela se dá e aplicando-lhe diretamente o método de análise intencional, sem o desvio pela percepção e pelos atos objetivantes em geral**52**.

Ricoeur aceita que a evidência do *eu existo, eu sou, eu penso*, seja passível de uma apreensão imediata que a torna indubitável. Todavia, reconhece que essa apreensão não é uma ideia, mas uma apercepção, o que transforma a evidência cartesiana numa verdade tão vazia e abstrata quão invencível. *Eu sou, eu penso*, é uma verdade que fica situada no deserto de uma ausência do próprio sujeito, numa ausência do próprio eu que se revela como *substância pensante* cuja essência é apenas e só, o próprio pensar. É necessário mais. É preciso visitar o *cogito* e completá-lo através de uma *experiência integral do pensar*. Esta é uma terminologia explicitante de que o objeto de análise não é um eu fechado na circularidade de si próprio, mas um eu-corpo-aberto-ao-mundo, isto é, um eu encarnado, que se atualiza no mundo mediante o corpo como seu instrumento ou órgão. Aqui a consciência é integrada no corpo e este naquela, não se entendendo mais uma dualidade substancial, em que corpo e consciência são realidades distintas, que se excluem, mas uma homogeneidade corpo-consciência, que passa pela inteção do corpo e da consciência como dois universos de discurso relacionados entre si e integrados pela dinâmica da interpretação.

Assim, o estudo das relações culturais próprias de um *corpo-consciência - interpretante* deverá passar de uma objetividade, no sentido do estudo intelectual das estruturas ou, no dizer de Gabriel Marcel, do *problème***53**, à existência, ou seguindo ainda a terminologia do pensador existencialista, ao *mystère***54**. Este eu existente integra a sua relação com o corpo e com o mundo, pois "a existência do mundo, que prolonga aquela do meu corpo como seu horizonte**55**, é parte integrante do *cogito* sob pena de se lhe infligir uma "grave lesão", na medida em que este, ao perder a existência do mundo, perde a existência do corpo e finalmente a do eu, na formulação "Eu sou". Esta posição, apesar de enraizada na tradição cartesiana do *Ego cogito, ergo sum*, afasta-se da sua herança e acolhe a corrente reflexiva da filosofia europeia contemporânea de Paul Ricoeur.

Paul Ricoeur aparece, na História da Filosofia, como um fenomenólogo diferente. Crítico por excelência das supracitadas duas versões da fenomenologia, procura construir um terceiro caminho, ou uma terceira via, a de uma fenomenologia hermenêutica, mudando o eixo da percepção para a linguística, desenvolvendo estudos no campo da hermenêutica, da metáfora e da narrativa. Na hermenêutica inaugura um novo círculo hermenêutico com base no crer e no compreender, na metáfora desenvolve a inteligibilidade de uma inovação semântica e na narrativa a identidade narrativa, qual transfiguração que se abre à autocompreensão do sujeito cultural, fazendo-nos descobrir o que somos.

Este é, em linhas muito gerais, o resultado da atualização de uma tradição que encontra as suas raízes em Descartes, Kant, Husserl e Jean Nabert. Seguindo esta tradição, porém, profundamente marcado pelo existencialismo de Jaspers, Kierkegaard e Gabriel Marcel, Ricoeur procura o *ser do eu*, pela recuperação dos atos fundantes da subjetividade**56**

Assim, pelo cruzamento de dois métodos diferentes, o fenomenológico e o existencial, a inteligibilidade do homem altera-se. O homem é, de acordo com a fenomenologia existencial**57** ricoeuriana, uma totalidade existencial. Um *cogito encarnado* onde corpo e espírito se metamorfoseiam num mundo-vivido.

No contexto deste nosso estudo, esse mundo-vivido encontra a sua expressão estética no termo Açorianidade. O que é a Açorianidade? De onde brota essa razão ou esse sentimento que de um modo impertinente nos desassossega, porque nos questiona? Afinal, o que é ser-se açoriano? Será nascer nos Açores? Será viver nos Açores? Ou será como dizia alguém, com alma de poeta “ para se ser açoriano é preciso aqui nascer, ou então viver a vida para saber aqui morrer”. Todos entendemos esta afirmação. Todos simpatizamos com esse sentimento que nos une, que nos aproxima, quando afastados nos encontramos, e que nos afasta, quando juntos estamos.

Existirá uma Açorianidade, ou Açorianidades?

Pelas nossas palavras iniciais certamente que defendemos não uma Açorianidade, mas Açorianidades. Esta é a nossa realidade una e múltipla, capaz de integrar a *ipseidade* e a *mesmidade* do ser-se açoriano.

Após o apontamento de algumas pistas que desenvolvidas poderão ajudar a fundamentar as nossas afirmações iniciais passemos à anotação das linhas de inteligibilidade da *ipseidade* e da *mesmidade*. Para o fazermos

46 DESCARTES, René, *Os princípios da filosofia*, trad. de Pedro Miguel Valadares, Texto Editora, Lisboa, 1995, § 13, p. 30.

47 Citado por Richard Kearney, *The Wake of Imagination*, Routledge, London, 1994, pp. 162, citando B. Willey, *Seventeenth Century Background*, Pelican, London, 1972, pp. 85. De acordo com Richard Kearney esta posição de Descartes face à imaginação é partilhada por filósofos do século XVII como Leibniz, Espinosa e Malebranche. "No seu ensaio intitulado *On the Improvement of Understanding*, publicado pela Dover Books, em 1955, p. 19, Espinosa declara que "as ideias imaginárias são sempre inferiores às ideias da razão" na medida em que só dizem respeito à mera possibilidade (logicamente contingente) de entidades, e não à sua 'necessidade' (logicamente certa). E uma vez que a imaginação é incapaz de distinguir entre coisas existentes e não existentes conduz a mente para a contradição e afasta-a da 'verdade eterna". Espinosa conclui que a "imaginação é incompatível com a liberdade: pois a liberdade só pode ser alcançada quando a mente se liberta de toda e qualquer ilusão de tempo, passado, presente ou futuro e descobre que o ser existe, necessariamente, com a lógica da Razão". Curiosamente, refere Kearney, foi precisamente esta conexão entre imaginação e temporalidade que forneceu a Kant uma das principais razões para celebrar a imaginação como a origem do conhecimento. Também Leibniz partilha com Descartes esta displicência face à imaginação: "porque o *cogito* é a fonte independente do juízo não há necessidade de representarmos a verdade através da mediação de imagens". Até mesmo as teorias intelectualistas sobre a estética de Wolff e de Baumgarten, já no século XVIII, relegaram o potencial criador da imaginação. É, na verdade, Kant, que interligando entendimento e sensibilidade no campo comum da imaginação retoma esta faculdade como faculdade transcendental do espírito imprescindível na dimensão teórica e artística do homem.

48 As críticas que Ricoeur coloca a Husserl foram apontadas, porque são desenvolvidas, num artigo de Ted Klein intitulado "Ricoeur and Husserl", in *The Iliff Review*, The Iliff School of Theology, Denver, 1978, pp. 27-36.

49 Husserl nasceu em Prossnitz, na Morávia, em 1859, mas faleceu em Friburgo, na Alemanha, em 26 de Abril de 1938. Esta última cidade, que conheceu o filósofo em vida, reconhece-o como seu filho, identificando-se, muitas vezes, Husserl como o "Filósofo de Friburgo".

50 "La tâche d'une description du volontaire et de l'involontaire est en effect d'accéder à une *expérience intégrale* du Cogito", in RICOEUR, PAUL, *Philosophie de la volonté: I Le volontaire et l'involontaire*, Aubier, Paris, 1950, 1988, p. 12. Esta obra será citada a partir desta nota pela sigla *VI*.

51 Para Husserl, as vivências da vida afetiva e da vida ativa possuem um caráter de "fundadas" sobre as vivências "fundadoras" de ordem simples, as representações, isto é, sobre um ato objetivante cujo primado "depende (...) de um preconceito logicista que não verifica a reflexão direta sobre a vida prática" in RICOEUR, Paul, *A l'école de la phénoménologie*, J. Vrin, Paris, 1987, pp. 124. Esta obra será citada a partir desta nota pela sigla *EPh*.

52 cf., *EPh* p. 115 (60).

53 Para Gabriel Marcel, "há problema e há mistério. Os problemas são para ser resolvidos, os mistérios para ser respeitados", cf. FRANCO, Sérgio de Gouvêa, *Hermenêutica e psicanálise na obra de Paul Ricoeur*, coleção Filosofia, Loyola, S. Paulo, 1995, p. 34.

54 Gabriel Marcel mantém na sua obra uma profunda reverência ao *mistério* da vida e Ricoeur aprende com o seu mestre a rejeitar os reducionismos que pretendem explicar integralmente o homem e a cultura. Ouçamos Marcel: "A esta altura devemos fazer um ataque direto a certos tipos de formulações gerais do tipo «isto é somente isso..., ou isto não passa disto», ou coisas do género. Cada reducionismo depreciatório desta natureza está baseado no ressentimento, ou seja, numa paixão que tem por base um violento ataque direto contra toda a integridade do real". Cf. MARCEL, Gabriel - *Man Against Mass Society*.

Trad. G. S. Fraser, Regnery, Chicago, 1964, pp. 156.

55 *VI*, p. 20.

56 Não devemos confundir ato fundante da subjetividade com fundamentação transcendental do conhecimento objetivo.

57 Ricoeur utiliza esta expressão, em "From the Existentialism to the Philosophy of Language", in *Philosophy Today*, 17, 1973, p. 89, para caraterizar os seus estudos da época de cinquenta, perfeitamente integrados no movimento do pós-guerra denominado de «fenomenologia existencial». Michel Renaud, em "Fenomenologia e hermenêutica, o projeto filosófico de Paul Ricoeur", [in *Revista Portuguesa de Filosofia*, tomo XLI-4-1985, Faculdade de Filosofia de Braga, 1985, p. 415], utiliza esta mesma expressão para caraterizar a metodologia utilizada por Ricoeur em *VI*. Esta mesma expressão é ainda utilizada por Manuel Maceiras, no seu artigo "Paul Ricoeur: uma Ontologia Militante" in CALVO, Martínez Tomás e ÁVILA, Crespo Remedios, p. 46 e 56.

teremos de passar pela hermenêutica, como *compreensão de Si*<sup>58</sup>. E aqui, voltamos a encontrar-nos com Paul Ricoeur que trocando o *ego*, senhor de si mesmo, pelo Si (soi)<sup>59</sup>, discípulo da narrativa, justifica que a autocompreensão se alcança pela compreensão do outro.

Ao incorporar a compreensão do outro no seu "corpo próprio", o intérprete aumenta a própria compreensão de Si (soi), o que justifica que "toda a hermenêutica é (...) explicitamente, compreensão do outro"<sup>60</sup>, ideia que o filósofo retoma, na sua obra de 1990, *Soi-même comme un autre*, ao entender a *mesmidade* como o caminho para a *ipseidade*<sup>61</sup>. Nesta dialética, a identidade biológica do mesmo diferencia-se da identidade móvel, porque temporal, do Si (soi), justificativa da hermenêutica como a mediação interminável da autocompreensão.

Apliquemos estes conceitos às nossas questões. Arriscamos afirmar que Ser-se açoriano implica uma *mesmidade* em dialética com a *ipseidade*. Ou seja, a permanência dos predicados próprios do ser-se açoriano, noção de *mesmo*, são atributos próprios da experiência de identidade como vivência do tempo, noção de *ipse*. Deste modo, é na dialética entre *ipseidade* e *mesmidade* que a verdadeira natureza do ser - açoriano se desvela através da interpretação do texto, aqui entendido como toda e qualquer obra, representação, instituição, monumento ou ação que de algum modo esteja relacionado com a realidade ilhoa.

A interpretação é assim "o esforço para apreender o *Ego* do *Ego Cogito* no espelho dos seus objetos, das suas obras e finalmente dos seus atos"<sup>62</sup>, ou seja, a primeira posição tética da subjetividade precisa de ser mediatizada em termos hegelianos e gadamerianos, isto é, realizada e apreendida interpretativamente<sup>63</sup> nas e pelas expressões práticas capazes de a objetivarem. Para que o *Cogito* se possa preencher pelas obras que encarnam o seu esforço para ser<sup>64</sup>, a reflexão tem de ser um trabalho de interpretação, isto é, uma hermenêutica. Ouçamos Ricoeur: "a reflexão deve transformar-se em interpretação porque não posso apreender o ato de existir, a não ser nos sinais dispersos no mundo"<sup>65</sup>. Este mundo é o mundo da cultura, pelo que a reflexão, deve incluir as pressuposições, os métodos e os resultados de todas as ciências explicativas e interpretativas dos sinais existentes nesse mundo.

O sujeito que interroga deve ser considerado como pertencente à realidade sobre a qual interroga, pois só deste modo, isto é, pertencendo previamente a um mundo, é que podemos interrogarmo-nos sobre o seu sentido. O pressuposto heideggeriano de ser-no-mundo ganha toda a sua inteligibilidade como precedente da reflexão, pois "na verdade, o intérprete nunca conseguirá aproximar-se do que diz o seu texto, se não estiver já posicionado na sua atmosfera de sentido"<sup>66</sup>. Por esta razão, o compreender ganha uma significação ontológica, na medida em que pertence ao *Dasein*, como imaginação<sup>67</sup>. Esta pertença ontológica Eu-mundo é anterior e prévia à constituição do eu como sujeito face a um mundo de objetos. Esta pertença, anterior à constituição do eu como sujeito, torna possível um segundo movimento: a possibilidade de estabelecer uma distância, entre o eu e os atos nos quais esse mesmo sujeito se objetiva, por isso, a pertença só pode ser perspectivada pela exigência dialética da distanciação crítica<sup>68</sup>, única capaz de possibilitar a captação do sentido da existência, através da interpretação dos sinais e dos símbolos que a preenchem.

Terminamos questionando-nos: quais os sinais e os símbolos da açorianidade? Que mundo é esse que assim se desvela em frente do nosso olhar e que de um modo assertivo se implanta nas nossas vivências teóricas, práticas e afetivas?

Esses sinais estão presentes no nosso património natural e cultural. Há que interpretá-los e aos símbolos, nos quais o açoriano se objetiva. Somente através da interpretação desses sinais e desses símbolos se abrirá o possível acesso aos atos fundantes do que somos e se constituirá o aumento da nossa consciência<sup>69</sup> coletiva.

Ponta Delgada, 31 de agosto de 2009

## 18. GENÉSIO SEIXAS SOUZA

**GENÉSIO SEIXAS SOUSA**, Graduiu-se em Licenciatura em Letras Vernáculas com nível de concentração na área de Literatura em 1979 pela Universidade Federal da Bahia / Instituto de Letras. Exerceu o magistério público entre 1982 a 2001 como professor de Língua Portuguesa e Literatura Portuguesa e Brasileira no ensino médio da rede estadual de educação do Governo do Estado da Bahia. Especializou-se em Estudos Literários pela Universidade do Estado da Bahia no ano de 1999, vindo a lograr aprovação no Mestrado em Estudos Filológicos pela Universidade Federal da Bahia em 2000 e obtendo o grau de mestre em 2002, quando, no mesmo ano é aprovado na seleção para o Doutorado em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia. Exerce o magistério como docente, não só no ensino médio, como também no ensino superior, quando é aprovado em concurso público na Universidade Estadual de Feira de Santana e na Universidade do Estado da Bahia. Atualmente conclui o Curso de Doutorado pela Universidade Federal da Bahia, sendo membro do Programa para História do Português Brasileiro – PROHPOR, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosa Virgínia Mattos e Silva e atuando na área de Estudos Filológicos e Linguísticos.

## SINOPSE - TEMA 2.1. ASPETOS LUSÓFONOS E INTERCULTURAIS DO MANUSCRITO QUINHENTISTA "NOTÍCIA DO BRASIL" DE GABRIEL S. DE SOUSA GENÉSIO SEIXAS SOUZA, UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB, UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA, BRASIL

Neste trabalho apresentam-se, as considerações pertinentes ao objeto da pesquisa e seus objetivos e partindo da conceituação de onomasiologia e toponomástica, procura-se demonstrar alguns elementos lexicais relacionados à toponímia, patente na Parte I do documento histórico *Notícia do Brasil* de Gabriel Soares de Sousa, no intuito de demonstrar comparativamente as correspondências denominativas portuguesa e indígenas, dos registros assinalados no *corpus* e que se inscrevem no período colonizador e expansionista lusitano do séc. XVI. A pesquisa objetiva perseguir a mudança toponímica que possa ser observada a partir da leitura do *Tratado*, identificando geograficamente todas as substituições ocorridas no período em que se escreveu essa obra, até os dias atuais, ou seja, numa perspectiva diacrônica.

As mudanças ocorridas no decurso dos séculos posteriores aparecem localizadas através do confronto dos mapas e roteiros, da navegação portuguesa ultramarina da época quinhentista, com os mapas atuais e bem definidos das rotas assinaladas na *Carreira do Brasil*, percurso das naus lusitanas no transcurso entre Portugal e a colônia.

.Procura-se, neste trabalho, demonstrar alguns elementos lexicais relacionados à toponímia, patente no documento quinhentista *Notícia do Brasil* de Gabriel Soares de Sousa, no intuito de demonstrar comparativamente as correspondências denominativas portuguesas e indígenas, dos registros assinalados no *corpus* e que se inscrevem no período colonizador e expansionista lusitano do séc. XVI. Este trabalho é um breve recorte de uma tese de

58 No longo percurso de Ricoeur pela fenomenologia de Husserl e na sua filiação na filosofia reflexiva de Jean Nabert encontram-se as raízes do rumo que tomou a sua investigação filosófica, sobre a hermenêutica como compreensão de Si (soi)

59 O Si está intimamente relacionado com a identidade narrativa que Ricoeur abordará de modo aprofundado nas suas últimas obras: a trilogia *Temps et récit I, II, III, 1983, 1984 e 1985 respetivamente e Soi-même comme un autre* de 1990.

60 "Tout herméneutique est (...) explicitement compréhension de l'autre", in RICOEUR, Paul, *Le conflit des interprétations, essais d'herméneutique I*, Ed. du Seuil, Paris, 1969, p. 20 e cf. *Idem*, p. 8. Esta obra será citada a partir desta nota pela sigla *CI*.

61 RICOEUR, PAUL, *Soi-même comme un autre*, Ed. du Seuil, Paris, 1990, p.167-166, traduzido para português com o título *O si-mesmo como um outro*, Papirus Editora, Campinas, 1991, p.167-180. Esta obra será citada a partir desta nota pela sigla *SmA*.

62 cf. RICOEUR, Paul, *De l'interprétation, essai sur Freud*, Ed. du Seuil, Paris, 1965, p. 5 ou *CI*, p. 322. Esta obra será citada a partir desta nota pela sigla *leF*.

63 cf. *TA*, p. 49, tradução portuguesa, p. 59..

64 cf. RENAUD, Michel, o. c., p. 425.

65 *leF*, p. 54 ou *CI*, p. 325.

66 RICOEUR, Paul, *Philosophie de la volonté: II Finitude et culpabilité: 2. La symbolique du mal*, Aubier, 1960, 1988, p. 327 e *CI*, p. 294.

67 Foi em Richard Kearney, *The Wake of imagination*, Routledge, London, 1988, que vimos, e rejubilamos, a identidade do *Dasein* com a imaginação. Citamos a passagem a que nos referimos: "The fundamental ontology of *Dasein*, developed in *Being and Time*, is presented as an uncompromising effort to plumb the depths of this abyss [of metaphysics]. But Heidegger was of the conviction that the conversion from a transcendental to an existential perspective required a change of terminology. And this is why he replaced the term 'imagination' - which he deemed excessively charged with metaphysical connotations - with the more neutral term *Dasein*. This latter concept embodies the temporalizing activity of imagination while avoiding the idealist and romantic characteristics attached to this term by Kant and his successors", pp. 223.

68 Este conceito hermenêutico é, em relação ao de pertença, o que, na fenomenologia husserliana é a *époque* em relação ao vivido. A *distanciação hermenêutica* implica que o sujeito só pode apropriar-se do sentido, porque este supõe uma "mise à distance" (*époque*) da pertença (*Lebenswelt*).

De acordo com Manuel Maceiras esta noção de *distância* é a noção que possibilita o afastamento de Ricoeur de Heidegger. cf. o.c., p. 50.

69 *SM*, p. 331.

## Atas colóquio da lusofonia –

doutoramento que objetiva perseguir a mudança toponímica que possa ser observada a partir da leitura dessa obra, identificando geograficamente todas as substituições ocorridas desde o período em que foi escrita até os dias atuais, ou seja, numa perspectiva diacrônica.

A caracterização do *corpus* prescinde do perfil sociolinguístico do autor, tendo Gabriel Soares de Sousa nascido em Lisboa entre 1540 a 1550, como querem alguns, ou talvez em alguma localidade vizinha do Zêzere, estando na idade entre 19 e 20 anos quando ia iniciar a sua primeira aventura em terras brasileiras. Homem nobre e casado, o fidalgo português chegou à Bahia no ano de 1569, integrando a malograda armada de três navios, comandados por Francisco Barreto, que vinha com missão e destino à região de Monomotapa, onde exatamente apenas a nau em que ia Gabriel Soares conseguiu aportar na *cidade da Baía*, perdendo-se as demais. Agradado da terra, Sousa deixou-se ficar na capitania de S.M., com projetos de se instalar e engrandecer, no que logrou êxitos, pois se estabeleceu e tornou-se senhor de engenhos de açúcar em Jaguaripe e no Jequiriá, atividade que era então muito rendosa. Veio a ser reconhecido como famoso bandeirante baiano, a quem se deve a conquista do rio de S. Francisco, em 1591. Foi nomeado capitão-mor de duas naus para o descobrimento das minas de esmeraldas e na qualidade de vereador da cidade de Salvador, assinou o auto de aclamação e juramento de fidelidade prestado pelo Senado da Câmara da Bahia a Felipe II de Espanha, em 25 de maio de 1582, por indicação da Corte, vindo a falecer em 1592.

Constata-se o perfil de um autêntico pesquisador em Soares, através de uma natureza atípica que se afirma na figura de, ao mesmo tempo, um observador sagaz como era e um compilador que anotava em minúcias o que se passava à sua volta, nesse país novo pelo qual demonstrava uma admiração ímpar, descrevendo-o com uma extraordinária meticulosidade, respeitando os nomes nativos das plantas e animais que descreve, com raríssimos lapsos, mas tomando sempre como referências, quando possível, as espécies que conhecia no seu país natal, procedimento típico dos autores da chamada *literatura de viagens* do expansionismo mercantilista lusitano no séc. XVI. Os registros informativos são extremamente rigorosos, quer sejam de caráter etnológico, quer sejam de interesse zoológico ou botânico. Observa-se uma notável objetividade no texto, embora, alguns casos excepcionais, o autor casa realidade com lendas e fábulas, influenciado pelo imaginário indígena, suscitando uma referência de veracidade, o que, contudo não subtrai o imenso valor informativo da obra.

A *Notícia do Brasil*, com o subtítulo de *Descrição Verdadeira da Costa Daquele Estado Que Pertence à Coroa do Reino de Portugal, Sítio da Baía de Todos os Santos*, que aparece intitulado também com a designação de *Tratado Descritivo do Brasil*, contém o mais completo texto quinhentista de que se dispõe sobre a fauna e a flora da área do atual estado da Bahia, assim como, sobre a língua e os costumes dos índios que ocupavam as áreas circunvizinhas das várias capitanias. Compõe-se de duas partes, com 74 e 196 capítulos, respectivamente: os primeiros dão-nos um <<roteiro geral>> sobre a costa do Brasil, com largas e importantes referências à sua divisão administrativa; os últimos referem-se à caracterização da *Baía*. É sobretudo aqui que o rigor da descrição, até onde, na época, era possível, que torna este documento verdadeiramente notável, alçando Soares de Sousa ao patamar de um autor dotado de um espírito científico espantoso para a sua época.

Existe um grande número de cópias de *Notícia do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa; Francisco Adolfo de Varnhagen, responsável pela primeira edição cuidada do texto, afirmou ter-se baseado em mais de vinte; elas apresentam variantes entre si e, algumas vezes, incluem trechos que são claramente apócrifos, como o que alude à existência das plantas do café e do chá pelo sertão da Bahia – quando se sabe que o cafezeiro só foi introduzido no Brasil em 1727 pelo major Francisco de Melo Palheta.

No início do século XIX Frei José Mariano da Conceição, em Portugal, iniciou, mas não completou, a edição do tratado de Sousa; dessa edição ainda existem algumas coleções dos cadernos em algumas bibliotecas. A primeira edição completa veio a ser feita por ordem da Real Academia das Ciências de Lisboa, em 1825, integrada na *Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*, tomo III, parte I; o texto foi reproduzido sem qualquer comentário ou nota crítica, mas está precedida da carta escrita pelo autor a D. Cristóvão de Moura, quando lhe ofereceu um traslado do seu escrito, datada erradamente de 1589, e de uma “Declaração e resolução do que se contem neste caderno”. Em 1851, Varnhagen fez imprimir uma nova edição mais cuidada e enriquecida de comentários que o estudo do tratado, revelando um acurado aprofundamento que se lhe mostrara serem indispensáveis.

Em *A marinharia dos descobrimentos*, A. Fontoura da Costa, traz informações sobre os locais de depósito do manuscrito, como seja:

104 M – Soares de Sousa (Gabriel) – *Roteiro Geral com largas informações de toda a costa que pertence ao Estado do Brasil e a descrição de muitos lugares della especialmente da Bahia de todos os Santos*. 1587. – Códice nº 119 da B.P.M.P.

Geralmente não trazem nome de autor as muitas cópias deste *Roteiro*, cujo original se desconhece.

105 M – Códice nº I:04 da B.P.M.P.

106 M – Códice nº 610 da B.P.M.P.

107 M – Códice CXV / I-I0 da B.P.E.

108 M – Códice CXV / I-II da B.P.E.

109 M – Códice CXV / I-12 da B.P.E.

110 M – Códice da B.A. (5I –IX –I5)

111 M – Códice nº 6: 903 da B.N.L.

112 M – Códice do A.N.T.T. (Coleção do Brasil – Livraria, nº 50)

Além dessas cópias existem muitas outras, sendo duas na Biblioteca Nacional de Madrid (nº 2:936 e 3:007), uma na de Paris (Ancien Fonds Port. nº 58), etc.

Foi impresso duas vezes, sendo a primeira em 1825 (23 D) servindo um Códice ignorado, que era uma má cópia; e a segunda em 1851 (24 D), que reproduz outro Códice, também ignorado.<sup>70</sup>

Para esse trabalho e seus objetivos precípuos foi utilizada uma edição atualizada e modernizada do *corpus*, transcrita para o português atual por Maria da Graça Pericão, fato que se justifica em função desse tipo de edição servir bem para estudos de natureza lexicológica e lexicográfica. Por ser uma versão que segue a edição da Real Academia das Ciências de Lisboa, omite-se a carta e a declaração iniciais constantes dessa última. Dentro dos procedimentos filológicos teve-se o cuidado de proceder a uma atenta revisão de todo o texto, devido a apresentar em muitos passos algumas deficiências, sobretudo quanto aos nomes nativos das plantas e dos animais referenciados na segunda parte, fato atribuído talvez à deficiente leitura do manuscrito que se escolheu para a fonte, sem se ter tomado a precaução de confrontar com outras cópias existentes em Portugal, na biblioteca do Porto e de Évora, como seria aconselhável. Além desses lapsos, verificam-se outros provenientes da má leitura do códice e das regras ortográficas da época da edição.

No que concerne a análise da obra, a princípio foram realizados o levantamento e a coleta dos dados concernentes ao vocabulário de marinharia e os nomes denominativos dos lugares que orientam a navegação no roteiro do códice, assim como taxonomias toponímicas encontradas na parte II, referentes à fauna, flora, língua e costumes do gentio da linha costeira da *cidade da Baía* e capitanias circunvizinhas, buscando a valorização do prisma complementar desses aspectos, ou seja, a etiologia do topônimo.

Soares de Sousa, como outros primitivos cronistas portugueses, aceitaram muitas vezes a toponímia indígena antiga em suas obras, como se verifica em registros coletados e selecionados a título de exemplo:

### EXEMPLÁRIO DAS CORRESPONDÊNCIAS REGISTRADAS ENTRE AS DENOMINAÇÕES TOPONÍMICAS DO COLONIZADOR PORTUGUÊS E DO INDÍGENA:

É fato considerar que o topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade. Sua carga significativa guarda estreita ligação com o solo, o clima, a vegetação abundante ou pobre e as próprias feições culturais de uma região em suas diversas manifestações de vida. Daí, se verificar quanto à toponímia de origem portuguesa, nessa primeira etapa da amostragem, uma multiplicidade de traços ambientais em que os portugueses aceitaram a toponímia indígena do período colonial, como aparece na escritura dos primitivos cronistas, coevos de Soares, em suas obras em registros coletados e selecionados a título de exemplo:

70 cf. A. Fontoura da COSTA. *A marinharia dos descobrimentos*. 3 ed. Lisboa: Agencia Geral do Ultramar, 1960. p. 449.

### TAXEONOMIAS DE NATUREZA FÍSICA:

Geomorfotopónimos	Significação
MANHANA [monte] (cap. XXI: l. 39)	[...] "que quer dizer <<espia>>, por se ver de todas as partes de muito longe" [...]
ITAPUÃ [localidade] (cap. XXVII: l. 17)	[...] "a que o gentio chama deste nome que quer dizer <<pedra baixa>>" [...]
PERNAMBUCO [porto / capitania] (cap. XVI: l. 13-15)	[...] "este porto que se diz de Pernambuco por uma pedra que junto dele está furada no mar, que quer dizer pela língua do gentio <<mar furado>>" [...]
Hidrotopónimos	Significação
RIO DAS AMAZONAS [rio / estado=corotopónimo] (cap. IV: l. 11-13)	[...] "teve muitos encontros de guerra com o gentio e com um grande exército de mulheres...donde o rio tomou o nome das Amazonas" [...]
ITACOATIGARA [rio] (cap. X: l. 1-4)	[...] "este rio se chama deste nome por estar em uma ponta dele uma pedra da feição de pipa como ilha, a que o gentio por este respeito pôs este nome, que quer dizer porto da Pipa." [...]
CECI [rio] (cap. XL: l. 24-26)	[...] "este rio Doce...a que chamam o Ceci" [...]
JUMIRIM [rio] (cap. LXVI: l. 5-6)	[...] "ao rio de S. Francisco...Este rio acima dito, a que outros chamam Jumirim" [...]
Exemplos de correspondências toponímicas onde se observa a ocorrência do indígena já haver denominado o ambiente físico e o português designa o mesmo acidente, motivado por outros fatores:	
Geomorfotopónimos	Significação
ACAJUTIBIRÓ [baía] (cap. XI: l. 3-5)	[...] "chama-se esta baía pelo gentio pitiguar Acajutibiró e os portugueses da Traição, por com ela matarem uns poucos de castelhanos e portugueses que se nesta costa perderam" [...]
Hidrotopónimos	Significação
PARAÍBA [rio] (cap. XIV: l. 1)	[...] "Do rio da Paraíba que se diz também o rio de São Domingos" [...]
JUSSIAPE [rio] (cap. XXX: l. 2-3)	[...] "Tem este rio das Contas, a que os índios chamam Jussiape" [...]
BAQUIPE [rio] (cap. IX: l. 8-9)	[...] "ao rio Pequeno a que os índios chamam Baquipe" [...]
ALAGOA [rio] (cap. XVIII: l. 29-31)	[...] "rio da Alagoa...o qual se diz da Alagoa por nascer de uma que está afastada da costa, ao qual rio chamam os índios o porto de Jaraguá." [...]

Verificam-se, no levantamento dos dados, exemplos demonstrativos das taxonomias toponímicas, que se subdividem em áreas de natureza física ou antropocultural, que comportam uma gama de classificações bem definidas quanto à natureza toponomástica das designações.

Observando os diferentes sistemas culturais em que os topónimos se inscrevem como instrumentos hábeis de pesquisa, verifica-se que o sentido denominativo é o ponto de partida para investigações que, se antes se definiam apenas como linguísticas, hoje se inscrevem, também, nos campos da geografia, da antropologia, da psicossociologia, enfim da cultura em geral, para que, aprofundando os estudos, se chegue à compreensão da própria mentalidade do denominador, não só como elemento isolado, mas como projeção de seu grupo social.

As fontes documentais não se configuram como um espelho fiel da realidade, entretanto, estão abertas à interpretação do historiógrafo da língua, que também compõe, com elas, a história. As aproximações dos dados contextos e os elementos da dimensão interna da língua, permitem-nos desvendar, revelar e sistematizar as interações materializadas no documento. Além disso, as informações passadas, impressas no documento, surgem para o pesquisador da língua não só como representativa de uma época, mas também como uma possibilidade de reconstituição de uma realidade para, primeiramente, recuperá-la e depois traduzi-la para a ciência de nosso tempo, objetivando demonstrar comparativamente as correspondências denominativas portuguesas e indígenas nas suas representações onomasiológicas.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- DICK, MARIA Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 1992.
- MACHADO FILHO, A. V. L. . A questão da constituição histórica do português brasileiro: revendo razões. *Biblos* (Coimbra), v. 5, p. 187-206, 2007.
- RODRIGUES, Aryon Dall'igna. "As outras línguas da colonização do Brasil". In: CARDOSO, Suzana Alice M.; MOTA, Jacyra de Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs.). *500 anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.
- SILVA, R. V. M. E. (Org.) ; MACHADO FILHO, A. V. L. (Org.) . O português quinhentista: estudos linguísticos 1. ed. Salvador: Edufba, 2002. v. 1. 378 p.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*. São Paulo: MEC / Revista dos Tribunais, 1974. Comentários e notas de Varnhagen, Pirajá da Silva e Edelweiss.

### 19. HELENA ANACLETO-MATIAS

**HELENA ANACLETO-MATIAS**, [hanacleto@iscap.ipp.pt](mailto:hanacleto@iscap.ipp.pt) Licenciada (1988) e Mestre (1997) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Helena Anacleto-Matias completou duas pós graduações: uma como intérprete de conferências (Universidade de Genebra, 1989), enquanto bolseira do Parlamento Europeu, e outra em Estudos Norte-Americanos (Smith College, EUA, 1990), com uma bolsa Fulbright. Publicou artigos em Portugal nas áreas da Linguística, Estudos Interculturais, Literatura, Tradução e Interpretação e, como pontos altos de comunicações apresentadas em congressos internacionais destacam-se Singapura (2002), Santiago (2003), Bruxelas (2006), Chipre (2007) e Valência (2008). Em maio de 2009, deslocou-se à Universidade Nicolau Copérnico de Toruń, na Polónia, como professora convidada no âmbito do programa de mobilidade de docentes *Erasmus*. O seu interesse pelos Estudos Lusófonos tem vindo a crescer, desde que participou no IX Congresso da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP, Viseu, 2001). Ensinou Língua Portuguesa como Língua Estrangeira no Porto (1992 / 93) e na Bélgica (2006 / 2007). É a oitava vez que participa com comunicações nos congressos ligados à Lusofonia e (desde 1993) é docente do Instituto Politécnico do Porto na área de Línguas e Culturas do Instituto Superior de Contabilidade e Administração. Depois de ter publicado o seu primeiro livro "Emma Lazarus – Vida e Obra" em 2008, concluiu em junho 2009 a parte curricular do curso de Doutoramento em Estudos Anglo-Americanos, vertente Tradução, na Fac. de Letras da Universidade do Porto.



SINOPSE - TEMA 3.2. RICHARD ZIMLER E A AUTO-IDENTIFICAÇÃO: O PAPEL DO TRADUTOR NA CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA DO SER HELENA ANACLETO-MATIAS, INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO POLITÉCNICO DO PORTO

A definição do ser baseia-se na memória da herança das gerações passadas. Quando se fala de herança cultural de um grupo étnico específico, a tradução do ser pode identificar-se com a continuação de tradições passadas, tendo em vista um futuro melhor.

A psicologia da memória coletiva no processo de auto identificação está relacionada com a preservação de características etnológicas, sociológicas e antropológicas que apontam para as tradições do grupo.

Baseada na análise da tradução de “O Último Cabalista de Lisboa”, cujo original foi escrito por Richard Zimler que é proposta para esta abordagem, tentar-se-á sublinhar a importância dos estudos da tradução para clarificar a necessidade de auto identificação baseada na memória e na expressão.

A metáfora da tradução enquanto porta e do tradutor como uma ponte são conceitos chave no processo de tradução. Ambos podem ser a prova do papel fundamental do tradutor. A (in)visibilidade do tradutor, enquanto autor de uma obra de arte, será focada como uma característica ilustrativa que pode ser (ou não) reveladora da auto identificação, tanto do autor, como do tradutor enquanto autor.

Será que o tradutor é a definição da auto identificação do autor? Será que a identificação da obra de arte é pertinente no contexto histórico-literário, na era contemporânea? Será que Richard Zimler é um bom exemplo da identificação de um grupo minoritário? Será que “The Last Cabbalist of Lisbon” é um retrato de tradições étnicas convertido em prosa? Será que a reação do público leitor e dos críticos é responsável pela imagem auto definida / auto definidora da identificação do autor e da obra de arte?

Estes e outros aspetos relacionados serão abordados através de uma análise comparativa da tradução com o original, para ilustrar o princípio da necessidade da auto identificação baseada na identificação do grupo.

A definição do ser baseia-se frequentemente na celebração da herança das gerações passadas. O sentido de pertencer a umas raízes arcaicas ou de pertencer à linhagem ancestral tem tanto a conotação de se ser orgulhoso do passado como de estar motivado para continuar a tradição no futuro.

Quando se pensa na herança cultural de um grupo étnico específico, neste caso concreto, no grupo de raízes judaicas no contexto Norte-Americano, a tradução do ser pode consistir na perpetuação de tradições passadas que almejam um futuro promissor. Talvez o caso especial dos judeus americanos enquanto grupo étnico não se possa representar enquanto grupo único: ninguém deve esquecer que existem os Sefarditas, os *Asquenazes*, os Ortodoxos e os reformadores; há, portanto, muitas variantes dentro do mesmo grupo étnico. No entanto, existe uma característica que tem um peso histórico em relação a todos os Judeus, que se traduz na rejeição, e mesmo na perseguição. O antissemitismo pode ter raízes antigas, com mais de 2000 anos, desde a morte de Jesus Cristo; e as perseguições podem ter nascido na Europa medieval, durante as crises da peste negra, quando os Judeus eram acusados de envenenarem os poços, já que o facto de se lavarem antes das orações mais frequentemente que os Cristãos, resultava numa taxa de mortalidade mais reduzida do que entre estes segundos.

Além disso, convém não esquecer os Autos de Fé impostos pela Inquisição, os *Pogrom* judeus na Rússia durante o período Czarista e o holocausto do século XX durante a II Guerra Mundial. O sentido de pertencer está diretamente relacionado com o sentido do ser.

A psicologia da memória coletiva dos judeus norte-americanos enquanto grupo está marcada pela dor, pelo luto, pela resistência e pela coragem. Ainda não se perguntou a Richard Zimler se este se identifica com o grupo étnico dos judeus americanos, mas sabe-se que a mãe do autor, Ruth, professa a religião judaica. Frequentemente a auto identificação está relacionada com a preservação de características antropológicas, étnicas e sociológicas e das características da tradição do grupo – e neste sentido, pode-se apontar que Zimler faz reviver, ou recupera, memórias dos judeus portugueses na sua Trilogia Zarco.

Focar-se-á aqui, sobretudo, “O último cabalista de Lisboa”, já que é o primeiro da trilogia a ter sido publicado em Portugal. Defender-se-á aqui que o autor da tradução de “O último cabalista de Lisboa”, José Lima, detém uma responsabilidade fundamental na construção do sentido do ser relacionado com as raízes judaico-americanas de Zimler.

Especificamente para esta abordagem, tentar-se-á sublinhar a importância do tradutor enquanto agente artístico do texto de chegada, tentando clarificar a necessidade da auto identificação baseada na memória e na expressão. Poder-se-á discordar, ou pelo menos não concordar completamente com Jean-Jacques Sueur quando afirma: “Le traducteur n’a pas pour mission de se substituer à l’auteur” (2007: 163). Esta afirmação implica que o tradutor tem uma missão – e concorda-se com tal – mas Sueur fala acerca de “substituir o autor” – preferir-se-ia, neste contexto, chamar o tradutor como “autor do texto de chegada”. Esta afirmação implica que o tradutor não se substitui ao autor, mas, pelo contrário, celebra a obra dele, ao construir a sua própria e tornando-se, ele mesmo, num outro autor. José Lima não se substitui a Richard Zimler; pelo contrário, teve a missão de criar uma obra própria, recriando na sua língua materna uma obra que é paralela no tempo e no espaço à obra original em inglês. O enredo da tradução é similar à obra de partida; obviamente que as personagens são as mesmas e o tempo e o espaço são transpostos para a tradução na versão portuguesa. O que é interessante notar é que o espaço e o argumento em si versam uma história passada em Portugal, na Lisboa dos tempos inquisitoriais – de uma certa forma, e no dizer de Lawrence Venuti (2005) a “domesticação”, ou “aclimatação” no sentido de adaptação da versão de José Lima à cultura de chegada da tradução “O último cabalista de Lisboa”, já existia na sua origem, isto é, as relações espaciais entre as duas obras (a de Richard Zimler e a tradução feita para português) são coincidentes. Neste sentido, o esforço de adaptação de “The Last Cabbalist of Lisbon” por parte de José Lima ao público não teve de ser tão grande como no caso de outras traduções específicas noutros casos concretos.

Na mesma linha de pensamento e enquanto consequências destas reflexões poder-se-ia, então, afirmar que a “aclimatação” proposta por Lawrence Venuti tem uma relação direta com a noção da definição do ser aqui proposta: da mesma forma que Richard Zimler adaptou a sua obra a um público judaico-americano no que toca à sua receção de público-alvo leitor por excelência, ainda que não sendo claramente exclusivo, José Lima “aclimatou” a sua tradução para conquistar um público lusófono que esteja interessado nas relações históricas entre Cristãos e Judeus, particularmente na época do massacre concretizado no Auto de Fé ocorrido no século XVI. De chamar a atenção para o facto de que o enredo, a chamada história, não é apenas um reconto factual do que aconteceu na época; é também, ainda que não talvez, sobretudo, uma história de amor entre Berequias Zarco e a sua amada e uma história de *suspense* com investigação criminal. De facto, o velho Abraão Zarco, cabalista de Lisboa, ensina e inicia o seu sobrinho no conhecimento da Cabala e acaba sendo assassinado conjuntamente com uma jovem na

## Atas colóquio da lusofonia –

sua própria casa, numa dependência em que o fecho é unicamente possível pela parte de dentro. As dúvidas e o mistério que envolvem o desaparecimento do tio levam Berequias a envolver-se amorosamente, enquanto o mundo à sua volta se desmorona com a perseguição, prisão e “purificação” dos corpos dos Judeus em vida, sendo esta uma queimada em praça pública durante um Auto de Fé coletivo na capital portuguesa.

A noção da definição do ser que aqui se propõe parte do princípio de que se reconhece a legitimidade do tradutor enquanto autor e enquanto agente proativo no processo de tradução. A ideia da proatividade do agente de tradução, vulgo tradutor, está presente na “Skopostheorie” de Hans Vermeer (2005), quando sugere que toda e qualquer tradução pressupõe uma “encomenda”. Segundo esta base teórica, o tradutor é fulcral enquanto produtor da tradução; se por um lado o texto final é importante e o público recetor é funcionalmente interessado no texto traduzido, por outro lado, se não houvesse o passo da ação traduzida, a transposição do texto da língua de partida para a língua de chegada jamais seria possível. Assim, o tradutor, agente emancipado de comunicação intercultural por excelência controla o processo tradutivo e o produto final tradutológico.

A sua ação de traduzir implica sempre, como já referido anteriormente, uma “encomenda”, isto é, no dizer do modelo de comunicação proposto por Roman Jakobson, podemos ver a noção de “encomenda” da seguinte forma: o emissor da mensagem é o autor da obra – literária ou não – e o recetor é o público leitor da obra traduzida. Durante a passagem da mensagem do emissor até ao recetor, esta é reformulada através de um código novo em que o segundo emissor é o tradutor. Esse código será a língua de chegada do público leitor e poderá ser uma das línguas passivas do tradutor.

Urge, neste momento, distinguir língua ativa de língua passiva para se compreender o que se tenta dizer acerca da “encomenda”. Em termos de produção literária, chama-se língua ativa àquela na qual nos exprimimos por escrito, ou seja, e voltando a Zimler e a José Lima, para Richard Zimler será o inglês dos Estados Unidos da América e para José Lima será o português de Portugal, independentemente de aquele falar bem português e deste falar bem inglês, já que estamos a referir a produção escrita em termos literário comunicativos. As línguas passivas são aquelas da combinação linguística a partir das quais se traduz ou se interpreta, no caso da interpretação.

Dizia-se que o tradutor tem de ser proativo na sua encomenda de tradução pois na vida real e concreta, a situação verificada é a seguinte: existe uma entidade coletiva, pessoa ou instituição que pretende ver um texto traduzido de uma língua para outra. A língua de partida é, por hipótese, desconhecida do autor da encomenda. Essa entidade, então, contrata um tradutor que passará a ser o autor da sua mensagem que é o texto traduzido. Como meio, usa o computador com o *software* implicado no processamento de texto e produz uma tradução tendo em conta o que vai traduzir, para quem vai traduzir, a razão pela qual é que vai traduzir, quando é que vai traduzir – são estas as condicionantes do como se vai traduzir. Sendo uma transação comercial, ou seja, sendo o tradutor um prestador de um serviço de tradução para o seu cliente, esse ato implica um prazo e um pagamento subsequente ou, se for o caso, pode ter sido adiantado ou não, tendo sido previamente negociado. A “encomenda” de tradução deve ter todos estes fatores condicionantes em mente, antes de o tradutor iniciar a sua tarefa. Por vezes, os dois textos são contemporâneos, se se estiver a considerar a literatura atual em fase de tradução. Mas por vezes há um desvio no tempo, ou seja, o tempo que medeia a produção escrita de uma obra literária e o da publicação da sua tradução poderá ser muito alargado. Esta situação pode acontecer no caso de autores de tempos passados, sendo assim uma tradução póstuma.

Quanto à importância do tradutor enquanto autor do seu texto de tradução, nunca é demais referir que aquele é deveras fundamental, já que o motor da tradução é o tradutor propriamente dito. Acrescentar-se-ia que, no caso de “O último cabalista de Lisboa”, o tradutor José Lima ajuda a divulgar a consciência que Richard Zimler tem acerca da sua própria identidade como alguém que tem raízes judaicas. É, portanto, uma questão de definição do ser enquanto se adota uma perspetiva de abordagem.

Ao produzir a tradução, José Lima atua na construção da voz narrativa de Berequias Zarco, o protagonista do romance e, conseqüentemente, participa na consciencialização da auto identificação do autor Richard Zimler junto do público leitor português. Passando a explicar melhor, poder-se-ia examinar a hipótese da autobiografia ser pertinente ou não. Se por um lado, existe a perspetiva que defende que toda a escrita é de alguma forma autobiográfica, por outro lado, as teorias da receção, por exemplo, concentram-se não no autor, mas na impressão que o texto traduzido tem no público leitor em termos de impacto; outros ainda preferem ver a obra *per se*, enquanto entidade independente do seu autor e de quem venha a, eventualmente, lê-la, ou não. Nesta polémica, e seguindo a ideia do tradutor enquanto autor a participar na autodefinição do autor do texto que traduziu, situar-se-ia a defesa do Tradutor também enquanto ser Autor.

Quando se assume que o papel do tradutor e, como consequência, a sua missão, é servir como ligação na cadeia da compreensão linguística, todo o exposto faz sentido. Existem múltiplas línguas e os intérpretes e os tradutores ajudam as outras pessoas a entenderem-se mutuamente. Num período Adâmico, quando apenas existia uma língua que era a do Verbo do Livro do Génesis, todos podiam comunicar entre si e a compreensão reinava entre as consciências do ser; mas após o episódio da Torre de Babel, tudo mudou.

A cobiça dos Homens e sua ambição vaidosa de chegar fisicamente ao Deus criador através da construção de uma torre alta e forte, que os levaria ao céu, transformando-os em pequenos deuses, é na visão bíblica punida por Deus. Os Homens, que trabalhavam em harmonia e que, sobretudo comunicavam compreensivelmente entre si, deixam de se entender e de ser capazes de comunicar entre si. Este mito bíblico do caos na comunicação em termos cosmogónicos teria dado, assim, origem à diversidade de línguas e, por conseguinte, também à multiculturalidade. É curioso notar nesta instância que Françoise Wuilmart observou com muita propriedade e algo jocosamente: “la malédiction de Babel a fait notre bonheur, à nous les traducteurs, Dieu est donc notre plus ancien et notre plus grand pourvoyeur d’emploi” (Wuilmart, 2000:16). Mas a auto identificação enquanto pertença a um grupo por parte dos judeus norte-americanos é, não apenas uma afirmação étnica, mas também uma afirmação política no contexto da política internacional, neste caso relacionando a ideologia com a língua que é defendida através da Literatura. Huiping Wu afirmou: “wegen der engen Verknüpfung zwischen Sprache und Politik wird die Sprachpolitik bzw. das Sprachenregime einer internationalen Institution von politischen, wirtschaftlichen und kulturellen Machtverhältnissen bestimmt” (Wu, 2004: 110); o mesmo é dizer que a língua e a política estão intrinsecamente ligadas e a política da língua, mesmo até de instituições internacionais, é definida pelas relações de poder e pelo equilíbrio político, económico e cultural. Também será interessante focar a vertente cultural e tomar como exemplo a literatura e a etnicidade como as formas desse equilíbrio. Com a trilogia Zarco, Richard Zimler identifica-se com os judeus portugueses que sofreram perseguições e, de uma maneira geral, Zimler define-se enquanto judeu norte-americano – nem que se tratasse apenas da construção das obras juntamente com participação dos seus tradutores, aquela e estes conseguiriam garantir, por si só, a existência da identificação do ser baseada na memória das experiências desse grupo étnico.

“Le traducteur est un ‘passeur’ entre les langues et les cultures: quelqu’un qui introduit quelque chose de l’autre regard dans sa propre langue, dans sa propre culture”, disse Françoise Michaut em “Les résistances du texte” (2007: 163). É realmente verdade: a missão do tradutor é não apenas produzir um texto enquanto autora ou autor, ligando as línguas e as culturas, mas também contribuir para a sua língua, provando que, de facto, também é um autor, autónomo, talvez limitado pelo texto de partida, mas suficientemente criativo para se poder considerar independente. De acordo com o já citado J. J. Sueur, e parafraseando a distinção que faz entre dois tipos de tradução, dir-se-á que, ao citar George Steiner, Sueur identifica: “strictly literal translation” (tradução estritamente literal) e “Translation with the help of a faithful text, but at the same time autonomous (an adequate text in its own language and that stands for itself, without external helps)” (tradução com a ajuda de um texto fiel, mas simultaneamente autónoma – um texto adequado na sua própria língua que se auto afirma, sem ajudas exteriores). Geralmente, os críticos condenam a primeira categoria por estar perto demais do original, arriscando-se a ser ilegível; a segunda categoria é um compromisso – a imagem vive por si e independente de tudo o resto e pode ser mais ou menos adequada. É legível, “limpa”, é o lugar que James Boyd White imaginou, onde se pode traduzir a língua do autor para a outra língua, quando os dois textos acabam por possuir o mesmo nível de importância (Sueur, 2007: 162).

Ainda acerca de ser demasiadamente literal, Ruffier-Meray qualificou esse texto como sendo sem sentido: “le non sens d’une interprétation littérale” (Sueur, 2007: 236). A ideia que advoga o ser-se literal como uma estratégia desadequada em termos de tradução leva a apontar que esta situação apenas contribui para que seja um outro argumento a favor da ideia do tradutor como sendo responsável pela consciência do ser. Não se está presentemente a dizer que José Lima na sua tradução “O último cabalista de Lisboa” não foi suficientemente literal em relação a “The Last Cabbalist of Lisbon” de Zimler; o que se pretende dizer é que Lima alcançou a autonomia, a fluência e a fidelidade na sua versão. A sua conquista apenas defende Zimler enquanto uma das vozes norte-americanas judias mais importantes que vive na cidade do Porto contemporânea.

Poder-se-á nesta instância focar-se a problemática referente à condição da traduzibilidade de um texto: nesta polémica, defender-se-á que todos os textos são traduzíveis, diferentemente daquilo que François Ost parece acreditar quando afirma: “(...) toute traduction (et pas seulement la traduction littéraire) est impossible : les énoncés sont incommensurables, dès lors qu’ils sont issus de langues dont les structures sont étrangères l’une à l’autre” (Ost, 2007:16). O acordo com esta afirmação poderá não ser total. Qualquer professor de interpretação e de tradução, sobretudo científica e técnica, deveria dar os primeiros passos na tradução literária e em todas as instâncias, defendendo que os textos são traduzíveis – apenas o talento dos profissionais da tradução e os seus recursos são determinantes da qualidade do seu trabalho.

É inevitável observar que Lima deve ter feito uma investigação profunda enquanto estava a produzir a tradução de “O último cabalista de Lisboa” sobre a cultura portuguesa dos tempos da Inquisição e as inter-relações entre católicos e judeus durante essa época. Também não deve haver dúvidas relativamente às estruturas numa língua que podem encontrar um equivalente razoável, pelo menos em termos metafóricos. Talvez seja uma perspetiva

## Atas colóquio da lusofonia –

otimista quanto às (im)possibilidades de traduzir qualquer texto, mas pode-se defender que a auto definição do ponto de vista do autor e a construção do seu ser são apoiadas pela existência de uma tradução do texto e, especialmente, pelo papel do tradutor nesta problemática, que é fundamental.

Ainda sobre o papel da tradução na construção do sentido do próprio sentido de identificação, Michael Cronin defendeu: “Translation is central to any proper understanding of the emergence of cultural identity in human history” (2006: 1) e continua, acrescentando: “... from the household to the city of the world, translation must be at the centre of any attempt to think about questions of identity in human society” (Cronin, 2006: 1). Concorde-se com esta afirmação, de novo de Cronin, que aponta para o tradutor como pertencente a uma elite especial, por assim dizer:

“... all translators are cultural cosmopolitans, in that going to the other text, the other language, the other culture, involves that initial journey away from the location of one’s birth, language, upbringing... But there is of course another dimension which is that translators are expected to be fully in possession of the language and culture of the location of their birth and / or upbringing if they are to function effectively as translators, whether into or out of the native tongue” (Cronin, 2006: 11-12).

As metáforas da tradução enquanto porta e do tradutor enquanto ponte são conceitos chave no processo de tradução. Ambas podem ser a prova do papel crucial do tradutor. A (in)visibilidade do tradutor enquanto autor de uma obra de arte é focada como a característica que define o que pode ser – ou não – revelador da auto identificação, tanto do autor como do tradutor enquanto autor.

Será que o tradutor é uma definição da auto identificação do autor? Será que a auto identificação de uma obra de arte é pertinente no contexto histórico-literário da era contemporânea? Será que Richard Zimler é um bom exemplo da identificação de um grupo minoritário? Será que “O último cabalista de Lisboa” é o retrato de uma tradição étnica traduzida em prosa? Será que a reação do público leitor e dos críticos é responsável pela imagem auto definida / auto definidora da identificação do autor e da obra de arte?

Estas são pistas de reflexão que poderiam fornecer material interessante. Também é necessário refletir quanto ao papel da tradução comparada com o original para ilustrar o princípio da necessidade da auto identificação baseada na identificação com o grupo.

O senso comum indica que quando alguém pretende começar a (auto) identificar-se, começa por se apresentar indicando o seu nome, talvez a idade, a profissão. Seguidamente, a pessoa pode alargar a rede de relações para fornecer mais pormenores acerca de si próprio – e talvez fale da família à qual pertence, da comunidade local na qual está inserido e do grupo étnico que for o seu. O senso comum diz que muitas pessoas se podem auto identificar citando a sua nacionalidade ou, se preferirem uma definição mais alargada, podem dizer: “sou um europeu”, “sou um americano”, “sou um lusofalante” ou algo similar.

Nos anos 60, durante o Movimento dos Direitos Civis nos Estados Unidos da América do Norte, muitas pessoas se auto definiam como pertencentes à “Raça Humana” quando os censos inquiriam acerca da raça. Tudo isto para afirmar que a definição verbal pode variar tanto como aqui se espelha. Depois existe a imagem que se deve ter em conta – a roupa que se usa, como se penteia, se se usa maquilhagem ou não, barba, bigode ou outra particularidade – todo o tipo de definição do ser através da imagem pode ser identificativa.

Para atingir a auto definição, um livro deve oferecer um título numa capa apelativa que é graficamente estudada em termos de *marketing* para vender mais cópias e, se possível, tornar-se num *best-seller*. Os germanófonos têm a expressão “Kleider machen Leute”, querendo dizer que “o hábito faz o monge”, isto é, a imagem exterior pode influenciar o estatuto social no qual se vê reconhecido enquanto o seu. Mas a tradução é a capa da língua e ajuda o autor e o tradutor a construírem a sua auto identificação com a ajuda da memória na literatura.

### BIBLIOGRAFIA

- Cronin, Michael, *Translation and Identity*, Routledge: London and New York, 2006;  
Ruffier-Meray, Melle, “Lire la partition juridique”, in *Interpréter & traduire*, Bruylant: Bruxelas, pp. 233-273, 2007;  
Michaut, Françoise, “Les resistances du texte” in *Interpréter & traduire*, Jean-Jacques Sueur (Ed), Bruylant: Bruxelas, 2007;  
Sueur, Jean-Jacques (Ed), in *Interpréter & traduire*, Bruylant: Bruxelas, 2007;  
Venuti, Lawrence (Ed), *The Translation Studies Reader*, Routledge: USA and Canada, 2005;  
Vermeer, Hans J., “Skopos and Commission in Translational Action”, in *The Translation Studies Reader*, Lawrence Venuti (Ed), Routledge: USA and Canada, pp. 227-239, 2005;  
Wuilmart, Françoise, “Traduire, c’est lire”, in *Ecrire et traduire*, Charles Libens (Ed), Ed Luc Pire: Bruxelas, 2000;  
Wu, Huiping, “Das Sprachenregime der Institutionen der Europäischen Union zwischen Grundsatz und Effizienz”, in *Angewandte Sprachwissenschaft*, Rudolf Hoberg (Ed), Peter Lang: Frankfurt am Main, Band 15, 2004;  
Zimler, Richard, *The Last Cabalist of Lisbon*, Bantam Dell, Random House, Inc.: New York, 2005;  
Zimler, Richard, *O último cabalista de Lisboa*, Quetzal Edições: Lisboa, 1999.

## 20. HELENA AFONSO



**HELENA LIMA AFONSO.** Nos anos 60, na freguesia da Conceição, concelho de S.Tomé (S. Tomé e Príncipe), nasceu Helena Afonso. Realizou os seus estudos primários assim como a 5.<sup>a</sup> classe em Angola, país a que chegara aos quatro anos de idade. Com a Revolução de abril (1974) regressa ao seu país natal, prosseguindo aí os seus estudos. Participou, ainda em S.Tomé, num curso acelerado de professores. Foi docente na Escola Preparatória Patrice Lumumba (S.Tomé), onde lecionou a disciplina de Língua Portuguesa. Em 1981 desloca-se a Lisboa para prossecução de estudos. Ingressa na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa onde obtém a licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas - variante de Estudos Portugueses. Dada a situação de instabilidade que se tem vivido no país em termos laborais, o exercício da docência não se tem efetivado de forma contínua. Frequenta, presentemente, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa (Área de Especialização – Metodologia do Ensino do Português Língua Segunda / Língua Estrangeira). Sensibilizada com a problemática das línguas africanas e portuguesa, tem participado em palestras ligadas a esta problemática.

SINOPSE - TEMA 2.3. A PROBLEMÁTICA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM S.TOMÉ E PRÍNCIPE HELENA LIMA AFONSO, FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

## Atas colóquio da lusofonia –

A realização da língua portuguesa em S.Tomé e Príncipe dá-se numa situação de plurilinguismo (nível nacional) e de bilinguismo (nível individual). Destacam-se como sistemas linguísticos na constituição do quadro linguístico nacional as línguas forjadas pela vivência do povo – as línguas crioulas, que em regime de coabitação interagem com o português, língua de origem europeia. Dada a política linguística adotada após a independência, o português, outrora língua de uma minoria, teve uma implementação generalizada e é hoje utilizado pela grande maioria da população. Todavia, se por um lado a língua portuguesa preenche cada vez mais a comunicação quotidiana nas suas múltiplas vertentes, por outro, é preciso não se perder de vista a qualidade do *input* a que a grande maioria dos aprendentes está exposta, o que tem levantado certos problemas no processo de ensino / aprendizagem deste sistema linguístico no arquipélago. Dada a especificidade de que se reveste o fenómeno linguístico em S.Tomé e Príncipe – a coexistência de línguas próximas (os crioulos de base portuguesa e o português), a aparente proximidade dos sistemas linguísticos em presença aliada a uns tantos outros fatores tem funcionado como fator catalisador da situação linguística reinante no país. Tenha-se presente que, numa primeira fase da história linguística do país, dado o parentesco existente entre os crioulos (L1 da grande parte da população em processo de *shift* em direção ao português) assistiu-se a um *transfer* das estruturas das línguas crioulas para o português (L2), tendo sido estas estruturas incluídas na *interlíngua*. Porém, dadas as conjunturas económicas, sociais e políticas, essa *interlíngua* estabilizou-se, sendo assumida como língua materna de uma parte substancial da população são-tomense, processo na base do qual assenta a surgimento da variedade são-tomense do português. Constitui pois, nosso objetivo, sensibilizar para estas e outras questões que se prendem com a problemática do ensino da língua portuguesa em S.Tomé e Príncipe e das consequências daí recorrentes com vista à reversão do estado de “caos” linguístico que impera no país.

A presente intervenção tem por objetivo apresentar uma breve reflexão sobre a problemática do ensino da língua portuguesa em S.Tomé e Príncipe. Independentemente dos vários fatores que concorrem para tal problemática, um há que se nos afigura deveras relevante – a questão do *input*, à qual, na presente apresentação dedicaremos especial atenção.

Neste minúsculo país arquipelágico, situado no golfo da Guiné, destacam-se como sistemas linguísticos na constituição do quadro linguístico nacional, as línguas forjadas pela vivência do povo – as línguas crioulas – que em regime de coabitação interagem com o Português, língua neolatina, outrora língua do colonizador e que após a independência nacional, proclamada a 12 de julho de 1975, foi adotada como língua oficial.

Durante o período colonial, apesar desta multiplicidade linguística, contrariando os ideais do diálogo intercultural, o Estado português optou por uma política baseada na anulação da alteridade, isto é, uma política que consistia no pressuposto da assimilação, o que passava inevitavelmente pela adoção da língua do colonizador por parte da população colonizada. Assim, o português foi durante o período colonial a única língua que todos os indivíduos deviam aprender a dominar. Era esta a língua de ensino, a língua que lhes dava possibilidade a acederem a um posto administrativo ou ter sequer acesso à sociedade colonial. Porém, não obstante tal facto, certo é que nunca foram criadas condições necessárias e suficientes para que a língua portuguesa pudesse chegar a toda a população, visto que o ensino não era nem gratuito nem obrigatório, o que dificultou o acesso da grande maioria dos são-tomenses à escola na medida em que pertenciam a famílias muito modestas.

A afirmação “ se todos souberem ler e escrever a instrução desvaloriza-se”, da autoria de António de Oliveira Salazar, datada de 19 de maio de 1933 *in* Educação Nacional (*apud* Machado, 2007:42), justifica bem a política colonial adotada para o ensino na então África colonial – uma política virada para a constituição de elites. De tal facto resultou que durante o período colonial a estrutura da língua portuguesa fosse dominada por apenas uma minoria, enquanto a grande maioria da população, analfabeta e rural, utilizava como meio de expressão as línguas crioulas ou o “português aéreo”, conforme o designou Lorenzino (1996), meio de expressão que se caracteriza por um certo desvio da norma padrão instituída, em virtude de este tipo de falantes desconhecer a estrutura desta língua.

No período pós independência, a língua portuguesa foi (como não poderia deixar de ser, tendo-se em conta o percurso histórico do país), a língua escolhida pelos novos governantes, tendo-lhe sido atribuído o estatuto de língua oficial. Todavia, embora língua oficial, pelas razões de ordem histórico-cultural já apontadas, apresenta-se como língua não materna de grande parte da população. Dada a política linguística adotada após a independência, o português, outrora língua de uma minoria, teve uma implementação generalizada e é hoje utilizado por uma grande parte da população, sendo-lhe no entanto caraterísticos muitas imprecisões de uso de que as produções linguísticas a seguir apresentadas são um exemplo:

1- “eu aideme [a ir de mim] para uma festa todo vincado eu estou a juda senhora<sup>71</sup>”

2- “sigiram o rasto de sangue e caíram sete fundura de inferno<sup>72</sup>”

3- “a filha não bebeu água , ficou com segura<sup>73</sup> e morreu<sup>74</sup>”

Estes enunciados, produzidos por alunos que frequentam instituições oficiais de ensino num nível que seria de esperar a observância de uma certa competência linguística, isto é, um certo grau de domínio da língua, contrariam esta expectativa, pois, estas realizações em português mais não são do que uma transposição direta das estruturas do crioulo Forro para esta língua. Por outro lado, evidenciam também, que os falantes tendem a transpor para o domínio da escrita as marcas da oralidade, de que a aglutinação de palavras é um exemplo, o que não deixa de ser um reflexo de uma fraca competência linguística. Na frase exemplificada em 1) a expressão “aideme” disso mesmo é um exemplo. Esta aglutinação, de que a frase exemplificativa é apenas um exemplo entre tantos outros que constam num corpus por nós elaborado a partir de composições de alunos da 6.ª e 9.ª classes do ensino básico, espelham problemas profundos na aquisição do português padrão, a norma que vigora nos manuais de ensino em S.Tomé e Príncipe.

Os exemplos ora apresentados, fruto da interferência entre o português e as línguas crioulas, deixam já antever as dificuldades inerentes ao ensino da língua portuguesa em S.Tomé e Príncipe.

Razões histórico-sociais e políticas ajudam-nos a perceber este facto. Se a língua portuguesa era, durante o período colonial, a língua de uma elite, no período pós-independência, dada a política linguística adotada, o português teve uma implementação generalizada, como tivemos já oportunidade de referir. Todavia, se por um lado a língua portuguesa preenche cada vez mais a comunicação quotidiana nas suas múltiplas vertentes, por outro é preciso não perder-se de vista a qualidade e a quantidade de *input* a que a grande parte dos são-tomenses está exposta.

No período pós-independência, a partir de uma política virada para a gratuidade e massificação do ensino, se pretendia que a língua portuguesa chegasse às populações mais recônditas do país. Um facto porém foi negligenciado – a não equacionamento devida da situação sociolinguística do país. Tendo-se partido da premissa de que em S.Tomé e Príncipe se aprende português em situação de imersão linguística, negligenciou-se a questão da convivência linguística. De tal facto resultou a proliferação de uma língua híbrida, fruto da convergência das várias línguas em contacto. É pois, este sistema híbrido, com características de uma *interlíngua* <sup>75</sup>que foi assumido como língua materna de uma parte substancial da população são-tomense e conseqüentemente a língua por ela utilizada nas mais variadas situações de interação linguística, incluindo o meio escolar. E o problema torna-se tanto mais complexo, quando os próprios professores, a quem cabe como tarefa a difusão da norma linguística, enfrentam, eles próprios, o problema da norma.

Como consequência da política linguística colonial, em S.Tomé e Príncipe é de certa forma reduzido o número de falantes detentores de um domínio pleno da norma instituída, facto que não pode deixar de ter implicações importantes para aqueles que devem aprender esta língua como língua segunda (L2), uma vez que o contacto auditivo é essencial no processo de ensino aprendizagem da língua. Pelo facto de ser reduzido quer o número de falantes nativos, quer o número dos que possuem uma competência idêntica à dos falantes nativos, a grande maioria dos aprendentes são-tomenses de português como L2 em S.Tomé e Príncipe acaba por não ter acesso à norma europeia da língua, nem em ambiente natural e muitas das vezes nem mesmo em situação de ensino formal. Tal facto torna evidente que, embora se declare oficialmente a norma europeia da língua como padrão, para aqueles que devem aprender e dominar este padrão, poucas são as possibilidades de exposição a amostras autênticas desse mesmo padrão. Conseqüentemente, muitos dos erros cometidos na aquisição da L2 nunca chegam a ser corrigidos nem mesmo pelos próprios professores aos quais, supostamente cabe, como tarefa, a transmissão dessa mesma norma (Gonçalves, 2005:9).

Indiscutivelmente, os contextos de aprendizagem da língua desempenham um papel preponderante na construção de “perfis”de proficiência linguística. Krashen (1998) afirma a propósito que a fluência na fala adquire-se com o tempo e com uma maior exposição à língua alvo e depende da qualidade e da quantidade do input. Na mesma linha, Kessler (1984), afirma que, para que os aprendentes possam desenvolver a habilidade linguística necessitam

71 Eu, vestido a rigor, a caminho de festa, vou prestar auxílio à senhora?

72 Seguiram o rasto de sangue até às profundezas do inferno.

73 Embora no crioulo exista a palavra *seji* (cujo equivalente lexical é *sede* em português), o seu valor semântico difere de uma língua para a outra. Na verdade, em crioulo, a palavra *seji* é sinónimo de *apetite sexual*. Assim para se referir a sede (necessidade de beber água), recorre-se à palavra *secura*. Conseqüentemente, em determinados meios socioculturais, as crianças são severamente castigadas caso façam uso deste lexema.

74 A filha não bebeu água, e morreu de sede.

75 A *interlíngua* é considerada como o sistema linguístico do falante não nativo numa determinada etapa do seu processo de aprendizagem. Este sistema apresenta elementos da língua materna, outros da língua meta e alguns exclusivamente idiossincráticos. (Otonello, 2004)



## Atas colóquio da lusofonia –

de ser suficientemente expostos à língua, para que possam construir uma representação mental de como ela deve ser falada. Porém, olhando para o contexto de aprendizagem da língua portuguesa em S.Tomé e Príncipe, a que tipo de *input*, ou seja a que tipo de amostras da língua alvo têm os aprendentes acesso ao longo do processo de ensino aprendizagem da língua?

Teoricamente espera-se que, pelo menos em contexto escolar os alunos tenham acesso à norma prescritiva da língua, desempenhando o professor um papel-chave na transmissão de tal norma. Todavia, em S.Tomé e Príncipe nem sempre isto é possível, como se pode verificar pelas seguintes realizações linguísticas de alguns professores do ensino primário, apresentadas no trabalho “Monitorização da Aprendizagem dos Professores do Ensino Primário”:

1- *Algumas técnicas desse processo é leva o aluno no domínio de matérias introduzido.*

2- *Eu comeso de mi, para eles vêm o exemplo em mi, eu faço eles saber que nós devemos respeitar uns aos outros.*

3- *Sim. Porque é o momento que os alunos estão com memórias fresca para captar inculir nos alunos esse hábitos e os alunos gostão da aula no ar livre fora da turma.*

Sem analisar os “erros” de que padecem os enunciados aqui expostos, fácil é inferir que relativamente à norma instituída, o discurso do professor se afigura distanciado da norma que ele é suposto ensinar. Tendo em consideração que o professor deve ser “simultaneamente transmissor de um saber sobre a língua, dinamizador de trocas linguísticas em sala de aula e avaliador das produções dos seus alunos “ (Ançã, 1995:58), a norma que os alunos devem adquirir, o português europeu, raramente é a variedade que eles têm como *input* na sala de aula.

Considerando-se este panorama, e tendo-se em conta que cabe à escola, como função, estimular o desenvolvimento linguístico das crianças e jovens e promover as aprendizagens necessárias para que atinjam um nível de mestria linguística que lhes permita “desenvolver plenamente as suas capacidades, viver e trabalhar com dignidade, participar por inteiro no desenvolvimento, melhorar a qualidade das suas vidas, tomar decisões fundamentadas e prosseguir a sua aprendizagem” (Unicef *et alii*, 1990:10), é de fácil percepção que a situação sociolinguística que prevalece no país coloca sérios desafios ao ensino da língua portuguesa no país e ao ensino em geral.

Pelo exposto, cremos ser fácil concluir que algumas das dificuldades dos alunos são também resultantes da própria atuação do professor na sala de aula, pois não nos podemos esquecer de que maus modelos geram maus produtos. A falta de capacitação linguística da maior parte dos professores (para já não se falar da falta de formação metodológica para o ensino do português como língua segunda), o facto de se negligenciar que a sala de aulas é cada vez mais o local de convergência de variados sistemas linguísticos e que a grande maioria das crianças tem como língua materna, não o português, a norma instituída, a língua de ensino, mas uma língua outra – uma língua crioula ou a variedade oral do português, um falar de características próprias (principalmente morfossintáticas), são alguns dos fatores que muito têm contribuído para as dificuldades inerentes ao ensino da língua portuguesa em S.Tomé e Príncipe.

Considerando-se o estatuto de que goza a língua portuguesa no país, exige-se do professor de língua portuguesa que seja um técnico convenientemente preparado, competente tanto na língua que tem por obrigação ensinar, como em metodologia. Porém, tendo se em conta o perfil atual da grande maioria dos professores, o ensino da língua portuguesa tem de passar necessariamente por uma política que privilegie a formação de professores. Medidas para suprir as deficiências relativas ao corpo docente têm que passar a fazer parte das preocupações das autoridades são-tomenses. Por outro lado, partindo-se do facto de que:

- Principalmente nas zonas rurais ou classes mais desfavorecidas a exposição à língua alvo é praticamente da responsabilidade da escola e do professor<sup>76</sup>;
- quanto maior for a exposição a essa língua, nas suas vertentes quer oral, quer escrita, maior é a probabilidade do sucesso na aprendizagem,

Criar condições para que os alunos possam estar mais tempo expostos à língua, têm que passar a fazer parte das preocupações dos professores e entidades governamentais, pois compete à escola desenvolver, mais do que uma mera competência comunicativa, uma competência linguística, sob pena de contribuir objetivamente para o insucesso escolar e, porque não, até mesmo para a discriminação / estigmatização social.

Tendo-se em conta que a vida pública no país se efetiva em português<sup>77</sup> e conseqüentemente no momento atual a escolaridade em S.Tomé e Príncipe é feita somente em português apesar do multilinguismo existente, pois que as condições necessárias para a implementação do ensino bilingue não estão suficientemente criadas (embora relativamente a essa problemática se comece a vislumbrar uma tênue luz ao fundo do túnel), a problemática do ensino da língua portuguesa no país deve pois deve pois ser tratado com a máxima seriedade. Impõe-se que a escola são-tomense cumpra com o seu dever – o de levar as crianças com uma variedade linguística de origem diferente a aceder à língua padrão, de modo a que elas sejam capazes de a usar fluente e apropriadamente em todas as situações que o exijam, isto é, conceder-lhes a possibilidade de se apropriarem de instrumentos cruciais para o pleno exercício da cidadania.

### Bibliografia

ANÇÃ, Maria Helena, “Normas e Ensino” in *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 13, 1995, 58-64.

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE S.TOMÉ E PRÍNCIPE, “Monitorização da Aprendizagem dos Professores do Ensino Primário”, S.Tomé, 1999.

LORENZINO, Gerardo Augusto, “Uma Avaliação Sociolinguística sobre São Tomé e Príncipe” in *Congresso Internacional sobre o Português: Atas, Vol. II*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística e Edições Colibri, 1996.

MACHADO, Carmo Miranda, *Entre dois Mundos, Entre Duas Línguas*, Lisboa, Edições Colibri, 2007.

OTONELLO, Marta Barato, “La Interlíngua del Hablante no Nativo, in J. Lobato & I. Gargallo (dir.) *Vademecum para la Formación de Profesores*, Madrid, SGEL, Sociedad General Espanola de Libreria, 2004.

KESSLER, Carolyn, “Language Acquisition in Bilingual Children”, in N. Miller (ed.), *Bilingualism and Language Disability: Assessment and Remediation*, London, Croom Helm, 1984.

UNICEF, UNESCO, PNUD, BANCO MUNDIAL, *Declaração Mundial sobre a Educação para Todos. Quadro de Ação para Responder às Necessidades da Educação Básica. Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, Lisboa, Editorial do Ministério da Educação, 1991.

MATA, Inocência, “Da Língua à Cultura: Alguns Aspetos da Problemática Linguística nos Cinco” in *Quo Vadis, Romania*, 27, Institut fur Romanistik, Universitat Wien, Wien, 2006.

### 21. ILIYANA CHALAKOVA

ILIYANA CHALAKOVA, Doutoranda em Literatura Portuguesa Contemporânea, Mestre em Ciências de Tradução e Redação, Licenciada em Filologia Portuguesa. Presentemente trabalha como professora auxiliar em língua portuguesa prática e tradução de economia na Universidade de Sófia, e jornalista no serviço corporativo e económico sobre Portugal, Espanha e América Latina da agência All Data Processem. Áreas de interesse: Escrita feminina de expressão portuguesa; literaturas pós-coloniais de expressão portuguesa; literatura marginal portuguesa; o texto dramático em português e presentes e possíveis relações intertextuais com autores italianos; transferências culturais por meio da tradução.

#### Publicações principais:

“Níveis de construção do contraste na escrita feminina de Paulina Chisinau. Dicotomias presentes e possíveis”, in *Atas do Colóquio Internacional de 15 Anos de Filologia Portuguesa na Universidade de Sófia “St. Alimenta Ohridski”*, Nov.º de 2007.

<sup>76</sup> Tenha-se sempre presente a importância do *input* linguístico (quer quantitativamente, quer qualitativamente, fornecido pelo meio e conseqüente desenvolvimento do processo linguístico. Quando o ambiente familiar é pobre em estímulos (o que acontece com a grande maioria das crianças são-tomenses), difícil será o desenvolvimento linguístico da criança.

<sup>77</sup> Gostaríamos no entanto de ressaltar que, apesar da constante justificação sobre a “inevitabilidade histórica” do estatuto que a língua portuguesa desempenha no país, isto é do acesso e da viabilidade do seu estatuto como língua oficial (Mata, 2006:40), cremos que a situação linguística no país terá de evoluir no sentido da estimulação de um real bilinguismo, pois só assim, as línguas que configuram o quadro linguístico nacional poderão coexistir harmoniosamente.



### SINOPSE - TEMA 3.1. VIVÊNCIAS DO CORPO NA POESIA DE JUDITH TEIXEIRA ILIYANA CHALAKOVA UNIVERSIDADE DE SÓFIA "ST. KLIMENT OHRIDSKI" BULGÁRIA

A pequena investigação insere-se no tema da homenagem do esquecimento de autores de língua portuguesa e propõe-se estudar as características da obra da autora servindo-se do código do corpo como ferramenta de interpretação. O pensamento interpretativo passará pela vivência do corpo como emoção, especialmente amorosa, pela percepção do corpo como instrumento e demonstração de poder e / ou autopoder no que se refere ao erótico e não só, pela representação do corpo no espaço e a vivência do próprio corpo como espaço só por si, inseparavelmente da sua imagem, para chegar à conjugação do corpo com o espírito numa tentativa de equivalência (pelo menos) e excedência. A investigação servir-se-á de um conjunto de exemplos poéticos previamente escolhidos sem pretender abranger a totalidade da obra. Com isto tudo espera-se dar uma nova perspetiva na interpretação da obra pouco estudada de Judith Teixeira, bem como acrescentar valor à discussão contemporânea acerca do corpo.

#### 1. DUPLA QUEDA

“Cair no esquecimento” é o fenómeno que mais tem acontecido, afirmo com pena e não haverá muitos que o possam negar, nas literaturas ocidentais nas últimas mais de cinco décadas. Serão fatores tanto de natureza política e social, como de economia (por muito distante que pareça a ligação) os principais culpados do tal esquecimento. Parece que as políticas tanto de carácter social como cultural ficaram presas e até certo ponto subjugadas à dinâmica da globalização e às velocidades das trocas culturais que se operam dentro dessa. Na tentativa de se afirmar diferente (num ato meio absurdo de pseudo-preservação da própria “cultura”) e expor o que se acha “digno” de ser mostrado ao “outro”, as políticas culturais puseram em totalidade a sua atenção nos ditos expoentes da produção artística (não será por complexo de inferioridade e relacionado medo de não merecer lugar no conjunto das culturas globalizadas?). Mesmo que a autora destas linhas seja mais a favor da preservação da diversidade cultural<sup>78</sup>, será muito pouco racional e ingénuo crer, e pior, continuar a insistir na possibilidade de preservação num estado cem por cento puro das mesmas através de isolamento, considerando as qualidades da vida contemporânea e o ritmo das trocas culturais que urgem por razões que na maioria dos casos nem são de carácter e propósito cultural. Presume-se disto tudo que, sendo inevitável a comunicação cultural entre os diferentes paradigmas, inevitáveis serão as já elaboradas políticas culturais. Pena só serem feitas em base do isolamento sem aplicar o mínimo pensamento na já mencionada comunicação que afinal levou à sua criação. São essas políticas, alicerçadas na ideia da exposição do considerado “máximo” da criação artística própria, que muitas vezes condenam ao esquecimento o “miudinho”, mas como a chuva – precioso, que existiu, foi, mas provavelmente não continuará a ser. Paradoxal esse fenómeno, quando, se fossem bem entendidas as trocas culturais, a comunicação seria efetuada em base de temas comuns que possam garantir intertextualidade<sup>79</sup> capaz, sem medos de perda nacional, de criar fios de ligação verdadeira que provavelmente chegarão àqueles exemplos preciosos da chuva miudinha, evitando desta maneira a queda, em outro caso inevitável, no esquecimento.

De uma dupla queda se trata no caso particular de Judith Teixeira: por um lado assistimos a um esquecimento, do nome concreto da autora e da sua obra, cujas razões remontam da época do modernismo português; por outro lado, a seguir de séculos de valorização e revalorização do espírito e da alma e da adoração da força primordial e movediça deles na vida dos humanos, nem o surto e florescer da cultura *pop* nem a revolução sexual conseguiram fazer com que a manifestação do indivíduo como um todo inseparável de espírito e corpo na arte, seja, em primeiro, lugar aceite, e em segundo momento, bem interpretada e entendida pelos contemporâneos.

Quanto à primeira das quedas, René P. Garay (2003: 150) tenta encontrar os porquês do esquecimento de Teixeira, ao responder a uma série de perguntas, entre essas: porque o livro “Decadência” da autora foi retirado das livrarias e queimado, porque é que foi apelidada de “desavergonhada”, porque mereceu ser ridicularizada em gravuras paródicas e outras dúvidas afins estreitamente relacionadas com a vida artística e social nos anos do primeiro modernismo português. Garay, levado pela tentativa de justificar a tese de se tratar de “um verdadeiro hino ao universo erótico” (2003: 150) no caso da obra de Teixeira, encontra respostas para umas das perguntas no facto de Judith ser mulher e provavelmente amar outras mulheres num contexto sexista e homofóbico nos princípios do século XX. Resposta geral às perguntas referidas porém pode ser dada ao pensar só no foco dos estudos sobre mulheres, nomeadamente na condição feminina e realização do feminino no mundo machista e fortemente patriarcal daqueles tempos e não só. O discurso do género e do feminino aqui abriu para si caminho por entre negações, queimaduras, dúvidas na qualidade e esquecimento.

Não esquece porém nem menospreza o poeta António Manuel Couto Viana ao considerar Judith Teixeira a “única poetisa modernista”. Nasceu ela em Viseu em 1880, começando a escrever na adolescência “versos ingénuos, que guardava”, segundo palavras suas. Depois de assinar sob pseudónimo composições em prosa no “Jornal da Tarde”, em 1922 escreve com o seu nome verdadeiro a maior parte dos poemas que haveriam de ser incluídos nas suas coletâneas “Decadência” e “Castelo de Sombras”. Um mês a seguir da saída em 1923, “Decadência” é apreendido, junto com as “Canções” de António Botto e “Sodoma Divinizada” de Raúl Leal, todos considerados “imorais” “decadentes, os poetas de Sodoma”. Fernando Pessoa toma entretanto posição em defesa dos amigos Botto e Leal, sem se lembrar porém de Teixeira. Mesmo assim, ela publica “Castelo de Sombras”, reedita “Decadência” e mais tarde escreve “Nua. Poemas de Bizâncio”. A polémica acerca dos seus poemas não para, não faltam qualificações de “vergonhas sexuais e literárias”, “versalhadas ignóbeis”, “livros obscenos”, “papelada imunda, que empestava a cidade”. Depois do enxovalho público e da ridicularização em caricaturas por várias revistas, Teixeira defende-se e contra-ataca na conferência “De Mim – as minhas razões sobre a Vida, sobre a Estética, sobre a Moral”, cujo texto edita, seguido de “Satânia”. Depois de totalmente esmagada pela moral vigente, em 1927 vem sentenciada de “morte artística” pela mão de José Régio, que diria: “Todos os livros de Judith Teixeira não valem uma canção escolhida de António Botto”. Lícita então, tanto no contexto desta sentença quanto ao pensar no momento de grande escândalo provocado, a interrogação do Couto Viana relativamente ao voto ao silêncio e à ignorância da autora – “É irresistível: leio as poesias de Judith Teixeira e, separando muito trigo de muito joio, penso-as merecedoras de melhor sorte do que o silêncio, a ignorância a que têm estado votadas (...)”.

<sup>78</sup> Sem pretender aqui utilizar o termo nos seus conteúdos mais exatos dentro da terminologia dos estudos culturais.

<sup>79</sup> Refiro-me aqui tanto à intertextualidade literária, como à artística em geral.

## Atas colóquio da lusofonia –

Silêncio esse que decorre da tal ignorância, ou melhor, da renúncia dum círculo, e mais ainda, de uma grande parte da sociedade, de entrever a verdade sobre o todo corpo-espiritual e a respetiva necessidade de vivências naturais; silêncio equivalente a condenação de morte de uma obra inteira e um nome artístico por razões moralistas muito duvidosas e pouco sinceras mas louca e destruidoramente convencidas da não-ultrapassagem das barreiras limitativas da posição feminina. Primeira queda no esquecimento.

Segunda queda quase reduplica a primeira no que se refere à fácil exclusão dos “cânones literários”, classificações de subdesenvolvimento resultando em definições de “canções de embalar e cor-de-rosa”. Garay relembra as considerações de Shari Benstock (1990: 183) acerca dos críticos fiéis às “canonizações literárias” e esquecidos da importância do elemento erótico na literatura, roubando deste modo a possibilidade de interpretação literária por meio de estratégias temático-discursivas mais alargadas. A ideia de Benstock quanto ao erótico é somente uma das especificidades do problema mais amplo do esquecimento total da existência do corpo, junto com as suas necessidades e potencialidades, assim como a negação inabalável de qualquer possibilidade de ficar ao lado do espírito como força movediça da existência humana. Pensamentos esses patriarcais que serão pela primeira vez questionados pelo discurso do género e levados à superfície de uma interpretação artística fechada sobre si, limitada e errada afinal por excluir sob o motivo moralista parte significativa e em certos casos se calhar única do universo temático-estilístico analisado. O “cómodo” esquecimento do corpo como tema e / ou instrumento de expressão nas letras ocidentais, suportado por instituições ora políticas ora religiosas, levou ao esquecimento artístico acima comentado, no caso de ser único o problema das vivências corporais em certo autor ou obra, e por consequência proibidos de interpretação por serem “imorais” ou pelo menos despropositados. Urge portanto “ir contra a corrente poderosa da tradição secular de marginalização do corpo” (2007a: 3) que o jovem filósofo e teorizador da arte Boyan Manchev proclama na introdução do seu mais recente livro “O Corpo. Metamorfose”, marginalização essa, relembra Manchev, que reduz o corpo à projeção do exemplo eterno, da imagem do arquétipo Espírito. Um dos caminhos prováveis de ultrapassar o esquecimento deste tema paradoxalmente será o aproveitamento da força comum da renúncia platónico-cristã do corpo na cultura ocidental para a interpretação meio-intuitiva do corpo como um abrangente cultural possível, acessível e enfim comum dum mundo em globalização. O movimento contra o esquecimento do abrangente, do geral, do tema comum levará à demanda do caso particular no exemplo local, corrigindo desta maneira duplos esquecimentos, como é o caso de Teixeira, e levando a novas buscas temáticas.

### 2. ESPÍRITO INSPIRADO E MATÉRIA INSPIRADA

São muitos os textos das letras ocidentais (e não só, claro está) contemporâneas, e não são poucos os exemplos modernos (como ficou visível da parte da apresentação da produção de Teixeira), sem interesse da realidade geográfica de que emergem ou em que funcionam, que põem no seu foco a contraposição das considerações espirituais largamente partilhadas e a moral à vivência corporal do indivíduo através da sua natureza primordial. A filosofia da antiguidade entende o corpo como provocador de caos e desordem, e junto com isso trazedor do mal e do pecado. Somente o isolamento do corpóreo, a sua ultrapassagem para o filósofo da antiguidade garante a sobrevivência do espiritual. Como o Prof. Dr. Georgi Kapriev (2007: 13) relembra numa publicação relativamente recente, o Maximus Confessor percebe “os corpos como criados pela vontade, pelo siso-logos e pela sabedoria de Deus, e por conseguinte são inquestionavelmente bons. Mais ainda, sendo parte imprescindível do humano, esses são feitos para existência eterna. Sem possibilidade de cair na inexistência.” Esta designação positiva, claro, refere-se mais à imagem espiritual do corpo, à alma-corpo, enquanto as considerações acerca do corpo-carne e da “lei da carne” vão predominantemente numa perspetiva negativa. A carne corporal é pensada como espaço de capacidades opositivas e mutuamente destrutivas, que cancelam a imortalidade do corpo-alma e inevitavelmente levam à perda do mesmo. Será porém que isso significa que a “lei da carne” deve ser negada, que o pensamento corporal deve ser reprimido, que o corpo-carne deve ser permanentemente mortificado? E se não, se a resposta destas perguntas for não, qual será o resultado, somente positivo ou igualmente negativo para o todo humano, de não reprimir o pensamento corporal, da vivência completa do amor pelo sensual, da ilimitada favorização do corpo e das suas sensações?

Afirma-se como inquestionável a existência de necessidades-buscas sensuais do corpo-carne emocional se olharmos para o espaço das artes performativas da nossa contemporaneidade que permite falar de “época do corpo” (2003a). A verdadeira “invasão” das imagens dos corpos, das imagens-corpos, neste espaço leva a uma corporização do mundo abrangente a seguir da secular subjugação à ideia, à língua. Está acontecendo a atribuição de língua ao próprio corpo, ou melhor, se calhar o surto da língua pelo corpo. Não será possível então transpor estas quase certezas da “época do corpo” corrente para momentos, casualidades, décadas atrás, quando não é que não tinham justificação mas foram cobardemente omissas pela interpretação política, social e canónica? A resposta às dúvidas como escrever sobre o corpo? é possível este processo realizar-se por meio da língua racional, concetual? Ou é preciso escrever em excesso, em transe linguístico, i.e. empregando o corpo? Encontra o seu mais confortável repouso na escrita no feminino, que é por excelência corporal, e na expressão poética – a única capaz de erupção através do corpo. Daí a presente conjugação do acordar contemporâneo para as significações das sensualidades e representações físicas corporais no paradigma dum “verbo” português moderno e esquecido que é a poesia de Judith Teixeira.

### 3. VIVÊNCIAS DO CORPO

Se seguirmos o conselho da acima referida Benstock para uma visão menos tradicionalista do mundo moderno: “We have posed the question ‘Was there a modernism for women? without asking ‘What was modernism’” e passarmos pela qualificação de “a única poetisa moderna” dada por Couto Viana a Judith Teixeira, chegaremos à insurgência na voz de um “eros irreprimível, na sua vertente sáfica (...) gerador da criação poética da literatura moderna” (2003: 142). Logo no início da modernidade em Portugal, verdadeiramente moderna, no contexto do cânone exclusivamente masculino da literatura e num meio extremamente patriarcal, Teixeira vem mostrar o que deve ser a visão feminina na criação artística, no caso concreto literária, no tom das receitas das feministas literárias: “Woman must put herself into the text – as into the world and into history – by her own movement” acredita Hélène Cixous (1986: 225) na sua teoria da escrita feminina. Esta visão moderna e transgressora do poético feminino baseia-se no desejo feminino através da recriação da dimensão sensual do corpo feminino. Ou seja, o espaço cultural da subjetividade individual reduz-se ao espaço do individual e do desejo, ao espaço da evocação do prazer – esse, o espaço em que se opera o “experimento” com o corpo e a linguagem que se lança com os poemas da Teixeira. A poetisa soube, sem dúvida, articular o discurso do género na representação artística numa escrita visceralmente corporal, paisagem onde emoções provocadas por vivências reais ou fantasiadas do corpo vêm polvilhadas de imagens corporais elaboradas.

#### 3.1. A METÁFORA FÍSICA DA EMOÇÃO

Pouco verídico será começar qualquer interpretação de Teixeira por outra vivência corporal que não seja a emoção, na predominância amorosa da sua revelação na obra da poetisa. A vivência física do corpo como emoção na fronteira da natureza humana nos poemas faz diminuir o espaço da representação espiritual (moral), sem apagá-lo porém, mas antes empenhá-lo para as causas das necessidades da ligação sensual com o mundo. É desta maneira que a vivência física do corpo através da sensualidade nos poemas de Teixeira oferece possibilidades de partilha, cumplicidade, na percepção para um círculo consideravelmente largo de leitores. Neste sentido os textos de Teixeira são um exercício de não-pensamento do corpo unicamente como corpo-espírito, e a atribuição obrigatória de sentido por meio da ligação ao corpo-carne ou corpo-emoção.

A emotividade na produção da poetisa condensa no sentimento amoroso, na conceção indubitavelmente romântica do fenómeno – é romântico e não pragmático o amor, de acordo com a evolução das considerações em volta deste sentimento na tradição, que se serve do código corporal para autorevelar-se. Entra-se aqui inevitavelmente na dialética do desejo, mas depara-se com uma inversão do mecanismo lacaniano da fantasia do “todo” – contrariamente ao mecanismo da fantasia que desde o berço da cultura ocidental atribui à mulher o estatuto do “todo”, agora é a própria sensualidade corporal feminina que procura e deseja possuir objetos dos seus desejos:

*“Torcem-me o corpo desejos...*

*mordendo o cetim com beijos*

*numa ânsia desgrenhada!”*

*É urgente achar o desejo, é urgente entrever nele o amor:*

*“Dizem que eu tenho amores contigo*

*Deixa-os dizer! ...  
Eles sabem lá o que há de sublime,  
nos meus sonhos de prazer”.*

Deduzem-se daqui duas coisas: a elevação do sentimento amor a uma posição “sublime” e a associação dessa mesma emoção com as vivências corporais, mesmo que sonhadas, as únicas capazes de a assegurar. O corpo que provavelmente aparece nos sonhos é um corpo sugestivo de amor, um corpo-objeto, ou seja, um corpo fantasiado “todo”, i.e. objeto de desejo.

Quem experimenta a emoção amorosa e quem a provoca ou onde se reflete é a questão que espontaneamente segue no meio da interpretação do sentimental. Por muito frequente que seja o conceito dos “corpos mudos” na “época do corpo” corrente, à primeira vista parece impossível de ser aplicada ao caso da irradiação verbal dos poemas da poetisa – é a língua a máxima expressão que ela usa para cantar vivências corporais e afirmar existência de amores. Quer dizer que fácil será a afirmação da falta de corpo mudo na poesia dela e a defesa da presença de um “Eu” poético a autorrevelar-se verbalmente, a falar com abertura e sinceridade nas próprias vivências. Não será porém a própria corporeidade a autodefinir-se num retrato mudo, onde se deixam “explicar” e “acompanhar” pela real ou imaginada sensibilidade. Ou seja, o corpo emocional, o corpo que sente, prescinde de palavras, é mudo no conto sensacional; é um corpo que vive e conta o amor via uma vivência puramente carnal, é um corpo que sofre o amor fisicamente. A explicativa verbal, que se prende neste caso ao racional, emerge dum Eu-corpo calado em voz, mas falador em vivências.

Quanto ao “Tu” que recebe a projeção amorosa, ou seja o “todo” do Eu, há uma projeção espetral, no sentido físico do termo, entre os dois polos do eixo. O “Eu” é aquele que ao chamar-se assim se rende ao desconhecimento de si, posto que o seu significado está ancorado no Outro – o “Tu”. Trata-se de um “Eu” que se constrói com relação à imagem do Outro:

*“Dizem – e eu não protesto  
que seja qual for  
o meu aspeto  
tu estás  
na minha fisionomia  
e no meu gesto!”*

Portanto torna-se difícil distinguir aqui quem o procurador e experimentador do amor-desejo e quem o procurado e experimentado<sup>80</sup>. Seja qual for o grau da possibilidade de distinção entre o “Eu” e o “Tu”, criada está uma voz textual autónoma que mais se ouve pela presença-imagem do corpo do que pelo ressoar físico das palavras.

De que “sabor” é o desejo de amor? Desde a expressão de sentimentos de êxtase, à angústia do amor não correspondido ou à dor da separação, o amor é para Teixeira, seguindo o exemplo de Safo, fonte primacial de inspiração de um lirismo cantado no feminino e centrado na experiência amargo-doce da paixão. Numa representação imediata o sentimento do amor aparece envolto em cor exclusivamente dos tons do encarnado e vermelho (em “Mulher de Vestido Encarnado”, “A Minha Colcha Encarnada”, “A Bailarina Vermelha”<sup>81</sup>, entre outros poemas), e posta em momentos soturnos de trevas, ou seja, o vermelho e o preto – as duas cores no fundo do quadro misto do frenesim amoroso e da angústia amorosa. Mais um pormenor ainda na descrição geral do amor enquanto manifestação sentimental da metáfora física da emoção que é o corpo: assiste-se nos versos de Teixeira a um posicionamento da vivência amorosa no espaço do “sonho”, que conjugado com o *locus* noturno, de um lado, sublima o prazer e a ansiedade, e de outro, exacerba os doridos abandono e separação:

*“Mas não tardes  
a realidade  
do meu sonho!...  
Porque há quem morra de saudade  
e dor!  
E eu não sei se terei vida  
que chegue  
se a tua demora  
for mais longa, meu amor!”*

É “o lírio roxo do meu sonho...” a definição que Teixeira dá ao amor, desdobrável por entre vários entes amados em “as orquídeas vermelhas / das minhas sensações!...” A última citação como que engloba o dito todo nas linhas anteriores: a fragilidade e beleza do sentimento amoroso, na sua máxima representação no pano vermelho, acompanhado por outras emoções ainda, como a dor, a angústia, a saudade. “Outonais” é um dos poemas que condensam em maior grau o que é amorosidade em Teixeira:

*“No meu peito alvo, de neve,  
as claras pétalas dos teus dedos,  
finas e alongadas,  
tombaram como rosas desfolhadas  
à luz espásmica e fria  
deste entardecer...  
E o meu corpo sofre,  
ébrio de luxúria, um mórbido prazer!*

*A cor viva dos teus beijos,  
meu amor,  
prolonga ainda mais o meu tormento,  
na trágica dor  
deste desvestir loiro e desolado  
do outono...  
Repara agora, como o sol morre  
num agónico sorrir  
doloroso e lento!...*

*.....  
Noite... um abismo...  
sombrias de medo!  
Tumultuam mais alto os teus desejos!  
Sobe o clamor do meu delírio  
e a brasa viva dos teus beijos,  
num rúbido segredo,  
vai-me abrindo a carne em sulcos de martírio!”*

Neste “redemoinho” de amor, delírio, dor, angústia, desolação, agonia que é vivência amorosa não se pode passar deixando de lado certo toque de coletivismo – uma das marcas próprias da escrita no feminino no campo literário e o feminismo em geral. O sentimento amoroso, sem dúvida, associa-se a uma imagem despersonalizada tanto do amante como do amado (o primeiro – sofredor dos efeitos da paixão e o segundo – estimulador do desejo pelo

80 Não se quer entrar aqui, como em toda a interpretação, pela questão do homoerotismo feminino e o erotismo homossexual, trabalhada aliás com muito empenho e devida justificação textual por Garay na sua publicação aqui citada.

81 Onde até o próprio título é sugestivo da preferência das cores.

## Atas colóquio da lusofonia –

“todo”)<sup>82</sup>, imagem essa que cria uma dimensão mais comunitária do que individual, mais pública que privada. A(s) pessoa(s) despersonalizadas criadas pela poetisa sugerem uma experiência coletiva feminina (pelo menos no que se refere às especificidades da vivência emocional através do corpo, se as ideias do homoerotismo não agradarem ao público menos conservador sim, mas mais condenador de hoje) que parece ter saído do campo do “privado” como eram concebidas as experiências femininas para o campo do “público”, reservado até aí aos modelos tipicamente masculinos, levando para uma dupla consciencialização da sensibilidade feminina ao mesmo tempo individual e coletiva, num complexo fenómeno de irmandade:

*“A luxúria, ó pálidas irmãs,  
é a maior força da vida!  
Sensualisai pois! A vossa carne  
Arrefecida...”*

### 3.2. CORPO E ESPAÇO. O CORPO COMO ESPAÇO

Ao passar pelos versos de Teixeira resulta que o tão repetido ultimamente discurso do lado performativo do corpo adapta-se com admirável sucesso ao caso da representação corporal na obra da autora. Os poemas que carregam mais na descrição corporal do(a) amado(a) porém não se fecham em pormenorizações pitorescas de outros exemplos de outras épocas, porque expõem o corpo focando sobretudo a sua dimensão sensual. É no corpo feminino que se centra o retratamento na maioria dos exemplos:

*“As horas vão adormecendo  
preguiçosamente...  
E as minhas mãos estilizadas,  
vão desprendendo  
distradamente,  
as minhas tranças doiradas.*

*Refletido no espelho  
que me prende o olhar,  
desmaia o oiro vermelho  
dos meus cabelos desmanchados,  
molhados  
de luar!*

*Suavemente, as mãos na seda,  
Vão soltando o leve manto...  
Meu lindo corpo de Leda,  
fascina-me, enamorada  
de todo o meu próprio encanto...*

*.....*  
*Envolve-se a lua  
em dobras de veludo  
nos parâmetros do céu  
e eu vou pensando,*

*no cisne branco e mudo  
que no espelhante lago adormeceu...*

*.....*  
*Volta o luar silente...  
E a minha boca ardente  
numa ansiedade louca  
procura ir beijar  
o seio branco e erguido,  
que no cristal do espelho ficou refletido!...*

*Impossíveis desejos!  
Os meus magoados beijos  
encontram sempre a própria boca  
banhada de luar  
álgido e frio –  
Dizendo em segredo  
às minhas ambições,  
o destino sombrio  
das grandes ilusões!”*

A autorreflexão em “Ao Espelho” oferece uma síntese, na duplicidade da consciência e da sensibilidade, daquilo que se é e que provavelmente se irá demandar no objeto do desejo. E chega essa demanda a “A Estátua” a que, lá para o fim, se clama deixar o corpo pela própria presença e beleza gelada desvanecer pensamentos e racionalidades, e entregar alma às vivências sensoriais:

*“O teu corpo branco e esguio  
prende todo o meu sentido...  
Sonho que pela noite, altas horas,  
aqueces o mármore frio  
do alvo peito entumecido...*

*E quantas vezes pela escuridão,  
a arder na febre dum delírio,  
os olhos roxos como um lírio,  
venho espreitar os gestos que eu sonhei...”*

---

82 Fique aqui lembrado o facto anteriormente assinalado de não se poder fazer às vezes uma distinção categórica entre o “Eu” que adora e o “Tu” adorado.

### Atas colóquio da lusofonia –

Depreende-se dos exemplos supracitados bem como de muitos outros que ficaram somente assinalados, a escolha por uma descrição elíptica do corpo feminino. É de uma fragmentação que sofre a imagem do corpo nos versos de Teixeira e nem sempre é possível, ao juntar os vários elementos usados nos vários poemas, chegar a um corpo completo, por meio da colagem. Isto porque se observa uma forte preferência por partes de corpo feminino como objetos de adoração. São esses a “boca - romã luzente”, “As mãos pálidas, esguias”<sup>83</sup>, os “gestos de ave endoidecida”, “braços, / tumultuosos e exigentes”, “o seio túrgido e perfurante”, “a cinta verga, flexuosa, / na luxúria dominante / dos quadris...”. Quanto à cinta e ao seio sobretudo, fica aqui lembrada a interpretação extensa do erótico na descrição do corpo feminino por Garay (2003: 152), onde se põe o foco sobre a sensualidade provocada pelo seio erotizado atingindo-se afirmação para um “prazer múltiplo: tanto tátil como visual”.

Não é de visualismo estático porém que se trata na obra de Teixeira – é mais movimento constante e contínua dança que correm não só pelos poemas, assim intitulados “Bailados do Luar” e “A Bailarina Vermelha”, mas também por outros versos em outras casualidades que recebem desta maneira a confirmação da existência.

Mais ainda, permitem, movimento e dança, o revelamento do corpo como um conjunto de elementos em constante bulir entre eles, por um lado, e, por outro, em perpétuo mover no lugar ao redor. Vem esta observação confirmar a tese de duplo relacionamento entre os conceitos do corpo e do espaço: mais imediato é procurar a representação do corpo num espaço concreto, mas analisando, pode ser distinguir esse mesmo espaço envolvente refletido no corpo e reduplicado de um modo a construir outro espaço autónomo fechado sobre si, mas com influências de irradiação emocional permanentes.

### 3.3. CORPO E PODER

Por mais difícil que seja a questão da definição do direito sobre quê vem debatido na relação amorosa, inevitavelmente acompanhada pelo ciúme, certa é somente a existência deste mesmo direito. A perseguição do mesmo, o seu adiamento, a assunção e a sua retirada. O escândalo provocado pelos versos de Teixeira vem do protesto do feminino na voz da poetisa, que se baseia no direito de se viver de acordo com as necessidades do corpo, em nome da vivência das suas emoções. O irreprimível e a revolta porém não dariam resultado se não viessem da força da voz, da figura de um ente apoderado, dominando as relações do momento e os prováveis conteúdos no paralelo, subconsciente e imaterial. Mesmo que sejam poucas as linhas de expressão direta de relações pelo eixo do poder:

*“És linda assim; toda nua,  
no minuto doce  
em que me trazes  
a clara oferta do teu corpo  
e reclamas firmemente  
a minha posse!...”*

e

*“O tédio sobe... e eu vergo, saciada,  
daquela ânsia que busco e que não quero,  
e afasto a tua posse desejada...”*

não passa despercebida a presença discreta do poder na emoção amorosa numa tentativa condenada à possibilidade de não vencer: “o sabor amargo / e doloroso / duma longínqua posse realizada...” ou em

*“Vence-me sempre a mesma dor latente.  
Na curva dos meus cílios ensombrados,  
bailam, num ritmo fúlgido e incoerente,  
agónicos desejos desgrenhados!”*

onde a incapacidade de se impor numa tomada de posição de dominância, na relação do “Eu” com o “Tu” ou dentro das controversidades da própria emocionalidade, prende-se com a urgência do desejo e a agonia amorosa a seguir da sua impossibilidade.

O ato de apoderação, de preenchimento de poder, transforma o corpo incontrolável num instrumento de si próprio, num corpo dominado e, ao mesmo tempo, num corpo gerente num labirinto sensacional – é o que suscitam, sem serem muitas vezes explícitas, as linhas dos versos de Teixeira. O poder, a voz nos poemas, exerce através do corpo e numa ânsia pelo próprio corpo. Por meio do corpo, esta voz domina e gere o momento emocional, por meio do corpo a mulher direciona autopoder no sentido de se cruzar com a totalidade emocional.

Seria impossível irem estes raciocínios do estabelecimento de poder no sentimental *momentum* vivido a rumos muito diferentes do racional questionamento do estado do espírito enquanto esse momento.

### 3.4. CORPO E ESPÍRITO

A mais importante dúvida, que já para o fim destas considerações acerca do corpo através dos exemplos poéticos de Judith Teixeira, resta resolver é se a expressão física da emoção, vista como corpo, consegue igualar forças com razão, espírito e alma, e quem sai vencedor da competição. Teixeira não deixa irresoluto o problema, afirmando:

*“E o meu pensamento  
vai seguindo,  
obstinadamente,  
a vida singular dos meus sentidos!”*

A subjugação do racional ao sentimental é óbvia, decidida. Às vezes trata-se realmente de dominação do sentimental por cima do racional, outras porém corpo e alma aparecem aliadas “E o meu corpo freme, / e a minha alma canta” numa harmonia musical, e chega-se à “Última frase” onde

*“Minha alma ergueu-se para além de ti...  
Tive a ânsia de mais alto  
—abri as asas, parti!”*

Verdade que a alma consegue (não representa surpresa nas expectativas seculares) elevar-se por cima do corpo-desejo neste caso, mas a sentença da partida final executa-a um corpo feito ave num voo “mais alto” do pássaro eterno que é o espírito humano.

### 4. FIM-ALIDADE

A menção da partida leva sempre a associações de finalidade e enfim morte. Este registo, próprio tanto das especificidades de uma escrita no feminino como do pensamento do corpo, vem aqui ocupar o lugar da conclusão, à procura de explicação para o resultado destruidor a que se assiste no fim da(s) vivência(s) corporais.

O pensamento do corpo é necessariamente pensamento da vida, mas... até à sua fronteira natural e não espiritual onde de depara com a substância morta e inerte. Surge neste sentido a pergunta: será então possível pensar o corpo, contrariamente ao pensamento da alma, sem promessas de vida eterna, sem a salvação da expressão espiritual – a alma? Será que se terá coragem de entender e reconhecer a infinidade do corpo final?

83 Para não citar aqui o extenso poema “As Tuas Mãos” – verdadeiro louvor às capacidades sensuais da mão humana.

Veremos84...

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1. Benstock, Shari (1990) "Expatriate Sapphic Modernism: Entering Literary History" in *Lesbian Texts and Contexts: Radical Revisions*, New York: NYU Press.
2. Cixous, Hélène (1986) "The Laugh of the Medusa" in *Feminist Literary Theory*, Oxford: Basil Blackwell.
3. Garay, René P. (2003) "Judith Teixeira. A Voz Sáfica do Primeiro Modernismo Português" in *Percursos de Eros – representação do erotismo*, Aveiro: Universidade de Aveiro, p. 141-154.
4. Каприев, Георги (2007) "Човешкото тяло според Максим Изповедник и Григорий Палама", в Алтера, кн. 1.
5. Манчев, Боян (2007а) *Тялото. Метаморфоза*, София: Алтера.
6. Нанси, Жан-Люк (2003а) *Corpus*, София: ЛИК.

**NOTAS:**

*Sem pretender aqui utilizar o termo nos seus conteúdos mais exatos dentro da terminologia dos estudos culturais.*

*Refiro-me aqui tanto à intertextualidade literária, como à artística em geral.*

*Não se quer entrar aqui, como em toda a interpretação, pela questão do homoerotismo feminino e o erotismo homossexual, trabalhada aliás com muito empenho e devida justificação textual por Garay na sua publicação aqui citada.*

*Onde até o próprio título é sugestivo da preferência das cores.*

*Fique aqui lembrado o facto anteriormente assinalado de não se poder fazer às vezes uma distinção categórica entre o "Eu" que adora e o "Tu" adorado.*

*Para não citar aqui o extenso poema "As Tuas Mãos" – verdadeiro louvor às capacidades sensuais da mão humana.*

*Opta-se aqui pelo futuro exatamente pela convicção de não ter sucedido ainda o reconhecimento da instituição do corpo e a legitimidade das suas vivências.*

**22. IRENILDE SANTOS**

**IRENILDE SANTOS** Possui mestrado (1975), doutorado (1981) e livre docência (1988) em Linguística pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), tendo feito estágio de pós-doutorado na Indiana University, nos Estados Unidos. É docente e orientadora permanente do Curso de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de São Paulo, tendo, atualmente, sob sua orientação seis doutorandos e dois mestrandos. Foi coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Linguística e vice-chefe do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo por duas vezes. Levou à defesa quase vinte alunos em nível de doutorado e pouco mais de dez em nível de mestrado. Vários tiveram bolsa de estudos da CAPES e do CNPq. Orientou, ainda, pouco mais de vinte alunos de iniciação científica. Também pertence ao corpo docente do Programa de Mestrado Acadêmico de Linguística da Universidade Cruzeiro do Sul, do qual é vice-coordenadora, e orienta dois mestrandos. É coordenadora do *Grupo de Pesquisa em Dialectologia e Geolinguística – GPDG / USP-*, cadastrado no CNPq, e participa de dois outros grupos de pesquisa na Universidade Cruzeiro do Sul - *Memória e Discurso e Teorias e práticas discursivas e textuais*, ambos igualmente cadastrados no CNPq. Foi coordenadora nacional do *Projeto de Aperfeiçoamento para Professores do ensino médio em Língua Portuguesa*, no Convênio Universidade de São Paulo / Vitae, apoio à Cultura, Educação e Promoção Social / Secretarias de Estado da Educação do Brasil. Participa regularmente de congressos no Brasil e no exterior, bem como profere palestras e conferências. Tem publicado artigos e capítulos de livros, inclusive no Japão, sobre as áreas em que atua. Desenvolve pesquisa sobre temas relacionados aos seguintes campos do saber / fazer linguístico: Geolinguística, Sociolinguística, Ensino de Língua Portuguesa e Análise do Discurso.

**SINOPSE - TEMA 2.5: O LÉXICO PAULISTANO NO CONTEXTO DA LUSOFONIA: ASPECTOS DISCURSIVOS IRENILDE PEREIRA DOS SANTOS – USP E CRUZEIRO DO SUL**

Este trabalho integra o projeto coletivo "Estudo sociogeolinguístico do município de São Paulo: o léxico – parte I", desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Dialectologia e Geolinguística – GPDG / USP, e se inscreve no conjunto de estudos que se efetuam atualmente com vistas à constituição de bancos de dados lexicais para a elaboração de atlas linguísticos e estudos geolinguísticos de municípios do Estado de São Paulo, na Universidade de São Paulo. O projeto tem por objetivo elaborar um banco de dados lexicais do português falado no município de São Paulo, do ponto de vista sociogeolinguístico. Após a fase inicial do levantamento dos indicadores sociais e do mapeamento histórico-geográfico da região focalizada - o município de São Paulo –, procedeu-se à seleção dos pontos e dos sujeitos e, posteriormente, à realização das entrevistas. No momento, efetua-se a análise dos dados semântico-lexicais. Às diretrizes propostas inicialmente pelos geolinguistas, acrescenta-se o referencial teórico-metodológico da Sociolinguística. Dito em outras palavras, além da variável diatópica, o projeto tem-se voltado para outras variáveis de cunho social, em consonância com outros estudos realizados no Brasil nas últimas décadas. Mais recentemente, devido ao interesse de se estudar o léxico utilizado pelos sujeitos em suas interações, incorporaram-se aportes teórico-metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa, para complementar a análise do universo sócio-histórico. Com base nos elementos esboçados, no presente trabalho, apresentam-se respostas que sujeitos paulistanos deram a uma pergunta do Questionário Semântico-Lexical, instrumento largamente utilizado na Geolinguística para a coleta dos dados. Busca-se mostrar em que medida o léxico utilizado pelos sujeitos reflete elementos sociohistóricos que se inserem no contexto lusófono.

*Um dos sérios problemas que temos é como trabalhar a linguagem oral ou escrita associada ou não à força da imagem, no sentido de efetivar a comunicação que se acha na própria compreensão ou inteligência do mundo. A comunicabilidade do inteligido é a possibilidade que ele tem de ser comunicado mas não é ainda a sua comunicação.*

*Paulo Freire, Pedagogia da autonomia*

84 Opta-se aqui pelo futuro exatamente pela convicção de não ter sucedido ainda o reconhecimento da instituição do corpo e a legitimidade das suas vivências.

## Introdução

Este trabalho integra o projeto coletivo "Estudo sociogeolinguístico do município de São Paulo: o léxico – parte I", desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Dialectologia e Geolinguística, da Universidade de São Paulo – GPDG / USP. O projeto assinala um esforço que se efetua atualmente com vistas à constituição de bancos de dados lexicais para a elaboração de atlas linguísticos, não apenas na Universidade de São Paulo, como também em várias universidades brasileiras e estrangeiras.

Embora possa parecer a um leigo que um banco de dados lexicais constitui tão somente um repositório de elementos lexicais de uma língua, podendo ser quantificado e classificado de acordo com determinados critérios, do ponto de vista sociogeolinguístico, ele vai muito além disso. Considerando-se que ele é composto de elementos lexicais que subjazem à interação entre os sujeitos, estando, portanto, presentes em cada ato de fala, um banco de dados retrata a atividade discursiva de sujeitos em interlocução. Nesse sentido, ele não pode ser comparado a uma fotografia, em que se registra um determinado momento e o que prevalece é o instante em que foi tirada. Por sua natureza, ele se assemelha à imagem em movimento, em que se busca captar a movência. Na verdade, no banco de dados, por trás dos elementos que aparecem em primeiro plano, figuram significações que subjazem à produção discursiva.

É justamente a partir dessas considerações que este trabalho se orienta. Ele busca focar o léxico utilizado pelos sujeitos em suas interações e sua relação com o contexto lusófono. Como o léxico não se caracteriza como elemento estático, uma vez que se integra à atividade discursiva dos sujeitos no processo interacional, aos elementos teórico-metodológicos da Lexicologia, acrescentam-se os aportes da Geolinguística e da Sociolinguística, por conseguinte, opta-se pelo termo sociogeolinguística. Finalmente, incorporam-se os subsídios da chamada Análise do Discurso de linha francesa, que se inicia na França na década de sessenta. Assim, à luz dos postulados dessas disciplinas, enfocamos respostas de sujeitos da cidade de São Paulo, que foram entrevistados no projeto "Estudo sociogeolinguístico do município de São Paulo: o léxico – parte I", ainda em desenvolvimento.

## O município de São Paulo

Antes de examinar a atividade discursiva dos sujeitos paulistanos, nada mais significativo do que referir alguns aspectos relacionados à cidade de São Paulo. Considerada como uma das cidades mais populosas, desenvolvidas e modernas (só para citar alguns adjetivos mais frequentemente utilizados) do Brasil, da América Latina, enfim, do mundo, São Paulo pode ser vista como uma metrópole que exhibe uma feição toda particular sob vários ângulos.

Se voltarmos a atenção para índices quantitativos elevados, ao primeiro olhar, São Paulo se destaca por sua população que se “aproxima da cifra de 11 milhões de habitantes” (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. SEMPLAN, 2009). O mesmo índice elevado se repete quando se nota que, ao lado de 38 outros municípios, inclui-se na Região Metropolitana de São Paulo, que se constitui no quinto maior aglomerado urbano do mundo, com 19 milhões de habitantes, vindo depois de Tóquio, Cidade do México, Seul e Bombaim. (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. SEMPLAN, 2009).

Também não é desprezível sua extensão territorial, que se reparte em quase uma centena de distritos. Ocupando uma área de 1.509 km<sup>2</sup>, com altitude média de 760 m acima do nível do mar, o município de São Paulo está dividido em 31 subprefeituras e 96 distritos. As 31 subprefeituras podem ser reunidas em cinco grandes regiões. Segundo o Censo de 2005, possui perto de 11 milhões de habitantes, equivalendo a mais de 50% da população da Região Metropolitana de São Paulo e pouco mais de 6% da população do Brasil (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. SEMPLAN, 2009).

É banhada pelo rio Tietê, cujos principais afluentes são os rios Pinheiros e Tamanduateí. Faz limite com vários municípios: ao norte, com Caieiras e Mairiporã; a nordeste, com Guarulhos; a leste, com Itaquaquecetuba, Poá e Ferraz de Vasconcelos; a sudeste, com Mauá, Santo André, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo e Diadema; ao sul, com São Vicente, Mongaguá e Itanhaém; a oeste, com Juquitiba, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Embu, Taboão da Serra, Cotia e Osasco; e, a noroeste, com Santana de Parnaíba e Cajamar. (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. SEMPLAN, 2009).

O desenvolvimento da cidade é relativamente recente, se comparado a outras metrópoles mundiais. A cidade de São Paulo nasceu em 1554, com a chegada dos jesuítas, porém somente veio a se desenvolver a partir da segunda metade do século XIX, em virtude de condições geográficas e comerciais favoráveis. Na verdade, tornou-se importante meio de ligação entre o porto de Santos e o interior do estado, vindo a desempenhar um importante papel na intermediação do comércio. Com a chegada dos imigrantes, oriundos principalmente da Europa e da Ásia, sobretudo na primeira metade do século XX, teve um desenvolvimento extraordinário. Em pouco tempo, transformou-se rapidamente em importante polo industrial, sendo responsável pela vinda de sucessivos contingentes populacionais não apenas do exterior como também de outros estados do Brasil, sobretudo os do Nordeste.

Não é de estranhar que a partir da década de oitenta, um conjunto de fatores socioeconômicos tenham provocado um crescimento urbano desordenado. Enquanto nas áreas centrais, as mais antigas, houve taxas negativas de crescimento, ou seja, os moradores abandonaram a cidade, na periferia, houve uma expansão populacional relativamente grande.

Segundo a Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de São Paulo, até a década de oitenta, todas as regiões da cidade tinham crescimento positivo, exceto a região central, constituída pelos seguintes distritos: Belém, Bom Retiro, Brás e Pari. Após esse período, a tendência ao crescimento negativo estendeu-se ao início da zona leste e partes das regiões norte, oeste e sul. Na década de noventa, perto de 60% dos distritos registravam índices negativos de crescimento populacional, excetuando-se os situados nas áreas mais longínquas da cidade, em geral aquelas limítrofes com outros municípios da Região Metropolitana, indicando um processo de *periferização*. Dessa forma, dentro dos limites da cidade, houve um movimento populacional extremamente grande do centro para a periferia. Ainda segundo a Secretaria de Planejamento da Prefeitura de São Paulo, “...se a aglomeração urbana continua a crescer em seu conjunto, isto se deve ao crescimento das áreas periféricas do Município de São Paulo e ao de grande parte dos demais municípios da Região Metropolitana.” (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. SEMPLAN, 2009).

Às particularidades relativas ao crescimento populacional desordenado e aos movimentos migratórios e imigratórios acrescentam-se as questões de gênero e faixa etária que imprimem uma feição particular à população. No tocante ao gênero, a Secretaria de Planejamento da Prefeitura de São Paulo observa que, seguindo o padrão encontrado em grandes áreas urbanas, a população de São Paulo vem sofrendo um processo de *feminização*, ou seja, tem sido crescente a prevalência de mulheres, sobretudo no grupo dos idosos. Com respeito à faixa etária, também se nota um processo de *envelhecimento* da população, com um sensível aumento de habitantes da última faixa etária. Segundo dados da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de São Paulo, “em 1980, o grupo de 0 a 14 anos de idade representava 30% do total de residentes. Em 2000, essa participação caiu para 25%, tendência que deve se intensificar nas próximas décadas. Inversamente, a faixa etária de 60 anos e mais, que em 1980 representava 6% da população, teve sua participação aumentada para mais de 9% em 2000.” (SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. SEMPLAN, 2009).

## 2 O projeto: breve descrição

É desnecessário dizer que, diante de tantas variáveis que desvelam a complexidade da cidade, o desenvolvimento do projeto constitui um desafio. A pesquisa teve início em 2006, com o levantamento dos indicadores sociais e o mapeamento histórico-geográfico da região focalizada – o município de São Paulo. A etapa seguinte consistiu na seleção dos pontos 85 da pesquisa. Dada a complexidade cultural da cidade, selecionaram-se as cinco grandes regiões que passaram a constituir os pontos da pesquisa. Na verdade, os pontos da pesquisa equivalem às cinco subprefeituras do município por zona:

**Zona Norte:** constituída dos seguintes distritos: Casa Verde / Cachoeirinha; Freguesia / Brasilândia; Perus; Pirituba; Santana / Tucuruvi; Tremembé / Jaçanã e Vila Maria / Vila Guilherme.

**Zona Sul:** Campo Limpo; Capela do Socorro; Cidade Ademar; Ipiranga; Jabaquara; M'boi Mirim; Parelheiros; Santo Amaro e Vila Mariana.

**Zona Leste:** Aricanduva / Vila Formosa / Carrão; Cidade Tiradentes; Ermelino Matarazzo; Guaianases; Itaim Paulista; Itaquera; Moóca; Penha; São Mateus; São Miguel e Vila Prudente / Sapopemba.

**Zona Oeste:** Butantã; Lapa e Pinheiros.

**Centro:** Sé.



### Atas colóquio da lusofonia –

Depois da segmentação do município em pontos, buscou-se um instrumento para a coleta dos dados. Como se sabe, na pesquisa geolinguística, utiliza-se um questionário, que varia de acordo com o componente linguístico que se deseja enfatizar, a saber: fonético-fonológico, semântico-lexical e outros. Como a pesquisa enfoca o componente lexical, optou-se por um questionário semântico-lexical. Decidiu-se pela utilização do questionário semântico-lexical do Projeto Atlas Linguístico do Brasil – Projeto ALiB, versão 2001, ao qual se acrescentaram outras questões relacionadas ao universo sócio-histórico de São Paulo. Em seguida, passou-se à seleção dos sujeitos. Optou-se pelas variáveis de gênero e faixa etária, tendo esta última sido definida a partir das três primeiras faixas etárias indicadas pelo Projeto ALiB. Enquanto o Projeto ALiB trabalha com as faixas I (entre 18 e 30 anos) e III (50 a 65 anos), no atual projeto, dada a complexidade cultural da cidade, apontada no levantamento dos indicadores sociais e no mapeamento histórico-geográfico da região, incluíram-se duas outras faixas. Acrescentou-se a faixa intermediária II, que compreende sujeitos de 31 a 49 anos, bem como uma quarta faixa, denominada faixa IV, que abrange os sujeitos de 66 anos em diante, saudáveis.

Levando-se em conta a complexidade da cidade e a inexistência de trabalhos linguísticos anteriores que cobrem a cidade como um todo, nesta primeira etapa, optou-se por definir alguns pontos:

- realizar o estudo por etapas, de modo a ter uma distribuição que cubra todo o espaço;
- iniciar um estudo piloto, com um número relativamente pequeno de sujeitos, visando a testar o questionário, o referencial teórico e outros procedimentos teórico-metodológicos;
- fazer uma avaliação dos resultados obtidos, ao final desta fase preliminar, com vistas ao aperfeiçoamento do projeto e, se for o caso, redirecionar procedimentos e rumos.

### 3 O léxico na relação intersubjetiva.

Um exame da produção linguística da primeira metade do século XX revela a grande influência de Saussure, sobretudo quando, nos trabalhos publicados, suas ideias ecoam e logram explicar vários aspectos da linguagem. Dentre as mais significativas, destaca-se o enfoque ao estudo social da linguagem, inaugurada pelo mestre genebrino. Não menos importante é a prioridade que Saussure imprime à face abstrata e ideal do sistema linguístico – a *langue*. Em que pese a importância de Saussure para a linguística moderna, somente a partir do enfoque da *parole*, diretriz seguida por várias correntes nos meados do século XX, torna-se possível o surgimento de estudos que enfocam o exame da atividade discursiva intersubjetiva. Dentre essas correntes, destaca-se a Análise do Discurso, que privilegia o estudo da atividade discursiva de sujeitos em interlocução. Dito em outras palavras, torna-se objeto de estudo linguístico a fala de um sujeito em interação com outro (s) sujeito (s). Conseqüentemente, a língua passa a ser vista como o meio de que se servem os membros de uma comunidade, em suas relações intersubjetivas, para manifestar sentimentos, crenças e valores. Dessa forma, mais do que um sistema de signos verbais, a língua expressa os aspectos sociohistóricos de grupos sociais que habitam determinadas localidades e em relação a uma determinada época. Na interação social, emerge a expressão da cultura de grupos sociais que atuam na sociedade. É justamente aí que se destaca a presença do léxico de uma língua, focado no presente trabalho.

É na rede semêmica, subjacente ao léxico, que emerge o universo sócio-histórico dos grupos sociais. Isso não significa que o léxico seja tão somente um espelho ou retrato dos aspectos sociohistóricos de grupos sociais; ele põe em foco a atividade discursiva desses grupos.

Nas relações intersubjetivas, os usos lexicais se evidenciam a todo instante. Por isso, caracteriza-se como um processo dinâmico que releva da fala dos sujeitos, em sua atividade discursiva. Por vezes, dois ou mais itens lexicais diferentes podem ser utilizados para designar o mesmo objeto do chamado mundo referencial / imaginário. Neste caso, o uso de diferentes itens lexicais indica as variações linguísticas. Elas podem indicar os diferentes lugares sociohistóricos de onde falam os sujeitos ou um uso regional, como costuma ocorrer nos trabalhos de Geolinguística. Este último tipo de variação recebe o nome de variação diatópica.

Ao lado dos vários tipos de variação linguística, destaca-se o uso de itens lexicais que, classificados como formas em desuso ou inovações, desvelam a transformação por que passa a sociedade. De um lado, situam-se os segmentos sociais conservadores que, radicados em determinadas localidades, mantêm determinadas formas lexicais. De outro, assoma a mudança trazida pelas novas tecnologias da comunicação e da informação que provoca o surgimento de novos hábitos linguísticos nos diversos segmentos sociais. Convém acrescentar à lista os movimentos populacionais que, numa cidade como São Paulo, têm sido bem intensos e certamente têm gerado fenômenos linguísticos de toda ordem. Diante disso, observa-se que a chamada “variação lexical reflete principalmente o panorama multifacetado das mudanças sociais, em que coexistem elementos de conservação e de inovação, disputando ambos um lugar privilegiado no discurso”. (Santos, 2007).

Como se examina a chamada variação lexical em Geolinguística? Os estudos geolinguísticos e atlas linguísticos buscam descrever o uso lexical de uma comunidade do ponto de vista diatópico. Mais precisamente, enfocam a frequência e distribuição de itens lexicais num determinado espaço, ressaltando não apenas aquilo que se constitui em norma de um dado espaço, a saber, a norma lexical da comunidade, como empregos específicos de sujeitos, isto é, as normas de grupos sociais ou individuais. Ambas normas integram os bancos de dados geolinguísticos.

Em geral, o estudo ou trabalho oriundo da pesquisa geolinguística recebe a denominação de atlas linguístico, o qual, por sua vez, constitui-se na reunião de cartas que descrevem a variação diatópica. Dito em outras palavras, o atlas linguístico descreve a variação linguística numa rede de pontos, estabelecida por vários critérios, dentre os quais se destacam equidistância, configuração demográfica e importância sociohistórica.

Como não se restringe ao registro exclusivo da variação diatópica, incluindo outras variáveis que integram os trabalhos de Sociolinguística, é mais adequado considerá-lo não apenas um trabalho de Geolinguística, em que se privilegia a variação diatópica, mas de sociogeolinguística, em que coexistem variáveis de vários tipos. Isso já vem ocorrendo em muitos atlases recentes. Por influência da Sociolinguística, para a seleção dos sujeitos, leva-se em conta um rol de variáveis sociais. Assim, à variável diatópica - um dado ponto do espaço escolhido -, em geral, aliam-se as variáveis de gênero, faixa etária e escolaridade. Essa influência é igualmente vista no processo de composição da amostra, em que se considera o aspecto demográfico, como o número de habitantes por localidade. Desse modo, a pesquisa, ao focar um ponto, logra envolver variáveis linguísticas e sociais.

### O léxico paulistano

Em geral, quando identificadas, palavras como comboio ou trem; abóbora ou jerimum; bergamota ou tangerina; pão francês ou média não causam estranheza ao falante / ouvinte do Português. Isso ocorre porque essas variações linguísticas são imediatamente associadas a um determinado espaço – país, estado ou cidade. Entretanto, o que pode causar estranheza é que, muitas vezes, no espaço da cidade, em que se supõe haver uma certa homogeneidade, encontra-se um grau acentuado de variação. Foi justamente o que se verificou quando se iniciou a análise dos dados e que constituiu um dos motivos para o desenvolvimento do presente trabalho. Com vistas a investigar o tema, selecionou-se ao acaso uma questão do Questionário Semântico-Lexical que não se reportasse a um referencial que se sabia comportar várias designações.

Diante disso, enfocaram-se as respostas que oito sujeitos deram à questão - “(Como se chama) a abertura construída no meio-fio ou sarjeta, por onde entra a água das chuvas?” que integra a parte específica do Questionário Semântico-Lexical do projeto. Em lugar de uma resposta ou duas, pois, afinal, trata-se de uma única cidade, os sujeitos apresentaram cinco possibilidades. Dois sujeitos responderam *bueiro*, enquanto dois outros responderam *esgoto*. As demais respostas foram: *cano*, *boca de lobo* e *guia*.

Embora haja uma distribuição relativamente equilibrada nas respostas, dois itens lexicais se sobressaem – *bueiro* e *esgoto*. Começando a investigação por dois dicionários bastante utilizados no Brasil – o *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*, doravante denominado dicionário Houaiss, e o *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*, doravante denominado dicionário Aurélio - verifica-se que todas as respostas estão registradas em ambos.

Com respeito a *bueiro*, enquanto o dicionário Aurélio diz que se trata de termo oriundo do latim *bua*, ‘água’, voc. inf., + *-eiro*, poss., o dicionário Houaiss diz ser sua origem obscura. Este último aponta três possibilidades: ou vem de *fueiro* < lat. tar. *funárius*, provavelmente usado no lugar de *funális*, e 'de corda, cavalo de tirante' para designar o 'cavalo que fica à frente dos que puxam o carro, para auxiliá-los', ou do latim *bua,ae* 'água na linguagem infantil', forma próxima à do dicionário Aurélio. Por último, diz que há ainda a considerar a hipótese de se originar de *boiar* + *-eiro*; f.hist. 1562 *boeiro*, 1570 *bueiro*.

## Atas colóquio da lusofonia –

Com base em Rastier (1987), observa-se que *bueiro* tem o seguinte sema inerente 86 “tubulação que atravessa os muros ou paredões de sustentação (de terrenos, ruas ou estradas) e serve para dar escoamento às águas subterrâneas, pluviais, ou de rios e riachos.” (Ferreira, 1999). No semema de *bueiro*, existem, ainda, outros semas que se reportam a outros contextos discursivos e se atualizam na dinâmica do discurso. Eles podem ser vistos nas demais acepções dos dois dicionários, quais sejam: 1) cano de água (Houaiss, 2003), que também foi uma das respostas dos sujeitos; 2) “nas estradas, cano curto e geralmente de grande diâmetro, com as duas extremidades abertas em cima, usado para escoar a água de uma margem para a outra, em vazão linear não maior que 1 m” (Houaiss, 2003), 3) “buraco circular ou quadrado praticado num muro ou afim, ou tubulação nele embutida para dar escoamento a águas pluviais, lençóis subterrâneos, riachos, rios etc.” (Houaiss, 2003); e, finalmente, 4) “abertura, natural ou artificial (...) praticada no meio-fio ou na sarjeta de uma rua ou estrada, por onde cai, no poço de águas pluviais, a água que corre proveniente de chuvas, regas etc.” (Houaiss, 2003). Na verdade, esses semas, relacionados aos semas inerentes, são possíveis de atualização por causa das virtualidades presentes no semema de *bueiro*. O outro lexema de frequência elevada – *esgoto* – encontra-se também registrado nos dois dicionários. Em consonância com o dicionário Aurélio, o dicionário Houaiss diz que remete a “abertura ou cano por onde correm ou se esgotam líquidos ou dejeções; sistema de canalização, geralmente subterrâneo, que recebe a água da chuva e os detritos” (Ferreira, 1999). Aqui, o sema inerente inclui não apenas “tubulação que atravessa os muros ou paredões de sustentação (de terrenos, ruas ou estradas) e serve para dar escoamento às águas subterrâneas, pluviais, ou de rios e riachos” como também “detritos de um aglomerado populacional que se destina a levá-los para lugar afastado” (Ferreira, 1999). Cabe notar que a última parte, explicitada no dicionário Aurélio, contém outros semas que também se atualizam na dinâmica do discurso.

Além dessas formas, na fala dos sujeitos aparece o uso do lexema – *boca-de-lobo*. O dicionário Houaiss diz que se trata de regionalismo próprio do Brasil e remete a uma “f.hist. 1899 *boca-de-lobo*, 1913 *bocas-de-lobo*; sendo a datação para a acepção 'peça fêmea de uma endentação em triângulo'”. Acrescenta que, por um processo metonímico, remete à grade de ferro do bueiro, acepção também encontrada no dicionário Aurélio como regionalismo. Entretanto, em texto técnico colhido no sítio da Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas, as bocas-de-lobo são definidas como “dispositivos em caixas coletoras em alvenarias de tijolos maciços, a serem executados junto aos meios-fios ou meios-fios com sarjetas, em áreas urbanizadas, com o objetivo de captar as águas pluviais e direcioná-las à rede condutora” (CEHOP, 2009). Em outro texto técnico, Souza (2009) também se reporta à boca-de-lobo e explica que, em 1956, a Universidade Johns Hopkins (USA) publicou um relatório “onde apresentava resultados relativos a apresenta resultados relativos a comportamentos hidráulicos de bocas de lobo do tipo com abertura na guia, com e sem depressão na sarjeta, além de outros tipos como: com grade na sarjeta, e com abertura na guia associada à grade na sarjeta.”

Por último, o lexema *guia* remete a meio-fio, sarjeta, tendo sido apontado, nos dois dicionários, como regionalismo. Entretanto, ele aparece no texto em que Souza discorre sobre boca-de-lobo. Na verdade, o termo indica um “arremate entre o plano do passeio e o da pista de rolamento de um logradouro” (Ferreira, 1999).

### 5 À guisa de conclusão

O presente trabalho buscou focalizar um aspecto do projeto coletivo “Estudo sociogeolinguístico do município de São Paulo: o léxico – parte I”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Dialectologia e Geolinguística, da Universidade de São Paulo – GPDG / USP. Tencionou mostrar, por meio de respostas a uma questão do Questionário Semântico-Lexical, em que medida o léxico utilizado pelos sujeitos do projeto reflete elementos sociohistóricos que se inserem no contexto lusófono. Partiu do princípio de que um banco de dados lexicais não pode ser visto como um repositório de elementos lexicais de uma língua, que pode ser quantificado e classificado de acordo com determinados critérios. Para tanto, mostrou que ele é constituído de elementos lexicais que permeiam a atividade de discursiva de sujeitos. Frisou que ele contém elementos que revelam o dinamismo que está por trás da relação intersubjetiva. Discorreu sobre o local pesquisado – o município de São Paulo - de modo breve, com destaque para alguns elementos que a caracterizam, e enfocou o projeto. A seguir, voltou-se para a abordagem da Lexicologia na perspectiva da relação intersubjetiva. Em seguida, ao apresentar as respostas de oito sujeitos à questão “(Como se chama) a abertura construída no meio-fio ou sarjeta, por onde entra a água das chuvas?”, mostrou a variedade de respostas dadas pelos sujeitos paulistanos, em suas interlocuções. Verificou que mesmo questões que se acredita não possibilitarem tantas respostas apontam uma variação diatópica diversificada. Além dessa riqueza, chamou a atenção a atualização dos semas na dinâmica do discurso. Embora não se tenha concluído o projeto e não se tenha feito o mapeamento de todas as respostas do questionário, já é possível perceber que existe uma variação linguística relativamente significativa com relação a alguns objetos do mundo referencial / imaginário que passariam despercebidos se não se fizesse uma pesquisa sociogeolinguística. É possível perceber também que a combinatória semêmica subjacente ao léxico utilizado pelos sujeitos, que se relaciona necessariamente com uma dada época, reflete elementos sociohistóricos que se inscrevem no contexto lusófono.

#### Referências:

CEHOP. Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas. *Bocas de lobo*.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003. 1 CD-ROM.

POTTIER, B. *Théorie et analyse en linguistique*. Paris: Hachette, 1987.

RASTIER, F. *Sémantique interprétative*. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.

SANTOS, I. P. dos. A fala de paulistanos: abordagem sociogeolinguística do léxico, 2007 (mimeo).

Proposta de análise do aspecto semântico-lexical em atlas linguísticos regionais brasileiros. In: Cláudia de Souza Cunha. (Org.). Estudos geo-sociolinguísticos. Rio de Janeiro: UFRJ: Pós-Graduação em Letras Vernáculas, 2006, v. , p. 83-97.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento. *Município em dados*. 2009.

SOUZA, P. A. de *Eficiência hidráulica de bocas de lobo*.

## 23. ISABEL REI



**ISABEL REI SANMARTIM** (1973) Isabel Rei Sanmartim (1973) titula-se em Guitarra no Conservatório Superior de Música da Crunha estudando com o professor **António Rocha Álvarez**. Posteriormente recebeu aulas de outros intérpretes, formando-se principalmente com **David Russell** e **Thomas Müller-Pering**. No ano 1995 Caixa Galicia patrocina na cidade da Crunha o seu primeiro concerto. Foi premiada no **Ciclo de Jovens Intérpretes da Fundação Pedro Barrié de la Maza** (Crunha), no **Concurso Internacional de Guitarra de Cantábria** (Comillas), no **Concorso Internazionale di Chitarra Fernando Sor** (Roma) e nos **Concursos**

## Atas colóquio da lusofonia –

**Internacionais de Guitarra Vila de Petrer** (Alacant) e **Andrés Segovia de Linares** (Jaén). Tem participado nos **Festivais de Guitarra de Udine** (Friuli, Itália) e **Semana da Guitarra** (Vigo), atuando também no **Via Stellae e Festigal** (Compostela), na **Semana do Corpus** (Lugo) e nos **Colóquios da Lusofonia** (Bragança).

Estudou na **Hochschule für Musik «Franz Listz»** de Weimar (Alemanha) com **Thomas Müller-Pering** rematando o curso **Ergänzungstudium**.

Atualmente trabalha como professora no **Conservatório Profissional de Música de Santiago de Compostela**, atividade que combina com recitais na Bélgica, Alemanha, Itália, Portugal e Galiza. É membro da **Academia Galega da Língua Portuguesa** desde a sua constituição em 20 de setembro de 2008.

Tem participado na Sessão Inaugural desta Academia com a estreia da Suíte para guitarra do compositor e académico **Rudesindo Soutelo** intitulada **«Deu-La-Deu»** e uma seleção de obras do espólio do intelectual e compositor galego **Marcial Valladares**. Junto com **José Luís do Pico Orjais** prepara a edição crítica do cancionero tradicional de **Marcial Valladares**, de próxima publicação.

## SINOPSE - TEMA ROSALÍA DE CASTRO E AVELINA VALLADARES, POESIA E MÚSICA DA LUSOFONIA: NOTAS PARA UM ESTUDO DA GUITARRA GALEGA. ISABEL REI, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

A poesia é música feita com palavras. A música é poesia com significados que se abrem no fundo do coração dos ouvintes. Ambas as artes, inseparáveis na antiguidade, também foram cultivadas conjuntamente na Galiza, segundo as fontes, desde os tempos gloriosos da lírica medieval até os mais escuros que acompanharam o nascimento dos modernos estados europeus.

A presença na Galiza das correntes culturais europeias mais influentes e a sua transformação e adaptação ao sentir galego por parte dos e das intelectuais galegos do século XIX é um facto que só precisa do trabalho de reunião e ordenação dos dados para se converter numa evidência.

Este pequeno contributo pretende tão só servir de orientação para um estudo mais aprofundado sobre a história da música na Galiza desde a perspectiva de um dos seus instrumentos mais populares, a guitarra, e através de duas reconhecidas poetas e músicas, Rosalía Castro e Avelina Valladares.

«Já canto, meninas.

Cuidai, que começo.»

Cantares Galegos

Rosalía Castro

### 0.- Introdução

1.- Exemplos iconográficos de instrumentos de corda pulsada na Galiza

2.- Breves notas sobre a guitarra na Europa do s. XIX

3.- Situação da guitarra na Galiza do s. XIX

4.- Rosalía Castro (1837-1885): um talento musical

5.- Avelina Valladares (1825 -1902): a solidão em notas para guitarra

Bibliografia

Notas

### 0.- Introdução

Nas conclusões da comunicação sobre o Arquivo Valladares, enviada para o 4º Encontro Açoriano da Lusofonia, estabeleceu-se que são numerosíssimos os documentos iconográficos de instrumentos de corda pulsada existentes na Galiza, a patentear o uso deste tipo de instrumentos tanto em contextos religiosos quanto civis ao longo dos séculos. Também se explicou que desde a análise do admirável arquivo de música da casa petrucial da família Valladares poder obter-se informação imprescindível para conhecer melhor a música, os músicos e o seu contexto na sociedade galega oitocentista. Esta comunicação quer seguir a linha da anterior mostrando como existe uma continuidade no cultivo musical popular e erudito na Galiza, da perspectiva da guitarra e centrando a atenção em duas poetas da literatura galega que também foram músicas e guitarristas: Rosalía Castro e Avelina Valladares. O nome do instrumento conhecido hoje como «guitarra» em Galiza e Portugal é aquele de corda pulsada, com seis cordas e caixa-de-ressonância em forma de oito, que equivale ao instrumento conhecido no Brasil como «violão». O termo «viola» é também usado em Portugal em contextos coloquiais para se referir a esta guitarra de seis cordas simples, podendo assim confundir-se com os diferentes tipos de «violões» que ainda hoje existem (amarantina, beiroa, braguesa, campaniça, de arame, toeira) e depois passaram para o Brasil (viola caipira e sertaneja) herdeiras das antigas violas que no s. XVI tiveram tanto sucesso dentro e fora das cortes dos reis peninsulares.

Ainda deve esclarecer-se que o que se conhece como «guitarra portuguesa» não é exatamente uma guitarra, mas um tipo de cistre (cítola) de procedência inglesa, que foi conhecido como «guitarra inglesa» não só em Portugal, mas também na Galiza como veremos ao falar dos instrumentos que tocava Rosalía Castro.

### 1.- EXEMPLOS ICONOGRÁFICOS DE INSTRUMENTOS DE CORDA PULSADA NA GALIZA

Esta é uma das litografias que acompanham a música para guitarra de Marescot:



## Atas colóquio da lusofonia –



87



88



89



90



91



92



93

Desde a idade média, em representações normalmente situadas nos lugares de culto cristão, tem-se notícia da utilização de instrumentos de corda pulsada, também na Galiza, os quais foram constituindo a extensa família das violas, alaúdes e guitarras e sofrendo diferentes transformações ao longo do tempo. Assim desde o Pórtico da Glória, na catedral de Compostela, até o retrato do virtuoso guitarrista galego J. Parga no século XIX, há uma constante amostra de exemplos em que se podem observar as diferentes modificações do instrumento (tamanho, número de cordas, ornamentação) e em diferentes contextos sociais.

### 2.- BREVES NOTAS SOBRE A GUITARRA NA EUROPA DO S. XIX

Como já foi explicado na comunicação para o 4º Encontro Açoriano da Lusofonia, no início do século XIX, coincidindo com os primórdios da construção do estado nacional francês, na capital da França desenvolvem-se todo tipo de eventos artísticos e uma das modas que se estendem nos salões parisienses é a de tocar a guitarra. O livro de partituras e litografias do guitarrista Charles de Marescot<sup>94</sup> intitulado *La Guitaromanie* é um exemplo da atividade arredor do instrumento que em Paris se experimentou na altura. Mas a presença do instrumento estende-se a toda Europa, e assim como no século XIX se desenvolvem os dois grandes centros musicais europeus, Paris e Viena, que atraem os melhores virtuosos e professores, há também numerosos cultivadores do instrumento mais anónimos, mas que testemunham a presença do instrumento em qualquer das suas variedades (guitarra de cinco ordens, de seis ordens, de seis cordas simples, harpa-guitarra, etc.). Entre os guitarristas nados no século XVIII, mas que desenvolveram a sua atividade artística sobretudo na primeira metade do s. XIX estão J. P. Porro (1750-1831), os irmãos L. e F. Moretti (1760-1838), S. J. Molitor (1766-1848), F. Carulli (1770-1841), F. Sors (1778-1839), M. Giuliani (1780 / 81-1829), F. Molino (1775-1847), F. de Fossa (1775-1849), M. Carcassi (1792-1853), L. Legnani (1790-1877), os quais foram uns dos promotores da moda guitarrística de começos do século XIX na Europa. Mas ao longo de todo esse século pode observar-se, para além de modificações substanciais na forma e tamanho do instrumento, uma continuação no seu uso em todos os países europeus, seja por virtuosos concertistas ou simples amadores que tocam não só um tipo de guitarra mas vários e realizam labores de docência e divulgação do repertório, como são I. Padovec (1800-1873), J. Fahrbach (1804-1883), N. Coste (1805-1883), J. K. Mertz (1806-1856), N. Makarov (1810-1890), O. Ahnfelt (1813-1882), S. Degen (1816-1885), G. Regondi (1822-1872), J. Dubez (1828-1891), J. Arcas (1832-1882), O. Hammerer (1834-1905), Ch. C. Saint-Saëns (1835-1921), W. Bürow (1850-1900), F. Tárrega (1852-1909), A. J. Manjón (1866-1919), V. P. Lebedew (1867-1907), M. Llobet (1878-1938), entre outros.



95

### 3.- SITUAÇÃO DA GUITARRA NA GALIZA DO S. XIX

87 Detalhe do românico Pórtico da Glória na catedral de Santiago de Compostela (s. XII) Foto: Internet

88 Detalhe da porta de entrada da igreja do mosteiro de Carveiro, Silhedo (Galiza) sem datar mas com influência da escola do Mestre Mateus. Foto: I. Rei Sanmartim

89 Detalhe de um dos arcos góticos dos sepulcros da nave lateral esquerda da igreja de S. Domingos de Riva d'Ávia. (s. XV) a representar um alaúde. Foto: I. Rei Sanmartim

90 Detalhe da entrada da horta no mosteiro de Osseira (s. XVII) Foto: I. Rei Sanmartim

91 Detalhe do fresco da nave direita da igreja do mosteiro de Osseira (s. XVII) Foto: I. Rei Sanmartim

92 Detalhe do tabernáculo da Virgem do Cristal na igreja de Cela Nova (Galiza). Autor: Seixas, 1840.

93 Tela atribuída ao pintor galego António de Puga, nado em Ourense, em 1602. Conserva-se em Londres, numa coleção privada.

94 Para mais informação sobre Marescot e esta moda parisiense ver Rei Sanmartim, Isabel: «A guitarra no Arquivo Valladares: música galega na Lusofonia» publicado nas atas do 4º Encontro Açoriano da Lusofonia, 2009.

95 Tela de Petrus van Schendel, pintor belga (1806-1870) <http://www.klassiskgitar.net/imagess1.html>

## Atas colóquio da lusofonia –



Galiza não fica alheia a toda essa atividade na Europa. Entre os guitarristas varões de possível procedência galega de que dá conta Soriano Fuertes na sua História estão **José de Naya** e **Vicente Franco**, de quem se afirma ser natural de Ferrol. Domingo Prat no seu dicionário recolhe o conhecido virtuoso e também ferrolano **Juan Parga** (1843-1899) cujo retrato reproduzo aqui. A investigação nos antigos dicionários de músicos e guitarristas como o Saldoni ou o Prat na procura de apelidos galegos poderá dar mais surpresas neste sentido, pois como se sabe, tanto pelos arquivos eclesiásticos das catedrais galegas quanto pelos arquivos familiares ou de músicos não religiosos, a atividade musical e o uso quotidiano de todo tipo de instrumentos de corda pulsada, em qualquer dos seus tipos e formas, era comum na Galiza do século XIX. Também a investigação das agrupações de instrumentos de corda pulsada como as rondalhas vilegas, ou das bandas populares, podem fornecer informação sobre o uso deste tipo de instrumentos e a sua relação tanto com a música tradicional quanto com os compositores eruditos.<sup>96</sup>

### 4.- ROSALÍA CASTRO (1837 – 1885): TALENTO MUSICAL



A relação com a música da nossa grande poeta deveu começar quando a sua mãe a inscreveu como aluna no centro de educação da *Sociedad Económica de Amigos del País*<sup>97</sup> em Santiago de Compostela, em que se ensinava música, entre outras matérias e também nas atividades do Liceu da Juventude compostelano que ela começou a frequentar, onde para além de receber formação artística e literária coincidiu com Eduardo Pondal, Aurélio Aguirre e Paz Novoa. Depois casaria com Manuel Murguía de quem temos, junto com a sua filha Alejandra, os testemunhos mais evidentes das habilidades musicais da poeta, novelista, intérprete musical e de teatro, uma imensa intelectual e artista.

No artigo «Rosalía de Castro e a música»<sup>98</sup> Filgueira Valverde expõe as constantes relações entre a linguagem poética de Rosalía Castro e as evocações sonoras, sejam estas de instrumentos musicais, de sons próprios do campo ou do seu coração. Mas também informa de que a poeta tocava vários instrumentos: a harpa, a flauta, o piano, o harmónio, a bandúrria e a guitarra.

Nas cartas de Manuel Murguía e da filha Alejandra consta que Rosalía Castro tocava a guitarra «española» e a «guitarra inglesa»<sup>99</sup>, o que significa que tocava a popular guitarra de seis cordas antes aludida (também usada no Reino da Espanha, mas esse facto, como sabemos, não lhe dá carta de procedência) e a hoje conhecida como «guitarra portuguesa», cuja origem inglesa era na altura em Portugal ainda muito presente, embora não fosse uma guitarra, mas um cistre.

Confirma-se, portanto, que a denominação «guitarra inglesa» usada em Portugal era também conhecida na Galiza. Numa carta de Alejandra ao arqueólogo e músico Casto Sampedro (1848-1937), datada no ano 1919, relata-se a preferência da nossa poeta pela guitarra (de seis cordas e caixa em forma de oito) e o desgosto que isto causava no seu marido. A filha afirma também que a guitarra é o instrumento que melhor tocava sua mãe e que era uma excelente professora.

Conservam-se algumas referências ao uso da música dentro da família, realizadas epistolarmente por Manuel Murguía a Casto Sampedro, como aquela em que descreve o hábito da poeta de tocar depois do almoço uma série de peças rematando sempre por uma Alvorada, que Filgueira recolhe no seu artigo.<sup>100</sup> Afirma Murguía que a dita Alvorada era tocada já nos meados do século XIX pelo mestre de capela José Pacheco (1784-1865), na catedral de Mondonhede, Galiza, e afirma a conveniência de procurar esse dado.<sup>101</sup>

### 5.- AVELINA VALLADARES (1825 – 1902): A SOLIDÃO EM NOTAS PARA GUITARRA

Talvez seja a casualidade, mas no Cancioneiro de Marcial Valladares, irmão da excelente poeta Avelina Valladares, achado no arquivo de música da família, também há uma peça, neste caso é um vilancico, que parece uma composição feita por um músico erudito, depois aprendida pelos fregueses e finalmente convertida numa cantiga popular, que foi como a recolheu o autor do cancioneiro.

As idas e voltas da música de tradição popular e de tradição erudita são frequentes e é facto que une ainda mais às duas poetisas e intelectuais galegas. No caso de Avelina Valladares, temos a certeza de que sabia música entre outras muitas evidências porque no arquivo da sua casa acha-se esta peça, assinada por ela, e escrita para guitarra:



102

A peça está composta por duas partes, a primeira em fá maior e a segunda em ré menor, mantendo sempre um delicioso sabor modal. Intitulada em castelhano «La Soledad. Dançita por A. V.» [Trad. **A solidão. Dancita por A. V.**] esses dezasseis compassos ilustram musicalmente a vida retirada que a poeta levou na sua casa de Vilancosta, paróquia de Berres, no concelho da Estrada (Galiza).

<sup>96</sup> No meu breve trabalho de arquivo das obras da Banda Municipal de música de Compostela, realizado entre o 23 de março e o 7 de abril de 2009, achei uma obra para banda com guitarra e mandolina ou bandúrria, trata-se de um arranjo do conhecido diretor Francisco Martínez Martínez da obra de um italiano, Dom de Giovanni, publicada em 1898 por Lapini na Florência, cujo original carece desta instrumentação.

<sup>97</sup> Esta sociedade manteve o único conservatório de música da cidade até há uns cinco anos.

<sup>98</sup> Artigo incluído nas Atas do Congreso Internacional de Estudios sobre Rosalía de Castro e o seu Tempo (1985. Santiago).-- Actas do Congreso Internacional de Estudios sobre Rosalía de Castro e o seu Tempo.-- Santiago de Compostela : Consello da Cultura Galega, 1986.-- p. 33-56.

<sup>99</sup> Carta incompleta, de 1913, que se conserva segundo Filgueira Valverde no Museu de Ponte Vedra, na coleção de Casto Sampedro, caixa 65.1.nº 9.

<sup>100</sup> Dentre as numerosas gravações que há desta Alvorada recomendo ouvir a do coro *Toxos e Froles*, do ano 1922, restaurada e reeditada pela casa Ouvirmos em 2003.

<sup>101</sup> Não tenho conhecimento de que se tenha achado essa Alvorada entre as obras do mestre Pacheco. Existe uma tese sobre os vilancicos galegos da catedral de Mondonhede de Villanueva, Carlos (1989).

<sup>102</sup> Esta partitura será editada nos anexos da edição crítica do Cancioneiro *Ayes de mi país* de Marcial Valladares, irmão da poeta, realizada por J. L. do Pico Orjais e I. Rei Sanmartim. Para mais informação sobre a sua recuperação em concerto ver Rei Sanmartim, Isabel «A guitarra no Arquivo Valladares: música galega na Lusofonia» publicado nas atas do 4º Encontro Açoriano da Lusofonia, 2009.

### Atas colóquio da lusofonia –

Avelina Valladares foi uma mulher independente que não achou companheiro para a sua vida, ou se achou, não se uniu a ela. Que ficou ao cuidado da casa petrucial que herdara junto dos seus irmãos, convivendo com Marcial Valladares, igualmente solteiro, ao longo de mais de trinta anos. Que se debruçou nas atividades sociais como a da secretaria da Junta Paroquial da Beneficência, pela que em 1864 receberia, em recompensa pelos seus serviços humanitários, a Cruz desta instituição.<sup>103</sup>

O seu biógrafo, X. Luna Sanmartín, diz que era por ser tímida que Avelina não se deixou retratar. Não sei se seria esse o motivo, mas o certo é que os únicos retratos que nos chegaram dela são os que os seus contemporâneos fizeram através das palavras que deixaram escritas. Dentre todos os que nomeia Luna Sanmartín escolho, pela sua beleza, este de A. Losada Diéguez, realizado em 1925 com motivo do aniversário do nascimento da poeta, que morrera vinte e três anos antes:

«Lembro-me da primeira vez que vi Avelina Valladares – tempos velhos de ledices moças! – naquela casa de Vilancosta cheia de saudade, inesquecível, naquela paisagem enmeigada... A limpa e nobre frente, os claros e luminosos olhos, um falar tudo sossego e doçura, que era feitiço dos nenos, e admiração dos grandes. Assim era Avelina Valladares... Ainda hoje depois de tantos anos a minha impressão daquela grande mulher está viva no fundo azul da sua mirada e no sereno ritmo do seu falar».<sup>104</sup>

Nada digo da produção poética destas duas mulheres já que bastante se tem estudado sobre a sua obra literária, especialmente sobre Rosalía Castro. E porque o meu objetivo era o de exprimir vários conceitos fundamentais na hora de realizar um estudo mais aprofundado da música e da sociedade galega no século XIX:

- a) Que na Galiza oitocentista, apesar da precariedade de conhecimentos a respeito da nossa história, a educação das classes acomodadas, ainda traspassada pela peneira espanhola, fornecia os meios para os e as estudantes que o desejarem poderem desenvolver e conservar em bom estado os costumes e a cultura galega.
- b) Que foram também mulheres as que levaram ao terreno erudito a tradição popular tanto na poesia quanto na música, como foi o caso de Rosalía Castro e Avelina Valladares.
- c) Que a formação musical, assim como em línguas, era tida como indispensável para a educação das pessoas dessas classes acomodadas, em especial para a educação das mulheres.
- d) Que devido a essa educação musical existe uma continuidade no uso de diferentes instrumentos, entre eles a guitarra, tanto no âmbito eclesiástico quanto no civil.
- e) Que uma investigação a sério sobre estes aspetos culturais galegos serviria para entender melhor a evolução tanto da música tradicional e erudita quanto da língua portuguesa na Galiza.

Para rematar transcrevo um poema de Avelina Valladares, citado por J. Vales Failde no seu livro sobre Rosalía Castro publicado em 1906, que até esse momento estava inédito como boa parte da produção literária de Avelina Valladares. Nele podem ouvir-se ecos do coração da poeta, cheio de murmúrios e apagadas vozes que ressoaram em muitos dias e noites destas duas grandes poetisas e músicas galegas:

*A pobre orfíña  
Orfíña fiquei no mundo  
Des' que a luz do mundo vi  
Nunca agarimo senti  
Dos pais que me deram ser.*

*Prendida do seu amor,  
Vidinha da sua vida,  
A negra morte atrevida  
Não mos deixou conhecer.*

*Limpo, ou lixoso mamei  
Alheio leite, coitada!  
E no berço adormentada  
Fui por alheio rom-rom.*

*Tenras miradas de mãe  
Sorrisos, doces biquinhos,  
Afangos, meigos carinhos  
Não houve pra mim, ai!, não.*

*Amantes falas, consolos  
Que outras avondo alcançaram  
Tão longe de mim andaram  
Que a senti-los não cheguei*

*Descarriada, sem ventura  
Sem haver, sem acomodo  
Orfíña sozinha de todo  
Na terra fiquei,.*

*II*

*Por isso o coração se me estremece  
E cheio de mortal melancolia  
Tudo arredor de mim feio aparece  
Nada solaz me dá nem alegria.*

*Qual brêtema que envolve o cotarelo  
Onde o Sol facheava ao amanhecer  
Assim também a mim de luto um velo  
Circundou-me de súbito ao nascer.*

*De balde pra espargir o pensamento  
Corro a escutar do campo os passarinhos  
Que, tolos bulindo de contentamento  
Cibicada carrejam pr' os filhinhos.*

<sup>103</sup> Rosalía Castro dedica o seu poemário *Folhas Novas* à Sociedade de Beneficência dos galegos na Havana (Cuba) em 1880.

<sup>104</sup> Publicado em *El emigrado*, A Estrada, Galiza, nº 172, 24-X-1925 e tomado do livro de Luna Sanmartín (2000) *Ond'o sol facheaba ó amanhecer*, que é biografia e edição dos textos da autora. A citação de Losada Diéguez está escrita originalmente em português galego, mas aí fica adaptada por mim às normas do Acordo Ortográfico da língua portuguesa.

## Atas colóquio da lusofonia –

*Ditosos eles que an' que ali chiando,  
Da orfandade não se compreende a amargura  
E miram pra seus pais ledos cantando  
Sem cuidar-se da minha desventura!*

*Ai! Quem no peito seu não teve mágoas  
Nem da vida no mar provou escolhos,  
Mal se decata das alheias báguas  
Boite!... Não sabe o que é té-las nos olhos.*

*Aonde irás em busca de consolo,  
Orfinha triste orfinha, aonde irás? ...  
Acá abaixo não o há, no céu solo  
Entre os anjos de Deus o acharás.*

*Rompei Senhor esse telhado argente  
Por onde o Sol, sem cair belo caminha  
Abri as nuvens e baixai esplendente  
A tirar deste mundo a pobre orfinha.*

## BIBLIOGRAFIA

- CASTRO, Rosalia (1863) *Cantares Galegos* Vigo: M. Murguia  
CATURLA, M<sup>a</sup> Luísa (1982) *António de Puga, pintor gallego. A Crunha*, Galiza: Barrié de la Maza  
FILGUEIRA VALVERDE, Xosé (1985) «Rosalia de Castro e a música» in *Atas do Congreso Internacional de Estudios sobre Rosalía de Castro e o seu Tempo* Compostela: Consello da Cultura Galega, 1986 p. 33-56.  
LUNA SANMARTÍN, Xosé (2000) *Ond' o sol facheaba ó amanhecer. Vida e obra da cantora da Ulla / Avelina Valladares Núñez*. A Estrada, Galiza: Fouce  
REI SANMARTIM, Isabel (2009) «Iconografia musical nos mosteiros de Cela Nova e Osseira» inédito, trabalho para curso de doutoramento na USC.  
REI SANMARTIM, Isabel (2009) «A guitarra no Arquivo Valladares: música galega na Lusofonia» publicado nas atas do 4º Encontro Açoriano da Lusofonia.  
SORIANO FUERTES, Mariano (1856) fasc. *Historia de la música española...* Madrid: ICCMU 2007, vol. II  
VALES FAILDE, Javier (1906) *Rosalía de Castro* Madrid: Imp. de la revista de archivos.  
VÁRIOS AUTORES (2007), *Itinerarios Histórico-Musicais. Celanova*. Sárria: Ouvirmos  
- Para mais informação sobre o lenço de António de Puga: <http://ilhadeorjais.blogspot.com/2009/01/n-13-guitarra-de-antonio-de-puga.html>  
- Para mais informação sobre a harpa-guitarra no XIX: [http://www.harpguitars.net/players/encyclopedia\\_of\\_hq\\_players.htm#](http://www.harpguitars.net/players/encyclopedia_of_hq_players.htm#) <http://www.harpguitars.net/history/lacote/lacote.htm>  
- Para mais informação sobre a guitarra no s. XIX:  
BRISO, Luis (1995) *Un fondo desconocido de música para guitarra* Madrid: Ópera Tres.  
DELL'ARA, Mario (1988) *Manuale di storia della chitarra vol 1º: La chitarra antica, classica e romantica* Ancona, Itália: Ed. Bèrben.  
GÁSSER, Luis (ed.) (2003) *Estudios sobre Fernando Sor* Madrid: ICCMU.  
MANGADO ARTIGAS, J. M. (1998) *La guitarra en Cataluña, 1769-1939* Londres: Tecla  
RAGOSSNIG, Konrad (2003) *Handbuch der Gitarre und Laute* Mainz, Alemanha: Schott.  
TURNBULL, Harvey (1974) *The Guitar from the Renaissance to the Present Day* Connecticut, EUA: The Bold Strummer Ltd.  
VICENT, Alfredo (2002) *Fernando Ferandiere* Madrid: UAM <http://www.earlyromanticguitar.com/>

## 24. JOÃO MALACA CASTELEIRO



**JOÃO MALACA CASTELEIRO** licenciou-se em Filologia Românica em 1961, e doutorou-se em 1979, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com uma dissertação em Sintaxe da Língua Portuguesa. É, desde 1981, professor catedrático na mesma faculdade.

Tem lecionado e coordenado a cadeira de Sintaxe e Semântica do Português, no âmbito da licenciatura, e vários seminários nas áreas da Sintaxe, Léxico e Didática, no âmbito do mestrado. Foi diretor de investigação do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, conselheiro científico do Instituto Nacional de Investigação Científica e presidiu ao Conselho Científico da Faculdade entre 1984 e 1987. Tem coordenado e colaborado em diversos projetos de investigação e de edição, em Portugal e no estrangeiro, em articulação com organismos como o Conselho da Europa, os Serviços de Educação do Governo de Macau e o Ministério da Educação, entre outros.

É professor convidado na Universidade da Beira Interior, no Departamento de Artes e Letras.

É membro da Academia das Ciências de Lisboa, desde 1979, e presidente do seu Instituto de Lexicologia e Lexicografia.

Ao longo da sua carreira de professor orientou já mais de meia centena de teses de doutoramento e de mestrado.

Ganhou o Grande Prémio Internacional de Linguística Lindley Cintra, da Sociedade de Língua Portuguesa, em 1981, agraciado pelo Governo Francês com o grau de Cavaleiro das Palmas Académicas, em 1986.

A sua bibliografia, iniciada com a tese de licenciatura em 1961, é constituída por muitas dezenas de estudos dedicados à linguística e à lexicologia.

### Atas colóquio da lusofonia –

Editou obras como *A Língua e a Sua Estrutura*, *A Língua Portuguesa e a Expansão do Saber*, *Nouvelles perspectives pour l'enseignement du portugais en tant que langue étrangère*, *A Língua Portuguesa em África* e *A Língua Portuguesa no Oriente: do séc. XVI à Atualidade*.

Foi o coordenador *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* e o responsável pela versão portuguesa do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*.

João Malaca Casteleiro é um convicto defensor da adoção das regras prescritas pelo Acordo ortográfico de 1990.

É membro da Academia das Ciências de Lisboa desde 1979. Tem participado em congressos e conferências, dentro e fora do país, apresentando e publicando textos científicos.

Assumiu funções institucionais: Conselheiro Científico do Instituto Nacional de Investigação Científica, ao longo de 20 anos, Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa ou Presidente do Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa desde 1991.

Para além da sua intensa e produtiva atividade docente, tem dedicado a sua carreira ao estudo da sua língua, e a sua extensa obra de investigação inclui inúmeros livros e artigos científicos.

Assumiu também a responsabilidade por Projetos de Investigação de grande importância, como *Português Fundamental*, *Estruturas Lexo-Gramaticais do Português Contemporâneo*, o *Dicionário eletrónico do Português Contemporâneo* ou o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*.

Tem colaborado na qualidade de Professor Visitante ou de Professor Convidado com diversas instituições, nomeadamente a Universidade de Macau, e dirigido várias Teses de Mestrado e Doutoramento.

O reconhecimento dos seus méritos e do seu trabalho traduz-se em especial no respeito que académicos de todo o mundo têm demonstrado pela sua obra, pelos inúmeros convites para que participe em Conferências e Seminários Internacionais, recebeu do governo Francês o Grau de Cavaleiro da Ordem das Palmas Académicas, julho de 1998.

A 26 de abril de 2001 foi agraciado pelo Senhor Presidente da República Portuguesa com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

É patrono dos Colóquios da Lusofonia e dos Encontros Açorianos da Lusofonia desde 2007

#### 25. JORGE PINHO



JORGE MANUEL COSTA ALMEIDA E PINHO,

CETAPS (Centre for English Translation and Anglo-Portuguese Studies), FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia), ISAG (Instituto Superior de Administração e Gestão) – NIDISAG (Núcleo de Investigação do Instituto Superior de Administração e Gestão) [jorgeapinho@netcabo.pt](mailto:jorgeapinho@netcabo.pt)

Natural de Ovar, é docente do Ensino Superior desde 1991, lecionando Tradução Técnica e Literária, Tradução Consecutiva e Interpretação, e Teoria e Metodologia da Tradução, no Instituto Superior de Assistentes e Intérpretes (ISAI), atual Instituto Superior de Administração e Gestão (ISAG), Porto.

Diretor da Licenciatura em Tradução e Interpretação do ISAG e da Revista Científica de Estudos de Tradução, *Génesis*, tem produzido e publicado inúmeras comunicações e apresentações sobre a área dos Estudos de Tradução, em congressos nacionais e internacionais.

Atualmente integra o corpo de investigadores do CETAPS (Centre for English Translation and Anglo-Portuguese Studies). É ainda um dos representantes eleitos pelas instituições de ensino superior no recém-criado *Conselho Nacional de Tradução*, organismo representativo do setor da Tradução em Portugal.

Tradutor técnico e para edição desde 1990, foi Coordenador de Edição do Departamento de Dicionários da Porto Editora Lda. e tem inúmeras traduções publicadas nas áreas da Literatura Infantil, História, Ensaio e Ficção.

Da lista de autores que traduziu, constam personalidades como Noam Chomsky, Basil Davidson, Ernest Gellner, Margaret Joan Anstee, Erwin Schrödinger, Mumia Abu-Jamal, Diane Ackerman, Paul Hare, Kevin Lynch, Jesse L. Jackson, Giovanna Borradori, Donovan Bixley, Andy McNab, Don Tapscott, James Risen, ou Ann Bridge e Susan Lowndes.

Coautor do guia de viagens *Lexus – Portuguese Travelmate* é ainda autor de *O Escritor Invisível: A Tradução Tal como É Vista pelos Tradutores Portugueses*, Quidnovi, 2006.

SINOPSE - TEMA 3.2 A TRADUÇÃO E OS LEITORES, JORGE MANUEL COSTA ALMEIDA E PINHO., CETAPS (CENTRE FOR ENGLISH TRANSLATION AND ANGLO-PORTUGUESE STUDIES) FCT (FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA) -ISAG (INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO) – NIDISAG (NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO DO INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO) [JORGEAPINHO@NETCABO.PT](mailto:jorgeapinho@netcabo.pt)

A definição do conceito de tradução pretende ser o ponto de partida desta apresentação sobre o papel dos tradutores na modulação da cultura literária de um povo. De vários quadrantes, e com perspetivas diferenciadas, pretende-se dar a conhecer as motivações que enformam a noção do que é a tradução e as suas inúmeras cambiantes. De seguida, e em função dos diferentes tipos de texto literário analisados, partir-se-á para um curto percurso pelos caminhos da tradução, analisando opiniões diversas e maioritariamente seguidas por tradutores portugueses consagrados e com extensa obra publicada, as quais surgirão como suporte material das opções de tradução adotadas para cada um dos tipos de texto assinalados. Deverá ser possível reconhecer que os textos da poesia, da narrativa ou do drama são, efetivamente, tratados de forma diferente pelos tradutores, com opções individuais nem sempre consentâneas com o que seria de esperar por parte dos profissionais da tradução. Por fim, deverá analisar-se a perceção da receção, com uma panorâmica alargada sobre os leitores e as suas expectativas relativamente ao papel dos tradutores e das obras que decidem ler. Daqui deverá ser possível ainda perceber o que conduz a certas orientações seguidas pelos tradutores no exercício do seu ofício. De tradutores a leitores, far-se-á, assim, uma viagem diferente pelos caminhos da edição em Portugal, na perceção daqueles que exercem a atividade de tradutor.

#### 1. O QUE É TRADUZIR?



Em primeiro lugar, e segundo André Lefevere, traduzir é voltar a escrever um texto original numa outra língua, pelo que essa reescrita, e as intenções que a determinam, refletem a interpretação do tradutor e são novas formas de uma ideia ou de um formato original. Deste modo, o tradutor é uma espécie de manipulador (cf. Lefevere 1992b: Xi) que pode inculcar e veicular novas ideias e mundivisões na sociedade para a qual traduz. Se for visto de uma forma positiva, o tradutor contribui para a evolução da sociedade com as novas perspetivas que oferece. Por outro lado, se for visto de uma forma negativa, o tradutor poderá servir a repressão, distorcendo e limitando a consciência do mundo, em particular se restringir o leque de visões oferecido e se não as transpuser corretamente para a nova realidade.

Em segundo lugar, traduzir também é dominar e ser dominado pelo ambiente do discurso em que se trabalha a tradução (cf. Lefevere 1992b: 35). Objetos, personagens ou eventos de uma cultura original têm de ser bem conhecidos do tradutor, tal como a sua forma de expressão, para serem reproduzidos de uma forma correspondente na cultura e língua para a qual traduz.

Em terceiro lugar, traduzir é servir fins de divulgação e motivações de carácter editorial (cf. Lefevere 1992b: 19), profissional ou pessoal. Significa, assim, na perspetiva do tradutor, obedecer a impulsos exteriores, ou interiores, que condicionam a sua forma de apresentação e divulgação da obra traduzida.

Em quarto lugar, traduzir é promover o desenvolvimento da língua para a qual se trabalha, servindo propósitos de inovação e acréscimo dessa língua, enriquecendo-a, entre outros aspetos, com novo vocabulário, ou com novas formas estilísticas (cf. Lefevere 1992b: 46).

Sejam quais forem as preocupações, incumbências, técnicas adotadas ou soluções definitivas, os tradutores nem sempre podem referir-se a elas nas obras, em considerações preambulares, epilogais, ou apenas reflexões gerais sobre o trabalho desenvolvido. Quando tal é permitido, é frequente serem acusados por leitores e críticos de “interferência desnecessária”, ainda que muitas vezes até foram os tradutores a promover a leitura dessa obra na língua de chegada. Como afirma Lawrence Venuti:

Translators are always hard at work, but they are producing translations, not translation commentary, criticism, or theory; they appear as aesthetically sensitive amateurs or talented craftsmen, but not critically self-conscious writers who develop an acute awareness of the cultural and social conditions of their work. (Venuti 1992: 1)

## 2. DIFERENTES CONCEITOS DE TRADUÇÃO CONSOANTE OS TIPOS DE TEXTO

Depois de terem recebido a incumbência de transmitir a mensagem do texto original, os tradutores normalmente apenas elaboram algumas ideias em torno de teorias parcelares que conferem importância à receção por parte do leitor do significado ou da mensagem do texto original, (cf. Gutt 1991: 68). Assim, para os tradutores a compreensão dos leitores do que é traduzido torna-se o principal fator de avaliação da tradução, o que corresponde, na prática, a uma teoria pragmática e comunicativa.

Certo é que definir o conceito de tradução não é tarefa fácil e vários têm sido os tradutores portugueses que se dedicaram a analisar essa definição, principalmente em função de trabalhos efetuados, ora *a priori*, enquanto delimitação do trabalho a desenvolver, ora como conceções preexistentes que adotaram como norma para a execução do trabalho em causa.

Seja como for, ao longo dos tempos, os tradutores parecem ter sentido a necessidade de explicar os termos e as condições que delimitam o exercício da sua atividade, ao mesmo tempo que procuram descrever os limites e as ambições do trabalho executado. Em todos os casos, parece desempenhar especial destaque o tipo de texto ao qual se aplica a noção de tradução, com tonalidades diversas consoante se trata de um texto poético, dramático ou narrativo.

### 2.1 O CONCEITO DE TRADUÇÃO NOS TEXTOS POÉTICOS

A maior parte das opiniões sobre o conceito de tradução nos textos poéticos reflete dúvidas sobre a possibilidade de concretizar tal tradução. Nomeadamente a possibilidade de o tradutor se mostrar eficiente ou até de conseguir a verdadeira transposição do texto original para outra língua. Apesar de todas as dúvidas e regras individuais, nunca os tradutores deixaram de afirmar: “Sim, é possível traduzir poesia!”

A noção de fidelidade parece estar intimamente ligada à interpretação individual de cada tradutor do conteúdo do texto de partida e das intenções presumidas no trabalho do autor. As opiniões expressas declaram que ser fiel ao texto original é conservar no texto de chegada as mesmas características de conteúdo, semânticas, formais e comunicativas do texto de partida. Nos textos poéticos a defesa dessas características acaba por se tornar mais difícil, em virtude do carácter subjetivo e da forma destes mesmos textos. No entanto, aparentemente por razões de ordem psicológica relativas a uma certa automotivação, ou até como atitude tranquilizadora para os leitores, os tradutores asseguram, porventura a si próprios, essa fidelidade.

As eventuais dificuldades de interpretação do texto poético poucas vezes são referidas pelos tradutores, talvez porque desde sempre se ligou a tradução de textos poéticos a um sentimento de perda, com a impossibilidade de transposição adequada de todos os elementos do texto poético. Conforme afirmou Carlos Oliveira, a propósito da sua tradução da poesia de Felix Cucurull:

Poesia “traduzida”, afirmou alguém, é poesia “reduzida” a cinquenta por cento da sua força de expressão inicial. O tradutor da presente coletânea sabe que é assim e não se ofende. Os leitores, por sua vez, devem ter sempre em conta o desgaste sofrido pelos versos quando viajam de um idioma para outro.

(Oliveira 1966: XIV)

Curiosamente, os tradutores referem-se com frequência à pluralidade de interpretações e interrogam-se sobre a veracidade das suas próprias versões, mas unicamente em função da perspetiva que o leitor possa ter após a leitura final do texto traduzido. Ou seja, para o tradutor a atenção e a eventual minúcia de observação que o leitor dedicar à obra devem passar da análise ao autor para uma observação atenta do trabalho do tradutor. Por isso mesmo, verifica-se uma espécie de autoelogio velado por parte dos tradutores ao trabalho que desenvolveram e até mesmo uma certa autoglorificação do trabalho de tradução como atividade criadora.

A perspetiva mais comum sobre as dificuldades de tradução do texto poético foi verbalizada por Jorge de Sena nas suas observações sobre a tradução de *80 Poemas de Emily Dickinson*:

Traduzir não é fazer poesia nossa com a poesia dos outros, mas fazer com a nossa língua o que uma Emily Dickinson teria feito e dito se, em português, experimentasse idêntico poema. (Sena 1962: 35)

Esta posição era seguramente antagónica à de Eugénio de Andrade para a tradução da poesia de Safo. Com efeito, o conceito de tradução de Eugénio de Andrade aproxima-se e funde-se mesmo com a sua noção de recriação e o seu ideal de fidelidade ao espírito do poema acaba por se tornar um objetivo de criação pessoal entrevisto no objetivo imaginado do autor. Foi isso que constatou Maria Helena da Rocha Pereira, ao comentar a “tradução” de Eugénio de Andrade: *Gostaria de não lhe chamar tradução. Até porque a excelente definição que o Poeta deu dessa atividade (“Esta espécie de transfusão de sangue perdida, que é sempre o trabalho de tradutor”) não lhe é adequada. Chamar-lhe-ia recriação, se com isso não antecipasse desnecessariamente um juízo de valor a que o leitor destas páginas chegará por si. Mas desde já podemos dizer que se trata de um desses raros fenómenos de convergência artística, que permitem que uma obra-prima de uma língua passe sem murchar para outro idioma.* (Pereira 1982: i)

### 2.2. O CONCEITO DE TRADUÇÃO NOS TEXTOS DRAMÁTICOS

Nos textos dramáticos é de notar que se registam muito menos afirmações de tradutores sobre o conceito de tradução. Além disso, algumas delas são muito semelhantes às que são feitas sobre a poesia e os problemas da definição do conceito de tradução radicam em situações e metodologias similares às mencionadas para os textos poéticos. Importa, acima de tudo, o valor das opiniões expressas em função de questões relacionadas diretamente com a atividade dramática ou com o conceito de teatro.

## Atas colóquio da lusofonia –

Por exemplo, na caracterização da noção de tradução para o discurso teatral, Sophia de Mello Breyner Andresen, a propósito da sua tradução de *Hamlet*, de William Shakespeare, referiu a necessidade de fidelidade ao texto original acrescentando-lhe a diferenciação essencial própria do texto dramático, refletindo sobre o peso de cada palavra na expressão teatral e as suas implicações sobre a tradução do género teatral. Ao mesmo tempo, a tradutora estabeleceu uma distinção clara entre a tradução – que terá conseguido executar – e uma eventual adaptação de *Hamlet*, que funcionaria como desvio, ainda que ligeiro, ao conteúdo ou à forma do texto original, e que seria motivada pela necessidade de permitir ao leitor da tradução uma melhor compreensão da mesma.

Uma análise superficial do texto dramático permite-nos perceber que uma das suas características essenciais, essa possibilidade de ser representado em palco, torna-o inacabado no ato de leitura. Daí que a ligação entre o texto e a sua representação em palco tenha um valor bastante grande para a tradução, com o tradutor a surgir como primeiro leitor / encenador / ator / espetador entre o texto original e a equivalência semântica e funcional que dele se espera no texto traduzido.

Contudo, a posição do encenador real é diferente. Ele centra a sua atenção na necessidade de descortinar soluções para os elementos teatrais presentes na peça tendo em vista a sua posterior encenação. António Pedro, tradutor, mas também encenador, na abordagem inicial que faz à sua tradução de *Macbeth*, de William Shakespeare, indica precisamente essa perspetiva do encenador, norteadora pela representação da peça, com tudo o que isso significou de alterações e até mesmo de cortes, ainda que o tradutor / encenador afirme não ter pretendido desvirtuar a obra de Shakespeare.

O facto de, por um lado, os textos dramáticos servirem essencialmente o ato de representação e, como tal terem uma expressão própria em palco, tem servido para que a tradução de textos dramáticos, apesar de frequente, não tenha recebido uma ampla divulgação editorial, antes se restringindo a libretos de uso próprio para atores e encenadores. Além disso, a encenação ao longo dos tempos e das culturas de muitas peças tem-se sujeitado a regras cénicas mais ou menos inovadoras e, até a características de época, que não reproduzem as condições idealizadas pelo autor. Como consequência, não é de estranhar que a intervenção dos tradutores nos textos dramáticos pareça reduzida, aos olhos dos menos conhecedores, embora seja bastante interventiva e modificadora do texto original.

No que diz respeito à problemática mais específica do género dramático, alguns tradutores têm o cuidado de salientar que a probabilidade de ele ser dito oralmente e representado perante um público espetador são, portanto, fatores que implicam atenção a aspetos paralinguísticos, como por exemplo a entoação, a audibilidade ou a inteligibilidade no espaço cénico. Além dessas, todas as outras indicações relativas a cenários, atitudes, gestos e movimentos dos atores implicam uma necessidade de adequação na transposição.

Como é evidente, se o tradutor tiver apenas em conta os aspetos literários do texto dramático original poderá cometer uma infração básica ao conceito de tradução para este género de textos, omitindo o facto de o texto escrito representar apenas um fator no meio dos muitos elementos que compõem a globalidade do discurso dramático. Observe-se afinal, a este respeito e a título de exemplo, o que afirmou Marina B. L. Prieto a propósito da sua tradução de *Pigmaleão*, de George Bernard Shaw:

Conseguir uma tradução de todo fiel à língua original sabido é que se torna impossível. A índole, o génio de cada língua é inconvertível. O que deve tentar cada tradutor é obter a máxima aproximação, o maior grau de fidelidade realizável. Foi neste sentido que me esforcei. Fiz quanto pude por conservar o ambiente em que se desenrola a peça de Shaw: procurei a exata correspondência nas descrições dos cenários e forcejei por que as rubricas das atitudes, dos gestos e dos movimentos dos atores me saíssem na versão mais condizente. (Prieto 1961: 21)

### 2.3. O CONCEITO DE TRADUÇÃO NOS TEXTOS EM PROSA

Muito pouco se fala e escreve sobre o ofício e exercício do papel de tradutor nos textos narrativos. Talvez porque se considera normalmente que a estrutura e a forma de escrita utilizadas na prosa literária são menos complexas e necessitam, portanto, de menos explicação do que as técnicas correspondentes usadas noutra tipo de textos. Além disso, as abordagens sobre o conceito de tradução nos textos em prosa reproduzem, em inúmeros aspetos, o que já foi dito para a poesia e para o teatro.

É verdade que os tradutores daqueles géneros também executaram traduções de textos em prosa, mantendo e aplicando nestes os mesmos princípios. No entanto, as abordagens preliminares dos tradutores deste género de textos debruçam-se, com mais frequência, sobre aspetos mais específicos e práticos relativos ao trabalho de tradução e não tanto sobre um conceito mais geral, talvez porque esses problemas necessitaram de soluções imediatas viradas para a compreensão por parte do público recetor.

Por outro lado, e entre os vários exatos que poderão contribuir para a restrição em tais considerações constam os objetivos editoriais que limitam o espaço aos tradutores dos textos em prosa. Além disso, também se notam os pressupostos imediatistas dos leitores deste género de textos, que pretendem ler na obra o texto do autor e não as observações do tradutor ao trabalho efetuado, recusando a sua apreciação e até mesmo criticando tais observações como desnecessárias.

Há alguns exemplos que servem para definir o conceito de tradução individual para os textos narrativos. Daniel Gonçalves, por exemplo, estabeleceu uma definição completa e abrangente desse trabalho de tradução para a obra de H. Rider Haggard, *As Minas de Salomão*:

Uma tradução – todos o sabem – é a versão de um texto de uma língua para outra. O tradutor deve diligenciar por transmitir ao leitor, não só o conteúdo como também a forma do original. Essa *fidelidade* é muitas vezes extremamente difícil de alcançar e nunca é mais do que aproximada. Diz William Golding, e estamos inteiramente de acordo, que a tradução perfeita é impossível. E não se confunde uma boa tradução com uma mera transposição literal. Há forçosamente todo um trabalho hermenêutico a realizar que pode, se mal orientado, não desvendar a correta intenção do autor. Aqui o tradutor é obrigado a decidir e é nesse espaço – e nesses precisos limites – que reside a sua criação. Mas cessa aí também a fronteira da sua liberdade: o tradutor consciente tem de resistir à tentação de “aperfeiçoar”, quer suprimindo, quer adicionando, quer alterando partes ao original. Enquanto o autor dispõe de todo o livre arbítrio deste mundo para criar como entender, o escopo criativo do tradutor está sempre limitado pelo dever de ser fiel. (Gonçalves 1992: 10)

### 3. OS LEITORES

Nos comentários paratextuais dos tradutores, a referência aos prováveis destinatários do texto traduzido surge normalmente na parte final de tais observações. Os motivos para tal colocação não são evidentes, mas talvez assentem no facto de o texto literário normalmente não procurar leitores específicos e se dirigir a todo e qualquer leitor, ao mesmo tempo que serve os interesses criativos do autor. Assim, os tradutores também não objetivam um leitor em particular e não lhe conferem uma primazia especial no comentário ao trabalho desenvolvido, relegando-o para a posição que entendem mais adequada.

Ora, os conhecimentos que um tradutor adquire sobre um autor, a sua vivência e os significados que pretende colocar em determinado texto servem para fazer uma interpretação individual do texto, mas também para concretizar uma tradução orientada pelo próprio texto ou pelas alegadas intenções do autor desse texto.

Esta orientação contrasta com a dos textos não-literários que se orientam por preocupações funcionais em relação ao leitor e que objetivam espaços específicos de resposta por parte do leitor, ainda que o produto da leitura possa naturalmente variar de acordo com as intenções e motivações próprias de cada leitor (cf. Hatim & Mason 1990: 17). Como consequência, na tradução literária quanto mais importantes são as marcas literárias do texto, e em maior número, menos concessões o tradutor faz às expectativas dos leitores e mais próxima do original e das suas marcas está a obra traduzida. Todo o género de concessões ao leitor restringe-se então a notas, glossários, prefácios, etc., não interferindo com o que é a versão final do texto.

Mas, por vezes, as traduções literárias e os princípios que orientam a sua produção refletem aquilo que diferentes leitores encaram como relevante. Nesse caso verifica-se, por um lado, uma prevalência de elementos como a competência de cada leitor e a sua interpretação do texto. E, por outro lado, a importância atribuída a esses elementos é consequência de uma atitude do tradutor virada para a receção.

#### Atas colóquio da lusofonia –

Em casos como esses, partindo da variedade linguística observada e dos significados e intenções que percecionou no texto original, o tradutor procurou obter uma descrição característica do leitor na língua de chegada e, assim, decidir que atenção deveria prestar aos elementos correspondentes na língua para a qual traduziu, de forma a obter os mesmos efeitos no leitor da língua de chegada (cf. Newmark 1988: 12-13). Apesar do valor único de cada texto literário e / ou de cada autor, e do facto de as obras literárias não serem produzidas para um leitor ou para um grupo de leitores em particular, é indubitável, em muitas das apreciações consultadas, que o leitor está presente nos pensamentos do tradutor no momento de produção da tradução e desempenha um papel importante na modelação ou apreciação final da obra traduzida.

Esta atitude do tradutor, que procura encontrar junto do leitor o conforto, ou a crítica às opções de tradução, é muito comum nas observações dos tradutores. Os tradutores parecem colocar o trabalho desenvolvido nas mãos dos leitores e pedir-lhes um parecer favorável, assumindo eventuais diferenças de interpretação e pedindo desculpa antecipada por tais divergências. Assim, os tradutores apontam o dedo aos artifícios do autor ou às diferenças entre línguas e atribuem a esses elementos a responsabilidade pela ocorrência de eventuais incompreensões e divergências na interpretação, mas não deixam de salientar o seu próprio labor no sentido de evitarem desvarios impossíveis de corrigir. Hélio Osvaldo Alves, no prefácio a *A Águia e a Toupeira*, de William Blake, alude ao papel do leitor como juiz das opções do tradutor:

Das dificuldades de traduzir Blake poderá o leitor paciente e sensível ir ajuizando, na medida em que discordar das soluções propostas. A tradução que hoje é, pode, na maior das certezas, já não o ser amanhã. (Alves, 1996: XXV)

#### 4. ALGUMAS CONCLUSÕES

É então possível destacar alguns aspetos fundamentais pela frequência com que são referidos pelos tradutores nos paratextos e pela importância que lhes atribuem no desempenho do seu ofício.

Em primeiro lugar, o conceito de tradução desenvolvido e aplicado pelos tradutores varia em função do tipo de texto. Quando se trata da tradução de um texto poético os tradutores referem a maior liberdade de opções como alegadamente justificadora da alteração dos conteúdos e da forma do original. Já na tradução dos textos em prosa, os tradutores mostram maior contenção na variedade de opções que adotam, mantendo-se mais próximos do texto original. Quanto aos tradutores dos textos dramáticos, são parcos em comentários sobre o conceito de tradução e preferem realçar a importância do texto como elemento gerador da representação, permitindo-se assim uma flexibilidade maior ou menor na tradução, determinada sobretudo pelas intenções cénicas previstas.

Em segundo lugar, a receção dos leitores é outro fator recorrentemente mencionado, e é natural que tal se verifique porque o texto literário tem recetores, ainda que eventualmente não imaginados ou especificados à partida, que nele encontram sentidos. Assim, os tradutores fixam-se bastante no papel supostamente interventivo dos recetores e na necessidade de colocarem no texto traduzido aquilo que os leitores esperam encontrar. Mais, é frequente os tradutores acrescentarem à intenção de servir os leitores a capacidade de estes julgarem a validade e a fidelidade da tradução relativamente ao texto original.

Finalmente, é possível constatar que as opiniões expressas pelos tradutores não demonstram explicitamente o recurso a contextualizações teóricas determinantes para o seu esforço de tradução e que tenham sido diretamente aplicadas ao trabalho executado. Todavia, no caso de referências a conceitos teóricos, verifica-se que os tradutores portugueses pautam o exercício da sua atividade pela atualização e identificação constantes com teorias contemporâneas. Mas se o processo teórico parece não exercer uma influência determinante sobre os tradutores, isso talvez se fique a dever a uma preocupação mais apurada que os profissionais da tradução demonstram para com questões pragmáticas, chegando mesmo, em muitos casos, a fornecer contributos significativos para a formulação de teorias aplicáveis ao exercício da sua atividade.

#### BIBLIOGRAFIA

- Alves, Hélio Osvaldo. (1996) "Introdução" in William Blake. *A Águia e a Toupeira*. Seleção, tradução e notas de Hélio Osvaldo Alves. Guimarães: Pedra Formosa, Edições.
- Andrade, Eugénio de. (1982) "Introdução" in Safo. *Poemas e Fragmentos de Safo*. Tradução de Eugénio de Andrade. Porto: Fundação Eugénio de Andrade.
- Andresen, Sophia de Mello Breyner. (1987) "Prefácio" in William Shakespeare. *Hamlet*. Tradução de Sophia de Mello Breyner Andresen. Porto: Lello & Irmão Editores.
- Gonçalves, Daniel. (1992) "Prefácio" in H. Rider Haggard. *As Minas de Salomão*. Tradução e notas de Daniel Gonçalves. Lisboa: Difel.
- Gutt, Ernst-August. (1991) *Translation and Relevance*. Oxford UK / Cambridge USA: Blackwell.
- Hatim, Basil & Ian Mason. (1990) *Discourse and the Translator*. London and New York: Longman.
- Lefevre, André. (1992) *Translation, Rewriting & the Manipulation of Literary Fame*. London / New York: Routledge.
- Lefevre, André (ed.). (1992) *Translation / History / Culture*. London / New York: Routledge.
- Newmark, Peter. (1988) *A Textbook of Translation*. London: Prentice Hall.
- Oliveira, Carlos de. 1966. "Prefácio" in Felix Cucurull. *Vida Terrena*. Tradução de António de Macedo com a colaboração de Carlos de Oliveira. Lisboa: Editora Ulisseia.
- Pinho, Jorge. 2006. *O Escritor Invisível*. Lisboa: Quidnovi.
- Pereira, Maria Helena da Rocha. (1982) "Introdução" in Safo. *Poemas e Fragmentos de Safo*. Tradução de Eugénio de Andrade. Porto: Fundação Eugénio de Andrade.
- Prieto, Marina B. L. Prieto. (1961) "Prefácio" in George Bernard Shaw. *Pigmalião*. Tradução de Marina B. L. Prieto. Coimbra: s / ed.
- Sena, Jorge de. (1978) "Prefácio" in *80 Poemas de Emily Dickinson*. Tradução e apresentação de Jorge de Sena. Lisboa: Edições 70.

26. JOSÉ GIL E  
27. JOÃO GOMES



**JOSÉ GIL** é Doutorado 2006 em "Estudos Teatrais". Prof. Adjunto da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal. Coordenador do Departamento de Comunicação. Escritor e Ator. [josegilportugal@yahoo.com.br](mailto:josegilportugal@yahoo.com.br)

**JOÃO GOMES** é docente da Escola Superior de Educação de Bragança, Instituto Politécnico de Bragança

**SINOPSE - TEMA 1.7. AUGUSTO BOAL GRANDE PERSONALIDADE DA LUSOFONIA. BOAL – O TERCEIRO TEATRO e Augusto Boal e o Teatro do Oprimido JOSÉ GIL, Escola Superior De Educação do Instituto Politécnico de Setúbal. JOÃO GOMES Escola Superior de Educação de Bragança, Instituto Politécnico de Bragança**

Augusto Boal apesar do seu falecimento recente é um dos grandes embaixadores do teatro em todo o mundo. Como refere a imprensa equivalente a Brecht e Stanislavsky. Desenvolveu vários tipos de teatro, tendo em consideração também a sua vida, baseado num conteúdo social e de debate político sem perder o seu valor estético; O Teatro Jornal., O Teatro Imagem, o Teatro Fórum, o Teatro Invisível, o Sistema Coringa e o Teatro do Oprimido. Procuramos ainda revelar dados interessantes sobre a sua passagem por Portugal.

0.

Morreu Augusto Boal a 4 de maio de 2009, para o jornal de Guardian é equivalente a Brecht.

Para os brasileiros e os amantes do teatro e da promoção da igualdade entre os homens, Boal "deixa uma marca que jamais será esquecida", afirmou o presidente brasileiro ao jornal O Público, Lula da Silva, para quem o dramaturgo era "o exemplo de um companheiro que dedicou a sua vida à transformação social por meio da arte" Desde os nove anos de idade que comandava algumas peças familiares na companhia dos seus três irmãos – teatro doméstico no melhor sentido.

«Todas as sociedades humanas são espetaculares no seu quotidiano, e produzem espetáculos em momentos especiais. São espetaculares como forma de organização social, e produzem espetáculos como este...»

Desde Guy Debord da Internacional Socialista em maio de 68 em Paris até hoje Sociedade do Espetáculo é que nos prende – todos atores sociais cada um em seu papel e personagem.

“Todas as artes contribuem para a maior de todas as artes, a arte de viver.”

Bertold Brecht

1.

O teatro é a primeira das artes. O homem caça e vê-se caçador, pinta nas paredes da gruta a sua caçada. Os animais não.

O homem inicia assim todas as suas descobertas, invenções, criações.

“o ser humano descobre que pode observar-se” "Ao ver-se, percebe o que é, descobre o que não é, e imagina onde pode ir.” Augusto Boal

“O teatro é a primeira invenção humana e é aquela que possibilita e promove todas as outras invenções e todas as outras descobertas. O teatro nasce quando o ser humano descobre que pode observar-se a si mesmo: ver-se em ação. Descobre que pode ver-se no ato de ver – ver-se em situação. Ao ver-se, percebe o que é, descobre o que não é, e imagina onde pode ir. Cria-se uma tríade: EU observador, EU em situação, e o Não –EU , isto é, o OUTRO. (...) Esta é a essência do teatro: o ser humano que se auto-observa.” Augusto Boal. in: O Arco-Íris do Desejo. Método Boal de teatro de terapia. pp. 27 –

Mas não podemos começar a falar sobre a teoria e os Modelos sem constatar que a sua vida esteve sempre ligada a sua carreira artística.

Sofreu com a ditadura (de 1964 e 1985) foi preso e esteve exilado em vários países e também em Portugal. Nos anos 70, trabalhou durante dois anos com A Barraca, onde assinou a peça Barraca Conta Tiradentes (1977), Foi professor no Conservatório de Lisboa na Escola Superior de Teatro e Cinema.

2.

Vamos dedicar a nossa comunicação a seis técnicas ou formas ou modelos de comunicação de Augusto Boal

1.-Teatro Jornal

2- Teatro imagem

3 - Teatro Invisível

4. Teatro Fórum

5. Sistema Curinga, Augusto Boal dirige por exemplo: a peça de Brecht Resistível Ascensão de Arturo Ui

6. Teatro do Oprimido, seguindo as veredas abertas por Paulo Freire

Vamos tentar definir de cada uma destas técnicas, pois é nestas técnicas que Augusto Boal se baseava durante o seu percurso como teatrólogo;

➤ **1. Teatro Jornal:** Consiste na escolha de uma determinada notícia ou notícias, publicada num jornal, que é discutida por um grupo ou diferentes subgrupos, procurando deste modo verificar quais as qualidades dramáticas da estória. Desenham-se em grandes folhas de papel de cenário brainstorming e mind map das ideias centrais do espetáculo, centrando o saber em tempo de cenas fortes e cenas fracas do clímax da questão e na sua resolução.

➤ **2 “Teatro Imagem:** Técnica onde se transforma em imagem um tema proposto pelo orientador do por exemplo a liberdade, a ditadura, o cómico.

➤ **3. “Teatro Invisível:** forma de organização de um impulso cénico e dramático em que os atores estão numa performance que o espetador desconhece O público pensa que a cena é real. Por exemplo os atores – uma mulher a fingir de grávida e os dois homens a fingir que têm ideias diferentes quando ela representa desmaiar um ator ataca o governo pelas péssimas condições de trabalho e transporte e o outro situando toda a culpa na “trabalhadora” que quis ficar grávida e diz que as pessoas põem política em tudo. Na primeira estação de metro fogem. O público descobre que foi teatro mas continua discutindo a intervenção dos atores só descobertos no final.

➤ **4 -Teatro Fórum:** tem o debate como técnica principal. .O público sobe ao palco substituindo os atores oprimidos. O teatro Fórum é um centro de debate diferenciando-se de rituais tradicionais

Procura-se entre palco e plateia um diálogo vivo onde os espetadores no Teatro do Oprimido, não há espetadores, mas "espect-atores".

➤ **-5.- Sistema Coringa**

O modelo Curinga constitui o “rodar “ de diversos atores por diversas personagens havendo contudo um elemento de ligação como um chapéu, uma maçã, uma viola que indica ao espetador a continuidade do discurso.

Normalmente o herói ou personagem principal da peça não roda. É fixo.

Teatro épico pela sua distanciação, o Sistema Curinga surge em todos os géneros de Boal. de *Arena Conta Zumbi*, este sistema foi desenvolvido e estruturado em *Arena Conta Tiradentes*

Na explicação 1 destes espetáculos pretende-se alargar a forma a todas as formas necessárias

➤ **6 - Teatro do Oprimido**

O teatro empenhado em estimular a participação ativa e consciente dos cidadãos na construção da sociedade. O Teatro do Oprimido baseado no Método Paulo Freire desenvolve as suas atividades a dois níveis: ao nível comunitário, por exemplo em bairros *problemáticos* de Lisboa e Amadora. Ou em teatros da cidade voltados para o problema da emigração ou da luta de classes. Minorias contra maiorias e vice-versa

Nesta comunicação já abordamos as seis técnicas ou formas ou modelos de comunicação de Augusto Boal.

Todas elas utilizou na Escola de Teatro e Cinema nos anos de 1975 / 76. É interessante a visão que um dos diretores da Escola escreveu na Internet como o meu colega Luís Aguiar através do correio eletrónico da Aprodet.

Conheceu como eu, Boal em 1975

## Atas colóquio da lusofonia –

“Víamos, nessa altura, Teresa Mota atarantada de um lado para o outro, perguntando-nos porque não se contratava o Augusto Boal, o homem do Teatro Arena de São Paulo, o homem que podia revolucionar a Escola de Teatro” (...) *Ele tem de ficar em Lisboa*, dizia-nos Teresa Mota. É que David Mourão Ferreira, Secretário de Estado da Cultura e a sua equipa não tinham honrado o compromisso de contratar Augusto Boal e a equipa que trouxera consigo. Contagiados pelos ares escandalizados de Teresa Mota e Richard Demarcy que invocavam ser um gesto revolucionário, contratar Augusto Boal, começamos a seguir a direção do realismo e a exigir o impossível. Encarregou-se Amílcar Martins de falar com Augusto Boal, enquanto eu iria invadir a secretaria do Conservatório Nacional (invadir é o termo, já que nessa altura era a mesma “assaltada” por mais de 30 pessoas que integravam as diversas Comissões Diretivas das cinco escolas) para sondar as possibilidades de contratar o Augusto Boal. Nenhuma! Respondia-nos o lendário senhor Antunes, chefe de uma secretaria em verdadeira revolução em curso. Horas depois, lá obtivemos a possibilidade de contratar Augusto Boal por 12 contos mensais, salário igual para todos os trabalhadores da casa.

Chegava-nos, entretanto, a boa nova de que Augusto Boal, gratíssimo pelo interesse, aceitaria. Mas 12 contos era o que pagava pela renda da casa que alugara na 5 de outubro e tinha a cargo mais três pessoas de teatro, necessárias à consecução do projeto que definira com David Mourão Ferreira que lhe virou as costas, por razões que ainda hoje nos custam a entender. Numa operação de assalto cultural impusemos (...) a contratação de Augusto Boal e mais três, a Cecília, sua companheira, a Márcia e um outro de que já não nos lembramos o nome. Esse gesto mereceu, como se compreende, críticas contundentes por parte dos Velhos do Restelo da Casa de Garrett. Mas o tempo brindava os ousados e a revolução fazia milagres.

Com Augusto Boal procedemos à reformulação de todos os Planos de Estudo da Escola Superior de Teatro, não porque fossem maus, mas porque os novos ventos da revolução, impunham outros. E a renovação fez-se, a revolução seguiu o seu processo em curso e a Escola Superior de Teatro ia funcionando, quando muitas outras de universidades mais clássicas paralisavam. Criava-se então o Curso de Formação de Atores-Animadores com grande estrondo e rodeado de escândalo, mesmo em tempos de revolução. A inovação é isso aí, cria sempre oposição - sossegava-nos, serenamente, Augusto Boal. “

Quando regressa a São Paulo, a Arena trabalhava tendo como pivô o projeto de reconstrução do episódio histórico do Quilombo de Palmares. Com o trabalho criativo de Opinião e do Sistema Curinga - Gianfrancesco Guarnieri e Edu Lobo encenam *Arena Conta Zumbi*. Oito atores fazem todas as personagens mantendo-se o recorte de época, enquanto um ator na forma coringa tem a função de narrador e de fazer as interligações. Espetáculo onde a música é um elemento de enriquecimento. Anos mais tarde escreveu com Chico Buarque *Mulheres de Atenas*, uma adaptação de Lisístrata, de Aristófanes. Quando estava no exílio em Portugal Chico Buarque dedicou-lhe a canção-carta

---

*Meu Caro Amigo (1976).*

*"Meu caro amigo eu não pretendo provocar  
Nem atíçar suas saudades  
Mas acontece que não posso me furtar  
A lhe contar as novidades  
Aqui na terra 'tão jogando futebol  
Tem muito samba, muito choro e rock'n'roll  
Uns dias chove, noutros dias bate sol  
Mas o que eu quero é lhe dizer que a coisa aqui tá preta"  
ouviu-se ontem na homenagem que os amigos lhe fizeram."*

Vivemos num espetáculo constante, nos momentos simples murmuramos, tomamos uma direção no espaço, preparamos o bilhete para o comboio, tomamos o café, modelamos a voz ao chamar um táxi, dobramos as pernas e os braços, damos uma performance ao corpo todo.

As vendedoras de jornais e de peixe têm uma projeção de voz estudada

Quase monitorizados ou inconscientes andamos em representações sucessivas, não só a tourada, o barbeiro, o casamento são atores teatrais...muitos mais na nossa expressividade como a reza, a missa,

E qual então a função do teatro ou da performance.

Dar consciência desses atores que somos autómatos, quase mecanizados, automáticos do nosso dia-a-dia, as relações humanas e sociais são encenadas

### ***A vida de Augusto Boal foi o espelho da sua atividade política***

Segundo O Público uma das últimas entrevistas que deu - à Carta Capital -, Boal defendia que, "hoje, todas as formas de expressão e comunicação estão nas mãos dos opressores". Na sua opinião, "o que a televisão oferece é um crime estético". Afirmava: "E ainda acham estranho que alguém saia matando quinze pessoas de uma só vez. O cérebro das pessoas está impregnado dessas imagens. As rádios também repetem o mesmo som o tempo todo. Sem falar no tecno, que desregula até marca-passo, e é pior que ouvir gente quebrando tijolo em construção. O que a gente quer, no Teatro do Oprimido, é lutar nestes três campos: palavra, imagem e som."

Augusto Boal nasceu no Rio de Janeiro em março de 1931, filho de pai português. Formou-se em Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na década de 1950, enquanto realizava estudos de doutoramento em Engenharia Química, na Universidade de Colúmbia, em Nova Iorque, estudou também dramaturgia na School of Dramatics Arts com John Gassner, professor de Tennessee Williams e de Arthur Miller.

### ***Augusto Boal e o Teatro do Oprimido João Gomes Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação***

O Teatro do Oprimido designa um conjunto de atividades dramáticas que têm como referência o trabalho desenvolvido, a partir de 1956, por Augusto Boal no Teatro Arena de São Paulo, no Brasil, tendo sido posteriormente desenvolvido noutros países da América Latina como teatro de intervenção ou teatro popular em resposta à sucessiva implantação de regimes políticos ditatoriais. Boal definia o Teatro do Oprimido como sendo **o teatro no sentido mais arcaico do termo. Todos os seres humanos são atores porque atuam e espetadores porque observam. Somos todos espect-actores.**

Segundo Boal (1977) o teatro é necessariamente político, porque políticas são todas as atividades do homem. O seu trabalho baseia-se na criação de condições para que o homem, descobrindo o ator que existe em si, se prepare para agir e transformar, utilizando a linguagem teatral como forma de lutar contra a opressão.

Partindo da origem do teatro Boal (1977) refere o exemplo dos Gregos para demonstrar como o teatro se transformou num instrumento ao serviço das classes dominantes. O povo divide-se entre atores e espetadores, negando-se a estes últimos a capacidade de agir ao mesmo tempo que se verifica uma separação entre os próprios atores, divididos entre os protagonistas e o coro, como representação da aristocracia reinante.

No sistema trágico de Aristóteles, segundo Boal (1977), a empatia é a relação emocional que se estabelece entre personagens e espetadores, colocando estes na dependência dos outros, e onde se encontram duas emoções: a piedade e o terror. A primeira aproxima-nos de um personagem que sofre um destino não merecido e a segunda refere-se ao facto de um personagem sofrer as consequências de possuir uma fraqueza que nós também temos. O que é importante, como afirma Boal (1977), é que, com empatia, o espetador assume uma atitude passiva delegando a sua capacidade de ação.

Reagindo à passividade do espetador Boal (1978) propõe-se, através do teatro do oprimido, proceder à sua transformação em protagonista da ação dramática, criador e transformador, não refletindo exclusivamente o passado mas, pelo contrário, preparando o futuro.

### Atas colóquio da lusofonia –

Na sua passagem por Portugal, tivemos a oportunidade de conhecer de perto Augusto Boal e o seu trabalho, tendo sido seu aluno na Escola Superior de Teatro do Conservatório Nacional de Lisboa, em 1977 / 78. Homem de formação humanista, pedagogo da atividade dramática, reunia um conjunto de qualidades que deixaram uma marca profunda na nossa formação pessoal e profissional. Ainda hoje o seu trabalho é considerado uma referência fundamental para a área da Expressão Dramática e do Teatro.

Tendo por base a prática de um conjunto de atividades expressivas, em que os exercícios corporais têm um papel fundamental, desenvolve-se um trabalho de alteração das rotinas musculares que precede a exploração de determinadas práticas dramáticas para estimular nos participantes uma atitude atuante e interventiva.

O **teatro estátua** praticado com regularidade por Boal na Escola Superior de Teatro de Lisboa consistia na produção de imagens fixas pelos participantes de acordo com os temas propostos pelo orientador ou pelo grupo de participantes.

Um dos exemplos consistia em mostrar visualmente o pensamento coletivo sobre um dado tema. Cada participante era convidado a produzir uma imagem individual sobre o tema escolhido apresentando-se um de cada vez. Quem assistia, estando em desacordo com a imagem produzida, poderia propor uma nova imagem. O grupo podia intervir, modificando ou completando as imagens produzidas, chegando-se por fim à « imagem real » que seria aquela que o grupo concordaria ser a representação do tema.

A segunda fase consistia na construção de uma « imagem ideal » que correspondia à imagem que se desejava construir para ultrapassar os problemas revelados.

Na terceira fase voltava-se de novo à « imagem real », cada elemento do grupo podia fazer novas modificações, propondo visualmente uma realidade desejada.

A quarta fase funcionava depois de todos terem manifestado a sua opinião. Na sequência da construção pelo grupo de participantes do conjunto de imagens fixas reproduzindo a “imagem real” é então proposto a realização de um movimento lento que conduza a uma imagem fixa que é a “imagem ideal”.

O contacto com outras técnicas características do teatro do oprimido era também desenvolvido. O **teatro invisível** tinha como ponto de partida a escolha e representação de um tema que pudesse interessar espetadores ocasionais de uma determinada situação, que pudessem, para além de assistir, intervir na mesma. Nesta experiência os espetadores não têm conhecimento de que estão a participar numa atividade teatral.

O **teatro fórum**, como refere Boal (1978), é uma proposta de jogo artístico e intelectual entre artistas e espetadores, na qual as soluções propostas pelo protagonista têm um erro político ou social, apresentando-se a primeira parte o espetáculo como um teatro convencional.

Na segunda parte a peça é apresentada de novo, o público é informado que qualquer espetador pode substituir o protagonista, bastando para isso, que se aproxime do local da representação e grite a palavra “stop”. Os atores suspendem a representação, o protagonista é substituído pelo espetador e a cena continua. O ator substituído não se afasta, estimulando o espetador ou corrigindo a sua ação.

Qualquer elemento da audiência que não esteja de acordo com a nova representação pode intervir substituindo o novo protagonista ou, progressivamente, qualquer outro ator, segundo as regras estabelecidas.

Um dos atores deve exercer as funções de jogo explicando as regras, corrigindo erros e mantendo o ritmo de representação.

Com a representação terminada deve partir-se para um modelo de ação futura que deverá ser representada pelos espetadores.

Outras técnicas fazem parte do teatro do oprimido, como o **teatro jornal** e o **teatro legislativo**, conhecidas por nós mas da qual não tivemos uma prática efetiva. De um modo geral têm um discurso ideológico como ponto de partida, sendo atribuído ao grupo de participantes a tarefa de encontrar as soluções possíveis para os problemas, soluções que permitam « transformar o mundo ».

“Vendo o mundo além das aparências, vemos opressores e oprimidos em todas as sociedades, etnias, géneros, classes e castas, vemos o mundo injusto e cruel. Temos a obrigação de inventar outro mundo porque sabemos que outro mundo é possível. Mas cabe a nós construí-lo com as nossas mãos entrando em cena, no palco e na vida. (...) Atores somos todos nós, e *cidadão* não é aquele que vive em sociedade: é aquele que a transforma!” (1)

(1) Declaração do Dia Mundial do Teatro (Instituto Internacional do Teatro da UNESCO), da responsabilidade de Augusto Boal, proferida pelo próprio no dia 27 de março de 2009, em Paris. O autor faleceu no dia 2 de maio.

#### Referências

Boal, A. (1977) *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Boal, A. (1978) *Duzentos e tal exercícios para o ator e não ator*. Lisboa: Cooperativa de Ação Cultural.

setembro de 2009

#### 28. LINO MOREIRA



LINO MOREIRA DA SILVA é professor no Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho e presença habitual nos Colóquios da Lusofonia

SINOPSE - TEMA 2.2 A COOPERAÇÃO ENTRE POVOS, TOMANDO COMO PRETEXTO A LÍNGUA COMUM: O CASO DO 'ACORDO ORTOGRÁFICO' DA LÍNGUA PORTUGUESA  
LINO MOREIRA DA SILVA, UNIVERSIDADE DO MINHO LMOREIRA@IEP.UMINHO.PT

Depois de ultrapassadas contingências de vários tipos, sobretudo políticas, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi recentemente aprovado e anunciada a sua entrada em vigor.

Mas tal não aconteceu sem que se desencadeasse, entre nós, uma onda de paixões antagónicas, que só aparentemente surgiram alinhadas pelo 'sim' e pelo 'não' de quantos intervieram no debate. Da contraposição de ideias que se verificou, resultaram:

- a aprovação do próprio Acordo Ortográfico;

- as intencionalidades (declaradas ou suspeitadas) de quantos se manifestaram, sobre ele, contra ou a favor.

Através da análise destas últimas, é possível constatar que, se é inegável que o Acordo Ortográfico, em si mesmo, tem vantagens, não se poderá ocultar que ele, por si só, é insuficiente para responder àquilo que de mais profundo se pretende, e que aparece nas linhas e entrelinhas das opiniões manifestadas. Por esse facto, e atendendo àquilo que significam as línguas no nosso tempo, importa saber olhar para além do próprio Acordo Ortográfico e

## Atas colóquio da lusofonia –

considerar o que verdadeiramente se pretende (deve pretender) com ele. Há um esforço de leitura a fazer, que terá de procurar referências em Camões, Vieira, Pessoa, Agostinho da Silva, mas também não dispensará as perspetivas, de tipo identitário, político-económico e cultural, impostas pelo mundo globalizado em que vivemos. O autor da presente comunicação propõe-se começar por referir-se às circunstâncias que, entre nós, acompanharam a aprovação do Acordo Ortográfico, para depois desenvolver o esforço de leitura que refere. É sua intenção procurar compreender e dotar de sentido as posições assumidas durante o debate gerado e justificar por que considera o Acordo Ortográfico apenas um pretexto, ao serviço da língua, para a cooperação e o desenvolvimento entre os povos que falam Português, perante as necessidades e as exigências do mundo de hoje.

### 1. INTRODUÇÃO

A primeira redação do Acordo Ortográfico, visando a unificação ortográfica do Português, data de 1986 (Resolução da Assembleia da República n.º 26 / 91, de 23 de agosto), e foi assinada, em 1990, pelos sete países de Língua Oficial Portuguesa (Timor ainda não era independente).

Embora tendo-se previsto que entraria em vigor em 1994, tal não aconteceu, dado que apenas Portugal e Brasil haviam ratificado o Acordo.

Alguns anos mais tarde (1998), foi decidido, por protocolo modificativo, que se elaboraria um “vocabulário ortográfico comum em terminologias científicas e técnicas”, e que o Acordo Ortográfico entraria em vigor “após depositados os instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do Governo da República Portuguesa”.

Ora isso também não se verificou.

Em 2004, estabeleceu-se um segundo protocolo modificativo ao Acordo, que, embora não prevendo datas, determinou que a sua ratificação por três países, entre os oito (Timor já incluído), seria suficiente para que essa entrada em vigor se efetivasse.

Assim aconteceu, com a ratificação do Acordo Ortográfico pelo Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

A Assembleia da República Portuguesa ratificou o Acordo (Resolução n.º 35 / 2008, de 16 de maio), que foi promulgado pelo Presidente da República (Decreto n.º 52 / 2008), prevendo-se a sua entrada em vigor dentro de 6 anos.

1.2. Todavia, em Portugal a ratificação do Acordo ficou marcada por debates acalorados e fortes tomadas de posição *pro* e *contra*. Tais debates e tomadas de posição massivas, de que não se estaria à espera, com ondas de choque que estão longe de se terem dissipado, revelaram perspetivas profundamente apaixonadas, onde cada grupo argumentava ferozmente, pretendendo vencer o outro aos pontos, como se de um certame *clubista* se tratasse. De repente, descobriu-se que havia um *Acordo Ortográfico*, com ou sem o qual a língua não sobreviveria e os povos que a têm como oficial não teriam sucesso, e sobre o qual era necessário tomar posição.

Mais repousados em relação aos debates e às tomadas de posição, e numa reflexão que só pode ser serena, importa procurar um significado para o que aconteceu e para aquilo que o Acordo Ortográfico efetivamente representa, no contexto do que, de modo claro ou não, se pretendeu valorizar.

### 2. AS PAIXÕES DESENCADEADAS PELO ACORDO ORTOGRÁFICO

Da contraposição de ideias que se verificou durante o debate sobre o Acordo Ortográfico, resultaram a aprovação do próprio Acordo Ortográfico e as intencionalidades (abertamente declaradas, ou não) de quantos se manifestaram sobre ele, *contra* ou *a favor*.

2.1. De entre as entidades que apresentaram reparos ou se revelaram abertamente contra o Acordo Ortográfico, uma das mais notadas foi o Movimento em Defesa da Língua Portuguesa Contra o Acordo Ortográfico, que pôs um Manifesto a circular entre maio de 2008 e maio de 2009, mês em que a sua Petição, subscrita por mais de 115 mil assinantes, foi apreciada, e arquivada, na Assembleia da República (Petição nº 495 / X / 3).

Pelos seus opositores (A. Emiliano, 2008; V. G. Moura, 2008; F. M. Valada, 2009), a reforma ortográfica proposta é acusada de “mal concebida”, “desconchavada”, “sem critério de rigor”, “perniciosa”, “de custos financeiros não calculados”, de “subserviência a interesses políticos e editoriais”, “atentatória da defesa da língua”, destituída de condições para servir de base a uma proposta normativa, detentora de erros e ambiguidades...

2.2. Os argumentos a favor do Acordo foram, essencialmente, os que se podem ler na “Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa” (Anexo II da Resolução da Assembleia da República, de 1991, que aprova o Acordo Ortográfico) e os que foram divulgados pela Academia de Ciências de Lisboa.

Garantem os defensores do Acordo que se trata de uma proposta séria, seguindo o que de melhor se fez em revisões, no passado, e indo buscar referências a estudos anteriores (M. F. Gonçalves, 2003), acrescentados e desenvolvidos nas reformas ortográficas de 1911, 1943 e 1945.

Entre diversos argumentos, sublinha-se a aproximação da oralidade à escrita e a simplificação do ensino e da aprendizagem da língua. Faz-se depender do Acordo Ortográfico a expansão da Língua Portuguesa, a definição de uma política linguística comum, o fortalecimento da cooperação educacional, o crescimento da “força da Língua Portuguesa no panorama mundial” (a desejada adoção do Português como língua oficial da ONU), e apresenta-se o exemplo de outras línguas de cultura, que se encontram, diz-se, há muito unificadas.

### 3. ALGUNS COMENTÁRIOS ACERCA DAS PAIXÕES GERADAS PELO ACORDO ORTOGRÁFICO

Importa tomar consciência desta súbita paixão desencadeada pelo Acordo Ortográfico e fazer algumas considerações acerca dela.

- Pelo debate gerado, reconhece-se a importância das línguas, em geral, no mundo de hoje.

O interesse súbito revelado com o Acordo Ortográfico não foi casual, mas teve na sua origem a consciência de que a complexidade do mundo de hoje tem trazido ao de cima questões linguísticas importantes. No mundo globalizado em que vivemos, falar uma língua não é apenas “falar” essa língua, pois que, por detrás de qualquer língua, há realidades de que se participa e uma comunidade que se integra.

- Reconhece-se, em especial, a importância crescente do Português, no mundo de hoje.

Há 5 séculos atrás, Portugal espalhou a sua língua pelo mundo, e hoje ela é falada por uma comunidade alargada, com representação oficial e pessoal em todos os continentes, prevendo-se que, em 2050, ela seja falada por mais de 350 milhões de pessoas. A previsão é da ONU, no *Relatório do Fundo de População* (UNFPA). Portugal vai perder população, mas todos os outros países da CPLP irão aumentá-la, situando-se entre os povos do mundo que mais condições têm para crescer – Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Timor-Leste duplicarão a população, e o Brasil e São Tomé e Príncipe aumentá-la-ão consideravelmente.

- A intenção de unificar a ortografia é, em si mesma, positiva e não duvidamos que bem-intencionada. Escrever da mesma maneira, segundo os mesmos critérios, nos diversos espaços onde a língua é praticada, contribuiria para resolver problemas de comunicação, dignificar a língua e internacionalizá-la. Na perspetiva assumida, uma ortografia comum resolverá desentendimentos, facilitará o intercâmbio de material escrito, promoverá o estudo da língua, tornará a língua internacionalmente mais credível. Assim pensou quem defendeu o Acordo. Quem se lhe opôs fê-lo por julgar que a língua sairia valorizada mantendo-se sem receber alterações.

Mas o envolvimento dos defensores de uma posição e de outra, na causa do Acordo Ortográfico, tendo as intenções meritórias que tiveram (valorizar a língua), ficou aquém daquilo que os próprios pretendiam. O que se almejava conseguir com o Acordo (para quem o apoiava) e o que se entendeu não conseguir com ele (para quem se lhe opunha) não foi perseguido pela via mais direta e eficaz. Ou seja: a via do Acordo Ortográfico para valorizar a língua afigurou-se insuficiente.

- Hoje, uma língua não vale por aquilo que é, mas por aquilo que significa e é possível fazer com ela. As línguas são, como nunca, instrumentos de influência política e económica, pondo os países e os indivíduos a entenderem-se num ou noutro sentido, consoante a língua de que se trate.

As línguas são instrumentos culturais e as culturas representam os povos. São instrumentos de identidade e, com elas, em última análise, é a sobrevivência dos povos que é posta em causa.

## Atas colóquio da lusofonia –

A realidade linguística mundial está em mutação. Fruto de circunstâncias diversas, as línguas interacionam mais rapidamente que no passado, falando-se, como nunca, na morte de línguas e na intensificação dos fenómenos de superstrato.

As línguas não são todas iguais e não mantêm, ao longo dos tempos, o mesmo estatuto. A sua importância varia dependentemente de fatores políticos, económicos culturais, e até de *status*.

As economias tendem a impor as suas línguas. É uma estratégia com largos antecedentes na história, sendo que uma influência económica duradoura, aliada a fatores políticos e culturais, leva a influências e a pressões muito fortes sobre outras línguas.

As línguas mais poderosas a nível mundial continuarão a exercer as suas influências para serem cada vez mais praticadas e abrangentes.

- Perante tudo isto, importa atender ao que significa falar Português, neste início do século XXI – não sendo uma língua apenas essa língua, mas também (sobretudo) aquilo que são, a todos os níveis, os povos que a falam.

E se o que se pretende é valorizar, dignificar, internacionalizar, *fazer valer* uma língua, isso não se consegue com debates inflamados em torno de um Acordo Ortográfico, mas com esforços profundos envolvendo os povos e os indivíduos que falam essa língua.

Com o fim pretendido, ficar-se pelo Acordo Ortográfico, por mais aspetos positivos que ele comporte, é redutor e insuficiente.

### 4. POTENCIAR A LÍNGUA PARA ALÉM DO ACORDO ORTOGRÁFICO

No entendimento que fazemos, a relevância dada ao Acordo Ortográfico, com as justificações (declaradas ou subentendidas) que para ele foram (são) apresentadas, deveria ter sido (deveria ser) antecedida, ou pelo menos acompanhada, por outros esforços que conduzissem, de modo sem dúvida mais eficaz, aos fins propostos.

Consideramos que temos de fazer muito mais que estabelecer um Acordo Ortográfico e que este corre o risco de se ficar pelos dicionários e obras de uso prático já publicadas (ABL, 2009; D. Tufano, 2008; J. L. Vieira, org., 2008; M. Janssen, et al., 2008; M. Silva, 2008; Texto Editores, 2007; Porto Editora, 2008; E. Bechara, 2008; J. M. Casteleiro & P. D. Correia, 2007), e se revelar formal e inconsequente.

O que sobretudo importa, no contexto em que nos situamos, de 8 países falando uma língua comum (escrita do mesmo modo, ou com poucas variações), é criar um espaço de interação e cooperação, onde sejam valorizados os interesses mútuos dos países e das pessoas que têm o Português como língua materna ou língua oficial.

Está-se a dar um grande relevo à unificação da ortografia, mas tem-se dificuldade em fazer aprovar, por exemplo, um “simples” estatuto de *cidadão lusófono*, que, direta e indiretamente, fará, sem dúvida, muito mais pela língua do que uma mão-cheia de Acordos Ortográficos.

Valorizar a Língua Portuguesa, se pode passar pelo Acordo Ortográfico, tem de ir muito mais além que ele. E ao aprovar-se o Acordo Ortográfico, vemos esse ato numa alargada dimensão de servir de pretexto para passos mais amplos, no sentido das verdadeiras interação e cooperação. Apenas em si mesmo, será muito pouco o que antevemos poder-se esperar dele.

O Acordo Ortográfico não pode servir para ficarmos satisfeitos em torno de uma língua que é escrita *mais ou menos* do mesmo modo pelos povos que a falam, porque o que há a fazer é imensamente mais exigente.

Situamo-nos, hoje, no limiar de um novo mundo, com Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor, e ainda com Macau e a tão esquecida Goa (e outros territórios afins, por onde labutaram portugueses há séculos atrás), e um sem número de comunidades espalhadas pelo mundo que não esquecem as suas raízes. Estes, mais que países, povos e comunidades do presente, são países, povos e comunidades de futuro, que se constrói, e não se recebe feito.

O que importa, sobretudo, fazer é investir nesse futuro, tomando como pretexto a língua comum.

Embora se trate de uma área de largo espetro, e portanto impossível de esgotar, não deixaremos de referir alguns pontos que consideramos essenciais para a valorização a que nos referimos.

- Anular rivalidades e desconfianças mútuas e estreitecer laços.

A própria demora verificada no processo de aprovação do Acordo Ortográfico levantou, desde logo, a suspeita de rivalidades e desconfianças.

Entre Portugal e Brasil, não é ignorado por ninguém que existe um antagonismo, pelo menos linguístico, antigo. As divergências ortográficas na língua praticada, para cá e para lá do Atlântico, acontecem desde há muito (por exemplo, Portugal, na reforma ortográfica de 1911, não considerou o Brasil; o Brasil não aderiu à reforma; em 1945, apesar do Acordo de Unificação Ortográfica estabelecido; Portugal avançou com uma lei, mas o Brasil continuou a reger-se por disposições anteriores...). São notórias as tentativas de hegemonia política sobre a língua, por parte de um e outro país. E se até há pouco só existia necessidade de diálogo entre eles, hoje todos os países de Língua oficial Portuguesa querem ter, e têm direito a ter, voz ativa na matéria, não admitindo, e bem, calculismos nem protagonismos, porque a língua, verdadeiramente, não tem dono e é património de todos os que a falam.

- Valorizar o “mundo em Português” para valorizar a língua.

As pessoas estão antes e acima de tudo, porque são elas que falam a língua.

Não é difícil reconhecer, embora por vezes convenha fechar os olhos a isso, que é da sequência política, cultura, economia, cooperação, interação dos povos... que resulta a importância da língua, e não ao contrário.

Percebeu-se, com a crise que está a marcar o mundo, que a solução para os males declarados sobre a globalização não passa por isolar partes do mundo (o que não será praticável sem graves consequências para todos), mas organizar o mundo por blocos de influência interativos e cooperantes, estabelecidos com base em critérios de afinidade. De entre esses critérios sobressai a língua comum.

Já que se gosta tanto de comparar a realidade própria com a dos outros, repare-se no que fazem a Espanha, a Inglaterra, a França, e outros países. Ainda há pouco, Graça Machel, ao receber o doutoramento *honoris causa* pela Universidade de Évora, chamava a atenção para isso. Quem andou, ou anda, pelo mundo da cooperação sabe com que empenho e agressividade esses esforços são desenvolvidos por outros.

- Estimular padrões histórico-culturais de referência.

Se temos necessidade de padrões de referência, encontramos-os no entendimento do Império formulado por Camões (humanista, colaborante, credível, empenhado, laborador), evoluindo para o Quinto Império de Vieira e adaptado às realidades atuais com o *império cultural* da Língua Portuguesa, de Pessoa (que encaixa totalmente na interação dos países que tomaram a opção de adotar o Português), até ao “império” da língua e de quem a fala, que ainda não há, mas tem todas as condições para vir a haver, como defendia Agostinho da Silva. Trata-se de um suporte ideológico-cultural essencial para nortear todos os outros desempenhos, que começam a desenvolver-se dentro das culturas e especificidades de todos os países e espaços onde se fala o Português.

- Revelar “atitude” positiva perante a língua e as culturas.

A atitude dos povos que falam Português em relação à sua língua e às suas culturas tem necessariamente de se desenvolver, porque é, na verdade, muito baixa. Isso vê-se nos desempenhos e nos comportamentos, desde os dos políticos até aos dos cidadãos comuns.

Um sinal disso é o modo como se estimula e considera outras línguas e culturas, e não se estimula nem considera o Português.

A postura perante outras línguas terá de ser revista, sob pena de nos estarmos a contradizer e a contribuir para o nosso próprio apagamento.

- Valorizar questões de identidade.

As questões de identidade são, hoje, muito focadas. Isso deve-se ao fenómeno da globalização que tem afetado as mais diversas realidades do mundo. Num mundo onde tudo se torna cada vez mais igual, importa valorizar o que é nosso (e a língua integra o nosso património principal), sem que isso nos impeça de respeitarmos o que é dos outros e os identifica também.

Há que reforçar e assumir as identidades, pondo-as ao serviço do que pretendemos.

- Desenvolver cooperação, interação, confiança e credibilização mútuas.



## Atas colóquio da lusofonia –

É urgente o reforço efetivo de um organismo coordenador (hoje, a CPLP), dotado de meios e vontades suficientes. E a este nível está quase tudo por fazer: parcerias na área do conhecimento, da investigação, da saúde, dos negócios empresariais... envolvendo cooperantes que doem o seu trabalho e se mostrem mais empenhados em responder aos desafios do terreno que em satisfazer os seus interesses pessoais.

Quanto aos negócios (os jornais de agora escrevem “boas oportunidades”...), a globalização, que transformou o mundo, veio ensinar que eles não podem ser *crus*, deixando uma parte satisfeita e a outra a definhar, porque por detrás dos negócios estão povos e pessoas. Negociar, hoje, não pode ser deixar *podre de rica* uma parte, mas contribuir para que todas as partes passem a viver melhor depois do negócio feito. Caso contrário, geram-se desconfianças e aversões... a que nenhuma afinidade linguística ou histórico-cultural (nenhum Acordo Ortográfico) poderá dar resposta.

- E há, ainda, outros aspetos a considerar. Aspetos que, a alguns, podem parecer *menores*, mas que mexem com as pessoas e interferem profundamente nas suas vidas. E isso é o mais importante de tudo.

Referimo-nos à alfabetização e à valorização humana da população dos países de Língua Portuguesa, que está rapidamente a aumentar – e são milhões os indivíduos do espaço lusófono que não falam Português, e muitos mais os que não leem nem escrevem, e não o fazem em Português; à produção de materiais didáticos adequados às necessidades educativas locais; ao estímulo do respeito pelos valores humanos e de convivência humana nos vários países; ao combate à pobreza, sendo que povos e pessoas da área do Português estão entre os mais pobres do mundo, competindo também à grande comunidade onde eles se integram lutar contra essa enormidade humana; ao incentivo às artes, ao turismo, à divulgação de obras marcantes da cultura dos vários países...

Será da qualificação dos indivíduos e da valorização dos espaços lusófonos, a todos os níveis, que resultará (indireta, mas eficazmente) aquilo que se diz que se pretende com o Acordo Ortográfico: credibilização e interesse crescente pela Língua Portuguesa.

## 5. CONCLUSÕES

5.1. O que pretendemos transmitir com a presente comunicação julgamos que tem tanto de simples como de importante.

O recente debate sobre o Acordo Ortográfico merece atenção na lógica comparativa de que Portugal só quando perdeu o Brasil, em 1822, é que se lembrou que o tinha, e quando foi acossado pelos ingleses, no Ultimato (1890), se lembrou que era uma potência colonial. Agora, e o Acordo Ortográfico é sinal disso, Portugal parece ter descoberto que tem uma língua. E ainda bem que o faz, porque pode fazê-lo a tempo de a não ter perdido.

A forma inflamada como o debate sobre o Acordo Ortográfico se desenvolveu deixou antever uma crescente consciência sobre a importância das línguas em geral e da Língua Portuguesa em especial, com o reconhecimento de que o Português se situa entre as grandes línguas do mundo.

5.2. Os passos a dar para salvaguarda da língua têm de ir muito mais além do que este Acordo Ortográfico, sendo necessário, por isso, relativizar a sua importância e orientar a paixão evidenciada para o que verdadeiramente importa dentro da lusofonia, os povos incluídos e as pessoas individualmente consideradas, nas suas especificidades e nos seus direitos e deveres.

Através da análise das posições assumidas no debate, é possível constatar que, se é inegável que o Acordo Ortográfico, em si mesmo, tem vantagens, não se poderá ocultar que ele, por si só, é insuficiente para responder àquilo que de mais profundo se pretende, e que aparece nas linhas e entrelinhas das opiniões manifestadas.

Há um esforço de leitura a fazer, que terá de procurar referências em Camões, Vieira, Pessoa, Agostinho da Silva, mas também não dispensará as perspetivas, de tipo identitário, social, político, económico e cultural, impostas pelo mundo globalizado em que vivemos.

Despenderam-se energias que seriam mais bem aplicadas se incidissem sobre o que mais diretamente afeta a vida dos povos e dos indivíduos dos espaços do Português e sobre o que falar, ler e escrever esta língua pode e deve servir.

Encarou-se o Acordo Ortográfico como se ele fosse de vida ou de morte para a língua e imprescindível para a sobrevivência dos povos que a falam, o que está muito longe de ser verdade.

Existem muitas complexidades na língua que nunca serão resolvidas por qualquer Acordo Ortográfico – de estrutura e construção sintática, de vocabulário e idiomatismos, de carga semântica, de pronúncia, de duplas grafias (admitidas no Acordo), de cronologia relativa... E nada disso não é menos língua que a ortografia considerada.

Parece ignorar-se, ao defender-se o Acordo, que, apesar das diferenças ortográficas, as variantes escritas da Língua permanecem perfeitamente inteligíveis para os seus utilizadores.

5.3. Não negamos que o Acordo Ortográfico, tal como se encontra aprovado, pode ter aspetos positivos e ser útil à língua comum. Pode, de facto, contribuir para aquilo que se diz pretender com ele, nomeadamente facilitar o uso da Língua, combater a sua falta de visibilidade, perseguir o seu “prestígio internacional” (Preâmbulo do Acordo). Ainda assim, em particular incomoda-nos, nele, que, em nome de uma modernização e uma simplificação aceleradas, se esteja a contribuir, cada vez mais, para o afastamento da língua da sua matriz original, exprimindo a tendência que, desde há muito, se vem, lamentavelmente, acentuando entre nós, para o abandono das referências clássicas. Mas não nos passou despercebido o denodo e a paixão com que foi travado o debate em volta do Acordo, nas posições de *pró* e *contra* que sobre ele foram explanadas.

Tal denodo e tal paixão mostram que se encarou o Acordo numa dimensão decisiva e final que o mesmo Acordo não exprime e que se colocaram nele expectativas e utopias a que o mesmo Acordo não pode responder.

Por isso o Acordo Ortográfico é uma mera e magra parcela dentro do que se pretende e, tendo em conta a situação em que nos encontramos relativamente à lusofonia, não nos permite ficarmos ufanos de nada e muito menos deixarmos correr o tempo sem intervir.

Contrariamente ao que alguns quiseram fazer crer (C. Cunha, 1975), com ou sem Acordo a língua não se desmoronará (como não se desmoronou até hoje); e tendo nós vias de registo como nunca (tradicional e modernas; impressas, sonoras e visuais) para a fixar, os desvios operados tenderão a tornar-se mais fatores de identidade por parte de quem os pratique, do que uma *deriva* incontrolada levando à destruição.

Será necessário que o Acordo Ortográfico seja olhado na justa dimensão daquilo que na verdade é, e sirva sobretudo de pretexto, dentro da lusofonia (envolvendo os povos e as pessoas), para as realizações de fundo que é imperioso encetar.

O que há a fazer é muito mais ambicioso do que o Acordo Ortográfico e não permite que, tanto quem o assinou como quem lhe resistiu, fiquem de consciência tranquila pelo que foi realizado, num caso, e pelo cabedal crítico desenvolvido, noutro.

O grande desafio a enfrentar é a construção de um “mundo em Português”, onde caibam, com direitos e responsabilidades máximas, sem colonialismos antigos nem recentes, todos quantos falam Português e integram os países que assumem a herança linguística e histórico-cultural de Camões, Vieira, Pessoa e Agostinho da Silva.

Em si mesmo, o debate do Acordo Ortográfico não justificava o denodo apaixonado que recebeu, o que, ao ter acontecido, mostra bem como, por detrás da sua figura, existem motivos muito mais profundos, ainda que não declarados ou totalmente conscientes, sobre o que há a fazer.

As energias despendidas seguiram até num sentido que nem sequer é o mais eficaz para responder ao que se diz que se pretende. Favorecendo-se o desenvolvimento dos países e dos povos que falam Português, estar-se-á a valorizar e a dignificar fortemente a língua que eles praticam, a dar-lhe visibilidade, a gerar olhares e apetências internacionais para ela, a pô-la efetivamente “na moda” – o que nenhum Acordo Ortográfico, só por si, conseguirá jamais.

## BIBLIOGRAFIA

ABL - Academia Brasileira de Letras (2009). *Vocabulário ortográfico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Global.

BECHARA, Evanildo (2008). *O que muda com o novo Acordo Ortográfico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

CASTELEIRO, João Malaca & CORREIA, Pedro Dinis (2007). *Atual: o novo Acordo Ortográfico – o que vai mudar na grafia do Português*. Lisboa: Texto Editores.

CUNHA, Celso Ferreira da (1975). *Uma política do idioma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

EMILIANO, António (2008). *Foi você que pediu um acordo ortográfico?*. Lisboa: Guimarães Editores.

## Atas colóquio da lusofonia –

GONÇALVES, Maria Filomena (2003). *As ideias ortográficas em Portugal, de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*, Lisboa: [Fundação Calouste Gulbenkian](#) & [Fundação para a Ciência e a Tecnologia](#).  
JANSSEN, Maarten, et al. (org.) (2008). *Ortografia em mudança. Vocabulário. As palavras que mudam com o Acordo Ortográfico*. Instituto de Linguística Teórica e Computacional & Editorial Caminho.  
MOURA, Vasco Graça (2008). *Acordo Ortográfico: A perspetiva do desastre*, Alêtheia Editores.  
PORTO EDITORA (2008). *Dicionário Editora da Língua Portuguesa 2009. Acordo Ortográfico*. Porto: Porto Editora.  
SILVA, Maurício (2008). *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa – o que muda, o que não muda*. São Paulo: [Editora Contexto](#).  
TEXTO EDITORES (2007). *Novo Grande Dicionário da Língua Portuguesa – conforme Acordo Ortográfico*. : .  
TUFANO, Douglas (2008). *Guia prático da nova ortografia*. São Paulo: Melhoramentos.  
VALADA, Francisco Miguel (2009). *Demanda, deriva, desastre – os três dês do Acordo Ortográfico*, Alcochete: [Textiverso](#).  
VIEIRA, Jair Lot (org.) (2008). *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edipro.

### 29. LURDES ESCALEIRA

**M<sup>a</sup> DE LURDES NOGUEIRA ESCALEIRA**, natural do Porto, doutoranda em Estudos Asiáticos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é detentora do grau de mestre em Administração Pública pela Universidade de Macau, pós-graduação em Ciências da Educação, Universidade Aberta, licenciatura em Filosofia pela Faculdade de Letras do Porto e Educadora de Infância pela Escola Paula Frassinetti. Em Portugal, de 06 / 10 / 80 a 31 / 07 / 81 foi Educadora de Infância na Junta de Freguesia da Vitória – Porto e de 01 / 10 / 81 a 31 / 08 / 87 no Ensino Especial na APPACDM. De 1987 até ao presente, tem desenvolvido a sua atividade profissional em Macau como docente de Língua Portuguesa e de Administração Pública: Escola Luso-Chinesa Sir Robert Ho Tun, Centro de Difusão de Línguas, Instituto Português do Oriente e Instituto Politécnico de Macau. Integrou um grupo experimental, criado por despacho de 29 / 09 / 89 do Excelentíssimo Secretário-Adjunto para a Educação e Administração Central, com o objetivo de estudar a iniciação à aprendizagem do Português para crianças dos 3 aos 6 anos do ensino luso-chinês e foi responsável pela organização e acompanhamento dos Cursos de Língua Portuguesa no Serviço de Administração e Função Pública – Centro de Formação Contínua e de Projetos Especiais, etc. No Instituto Politécnico de Macau desempenhou os seguintes cargos: Membro do Grupo de Coordenação da Escola Superior de Línguas e Tradução – Departamento de Português; Coordenadora-Adjunta da Escola Superior de Línguas e Tradução – Dept.º de Português e de Coordenadora Adjunta da Escola Superior de Administração Pública.

#### Apresentação de Comunicações:

“Ensinar e Aprender a Traduzir”- I Colóquio Lusofónico em “Educação, Arte, Mídia e Cultura” – Universidade Federal de Rio Grande do Norte – maio de 2006

Ensino / Aprendizagem da Língua Portuguesa nos Cursos do IPM”, Primeiro Encontro Académico dos Professores de Língua Portuguesa na China, IPM, 12 julho de 2006

“Eu e o Outro no Ato de Traduzir”, Colóquio EU e o OUTRO, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, outubro de 2006

#### Artigos Publicados:

“Ensinar e Aprender a Traduzir”- Revista do Instituto Politécnico de Macau

Ensino / Aprendizagem da Língua Portuguesa nos Cursos do IPM”, Atas do Primeiro Encontro Académico dos Professores de Língua Portuguesa na China, IPM, 12 de julho de 2006

“Eu e o Outro no Ato de Traduzir”, Atas do Colóquio EU e o OUTRO, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, outubro de 2006

### SINOPSE - TEMA 2.4. LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO DE MACAU LURDES ESCALEIRA, INSTITUTO PORTUGUÊS DO ORIENTE / INSTITUTO POLITÉCNICO DE MACAU

Em finais da década de 80, do século XX, o ensino em Português encontrava-se restrito ao ensino primário e secundário dos sistemas de ensino português e luso-chinês. A nível do ensino superior existia apenas a Universidade da Ásia Oriental, entidade privada pertença de uma empresa de Hong Kong, onde eram lecionados cursos orientados para um público estudantil de Hong Kong e lecionados em Inglês. O ensino superior público foi criado em inícios da década de 90 tendo como principal neorrealista a formação de quadros de nível superior para suprir as necessidades do território e assegurar uma transição de soberania para que Macau fosse governado pelas suas gentes. A assinatura da Declaração Conjunta e a definição do Português e do Chinês como línguas oficiais conduziram a uma política de bilinguismo em que foi feito um grande esforço no sentido de criar quadros bilingues e da generalização de ambas as línguas oficiais. É com a criação da Universidade de Macau e do Instituto Politécnico de Macau que surgem no ensino superior cursos superiores no âmbito dos estudos portugueses, da história e da tradução. O Português e o Chinês passaram a integrar o plano de estudos dos vários cursos sendo que os alunos de língua materna portuguesa estudavam mandarim ou cantonês e vice-versa. A partir de então, passou a ser possível estudar em português tendo sido criados vários cursos lecionados em Língua Portuguesa em ambas as instituições de ensino superior. A transferência de soberania, em dezembro de 1999, levou a que se tivessem criado cenários pessimistas que previam o desaparecimento do ensino do Português e em Português. Passados quase 10 anos qual a realidade do ensino em Língua Portuguesa? Para ilustrar a realidade que tem sido vivida no antes e pós transferência iremos refletir sobre o Curso de Administração Pública, em Português, lecionado no Instituto Politécnico de Macau.

#### INTRODUÇÃO

A influência portuguesa, quer em termos de território quer em termos de cultura e língua, estendeu-se, durante largos anos, aos mais diversos locais do globo. É comum encontrarmos, quando viajamos, exemplos dessa mesma influência ao nível da arquitetura, das tradições, da religião e da toponímia que vão perdurando com o passar do tempo. E, ao nível da língua? Qual a situação atual da Língua Portuguesa no mundo, nomeadamente, nos países ou regiões onde, ainda hoje, é língua oficial?

Estar presente num Colóquio sobre Lusofonia remete-nos para uma reflexão sobre o papel da Língua Portuguesa no mundo e nos desenvolvimentos que se têm verificado ao longo dos séculos que medeiam entre a fase da expansão portuguesa e a implantação do império português nos quatro cantos da terra, até ao presente.

Da Europa à América, África e Ásia encontramos vários exemplos de países onde o Português é língua oficial. Um exemplo paradigmático é o de Macau, onde o Português foi, durante a administração portuguesa, e continua a ser, após a transferência de soberania, a par do Chinês, língua oficial. A Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), no seu Artigo 9.º, determina que:

*Além da língua chinesa, pode usar-se também a língua portuguesa nos órgãos executivo, legislativo e judiciais da Região Administrativa Especial de Macau, sendo também o português língua oficial.*

Com uma área geográfica<sup>105</sup> de 29.2Km<sup>2</sup> e pouco mais de meio milhão de habitantes, Macau é um pequeno território que durante mais de quatro séculos foi governado por Portugal e que, desde 20 de dezembro de 1999, voltou a ser administrado pela China, sob o lema “Um País dois Sistemas”, sendo estabelecida a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM).

Esta situação privilegiada faz deste território um espaço de encontro de culturas e de línguas, onde se cruzam o mundo oriental e ocidental dando origem a uma sociedade bilingue, trilingue ou mesmo multilingue, sendo esta uma das marcas da sua identidade que o distinguem de qualquer outra cidade ou região chinesa.

<sup>105</sup> A dimensão de Macau tem vindo a aumentar ao longo dos séculos devido aos vários aterros que têm sido construídos e que têm permitido um aumento da sua dimensão geográfica.

## Atas colóquio da lusofonia –

O Português foi, nos séculos XVI e XVII, uma língua muito usada em Macau, altura em que Portugal vivia o seu período áureo e a Língua Portuguesa (LP) era a língua franca do comércio da Ásia. Com o declínio do Império Português e, pese embora, Macau ter sido administrado, durante mais de quatro séculos, por Portugal, o Português foi sempre a língua da minoria. Durante a administração portuguesa e até 1991, era a língua usada pelo Governo na comunicação com os administrados, tendo estes que recorrer ao intérprete / tradutor e, frequentemente, aos advogados para solucionar as questões que os opunham à administração ou apenas para resolver questões correntes. Em finais de 1991, a Língua Chinesa adquiriu em Macau o estatuto de língua oficial do Território, a par da Língua Portuguesa. Esta decisão, tomada no âmbito do processo de transição, permitiu, simultaneamente, a criação de condições para a permanência da Língua Portuguesa após a transferência da administração de Macau para a China. Da mesma forma que Portugal consagrou a Língua Chinesa como língua oficial, também a futura Região Administrativa Especial de Macau irá ficar vinculada à oficialização da Língua Portuguesa.

Sendo a primeira decisão do género em territórios sob administração portuguesa, o bilinguismo oficial surtiu efeitos a vários níveis, criando um quadro singular para o desempenho de funções legislativas, administrativas e judiciais. Após a Transferência de Soberania e durante 50 anos, a Língua Portuguesa é, a par da Língua Chinesa, uma das línguas oficiais da RAEM. No entanto, este facto não garante que ambas as línguas sejam usadas, com a mesma frequência, tanto pelos cidadãos como pelo Governo e pela Administração Pública.

A política de bilinguismo começou a ser implementada no período de preparação para a Transição de Soberania, tendo a administração incentivado o estudo do Cantonês, do Mandarim e do Português com as várias instituições de ensino a desempenhar um papel fundamental na preparação de profissionais bilingues capazes de responder aos desafios de uma administração que tem o dever de comunicar com os cidadãos em ambas as línguas oficiais.

### 2. BREVE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR

Os missionários que partiram de Portugal, durante o período de expansão, tinham como objetivo espalhar a fé e a religião tendo desempenhado um papel fundamental na divulgação da língua e da cultura bem como no ensino. Em Macau, os Jesuítas, deram forma ao Projeto do Colégio de S. Paulo o qual, apesar de uma curta história (1593-1762), teve um grande impacto na Ásia ao oferecer um ensino de nível universitário de grande qualidade, sendo considerada a primeira universidade de matriz europeia no Extremo Oriente. Nesta universidade, entre outras disciplinas eram lecionados o Português, o Chinês e o Latim.

Em 1728, foi inaugurado o Colégio de S. José que funcionou, igualmente, sob a orientação dos Jesuítas até 1762, ano a partir do qual, passou por uma fase de crise que culminou com a sua reforma em 1784 e sendo a sua direção entregue à Ordem dos Lazaristas. Devido, em grande parte, às lutas que em Portugal se travavam entre Liberais e Absolutistas, o Colégio de S. José viveu momentos conturbados tendo o seu encerramento definitivo acontecido em 1966 no seguimento dos distúrbios sociais e políticos, que decorreram em Macau, por influência da Revolução Cultural na China. Também aqui se desenvolveu o ensino das línguas, Português, Latim e Chinês, a par da Gramática e da Retórica.

Após este período, Macau viveu um interregno que foi interrompido apenas em 1981, aquando do estabelecimento da Universidade da Ásia Oriental (UAO), uma universidade privada, de capitais de Hong Kong, que tinha como principal objetivo satisfazer as necessidades de formação dos jovens de Hong Kong mas que nunca esteve orientada para as necessidades de Macau, sendo os cursos ministrados em Inglês e não havendo uma preocupação com o ensino em / do Português.

No seguimento de dificuldades financeiras sentidas pelo Grupo que geria a UAO, o governo de Macau decide adquirir esta universidade e proceder a uma remodelação para a adequar e dotar de mecanismos legais e materiais, apetrechando-a para que possa corresponder às necessidades de formação, de nível superior, da sociedade de Macau. Ainda antes do estabelecimento do ensino superior, na fase de reestruturação da UAO, passou a funcionar o Curso de Licenciatura em Administração Pública e, posteriormente, o Curso de Mestrado em Administração Pública, ambos organizados em cooperação com o Instituto Nacional de Administração de Portugal.

É neste contexto que, a partir da UAO, são criadas a Universidade de Macau e o Instituto Politécnico de Macau, duas instituições de ensino superior público, que, na primeira fase, tiveram como papel fundamental formar quadros para Macau e desenvolver ações que propiciassem o desenvolvimento do bilinguismo (Português / Chinês).

Em 1991, pelo Decreto-Lei Nº 11 / 91 / M, é definida a organização e funcionamento da generalidade das instituições, públicas ou privadas, que desenvolvam atividades de ensino superior em Macau<sup>106</sup>. Em setembro, desse mesmo ano, foram criados a Universidade de Macau (Decreto-Lei n.º 50 / 91 / M) e o Instituto Politécnico de Macau (Decreto-Lei n.º 49 / 91 / M).

A partir dessa data, o número de instituições de ensino superior de Macau passou para 10, sendo 4 públicas e as restantes 6 privadas, oferecendo um leque de cursos de bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento sendo o ensino ministrado em Língua Chinesa (Cantonês ou Mandarim), Portuguesa ou Inglesa.

Segundo dados fornecidos pelo Gabinete de Apoio ao Ensino Superior (GAES), o número global de estudantes do ensino superior era, no ano letivo 2007 / 08, de 27.374 entre os quais se contavam 13.004 alunos locais e 14.370 do exterior (este grupo inclui os alunos provenientes da China Continental).

### 3. PAPEL DO ENSINO SUPERIOR NA IMPLEMENTAÇÃO DO BILINGUISMO

A política de bilinguismo, definida aquando da assinatura da Declaração Conjunta Luso-Chinesa, teve como consequência o investimento do Governo na divulgação do Mandarim e do Português contando, para tal, com o apoio das instituições de ensino, nomeadamente, as de ensino superior públicas.

Foi neste âmbito que a inclusão da disciplina do Mandarim ou do Cantonês no currículo dos cursos superiores ministrados em Língua Portuguesa e do Português nos cursos ministrados em Língua Chinesa passou a corresponder a uma prática comum<sup>107</sup>, seguida a nível do ensino superior público. Assim, por exemplo, os alunos do Curso de Administração Pública, em língua veicular chinesa, tinham, obrigatoriamente, a disciplina de Português e os do curso em língua veicular portuguesa, a disciplina de Mandarim. Uma análise aos planos dos vários cursos do ensino superior mostram que a LP se mantém como disciplina obrigatória ou de opção, principalmente nas instituições públicas mas também, em alguns casos, nas privadas.

Atualmente, um aluno que queira ingressar no ensino superior em Macau, num curso ministrado em Língua Portuguesa, tem à sua disposição o Curso de Direito, na Universidade de Macau, o Curso de Tradução e Interpretação Chinês / Português e o Curso de Administração Pública, no Instituto Politécnico de Macau.

O Curso de Direito, em Português, é fundamental para assegurar que se cumpra o estipulado na Lei-Básica, Artigo nº 8:

*As leis, os decretos-leis, os regulamentos administrativos e demais atos normativos previamente vigentes em Macau mantêm-se, salvo no que contrariar esta Lei ou no que for sujeito a emendas em conformidade com os procedimentos legais, pelo órgão legislativo ou por outros órgãos competentes da RAEM.*

Na UM funciona o Curso de Estudos Portugueses dirigido a alunos do sistema de ensino chinês, de Macau e da República Popular da China e, também, o mestrado em Tradução Chinês / Português, bem como, mestrados, em língua veicular portuguesa, nas áreas da história e da linguística.

O Governo Central da RPC autorizou o recrutamento de alunos no Continente por parte da UM e do IPM, o que tem resultado num dinamismo ao nível do ensino do Português registando-se uma procura considerável nos cursos de Estudos Portugueses (UM) e de Tradução / Interpretação Chinês-Português (IPM). Acresce ainda que as instituições superiores têm assinado vários acordos de cooperação com instituições congéneres do estrangeiro, nomeadamente, da RPC e de Portugal tendo-se verificado um aumento da mobilidade de estudantes e da frequência de alunos de Macau de cursos de Português, em Portugal.

<sup>106</sup> O Decreto-Lei Nº 11 / 91 / M continua em vigor tendo sofrido algumas alterações, nomeadamente, as introduzidas pelo Decreto-Lei Nº 8 / 92 / M sendo que (Bruxo, 2009:8) "[e]stes diplomas devem ser considerados a LEI QUADRO DO ENSINO SUPERIOR" da RAEM.

<sup>107</sup> Nos últimos anos da administração portuguesa iniciou-se esta prática de inclusão da Língua Portuguesa ou Chinesa (Mandarim ou Cantonês) nos cursos ministrados na Universidade de Macau e do Instituto Politécnico de Macau. Desde há algum tempo, que temos curiosidade de indagar sobre o seu enquadramento legal tendo mesmo questionado o Secretário-Adjunto, da área da Educação, Dr. Jorge Rangel, que nos referiu tratar-se apenas de uma recomendação assente na política de bilinguismo

#### Atas colóquio da lusofonia –

No âmbito do ensino superior de Macau, houve alguns cursos com duração efémera, tendo alguns tido apenas uma única edição, e que tiveram como objetivo responder a necessidades sociais temporalmente limitadas. Por exemplo, Curso de Formação de Professores do Ensino Primário, em Língua Portuguesa (UM) e o Curso de Meteorologia, em Língua Chinesa (IPM).

Há mais de duas décadas que se reúnem em Macau alunos dos vários países asiáticos que durante um mês frequentam o Curso de verão, na UM, e tomam contacto com a língua e cultura portuguesas. Por seu lado, o IPM tem vindo, desde 2006, a organizar encontros académicos que reúnem docentes de Língua Portuguesa, de Macau e da China Continental, para debater a situação do ensino da LP.

#### 4. CONTRIBUTOS DO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO PARA A LUSOFONIA

O IPM é uma instituição pública de ensino superior, com personalidade jurídica e dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar. Com assento no Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos Portugueses tem marcado presença e acolhido iniciativas organizadas pelo CCIPP ou similares que decorrem no âmbito da lusofonia.

A maior parte dos cursos do IPM são reconhecidos em Portugal, de acordo com decisões do Governo Português que tem dado parecer positivo aos vários acordos firmados entre o IPM e instituições superiores de Portugal, nomeadamente, os Institutos Politécnicos do Porto e de Leiria.

Em 1991, data da sua criação, integrou os cursos que, até então, funcionavam no Instituto Politécnico da UAO tendo, posteriormente, vindo a integrar alguns cursos que funcionavam no âmbito de serviços públicos. Entre os vários cursos integrados no IPM, destacamos os que se evidenciam pelo seu impacto no ensino e divulgação da Língua Portuguesa (LP): (1) transferência das atribuições e competências da Escola Técnica da Direção dos Serviços de Assuntos Chineses para a Escola de Línguas e Tradução (atualmente, Escola Superior de Línguas e Tradução) e (2) a integração do Centro de Formação para a Administração Pública, anteriormente integrado nos Serviços de Administração e Função Pública que passou a denominar-se Centro de Formação Contínua e de Projetos Especiais (CFCPE).

No primeiro caso trata-se de uma “herança” de quase um século, passando o IPM a assumir a tarefa de formação superior de intérpretes / tradutores de Chinês-Português. A ESLT foi a responsável pela organização de Cursos de Língua Portuguesa para várias entidades públicas colaborando com o SAFP na formação linguística.

No segundo caso, o CFCPE teve um papel de relevo na implementação da política de bilinguismo ao oferecer cursos nas línguas oficiais e, também, em Inglês. As competências de formação em LP foram, mais tarde, cometidas ao Centro de Difusão da Língua Portuguesa (CDL) da Direção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ) e, posteriormente, transferidas para o Instituto Português do Oriente.

Do historial de cursos ministrados em Língua Portuguesa, no IPM, fazem parte o Curso de Tradução e Interpretação Chinês-Português<sup>108</sup>, com uma tradição de mais de um século, o Curso de Secretariado de Administração, o Curso de Relações Públicas e o Curso de Administração Pública. O primeiro tem funcionado ininterruptamente desde a sua criação, no âmbito da Escola Técnica da Direção dos Serviços de Assuntos Chineses e, atualmente, para além dos alunos de Macau, capta alunos da China Continental e tem um acordo de cooperação e de intercâmbio de alunos com o Instituto Politécnico de Leiria. Ao abrigo deste acordo, os alunos de Macau, frequentam os segundo e terceiros anos no IPL e os primeiro e quarto anos no IPM e os de Portugal frequentam os primeiro e quarto no IPL, o segundo em Macau e o terceiro em Pequim na Universidade de Línguas Estrangeiras.

Os Cursos de Relações Públicas e o de Secretariado de Administração, em LP, criado pela Portaria n.º 211 / 95 / M, só tiveram uma edição, sendo interrompidos por falta de candidatos, no entanto, verificou-se uma grande adesão por parte dos funcionários públicos, de língua materna portuguesa, constituindo para este grupo uma oportunidade de aquisição de um diploma de ensino superior.

A título de exemplo, vejamos o que acontece com o Curso de Administração Pública, organizado pelo Instituto Politécnico de Macau e lecionado em Língua Portuguesa.

Apenas em 1997, o governo de Macau, a pouco mais de dois anos de terminar a presença portuguesa no território, cria, através da Portaria n.º 212 / 97 / M, na Escola de Administração e Ciências Aplicadas do IPM, o Curso Superior em Administração Pública, conferente de diploma.

O plano de estudos inclui, a nível de formação linguística, o Português ou o Mandarim.

Em 2002, é criado o Curso de Administração Pública, Despacho do SASC n.º 15 / 2002, conferente do grau de bacharelato. O plano de estudos passa a incluir, a nível linguístico, o Português, Inglês e o Mandarim, podendo os alunos escolher entre uma destas línguas, mas tendo como exigência a não coincidência com a sua língua materna.

O IPM é autorizado, através do Despacho do SASC n.º 35 / 2004, a poder oferecer aos seus alunos, detentores do grau de bacharelato em Administração Pública, a possibilidade de ingressarem no Ano Complementar, conferente do grau de licenciatura. O plano de estudos não contempla nenhuma disciplina de línguas.

Como podemos verificar pelo percurso de estabelecimento do Curso de Administração Pública, este teve início nos últimos anos da presença portuguesa, mas foi já sob administração chinesa que o mesmo se enraizou, tendo sido objeto de reestruturação e de alargamento estabelecendo-se ao nível da licenciatura. Desde a sua criação não se verificou qualquer interrupção, estando em fase de planeamento e organização o curso de mestrado nesta área, em língua veicular portuguesa, em cooperação com o Instituto Politécnico de Leiria.

Os cursos em Português debatem-se, atualmente, com o problema da falta de candidatos porque, por um lado, os alunos que terminam o secundário, do sistema de ensino português, optam, na sua grande maioria, por ingressar nas universidades portuguesas e, por outro lado, os alunos dos sistemas de ensino chinês, luso-chinês ou inglês, não têm um nível de conhecimento da Língua Portuguesa que lhes permita passar os exames de acesso.

Após dezembro de 1999, data da Transferência de Soberania de Macau, assistimos ao regresso a Portugal de um número significativo de portugueses, tanto dos nascidos em Portugal Continental como em Macau (macaenses); por outro lado, os que, nos últimos anos, têm vindo para a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) já possuem, na sua maioria, cursos superiores, nomeadamente, Arquitetura e Direito.

O IPM tem feito um esforço para não interromper a oferta deste curso e tem autorizado a abertura e funcionamento de turmas com um número reduzido de alunos; por exemplo, no ano letivo de 2008-09, a turma de primeiro ano, abriu com apenas oito alunos, dos quais apenas quatro se mantiveram e concluíram o ano.

Quem são os alunos que optam por este curso?

Qualquer indivíduo detentor do 11º ano de escolaridade, ou equivalente, do sistema de ensino português, chinês, luso-chinês ou inglês, ou maior de 25 anos, que obtenha aprovação nos exames de acesso, pode ingressar no curso de AP do IPM.

Pelo facto de todas as disciplinas serem lecionadas em Português, o domínio da LP a um nível bastante satisfatório é condição imprescindível, no entanto, esta condição tem vindo a funcionar, quanto a nós, como causa da não opção pelo referido curso visto que o mesmo, em Língua Chinesa, atrai, todos os anos, cerca de mil candidatos para pouco mais de quatro dezenas de vagas. O fraco domínio da Língua Portuguesa é outra das dificuldades, tanto no recrutamento de alunos como no sucesso dos mesmos durante o curso, sendo esta uma das principais causas por eles apontadas para a desistência do curso, logo no primeiro ano.

O curso é frequentado por alunos provenientes de Macau, Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, Timor, etc. De Macau, frequentam o curso tanto alunos macaenses como chineses.

Numa primeira fase, aquando da criação do ensino superior em Macau, a maior parte dos cursos eram oferecidos em horários noturnos o que, juntamente com uma política de redução de propinas, atraiu um grande número de funcionários públicos detentores de um diploma do ensino secundário e que viam a oportunidade de tirar um curso superior.

Em suma, apresentámos o caso de um curso ministrado em Língua Portuguesa por uma instituição de ensino superior pública, situada a uma grande distância de Portugal Continental, criado numa fase de transição de soberania e sedimentando durante a administração chinesa e que está aberto a todos os falantes de LP qualquer que seja a sua nacionalidade.

Não é isto lusofonia? A nossa vivência, como docente, em Macau, é uma prática quotidiana da lusofonia ao enfrentar uma turma, desde 5 a 20 alunos, em que, embora todos dominem a LP cada um seguiu diferentes percursos e é originário de partes diferentes do mundo.

<sup>108</sup> Sobre este assunto consultar o Decreto-Lei n.º16 / 92 / M, publicado no BO n.º 9 / 1992 de 2 de Março, p.838, que transfere as atribuições e competências da Escola Técnica dos Serviços de Assuntos Chineses para a Escola de Línguas e Tradução do IPM.

## 5. LÍNGUA PORTUGUESA NA RAEM

A situação da Língua Portuguesa em Macau tem sido objeto de discussão e dividido opiniões, as quais oscilam entre os pessimistas que consideram que esta tem os dias contados e os que defendem que, em Macau, se irá continuar a falar Português.

A presença ou não de uma língua que, embora sendo língua oficial é falada por uma minoria da população, depende de vários fatores entre os quais a cultura, a tradição, os laços de amizade entre os povos, no entanto, em nosso entender, não se pode escamotear o peso que a economia exerce na divulgação, afirmação e preservação de uma língua. Concordamos com Filipe (1999:103) quando este afirma que:

*(...) nenhuma língua resiste artificialmente. Se deixa de ter função, se aos homens deixa de ser útil, extingue-se com o seu último falante e, às vezes, antes dele. (...) Se soubermos apresentar a língua portuguesa como uma língua de comunicação internacional, facilitadora de contactos num espaço alargado de 200 milhões de falantes em quatro continentes e, em resultado desta realidade, promover, por exemplo, o português como língua de negócios no espaço lusófono, neste contexto podemos enfim fazer com que ela seja vista como geradora de uma mais-valia no mercado de trabalho, tal como sucede com outras línguas internacionais.*

Aliás, foram motivos económicos que levaram os primeiros portugueses a estabelecer-se em Macau:

Em 1557, menos de três anos depois do primeiro acordo, a base de negócios fora transferida para a península de Macau, onde se iria manter a partir de então. Tinha chegado a idade do *compromisso* tanto para portugueses como para chineses. (...) Macau é também uma invulgar concessão dos mandarins cantoneses, que, numa atitude perfeitamente inédita consentiam o estabelecimento de uma povoação de estrangeiros no interior das fronteiras imperiais.

Hoje, tal como no passado, aquando da chegada dos marinheiros portugueses à procura do estabelecimento de entrepostos comerciais na Ásia, também, a procura de novos mercados e o interesse da China constituem fatores de monta no despertar do interesse e no investimento no ensino / aprendizagem da Língua de Camões, nas suas várias vertentes, e das culturas a que se reportam.

O 1º Fórum para a Cooperação Económica entre a China e os Países de Língua Portuguesa (PLP) foi uma iniciativa do Governo Central da RPC, cabendo a realização ao Governo da RAEM, contou com a presença de altos dignatários do Governo Central da RPC tendo estes afirmado o interesse em estabelecer laços culturais e económicos com Portugal e com os restantes países de língua oficial portuguesa e que Macau se deveria afirmar como Plataforma entre a RPC e os PLP.

O português é também prioritário para dar resposta à plataforma de ligação com os países de língua portuguesa, cumprindo assim a determinação de Pequim em fazer de Macau a ponte com os chamados países lusófonos<sup>109</sup>.

Macau foi e continua a ser, em nosso opinião, um caso invulgar e inédito de entendimento entre dois povos com línguas e culturas muito diferentes, no entanto, apesar do dinamismo que se tem vivido desde finais da década de 80 do séc. XX até ao presente, continua a haver um enorme desequilíbrio entre as duas línguas, quer no número de falantes quer ao nível de frequência do seu uso.

Ainda, recentemente, pudemos ler na imprensa local, uma notícia que ilustra a situação das Línguas Portuguesa e Chinesa na RAEM. Relativamente ao tempo de antena para a Campanha Eleitoral para a Assembleia Legislativa foi determinado:

*[t]rês minutos para o português, cinco para o chinês. (...) Por que razão uma língua tem tempos de antena mais reduzidos do que a outra? É uma situação injusta, consideram as listas candidatas às eleições legislativas (...)*

“A conta que Fong fez” in Jornal hojemacau, 2009-08-25

Também sobre este assunto podemos ler o seguinte:

*É a lei da maioria. Os candidatos às eleições legislativas do próximo mês não estão obrigados a utilizar as duas línguas oficiais na campanha eleitoral. Por isso, quase todos optam pelo chinês. Mas há exceções, (...), A imposição da tradução divide as listas. Uns defendem que a campanha bilingue devia ter carácter obrigatório, outros que não se devia ir tão longe, bastava que o Governo garantisse apoios ao bilinguismo. (...), Duarte Santos alerta que em causa fica a igualdade de oportunidades<sup>110</sup>.*

“Português aos tombos” in Jornal hojemacau, 2009-08-27

Embora a lei estabeleça que qualquer cidadão que se dirige ao Governo ou à Administração Pública tem direito a usar uma das línguas oficiais devendo a resposta ser dada na língua usada pelo cidadão. Na prática, sabemos que tal não se verifica e que a comunicação se estabelece preferencialmente em Chinês ou com recurso ao Inglês.

O papel das instituições públicas de ensino superior, em nosso entender, não se deve restringir ao ensino em / do Português, devendo estas assumir maior preponderância no cumprimento da lei, no entanto, no quotidiano verificamos que a comunicação é feita, amiudadamente, em Chinês ou Inglês, não havendo tradução para Português. Mesmo no caso de alunos que frequentam cursos em Português, não é raro receberem comunicações em Chinês ou não terem acesso a determinada informação por esta se encontrar apenas em Chinês. Durante este ano, vários têm sido os casos de queixas por falta de comunicação nas duas línguas oficiais tendo a resposta dos serviços incidido na falta de tradutores e afirmado o seu empenho na resolução do problema.

## 6. CONCLUSÃO

Há um sentimento comum de estranheza de quem chega a Macau e não ouve falar Português tanto quanto desejaria ou seria desejável. É preciso ir às instituições, às escolas, institutos e universidades para constatar que, quer o ensino quer o uso da Língua Portuguesa, continuam vivos.

De uma forma geral, apresentámos o ensino superior ministrado em LP podendo concluir-se que, na RAEM, o ensino superior continua a ser uma opção para aqueles que aqui queiram seguir os seus estudos, frequentando cursos ministrados em LP. Assim, as previsões pessimistas não se verificaram e o Português continua a ser usado, ensinado e aprendido, nos vários níveis de ensino. De realçar que mesmo as instituições de ensino superior privado têm optado por incluir nos seus currículos a disciplina de Língua Portuguesa.

A nível do ensino superior, com especial incidência no público, verifica-se um investimento no ensino do Português, referindo-se, frequentemente, que Macau se deve afirmar como um centro de formação de tradutores (Chinês / Português) e de ensino da Língua Portuguesa.

No período pós-transição tem-se verificado um investimento no ensino do Português e a oferta de alguns cursos foi interrompida por falta de candidatos e não por um desinvestimento no ensino em português. No entanto, o número de alunos a estudar Português tem vindo a aumentar contribuindo para tal o interesse dos alunos do Continente Chinês e pela abertura do Governo Central que autorizou a que estes possam optar por estudar no IPM ou na UM. Os problemas que hoje se enfrentam são muito semelhantes aos já existentes durante a administração portuguesa sendo, atualmente, o Governo Central da RPC o grande impulsionador da divulgação do Português, ao afirmar que esta é uma das características e das mais-valias de Macau que deve ser aproveitada para que o território afirme a sua identidade e singularidade.

Por nunca ter tido um estatuto de língua da maioria, apesar de oficial e da potência administrante, não poderemos reclamar para a Língua Portuguesa um estatuto que nunca teve e se acreditamos que o seu uso e ensino vão permanecer no território, também, acreditamos e constatámos que é por maior vontade do Governo Central da China e do Governo de Macau do que pela implementação de uma política linguística por parte do Governo Português.

109 Jornal hojemacau, “Bilinguismo”, 31.08.2009.

110 Acerca da problemática do estatuto das línguas oficiais tem interesse a leitura das notícias “Português menor”, “Por uma questão de cortesia” e “Campanha trilingue” publicadas no Jornal hojemacau, do dia 27.08.2009.

## Atas colóquio da lusofonia –

Temos que ter em conta que, apesar da distância que separa Macau e Portugal, a Língua Portuguesa não está aqui isolada inserindo-se num contexto mais amplo e dinâmico que engloba as instituições de ensino da China Continental, de cujos currículos faz parte a Língua Portuguesa, e que oferecem Cursos de Língua e Cultura Portuguesas bem como os leitorados espalhados pela Ásia. Macau tem desempenhado o papel de polo dinamizador mas, por seu turno, tem beneficiado deste contexto favorável que tem trazido a Macau muitos interessados no estudo da Língua de Camões.

### BIBLIOGRAFIA:

Bruxo, Jorge (2009) “*O Ensino Superior em Macau*”, Comunicação Apresentada no Seminário Internacional de Educação Superior na Comunidade dos PLP na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (policopiado).  
Filipe, Mário (1999) “*Macau e a situação futura da Língua Portuguesa*” in Revista Camões nº 7, 103-107.  
GAES (2008) “Relatório sobre o Ensino Superior de Macau, 2007 / 08”, Macau: GAES.  
Loureiro, Rui M. (1999) “*Notícias do melhor reino que há no mundo*” in Revista Camões nº 7, 140-147.

### LEGISLAÇÃO REFERENCIADA:

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China.  
Protocolo de Cooperação assinado entre o Instituto Politécnico de Macau e o Instituto Politécnico de Leiria, 2006 / 03 / 20.  
Decreto-Lei n.º 11 / 91 / M, BO n.º: 5 / 1991, I Série, p. 435, 1991.2.4.  
Decreto-Lei Nº 8 / 92 / M, BO n.º:6 / 1992, I Série, p. 491, 1992.2.10.  
Decreto-Lei n.º 49 / 91 / M, BO n.º: 37 / 1991, I Série, p. 3891, 1991.9.16.  
Decreto-Lei n.º 50 / 91 / M, BO n.º: 37 / 1991, I Série, p. 3893, 1991.9.16.  
Decreto-Lei n.º 16 / 92 / M, BO n.º: 9 / 1992, I Série, p. 838, 1992.3.2. Portaria n.º 211 / 95 / M – BO N.º:30 / 1995, I Série, p. 1006, 1995.7.24.  
Portaria n.º 212 / 97 / M – BO N.º:37 / 1997, I Série, p. 1050, 1997.9.15.  
Despacho do SASC n.º 15 / 02 – BO N.º:10 / 2002, I Série, p. 335, 2002.3.11.

## 30. M<sup>a</sup> DO CÉU CAETANO

**MARIA DO CÉU CAETANO** é professora auxiliar com nomeação definitiva no Departamento de Linguística da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde se doutorou em 2003. A par da docência, é investigadora do grupo Gramática & Texto, subprojeto Programma (Processos de Gramaticalização em Português Europeu), do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, a cuja comissão diretiva pertence. Tem desenvolvido alguns estudos sobre a formação de palavras em português, particularmente no domínio da sufixação.

## SINOPSE - TEMA 1.1. E 1.2 AS GRAMÁTICAS HISTÓRICAS DE LEITE DE VASCONCELLOS E DE CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS MARIA DO CÉU CAETANO, FCSH-UNL / CLUNL

Nesta comunicação, irei tecer algumas considerações acerca do conceito de gramática histórica para, seguidamente, me centrar nas gramáticas históricas do português e, dentro destas, darei particular atenção às *Lições de Filologia Portuguesa*, de José Leite de Vasconcellos ([1911] 1959<sup>3</sup>) e às *Lições de Filologia Portuguesa*, de Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.), ou não fossem elas obras de dois dos autores homenageados neste 8º Colóquio Anual da Lusofonia.

### 0. INTRODUÇÃO

Como é sabido, os gregos antigos discutiram diversas questões relacionadas com a linguagem, nomeadamente em torno das origens das palavras (cf. o *Crátilo* de Platão (427-347 a. C.)).

De entre os gramáticos gregos antigos, um dos mais conhecidos é Dionísio de Trácia (século I) que, na *Arte da Gramática*, define a gramática como "o conhecimento prático dos usos gerais dos poetas e prosadores" (cit. por Duarte, 1996: 14), a qual é constituída por seis partes (leitura correta; interpretação das expressões literárias; estudo da fraseologia; identificação das etimologias; analogia e "apreciação das composições literárias, que é a parte mais nobre da gramática" (Duarte, 1996: 14)).

É sobre o modelo grego acima citado que os gramáticos latinos, sobretudo Donato (século IV) e Prisciano (século VI), elaboram as suas gramáticas, as quais, por sua vez, predominaram como modelos dos vários manuais de latim produzidos durante a Idade Média. Os gramáticos medievais, segundo Bloomfield, "saw in classical Latin the logically normal form of human speech" (Bloomfield, 1933: 6).

Com o Renascimento e a invenção da imprensa, a atenção dos gramáticos deixa de se restringir ao estudo do grego e do latim, acresce o interesse pela análise das suas próprias línguas e, nessa medida, uma das principais preocupações dos gramáticos humanistas prende-se com a normatização gráfica, desencadeada pela "necessidade de promoção e fixação da língua vernácula, situação que se alarga ainda no século XVII" (Gonçalves, 1996: 42). Em 1492, após a publicação da primeira gramática espanhola, da autoria de Nebrija, orientada por princípios humanistas, "ainda se publicaram em Espanha numerosos dicionários e gramáticas, revelando um crescente interesse filológico" (Jordan [1962] 1973: 16). No início do século XVI, esse interesse filológico foi extensível a Portugal, contribuindo para "a renovação do horizonte gramatical português" (Verdelho, 1988: 98) e para as primeiras reflexões teóricas sobre o português<sup>111</sup>.

No século XVII registaram-se avanços significativos no domínio dos estudos gramaticais, com a publicação, em 1660, da *Grammaire générale et raisonnée, contenant les fondements de l'Art de parler, expliqués d'une manière claire et naturelle*, de A. Arnault e C. Lancelot, gramáticos racionalistas da escola de Port-Royal. Os ecos da escola de Port-Royal fizeram-se sentir um pouco por toda a Europa, durante o século XVIII e princípios do século XIX, sendo o representante máximo desta corrente, em Portugal, Jerónimo Soares Barbosa que publicou, em 1822, a *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*<sup>112</sup>.

No início do século XIX, a descoberta do sânscrito<sup>113</sup> impulsionou o estudo comparativo das línguas e viria a resultar no estabelecimento da hipótese do Indo-Europeu e na fundação da Linguística como disciplina científica, destacando-se os trabalhos de Franz Bopp (1816)<sup>114</sup>, de Rasmus Kristian Rask (1818)<sup>115</sup> e de Jakob Grimm (1819)<sup>116</sup>. Os métodos e ensinamentos expressos nestas três obras seriam aproveitados por Friedrich Diez, na sua *Grammatik der Romanischen Sprachen*<sup>117</sup>, obra em três volumes (Fonética, Morfologia e Sintaxe), que veio contribuir decisivamente para o desenvolvimento da linguística românica e que terá estado na base de algumas

111 cf. Oliveira, Fernão de (1536) *Grammatica da lingoagem portuguesa*, ed. lit. de Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975 e Barros, João (1540) *Grammatica da lingua portuguesa*, ed. lit. de Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

112 Barbosa, Jerónimo Soares (1822) *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral applicados à Nossa Linguagem*, Lisboa: Real Academia das Sciencias.

113 Na realidade, durante os séculos XVI e XVII, o conhecimento do sânscrito já havia chegado à Europa, através dos missionários. No século XVIII, pela ação dos ingleses que foram para a Índia, esse conhecimento tornou-se mais completo, se bem que só se tivesse generalizado durante o século XIX (cf. Bloomfield, 1933: 11).

114 Bopp, Franz (1816) *Über das Konjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprache*, Frankfurt.

115 Rask, Rasmus (1818) *Undersøgelse om det Norske eller Islandske Sprogs Oprindelse*, Copenhagen: Gyldendal.

116 Grimm, Jakob (1819-1834) *Deutsche Grammatik*, Göttingen: Dieterich, 4 vols.

117 Diez, Friedrich (1836-1844) *Grammatik der Romanischen Sprachen*, Bonn: Weber, 3 vols. (trad. fr. de Gaston Paris, 1863, *Grammaire des Langues Romanes*, Paris : Franck).

gramáticas históricas do português. Outra obra fulcral, tanto para a linguística românica em geral, como para a elaboração de gramáticas históricas do português, foi a *Grammatik der Romanischen Sprachen*, de Meyer-Lübke<sup>118</sup>, representante da escola neogramática.

A conceção de língua dos neogramáticos "pode ser considerada como obedecendo aos princípios das ciências naturais" (Iordan [1962] 1973: 52) e, por isso, a recolha e a descrição histórico-comparativa de inúmeros factos linguísticos constituíram um dos seus principais objetivos, como se pode verificar nas gramáticas históricas do português que, na sua maioria, seguiram este modelo.

Depois desta breve introdução, passarei, então, ao conceito de gramática histórica.

### 1. CONCEITO DE GRAMÁTICA HISTÓRICA

Um dos autores que discorre longa e profundamente sobre as gramáticas históricas românicas mais marcantes é Malkiel ( [1960] 1968), o qual define o conceito e apresenta os vários tipos de gramática histórica, a sua estrutura e conteúdo, a apresentação, as relações com outros domínios linguísticos, etc. Trata-se de uma definição<sup>119</sup> que precisa vários aspetos: a análise diacrónica incide sobre dados estritamente linguísticos, excluindo a descrição de factos históricos, mesmo que eles tenham exercido influências a nível da língua (por exemplo, a introdução no léxico de certos vocábulos ou expressões, resultantes de contacto; cf. Malkiel [1960] 1968: 134-135); a descrição dos dados deve estar criteriosamente organizada, ou seja, deve obedecer a uma estrutura bem definida, o que leva à exclusão de muitos estudos diacrónicos (monografias, lições, antologias, edições críticas, volumes de homenagens, por exemplo), os quais não se inserem dentro da categoria de gramática histórica devido à sua "inherent looseness and selectivity" (Malkiel [1960] 1968: 72), casos em que os aspetos formais estão submetidos ao léxico e não o inverso; a gramática histórica é sempre comparativa<sup>120</sup>, ao passo que uma gramática comparativa pode ou não ser histórica, e essa comparação é feita de forma sistemática entre dois estádios, razoavelmente distantes, de uma mesma língua. Na grande maioria das gramáticas históricas das línguas românicas, embora não sendo uma condição estritamente necessária, a comparação consiste na confrontação entre o Latim e o estado atual de uma língua e pode seguir duas direções: prospetiva, quando o ponto de partida é o mais antigo de dois estádios de língua ou o mais antigo das várias fases consecutivas que se estão a comparar, e retrospectiva, se a análise de uma língua românica moderna for pontuada com a invocação dos antecedentes latinos ou medievais (cf. Malkiel [1960] 1968: 74 e 82-83).

A amplitude e a dimensão temporal ("breadth" e "depth" em Malkiel [1960] 1968) das gramáticas históricas estão inter-relacionadas e determinam, em parte, quer a estrutura das mesmas, quer o método seguido. Não é o número de disciplinas contempladas por cada um dos autores que, só por si, serve de indicador da maior ou menor relevância de uma gramática histórica, mas antes o tipo de análise (ampla e profunda) que é efetuado. Em Malkiel ([1960] 1968: 74), "breadth" designa "the number of families, languages or dialects subjected, as independent entities, to systematic comparison", o que significa que quanto maior for esse número e quanto mais sistemáticas forem as comparações, maior será a amplitude da gramática. Por outro lado, "depth will signal the length of time selected along the chronological axis, both in absolute terms and with special attention to the number of clearly discernible stages with which the analyst decides to operate" (Malkiel [1960] 1968: 74).

O conceito de gramática histórica que adoto é, pois, o de Malkiel ([1960] 1968), atendendo aos princípios que estiveram na base da definição aduzida pelo autor, i.e., análise diacrónica de dados linguísticos, estruturação coerente dos assuntos e primazia dos aspetos formais.

Recuperando o artigo de Malkiel ([1960] 1968), Martins (1996) apresenta um conjunto de gramáticas históricas, o qual constituiu um ponto de partida para a seleção que eu própria efetuei (cf. Caetano 2003). A autora dividiu essas gramáticas em dois grupos: um em que inclui "obras de maior fôlego e ambição [;] elaboradas visando a comunidade científica" (Martins, 1996: 56) e outro onde "constam as gramáticas a que poderemos chamar 'didáticas', isto é, as que destinadas a estudantes do ensino liceal, foram, em geral, elaboradas de acordo com os programas que aí vigoravam", sendo esta última listagem meramente exemplificativa. Da primeira listagem de Martins (1996) fazem parte as gramáticas de Jules Cornu (1888), José Joaquim Nunes ([1919] 1989<sup>9</sup>), Manuel Said Ali ([1931] 1964<sup>3</sup>), Joseph Huber ([1933] 1986), Edwin B. Williams ([1938] 1961) e Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1975), enquanto na segunda temos as gramáticas de Teophilo Braga (1876), Manuel Pacheco da Silva Jr. (1878), António R. Vasconcellos (1900), Eduardo C. Pereira ([1916] 1935<sup>9</sup>), Antenor Nascentes ([1929] 1942<sup>3</sup>), Brandt Horta ([1930?] s.d.<sup>3</sup>)<sup>121</sup>, Jaime de Sousa Martins ([s.d.] 1937<sup>2</sup>), Ismael Coutinho (1938) e Francisco J. Martins Sequeira ([1938a] 1959<sup>3</sup>).

Em termos da organização de matérias, as gramáticas históricas geralmente consideradas como tal, aquelas que fazem parte da primeira lista de Martins (1996), encaixam-se na definição fornecida por Malkiel ([1960] 1968), mas não são significativamente diferentes das da segunda listagem, a das gramáticas ditas 'didáticas'. No entanto, partindo de uma perspetiva meramente quantitativa, o número de páginas que umas e outras dedicam aos vários níveis de análise pode ser, em muitos casos, elucidativo do maior ou menor "fôlego" que foi despendido na sua elaboração. Temos, por exemplo, no que diz respeito à morfologia flexional, as gramáticas de Edwin Williams ([1938] 1961) e de Francisco Martins Sequeira (1938a), que possuem, respetivamente, 137 e 42 páginas sobre o assunto. Também os títulos das gramáticas do segundo grupo refletem, provavelmente, aspirações menos elevadas por parte dos seus autores: o adjetivo "elementar" qualifica a gramática de Teophilo Braga (1876), assim como a anteposição de "noções" (Brandt Horta [1930?] s.d.<sup>3</sup>), "elementos" (Jaime de Sousa Martins [s.d.] 1937<sup>2</sup>) e "pontos" (Ismael Coutinho, 1938) a Gramática Histórica pressupõem que terá havido uma seleção dos assuntos tratados e que os seus autores não tivessem grandes pretensões de exaustividade e de originalidade.

A segunda característica diferenciadora apontada por Martins (1996) refere-se ao público-alvo, que seria os estudantes do ensino liceal da época, enquanto as gramáticas históricas, em sentido restrito, visariam a comunidade científica em geral. Nas gramáticas do segundo grupo, não só é assumido o facto de estas serem elaboradas de acordo com os programas como, frequentemente, a seguir ao título, aparece expresso o grau de ensino a que se destinam. Veja-se, por exemplo, os subtítulos das gramáticas de Manuel Pacheco da Silva Jr. (1878), António R. Vasconcellos (1900), Eduardo C. Pereira ([1916] 1935<sup>9</sup>) e Jaime de Sousa Martins ([s.d.] 1937<sup>2</sup>)<sup>122</sup>. Mas, é nos prefácios que os autores referem mais desenvolvidamente o tipo de público a que se destinam as obras (cf., por exemplo, Pereira ([1916] 1935<sup>9</sup>: iv), Brandt Horta ([1930?] s.d.<sup>3</sup>: 7), o qual confessa a sua não originalidade, dizendo que os pontos que trata são "um resumo das lições do grande mestre Joaquim Nunes, por demais elevadas para a mentalidade dos nossos alunos da quarta série", Jaime de Sousa Martins ([s.d.] 1937<sup>2</sup>: 9), Ismael Coutinho (1938: 9), que rotula de "modesto" o seu trabalho, e Francisco J. Martins Sequeira ([1938a] 1959<sup>3</sup>: 5-6).

Temos, pois, como principal característica diferenciadora das gramáticas históricas "científicas" o facto de as gramáticas "didáticas"<sup>123</sup> serem assim designadas por se destinarem ao ensino liceal da época, sem que isso signifique que na base da elaboração das mesmas não esteja uma investigação dos vários aspetos aí tratados. O facto de o público-alvo ser os estudantes não impede, como é referido nalguns casos, que este se alargue a outros potenciais estudiosos. Todavia, esta feição 'didática' é, por vezes, relevante em termos de conteúdo ("breadth" e "depth").

118 Meyer-Lübke, Wilhelm (1890-1902) *Grammatik der Romanischen Sprachen*, 4 vols. [I: *Lautlehre* (1890), II: *Formenlehre* (1893), III: *Syntax* (1899), IV: *Register* (1902)], Leipzig : Fues (Reisland). Trad. fr. de E. Rabiet (I), A. e G. Doutrepoint (II-III), id., com A. Counson (IV), 1890-1906, *Grammaire des Langues Romanes*, Paris : Welter.

119 Para Malkiel ([1960] 1968: 72-73), a gramática histórica é "a formal arrangement of strictly linguistic data pertaining to structure rather than to the lexicon and viewed in diachronic perspective; that is to say, it presupposes at least two parallel sets of forms separated by a sufficiently extended period of time (...). Every historical grammar is, by definition, comparative, the minimum comparison residing, we recall, in a point-by-point confrontation of two successive, reasonably distant stages of the same language".

120 Segundo Malkiel, convencionalmente, fala-se de "comparative historical" grammar only where more than one daughter-language is contrasted with the actual or putative ancestral tongue" (Malkiel [1960] 1968: 73).

121 Embora sem data, é possível situar de forma aproximada a 1.ª edição desta gramática da autoria de Brandt Horta pois, na "Impressão de Leitura", que antecede a obra (cf. pág. 5), João Ribeiro refere a Gramática Histórica de Pereira ([1916] 1935<sup>9</sup>) e o Idioma Nacional (IV série) de Nascentes ([1929] 1942<sup>3</sup>), realçando que a obra de Horta "apresenta vantagens consideráveis sobre os dois primeiros, sob alguns aspetos práticos e pedagógicos". Como João Ribeiro não faz alusão à Gramática Histórica da Língua Portuguesa de Said Ali ([1931] 1964<sup>3</sup>) e sabendo-se da importância e da influência que esta última viria a alcançar, deduzo que a data da publicação da obra de Brandt Horta tenha sido anterior à de Said Ali, i.e., por volta de 1930.

122 Silva Jr. (1878, *Grammatica Historica da Lingua Portuguesa* - Compendiada para uso dos alumnos do 7º anno do imperial Collegio de Pedro II, das escolas normaes e de todos os que estudam o idioma nacional), Vasconcellos (1900, *Grammatica Histórica da Língua Portuguesa* - VI e VII Classes do Curso dos Lyceus), Pereira ([1916] 1935<sup>9</sup>, *Grammatica Histórica* - obra aprovada e adaptada pela Congregação do gymnasio official de São Paulo), Martins ([s.d.] 1937<sup>2</sup>, *Elementos de Gramática Histórica* - para a Quarta Série).

123 A distinção "gramática histórica" / "gramática [histórica] didática" efetuada por Martins (1996) não aparece em Malkiel ([1960] 1968).

## Atas colóquio da lusofonia –

Até aqui, fiz referência a gramáticas histórico didáticas que fazem parte do segundo conjunto apresentado por Martins (1996). A estas poderão acrescentar-se, pelas razões a seguir invocadas, várias outras obras: a *Grammatica da Lingua Portuguesa*, de Manuel Pacheco da Silva Jr. e Lameira de Andrade, *O Meu Idioma*, de Othoniel Mota<sup>124</sup> e a *Gramática de Português* de Francisco J. Martins Sequeira.

Entre a publicação da *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* de Silva Jr. (1878) e a da *Grammatica da Lingua Portuguesa*, de Silva Jr. e Andrade ([1887] 1913<sup>4</sup>), medeiaram nove anos. O motivo que me levou a incluir no conjunto esta última prende-se com o facto de a mesma não apresentar grandes diferenças quanto ao conteúdo, método e estrutura<sup>125</sup>, quer relativamente à *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* de Silva Jr. (1878), quer no que diz respeito às restantes.

Os objetivos e a estrutura da gramática de Othoniel Mota ([1916] 1937<sup>8</sup>) são idênticos aos das outras obras que tenho vindo a considerar. Segundo o autor, o plano geral do seu trabalho obedeceu à intenção de "tornar a grammatica expositiva, a rudimentar, iluminada pela grammatica historica" (Mota [1916] 1937<sup>8</sup>: 5), sublinhando que abdicou propositadamente do excesso de "rigor científico"<sup>126</sup>.

A inclusão da *Gramática de Português* de Francisco J. Martins Sequeira<sup>127</sup> deve-se ao facto de os aspetos centrais neste trabalho serem mais desenvolvidos do que na *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, também da sua autoria e publicada no mesmo ano.

Pretendo, assim, concluir que os princípios que autorizaram a inclusão das obras no conjunto das gramáticas históricas não se ficam a dever à designação que ostentam, a qual, por si só, não é elucidativa da natureza das mesmas. Estas gramáticas históricas 'didáticas' são, também elas, uma fonte preciosa no que toca a dados e a descrições e não contrariam a definição de gramática histórica de Malkiel ([1960] 1968).

Além das já referidas, acabei igualmente por incluir mais três obras: a *Grammatik der Portugiesischen Sprache*, de Carl von Reinhardstoettner (1878), as *Lições de Filologia Portuguesa*, de José Leite de Vasconcellos ([1911] 1959<sup>3</sup>) e as *Lições de Filologia Portuguesa*, de Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.).

Apesar de nenhum dos gramáticos históricos aludir à gramática de Reinhardstoettner (1878)<sup>128</sup>, Malkiel ([1960] 1968: 97) aponta esta obra como sendo uma (boa) exceção, ao mencionar o extenso capítulo sobre "Wortbildung" (cf. Reinhardstoettner, 1878: 111-156), incluído entre as secções da Fonologia e da Flexão.

Quanto às *Lições* de José Leite de Vasconcellos ([1911] 1959<sup>3</sup>) e de Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.), não consideradas por Martins (1996) como gramáticas históricas, quer Malkiel ([1960] 1968: 80), quer Cuesta ([1949] 1980: 31) as apontam como pertencendo a essa categoria. São obras cujos títulos, conteúdo, estrutura e público-alvo são muito idênticos, como veremos mais adiante.

Além destas, temos ainda as gramáticas históricas unidisciplinares. Tais são os casos das gramáticas históricas de Adolfo Coelho (1868), em que, apesar de estarem previstos três, só um dos volumes saiu, o da *Phonologia*, e de Rodrigo de Sá Nogueira (1932), versando sobre Fonética Histórica.

Assim, o período de publicação das gramáticas históricas do português situa-se entre os fins do século XIX e a primeira metade do século XX, mais concretamente, entre 1876 (cf. *Grammatica Portugueza Elementar*, Teophilo Braga) e 1946 (cf. *Lições de Filologia Portuguesa*, Carolina Michaëlis Vasconcellos), à exceção de *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, de Joaquim Mattoso Câmara Jr., publicada em 1975.

De seguida, irei então analisar mais de perto as gramáticas históricas de Leite de Vasconcellos ([1911] 1959<sup>3</sup>) e de Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.), quer relativamente à estrutura, quer ao conteúdo.

## 2. AS LIÇÕES DE LEITE DE VASCONCELLOS ([1911] 1959<sup>3</sup>) E DE CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS ([1946] S.D.)

A primeira é um conjunto de cento e doze conferências, proferidas durante os anos de 1903-1909 (vinte e duas preleções no 1.º ano; onze no 2.º; dezoito no 3.º; quinze no 4.º; nove no 5.º; oito no 6.º; onze no 7.º e dezoito no 8.º), "que a princípio se destinavam (...) aos alunos do Curso de Bibliotecário-Arquivista, [mas que] em breve começaram a ser assistidas de alunos de cursos de fora, e também de professores, escritores e outras pessoas" (Leite de Vasconcellos [1911] 1959<sup>3</sup>: VII). A segunda é constituída por preleções feitas aos cursos de 1911-1912 (Lições I-XII) e de 1912-1913 (Lições XIII-XVII, seguidas de sete Lições relativas à Leitura e Explicação de Textos dos séculos XIII e XIV), na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Para Leite de Vasconcellos ([1911] 1959<sup>3</sup>: 3), a gramática histórica é o estudo de "uma língua considerada conexamente em todos os períodos da sua existência", enquanto a Gramática, em sentido geral, consiste no conjunto de três análises, i.e., análise sintática, morfológica e fonética. Além da Fonética, da Morfologia e da Sintaxe, Leite de Vasconcellos (cf. págs. 4-6) aponta outras áreas da Gramática, tais como: a "Semasiologia, Sematologia ou Semântica" ("o estudo das transformações de sentido"), a "Onomasiologia" ("que estuda, em determinado momento, ou no decurso dos tempos, as várias maneiras de exprimir as ideias" e a que outrora se chamava "Sinonímia") e a "Geografia Linguística" ("quando se acompanha, em determinado território, a distribuição dos fenómenos glóticos, as transformações e lutas recíprocas dos vocábulos, os seus deslocamentos")<sup>129</sup>. O autor aplica o termo de "Gramática prática, empírica, ou meramente descritiva" ao estudo de "uma língua considerada em si mesma e em certo período" e quando se trata de estudar "várias línguas entre si, para determinar as relações de umas com as outras, recebe o nome de gramática comparativa" (Leite de Vasconcellos [1911] 1959<sup>3</sup>: 3). Considera que a Gramática faz "parte de outra disciplina mais vasta, a qual só se chamar-se Glotologia, Glótica, ou Linguística", havendo uma preferência de Leite de Vasconcellos pelo primeiro termo, por se integrar no paradigma das palavras em *-logia*. Na definição que fornece, "Filologia Portuguesa" é "o estudo da nossa língua em toda a sua amplitude, no tempo e no espaço, e acessoriamente o da literatura, olhada sobre tudo como documento formal da mesma língua" (Leite de Vasconcellos [1911] 1959<sup>3</sup>: 9).

O facto de o público ser heterogéneo contribuiu, de acordo com Leite de Vasconcellos ([1911] 1959<sup>3</sup>), para que as *Lições* não obedecessem a um "plano fixo" e para que ele tivesse a "liberdade de lhes dar a amplitude que [lhe] parecesse, com tanto que não ultrapassasse as fronteiras da ciência". Baseando-se em todas as matérias estudadas e suponho que para espelhar a coesão das *Lições*, Leite de Vasconcellos ([1911] 1959<sup>3</sup>) elaborou "um quadro sinóptico de Filologia Portuguesa", que aparece no fim do volume, em que figura o seguinte: "Introdução", "Gramática Histórica" ("I. Fonologia", "II. Morfologia", "III. Partículas e interjeições", "IV. Formação de Palavras", "V. Sintaxe"), "Estilística e Métrica", "Sematologia ou Semântica", "Léxico", "Onomatologia", "Dialetoлогия" e "Literatura". Na designação "Gramática Histórica", Leite de Vasconcellos ([1911] 1959<sup>3</sup>) inclui, pois, os domínios que comumente encontramos noutras gramáticas desse género. A organização deste trabalho encontra-se, portanto, em sintonia com a definição de Filologia do autor (i.e., o estudo "1) da Glotologia; 2) da Métrica; 3) da História da literatura" (Leite de Vasconcellos [1911] 1959<sup>3</sup>: 7))<sup>130</sup>, conceito que ele utiliza para designar a obra.

Após ter historiado o aparecimento, as aceções e o âmbito de estudo da Filologia (cf. Lições I e II da Parte II), Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.: 146) refere que, no século XIX, houve necessidade da parte de alguns estudiosos de introduzir o "vocábulo glotologia para designar a moderna ciência da linguagem", mas, pela parte que lhe toca, não encontra justificação para tal, uma vez que está convicta de que "o estudo de uma língua,

124 A 1.ª edição desta gramática poderá datar-se, aproximadamente, de 1916-princípios de 1917. Quando no final da obra são transcritos os comentários e apreciações de algumas individualidades, uma delas confessa ter ficado muito agradada, "tendo lido nestas férias «O meu idioma»" (Mota, 1937<sup>8</sup>: 245), assinando com a data de 19 de Março de 1917.

125 Segundo os autores, trata-se de uma gramática que assenta "sobre a base da história e da comparação" (Silva Jr. e Andrade [1887] 1913<sup>4</sup>: vi).

126 Após ter analisado a obra de Mota ([1916] 1937<sup>8</sup>), vejo na alegada renúncia ao "rigor científico" mais o desejo de sublinhar a feição didática do compêndio, do que propriamente a incapacidade de, com profundidade e exaustividade, tratar os temas propostos.

127 Indicada como Sequeira (1938b). Nesta gramática, destinada ao 2.º ciclo dos liceus da época, o autor não se ficou pelo cumprimento do programa oficial, tendo estudado e aprofundado matérias que se situam muito além do que era exigido.

128 Gramática publicada pela mesma editora (Karl J. Trübner, Estrasburgo) que deu à estampa a gramática de Jules Cornu (1888), para a qual outros gramáticos e estudiosos remetem muitas vezes.

129 Outros domínios há que, na opinião do autor, sem fazerem parte integral da Gramática, estão em maior ou menor grau relacionados com ela, como por exemplo a Estilística, a Métrica, a Estética, a Retórica, a Poética e a História da Literatura. Mas, Leite de Vasconcellos não circunscreve a todos estes domínios o âmbito da Gramática, pois, segundo afirma, "muitos outros assuntos se apresentam no horizonte do investigador, por exemplo: origem das palavras (Etimologia); diferenciação dialetal, ou Dialetoлогия; maneira de nomear as pessoas e os lugares, ou Onomatologia".

130 Leite de Vasconcellos ([1911] 1959<sup>3</sup>: 7) refere que destas três partes "se compõe uma obra publicada por G. Gröber, e colaborada por muitos sábios, com o título de *Grundriss der romanischen Philologie*".



## Atas colóquio da lusofonia –

por mais científico que seja, é filologia" (Carolina Michaëlis de Vasconcellos [1946] s.d.: 150)**131**. Deste modo, rejeita a substituição do termo Filologia por qualquer outro mais recente (como, por exemplo, glotologia e linguística), tendo em conta que, na sua opinião, a área de investigação da Filologia se alargou e que é esta a única designação adequada quando se trata do "estudo científico, histórico e comparado da língua nacional em toda a sua amplitude, não só quanto à gramática (fonética, morfologia, sintaxe) e quanto à etimologia, semasiologia, etc., mas também como órgão da literatura e como manifestação do espírito nacional" (Carolina Michaëlis de Vasconcellos [1946] s.d.: 156)**132**. Carolina Michaëlis de Vasconcellos ( [1946] s.d.: 126) acrescenta ainda que o "filólogo deve sempre historiar e, comparando, retroceder até chegar às origens, aos elementos primários"**133** e deve incluir nos trabalhos filológicos "o estudo histórico e comparado da língua com investigações etimológicas, dialetológicas, semasiológicas, etc." (Carolina Michaëlis de Vasconcellos [1946] s.d.: 151).

A obra de Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.) é constituída, como sabemos, por quatro partes: "Parte I. Preleções feitas ao Curso de 1911 / 1912", "Parte II. Filologia Portuguesa (I)", "Parte III. Filologia Portuguesa (II)" e "Parte IV. Lições Práticas de Português Arcaico. Leitura e Explicação de Textos dos Séculos XIII e XIV (em Fac-símiles de Manuscritos antigos)". São dez as Lições que formam a primeira parte: quatro introdutórias, as quais designa por "Generalidades"**134** e seis relativas à derivação e composição**135**, seguidas de "Apêndice à Ortografia Nacional" (pp. 100-123). A "Parte II." é formada por Lições relativas à "Filologia"**136** e a "Parte III" é dedicada ao "Léxico"**137**. A última parte, "Parte IV", é constituída por sete Lições, em que se transcrevem, criticam e se procede à análise vocabular de vários fac-símiles**138**. Como se pode verificar pela estrutura apresentada, nesta obra, em que assumidamente se privilegia o estudo do léxico, as matérias relativas à Fonética e à Sintaxe têm uma presença mais ténue.

Assim, considero que, embora não ostentem a designação de 'Gramática' no título e estando organizadas em Lições e não em secções ou capítulos, como a maior parte das outras gramáticas, há, ainda assim, nestas duas obras, uma certa sistematicidade. Apesar de uma organização diferente das matérias (aliás, justificada por ambos os autores devido à heterogeneidade do público a que se destinavam)**139** e do peso conferido ao estudo do léxico ser maior do que noutras obras congéneres, não se afastam excessivamente da definição de gramática histórica que adotei: as principais disciplinas estão aí representadas, a comparação do português com o latim e com as outras línguas românicas é uma constante e a amplitude de análise dos dados linguísticos legitimam a sua inclusão**140**.

### 3. CONCLUSÕES

É objetivo comum aos vários gramáticos históricos a descrição da evolução da língua portuguesa, desde a origem até ao período que se pretende estudar, sendo o latim o ponto de partida e o português da época contemporânea o ponto de chegada**141**. Daí que, como seria de esperar, os vários autores elejam o método (histórico-)comparativo, quer para estabelecer a comparação entre estádios diferentes do português, quer se trate de comparar o português com outras línguas românicas. Mas o facto de a diacronia ser sempre privilegiada, tendo em conta o seu poder explicativo, não significa que a sincronia (ou as várias sincronias) seja rejeitada, pois, por vezes, é a descrição da língua contemporânea que se assume como objetivo central.

A ideia de que a língua é um "organismo vivo" com tendências naturais e que, "como tudo na natureza, está sujeita a transformações inevitáveis" (Coutinho, 1938: 30) encontra-se repetidamente nas gramáticas históricas do português e sobrepõe-se àquela que encarava a mudança como corrupção.

Outro aspeto que merece destaque prende-se com a convicção de que o português, tal como as outras línguas românicas, descende do latim "popular falado" e não do latim "literário", como se pode verificar, por exemplo, em António R. Vasconcellos (1900: 75) e em José J. Nunes ([1919] 1989<sup>o</sup>: 18).

Tanto J. Leite Vasconcellos ([1911] 1959<sup>3</sup>), como Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.), a par de Carl von Reinhardstoettner (1878), Othoniel Mota ([1916] 1937<sup>8</sup>), Manuel Said Ali ([1931] 1964<sup>3</sup>), Joseph Huber ([1933] 1986), conferem um tratamento independente à Formação de Palavras e têm como objetivo descrever e explicar os processos de prefixação, sufixação e composição em si mesmos e não somente o seu resultado, ou seja, o facto de contribuírem para o enriquecimento lexical.

Todos os gramáticos estudados apontam a derivação e a composição como os processos que mais contribuem para o enriquecimento e desenvolvimento do léxico, independentemente do objetivo que os move, i.e., quer se centrem na procura das formas primitivas a partir das quais se desenvolveram as formas atuais, quer pretendam descrever as formas arcaicas remanescentes, sendo usuais as oposições de "vivo" / "morto" e "atual" / "arcaico", quando se trata de assinalar a vitalidade ou produtividade de determinados afixos e a disponibilidade de alguns processos, relativamente a outros que deixaram de dar origem a palavras morfologicamente complexas. Ou seja, nas obras em análise, no que diz respeito à Formação de Palavras, são tratadas questões que hoje em dia constituem temas centrais dos debates dos especialistas da área.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Bloomfield, Leonard (1933) *Language*, New York / Chicago / San Francisco / Toronto: Holt, Rinehart & Winston.

Caetano, Maria do Céu (2003) *A Formação de Palavras em Gramáticas Históricas do Português. Análise de algumas correlações sufixais*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

Duarte, Inês (1996) "Gramáticas do Português" in Duarte, Inês e Maria Miguel (eds.) *Atas da Associação Portuguesa de Linguística*, Colibri: Lisboa, vol. III, 13-18.

Gonçalves, Maria Filomena (1996) "A ortografia na antiga gramaticografia portuguesa. As gramáticas do século XIX" in Duarte, Inês e Maria Miguel (eds.) *Atas da Associação Portuguesa de Linguística*, Colibri: Lisboa, vol. III, 39-52.

Iordan, Iorgu (1973) *Introdução à Linguística Românica*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Malkiel, Yakov (1960) "A Tentative Typology of Romance Historical Grammars" in *Essays in Linguistic Themes*, Oxford: Blackwell, 71-164 (também em *Lingua* IX-4, 1968).

Martins, Ana Maria (1996) "Gramáticas Históricas do Português" in Duarte, Inês e Maria Miguel (eds.) *Atas da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: Colibri, vol. III, 53-71.

Sá Nogueira, Rodrigo de (1932) *Curso de Filologia Portuguesa. I Parte: Noções Gerais e Fonética Histórica*, Lisboa: Ed. de José Fernandes Jr. (obra re-editada, com muito poucas alterações, nos *Elementos para um Tratado de Fonética Portuguesa*, 1938, Lisboa: Imprensa Nacional).

Silva, Rosa V. M. (1991) *O Português Arcaico. Fonologia*, São Paulo / Bahia: Contexto / Editora da Universidade Federal da Bahia.

Teyssier, Paul ([1980] 1994<sup>o</sup>) *História da Língua Portuguesa*, Lisboa: Livraria Sá da Costa (trad. de Celso Cunha, do

131 A autora critica inclusive Adolfo Coelho (1868), que "para caracterizar o moderno estudo das línguas, como científico — histórico e comparado — lhe quis dar o nome, científico igualmente, de glotológico" (Carolina Michaëlis de Vasconcellos [1946] s.d.: 150).

132 Descontando a diferença terminológica, repare-se na semelhança entre a primeira parte da definição de Filologia de Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.: 156) e a de gramática histórica, fornecida por outros autores.

133 Os elementos primários são as "raízes", na terminologia da autora (Carolina Michaëlis de Vasconcellos [1946] s.d.: 126), ou seja, os étimos.

134 "Generalidades: [Recapitulação do Programa. Línguas românicas. O português — transformação orgânica do latim vulgar.]" (pp. 7-16), "Generalidades: [Períodos e características do português arcaico.]" (pp. 17-22), "Generalidades: [Palavras populares, eruditas e semieruditas.]" (pp. 23-32), "Generalidades: [Formas divergentes ou alotrópicas. O problema ortográfico.]" (pp. 33-39).

135 "[Derivação e Composição. Noções gerais, preliminares, teóricas]" (pp. 40-49), "[Derivação. Raízes (radicais, temas ou bases) e afixos. Sufixos mortos e sufixos vivos]" (pp. 50-59), "[Derivação. Excurso prosódico. Sufixos átonos e esdrúxulos: Explicação da sua atividade na linguagem popular]" (pp. 60-69), "[Derivação. Sufixo *-udo*; infixos *-z* e *-r*; *-aria* — *-eria*. Sufixos de proveniência não-latina. Outros processos de prefixação expressivos ou pitorescos]" (pp. 70-79), "[Resenha dos principais processos populares de sufixação. Derivação imprópria. Derivação verbal]" (pp. 80-85) e "[Prefixação. Excurso: Névoas de antanho. Prefixos nominais e verbais. Notas diversas]" (pp. 86-99).

136 "Lição I. Filologia: Noções etimológicas e semasiológicas" (pp. 125-135), "Lição II. História da Filologia" (pp. 136-145), "Lição III. Glotologia" (pp. 146-156), "Lição IV. Classificação das línguas" (pp. 157-164), "Lição V. Línguas indo-germânicas" (pp. 165-176), "Lição VI. [A escrita.] Os ramos itálicos do tronco indo-germânico" (pp. 177-189), "Lição VII. Línguas românicas ou neolatinas" (pp. 190-206), "Lição VIII. O documento românico mais antigo (*Juramento de Estrasburgo*, de 842). Variantes ultramarinas das línguas românicas e dialetos crioulos" (pp. 207-222), "Lição IX. Cronologia dos falares romanos: I. Desde quando há língua romana, diversa da latina? II. Quando nasceram, e como se desenvolveram as línguas românicas diferenciadas" (pp. 223-230), "Lição X. Latim falado e latim escrito. Que sabemos nós do *Sermo Vulgaris*, como base das línguas românicas" (pp. 231-242), "Lição XI. Latim Vulgar. As suas tendências fonéticas, morfológicas e sintáticas" (pp. 243-251) e "Lição XII. Latim Vulgar. O acento, alma da palavra" (pp. 252-259).

137 "Lição I (XIII). Introdução" (pp. 261-280), "Lição II (XIV). Fontes do Léxico Português" (pp. 281-298), "Lição III (XV). Fontes do Léxico Português: Os elementos árabes" (pp. 299-310), "Lição IV (XVI). Fontes do Léxico Português: Vocábulos provenientes das línguas faladas na Europa, na Idade-Média" (pp. 311-322) e "Lição V (XVII). Fontes do Léxico Português: Estrangeirismos recentes" (pp. 323-330).

138 Fac-símile I da *Crónica Geral*, de 1404 (pp. 331-339), fac-símile II da versão galego-portuguesa da *Crónica Geral* (pp. 340-353), fac-símile III: uma página das *Leis de Partida* (pp. 354-367), fac-símile IV da *Crónica Troiana* (pp. 368-376), fac-símile V do *Cancioneiro da Ajuda* (pp. 377-402), fac-símile VI das poesias do *Cancioneiro da Vaticana* (pp. 403-422) e uma página do Cancioneiro *Colocci-Brancuti* (pp. 423-429).

139 cf. Leite de Vasconcellos ([1911] 1959<sup>3</sup>: IX), para quem a organização da sua obra se deve à circunstância de após se ter confrontado com três hipóteses: "apresentar as lições pela ordem em que foram dadas, tais quais: ou apresentá-las em ordem metódica, dentro de cada ano; ou tomar de cada grupo o que é comum a todos, e constituir com isso, embora completando-o ou ampliando-o, um tratado uniforme" ter optado pela segunda.

140 Na "Bibliografia Sumária", Teyssier ([1980] 1994<sup>o</sup>: 111) também lista as obras de José Leite de Vasconcellos ([1911] 1959<sup>3</sup>) e de Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.) nas "Gramáticas Históricas".

141 A obra de Joseph Huber ([1933] 1986), como assinala Rosa V. M. Silva (1991: 45), "segue o modelo historicista das gramáticas históricas; distingue-se, contudo, das outras porque confronta o latim e o português arcaico".

original fr. *Histoire de la langue portugaise*, Paris: PUF, Que sais-je?).

Verdelho, Telmo (1995) *As origens da gramatografia e da lexicografia latino-portuguesas*, Aveiro: INIC (publ. da diss. de Doutoramento apresentada em 1988 à Universidade de Aveiro).

#### ANEXO - GRAMÁTICAS HISTÓRICAS DO PORTUGUÊS

Ali, Manuel Said ([1931] 1964<sup>3</sup>) *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, São Paulo: Edições Melhoramentos.

Braga, Teophilo (1876) *Grammatica Portuguesa Elementar* (Fundada sobre o methodo historico-comparativo), Porto: Livraria Portuguesa e Estrangeira.

Câmara Jr., Joaquim Mattoso (1975) *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Padrão.

Coelho, Adolfo (1868) *A Língua Portuguesa. Phonologia, Etymologia, Morphologia e Syntaxe*, Coimbra: Imprensa da Universidade.

Cornu, Jules (1888) *Die portugiesische Sprache*. In Gröber, Gustav (ed.) *Grundriss der romanischen Philologie*, Strassburg: Karl J. Trübner.

Coutinho, Ismael de Lima (1938) *Pontos de Gramática Histórica*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Horta, Brandt ([1930?] s.d.<sup>3</sup>) *Noções de Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Editores J. R. de Oliveira.

Huber, Joseph ([1933] 1986) *Gramática do Português Antigo*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (trad. port. de Maria Manuela Delille, do original al. *Altportugiesisches Elementarbuch*), Heidelberg, Carl Winters Universitätsbuchhandlung).

Martins, Jaime de Sousa ([s.d.] 1937<sup>2</sup>) *Elementos de Gramática Histórica*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Mota, Othoniel ([1916] 1937<sup>8</sup>) *O meu idioma*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Nunes, José Joaquim ([1919] 1989<sup>9</sup>) *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)*, Lisboa: Clássica Editora.

Pereira, Eduardo Carlos ([1916] 1935<sup>9</sup>) *Gramática Histórica*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Reinhardtstoettner, Carl von (1878) *Grammatik der Portugiesischen Sprache*, Strassburg: Karl J. Trübner.

Sequeira, Francisco Júlio Martins ([1938a] 1959<sup>3</sup>) *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, Lisboa: Livraria Popular.

Sequeira, Francisco Júlio Martins (1938b) *Gramática de português*, Lisboa: Livraria Popular

Silva Jr., Manuel Pacheco da (1878) *Grammatica Historica da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Typ. A Vapor de D. M. Hazlett.

Silva Jr., Manuel Pacheco da e Lameira de Andrade ([1887] 1913<sup>4</sup>) *Grammatica da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

Vasconcellos, António Garcia Ribeiro (1900) *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, Paris / Lisboa: Aillaud / Alves; Rio de Janeiro / São Paulo / Belo Horizonte: Francisco Alves.

Vasconcellos, Carolina Michaëlis de ([1946] s.d.) *Lições de Filologia Portuguesa - segundo as preleções feitas aos cursos de 1911-1912 e de 1912-1913 (Seguidas das Lições Práticas de Português Arcaico)*, Lisboa: Edição da Revista de Portugal / Dinalivro.

Vasconcellos, José Leite de ([1911] 1959<sup>3</sup>) *Lições de Filologia Portuguesa*, Rio de Janeiro: Livros de Portugal.

Williams, Edwin B. ([1938] 1994<sup>6</sup>) *Do Latim ao Português. Fonologia e Morfologia Históricas da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro (trad. bras. de Antônio Houaiss, do original ingl. *From Latim to Portuguese. Historical Phonology and Morphology of the Portuguese Language*).

#### 31. M<sup>a</sup> MANUEL CALVET RICARDO

**MARIA MANUEL BRANCO CALVET DE MAGALHÃES GOMES RICARDO** é professora auxiliar convidada da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no Instituto de Ciências da Educação (Lisboa) UID, OPECE (Unidade de Investigação, Observatório de Políticas de Educação e de Contextos Educativos). É autora de livros e artigos, investigadora e formadora de formação contínua e especializada. Tem o Mestrado em Estudos Americanos e uma Pós graduação, *National Endowment for the Humanities* na *University of Davis*, Califórnia, EUA.

#### SINOPSE - TEMA 2.1. O ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA. BREVE ABORDAGEM DO ENSAIO DE ANTONIO SÉRGIO EM TORNO DO PROBLEMA DA “LÍNGUA BRASILEIRA” MARIA MANUEL CALVET RICARDO UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS, INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Objeto de polémica, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa está em vias de entrar em vigor. Alguns, considerá-lo-ão um passo em frente no projeto de unificação ortográfica da Língua Portuguesa como fundamento da unidade da lusofonia; outros, pelo contrário, não de considerá-lo como uma cedência da potência colonizadora aos países colonizados, sobretudo ao Brasil, uma vez que os restantes países lusófonos utilizam a grafia portuguesa. Para além das polémicas, o acordo ortográfico entrou em vigor no Brasil no início de 2009 e pensa-se que o mesmo acontecerá em Portugal ao longo de 2009. Para que possamos entender o presente é necessário olhar para o passado.

Pretendemos, assim, enquadrar historicamente esta questão, dando particular atenção ao texto pouco conhecido de António Sérgio (1883-1969), *Em torno do problema da “língua brasileira”*, na qual este apresenta a sua posição sobre o assunto, em 1937, nos Cadernos da Seara Nova, Estudos pedagógicos, na sequência do Primeiro Acordo Ortográfico da iniciativa da Academia Brasileira de Letras, aprovado pela Academia das Ciências de Lisboa, em 1931 e publicado no Diário do Governo, nº 120, I serie a 25 de maio. Estas tomadas de decisão deram origem à publicação em 1940 do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa posteriormente aprovado no Brasil, a 29 de Janeiro de 1941.

No contexto da obra de António Sérgio, aquele texto surge depois de um afastamento de sete anos, em Madrid e Paris, para onde fora compelido a exilar-se, após a instauração da ditadura militar, em 1926. Amnistiado em 1933, regressa a Portugal, onde passou a lecionar e a traduzir, sempre com o fito numa reforma mental e económica. A publicação ensaística (*Ensaios*, 8 volumes, 1920-1958) dá-nos disso conta. Durante a década de trinta, colaborou com a *Seara Nova*, aí assumindo um papel de liderança intelectual. Colaborou também no âmbito do grupo da Biblioteca Nacional, na revista *Lusitânia*.

O seu conhecimento da realidade brasileira, de que nos dá testemunho no citado texto, permite-lhe abordar o assunto com facilidade, pois conforme dissemos, esteve no Brasil nos anos 20. Mais tarde, em 1927, dirige a secção luso-brasileira de uma editora e também a secção editorial de um semanário de Paris. Nos anos 30, ainda em Paris, trabalha como tradutor para uma editora brasileira.

*Em torno do problema da “língua brasileira”* tem o formato epistolar dirigindo-se a um estudante brasileiro seu amigo, imaginário ou real, não o sabemos, pois, no texto, não é revelado o seu nome, o que, aliás, é comum nas obras de António Sérgio.

Assume-se, em subtítulo, como um cidadão do mundo e humanista crítico, e é nesta perspetiva que aborda a questão da língua. Das muitas referências a autores portugueses e estrangeiros será talvez curioso notar que, no início, se refere às “verdades de Pero Grulho” (página 9). Recorre à figura quimérica criada por Francisco de Quevedo y Villegas (1580-1645) para justificar a sua abordagem, “lembrando que em tudo quanto é possível pensar há dois aspetos complementares e unidos: o aspeto da diversidade e o da estabilidade; o aspeto da fluência e o da estrutura”. O uso coloquial da expressão “verdades de Perogrullo” (na realidade, uma deformação do nome Pedrogrullo) deve-se à necessidade de expressar aquilo que por evidente e conhecido se considera ocioso enunciar. No que se refere à língua brasileira / portuguesa, António Sérgio assume a posição muito clara, veemente e fundamentada, de que não há razão para um acordo ortográfico.

Mas inicia esta carta a um amigo muito conhecedor da situação, com uma contradição, pois “fala” / escreve propositadamente em brasileiro: “me oiça”, afirmando por outro lado, que na língua brasileira “só os brasileiros têm o direito de intervir”. Desculpa-se com uma atitude de filósofo, crítico, pedagogo e humanista, qualidades que lhe permite emitir opinião.

Desejava, afirma, que “brasileiros e portugueses conversassem sempre de maneira perfeita num idioma escrito que lhes fosse comum” (página 8) e considera que “as guerras dos nossos compatriotas - os seus e os meus – em torno da língua, não serão os de Alecrim e Manjerona; não serão; mas talvez sejam as do Andante e do Alegro (se lhe parecer mais justo) as batalhas do Grave com o Prestíssimo” (página 34), numa clara referência a intervenientes no processo de elaboração do Acordo Ortográfico na época.

Crítica posições anteriores sobre a questão do idioma iminentes de “paixão patriótica”, de “orgulho infantil”, e considerando-as “mascaradas de ciência linguística” e de “imparcialidade científica” (página 8). Aos brasileiros, acusa-os de “brasileirismo exaltado e pouco esclarecido” e, aos portugueses, de “patrioteirismo idiota”. Na página 16, mostra-se aterrorizado por ser de Portugal que alguns pensam que deve vir a lei sobre o idioma escrito

E, na página 12, defende a tese subjacente a esta obra, afirmando que “não haverá, nesse caso, uma língua única de brasileiros e uma língua única de portugueses, mas várias línguas brasileiras faladas e várias línguas portuguesas faladas, - e, ao lado dessas, uma língua luso-brasileira escrita”.

## Atas colóquio da lusofonia –

Dá como exemplo Portugal ter “uma língua literária sua – uma língua escrita – diferente das línguas populares faladas: é a de Camões, a de Vieira, a de Tomaz Gonzaga, a de Herculano, a de Castro Alves, a de José de Alencar, a de Olavo Bilac, a de Machado de Assis” (página 15), “e o Brasil (como todas as nações civilizadas do mundo) possui também uma língua escrita: a de Camões, a de Vieira, a de Tomaz Gonzaga, a de Herculano, a de Castro Alves, a de José de Alencar, a de Olavo Bilac, a de Machado de Assis” (página 16).

Não aceita que “a língua escrita imite a variabilidade das línguas faladas – é tirar-lhe precisamente o carácter próprio” (páginas 18 / 19) e continua: “aproximarmo-nos, ao escrever, de uma língua falada, - é cairmos na regionalice e na dispersão”. Apresenta como exemplo a obra de Fialho de Almeida e Gil Vicente que “moldadas numa linguagem mais viva (e que no tempo o foram) cheiram já a cadáver a um português atual” (página 20).

António Sérgio assume amar a língua escrita por ser “o mais próximo instrumento para a propagação das ideias de mais vasto âmbito, - das mais futuristas e mais progressivas, das mais universalistas e mais audazes, das mais emancipadoras e mais humanas” (página 21).

Define língua falada como não sendo “nunca língua de todo o povo; é de uma região, de uma profissão, de uma classe” (página 22).

E diz pretender que um dia todos “saibam a língua escrita, verdadeiro instrumento de elevação das massas à atitude universalista da superior cultura”.

Mas abre uma exceção para a unificação da língua escrita no que se refere à terminologia técnica. O estado caótico da terminologia técnica portuguesa leva-o a defender “congressos de brasileiros e de portugueses, com carácter oficial, para unificar a terminologia técnica, sendo obrigatórias as decisões para as escolas oficiais dos dois países” (página 33). Na página 34, propõe a liberalização do uso dos pronomes.

Quanto ao sistema educativo, defende o estudo da “literatura da língua portuguesa” e não o da literatura portuguesa, assumindo, mais uma vez, a sua posição de universalista.

Em resumo, podemos afirmar que António Sérgio não defendia o Acordo Ortográfico, o que é corroborado por Idalina Sá da Costa e Augusto Abelaira, na introdução à *Obra Completa, volume Ensaios tomo III* dos clássicos Sá da Costa, edição de 1972, onde afirmam que os textos seguem a ortografia que António Sérgio adotou nos livros publicados posteriormente ao Acordo Ortográfico Luso-brasileiro de 1945. E notam que o autor nem sempre aceitou as regras deste acordo.

31 de agosto 2009

### 32. M<sup>a</sup> MANUELA VENTURA SANTOS E

**MARIA MANUELA VENTURA SANTOS** é Docente do Quadro de Nomeação Definitiva da Escola Secundária Cacilhas-Tejo, da Disciplina de Português e Coordenadora Pedagógica do Centro Novas Oportunidades. É Doutoranda na área de Formação de Professores na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Lisboa. É Mestre em Ciências da Educação, na área de Teoria e Desenvolvimento Curricular. Fez um Curso de Formação Especializada em Orientação Educativa do Instituto Superior de Educação e Trabalho e uma Pós-Graduação em Formação Cívica na Universidade Católica Portuguesa. UID- OPECE- Unidade de Investigação – Observatório de Políticas de Educação e de Contextos Educativos)

### 33. M<sup>a</sup> NEVES LEAL GONÇALVES

**MARIA NEVES LEAL GONÇALVES** é professora auxiliar na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, e professora do Ensino Secundário. É doutora em Ciências da Educação – História da Educação. É investigadora, autora de livros e de diversos artigos e estudos de história da educação. Fez o Curso de Formação Especializada em Administração Educacional na Universidade Lusófona e uma Pós-graduação em Formação Cívica na Universidade Católica Portuguesa

## SINOPSE - TEMA 2.4. A VIAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA – O ENTRECruZAR DE VEREDAS MARIA MANUELA FERREIRA VENTURA DOS SANTOS & MARIA NEVES LEAL GONÇALVES (UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS – UID- OPECE- UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO – OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E DE CONTEXTOS EDUCATIVOS)

Nesta comunicação, partimos do pressuposto epistemológico de que a língua é marcada pelo transitório e pelo devir histórico e que mais do que uma racionalidade científica, são critérios políticos e geoestratégicos que condicionam a delimitação territorial e demográfica de uma determinada língua. Abordamos, num primeiro momento, a origem e evolução do português bem como o papel hegemónico do latim na Europa Ocidental Medieval. Centramos o olhar nas diversas configurações que a língua toma em função das diferentes situações geográficas, históricas e políticas que, conjuntamente, a enquadram e determinam. Num segundo momento, focalizamos a análise na época dos descobrimentos, nomeadamente ao nível da relação interlinguística do português com vários idiomas não europeus, iniciando-se, aqui, a aventura linguística da língua portuguesa, como bem frisou Nebrija, “que sempre a língua foi companheira do império”. É, neste sentido, que nos referimos à inequívoca promoção da língua portuguesa no espaço transeuropeu da navegação. Os monarcas, impulsionadores das descobertas, perceberam, certamente, a língua, como um instrumento indispensável para Portugal se afirmar politicamente, já que ela é ou faz parte do aparelho ideológico, comunicativo e estético da sociedade que a própria língua define e individualiza. Por fim, aludimos ao bilinguismo luso-espanhol desde a época quinhentista até ao Iluminismo. A partir do século XVIII, é explícita a influência francesa, como bem registou Paul Teyssier (1980: 38): “Ainda que rechaçado pelos puristas, o galicismo insinua-se de mil maneiras no vocabulário e na sintaxe do português”.

Priorizámos neste estudo algumas fontes que nos pareceram significativas para o tema em análise, bem como compulsámos diversos autores que abordaram a problemática da língua, considerada por Aquilino Ribeiro “o mais lídimo e precioso de todos os patrimónios”.

### 1. INTRODUÇÃO

“Floresça, fale-se, ouça-se

E cante-se

A portuguesa língua”.

António Ferreira

A língua é marcada pelo transitório e pelo devir histórico devido à permanente mobilidade dos indivíduos e à contingência das comunidades. Assim, a divisão e delimitação territorial e demográfica das línguas, distinguindo idiomas e variedades regionais, são muitas vezes determinadas por critérios políticos e geoestratégicos, sem cuidar de razões ou consensos científicos (Silva, 1988, Verdelho, 2008). O conceito de língua é, pois, entendido por “algum tipo de noção política, não-linguística” (Chomsky, 1982: 29), isto é, a partir de fatores históricos e políticos. Para abordarmos a questão da língua portuguesa, temos que centrar o olhar nas diversas configurações que ela toma nas diferentes situações geográficas, históricas e políticas em que ocorre (Silva, 1988: 64). Paul Teyssier, no encerramento do Congresso sobre a situação atual da língua portuguesa no mundo, reunido em Lisboa em 1983, afirmava: “É uma realidade original que não é do tipo nacional, já que abrange sete nações situadas na Europa, na América e na África, nem do tipo étnico, já que o português é usado por homens de todas as raças e origens, nem tão-pouco, por razões óbvias, de tipo económico, nem de tipo religioso” (Teyssier, 1985: 46).

Em cada momento, a história cultural - e sociológica – do homem coloca a sua «Questão da Língua». Ora, a profunda relação que existe entre «Questão da Língua» e todas as «questões» que abalam com maior ou menor força o edifício sociocultural é, certamente, a mesma profunda relação que existe entre a língua em si própria e os outros elementos da estrutura social. A língua é, ou faz parte, do aparelho ideológico, comunicativo e estético da sociedade que a própria língua define e individualiza (Buescu, 1983).

São diversos os fatores que concorrem para a evolução da língua, desde a psicologia dos povos, ao território, às condições de vida, ao estado da civilização, e sobretudo o substrato (língua preexistente) e o superstrato (língua ou línguas supervenientes).

## 2. A ORIGEM E EVOLUÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Como se sabe, o indo-europeu fracionou-se nos seguintes dialetos: itálico, germânico, báltico, celta, albanês, helénico ou grego, arménio e indo-irânico. Tornaram-se? [línguas independentes e faladas na Europa, à exceção do basco, do turco e do grupo ugro-fínico (finlandês, estoico e húngaro).

O latim foi a língua falada numa pequena região da província do Lácio, fundada em 763 a.C. e expandiu-se por toda a Itália, sendo o Império Romano, um instrumento da sua civilização. O português é, como refere (Silva, 1988: 63), “um dos rebentos, nascido do contacto do Latim com as línguas de populações autóctones ou não que viviam no extremo ocidente da Europa, e que foram subjugadas pelo Império de Roma”. O latim - que esteve muito tempo sem ser língua escrita - só aparece no século III a. C. com duas variantes: o latim clássico, culto ou erudito e o latim popular ou vulgar. Foram os soldados romanos, que trouxeram, ao desembarcarem na Península Ibérica em 218 a. C, o latim vulgar e, curiosamente, todos os povos peninsulares, com exceção dos Bascos, adotam o latim, como língua.

Em 409, invasores germânicos – Vândalos, Suevos e Alanos – afluem ao Sul dos Pirenéus, seguidos, mais tarde pelos Visigodos. Estas invasões só terminaram em 711 com a invasão muçulmana que se prolongou em Portugal até ao século XIII. E, naturalmente, todos estes povos deixaram vestígios na língua portuguesa, designados por superstratos. A mais marcante foi a árabe, cuja vivência interlinguística se repercutiu na memória lexical portuguesa por uma herança moçárabe abundante e muito abrangente sob o ponto de vista semântico, incluindo o seu universo de referência da vida quotidiana, factos e produtos da agricultura, da atividade artesanal, da administração pública e também designações toponímicas (Verdelho, 2008: 30). A preocupação de traduzir para português algumas designações árabes, transparece, por exemplo, no manuscrito de Valentim Fernandes: “Esta vila se chama Alcácer Seguer que quer dizer castelo pequeno, porque alcácer quer dizer castelo e seguer quer dizer pequeno por arabigo” (cit., por Verdelho, 2008: 31). Sem dúvida alguma que a invasão muçulmana e a Reconquista são acontecimentos determinantes na formação das três línguas peninsulares - o galego-português a oeste<sup>142</sup>, o castelhano no centro e o catalão a leste. Estas três línguas foram levadas para o Sul pela Reconquista (Teyssier, 1982: 5-6). O latim era hegemónico na Europa Ocidental Medieval, como bem observou Bloch (1961: 77) “o latim não era só a única língua em que se ensinava, mas a única língua que se ensinava”. E esta hegemonia era tão visível ao ponto de 77% dos livros impressos na Europa antes de 1500 serem todos em latim. Em Paris, no ano de 1501, 88 edições impressas estavam em latim e apenas 8 em língua francesa (Anderson, 1993: 38). Contudo, depois de 1640, era cada vez menor o número de livros que se publicavam em latim e cada vez maior o número de publicações em língua vernácula (Anderson, 1993: 38). A título meramente exemplificativo, refira-se que a correspondência de Descartes (1596-1650) e de Pascal (1623-1662) estavam em latim, se bem que a de Voltaire (1694-1778) se encontrasse já em francês.

A queda do latim, em finais do século XVII, “era ejemplo de un proceso más amplio en el que las comunidades sagradas, integradas por antiguas lenguas sagradas, gradualmente se fragmentaban, pluralizaban y territorializaban” (Anderson, 1993: 38).

## 3. EVOLUÇÃO DO GALAICO-PORTUGUÊS

Portugal emerge como nação de língua agrafa<sup>143</sup>, e o latim era o veículo oficial escrito. Seria também falado em situações de formalidade, tanto religiosa como leiga. Contudo, o galaico-português vai recobrando pouco a pouco toda a parte central e meridional do território português quer com a Reconquista quer com o «repovoamento» de novos habitantes vindos do norte. E, progressivamente, vai sofrendo uma evolução gradativa, transformando-se no Português. Por volta de 1350 - período em que se extingue a escola literária galaico-portuguesa - separa-se do galego por uma fronteira política, como acentua Teyssier (1980: 6).

A partir da segunda metade do século XIV, constata-se a sedimentação progressiva duma língua escrita portuguesa. E, neste sentido, traduzem-se e reproduzem-se documentos literários e paraliterários. Em 1536, o gramático, Fernão de Oliveira, face à sedimentação da língua portuguesa, disserta já sobre a sua variação social, regional e etária:

“E, porém, de todas as palavras, ou são gerais a todos, como Deus, pão, vinho, céu e terra ou são particulares e esta particularidade ou se faz entre ofícios e pratos, como os cavaleiros que têm uns vocábulos e os lavradores outros, e os cortesãos outros e os mercadores outros. Ou também se faz em terras esta particularidade, porque os da Beira têm umas falas e os do Alentejo outras e os homens da Estremadura são diferentes dos de Entre Douro e Minho, porque, assim como os tempos, assim também as terras criam diversas condições e conceitos. E o velho, como tem o entender mais firme, com o que mais sabe, também suas falas são de peso, e as do mancebo, mais leves” (Oliveira, 1974: 121).

## 4. A LÍNGUA PORTUGUESA E OS DESCOBRIMENTOS

A estratificação social e a conseqüente diversidade linguística na Lisboa quinhentista - ratinhos<sup>144</sup>, mouriscos, judeus, negros escravos<sup>145</sup> - contribuem decisivamente para o enriquecimento lexical do Português. O escritor quinhentista, Frei Heitor Pinto, sobre a capital do reino no tempo das descobertas, escreve lapidar e metaforicamente: “era uma praça e feira de todo o universo, e o porto de Belém a boca desta praça” (cit., por Neto, 1952: 453). Por sua vez, desde o século XV, o português, ao confrontar-se com o universo linguístico transeuropeu, incorporou o léxico de muitos idiomas legitimando o axioma antigo de Nebrija “que siempre la lengua fue compañera del imperio” (cit. por Verdelho, 2008: 11). A relação interlinguística do português com várias línguas não europeias é atestada por diversos cronistas, de que destacamos Gomes Eanes de Zurara. “Entre estes mouros havia desvairados linguagens, ca uns eram de gazulla, outros de xerquia, outros de mallaga, pero todos eram mercadores ou servidores deles” (Zurara liv 2 cap. 16, cit. por Verdelho, 2008: 11).

De facto, quem integrou, *grosso modo*, as armadas portuguesas foi, por um lado, uma plêiade de missionários e, por outro, europeus cultos como Tomé Pires, Garcia de Orta, Camões, Fernão Lopes de Castanheira, Fernão Mendes Pinto e Diogo do Couto. Tanto uns como outros coligiram as drogas da Índia, deram notícia das viagens, das violências e dos naufrágios, das terras, das gentes e dos usos, das religiões e das linguagens. É que “ao leme das naus, a língua foi muito além dos marinheiros que a levaram” (Verdelho, 2008: 55). E isto porque os portugueses que promoveram o convívio da língua portuguesa com as línguas do mundo recém-descoberto levaram com eles a cultura e a ciência humanista. Muitos deles tinham estudado as três artes liberais - a gramática, a retórica e a dialética - eram «bons latinos» e estavam preparados para “interpretar a variedade e a universalidade da comunicação humana pela palavra” (Verdelho, 2008: 54). Esta dinâmica renovadora da língua portuguesa nos descobrimentos foi, aliás, bem captada, no século seguinte, mais precisamente em 1669, por Frei Manuel do Sepulcro: “E não há dúvida que maior mudança fez a língua portuguesa nos primeiros vinte anos do reinado de Dom Manuel, que em cento e cinquenta anos daí para cá: como o vemos pelos escritos, em verso e prosa, de uns e outros tempos” (Sepulcro, 1921: 11).

A promoção da língua portuguesa no espaço transeuropeu da navegação parece ter sido, desde o rei D. João II, um desígnio político ao ponto de uma tipografia ter sido instalada em Goa em 1556 e terem sido criados, pelos jesuítas e outras ordens religiosas, colégios, seminários e conventos. Nestes estabelecimentos de ensino, os idiomas nativos emparceiravam com as línguas portuguesa e latina em manuais didáticos.

João de Lucena, na obra *História da vida do padre Francisco Xavier*, refere que este padre, por volta de 1548, incumbiu o padre Francisco Henrique a estudar a língua dos naturais de Malabar:

“Desejando habilitar ainda nesta parte os instrumentos da divina palavra, quanto fosse possível, ordenou ao padre Francisco Henriques, a que sentiu mais aplicação, e talento, reduzi-se a arte, a língua Malabar, como ainda a latina, com suas declinações de nomes, e pronomes, conjugações de verbos, géneros, pretéritos, e todas as mais regras de gramática (...).O padre Francisco Henriques aprendeu em menos de seis meses a falar, e a ler, e escrever as próprias letras e caracteres da terra, e em breve tempo saiu com a arte e vocabulário da língua com espanto dos naturais” (Lucena, 1600: 367).

<sup>142</sup> Já vem dos romanos o englobar do noroeste peninsular em uma única divisão administrativa, a *Gallaecia*.

<sup>143</sup> Línguas agrafas: as línguas humanas, também chamadas de línguas naturais.

<sup>144</sup> Gentes das Beiras e do Norte.

<sup>145</sup> Entre 1486 e 1493 chegaram 3589 negros. Entre 1511 e 1513, 2996. No reinado de D. Manuel constituíam 10% da população de Lisboa (Azevedo, 1978:73).

## Atas colóquio da lusofonia –

A interação linguística parece ter sido considerável, a avaliar, por exemplo, pelo título desta cartilha em tamul e português, publicada em Lisboa em 1554: *Cartilha que contem brevemente o que todo o cristão deve aprender para sua salvação. A que el-rei dom João II deste nome nosso senhor mandou imprimir em língua Tamul e português com a declaração de tamul por cima de vermelho.*

### 5. A INFLUÊNCIA ESPANHOLA E FRANCESA

Entre meados do século XV e fins do século XVII, a corte portuguesa era bilingue e o espanhol serviu como segunda língua para todos os portugueses cultos. Se os casamentos dos reis com princesas espanholas tiveram como efeito uma certa «castelhanização» da corte, os 60 anos de dominação espanhola acentuaram esta impregnação linguística.

Vários autos de Gil Vicente integram personagens que se exprimem em castelhano (*Auto da Índia*) ou peças escritas em castelhano (*Monólogo do Vaqueiro*). Outros escritores portugueses quinhentistas, como Camões e Sá de Miranda, escrevem também em espanhol. Jorge de Montemor, o autor de *Diana*, hispaniza mesmo o seu nome em Montemayor e abandona completamente a língua portuguesa. Em oposição, António Ferreira (1528-1569) manifesta uma certa forma de patriotismo linguístico recusando-se a escrever em espanhol. São dele estes versos paradigmáticos da apologia da língua portuguesa:

*“Floresça, fale-se, ouça-se  
E cante-se  
A portuguesa língua”.*

A partir do século XVIII, o espanhol deixa de desempenhar o papel de segunda língua de cultura, que passa então a ser exercido pelo francês. Teyssier (1980: 38) sublinha primorosamente: “Ainda que rechaçado pelos puristas, o galicismo insinua-se de mil maneiras no vocabulário e na sintaxe”.

### CONCLUSÕES

O que vimos expondo, permite-nos concluir que a realidade da noção de língua portuguesa pertence, mais do que ao domínio linguístico, ao domínio da história, da cultura e, em última instância, da política. Como a língua é um diassistema, no qual se inter-relacionam diversos sistemas e subsistemas, à medida que essas dimensões, com o decorrer dos tempos e das gerações, forem variando, será certamente expetável que a extensão da noção de língua portuguesa varie também (Raposo, 1984: 592).

Ao longo dos tempos, a língua foi, pois, um dos instrumentos indispensáveis para Portugal se afirmar face ao poder, não só político, como linguístico (castelhano). A difusão da imprensa e a produção de Cartilhas, ou «Cartinhas», Gramáticas, textos religiosos e morais foram mecanismos importantes para assegurar o seu domínio nas terras recém-descobertas.

Sendo a língua um instrumento que faz parte do aparelho ideológico, comunicativo e estético da sociedade, são diversos os fatores que concorrem para a sua evolução diacrónica e sincrónica.

É, como já referimos, de origem acentuadamente latina, como escreve poeticamente Camões:

*“Sustentava contra ele Vénus bela,  
Afeiçoada à gente Lusitana,  
Por quantas qualidades via nela  
Da antiga tão amada sua Romana;  
Nos fortes corações, na grande estrela,  
Que mostraram na terra Tingitana,  
E na língua, na qual quando imagina,  
Com pouca corrupção crê que é a Latina”<sup>146</sup>  
(Os Lusíadas, canto III).*

E Olavo Bilac que definia desta forma metafórica e polissémica a língua portuguesa, acentua também, metonimicamente, a sua origem latina:

*“Última flor do Lácio, inculta e bela,  
És a um tempo, esplendor e sepultura:  
Outro navio que na ganga impura  
A bruta mina entre os cascalhos vela...  
Amo-te assim desconhecida e obscura,  
Tuba de alto clangor, lira singela,  
Que tens o troar e o silvo da procela,  
E o arrollo da saudade e da ternura!  
Amo o teu viço agreste e o teu aroma  
De virgens selvas e de oceano largo!  
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,  
Em que da voz materna ouvi: «meu filho!»  
E em que Camões chorou, no exílio amargo,  
O génio sem ventura e o amor sem brilho!”<sup>147</sup>  
(Tarde, 1919).*

Com efeito, a vivência interlinguística repercutiu-se na memória lexical portuguesa pelos diversos povos que invadiram a península e que deixaram vestígios de vária ordem, nomeadamente linguística e semântica.

Os descobrimentos constituíram um momento curial para a língua portuguesa que, ao confrontar-se com o universo linguístico transeuropeu, incorporou o léxico de muitos idiomas. Vergílio Ferreira definiu bem esta vocação portuguesa quando sinalizou magistralmente “da minha língua vê-se o mar”. É que a língua possibilita, quando é transcontinental como a Portuguesa, unir os povos. E Alfredo Margarido sustenta, a este respeito, a ideia de que Portugal pode recuperar a grandeza de outrora através da sua língua: “Portugal passou a ser um país pequeno, mas dispondo de um agente específico, a língua portuguesa, que lhe permite recuperar a sua *grandeza*” (Margarido, 2000: 28).

Para finalizar, socorremo-nos da autoridade e da expressividade das palavras de Verdelho (2008: 44) que acentua o caráter transitório e evolutivo da língua portuguesa: “Diversa e una, em momento de liberdade, revendo criticamente a coerção normativa homogeneizadora, dominante outrora, sempre a esgueirar-se por frestas académicas, aventura linguística que se definiu historicamente com Afonso Henriques no século XII continua o seu percurso e se afirma como uma das línguas mais usadas no mundo”.

### BIBLIOGRAFIA

Anderson, Benedito (1993). *Comunidades imaginadas*. México: Fondo de Cultura Económica.  
Azevedo, Lúcio de (1978). *Épocas de Portugal económico. Esboços de história*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.  
Bloch, Marc (1998). *História e Historiadores*. Lisboa: Teorema.

<sup>146</sup> Os itálicos são nossos.

<sup>147</sup> Os itálicos são nossos.

- Buescu, Maria Leonor Carvalho (1983). *O estudo das línguas exóticas no século XVI*. Lisboa. Instituto de Cultura Portuguesa.
- Chomsky (1982). *Reflections on Language*. New York: Pantheon Books.
- Emiliano, António Henrique de Albuquerque (2003). *Latim e romance na segunda metade do século XI*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Lucena, João de (1600). *História da vida do padre Francisco Xavier*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, p. 367. (Ed fac-similada, Lisboa, 1952).
- Margarido, Alfredo (2000). *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa: Ed. U.
- Neto, Serafim da Silva Neto (1952). *História da língua portuguesa*. Rio: Livros de Portugal.
- Oliveira, Fernão de (1974). *A gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura atualizada e notas por M. L. C. Buescu. Lisboa: IN / CM.
- Raposo, Eduardo Paiva, (1984). "Algumas observações sobre a noção de "língua portuguesa", *Boletim de Filologia*, 29, 592.
- Sepulcro, Frei Manuel do (1921) "Refeição Espiritual". In *Paladinos da Linguagem*, 2.º vol., Lisboa: Aillaud e Bertrand.
- Silva, Rosa Virgínia Mattos (1988). "Diversidade e Unidade: A Aventura Linguística do Português" (1988). *Revista ICALP*, 11, 60-72.
- Teyssier, Paul (1982). *História da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Verdelho, Telmo (2008). *O encontro do português com as línguas não europeias*. Lisboa: BNL.

#### 34. MÁRCIA ENCARNAÇÃO

**MÁRCIA REGINA TEIXEIRA DA ENCARNAÇÃO**, da Universidade de São Paulo e da UNIESP - Brasil é Professora universitária, bacharel em Letras, com mestrado em Linguística e doutoranda em Semiótica e Linguística Geral na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil. Membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Membro do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL) e Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Dialectologia e Geolinguística (GPDG-USP), que tem como objetivo, desenvolver atividades que possibilitem a reflexão e a discussão sobre tópicos de Dialectologia e Geolinguística. O GPDG é cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência do Ministério da Ciência e Tecnologia, destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país. Autora de diversos artigos completos publicados em periódicos científicos, em anais de congressos nacionais e internacionais e em revista eletrônica de divulgação científica de língua portuguesa, linguística e literatura.



SINOPSE - TEMA 2.6. UM BREVE ESTUDO DO LÉXICO CONSERVADOR PRESENTE NO FALAR ILHÉU DO DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA, LITORAL DE SANTA CATARINA - BRASIL  
MÁRCIA REGINA TEIXEIRA DA ENCARNAÇÃO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO / UNIESP

#### Sinopse

Segundo Soares (1979), o falar ilhéu de Santa Catarina, “ (...) tem o som cantado português que sonoriza melodiosamente com o vocábulo como no Minho, no Douro, Trás-os-Montes e, de modo particular, nos Açores. O nativo ilhéu ainda usa, em pleno curso, e com significado original, palavras lusitanas do século XVI, que podem, aos de fora, parecer estranhas e inusitadas”.

Instigado por essa afirmação, esse trabalho de pesquisa traz como objetivo uma breve descrição do falar conservador dos habitantes das comunidades do distrito de Santo Antônio de Lisboa.

A sede deste Distrito, de raízes açorianas, está situada na parte oriental da Ilha de Santa Catarina, sendo que dele fazem parte as localidades de Cacupé, Sambaqui, Barra do Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa. É provável que os primeiros açorianos tenham chegado por volta de 1689, mas a colonização só teve início efetivo no século XVIII. Desenvolveu-se como um tradicional vilarejo de pescadores e ainda hoje preserva as tradições e costumes dos imigrantes provindos dos Açores aí radicados, graças ao isolamento em que viveu nos últimos tempos. Essa preservação pode ser vista na apresentação de festas religiosas, de danças folclóricas, como a dança do boi-de-mamão e, na herança linguística, percebida no vocabulário e no modo de falar de seus habitantes.

O tema desse trabalho justifica-se pela urgência em registrar os fatos linguísticos antes de ocorrer por completo o nivelamento da linguagem, tendo em vista os padrões urbanos que se tornam atração constante, principalmente entre os jovens. Esse registro trata a língua como veículo de comunicação, informação e expressão de uma cultura que por ali se firmou, refletindo as características culturais de um povo, reconhecido pela sua identidade, confirmando que fatos linguísticos se permeiam com fatos históricos.

#### Introdução

Vilela (1994:6) afirma que:

O léxico é a parte da língua que primeiramente configura a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico duma comunidade. Avanços e recuos civilizacionais, descobertas e inventos, encontros entre povos e culturas, mitos e crenças, afinal, quase tudo, antes de passar para a língua e para a cultura dos povos, tem um nome e esse nome faz parte do léxico. O léxico é o repositório do saber linguístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo. Um saber partilhado que apenas existe na coincidência dos falantes duma comunidade.

Reitera-se que a natureza dos estudos de base lexical, por sua natureza básica, seja a de estabelecer, organizar e veicular os signos na relação do homem com o mundo que o rodeia, e assim, instrumentam um maior e melhor conhecimento da língua falada, ao mesmo tempo em que nos propiciam o reconhecimento das diferenças culturais que compõem a realidade de um mesmo país.

## Atas colóquio da lusofonia –

Segundo Houaiss (1991), as línguas são fatos sociais, históricos e culturais, naturais e históricos e se registram como tal. Contribuem para formação da identidade cultural de povos e de nações integrando-se e interagindo conhecimento de mundo, dentro do que é dado como unidade e diversidade – espaço aberto para produção e registro de um saber.

Toda língua, seja qual for a sua natureza, passa a veicular situações de uso, refletindo as características culturais de um povo, reconhecido pela sua identidade e pela possibilidade de se definir no contexto mundial. A palavra torna-se fonte de produção de conhecimento. Abre-se para a descrição e definição das relações da língua no eixo da interação comunicativa. Revela o modo de ser do grupo que dela se utiliza, reconduzindo o universo social e político de sua história. Marca, em consequência, o jeito de pensar o mundo.

O tema deste trabalho de pesquisa justifica-se por diversas razões. Primeiro, porque é comum acontecer o desaparecimento gradativo dos falares regionais. Depois, e em consequência disso, ocorre a aceleração do processo de nivelamento da linguagem, tendo em vista os padrões urbanos que se tornam atração constante, exercida pela cidade grande. Também se torna urgente resgatar a cultura açoriana que ainda subjaz nessas localidades, pois conhecendo a sua formação histórica e cultural, os habitantes poderão rever a própria realidade, no sentido de aprender a amá-la e valorizá-la, descobrindo-se nela e por ela.

Silva Neto (1957) diz:

Que se fiquem os manuscritos, não importa; o que, sim, importa, é salvar o que daqui a pouco já não poderá salvar-se. As tradições regionais são testemunhos da história de um país, que devem respeitar-se como qualquer documento histórico de valor. Daí a necessidade e, mais do que isso, a urgência da recolha dos traços culturais que são, a bem dizer, o retrato de um povo, a sua personalidade coletiva.

### A natureza social da linguagem

As pesquisas linguísticas contemporâneas demonstram que a variação é um fato explicável a partir da natureza da comunicação humana e, de forma concreta, a partir da natureza variável das circunstâncias que cercam o fato linguístico.

Em diferentes países, de uma forma geral, houve um momento em que os estudos linguísticos privilegiaram os fatos da língua em relação ao sistema linguístico, em unidisciplinariedade. Mais tarde, verificou-se que os estudos da linguagem e das línguas exigiam interdisciplinaridade e, muitas vezes, multi e transdisciplinaridade. Dessa forma, os linguistas que privilegiam os fatos sociais em seus estudos passam a diferenciar os fatos da língua em relação a seu sistema, desses mesmos fatos em relação à sociedade, abrindo espaço para os estudos sociolinguísticos; o mesmo ocorre com a relação língua e cultura, para os estudos etnolinguísticos.

A variação linguística está inscrita nos usos que são feitos da língua e por princípios de constâncias, em que, dentre todas as variedades, uma das mais conhecidas é a variedade geográfica. Os estudos dialetais realizados demonstraram que os usuários de um dialeto podem representar, por diversas razões, um subconjunto de povoação com características sociais específicas dentro da comunidade global.

Nesse sentido, afirma-se que a principal função da língua é permitir a comunicação em sociedade, considerando que tanto a língua quanto a sociedade são estruturas que mantêm relação entre si, sem haver uma simples recopilação de unidades. Assim, demonstra a sistemática covariação entre a estrutura linguística e as relações interpessoais e assume a existência de uma variedade linguística social para essas comunidades que vivem na região estudada. Para tanto, apresenta essas variações do ponto de vista geográfico, étnico e histórico.

É reconstruindo a história sobre as localidades pesquisadas que se busca mostrar uma variedade social, como um subdialeto dessa região.

### O povoamento açoriano no Sul do Brasil

Para que se possa entender a herança sócio-linguística-cultural deixada pelo povo açoriano na formação da sociedade brasileira, é preciso conhecer um pouco desta história.

A história da região de Santo Antônio, anterior à ocupação de origem europeia, não deixou resquícios escritos nem na memória, pois os sambaquis da região ainda não foram estudados de modo a nos oferecer dados concretos de como viviam os primeiros habitantes desta terra.

O nome da localidade foi dado em homenagem a Santo Antônio de Lisboa, também chamado de Coimbra ou de Pádua, mas também foi conhecida como Rerituba, devido à abundância de ostras na região.

Sabe-se que, ao primeiro Governador da Capitania de Santa Catarina, Brigadeiro José da Silva Paes, coube a missão de fortificar pontos estratégicos do litoral para garantir a posse do território reclamado pelas coroas de Espanha e Portugal e, segundo o relato de Fortes (1932:21), o governador enviou a Portugal o seguinte pedido: “ao seu rei que mandasse vir do Arquipélago Açoriano alguns casais de Ilhéus daquela gente inigualável para a missão de radicar nas terras novas a consciência lídimamente portuguesa que elas exigiam”. Ou seja, precisava com isso, não só uma medida para o assentamento de um povo, mas também de uma delimitação de fronteira no sul do Brasil.

Fortes (1932) afirma ainda que foi “um concerto de circunstâncias felizes”, pois, com a emigração, o governo português solucionava o problema econômico dos Açores, povoava “rapidamente e com eficiência de número, as terras onde urgente se tornava a fixação de seu predomínio” e também fazia a “felicidade dos povos que se ia criar e incrementar”. Para isso foram selecionados colonizadores “pelos seus antecedentes morais e étnicos”.

Em 1746, a Provisão Régia abre o alistamento nas Ilhas e oferece vantagens aos açorianos que desejassem migrar para o litoral meridional do Brasil. Entre 1748 e 1756, os imigrantes espalharam-se pelo litoral catarinense, estabelecendo-se principalmente na Ilha de Santa Catarina. A seguir, apresentaremos, segundo historiadores, um quadro comparativo entre os números de açorianos chegados a Santa Catarina.

**TABELA 1: Quantidade de açorianos migrados para Santa Catarina segundo os autores**

Autor	Quantidade de transportados
BRITO (1829)	2.627
ALMEIDA COELHO (1877)	4.024
MATTOS (1917)	4.021
FORTES (1932)	5.545
BOITEUX (1953)	4.893
CABRAL (1950)	4.525
PIAZZA (1992)	6.000

Fonte: FERREIRA (2006)

Percebe-se que os números variam muito de um autor para outro. Mais tarde, admite-se que os números que mais se aproximavam da realidade eram os coletados por Piazza (1992) em fontes primárias nos arquivos açorianos.

### Localização do Distrito de Santo Antônio de Lisboa

Localizada na porção centro-noroeste, foi a primeira freguesia da Ilha de Santa Catarina. A área do Distrito de Santo Antônio de Lisboa é de 22,45 km<sup>2</sup>.

A sede deste Distrito está situada na parte oriental, sendo que dele fazem parte as localidades de Cacupé, Sambaqui, Barra do Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa. A população é de 5.367 habitantes e a densidade demográfica é de 239,1 habitantes / km<sup>2</sup>.

## Atas colóquio da lusofonia –

Destacava-se das demais por ter porto próprio, estrategicamente situado, favorecendo com isso o comércio entre o norte da ilha e o porto de Desterro. O traçado urbano seguiu o modelo das vilas portuguesas, construídas a partir de uma ou duas ruas principais paralelas ao mar e, entre si, algumas transversais, com uma praça central ladeada pela igreja, pela cadeia e pela intendência.



Localização de Florianópolis no Brasil

fig. 1: Recorte geográfico.

Fonte: FERREIRA (2006)

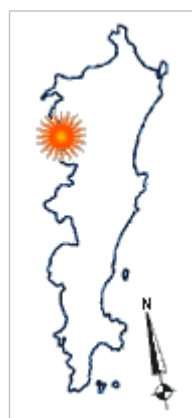


fig. 2 Localização do Distrito de Santo Antônio de Lisboa na cidade de Florianópolis.

Fonte: FERREIRA (2006)

### O falar do Manezinho da Ilha

Nota-se que, o homem do litoral, dentro de seu espaço físico, possui um linguajar singular à região. Graças ao isolamento que sofreu, este lugar é repleto de elementos passíveis de serem submetidos a análises, tanto de caráter semântico-lexical como também sociolinguísticos. Ele recebe o nome de “manezinho da Ilha” e, segundo Cascaes (1981), atualmente, na região florianopolitana, a palavra *manezinho* veicula mais de um sentido. Estes sentidos variam, naturalmente, de acordo com a relação do indivíduo com a sociedade e com a história. Nos meios em que circulam indivíduos nascidos e criados na Ilha, o uso da palavra ainda se reveste de uma forte carga pejorativa. Porém, o mesmo indivíduo, em contato com pessoas julgadas estrangeiras ao local, pode eventualmente dizer: *Sou Manezinho*, para explicitar suas origens e sua ligação com o meio. Afirma ainda que “No interior da Ilha, o termo ainda pode ser tomado como ofensivo, quando empregado no seio destas comunidades”.

Para este trabalho de pesquisa, fizemos um estudo com quatro lexias de alta frequência que determinam a norma da região. Ao estudar o léxico, estaremos nos referindo ao

conjunto de *leituras* (*sememas*) em que se estrutura o espaço conceitual da língua. Neste estudo, a língua é vista como um instrumento de expressão cultural e de intercomunicação social. Toda alteração semântica é considerada fruto das mudanças históricas e socioculturais que atuam numa comunidade e ainda, das influências que essas mudanças exercem sobre as características funcionais de um dado sistema linguístico.

### ARENKA

De acordo com Guérios (1979), significava, outrora, “fala, discurso, conferência”, e porque, frequentemente, se abusa do auditório, **arenga** passou a significar “discurso fastidioso, difuso”, isto é, passou a ter sentido pejorativo.

O vocábulo provém do gótico *harihringn* (com haplogogia), “reunião (*hrings*) do exército (*hari*)” para discutir assuntos militares. Passou, depois, a significar tão só “reunião” e daí “conferência, alocução, discurso” e foi muito usado no âmbito jurídico.

Morais (1922) registra no seu dicionário a frase feita “ter arengas com alguém”, isto é, “ter longas razões com alguém”, “discutir demoradamente”. Diz ainda que **arenga** veio também a ser “fala ou conversa ininteligível”.

Em regiões de Portugal, **arenga** → trabalho enfadonho.

Brasil -> mexerico, intriga, enredo.

De **arenga** se fez **arengar** → discursar, arrazoar.

De **arenga + -ada**, se fez **arengada**, que no Brasil segundo Ferreira (2001), quer dizer conversa longa, fastidiosa, lenga-lenga.

Na fala coloquial do Brasil, **arengar** significa também ato de implicar, criar confusão com outra pessoa

Exemplos:

“-Toin deixe de arengar com seu irmão !”

”-Não suporte os meninos da minha sala, eles gostam de arengar”.

Brasil → [Lula orienta PT a não trepidar com arenga golpista contra Renan](http://rizzolot.wordpress.com/2007/06/29/lula-orienta-pt-a-nao-trepidat-com-arenga-golpista-contra-renan/) <http://rizzolot.wordpress.com/2007/06/29/lula-orienta-pt-a-nao-trepidat-com-arenga-golpista-contra-renan/>

Portugal → **Arenga sobre Hinos (e até sobre a Europa)**

### CORRICAR

Formado pelo radical de **correr + -icar**, este verbo significa “correr a passo miúdo; andar ligeiro”. De acordo com Guérios (1979), trata-se ou de formação vernácula como diminutivo de **correr** ou de um latim vulgar *curriccare*, com sufixo *-icare* (com *-i-* longo e geminação expressiva). O mesmo sufixo, mas com o *-i-* breve sem geminação expressiva, acha-se em *excurriccare*, donde surgiu o português **escorregar**.

Em regiões de Portugal → andar muito apressadamente, mas sem chegar a correr;

No Brasil → andar de um lado para outro, perambular, vagabundear.

Temos, ainda, formado por **corrico + -ar** → **pescar de corrico**, em que, segundo Ferreira (1986), **corrico** é uma modalidade de pescaria de anzol que consiste em o pescador imprimir à canoa a máxima velocidade, deixando a linha estendida à tona da água para que o peixe seja atraído pelos saltos da isca e venha prender-se ao anzol; pescaria de **corrico**. Possui a variação **corripo**. Exemplos:

Portugal → **CORRICO DIURNO**

**As amostras de corrico noturno poderão ser aplicadas durante o dia, enquanto estas amostras que a seguir se apresentam, não se aplicam para a pesca noturna.**



O **corrico na Foz do Arelho** (e noutras rias, estuários e lagoas deste nosso Portugal) é uma pesca adequada a quem gosta de estar “dentro” do mar, sentir a ondulação por vezes até ao peito, andar à procura do peixe e atravessar para bancos de areia isolados onde o homem se envolve com a natureza de forma apaixonante.

Brasil →

**Corrico próximo à costa, velocidade, distância das iscas, dicas em geral.**

#### **DEFENDER**

Significa “Preservar, proteger”, e possui também o sentido de “proibir”, mormente na linguagem arcaica.

Segundo Guérios (1979), o sentido de “proibir” é anterior ao de “proteger”, visto como o significado primitivo do latim *deféndere* era “afastar, repelir, rechaçar”, donde “proibir”. Provém do latim:

*defendere bellum* → **repelir** a guerra;

*defendere uim* → **evitar** a força;

*defendere frigus* → **livrar** do frio

Os verbos **repelir** ou **evitar** ou o **livrar** trazem, como consequência, a ideia de **proteger**, pois há uma semelhança por mudança de função e essa transferência possui, para a semântica, um caráter mais objetivo que as baseadas em semelhança de efeito perceptivo ou emotivo.

Dessa forma, *deféndere* passou a ter também o sentido de “proteger”. Mas, no português arcaico era muito comum o uso no sentido de “proibir”, conforme aparece em Gil Vicente, no Auto da História de Deus (1527):

**“Fructa da arvore sancta per Deus defendida”.**

Este sentido, ainda vige em **defeso** → **proibido**

Brasil → **“O Ibama do Pará definiu os três períodos de defeso do caranguejo-uçá em 2008”.**

Portugal → **“Começa na baliza, passa pela defesa e meio-campo e termina na linha avançada. ... e o defeso promete ser intenso para os principais craques portugueses.” ...**

E ainda:

**Armas defesas** → armas proibidas;

**Lugar defeso** → lugar proibido.

**É defeso** → Nos termos e nas expressões jurídicas, esta expressão aparece em vários artigos e aplica-se no sentido de proibido, vedado.

Brasil → **Dispõe o artigo 460 do CPC: “é defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi condenado”.**

#### **EM BOA HORA, EMBORA**

A superstição de que na vida existem horas boas e horas más, acha-se documentada na língua portuguesa, pelo menos desde o séc. XV, originariamente nas locuções **em boa hora, em má hora ou em hora má**, e, a custo de muito uso, foram abreviadas em **embora, aramá, eramá, ieramá**.

Exemplos:

Gomes Eanes de Zurara (1410-1474) : **“Que dissesse em boa hora o que lhe aprouvesse”.**

Bernardim Ribeiro (1482? — 1552?): **“Amador, pois que te vás, as boas horas vam contigo, Comigo fiquem as maas...”**

Gil Vicente (1465 — 1536) : **“Paga-lho seu, va-se embora ou ma ora...”**

Provérbios:

**“Em má hora nasce, quem má fama cobra”.**

**“Em bons dias boas horas”.**

Em Pero da Ponte, trovador do século XIII, há o registro de em **forte hora**, como sinônimo de **em má hora**.

Em vista da circunstância que exprimia, portanto era um advérbio, **embora** passou a ser conjunção concessiva, porque se empregava também para “detonar que se concede a possibilidade do fato ou que o indivíduo que fala não se opõe ao seu cumprimento.”

Gil Vicente → **“Ria embora quem quiser, que e em meu siso estou”.**

Pe. Vieira (1608-1697) **“Mateme embora, contanto que seja imperador”**

De acordo com Ferreira, **embora** vem de “ em boa hora, com aglutinação” e aparece como advérbio. Compara estes dois exemplos, um do século XVI e outro do séc. XIX.

Gil Vicente → **Paio Vaz se queres gado / dá ó demo essa pastora / paga-lho seu, vá-se embora / ou má hora / ou põe o teu em recado.**

Machado de Assis (1839- 1908) → **“Tinha vontade de ir embora ou de ficar”**

Aparece, hoje, não raro, com caráter afetivo, Ir **embora** é ir em boa hora: **“ Vou embora”.**

Apresenta-se como partícula de realce, ou, em alguns casos, totalmente esvaziada de conteúdo semântico, como neste exemplo:

**Foi embora, e no caminho o mataram.**

Como conjunção, significa ainda que; bem que; se bem que; conquanto:

**Embora confesse que não, o memorialista sempre encontra em trechos históricos (...)**

Ou ainda como nos textos antigos:

Portugal → **Mau tempo: Chuva veio em boa hora para cereais de inverno**

Brasil → **Recuperação externa do café chega em boa hora**

#### **Considerações finais**

Segundo Santos (2004), “a abordagem do aspecto semântico-lexical de uma língua natural passa necessariamente pelo estudo dos diferentes modos de apreensão da realidade por parte dos interlocutores, num dado universo cultural”. A todo instante, os membros de uma mesma comunidade linguística servem-se de léxico para produzir e interpretar os atos da fala.

Uma das preocupações que sempre permeou a pesquisa foi procurar encontrar, em dados históricos, quais as forças sociais que poderiam ter incidido sobre a língua para a formação das variações encontradas. Uma enumeração completa dessas forças excede o alcance desse estudo, mas entre as situações sociais mais importantes que possivelmente influenciaram a linguagem falada na região, figuram as seguintes: a) a formação das comunidades com elementos portugueses, vindos principalmente dos Açores; b) os fatores político-econômico-administrativos: no século XVIII, Santo Antônio de Lisboa alcançou gradativa projeção econômica, pois já contava com uma expressiva

## Atas colóquio da lusofonia –

indústria, composta por fábricas de açúcar, engenhos de aguardente e de mandioca, fábricas de moer trigo e curtumes de couro. Destacava-se também por ter porto próprio, estrategicamente situado. Aos poucos, Santo Antônio foi substituindo suas atividades agrícolas e artesanais por outras mais ligadas ao comércio. Em decorrência do declínio do porto de Florianópolis e das melhorias nos eixos de ligação terrestre, o porto desta freguesia também decaiu e a comunidade foi gradativamente se adaptando a novas atividades, buscando alternativas para sua sobrevivência; c) o efeito nivelador dos meios de comunicação, incluindo a televisão e principalmente o rádio. É certo que essas forças sociais interferiram, com maior ou menor intensidade, na modalidade linguística utilizada pelos moradores da região. A partir desse levantamento, foi possível obter uma visão mais clara da realidade étnica, social, cultural e linguística e, como Bakhtin (1986: 80-81) afirma, “a nova concepção de se estudar a língua não exclui de seu campo de investigação, o aspecto formal, estrutural da linguagem: apenas o situa na sua integralidade histórica e social”.

### Bibliografia

- ALMEIDA COELHO, Manoel Joaquim d'. *Memória Histórica da Província de Santa Catarina*. 2a. ed. Desterro: Tip. De J. J. Lopes, 1877.
- BAKHTIN, Mikhail M. / VOLOCHINOV, V.N (1986) “*Marxismo e Filosofia da Linguagem*”, 3ª ed. trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo, Ed. Hucitec. [1977, original].
- BOITEUX, Lucas Alexandre. *Açorianos e madeirenses em Santa Catarina*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, v. 219, 1953.
- BORGES FORTES, João. *Casais*. Rio de Janeiro: Ed. Centenário Farroupilha, 1932.
- BRITO, Paulo José Miguel de. *Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina*. Lisboa: Edição da Academia de Ciências de Lisboa, 1829.
- CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *Os Açorianos*. In: Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950.
- CASCAES, F. *Vida e arte e a colonização açoriana*. Florianópolis: Raimundo Caruso Editora Insular, 1981.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, Sérgio Luiz. *Nós não somos de origem*. Tese de Doutorado em História, Área de concentração História Cultural. Universidade Federal de Santa Catarina, Ilha de Santa Catarina, 2006.
- GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário de Etimologias da Língua Portuguesa*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1979.
- HOUAISS, Antônio. *O que é Língua*. São Paulo : Brasiliense, 1991.
- IMAGUIRE, L. M. C. *Estudo com vistas a um atlas linguístico da Ilha de Santa Catarina: abordagem dos aspectos lexicais*. 1999. 2v + anexos. Dissertação (Mestrado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- MATTOS, Jacinto Antônio de. *Colonização do Estado de Santa Catarina: Dados históricos e estatísticos (1640-1916)*. Florianópolis: Tipografia d' O Dia, 1917.
- MORAIS SILVA, Antônio de. *Grande dicionário da língua portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, 1813, ed. Fotografada pela RLP, sob a direção de Laudelino Freire, Rio de Janeiro, 1922.
- PIAZZA, Walter Fernando. *A Epopeia Açórica-Madeirense*. Coedição: Editora da UFSC, Editora Lunardelli, Florianópolis, 1992.
- SILVA NETO, S. da. *Guia para estudos dialetológicos*. 2. ed. melhorada e ampliada. Belém, CNPq / Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.
- SOARES, Doralécio. *Folclore Brasileiro (Santa Catarina)*. Rio de Janeiro, MEC / SEC / FUNARTE, 1979.
- SANTOS, Irenilde Pereira dos. *Análise do aspecto semântico-lexical em cinco atlas linguísticos brasileiros*. In: Primeiro Seminário Regional do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB - Rio). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

### 35. OSCAR DE SOUSA

**ÓSCAR Conceição de SOUSA:** [ossousa@sapo.pt](mailto:ossousa@sapo.pt), Licenciado em Psicologia Aplicada pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA, Lisboa, 1977) completou em 1986 o *Advanced Studies in Psychology of Education* promovido pelo ISPA em colaboração com a Universidade de Bristol. Fez o Mestrado em Psicologia Educacional no ISPA em 1992, com classificação de Muito Bom e doutorou-se em Psicologia pela Universidade Complutense de Madrid em 1996 com a classificação de *Apto cum Laude por Unanimidad*, título reconhecido pela Universidade do Minho em 1997.

É investigador na área das Ciências da Educação, membro da UID- OPECE- Unidade de Investigação – Observatório de Políticas de Educação e de Contextos Educativos e Coordenador de projetos de investigação apresentados e financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia – Ministério da Ciência e da Tecnologia:

Leitura e Ortografia – Estudo comparativo da competência leitora e ortográfica em alunos do 1º ciclo do Ensino Básico, Lisboa 2001

Português Fundamental e Competência Ortográfica em alunos do 9.º ano de escolaridade, Lisboa, 2006.

Subdiretor da Licenciatura de Ciências da Educação na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias desde 2001 e docente com a categoria de Professor Associado Convocado, nos Cursos de Licenciatura, de Mestrado e de Doutoramento em Ciências da Educação, com assento nos respetivos Conselhos Científico e Pedagógico. Membro da UID- OPECE- Unidade de Investigação – Observatório de Políticas de Educação e de Contextos Educativos

### SINOPSE - TEMA 2.4. LÍNGUA PORTUGUESA E ORTOGRAFIA. COMO ENFRENTA O SUJEITO A TAREFA DE TRANSCREVER A GRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA ÓSCAR C. DE SOUSA, UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS MEMBRO DA UID- OPECE- UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO – OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E DE CONTEXTOS EDUCATIVOS

Diante de uma ortografia pouco lógica e pouco transparente, como a da Língua Portuguesa, que mecanismos tem o sujeito para adquirir competências nesse domínio?

Há muito que a Psicologia estuda os processos cognitivos implicados na leitura. Não fez o mesmo com a aquisição da competência ortográfica. Tal facto deveu-se à crença, que ainda hoje persiste, de que a transcrição gráfica da palavra é uma operação inversa da leitura: quem aprende a ler aprende igualmente a transcrever. Foi a partir dos anos 60 do século passado que os investigadores prestaram atenção aos processos cognitivos implicados na ortografia por terem verificado que dos alunos que liam corretamente uma palavra nem todos eram capazes de a transcrever. Mais tarde, a neurociência comprovou, em pacientes com lesões cerebrais, que alguns deles podiam perder a capacidade de ler, já adquirida, sem perderem a capacidade de transcrever e vice-versa, evidenciando tratar-se de dois domínios distintos. Estudando o modo como o sujeito enfrenta a tarefa de ler e de transcrever em sistemas gráficos diferentes, a psicologia cognitiva concluiu que o sujeito é dotado de uma dupla via que lhe permite enfrentar as diversas situações das grafias existentes: uma direta ou lexical e a outra fonológica. A investigação atesta que os aprendizes italianos recorrem às regras de correspondência grafema-fonema para terem acesso à palavra escrita e recorrem às mesmas regras para a transcrição gráfica, porque a transparência da grafia da escrita italiana o permite. Pelo contrário, os aprendizes ingleses recorrem sobretudo a uma estratégia lexical (global) e são mais lentos na aquisição tanto da competência leitora como da competência ortográfica. Tendo em conta a pouca transparência da ortografia da língua portuguesa, por falta de correspondência biunívoca entre fonemas e grafemas, os aprendizes da língua portuguesa terão de recorrer à dupla via: a via fonológica para as palavras regulares e a via direta para as palavras irregulares ou com grafia pouco transparente.

Após várias tentativas de se unificar a ortografia em todos os países falantes da Língua Portuguesa, a partir do mês de Janeiro, deste ano, passou a vigorar o Acordo Ortográfico em todos os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa com um período de transição que termina em (?)31 de dezembro de 2012.

A globalização vai-se assim alargando a todos os domínios, entre eles o cultural. Países com as mais diversas afinidades sentam-se à mesma mesa e negociam acordos. Os países falantes da Língua Portuguesa não tinham ainda discutido o que fazer da Língua que lhes é comum. Desde 1911 que vigoravam duas ortografias: a do português continental e a do Brasil. O acordo ortográfico foi assinado em Lisboa por todos os países de Língua Portuguesa, em 16 de Dez de 1990, e entrou em vigor em 2009 apenas ratificado pelas Assembleias Nacionais do Brasil, Cabo Verde e Portugal. Foi também no sentido de alargar consensos que os Estados falantes da Língua Portuguesa (CPLP) criaram o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, em abril de 2002, com sede em Cabo Verde, para “promover a defesa, o enriquecimento e a difusão da Língua Portuguesa, como veículo de cultura, educação,

## Atas colóquio da lusofonia –

informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em Fóruns internacionais” (Estatutos, IILP). Dois marcos importantes que anunciam o desejo de enfrentarem em conjunto os desafios da comunicação em tempos de globalização.

Foi acesa e longa a discussão à volta da legitimidade e oportunidade de um acordo ortográfico, que incluísse todos os falantes da língua portuguesa, decidido pelo poder político. Foram expostos argumentos a favor e contra por filólogos, linguistas, historiadores, escritores, políticos, empresários. Alguns puseram em causa a capacidade de reaprendizagem da ortografia reformada de milhões de escreventes espalhados pelo mundo inteiro. O que pretendemos, neste texto, é apresentar e discutir o ponto de vista de quem, há muito, estuda a forma como os escreventes enfrentam a difícil tarefa de transcrever um código gráfico.

A maioria das línguas tem uma versão oral e outra escrita. A aquisição da oralidade acontece naturalmente, apesar da sua complexidade, quando a criança é exposta a um meio humano comunicativo e a uma comunidade de falantes. Torna-se efetiva quando a criança atinge um determinado desenvolvimento, na terminologia de Piaget, quando atinge a capacidade semiótica, ou seja, a de representar um significado e atribuir-lhe um significante (Piaget, 1974). De acordo com Pinker (1994) e Lenneberg (1967) tal competência é comum à espécie, igual em todas as partes do mundo, pelo que não necessita de ensino formal. A escrita, pelo contrário, é uma conquista cultural bem posterior, é uma invenção humana, traduz psicologicamente a necessidade de ultrapassar os limites de espaço e de tempo impostos pela fala, e surge na sequência da fase pictográfica e da capacidade de o homem recorrer a signos para além do seu corpo. Podemos situá-la no sec. IX antes de Cristo (Gelb, 1952). O acesso à escrita exige, por isso, ensino.

O domínio da leitura e da escrita tornou-se, na modernidade, um desafio democrático e uma condição para o desenvolvimento económico e cultural das pessoas e das nações. A capacidade de ler e de redigir corretamente, tanto ao nível sintático como ortográfico, constituem hoje desafios de uma escolarização que se pretende universal e de qualidade.

Há cerca de um século que a Psicologia estuda os processos implicados na leitura (Chall, 1967; Ellis, 1982). Não fez o mesmo com a escrita. Era convicção da época que a transcrição gráfica da palavra era uma operação inversa da leitura, crença que ainda hoje persiste. Pensava-se que quem aprendesse a ler ganhava também a habilidade de transcrever. Foi pelos anos 60 do século passado que uma investigadora inglesa, Margaret Peter, verificou que havia alunos que liam corretamente uma determinada palavra e nem todos eram capazes de a transcrever (Peter, 1967). A autora convidava a tratar a leitura e a escrita como competências distintas e defendia que tanto uma como a outra deviam ser ensinadas de modo diferente (Peter, 1967). A hipótese foi confirmada nos anos 80 pela neurociência que encontrou em pacientes com lesões cerebrais perda da capacidade de ler, já adquirida, sem perda recíproca da capacidade de transcreverem e vice-versa (Goodman e Caramaza, 1986).

Face a dificuldades diferenciadas de acesso à leitura e à escrita e distintas de língua para língua, as pesquisas nos domínios da linguística e da psicologia orientaram-se para dois campos: para o estudo dos códigos escritos das línguas e para os processos cognitivos implicados tanto no acesso à leitura como na transcrição gráfica.

Os estudiosos das escritas debruçaram-se sobre as estruturas gráficas das línguas e verificaram que na transcrição da oralidade para a escrita as diversas culturas seguiram uma das três modalidades: escrita logográfica, escrita silábica e escrita alfabética.

Nos sistemas logográficos, a unidade gráfica representa uma palavra no seu todo ou um morfema e constitui também uma unidade de significado. O sistema gráfico é feito de tantos sinais gráficos quantas as palavras ou as unidades de significado lexicais de uma determinada língua. A China utiliza uma escrita logográfica com unidades gráficas que traduzem unidades de significado o que pode permitir que falantes de línguas diferentes e com a mesma estrutura gramatical possam recorrer ao mesmo código escrito.

Nos sistemas silábicos, a grafia escolhe as sílabas orais como unidades gráficas. Por isso o sistema terá que ter tantas representações gráficas quantas as sílabas orais de uma determinada língua. O sistema torna-se pouco económico dado o número elevado de sílabas que configuram uma língua falada.

No sistema alfabético, a escrita pretende traduzir os sons mínimos da fala, designados fonemas, em sinais gráficos correspondentes, os grafemas. O sistema teria sido inventado no Médio-Oriente e levado pelos comerciantes fenícios para os povos mediterrânicos, nomeadamente para a Grécia. Roma, no seu período de expansão, conheceu o sistema na Grécia e espalhou-o pela Europa e ele é hoje adotado por muitas outras línguas para além das europeias (Gelb, 1952). O sistema é constituído por um conjunto de 26 grafemas que se supõe, traduzem igual número de fonemas, que entram nas combinações de palavras, pelo que, se por um lado representa uma grande economia, por outro, configura a dificuldade de não ser capaz de transcrever todos os sons da fala, dado que esta vai evoluindo de acordo com os falantes.

Era igualmente suposto que, no sistema alfabético, a cada fonema correspondesse apenas um grafema, seguindo o princípio de uma correspondência biunívoca, o que não acontece na maioria das grafias das línguas europeias (Seymour, Aro, & Erskine, 2003). Um mesmo grafema representa mais que um fonema e, igualmente, um mesmo fonema pode ser representado por mais que um grafema, tornando a escrita pouco alfabética.

Estudos sobre as grafias de diversas línguas europeias tendo em conta o princípio de correspondência biunívoca entre grafemas e fonemas, concluiu que, para além de certas invariantes, a ortografia das línguas europeias continha múltiplas arbitrariedades.

Foi tendo em conta essa falta de correspondência que as grafias das línguas são hoje classificadas como situando-se num eixo onde os polos são a transparência e a opacidade (Arroyo, 1989). O finlandês e o italiano estariam próximos do eixo da transparência enquanto o inglês e o francês se colocariam junto do eixo mais opaco. A grafia da Língua Portuguesa foi colocada pela Comissão da Reforma Ortográfica de 1911, presidida por Gonçalves Viana (Estrela, 1993), na lista de línguas com uma ortografia pouco transparente e, mais recentemente, Seymour, Aro, & Erskine, (2003) consideraram a ortografia portuguesa tão pouco transparente como o francês.

Passemos agora para o contributo da Psicologia. No início do século, a psicologia científica é behaviorista. Reconhece que ato de ler é um ato complexo pelo que aconselha a decompor a tarefa em outras mais simples. O acesso à frase teria de ser feito a partir das palavras, das sílabas e dos grafemas. O método alfabético, também chamado de sintético, vinha ao encontro da teoria psicológica dominante e também ao encontro do método entretanto adotado pelos pedagogos. O paradigma behaviorista dominou a primeira metade do século XX.

Havia, no entanto, o registo de uma descoberta de S.M. Catell por volta de 1886 (in Henderson, 1982) que verificara tempos de reação mais curtos em tarefas de reconhecimento e identificação de palavras, do que quando o estímulo era constituído por linhas de letras ou letras. Afirmou-se então a superioridade percetiva de palavras contra as letras abrindo caminho para as teorias globais de leitura.

A partir dos anos 50, a Psicologia Cognitiva reaparece no panorama científico. A perceção e a memorização cedem lentamente lugar a teorias que veem a leitura e a escrita como atividades complexas de natureza cognitiva. A aprendizagem da leitura é vista como um processo que requer e implica múltiplas funções cognitivas, em especial, a capacidade de reflexão sobre a linguagem ou metalinguagem. Ela implica a descoberta das intenções comunicativas da linguagem escrita e a descoberta do princípio alfabético do nosso sistema de escrita por parte das crianças, ou seja, a compreensão de que existe um sistema de correspondências entre a linguagem oral e a linguagem escrita e o modo como o sistema de escrita alfabética codifica a linguagem oral (Morais, 2007; Martins, 1996; Ferreiro & Teberosky, 1980).

Martins (1996) refere que, sob a influência da psicologia cognitiva, os modelos começaram a acentuar os aspetos da compreensão, salientando processos de atenção e do processamento mental da informação durante a leitura. A psicologia cognitiva tem-se preocupado em propor modelos compreensivos e explicativos dos diversos processos e subprocessos que ocorrem no ato da leitura ou da escrita e em identificar a sua ordem e articulação. Os modelos que se propuseram podem agrupar-se em três tipos: modelos ascendentes, modelos descendentes e modelos interativos.

Os modelos ascendentes ou “bottom-up”, tais como o modelo de Gough (1972) e o modelo de LaBerge & Samuels (1974), (in Martins, 1996), consideram o processo de leitura como seguindo uma hierarquia que vai das operações percetivas formais às operações semânticas, ou seja, o leitor realiza um percurso linear e hierarquizado que vai desde processos psicológicos primários como juntar letras até à produção do sentido (Martins, 1996).

As correspondências grafofonológicas seriam a única via de acesso ao significado. Segundo esta conceção, a metodologia para o ensino da leitura deveria assentar, fundamentalmente, no estabelecimento da correspondência entre a grafia e o som. Este modelo (nas suas diferentes variantes) parte do estudo dos elementos mais simples (grafemas e sílabas), para chegar às estruturas mais complexas (frases e textos).

Os chamados modelos descendentes ou “top down”, tais como o modelo de Goodman (1970) e o modelo de Smith (1971) (in Martins, 1996), consideram que a leitura só é possível porque o leitor consegue proceder a uma racionalização do discurso, ou seja, o leitor utiliza os conhecimentos que já detém sobre o assunto e sobre o contexto imediato para antecipar o sentido, confirmando-o pelos índices do texto escrito. Partem pois do princípio que ler é compreender e para compreender pode ser necessário adivinhar, inferir.

## Atas colóquio da lusofonia –

Segundo os modelos descendentes, a leitura seria um processo de identificação direta e global de palavras (ou frases), de antecipações baseadas em predições léxico-semânticas e sintáticas e de verificação das hipóteses produzidas (Martins, 1996).

Para o grupo de investigadores que se enquadram nestes modelos, a leitura e escrita são atividades cognitivo / linguísticas que envolvem a consciência da função simbólica, a estruturação temporal e a compreensão. Deste modo, ler é extrair significado do texto, dar-lhe sentido, indo para além daquilo que o próprio texto contém, levando-nos ao conceito de literacia, à capacidade de compreender e usar todas as formas e tipos de material escrito requeridas pelas sociedades e usadas pelos indivíduos que as integram.

Neste modelo, verifica-se a dependência dos processos inferiores aos superiores e sobressai a predição e a antecipação. Segundo esta conceção de leitura, a metodologia mais adequada para o ensino deveria ser uma metodologia global, partindo das palavras ou das frases.

Para ultrapassar alguns aspetos insuficientes de um e de outro modelo, surge o modelo interativo.

Os modelos interativos, tais como o modelo de Rumelhart (1977), de Stanovich (1980) de Ellis, (1989), (in Martins, 1996), assumem uma posição intermédia, ultrapassando uma visão dicotómica dos modelos anteriores. Dizem que o leitor utiliza, simultaneamente e em interação, capacidades de ordem superior e de ordem inferior, ou seja, estratégias ascendentes e descendentes, em função dos tipos de texto e de palavras com que se confrontam.

Mattingly (in Martins, 1996) refere a existência de dois tipos de leitura: uma leitura analítica e uma leitura impressionista. Na leitura analítica, a criança identifica as palavras e vai, simultaneamente, fazendo análises gramaticais, que lhe permitem compreender o texto. Na leitura impressionista, vai tentar adivinhar o significado sem identificação lexical completa, sem análise gramatical, podendo, no entanto, aceder ao sentido geral.

O bom leitor será aquele que utiliza estratégias flexíveis e diversificadas, não se fixando, de forma rígida, numa só estratégia. As diferenças que caracterizam o desempenho dos leitores assentariam nos conhecimentos prévios de que dispõem na abordagem do texto, tornando o ato de leitura um ato único e pessoal.

Uma das teorias que dá corpo à conceção interaccionista e divulgada nos anos 80, já confirmada pela neurociência (Caramaza, 1991), é a teoria do duplo canal (Coltheart, 1978), que advoga duas vias distintas para processar a informação gráfica: a via fonológica não lexical e a via direta ou lexical (global).

A via fonológica recorre a regras de correspondência grafemas / fonemas para transformar o código grafémico num código fonológico que, por sua vez, dará acesso ao armazém semântico. Esta conversão pode assentar em unidades de grafemas isoladas ou conjuntos mais alargados, de acordo com o processo de instrução ou de familiaridade com o texto escrito. Permite ler palavras com uma ortografia regular, quer façam parte do léxico quer não, e até pseudo ou não palavras com grafia regular. Ao enfrentar uma palavra desconhecida o leitor recorre às regras de correspondência grafema / fonema para aceder à palavra, desde que tenha grafia regular. É uma via que enfrenta problemas com as palavras irregulares e, por isso, inadequada para esses casos.

A via lexical ou direta fixa-se nas características gráficas da palavra para, recorrendo à memória de longo prazo, encontrar representações, quer fonológicas, quer semânticas. Trata-se de um processo de reconhecimento da palavra na sua globalidade apoiado pelo armazém ortográfico. O reconhecimento ortográfico pode ativar o armazém fonológico e dar acesso ao semântico como ativar o semântico que, por sua vez, daria acesso ao fonológico.

Este processo pode ser utilizado em palavras regulares ou irregulares, familiares ao leitor, não sendo possível utilizá-lo em pseudo ou não palavras.

Frith (1985, 1980) sugere que o sujeito, ao longo da sua aprendizagem, recorre a estas duas vias de forma isolada ou cumulativa. Afirma que a leitura segue um desenvolvimento em três fases marcadas pela predominância de uma estratégia.

Na primeira fase, logográfica, a criança inicia a sua aprendizagem de leitura reconhecendo através de uma variedade de indícios (cor, forma, tamanho, letras) algumas palavras que fazem parte do seu contexto. O número das mesmas poderá aumentar em contacto com o texto escrito ou se o professor recorrer a um método global de leitura.

Na segunda fase, alfabética, ou porque a criança iniciou a sua aprendizagem por um método alfabético ou porque ela própria descobriu regularidades gráficas, aplica à leitura e sobretudo à escrita regras de correspondência grafema / fonema. Isso permite-lhe escrever palavras que não fazem parte do seu léxico ou do seu armazém ortográfico.

A terceira fase é ortográfica. O contacto com a palavra escrita permite extrair uma variedade de unidades de natureza morfémica ou grafémica que facilita o reconhecimento de palavras escritas ou por escrever.

De acordo com Frith, o desafio da leitura fomentaria a estratégia logográfica, a iniciação à escrita a alfabética e a consolidação da leitura a ortográfica. No entanto, o maior ou menor investimento em cada uma destas fases dependerá da estrutura gráfica da língua em uso, do método de instrução escolhido pelo professor e das diferenças individuais.

A ortografia de uma língua interfere tanto no processo de leitura como no da escrita. No caso da leitura, a grafia permite o reconhecimento e a diferenciação. Da análise gráfica resulta uma palavra que pode ser confrontada com a sua representação fonológica e semântica. A escrita tem controlo mais reduzido e obedece a critérios mais formais: só é correta, se estiverem presentes todos os elementos gráficos, e na ordem convencionada para uma determinada palavra. A irregularidade da grafia portuguesa sente-se muito mais na transcrição gráfica de uma palavra do que no ato de leitura (Pinheiro, 1999).

Tanto para a leitura como para a escrita o modelo mais recomendado é o proposto pela teoria do duplo canal (Coltheart, 1978, Frith, 1980), que defende duas vias distintas, quer para o reconhecimento de palavras escritas, quer para transcrição de palavras fornecidas pelo armazém léxico ou fonológico.

A via lexical ou direta no ato da escrita, parte do armazém lexical ou do *input* auditivo para o reconhecimento semântico ou fonológico da palavra (uma estrutura de memória a longo prazo) e recebe do armazém ortográfico (também uma estrutura de memória a longo prazo) a grafia correspondente da palavra. A competência do escrevente depende da capacidade do seu armazém ortográfico. Torna-se necessário, pois, que o escrevente possua um armazém ortográfico alargado e ativado, de que vão fazer parte palavras regulares e irregulares de alta frequência, ficando excluídas desta via as menos familiares e as pseudo ou não palavras.

A via fonológica ao serviço da escrita recebe do *input* auditivo ou do armazém lexical palavras que devem ser transcritas e coloca-as no armazém fonológico (uma estrutura de memória a curto prazo) onde a informação codificada é processada, recorrendo a regras de correspondência fonema-grafema e a versão gráfica é colocada numa outra estrutura (também de memória a curto prazo) para ser transcrita. Trata-se de uma via que garante sucesso na transcrição de palavras com ortografia regular, com ou sem representação lexical, bem como pseudo ou não palavras desde que com grafia regular.

Os códigos gráficos das diferentes línguas, pela sua colocação no eixo transparente – opaco, vão exigir o recurso diferenciado dessas duas vias. Segundo Seymour, Aro, & Erskine (2003) os aprendizes italianos recorrem às regras de correspondência grafema-fonema para terem acesso à palavra escrita e generalizam o princípio para a transcrição gráfica porque a transparência da grafia da escrita italiana o permite. Pelo contrário, os aprendizes ingleses recorrem sobretudo a uma estratégia lexical (global) e são mais lentos na aquisição tanto da competência leitora como da competência ortográfica.

Não há consenso, neste momento, na colocação da ortografia portuguesa no eixo transparente-opaco (Gomes, 2001, Veloso, 2005). As pesquisas por nós realizadas nesta área mostram que 75% dos erros ortográficos, registados em alunos do 4.º, 6.º, 9.º e 11.º anos, são versões fonologicamente corretas, mas graficamente incorretas (Sousa, 1999). A análise tipológica de erros permitiu concluir que os alunos que frequentam a escolaridade do 4.º ao 11.º anos, nas escolas portuguesas, quando incorrem em erros ortográficos, recorrem sobretudo à estratégia fonológica, inadequada às características da ortografia portuguesa.

Tendo em conta que a ortografia da língua portuguesa não é totalmente transparente por falta de correspondência biunívoca entre fonemas e grafemas em todas as palavras que compõem o léxico, as estratégias que o escrevente terá de utilizar será tanto a fonológica, para as palavras regulares, como a lexical, direta ou ortográfica, para as palavras com ortografia pouco transparente. A competência ortográfica resultará, assim, do domínio que o aprendiz da língua portuguesa conseguir nestas duas vias: a via fonológica para as palavras regulares e a via ortográfica (lexical) para as palavras irregulares ou com grafia pouco transparente.

Não será mais possível adotar exclusivamente o critério fonético à grafia da Língua Portuguesa, pelo caráter dinâmico dos falares, agora presente em vários continentes. Sabendo que os aprendizes de todo o mundo da língua inglesa recorrem à via direta, ortográfica, quando transcrevem, o desafio que os escreventes da língua portuguesa vão ter que enfrentar será sempre menor, dado o caráter menos opaco da ortografia da língua portuguesa.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arroyo, F.V. (1989). "Errores en lectura y escritura. Un modelo dual". In *Cognitiva*, 2 (1), 35-63.

Caramaza, A. (1991). *Issues in reading, writing and speaking. A neuropsychological perspective*. Boston, London: Kluber Academic Publishers.

- Chall, J. (1967). *Learning to read: The great debate*. New York: Mac Grow Hill.
- Coltheart, M. (1978). "Lexical access in simple reading tasks". In G. Underwood (Ed.), *Strategies of information processing*. London: Academic Press.
- Ellis, A.W. (1984). *Reading, writing and dyslexia. A cognitive analysis*. London: Lawrence Erlbaum Associates Pub.
- Estrela, E. (1993). *A questão ortográfica. Reforma e acordos da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Ferreiro, E. & Teberosky, A. (1980). *Los sistemas de escritura en el desarrollo del niño*. México: Siglo Vintiuno Ed.
- Frith, U. (1985). "Beneath the surface of developmental dyslexia". In K. Patterson, J. Marshall, & M. Coltheart (Eds), *Surface dyslexia*. London: Erlbaum
- Frith, U. (1980). *Cognitive processes in spelling*. London: Academic Press.
- Gelb, I.J. (1952). *A study of writing*. Chicago, Illinois: University of Chicago Press.
- Gomes, I. (2001). *Ler e escrever em português europeu*. Porto: Univ. do Porto
- Goodman, R. A. & Caramza, A. (1986). "Aspects of spelling process: Evidence from a case of acquired dysgraphia". In *Language and Cognitive Processes*, Vol.1,4.
- Herderson, L. (1982). *Orthography and Word recognition in reading*. London: Academic Press.
- Lenneberg, E.H. (1967). *Biological foundations of Language*. New York: John Willey and Sons.
- Martins, M. (1996). *Pré-história da Aprendizagem da Leitura*. Lisboa: ISPA.
- Morais, J. (2007). "A Identificação das Palavras Escritas: da descoberta do princípio alfabético ao acesso automático de representações lexicais". In *Psicologia e Educação. 25 anos da Faculdade*, 81-101
- Peter, M.L. (1967). *Spelling: Caught or taught*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Piaget, J. (1974). *O Nascimento da Inteligência na Criança*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Pinheiro, A. (1999). "Cognitive assessment of competent and impaired reading in Scottish and Brazilian children". In *Reading and Writing, An Interdisciplinary Journal*, 11, 175-211.
- Pinker, S. (1994). *The language Instinct*. London: Penguin Books.
- Seymour, P., Aro, M. & Erskine, J. (2003). "Foundation literacy acquisition in European orthographies". In *British Journal of Psychology*, Vol.94, Part 2, 143.
- Sousa, O.C. (1999). *Competência Ortográfica e Competências Linguísticas*. Lisboa: ISPA.
- Veloso, J. (2005). "A língua na escrita e a escrita na língua. Algumas considerações gerais sobre transparência e opacidade fonémicas na escrita do português e outras questões". In *Da Investigação às práticas. Estudos de Natureza Educacional*, vol. VI, n.º 1, 49-69.

### 36. PERPÉTUA SANTOS SILVA - SUPLENTE

**PERPÉTUA SANTOS SILVA** é bolseira da Fundação Oriente e doutoranda no Programa de Doutoramento em Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE / IUL. É investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – CIES / ISCTE, na linha de investigação "Processos de Recomposição Social e Reconfiguração Cultural", onde se encontra atualmente a desenvolver projeto de investigação subordinado à temática da língua portuguesa em Macau. As suas principais áreas de interesse são: metodologias de investigação, sociologia da cultura, sociologia da língua, etnicidade, migrações e identidades. Participou em diversos projetos de investigação e foi colaboradora do Instituto Camões entre 1998 e 2003, onde desenvolveu o gosto pela língua portuguesa como objeto de estudo da sociologia.

#### SINOPSE - TEMA 2.4. MODOS DE RELAÇÃO COM A LÍNGUA PORTUGUESA NUMA MACAU DO SÉC. XXI 148 PERPÉTUA SANTOS SILVA CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS DE SOCIOLOGIA – CIES / ISCTE

Em dezembro de 1999 Macau, até então sob administração de Portugal, é constituída como Região Administrativa Especial da República Popular da China. Ao longo do período em que se preparou a transição de poderes (1987 / 1999) e nos anos subsequentes, a temática da língua e da cultura portuguesas em Macau obteve centralidade nos discursos veiculados pelas mais variadas entidades, foi tema discutido pelos governos dos dois países, adquiriu importância estratégica no seio das instituições ligadas a este domínio e ganhou visibilidade através da ampla difusão que lhe foi dada pelos órgãos de comunicação social.

Decorrida, praticamente, a primeira década após a transferência do exercício da soberania, importa questionar se, num novo contexto político, a língua e a cultura portuguesas terão lugar na cadeia de relações que se estabelece numa sociedade que tem vindo a atravessar um complexo processo de mudança, ou se, pelo contrário, estarão certas as projeções negativas dos que vaticinavam o seu fim próximo na Região. A existência de um conjunto de indivíduos que procura aprender esta língua parece-nos inegável. Mas quem são e porque o fazem? Que lógicas de interesse se encontram subjacentes aos processos de procura desencadeados?

Considerando a situação multilingue da RAEM onde, dados os movimentos migratórios que têm ocorrido e que se têm acentuado nas últimas décadas, para além dos naturais de Macau podemos encontrar residentes oriundos dos mais diversos países e regiões, nomeadamente de Portugal e da China Continental, tal faz prever que se possam encontrar dois grandes grupos-tipo de estudantes de acordo com o seu grau de familiaridade com a língua portuguesa – a este nível equacionado em termos de *língua materna e língua estrangeira* – donde resultarão diferentes modos de relação com a língua, tendo subjacentes variadas ordens de interesse nas estratégias de procura desenvolvidas, práticas de utilização e representações associadas à sua utilidade.

#### ALGUMAS QUESTÕES CONTEXTUAIS

No decurso dos últimos anos da Administração Portuguesa de Macau, e até há relativamente pouco tempo, muitas foram as discussões sobre a *questão da língua e da cultura portuguesas* ou sobre a sua (não) sobrevivência num novo contexto político-administrativo. À partida, parece lógica a argumentação usada por uma corrente mais pessimista e que aponta para uma ausência total, a curto prazo, do português em Macau. Porque é que sobreviveria? Ou melhor, como poderia sobreviver?

Com uma população residente maioritariamente de ascendência chinesa, dos quais cerca de metade terão nascido na China Continental e estando no território, muitos destes, há apenas uma ou duas décadas, sendo portanto a língua chinesa a predominante, parece claro que não havendo quem fale o português este acabará por desaparecer. Acresce, também, que muitos dos quadros portugueses retornaram aos seus lugares de origem, facto que fez levantar muitas vozes tecendo duras críticas à última administração portuguesa que estaria mais preocupada em garantir o regresso dos funcionários a Portugal do que em criar condições para que pudessem continuar em Macau, situação que fazia antever um certo "abandono" relativamente à Região contribuindo para aumentar os receios dos que haviam decidido ficar, sendo muitos destes portugueses por naturalidade, por descendência ou por opção.

Se tivermos em consideração, ainda, a existência de um sistema de ensino, tradicionalmente associado à iniciativa privada, esmagadoramente conduzido em línguas chinesa e inglesa, com fraca implantação do português, e uma administração, agora chinesa, no seio da qual se deu uma fraca e tardia promoção do bilinguismo, parecem reunidas as condições para o fim próximo de uma língua – a extinguir-se com o último dos seus falantes maternos – numa Região onde não tem condições para se tornar língua de comunicação generalizada.

Mas a par de uma corrente de pensamento mais cética podemos dar conta de uma outra que reclama razões para a manutenção da língua e da cultura portuguesas na RAEM, com uma argumentação convocando os aspetos patrimoniais, uma certa cultura administrativa e sistema jurídico de matriz portuguesa, a existência, algo emblemática, de um grupo resultante da tão longa convivência das culturas oriental e ocidental – os macaenses<sup>149</sup>, bem como a persistente referência a um património arquitetónico e um legado histórico de características ocidentais e como estes aspetos tornam Macau *diferente* e são constitutivas da sua identidade e especificidade. A esta

148 Esta comunicação resulta de uma investigação mais vasta, conduzida no CIES / ISCTE, com financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia. A autora, bolseira da Fundação Oriente, desenvolve atualmente projeto de investigação subordinado à temática da língua portuguesa em Macau, com vista à obtenção de doutoramento, sob orientação do Prof. Doutor António Firmino da Costa, no quadro do Programa de Doutoramento em Sociologia do ISCTE – IUL.

Notas:

149 Entenda-se, aqui, macaenses no sentido de luso-asiáticos nascidos em Macau.

## Atas colóquio da lusofonia –

argumentação alia-se, ainda, a decisão tomada pela República Popular da China de manter o português, durante 50 anos, com estatuto de língua oficial na Região. Sendo evidente que uma língua não sobrevive por decreto, este facto, embora significativo, só por si, não é suficiente para elucidar sobre a atual situação da língua portuguesa na RAEM.

Torna-se necessário, antes de mais, introduzir, ainda que de forma necessariamente muito sucinta, algumas coordenadas estruturadoras do espaço social local que, de alguma forma, se constituem como pano de fundo e permitem situar o nosso objeto de estudo no contexto em que se move e com o qual estabelece fortes conexões. Considerando a situação multilingue da RAEM onde, dados os movimentos migratórios que têm ocorrido e se têm acentuado nas últimas décadas, podemos encontrar residentes oriundos dos mais diversos países e regiões, podemos encontrar em Macau um conjunto diferenciado de protagonistas que se posicionam diferentemente perante a língua portuguesa, relativamente à qual apresentam diferentes graus de familiaridade, resultando em diferentes modos de relação – desde os mais afastados e indiferentes aos mais envolvidos e aderentes.

Assim, uma primeira coordenada a considerar prende-se com as características da população. Não obstante a exiguidade do território<sup>150</sup> o movimento de pessoas é muito elevado, sendo uma das particularidades desta cidade a sua elevada densidade populacional<sup>151</sup>, que se cifra nos 19 milhares de habitantes / km<sup>2</sup>.

A população global de Macau, ao longo do século passado e no decurso da primeira década do século XXI, registou um aumento significativo de residentes, passando de cerca de 74 000 em 1910 (Piteira, 1999:143), data a partir da qual as tendências de crescimento surgem como mais significativas, para os atuais 544 200<sup>152</sup>. Este aumento populacional – embora com algumas quebras de permeio – encontra explicação em vários fatores, como é o caso no período da II Guerra Mundial durante o qual Macau foi local de acolhimento de refugiados, a industrialização no território iniciada nos anos 60, atraindo mão-de-obra das zonas vizinhas, os fluxos migratórios registados entre 1962-67 decorrente das convulsões da Revolução Cultural e a evolução sistemática e continuada decorrente do desenvolvimento económico de Macau a partir dos anos 80<sup>153</sup>. Após a constituição da RAEM, a liberalização no setor do jogo e a consequente construção de novos empreendimentos serão, sem dúvida, o grande fator de atração populacional, pelo menos até a atual crise internacional dar, também, os seus sinais em Macau.

Considerando o objeto da nossa análise – a língua portuguesa – torna-se importante precisar algumas variáveis que caracterizam a população de Macau. De acordo com os resultados dos Intercensos 2006<sup>154</sup>, a população residente em Macau cifrava-se, na altura, nos 502 113 habitantes, tendo apresentado um crescimento na ordem dos 15.4% em relação ao momento censitário de 2001, sendo, na sua maioria (47,1%) **originária** da China Continental – principalmente das províncias de Guangdong e Fujian. Enquanto 42.5% são naturais de Macau, 3.7% são naturais de Hong Kong e 6.5% apresentam Outro local de nascimento (de referir Filipinas e Tailândia como os mais significativos conjuntos de residentes de outros países asiáticos, mas também naturais da Europa, América e Austrália aos quais, embora em número não muito significativo, se deve acrescer os indivíduos com local de nascimento em vários países da África Lusófona). No que respeita aos naturais de Portugal, verifica-se que têm vindo a diminuir – de 1.0% em 1991 para 0.4% em 2001 e 0.3% em 2006. Considerando o indicador **ascendência**, encontramos igual tendência na diminuição dos indivíduos identificados com ascendência portuguesa, portuguesa e chinesa, portuguesa, chinesa e outra que, no conjunto, apresentam um decréscimo, passando de 2.9% em 1991 para 1.8% em 2001 e 1,6% em 2006. Facilmente se depreende que a esmagadora maioria dos residentes em Macau é de ascendência exclusivamente chinesa (naturais de Macau ou da China Continental), correspondendo em 1991, 2001 e 2006, respetivamente, a 95,1%, a 95,7% e a 94.3% da população.

Considerando que, no total, mais de metade da população residente nasceu fora da Região, importa perceber a duração da sua **permanência** no local. Assim, entre a população terrestre<sup>155</sup> nascida fora, verifica-se que 52,3% reside no território há menos de 20 anos, sendo que o escalão onde se registam maior número de ocorrências, 27,3% do total, é o que corresponde aos que se encontram em Macau por um período inferior a 5 anos.

Quanto à **língua corrente**, de acordo com os intercensos 2006, entre os indivíduos com idade igual ou superior a 3 anos, a língua de maior expressão é o cantonês – para 85.7%, sendo que os que indicaram o mandarim e outros dialetos chineses correspondem, respetivamente, a 3.2% e 6.7% e o português surge como língua corrente para 0.6% da população.

Em suma, podemos verificar que a população portuguesa e de ascendência portuguesa, portanto aqueles que do ponto de vista do grau de familiaridade com a língua portuguesa à partida terão um relacionamento mais próximo (LM e L2), têm vindo a perder peso relativo no conjunto dos residentes de Macau, sendo evidente que, enquanto língua corrente de comunicação, o português parece circunscrever-se a um círculo cada vez mais restrito.

De Swaan (2001:6), autor que se tem dedicado ao estudo da temática das línguas, recorda que a sua expansão se relaciona com a expansão demográfica, o crescimento populacional e os movimentos migratórios, sendo que o seu desenvolvimento, principalmente a partir do último século, se dá por via do ensino formal. Não podendo os sistemas educativos dissociar-se dos contextos políticos, económicos e culturais, podemos considerar que são estes a dar forma aos modelos de aquisição linguística.

A segunda coordenada a considerar, prende-se, pois, com o **sistema de ensino** em Macau. Tradicionalmente associado à iniciativa privada, tem seguido quatro modalidades de organização: 1) O *modelo português*, segundo a definição de Lisboa para o sistema de ensino nacional e que, até à data da transferência do exercício de soberania era assegurado pelas escolas oficiais, embora existissem também escolas particulares com paralelismo pedagógico. Hoje assegurado pela Escola Portuguesa de Macau; 2) O *modelo luso-chinês*, gratuito, que de alguma forma corresponde a uma primeira modalidade de ensino do português como língua estrangeira. Mantendo-se atualmente. 3) O *modelo chinês*, estruturado por referência ao sistema educativo da China, tendo depois da implantação da República Popular resultado em duas linhas – a que englobava as escolas que se mantiveram de acordo com o sistema anteriormente vigente e que se instala em Taiwan e a que se identificava com o novo regime de Pequim, ambas asseguradas pela iniciativa privada. 4) O *modelo anglo-chinês*, que surge como resposta às necessidades para a população oriunda de Hong Kong, organizado por referência ao sistema de ensino da agora RAEHK, usando o inglês como língua veicular de ensino e garantido, igualmente, o ensino da língua chinesa.

Não faltando as críticas ao pouco investimento público neste setor, bem como ao facto de não ter sido implementado um sistema que tivesse fomentado, efetivamente, o bilinguismo, surge como consensual que até meados dos anos 80 o sistema de ensino sofria graves deficiências, facto que, de certa maneira, é formalmente admitido pela Administração que na obra de balanço sobre o período de transição abre o ponto relativo à *Reforma do Sistema Educativo* dizendo: *Deve reconhecer-se que, nesta matéria, Macau entrou na década de oitenta em desvantagem relativamente a territórios e países vizinhos (...) [possuindo], então, um sistema educativo pouco coerente, com programas inadequados à realidade emergente, compostos apenas de níveis de formação básico e secundário e com a ausência de oferta de formação de nível médio e superior, a qual só viria a ser criada em 1981 através de iniciativa exterior ao território* (Baptista e Oliveira, 1999:80).

Ao longo dos anos 90 é desenvolvido um conjunto de medidas com vista a ultrapassar os constrangimentos de uma ausência de formação eficaz, nos vários níveis de ensino, altura a partir da qual se dá o desenvolvimento do ensino superior público, até então inexistente no território.

Intimamente relacionada com as questões educativas, surge uma terceira coordenada que se pode identificar como a **oficialização da língua chinesa e o processo de localização** no decurso do período de transição. Em 1991 Portugal e a R.P.C. acordam que a língua chinesa passará de imediato a ter no território um estatuto idêntico ao da língua portuguesa sendo esta consagrada na Lei Básica da RAEM como língua oficial depois de 1999. Esta nova situação linguística traz consigo o alargamento do uso do chinês a domínios, até então, reservados ao uso do português e acarreta exigências imediatas em termos de capacidade de resposta, não sendo de resolução fácil passar de uma situação de monolinguismo para uma situação de bilinguismo em termos práticos. Embora com consequências diretas na evolução do setor da educação, nomeadamente na criação do sistema de ensino superior e no desenvolvimento de cursos em áreas específicas, a formação linguística é desenvolvida, sobretudo, por força das necessidades sentidas nos vários domínios da Administração Pública, e que decorrem das chamadas *três localizações*: língua, quadros e sistema jurídico. Tendo sido tomadas uma série de medidas na área de formação de quadros, nomeadamente com a realização de cursos em Portugal e em Pequim, o fomento do ensino do chinês e de administração pública chinesa, aulas de divulgação de bilinguismo pelo Centro de Formação da Administração Pública, ensino superior nas área da Tradução chinês / português, criação do curso de Direito, a par de medidas

150 No conjunto, a península de Macau e as ilhas da Taipa e de Coloane perfazem atualmente uma superfície de 29.2 Km<sup>2</sup>. Informação disponível em <http://www.dsec.gov.mo/TimeSeriesDatabase.aspx?KeyIndicatorID=11>. (Acesso em 30 / 08 / 2009)

151 Informação referente ao final do ano de 2008,

152 Direção de Serviços de Estatística e Censos, *Estimativas Demográficas do 2º Trimestre de 2009*,

153 Sobre a evolução e distribuição da população é fonte relevante a publicação em 1998 pelos Serviços de Estatística e Censos da compilação *Macau e a sua população, 1500-2000 – Aspectos demográficos, sociais e económicos*.

154 Recorremos aos resultados dos últimos momentos censitários uma vez que as estimativas da população, embora mais recentes, não fornecem informação relativa às variáveis úteis para a nossa caracterização. Assim, salvo indicação em contrário, todos os dados referidos neste ponto reportam-se aos resultados do recenseamento geral da População de 1991 e de 2001 e aos intercensos de 2006. Informação

155 Destaca-se a existência de um conjunto de indivíduos (1798 indivíduos, segundo os intercensos 2006) aos quais não se aplica o conceito de “tempo de permanência em Macau” por viverem em embarcações, sendo designados como “população da área marítima”.

## Atas colóquio da lusofonia –

legais como a publicação da versão chinesa dos diplomas em Boletim Oficial e a obrigação de bilinguismo em todos os impressos e formulários, a verdade é que tudo o que sobre esta matéria foi feito corresponde a um processo que, inevitavelmente, se prolongaria após 1999.

Uma quarta coordenada, de sobremaneira importante, prende-se com a **realidade económica** local. Com uma estrutura sectorial concentrada no setor terciário, que de acordo com os últimos dados publicados<sup>156</sup>, referentes ao ano de 2008, tem um contributo no PIB de 86.0%, a economia de Macau assenta, fundamentalmente, em dois pilares: o do jogo e o do turismo.

Embora existam casas de jogo legalizadas em Macau desde 1847, a sua exploração passa a ser monopolizada a partir de 1937, tendo este monopólio passado para as mãos da STDM – Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, de Stanley Ho, em 1961; este monopólio viria a terminar, sendo o setor liberalizado através de concurso internacional para entrega de três concessões vindo, em 2003, a ser atribuídas licenças de exploração à Wynn Resorts, à Galaxy Casino, com capitais de Hong Kong e de que é subconcessionário o grupo, também americano, The Venetian, e, ainda, à Sociedade de Jogos de Macau – SJM (subsidiária da STDM, a proprietária do emblemático Casino / Hotel Lisboa).

A liberalização do setor do jogo marca, sem dúvida, a entrada de Macau numa nova fase. Desde então, tem vindo a consolidar-se como capital mundial do jogo, tendo mesmo ultrapassado Las Vegas nas receitas. No final de 2003, existiam em Macau 11 casinos a operar, hoje esse número aumentou para 31; as mesas de jogo passaram de 424 para 3998 e as máquinas de jogo de 814 para 11971. O impacto do jogo na economia é de difícil contabilização, não sendo fácil avaliar a sua relação direta com outros setores – como os serviços de hotelaria, restauração e transportes. As receitas brutas do jogo, respeitantes ao primeiro trimestre de 2009<sup>157</sup>, cifraram-se em 26.25 mil milhões de patacas, e os dados referentes às receitas públicas totais do mesmo período revelam que as mesmas ascenderam a 10,59 mil milhões de patacas, das quais 9,39 mil milhões respeitam ao imposto sobre o jogo – ou seja, 88,7%.

Sendo, sem dúvida, o jogo o principal pilar no qual assenta a economia de Macau, o segundo – o do turismo – intimamente relacionado com o primeiro, tem, também, vindo a conhecer novas estratégias que visam o seu desenvolvimento com uma forte aposta na conquista de novos mercados independentes do subsector do jogo. Tendo, nesta área, o património cultural sido sempre a base essencial nas campanhas promocionais onde as referências à arquitetura tradicional chinesa, ocidental e luso-chinesa a par da gastronomia são uma constante, continuam a ser estes aspetos a melhor “vender” a imagem de Macau como destino turístico, facto que ganha particular relevo com a inscrição na Lista de Património Mundial da UNESCO de “O Centro Histórico de Macau”, refletindo precisamente o cruzamento de culturas.

Com o objetivo de sensibilizar a população para a importância que o setor tem na economia local, têm sido desenvolvidas campanhas de sensibilização junto da população em geral e dos agentes turísticos, promovendo o turismo sob o lema *Somos todos embaixadores do Turismo*, visando *reforçar os conhecimentos sobre o setor e a identidade cultural singular da RAEM*. Foram desenvolvidas diversas atividades, como concursos para dar a conhecer as características do território – gastronomia, pontos turísticos e monumentos –, e para a realização de filmes de curta-metragem sobre Macau e, ainda, cursos de formação para profissionais na área dos transportes, hotelaria e restauração<sup>158</sup>.

As dinâmicas do mercado turístico contaram com o apoio do Governo Central que, para além da realização do pacote *Excursão a Macau* (prática desenvolvida em 2002) introduziu, a partir de meados de 2003, a política de vistos individuais<sup>159</sup> em Pequim, Xangai e, progressivamente, em várias cidades do interior da China<sup>160</sup>, tendo os serviços competentes do Executivo Local vindo a desenvolver fortes campanhas de promoção da Região. Em 2003, em consequência destas medidas, dos cerca de 12 milhões de turistas que entraram em Macau 48% eram oriundos da China Continental, dos quais 11% terão viajado com visto individual, seguindo-se os visitantes de Hong Kong (39%) e de Taiwan (9%) como mercados mais importantes. Estes números aumentaram consecutivamente ao longo dos anos, tendo, em 2008, entrado em Macau aproximadamente 23 milhões de turistas, 50,6% dos quais provenientes da China Continental; Hong Kong e Taiwan continuam a ser os 2º e 3º mais significativos locais de origem dos visitantes<sup>161</sup>. Segundo informação da DST da RAEM, desde que em 2003 se deu início ao sistema de vistos individuais e até Janeiro de 2009, entraram em Macau mais de 30 milhões de visitantes do interior da China segundo este sistema.

Contudo, no decurso de 2008, a RPC impôs restrições à emissão de vistos individuais<sup>162</sup>, com o objetivo de combater a imigração ilegal e controlar o “verdadeiro” turismo uma vez que é de crer que muitos dos visitantes que chegavam a Macau – e a Hong Kong – o faziam na tentativa de encontrar trabalho, sendo, também, associados à prática de alguns delitos. Embora o efeito das restrições na emissão de vistos individuais só possa ser avaliado a médio e longo prazo, os mais recentes dados divulgados pelos serviços competentes do governo de Macau já indicam um decréscimo no número de visitantes originários da China Continental nesta modalidade.

Ainda que com objetivos marcadamente económicos e comerciais, um outro aspeto a salientar é o da constituição de Macau como plataforma de ligação ao exterior. Em 2002, aquando da apresentação das Linhas de Ação Governativa para 2003 pelo Chefe do Executivo, lançaram-se as bases para a constituição de Macau como a plataforma de ligação aos mercados lusófonos, referindo-se que Macau pode “ (...) *tirar partido das ligações históricas que nos une a esses países e territórios e das nossas vantagens no plano linguístico, de custos de exploração, condições sociais e relações humanas, para promover o estabelecimento de relações de parceria económica e comercial entre as nossas pequenas e médias empresas e as da China Continental, países do Sudeste Asiático e países e territórios lusófonos* (LAG, 2003). Na sequência foi constituído o Fórum para a Cooperação Económica e Empresarial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, tendo o seu papel vindo a consolidar-se desde então, sendo atualmente considerado pelas partes envolvidas como um fator importante nas relações multilaterais. As relações comerciais entre a China e os demais países envolvidos registaram um crescimento acentuado, tendo superado em 2008 a meta que havia sido traçada para 2009 – ultrapassar os 50 mil milhões de dólares<sup>163</sup>.

Dois aspetos significativos parecem ser de reter: por um lado, a autonomização do turismo em relação ao subsector do jogo acentua a vertente histórica e cultural ocidental, dando uma perspetiva positiva da herança colonial e fomentando o gosto e o relacionamento dos residentes com a *memória* da cidade; por outro lado, o Fórum Sino-Lusófono, e a constituição de Macau como a plataforma de ligação, relaciona-se de forma inequívoca com o nosso objeto de estudo: não só no quanto se revelou significativa nos índices de procura de aprendizagem da língua portuguesa mas, também, no significado simbólico de que se reveste ao fazer apelo às *características singulares* e ao *legado histórico*, contribuindo para uma valorização de todo o património português em Macau – seja arquitetónico, jurídico, administrativo ou humano. Assim sendo, um ambiente económico adverso, pelo menos quando medido em termos de resultados quantificáveis, acaba por ser revelar como fator impulsionador do que, em Macau, à língua e à cultura portuguesas diz respeito.

### Os estudantes de português e os diferentes modos de relação com a língua

Considerando a informação disponibilizada pelos serviços locais competentes, verifica-se que, contrariamente ao que se supunha, a procura da língua portuguesa não só não desapareceu em Macau no período que se seguiu à transferência do exercício da soberania, como, não obstante se ter registado um período de retração, se regista mesmo um aumento nos índices de procura. Curiosamente, como mostra a fig. 1 – Formação em Língua Portuguesa – 1998 / 2007 (frequências)<sup>164</sup>, a curva da procura começa a subir precisamente a partir da altura em que é criado o Fórum Sino-Lusófono e em que os discursos em Macau, designadamente os discursos oficiais – quer do Executivo local, quer do Governo Central em Pequim, começam a ser mais e mais frequentemente favoráveis ao português e às *coisas portuguesas*.

156 Estimativas do Produto Interno Bruto e a Estrutura Setorial de Macau. 20 / 08 / 2009)

157 Boletim Económico de Macau, 1ºT / 2009, disponível em [http://www.dsec.gov.mo/getAttachment/dedf8f76-30f5-48ef-b168-0c908b70f04b/P\\_BET\\_PUB\\_2009\\_Q1.aspx](http://www.dsec.gov.mo/getAttachment/dedf8f76-30f5-48ef-b168-0c908b70f04b/P_BET_PUB_2009_Q1.aspx) (Acesso em 20 / 08 / 2009)

158 Medidas que se compreendem dadas as características da população de Macau, maioritariamente originária da China continental e, em larga medida, recente no território, como vimos anteriormente. Informação recolhida nos Serviços de Turismo da RAEM,

159 Esta medida, criada para atenuar os efeitos da pneumonia atípica nas Regiões Administrativas Especiais de Macau e Hong Kong, tornou-se o motor do desenvolvimento do setor do turismo.

160 Esta medida foi alargada a 49 cidades do interior da China.

161 Os dados apresentados encontram-se disponíveis em <http://www.dsec.gov.mo>, em “Estatísticas do Turismo” e “Movimento de visitantes”. (Acesso em 20 / 08 / 2009)

162 Para além da diminuição da emissão de vistos individuais, passando a apenas um por mês por cada indivíduo, são também eliminados os vistos de entrada dupla nas duas Regiões Administrativas Especiais e reduzido o número de dias de permanência em Macau.

163 Informação disponível em [www.ipim.gov.mo/pt/ccpsc/index.htm](http://www.ipim.gov.mo/pt/ccpsc/index.htm) e em [http://www.forumchinapl.org.mo/pt/announce.asp?a=20090226\\_01](http://www.forumchinapl.org.mo/pt/announce.asp?a=20090226_01) (Acesso em 30 / 08 / 2009)

164 Os dados apresentados não incluem informação relativa ao ensino superior, reportando-se apenas aos cursos de formação linguística desenvolvidos por várias instituições em Macau.

## Atas colóquio da lusofonia –

No ano letivo 2002 / 2003, altura em que já começava a ser evidente o aumento da procura de aprendizagem da língua portuguesa em Macau, e com o objetivo de compreender as características da população estudantil, foi aplicado um inquérito por questionário em diversas instituições e em diferentes cursos e níveis de ensino<sup>165</sup>.

Uma breve **caracterização sociográfica** demonstra tratar-se de uma população jovem, sendo entre as faixas etárias dos 15 aos 19 anos (49.1%) e dos 20 aos 24 anos (35.2%) que podemos encontrar a maior parte da população inquirida, oscilando as idades entre os 14 e os 51 anos; no que respeita à distribuição segundo o género, predominam os indivíduos do sexo feminino, representando 63.4% dos casos; 25.3% declarou desenvolver uma atividade profissional, divididos de forma equilibrada entre o setor público e o privado (cerca de 50% em cada setor). Sendo maioritariamente de origem chinesa (80.9%), o chinês como língua materna e de uso corrente foi indicado, respetivamente, por 88.2% e 89.2% dos casos. No que respeita ao português, 8.2% declarou ser a sua língua materna e 1.4% considerou-se bilingue em português e cantonês; foi referido por 6.8% dos inquiridos como língua de uso corrente e por 1.6% associada ao cantonês.

Quanto ao tipo de ensino que frequentavam, sendo na sua maioria estudantes universitários (61.6%) podemos encontrar também alunos que se encontram a desenvolver outras modalidades de aprendizagem da língua portuguesa. É o caso dos alunos do ensino secundário em que o português é a língua veicular de ensino (13.2%), dos alunos que frequentam um Curso Anual de Língua Portuguesa - LE166 (15.3%), e, ainda, o caso dos cursos específicos de língua portuguesa na Função Pública (4.0%). Entre os estudantes universitários, podemos encontrar alguma diversidade de situações – desde os cursos de Tradução, Direito, Administração, Estudos Portugueses e Língua e Cultura Portuguesa, onde, evidentemente o português é essencial, aos cursos das mais diversas áreas sendo a língua portuguesa cadeira de opção, nuns casos, e, noutros, obrigatória.

No que respeita ao uso efetivo da língua portuguesa, foi possível perceber que a língua portuguesa é uma língua do espaço de aprendizagem e que, fora deste círculo, a sua utilização parece bastante reduzida. Contudo, entre os inquiridos que declararam exercer uma profissão 83.9% declarou usar esta língua no desempenho da sua atividade, com particular incidência entre aqueles que se enquadram no setor público.

Uma combinatória de indicadores (naturalidade, ascendência, proveniência e tempo de permanência em Macau do inquirido e dos seus ascendentes), permitiu agrupar os inquiridos em 5 categorias de acordo com o grau de familiaridade com a língua: *lusófonos* (incluindo neste grupo os indivíduos de PLM e PL2, e teoricamente, com modos de relação mais *próximos* com o português), *Chineses de Macau* (CDM), *Chineses em Macau* (CEM), Chineses da China Continental (CHC) e outros (para os quais o português se apresenta claramente como uma LE, e, mais uma vez teoricamente, mais *afastados* da língua portuguesa).

Questionámos os nossos inquiridos quanto **às razões para aprender português**, e, fazendo uma leitura da informação em função dos grupos criados, podemos dar conta de algumas diferenças. Centremos, em primeiro lugar, a nossa atenção naqueles que poderão considerar-se os *mais afastados* da língua portuguesa. Enquanto para os residentes permanentes e naturais de Macau surge, em primeiro lugar, a referência ao estatuto oficial da língua portuguesa em Macau (CDM – 71.4%; CEM – 78.8%) esta é apenas a quarta razão mais referida em CHC (40.5%), surgindo, neste grupo, com maior expressão a vantagem para obter um emprego (69.3%), o facto de o português ser uma língua falada internacionalmente (58.8%) e a utilidade de dominar uma língua europeia (51.4%). Os segundo e terceiro aspetos mais referidos são, na categoria CEM, razões que se prendem com a progressão na carreira profissional (38.8%) e com a vontade (necessidade?) de obter um diploma de certificação (37.6%). Na categoria CDM, assume-se a importância da língua portuguesa enquanto língua europeia (35.2%), para progredir profissionalmente (33.3%) e como uma vantagem para obter um emprego (31.8%). Para o conjunto dos inquiridos agrupado sob a designação *outros*, surge como opção mais referida a utilidade em saber língua europeias (54.5%), a que se segue o facto da língua portuguesa ser língua oficial em Macau (48.5%), ser falada internacionalmente (39.4%) e, uma vez mais, com questões ligadas à progressão na carreira (27.3%).

No que respeita à categoria *lusófonos*, ter nacionalidade portuguesa surge como aspeto francamente mais referido (80.7%) e a uma distância considerável dos restantes. A seguir, e ainda com alguma distância em relação às outras razões mais apontadas, são referidos os familiares portugueses (57.1%) e, como terceira e quarta opções mais referidas, respetivamente, a vantagem para encontrar um emprego (41.6%) e o estatuto oficial da língua portuguesa em Macau (39.6%). Note-se, ainda, que aprender português para trabalhar num país de expressão portuguesa assume, neste grupo, o mesmo peso relativo que assume em CHC (23%), parece ser entre os que vêm da China Continental que conhecer a cultura portuguesa desperta maior interesse (26.1%) e os amigos portugueses assumem algum significado na categoria *outros* (24.2%), ligeiramente superior ao que assume entre os *lusófonos* (23.6%).

Aparentemente temos aqui três tendências: por um lado, entre os mais *próximos* da língua portuguesa, a valorização de aspetos relacionados com as suas origens e relações familiares (*lusófonos*); por outro lado, entre os mais *afastados*, assumem particular importância questões utilitárias imediatas – vida profissional – e, em larga medida, relacionadas com o estatuto oficial da língua portuguesa no território (CDM e CEM), e, finalmente, os que parecem ter em conta a posição da língua portuguesa enquanto língua europeia de comunicação internacional (CHC). Estas tendências podem visualizar-se na “fig. 2 – Razões para aprender português”, que corresponde à projeção num espaço a duas dimensões das variáveis “razões” e “origens”, resultados a partir de uma análise de correspondências simples (ANACOR), efetuada com o objetivo de descobrir possíveis relações entre estas duas variáveis.

Quisemos, ainda, saber como é que os nossos inquiridos se posicionavam perante um conjunto de **representações**, amplamente difundidas **relativamente à língua e à cultura portuguesas em Macau**. De um modo geral, a representação mais amplamente assinalada foi a de que língua e cultura portuguesas farão sempre parte da história de Macau (71.0%), que é, depois, combinada diferentemente com outras opções - entre as quais se destacam, em termos globais, o facto de *tornarem Macau diferente de outras cidades da China* [59.1%], serem percebidas como *uma característica da comunidade macaense* [55.%] e perspetivadas como *importantes para o desenvolvimento turístico* [41.6%], não se verificando, portanto, nestes casos, associação a qualquer um dos grupos criados. Ainda assim, através de uma análise de correspondências múltiplas, quisemos perceber se existiriam aspetos que diferenciavam as várias categorias [A “fig. 3 – Projeção de perceção sobre a língua e a cultura portuguesas em Macau”, à semelhança da figura anterior, projetando num espaço a duas dimensões as variáveis “origens” e “perceções”, mostra as tendências obtidas]. Fazendo, então, uma leitura segundo os grupos-tipo, verificámos que, mais uma vez, é entre o grupo dos *lusófonos* e o dos *CHC* que se podem encontrar pontos de distinção significativos. Sendo que, para os últimos voltam a ser os aspetos que se prendem com o *exterior* e o simbolismo da ligação de Macau e da China através de Macau a outros espaços a surgir mais valorizados e associados a esta categoria, enquanto aos primeiros se associa a perceção de que, dentro de pouco tempo, língua e cultura portuguesas irão desaparecer em Macau e que são importantes para quem quer ir viver para fora de Macau. O que não será de estranhar, se tivermos em consideração que, neste grupo, se encontram os estudantes do ensino secundário, maioritariamente da Escola Portuguesa, e que nos seus projetos de vida está incluída a possibilidade de continuarem a desenvolver os seus estudos fora do território, nomeadamente, em Portugal e, ainda, que entre estes jovens se encontram os de origem portuguesa estando, desde sempre, Macau associado a um espaço de *passagem* e não de *permanência*, embora, para muitos, acabe por se transformar numa *passagem prolongada*.

Quanto às categorias *CDM* e *CEM*, não se distinguem significativamente mas parecem atribuir maior significado a questões que se relacionam com o imediato como é o caso da importância para a Administração, assim como com a promoção internacional de Macau. De salientar que, em qualquer um destes dois grupos a referência ao desaparecimento da língua e da cultura portuguesas em Macau é das opções menos referidas, só ultrapassada, mesmo, pela importância que poderão ter para quem quer ir viver para fora do território – o que, podemos questionar-nos, não se sabe se será por não lhes atribuírem importância para este fim ou porque não tencionam sair de Macau.

Em suma, a relação com a língua portuguesa é uma **relação** acima de tudo do tipo **instrumental**, sendo que os que se encontram permanentemente em Macau (CDM), ou de forma já mais prolongada (CEM), apresentam orientações mais imediatas e centradas nas vantagens locais que, em termos de emprego, podem advir do facto de dominarem a língua portuguesa ou, no caso dos que já desenvolvem uma atividade profissional, na necessidade de o fazerem quer por razões decorrentes da atividade que desenvolvem quer para efeitos de progressão na carreira, não sendo os mais *próximos* (*lusófonos*) a demonstrar ter representações mais positivas relativamente à sua língua e cultura e sugerindo a informação recolhida que são precisamente os mais *afastados* (CHC) entre os *afastados* que mais valorizam a posição internacional e europeia do português, assim como se mostram mais recetivos a conhecer aspetos da cultura portuguesa.

165 A saber: Escola portuguesa de Macau e Escola Luso-Chinesa Luís Gonzaga Gomes (ensino secundário); Universidade de Macau, Instituto Politécnico de Macau e Instituto de Formação Turística (ensino superior); Instituto Português do Oriente (cursos específicos de português). À data, o IPM assegurava os cursos de formação para os Serviços de Administração e Função Pública, pelo que também foram contemplados. Com uma aplicação ao universo de estudantes que, à data, frequentavam aulas de português ou em língua portuguesa nas instituições referidas, tendo sido validados 1639 questionários.

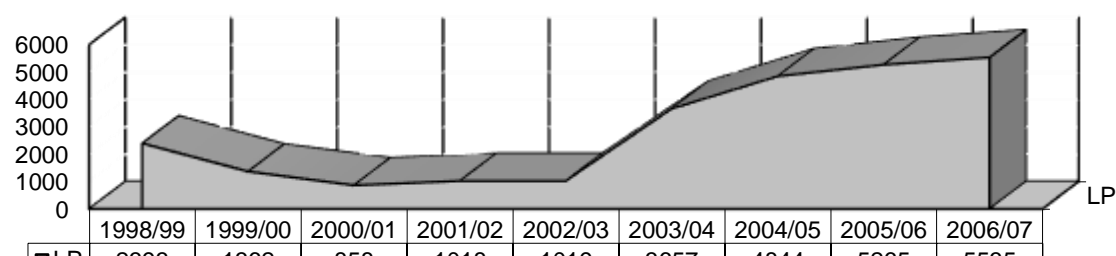
166 Entre estes alunos podemos, também, encontrar estudantes universitários. Tendo sido decidido que quando o mesmo indivíduo frequentava duas das instituições em que o questionário foi distribuído deveria responder na primeira em que tal lhe fosse solicitado, os alunos são aqui identificados quanto ao “tipo de ensino” que frequentam de acordo com a instituição em que se encontravam quando responderam ao questionário.



## Atas colóquio da lusofonia –

De uma forma genérica, podemos considerar que todos os que se envolvem no processo de aprendizagem de uma língua estrangeira (situação da esmagadora maioria dos nossos inquiridos) têm expectativas em relação ao campo de possibilidades que essa língua lhes abrirá e que equacionam em função do *valor no mercado* que a mesma lhes pareça assumir, optando cada indivíduo por aprender a língua que, espera, lhe traga maiores benefícios e que se lhe afigure de maior utilidade.

Fig. 1 - Formação em Língua Portuguesa - 1998 / 2007 (frequências)



Fonte: Educação e Formação em Números – Direção de Serviços de Educação e Juventude do Governo da RAEM

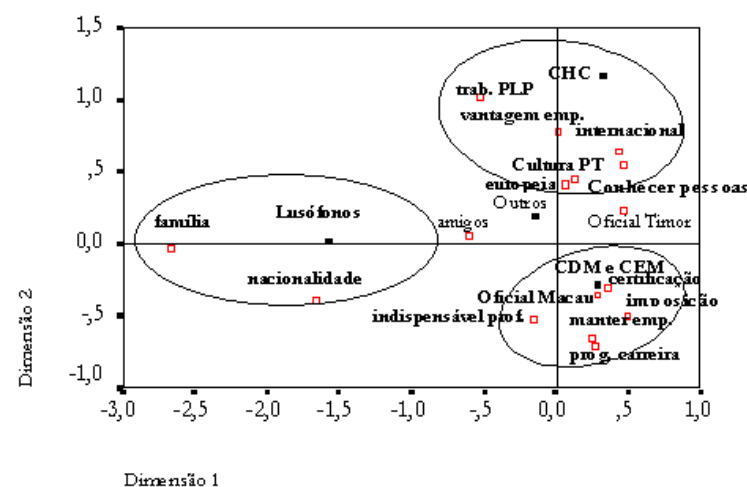


fig. 2 – Projeção das razões para aprender português

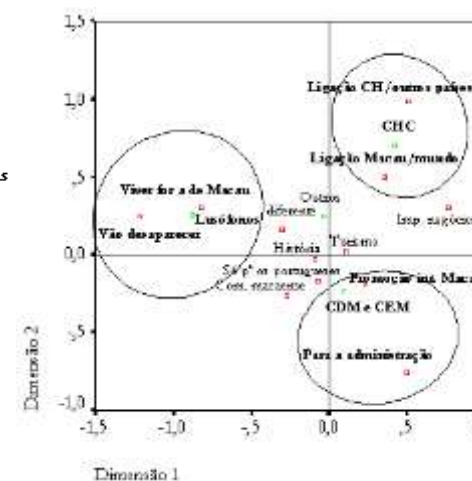


fig. 3 – Projeção da percepção sobre a língua e a cultura portuguesas em Macau

### Bibliografia

- Batalha, Graciete Nogueira (2001), "A Língua de Macau. O que foi e o que é.", in *Lusofonia. Macau na Lusofonia. Vivências e Existências a Oriente*, N.º Especial, Revista de Cultura, Macau, Instituto Cultural.
- Baptista, António Santiago, e Oliveira, Celina (1999), *A Administração de Macau durante o Período de Transição*, Macau, Gabinete do Governador de Macau.
- De Swaan, Abram (2001), *Words of the World: the global language system*, Cambridge, Polity Press.
- Piteira, Carlos Manuel (1999), *Mudanças Socioculturais em Macau (A questão étnica do Macaense)*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Silva, Perpétua Santos (2005), *Estudantes de Português numa Macau do Século XXI*, Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, Lisboa, ISCTE – IUL.

### SIGLAS UTILIZADAS:

CDM – Chineses de Macau; CEM – Chineses em Macau; CHC – Chineses da China Continental; DST – Direção de Serviços de Turismo; LM – Língua materna; L2 – Língua Segunda; LE – Língua estrangeira; PLM – Português Língua Materna; PLE – Português Língua estrangeira; PL2 – Português Língua segunda; RAEM – Região Administrativa Especial de Macau; RPC – República Popular da China.

## 37. RENATO EPIFÂNIO

**RENATO EPIFÂNIO:** Bolseiro do pós-doutoramento (FCT); Membro do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira e da Direção da Associação Agostinho da Silva; Secretário executivo das Comissão das Comemorações do seu Centenário; investigador na área da "Filosofia em Portugal", com dezenas de estudos publicados; Licenciatura e Mestrado em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; doutorou-se, na mesma Faculdade, no dia 14 de dezembro de 2004, com a dissertação *Fundamentos e Firmamentos do pensamento português contemporâneo: uma perspetiva a partir da visão de José Marinho* (IN-CM, no prelo); autor das obras *Visões de Agostinho da Silva* (Zéfiro, 2006), *Perspetivas sobre Agostinho da Silva* (Zéfiro, 2008), *Via Aberta: de Marinho a Pessoa, da Finisterra ao Oriente* (Zéfiro, 2009) e *Repertório da Bibliografia Filosófica Portuguesa* (Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2007), já em parte publicado na *Philosophica*, Revista do Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Partilha, com Paulo Borges e Celeste Natário, a Direção da Revista NOVA ÁGUIA e é o Diretor da Coleção de livros com o mesmo nome (Zéfiro). Faz ainda parte da Comissão Coordenadora do MIL: Movimento Internacional Lusófono.

## SINOPSE - TEMA 1.4. O LEGADO DE AGOSTINHO DA SILVA: 15 ANOS APÓS A SUA MORTE. RENATO EPIFÂNIO, MIL: MOVIMENTO INTERNACIONAL LUSÓFONO.

Quinze anos após a morte de Agostinho da Silva, há, decerto, muitos legados, pelo menos tantos quantos aqueles que, ainda hoje, se reconhecem no pensamento e na ação de Agostinho.

Para mais, Agostinho teve um percurso muito sinuoso – começou, na sua juventude, por ser "integralista"; depois, assumiu, quase na íntegra, o ideário "seareiro"; só enfim, já no Brasil, se tornou, dir-se-ia, "agostiniano". Como já escrevemos a esse respeito:

«Se, inquestionavelmente, Agostinho da Silva passou por um "fase integralista", entre 1925 e 1927 – particularmente assumida numa entrevista a Bento Caldas ("O Pensamento Académico: o que diz Agostinho da Silva, estudante da Universidade do Porto e diretor do Porto Académico", in *A Voz*, Lisboa, 24 de maio de 1927) –, e depois, a partir de 1928, por uma "fase europeísta" – de que o texto "Da Imitação da França" (in *Seara Nova*, Lisboa, nº 197, 23 de Janeiro de 1930) será, porventura, o mais representativo –, de franca adesão ao ideário sergiano e da *Seara Nova* em geral, no Brasil começa um nova fase, já não assente na preocupação de difundir uma "cultura geral", de que são expressão os seus Cadernos dos anos 30 e 40. A partir daqui e até ao final da sua vida, será a "cultura portuguesa" – mais exatamente, a "cultura lusófona" –, no seu alcance mais universal, o horizonte primacial do seu questionamento. A nosso ver, a obra *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa* (1957) é a primeira grande expressão desse questionamento: sobre a cultura lusófona, sobre o seu sentido histórico.»<sup>167</sup>

Mesmo, de resto, na última fase do seu sinuoso percurso, Agostinho reuniu pessoas das mais diversas proveniências filosóficas, políticas e religiosas – como igualmente já escrevemos a esse respeito:

«Das várias perplexidades que a pessoa e o pensamento de Agostinho da Silva nos causam, uma das maiores, senão a maior, é o facto de ele atrair pessoas das mais diversas proveniências filosóficas, políticas e religiosas.

Dirão alguns que isso só acontece por engano, por ilusão, de algumas dessas pessoas. Mas, justamente, nós julgamos que não é isso o que acontece. Todas elas, ao reconhecerem-se em Agostinho da Silva, estão relativamente certas. E isso é que é extraordinário. O pensamento agostiniano é de tal modo caleidoscópico que é possível nele se reconhecerem as mais diversas perspetivas, sem se negarem por isso.

E por isso vemos tanto idealistas quanto materialistas, tanto pessoas de direita quanto pessoas de esquerda, tanto crentes como ateus, defenderem, apaixonadamente, como se fosse "seu", o pensamento de Agostinho da Silva. Ele é, como nunca conhecemos ninguém, alguém que em si reúne todas as "tribos".»<sup>168</sup>

Daí, de facto, a dificuldade de definirmos um legado, "o legado". Para mais, Agostinho gerou, e por vezes com alguma "culpa", alguns (grandes) equívocos, junto da opinião pública e publicada – como nós próprios já denunciámos no nosso estudo *Perspetivas sobre Agostinho da Silva na imprensa portuguesa*<sup>169</sup>. Ainda hoje, vamos encontrando pessoas que apenas conheceram Agostinho através das suas "Conversas Vadias" – o programa da RTP que o

167 In *As três fases do pensamento de Agostinho da Silva*, projeto de dissertação de pós-doutoramento (em curso).

168 In "Introdução" a Agostinho da Silva, pensador do mundo a haver: Atas do Congresso Internacional do Centenário de Nascimento de Agostinho da Silva, Lisboa, Zéfiro, 2007, p. 11.

169 Zéfiro, 2008.

## Atas colóquio da lusofonia –

celebrizou junto do grande público<sup>170</sup>. E que, por isso, repetem, sem qualquer sentido crítico, alguns lugares-comuns: nomeadamente, que Agostinho era “contra o trabalho”, defendendo uma vida, para todos, de “pura ociosidade”. Basta olhar para a vida do próprio Agostinho para verificarmos o quão equívoca é essa perspetiva. Para a sua própria vida e para os seus textos – nestes, é manifesto que Agostinho não se satisfaz com uma posição meramente anticapitalista; antes assume, diríamos, uma posição “pós-capitalista”, reconhecendo o fundamental papel histórico que o capitalismo teve no nosso desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento tecnológico esse que Agostinho, ao contrário de muitos outros filósofos seus contemporâneos, valorizou. E não de forma ingénua – Agostinho, aliás, também ao contrário do que em geral se pensa, era bem pouco ingénuo, como se pode comprovar, por exemplo, por estas suas palavras (escritas, saliente-se, há mais de cinquenta anos), de uma lucidez inultrapassável:

“Que vão fazer os homens bem alimentados, bem vestidos e bem alojados e bem transportados que a técnica nos poderia apresentar desde já? Nenhuma experiência foi jamais feita em grande escala e, portanto, nada se pode afirmar de um modo que seja mais ou menos científico; mas há todas as razões para temer, pelo exemplo de certos países em que se atingiu já um nível de vida razoavelmente elevado, que a Humanidade caísse na mais deplorável das decadências (...).”<sup>171</sup>.

Quanto muito, terá talvez sido algo ingénuo nalgumas das suas teses pedagógicas. Mas, a esse respeito, importa salientar que Agostinho as enunciou num determinado contexto (o de uma sociedade particularmente autoritária e conservadora); no contexto de hoje, as soluções pedagógicas terão que ser, provavelmente, diversas...

O mesmo já não acontece, a nosso ver, com o caminho que Agostinho apontou para Portugal: de cada vez maior assunção da nossa dimensão lusófona. Cada vez mais, na nossa perspetiva, Portugal só faz sentido no quadro do espaço lusófono – tendo tanto mais futuro quanto mais se assumir nesse espaço, no seio dessa crescente comunidade de falantes de língua portuguesa – atualmente, mais de 240 milhões...

Daí, em suma, a importância dada à língua e à cultura – como já igualmente escrevemos, a propósito da recetividade que tiveram as Comemorações do Centenário do Nascimento de Agostinho da Silva, que decorreram que em 2006:

«...na nossa perspetiva, a adesão de tanta gente a estas Comemorações, não só em Portugal como por esse mundo fora, em particular no espaço lusófono, é uma reação ao cada vez maior vazio cultural existente nos mais diversos planos, desde logo, no plano político. Cada vez mais, com efeito, a política parece reduzir-se a uma mera gestão económica, sem qualquer Horizonte. Não que essa gestão económica não seja importante. Simplesmente, não é isso o que faz de um conjunto de pessoas uma real comunidade. Para que isso aconteça, o elo não pode ser apenas económico – tem que ser, sobretudo, cultural. Só esse elo, esse Horizonte, pode dar um sentido maior à vida de todos nós – individual e coletivamente considerada. Ora, mais do que ninguém, foi esse Horizonte que Agostinho da Silva nos apontou.»<sup>172</sup>.

Eis, a nosso ver, o seu maior legado.

P.S.: Escusado será dizer que, para nós, este projeto – o da NOVA ÁGUIA e do MIL: MOVIMENTO INTERNACIONAL LUSÓFONO –, não resulta senão da assunção, plena, desse “maior legado”.

A esse respeito, transcrevemos aqui, o texto que lemos no dia 10 de junho de 2006, na Feira do Livro de Lisboa, numa evocação de Agostinho da Silva, onde igualmente participaram Miguel Real, Paulo Borges e Pinharanda Gomes, texto que depois publicámos, de forma mais desenvolvida, no nosso estudo *Visões de Agostinho da Silva*<sup>173</sup>:

### AGOSTINHO DA SILVA: DA IMPORTÂNCIA DA CULTURA<sup>174</sup>

Agostinho da Silva, cujo centenário do nascimento se comemorou no ano de 2006, é, por muita gente, tido como um filósofo “bem-intencionado”, “generoso”, mas, por isso mesmo, demasiado otimista, demasiado ingénuo...

Essa “impressão geral” não resiste, contudo, ao confronto com alguns textos do próprio Agostinho da Silva. Eis, em particular, o que veremos na sua obra *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa*, obra redigida em 1957, já no Brasil, para onde Agostinho partira em 1944 e donde só voltou em 1969, vinte cinco anos depois, para, de novo em Portugal, viver os últimos vinte e cinco anos da sua vida.

Na sua obra *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa* faz, Agostinho da Silva, uma retrospectiva da História de Portugal, desde a genesiaca cisão com Castela, passando por toda a Gesta dos Descobrimentos, até à situação portuguesa de então.

Sendo esse o enfoque, a perspetiva agostiniana extravasa em muito esse horizonte. De tal forma que, em particular no seu último capítulo, desenvolve, Agostinho da Silva, uma reflexão sobre as sociedades de hoje – entendamo-nos: sobre as sociedades de hoje no primeiro mundo, as chamadas “sociedades da abundância” –, reflexão essa de tonalidades bem sombrias...

Com efeito, se nesse último capítulo, prefigura Agostinho a possibilidade de se “varrer de vez da face do universo a miséria material da Humanidade” – prefiguração não tão ingénua quanto parece, dada a exponencial evolução da técnica –, pergunta-se o mesmo Agostinho que tipo de sociedades resultaria dessa plena erradicação da miséria.

Ouçamos as suas palavras: “Que vão fazer os homens bem alimentados, bem vestidos e bem alojados e bem transportados que a técnica nos poderia apresentar desde já? Nenhuma experiência foi jamais feita em grande escala e, portanto, nada se pode afirmar de um modo que seja mais ou menos científico; mas há todas as razões para temer, pelo exemplo de certos países em que se atingiu já um nível de vida razoavelmente elevado, que a Humanidade caísse na mais deplorável das decadências (...).”<sup>175</sup>. Eis, a nosso ver, o que já hoje se pode verificar em “grande escala”. Se é verdade que a grande maioria da humanidade se debate ainda pela satisfação das suas necessidades materiais básicas – alimentação, vestuário e alojamento –, a imensa minoria que já as supriu não parece saber hoje, na sua grande parte, “para que viver”. Como se, satisfeitas as necessidades materiais básicas, a humanidade não tivesse mais nada à sua frente senão o vazio.

Face a esse vazio, a essa “vida vazia”, exorta-nos, Agostinho da Silva, à “vida plena”. Mas o que será – perguntar-se-á – essa “vida plena”? Para começar, ela será, decerto, a antítese da “vida vazia”, aquela que não encontra, de forma alguma, ou só de forma insuficiente, resposta à questão “para que viver?”. A partir daqui, não há, obviamente, uma única resposta. É cada um de nós, na sua irredutível singularidade, que sabe como pode fazer verdadeiramente da sua vida uma “vida plena”.

Ainda assim, Agostinho da Silva dá-nos algumas pistas – daí, desde logo, toda a importância da noção de cultura no seu pensamento enquanto fundamental instância mediadora no processo de plenificação humana. Iniciando-se esse processo na satisfação das necessidades materiais básicas – alimentação, vestuário e alojamento –, facto por Agostinho em nenhum instante escamoteado – e daí toda a dimensão sociopolítica do seu pensamento –, ele só se cumpre verdadeiramente no sobre-sequente plano espiritual, ou seja, ele só na verdade se cumpre na exata medida em que o homem, cada um de nós, se cumpre espiritualmente.

Eis, igualmente, o que Agostinho da Silva sempre salientou – e daí, também, toda a dimensão ético-metafísica do seu pensamento. Em Agostinho, contudo, na nossa perspetiva, essa realização espiritual é, primeiramente, uma realização cultural. E daí, de facto, toda a importância por Agostinho atribuída à cultura. É por via desta, na sua completa assunção, que o homem pode aceder ao “Espírito”. Daí também, de resto, os múltiplos caminhos possíveis de realização espiritual: *a priori*, tantos quanto o número de culturas.

À luz desta perspetiva, compreende-se pois bem o sentido da valorização agostiniana da “cultura portuguesa”. Ela não é valorizada para se impor, de forma mais menos “imperialística”, a qualquer outra. Ela é valorizada para que nós, portugueses, nos possamos elevar através dela, assim nos cumprindo espiritualmente. Quanto muito, é esse o exemplo que Agostinho da Silva pretendia dar ao mundo: a de um povo que se eleva através da plena assunção da sua cultura, assim se realizando espiritualmente. Não para que os outros povos assumam a nossa cultura, mas, ao contrário, a sua própria. É disso, tão-só, que se trata: que cada um, por extensão, cada comunidade, assuma, plenamente, a sua cultura.

A nosso ver, o tão vilipendiado “Quinto Império” de que fala Agostinho da Silva não é senão isso: o espaço-tempo em que todas as comunidades, todos os povos, possam, de forma inteiramente livre, assumir, de modo pleno, a sua cultura. Não, longe disso, um império apenas português – também português, na medida em que nele a cultura portuguesa deve também poder afirmar-se, mas não apenas, ou sequer hegemonicamente, por mais que de forma dissimulada, português. Eis o que, na nossa perspetiva, nunca será demais salientar, dado o facto da valorização agostiniana da “cultura portuguesa” ter sido muitas vezes entendida de forma igualmente errónea. Como aqui defendemos, ela deve ser entendida, sobretudo, como uma via para a plena realização espiritual.

Contestarão, alguns, a possibilidade de a cultura ser uma via para a plena realização espiritual, defendendo que esta se cumpre, ao invés, na superação daquela. Provavelmente, defendem também que a filosofia se cumpre para além de todas as culturas, de qualquer vinculação a uma língua em particular. Na nossa perspetiva, porém, passa-se exatamente o contrário: é no aprofundamento das virtualidades de uma língua que o discurso filosófico pode emergir enquanto tal. De outro modo, ele

<sup>170</sup> Entretanto reeditada em DVD, numa parceria entre a Associação Agostinho da Silva, a Alfândega Filmes, a RTP e o jornal *Público* (2006).

<sup>171</sup> In “Reflexão à margem da história da literatura portuguesa”, *Ensaios sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Âncora, 2000, vol. I, p. 84. Daí ainda, nesta esteira, estas suas palavras: “...donde a fome se tiver ausentado, o tédio virá com o seu desespero não menos terrível. E à pergunta hoje quotidiana para milhões e milhões de ‘como viver?’ se substituirá a pergunta de ‘para que viver?’”. A qual, mesmo pelo pouco que hoje podemos observar, não é menos terrível na sua mortalidade.” [*Ibid.*, p. 85].

<sup>172</sup> In “Introdução” a *Perspetivas sobre Agostinho da Silva na imprensa portuguesa*, ed. cit., p. 16. Havíamos já desenvolvido esta perspetiva na obra *Visões de Agostinho da Silva* (Zéfiro, 2006).

<sup>173</sup> Zéfiro, 2006.

<sup>174</sup> Texto lido no dia 10 de Junho de 2006, na Feira do Livro de Lisboa, numa evocação de Agostinho da Silva, onde igualmente participaram Miguel Real, Paulo Borges e Pinharanda Gomes.

<sup>175</sup> *Ensaios sobre a Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira*, org. de Paulo A.E. Borges, Lisboa, Âncora, 2000, vol. I, p. 84. Daí ainda, nesta esteira, estas suas palavras: “...donde a fome se tiver ausentado, o tédio virá com o seu desespero não menos terrível. E à pergunta hoje quotidiana para milhões e milhões de ‘como viver?’ se substituirá a pergunta de ‘para que viver?’”. A qual, mesmo pelo pouco que hoje podemos observar, não é menos terrível na sua mortalidade.” [*Ibid.*, p. 85].

## Atas colóquio da lusofonia –

será sempre apenas um discurso comum: mais facilmente comunicável, mas não muito mais do que isso. Analogamente, a via da plena realização espiritual passa, na nossa perspetiva, pelo aprofundamento do sentido de uma cultura, da mundividência que lhe subjaz. De outro modo, ela será apenas uma via geral: mais facilmente generalizável, mas não muito mais do que isso.

De resto, a valorização da cultura tem também virtualidades materiais ou, mais especificamente, sociais. Só ela pode ser o elo que sustenta uma sociedade. Se uma sociedade se baseia apenas num elo económico, cedo se desagregará, como se torna cada vez mais evidente... Por muito que isso repugne a alguns, é também através dela, da cultura, que se cimentam as solidariedades internacionais. Se, em geral, os portugueses foram – e continuam a ser – tão solidários com a causa timorense, foi, em grande medida, porque havia, porque há, um elo entre Portugal e Timor: um elo cultural, precisamente. Dir-se-á que o nosso móbil deveria ser sempre o amor pela humanidade em geral e não por nenhuma cultura em particular. É defensável, mas não é isso que, na nossa perspetiva, acontece. Daí que devamos agir em consequência.

P.S.: Escusado será dizer que, para nós, este projeto – o da NOVA ÁGUIA e do MIL: MOVIMENTO INTERNACIONAL LUSÓFONO –, não é senão o resultado dessa nossa exortação final.

### **O PRIMEIRO ANO DO MIL: MOVIMENTO INTERNACIONAL LUSÓFONO & RESPOSTAS AO INQUÉRITO REALIZADO A TODOS OS MEMBROS DO MIL.**

Como é sabido, o MIL é o movimento cultural e cívico prefigurado no Manifesto da NOVA ÁGUIA – o seu nome foi objeto de uma votação pública nas últimas semanas de 2007. O MIL, já assim batizado, nasceu pois no princípio de 2008, exatamente no primeiro dia de Janeiro.

O ideário do MIL encontra-se definido na sua “Declaração de Princípios e Objetivos” (no essencial, igualmente prefigurados no Manifesto da NOVA ÁGUIA). Caso o tenham feito de forma responsável, todas as pessoas que aderiram ao MIL fizeram-no porque se reconhecem, em geral, nessa “Declaração”.

Até ao momento, aderiram já ao MIL cerca de oito centenas de pessoas, de todo o espaço lusófono – a proporção é: 3 quintos de portugueses, um quinto de brasileiros, o outro quinto de outros países (incluindo de todos os outros países da CPLP). A esse respeito, saliento, nesse último quinto, um número significativo de adesões oriundas da Galiza (ver coluna esquerda do nosso blogue, onde aparecem os diversos órgãos da NOVA ÁGUIA e do MIL).

Decerto, há várias formas de olhar para estes números: é sempre possível ver o copo meio cheio ou meio vazio. Façamos, a esse respeito, mais um pouco de História.

Logo aquando da primeira leitura oficial do Manifesto da NOVA ÁGUIA, a 10 de outubro de 2007, no Porto, durante um Congresso de Filosofia, foi visível que, precisamente por ser um Manifesto forte, ele não era aceite por todos (e estávamos, por assim dizer, perante uma assistência “amigável”). Já se sabe: quem marca uma posição, gera oposição.

Depois, enviámos convites a muita gente e houve várias recusas. Lembro-me, por exemplo, de pelo menos uma pessoa ter recusado o convite, muito amavelmente, dizendo-nos que não se revia na linguagem “protoidentitária” do Manifesto. Nada de extraordinário: há muita gente que, legitimamente, é avessa a expressões como “sentido histórico da cultura portuguesa”, “nossa vocação”, “destinação coletiva”, etc. Por isso, por exemplo, sempre olharam com desconfiança Agostinho da Silva, Pessoa, Pascoaes (o próprio Eduardo Lourenço, apesar da sua linguagem mais “suave”). Por isso, também, naturalmente, não se reconheceram no nosso Manifesto, pelo menos a ponto de aderirem a este projeto. Sempre encarei isso com naturalidade – para conseguirmos a adesão dessas pessoas, teríamos que descaraterizar de tal modo o Manifesto que este se tornaria outra coisa. E isso, pelo menos para mim, nunca foi opção. As nossas petições também geraram bastante oposição. Se a primeira, “Por uma Força Lusófona de Manutenção do Paz” não levou ninguém a sair (mas terá, admito-o, levado alguma gente a não entrar), isso aconteceu com a segunda, a respeito do Acordo Ortográfico: houve uma pessoa que se desvinculou do MIL por causa dessa Petição e houve pelo menos uma pessoa que não aderiu ao MIL por causa dela (pessoa, aliás, bem conhecida: Carlos Pinto Coelho, o ex-apresentador do célebre programa televisivo “Acontece”). O mesmo aconteceu depois com a nossa defesa do “Passaporte Lusófono”: houve uma pessoa que saiu por causa dessa Petição. E, por causa dela, continuamos a ser atacados em vários sítios – nomeadamente, em vários blogues de extrema-direita, que nos acusam de nos vergarmos aos “brasucas”, de querermos o país “cheio de pretos”, etc. (como se nós não tivéssemos sempre defendido um Portugal “lusofonamente mestiço”). Por outro lado, na extrema-esquerda, por causa da nossa expressa defesa dos valores da Língua, da Cultura e da Pátria, também já temos sido acusados de “salazaristas” (acusação que apenas pode ter eco em mentes mais idiotas e / ou sectárias).

Poderia aqui referir as muitas pessoas que, ao invés, aderiram ao MIL por causa dessas Petições, mas esse não é ponto. O ponto é que as três petições emanaram da nossa “Declaração de Princípios e Objetivos” (como é facilmente argumentável; eu próprio o fiz até à exaustão). Poderíamos, porventura, não o ter feito. Poderíamos, eventualmente, tê-las formulado de uma forma menos comprometida – no caso da última, por exemplo, foi sugerido (não importa por quem) que se fizesse uma mera denúncia da “Diretiva do Retorno” sem qualquer referência ao “Passaporte Lusófono”. Mas o ponto é que nós não somos uma mera associação de defesa de imigrantes (sem qualquer desprimor para estas), nós somos um movimento que se assume como “internacional lusófono”. Logo, essa referência lusófona – mais concretamente, ao espaço lusófono e à cidadania lusófona – tem que aparecer sempre em todas as nossas posições públicas. Ao longo deste seu primeiro ano de existência, o MIL já demarcou igualmente o seu lugar no espaço público. Algumas das posições que tomámos tiveram uma significativa repercussão nos media e, em geral, na blogosfera, quer em Portugal, quer em outros países da CPLP. Através desses ecos, cimentou-se a singularidade da nossa visão e da nossa voz: no espaço público, somos, cada vez mais, aquela voz que defende a Lusofonia e, de forma coerente e consequente, o reforço dos laços entre os países da CPLP, em todos os planos – cultural, desde logo, mas também social, económico e político.

Essa é pois, em suma, a nossa “marca” – um ano depois, já solidamente definida. Quem, de boa-fé, atentar nos nossos documentos – na Declaração de Princípios e Objetivos, nas Petições e nos diversos Comunicados que fomos emitindo ao longo do ano –, reconhece já bem essa “marca”. A ela, por causa dela, já aderiu muita gente. Por causa dela, muita outra gente (impossível quantificar) não aderiu. Como diria o outro, é a vida...

\*

### **RESPOSTAS AO INQUÉRITO REALIZADO A TODOS OS MEMBROS DO MIL.**

1. Das mais de oitocentas pessoas que, até ao momento, aderiram ao MIL, cerca de 3 quartos fizeram-no por se reconhecerem na nossa “Declaração de Princípios e Objetivos”.
2. Uma enorme maioria (cerca de 90%) acha que se pode falar de uma “vocação histórico-cultural da comunidade lusófona”.
3. Uma enorme maioria (cerca de 90%) acha que o reforço dos laços entre os países lusófonos se deve realizar “não só no plano cultural mas também social, económico e político”.
4. Cerca de 3 quartos acham que o âmbito de atuação do MIL deve ser “não só no plano cultural mas também social, económico e político”.
5. Cerca de 3 quartos concordam com a criação do cargo de “Presidente da CPLP”.
6. Apenas metade concorda com o nome de José Ramos-Horta (nas sugestões de outros nomes, não há, contudo, nenhum outro que sobressaia).
7. Um pouco mais de metade concorda que o aprofundamento da CPLP deve evoluir no sentido de um modelo de integração política como a atual União Europeia.
8. Das petições lançadas pelo MIL, a mais controversa foi a petição sobre o Acordo Ortográfico.
9. Cerca de 3 quartos consideram a Revista NOVA ÁGUIA “boa ou muita boa”.
10. Cerca de dois terços consideram a Pátria “um valor da maior importância”, sendo que apenas um quinto reduz o horizonte da Pátria ao espaço do seu país.
11. Cerca de 3 quartos consideram o Blogue NOVA ÁGUIA “bom ou muito bom”.
12. Mais de metade considera o site do MIL “bom”.

\*

### **PRINCIPAIS ILAÇÕES.**

#### Atas colóquio da lusofonia –

1. Em geral, as pessoas que aderiram ao MIL fizeram-no de forma consciente, ou seja, tendo lido previamente a nossa “Declaração de Princípios e Objetivos”. Nessa medida, consideram não apenas que se pode falar de uma “vocação histórico-cultural da comunidade lusófona”, como, coerentemente, defendem o reforço dos laços entre os países lusófonos – a todos os níveis: não só no plano cultural mas também social, económico e político. Afirmando ainda que esse deve ser o âmbito de atuação do MIL.
2. Concordando, em geral, com a proposta da criação do cargo de Presidente da CPLP, dividem-se mais quanto ao nome proposto, o de José Ramos Horta (o que não surpreende: os nomes dividem sempre mais), e são mais cautelosos quanto a uma integração política entre os países da CPLP, pelo menos a exemplo do que acontece na União Europeia (o que também não surpreende).
3. A defesa do Acordo Ortográfico continua a ser a “bandeira” do MIL que mais nos divide. Mas não de forma grave, dado que todos, em geral, percebem que o Acordo que o MIL reclama para a CPLP está muito para além do plano ortográfico – podendo mesmo realizar-se, em tese, sem este.
4. Em geral, as pessoas gostaram da Revista NOVA ÁGUIA, o que confirma a percepção daqueles que costumam ir aos muitos lançamentos que têm decorrido. A apreciação que mais tenho ouvido a respeito do segundo número tem sido, de resto, a seguinte: “está ainda melhor do que o primeiro”.
5. Na sua grande maioria, as pessoas gostam também do Blogue da NOVA ÁGUIA, ainda que este suscite também algumas opiniões adversas (dado ser, por natureza, um espaço de polémica). Já o site do MIL não desperta tantas paixões (positivas ou negativas).
6. Consideraram igualmente oportuno o tema do primeiro número da Revista: “atualidade da ideia de Pátria”. Atendendo aos resultados, este não é apenas, aliás, um “tema atual” como um “valor da maior importância”. Onde se conclui, a meu ver, que a atitude mais consonante com o MIL é a de um assumido patriotismo transnacionalista ou lusófono-universalista, dado que, como referimos, apenas um quinto reduz o horizonte da Pátria ao espaço do seu país.

38. ROSÁRIO GIRÃO E  
39. MANUEL J. SILVA



**MARIA DO ROSÁRIO GIRÃO RIBEIRO DOS SANTOS** doutorou-se na Universidade do Minho, onde é Professora Associada de nomeação definitiva (investigadora e docente), com uma tese subordinada ao tema *À sombra de Baudelaire. Estudo da receção de Baudelaire na Literatura Portuguesa. De finais do Romantismo ao Modernismo*. Desde então, tem vindo a lecionar disciplinas no âmbito da Literatura Comparada, Literatura Portuguesa / Literatura Francesa e Literatura e Mito, e a orientar teses de Mestrado e de Doutoramento. Após a publicação, em 2007, de *Os Fantasmas de Troia: La bella Elena*, deu ao prelo, recentemente, o ensaio intitulado *Monsieur Proust: O Homem das Leituras Solitárias*. Encontra-se a terminar um outro ensaio, no âmbito da literatura comparada, sobre o *Retrato do Artista na Ficção*.

**MANUEL JOSÉ SILVA** doutorou-se na Universidade de Caen, França, com um “Doctorat d’État” intitulado “Quelques aspects de la complémentation verbale dans la phrase simple en français contemporain”. Publicou (2008) um ensaio intitulado *La langue Française et l’Histoire*. Encontra-se, atualmente, a elaborar a obra cujo título é *D. Sebastião: entre a História e o Mito*.

#### SINOPSE - TEMA 2.6 NO ‘RASTO’ DE JC: AS ‘ROTAS’ DA MEMÓRIA... MARIA DO ROSÁRIO GIRÃO RIBEIRO DOS SANTOS E MANUEL JOSÉ SILVA, UNIVERSIDADE DO MINHO

Quem nunca desconfiou da *autobiografia*, tão falaciosamente linear, que estabelece um pacto referencial, se assume como pura subjetividade e detém uma função (questionável...) de verdade? Quem nunca questionou o *jornal íntimo*, diariamente escrito (em princípio...) e obrigatoriamente datado, bem como o ensaio, ambos provenientes de uma estética do “non finito”? Quem nunca se deteve no *autorretrato* e na *autoficção*, suscetível de ser definida como o desejo de criar uma nova individualidade, pela via da osmose entre ficção e referencialidade?

A obra de C.C., *obra total*, assume-se como resposta exemplar a uma ineficaz indecisão teórica: escrita na terceira pessoa (uma ‘não pessoa’, pois nem designa o leitor nem o alocutário...), e tendo como protagonista o “castelão” (alterónimo do Autor) J.C., à “janela do seu ‘castelo’ onde tem o seu escritório”, ela oferece, mediante a restrição do ponto de vista instaurado(a), um amplo ‘fresco’ social e uma aprofundada reflexão, quer sobre o ‘fenómeno’ genológico (poemas, crónicas, lendas, fragmentos de jornais íntimos, documentários), quer sobre os eventos mais marcantes de uma ‘consciência’ em devir (o compromisso com a justiça, a luta contra a corrupção e a revolta perante o facilitismo consuetudinário), quer sobre os espaços e os tempos não ao acaso respigados (“De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores”) - numa perspetiva geográfica, histórica e política -, que formaram o Homem / Escritor e com ele entreteceram relações eufóricas e disfóricas.

Um novo conceito subjacente à escrita pessoal perfila-se, assim, no horizonte: a “circum-navegação” entendida como relato subjetivo de uma existência que os espaços configuram e como retrato de uma época conturbada (cinquenta anos de História?), objetivamente pincelado pela distância que o alterónimo faculta e que a memória incentiva.

Nem sempre a teoria e a crítica literárias se revelam eficazes no tocante à delimitação de fronteiras entre as diversas categorias de escritos pessoais e à representação multifacetada do *eu* íntimo (invenção cartesiana... de Pascal), ou, por outras palavras, da substantivação do pronome, indicador contextual e indexual da primeira pessoa. É o caso da autobiografia, que obedece, em geral, a uma sucessão linear de etapas cronológicas, que estabelece um pacto autorreferencial pela via do compromisso de autenticidade firmado pelo Autor<sup>176</sup> e que tanto detém uma função de conquista de verdade (visando desmascarar réstias de ficção) como uma função de domesticação do tempo (a conferir um valor de monumento à obra catarticamente redigida) e, por fim, uma função de comunicação anelada (pela dimensão ilocutória subjacente à escrita catártica). A ‘grafia do eu’ oscila, assim, entre o *modus significandi* das palavras da subjetividade e o *modus agendi* que remete para o uso de tal (tais) palavra(s) subjetiva(s).

<sup>176</sup> Segundo Jean Starobinski (1970), só se pode falar de autobiografia quando há identidade entre o narrador e o herói da narração, assim como primazia da narração sobre a descrição e noção de percurso ou trajetória (de uma existência). Por seu turno, Philippe Lejeune define autobiografia como uma narrativa retrospectiva em prosa “qu’une personne réelle fait de sa propre existence lorsqu’elle met l’accent sur sa vie individuelle, en particulier sur l’histoire de sa personnalité.” (1975: 14).

Na sequência desta definição incipiente e / ou de uma constrangedora incompletude, parece não ser despidendo abordar alguns ‘marcos’ de análise que reputamos cruciais (Clerc, 2001: 77), tais como o título e o subtítulo, a seleção dos episódios evocados e a alternância dos jogos verbais. Género misto, ancorado na narrativa e no discurso, a autobiografia não raro é interrompida por uma súpula elucidativa de observações tecidas no presente de enunciação e suscetíveis de sublinharem a dependência dos factos da história à voz narrativa que os organiza. Vê-se, assim, ritmada pelo comentário interpretativo, por parte do escritor, dos atos passados da personagem que ele foi e já não é: “A vida passada só fazia sentido para o ego que fora mas já não era.” (Chrystello, 2009: 20); longe, porém, de ser um discurso solipsista, o monólogo consigo mesmo (inscrevendo-se neste dialogismo uma dualidade traduzida pela escrita do vivido e pela sua subsequente exegese) estimula o diálogo, de onde o leitor (nomeado ou subentendido) não está obviamente excluído: “Isto pode ajudar o leitor a compreender o que se vai seguir.” (2009: 322) / “Ainda bem que foram os portugueses quem ‘descobriu’ o Brasil. Imaginem que se fossem os espanhóis ou os ingleses não havia índios como eles fizeram na América do Sul e na Austrália aos aborígenes.” (2009: 129).

Nesta conjuntura teórica, *ChrónicaAçores*, de Chrys Chrystello, poderia ser ‘rotulada’ de autobiografia, na medida em que dá a sensação de percorrer, conquanto de modo descontínuo, as etapas vivenciais mais marcantes da trajetória de JC: “Do anti-herói. Do nascimento”, “Casa nova. A família em crescimento é como as desgraças nunca vêm sós”, “Liceu e entretenimentos doutras eras”, “A entrada na Universidade é sempre traumática”, “Finalmente a malfadada tropa e o casamento, dois males nunca andam sós”, “maio 1974, a expetativa, a fraude e o desengano”, “Annus Horribilis. Outubro 1976: Diáspora macaense”, “O regresso a Díli”, “Austrália. A Ilha e o nascimento duma filha” e “Letras Açorianas”. Esta reconstituição de vivências, não ao acaso respigada na “Circum-navegação” de Chrys Chrystello, obedece menos à ordem cronológica (sendo constantes as anacronias sob forma de analepses esclarecedoras e de aliciantes prolepses) do que à matriz temática: não será, aliás, a cronologia (tempo da realidade e não tempo anacrónico da escrita) uma pura ilusão, posto que, sinónima de reconstrução, determina relações de causalidade nem sempre existentes na vida? Por seu turno, o autobiógrafo sofre<sup>177</sup>, pensa-se e diz-se como um ser de exceção ou como a origem irrefutável de todos os valores, enquanto o memorialista, mediante o balanço da sua existência em função da exegese do fresco sociocultural, tem como escopo a recapitulação dos conflitos mais pertinentes da sua geração (Hubier, 2003: 54). A não exemplaridade de JC, por ele confessada e assumida, sobressai ao longo dos seus périplos e respetivas experiências que se não furta a partilhar: não só é um anti-herói convicto como um observador passivo (2009: 103) que, de decénio em decénio, vai desiludindo os Pais (2009: 264), comprazendo-se em obter a mais baixa classificação como Oficial do Exército (2009: 272) e sendo renitente a “exames de qualquer tipo” (2009: 43). Reconhecendo que anda “ao contrário de todo o mundo” (2009: 126), não só prepara a via à irrupção da sátira (num universo às avessas) como empresta à sua obra, *total* e *plural*, uma coloração picaresca: contudo, não será o mundo o genuíno ‘herói’ pícaro em vez do pseudo picaresco JC? Ainda nesta ordem de ideias, o discurso memorialista tende a proteger-se da introspeção e a privilegiar a narração, dá primazia à História relativizando a pessoa e, ao tratar o *eu* como um *ele*, enfatiza o papel histórico do observador, instaura uma distância de bonomia algo irónica entre o narrador e o protagonista, faculta uma visão sociopolítica menos complacente e imparcial, porquanto alicerçada num campo de restrição automático, quase de autocensura. A este respeito, atentemos no *incipit* de *ChrónicaAçores*:

“Felizmente sempre tivera a mania de escrever e guardar o que escrevia. Assim chegou este autor a ler tudo o que JC escrevera ao longo de mais de meio século. Eram notas, pequenos apontamentos, escritos e manuscritos de caligrafia variável como os estados de alma, de vários tamanhos, formatos e estilos, que se haviam acumulado em pastas não catalogadas nem sequer ordenadas de qualquer forma específica. [...] Fora um trabalho longo. Ler e rever tudo o que lhe aparecia escrito e descortinar o que era real, inventado ou meramente sonhado. [...] Uma vez na posse daqueles arquivos preciosos [...] a sua tarefa fora interpretar e colocar geograficamente os eventos nos locais por onde JC passara, que nem um autêntico caixeiro-viajante do mundo, sempre impaciente e insatisfeito em busca de uma pátria, uma mátria, um lar. E é sobre a fluente e vasta escrita de JC que este livro versa. [...] era ainda tímido e acanhado quando nos franqueou a porta para a sua vida e para aqui narrarmos um pouco do seu percurso.” (2009: 19 e 41).

O supracitado fragmento inaugural não deixa de espoletar algumas questões relevantes. Em primeiro lugar, a assunção do género como “memórias”<sup>178</sup>, geradoras de uma autobiografia detentora de precária autonomia. Em segundo lugar, a rutura com o *eu* da convenção e a adoção da terceira pessoa que, não designando o locutor nem o alocutário, constitui o suporte de um discurso emitido por um sujeito escrevente que tem, como horizonte, a *intentio lectoris*: “Rompendo com a tradição iria ajustar a sua identidade à *persona* que aceitara como seu alter-ego e com a qual teria de habitar para o resto dos dias. [...] Fora importante esta dicotomia para definir a sua personalidade, [...]” (2009: 28). Em terceiro lugar, o recurso a um alterónimo, pela via do qual o Autor, a fim de se conhecer melhor, se retrata como se fosse um estranho em relação a si mesmo: “Há decerto um problema de identidade conflituosa que se esgrime e cuja solução foi encontrada nesta identificação tardia com a sua meninice.” (2009: 179). Em quarto lugar, o ineditismo deste autorretrato<sup>179</sup> e heterorretrato, evidenciando quer a transformação psicológica da personagem, no espaço multimodo atravessado, quer a consciência heraclitiana do fluir do tempo, passíveis de justificação tanto da nostalgia difusa como da significação ideológica e política configurando o egotismo literário. Assim é que a prosopografia (pouco ou nada sabemos do aspeto físico de um JC que aderiu à moda “hippie”...) é preterida pela etopeia (sinónima de caracterização psicológica e moral): JC, que viveu três vidas numa só (2009: 20), é um otimista nato (2009: 85), um “sonhador, idealista, poeta e jovem” (2009: 76), um eremita por vocação (e, em simultâneo, um crítico sagaz), um adepto da igualdade (2009: 42) e, por fim, um amante de carros... para não falar da sua bem conhecida vertente multiculturalista. Em quinto lugar, o quadro histórico, a narrativa de viagens e a notícia de jornal (manchete ou não...) não deixam de ser agrupadas sob o nome de crónicas e de ensaios, confrontando, em paralelo, experiências subjacentes à esfera do privado e do público, tecendo analogias e tirando conclusões, qual arte do esboço advinda de uma estética do “non finito” e desembocando num inevitável carácter fragmentário. Este culto do fragmento está, igualmente, patente em excertos de um eventual jornal íntimo, indiciado pela data inserida entre parêntesis curvos: “(14 de dezembro de 2005)” / “(fevereiro de 2007)” (2009: 129 e 265).

Esta escrita do *eu*, que é também, algo paradoxalmente, escrita sobre o *outro*, desagua com frequência na autoficção, “un de ces territoires nouveaux et privilégiés du romanesque contemporain” (Dobrovsky, 1988: 7), género híbrido que estabelece um pacto de verdade intencional, mas não real. Arte da perturbação, alicerçada na ambiguidade e na contradição, a autoficção<sup>180</sup>, caracterizada pelo estabelecimento de correlações entre ficção e referencialidade e pela dificuldade em distinguir o sujeito do enunciado do sujeito da enunciação, surge do desejo de criar pela arte uma nova individualidade, um *outro eu* não permanente que reenvia a uma frágil multiplicidade carecendo de profundidade psicológica. Ora, não se identificará, em certa medida, toda e qualquer autobiografia com uma autoficção? A este propósito, quedemo-nos na elucidativa frase de JC: “Foi tudo inventado numa deprimente tarde chuvosa de inverno aqui na ilha de S. Miguel.” (2009: 255). E não deformará a recordação (mediante a idealização gerada pela distância ou a repulsa que essa mesma distância não olvidada desperta) a experiência vivida *per se* deformada? Será que a felicidade invoca a felicidade e o desespero evoca o desespero? Ou tratar-se-á do caso inverso, como sublinhou Dante – “Nessun maggior dolore che ricordarsi del tempo felice nella miseria” – nos antípodas dos “Souvenirs” de Musset?

Em *ChrónicaAçores*, Chrys Chrystello convoca as memórias do seu alterónimo JC, que de contínuo recorre à memória voluntária e fotográfica<sup>181</sup>, evidenciada pelo número significativo de ocorrências das formas verbais “lembrar” e “recordar”, em quase todos os modos conjugadas: “Recordava JC que, à noite, a vela [...] recortava ilusórias sombras [...]” (2009: 168); “Lembrava-se, em particular, duma Páscoa [...]” (2009: 179); “Será importante recordar aqui [...]” (2009: 249); “Lembra-se de ter escrito um artigo [...]” (2009: 297). Todavia, a memória afetiva (podendo ser definida como um sentimento presente defluindo do choque afetivo da recordação) não está ausente desta obra paradoxalmente confessional e impessoal: é através da memória romântica (Tadié, 1999: 177) que JC se sente impelido a regressar aos espaços de outrora no intuito de reviver, com a intensidade possível, o álbum das fotos antigas<sup>182</sup>. O resultado deste regresso afigura-se constrangedor: um reencontro decetivo com os silêncios do tempo, com a vacuidade dos locais escavada na antiga plenitude e com a iminência da morte pairando de manso

177 Segundo Georges Gusdorf, “La difficulté d’expression atteste une difficulté d’être, non par humilité, comme on le croit parfois, mais par recul devant le grand espace, devant l’affirmation de soi au péril des autres.” (1991: 23).

178 O conceito de *memórias* e de *memória*, metaforizada pelo “baú” e pelos “cofres”, é, aliás, recorrente na obra de Chrys Chrystello: “Depois fora visitar o baú das memórias [...]” (2009: 155); “Essa é, aliás, a única Páscoa da sua vida que conseguia evocar. [...] Além dos arraiais ou festas, por altura dos santos populares, merecia especial relevo nas suas memórias, a apanha e o descasque da amêndoa.” (2009: 180); “Mais uma experiência que se guardaria no baú das memórias.” (2009: 348); “Tantos que nem os nomes lobrigava, aferrolhados nos cofres da memória.” (2009: 124).

179 Do ponto de vista de Michel Beaujour, “La formule opératoire de l’autoportrait est donc: ‘Je ne vous raconterai pas ce que j’ai fait, mais je vais vous dire *qui je suis*.’” (1980: 9).

180 Ver, a este propósito, a definição de Vincent Colonna: “L’écrivain est toujours le héros de son histoire, le pivot autour duquel la matière narrative s’ordonne, mais il affabule son existence à partir de données réelles, reste au plus près de la vraisemblance et crédite son texte d’une vérité au moins subjective – quand ce n’est pas davantage.” (2004: 93).

181 “As lembranças que JC guarda dessa época são mais decorrentes das fotos, [...] das quais reteve uma memória dos eventos por via fotográfica.” (2009: 29); “Há fotografias destas que jamais esmorecem ou amarelecem na memória de cada um.” (2009: 185).

182 “Quando entre 2002 e 2005 tentara percorrer alguns desses caminhos descobrira estradas novas. Alguns locais tinham perdido a sua imagem misteriosa e mística da juventude, e a memória de gentes perdidas.” (2009: 185); “[...] recriara os passos dados, quarenta anos antes, por aldeias, vilas, lugares e lugarejos perdidos na memória de tempos idos. Visitou-os a todos. Raras vezes encontrou os coevos desses percursos da sua infância.” (2009: 155).

sobre a ressurgência emotiva**183**. A par da memória romântica irrompem de mansinho, por vezes sem convite mas bizarramente convidadas, a memória sensitiva, sobremaneira olfativa**184** e auditiva**185**, e a memória imaginativa. Incapacitado de tornar a sentir a sensação de antanho, apressa-se JC a reconstruir a imagem-recordação, bem como o sentimento que julga tê-lo invadido em épocas transatas: “O que mais persiste na sua já distante reminiscência dos factos, a que o tempo, as ficções e os aspetos místicos da imaginação acrescentaram decerto algo, é o enorme fogão a lenha que havia na cozinha.” (2009: 29) / “Quando JC falava da sua estadia em Bali, reconstruía sempre mentalmente esse período [...]” (2009: 371). Nem sempre, porém, JC se consegue recordar, talvez pelo facto de a memória não ser hoje o que dantes era (1999: 368): “Mesmo hodiernamente [...] tentava sem conseguir, recordar-se de cheiros, aromas e sabores dessa época.” (2009: 257). A fecundidade desta rememoração e deste esquecimento é marcada por oportunas digressões incidindo ora sobre as guerras tribais timorenses, ora sobre a descrição ‘pitoresca’ dos templos balineses, ora sobre a controversa descoberta das Ilhas açorianas, ora sobre os contarelos e lendas do património brigantino, exarado, de modo exaustivo, no *Cancioneiro Transmontano*. E não constituirão a digressão histórica ou geográfica e o excuroso político ou cultural meios óbvios de desdramatizar o ato autobiográfico (Didier, 1983: 17), autorizando o seu diferimento e garantindo a sinceridade do circum-navegador? Assim sendo, a datação externa dos eventos sociais, rigorosamente estabelecida, a par da cronologia pessoal, interna e relativa, permitem aos biógrafos ‘descartados’, pois não encartados, traçar genericamente a biografia de JC...

### BIOGRAFIA DE JC

**1949 – Nasce JC (no pós-guerra) (2009: 24).** A sua geração, nascida no pós-guerra (“entenda-se 2ª Grande Guerra”), é uma geração rebelde (2009: 254).

**1951 – Por volta dos dois anos, vai de visita às berças (Trás-os-Montes), à aldeia de Azinhoso, no Mogadouro, e à de Eucísia, em Alfandega da Fé (2009: 30).** Desde esta idade, massacra com beliscões o Sr. Padre Manuel, “há décadas a pregar no Azinhoso” (2009: 190).

**1955 – Cinco anos e meio depois do seu nascimento, nasce sua irmã (2009: 37).**

**1959 – A sua irmã tem quatro anos (2009: 37).**

**1959-1960 – Por esta altura, faz exame de admissão aos liceus, na escola que hoje se chama EB1 nº 18 na Rua dos Miosótis.** Quanto à escola primária, onde estudou até à quarta classe, ela será demolida no decénio de 80 (2009: 43). JC tem pouco mais de nove anos quando a família muda para a Rua do Campo Lindo (2009: 225). Passa a frequentar o Liceu (2009: 229).

**1960 – É um aluno acima da média nos dois primeiros anos do Liceu Alexandre Herculano, sito na Avenida Camilo, Porto (2009: 228).** O percurso de ida e de regresso do Liceu era demorado: JC apanhava um elétrico nº 8 na Rua do Campo Lindo ou um nº7 ou 7 / (“lia-se sete com traço”) na Rua de Vale Formoso (2009: 229). Outras vezes, a professora de Francês, que “levava as filhas ao Rainha Santa” (2009: 229), dá-lhe boleia.

**1961 – Até esta data, e nas férias do verão, iam para a Póvoa do Varzim, “onde alugavam uma casa em frente à velhinha estação dos caminhos-de-ferro” (2009: 44).** Por ter uma ótima voz, até aos doze anos, grava um disco “single”, em casa de seu tio, cujo tema principal é “*Et maintenant*” de Gilbert Bécaud (2009: 228). Por esta altura, abre o primeiro café da zona chamado “Cenáculo” (2009: 233).

**1961-1962 – JC passa férias em Trás-os-Montes.** Teria uns doze ou treze anos quando ‘embarca’, para essa viagem histórica, num Opel Olympia preto, cuja matrícula é IB-17-55 (2009: 159).

**1962-1964 – Vai com os seus dois primos e seu Pai a Penas Róias: o jipe voltou-se e “tiveram todos de saltar para não ficarem debaixo do rodado.” (2009: 193).** Nessas longínquas férias, visita pela primeira vez a Espanha com os seus Pais (2009: 193).

**1963-1964 – Morre a sua bisavó Moraes (“de aparência azeda e de poucas palavras”) aos 91 anos,** teria JC catorze ou quinze anos (2009: 163). No quinto ano do Liceu, JC passa a Letras e reprova a Ciências, pois, nesta época da sua vida (dos treze aos quinze anos) só pensa no sexo oposto (2009: 235). Bebe, aos catorze ou quinze anos, na aldeia da Eucísia, a sua primeira e única cerveja, que o leva “à cama com uma hepatite ‘A’” (2009: 249). Publica, neste período, alguns artigos no jornal *Centauro* (que se opunha ao conservadorismo do jornal *O Prelúdio*), propriedade dos alunos do Liceu Alexandre Herculano (2009: 250).

**1965 – Começa a namorar, aos dezasseis anos, com uma jovem que a família não aprova por não a considerar “compatível com os seus pergaminhos”.** Os dois últimos anos do Curso Liceal decorrem normalmente (2009: 239).

**1966 – Conhece Lisboa, já com dezassete anos (2009: 194).** Morre a sua avó paterna, à qual era muito afeiçoado (2009: 235 e 288).

**1966-1967 – Colabora com a Rádio Alto Douro (RAD),** propriedade do avô de um primo seu (2009: 249). Em abril deste ano, é o primeiro estudante português convidado para um Programa de Intercâmbio com a Finlândia (2009: 274).

**1967 – JC começa a sua longa carreira de jornalista ao fazer a reportagem do “Circuito Internacional de Vila Real” e da “Fórmula 3”,** vendendo “um exclusivo à Rádio Renascença para quem haveria de trabalhar até sair de Portugal em 1973” (2009: 241). Transmite a notícia da morte de Otis Redding (num desastre de aviação ocorrido a 10 de dezembro). Após 1967, e por frequentar o TUP, torna-se politicamente ativo (2009: 258).

**1969 – Estreia-se no TUP (Teatro Universitário do Porto) a 22 de abril.** Em maio está na Covilhã com o Teatro Universitário na estreia da peça de Lope de Vega intitulada “Fuenteovejuna” (2009: 246).

**1970 – Quando faz vinte e um anos, o Pai oferece-lhe um cigarro SG –Ventil, “dizendo que já podia fumar”.** No entanto, JC prefere o seu maço de Estoril e replica: “obrigado, pai, mas prefiro dos meus” (2009: 239).

**1970-1971 – Entre Novembro de 1970 e março de 1971 vende Enciclopédias Verbo** e outros livros “com algum sucesso financeiro.” (2009: 246).

**1972-1973 – Publica, em maio, *Crónicas do Quotidiano Inútil*** (Edição de Autor). Um dos textos poéticos desta coletânea foi dito por Mário Viegas, que viria a falecer em 1996 (2009: 246). A 9 de outubro entra pela primeira vez no Convento de Mafra para seis meses de recruta [Serviço Militar Obrigatório (2009: 271)]: “Ao fim dos seis meses tivera a distinta honra de ser o oficial com a mais baixa classificação que alguma vez se tinha graduado: 10,3 valores.” (2009: 272). Passa um mês em Tomar como Aspirante de Infantaria, reclassificado em Aspirante de Intendência (2009: 272-273), é transferido para Leiria (Ral – 4) como Aspirante SAM (Secretariado e Administração Militar), estagia mais um mês em Santa Margarida e regressa a Leiria, onde permanece de abril a setembro de 1973 (2009: 273).

**1973-1974 – Casamento de JC,** em abril de 1973 (2009: 273). É mobilizado para Timor, com partida marcada para 17 de setembro. Hesita em partir e idealiza uma fuga, pois “Adorava Paris” (onde fizera escala antes de rumar ao Oriente exótico) e receava o desconhecido (2009: 274-275). Em setembro de 1973, descreve Díli (para onde fora destacado como oficial miliciano da Intendência) como uma “cidade sem vida, morrendo devagar nas próprias cinzas.” (2009: 287). De setembro a dezembro deste ano, exerce funções de capitão (na Chefia dos Serviços de Intendência) na vila de Bobonaro, perto da fronteira indonésia, onde escreve quase diariamente à sua esposa sem obter qualquer resposta. Em contrapartida, recebe semanalmente epístolas de seu Pai (2009: 290). A 24 de dezembro de 1973, contacta com a sua Esposa, que não está interessada em vir para Timor (2009: 290).

Vive em Díli de dezembro de 1973 a abril de 1974. É suspenso como Editor-Chefe do jornal *A Voz de Timor* e como autor de “Educação – Um Suplemento Especial”, sendo impedido, até abril de 1974, de se expressar publicamente (2009: 299). 1974 – Vive na Indonésia (2009: 133). JC vê, pela primeira vez, um letreiro na porta dos templos balineses (relativo ao ingresso) que o deixa chocado (2009: 138). Em julho, morre o seu avô materno (2009: 288 e 302). Em meados de setembro, JC, “desiludido com o crescente partidarismo político”, decide demitir-se do seu cargo de Editor-Chefe de *A Voz de Timor* (2009: 323). A 18 de novembro, “chega o novo e último comandante militar que o convida para liderar a pasta da Comunicação Social”, convíte este que declina (2009: 339). Toma, então, a resolução de partir para Bali, “terra paradisíaca dos hippies” (2009: 339). Depois da amnistia decretada pelo General Spínola, JC parte em gozo de licença militar prolongada, viajando para Bali e Java e, depois, para a Austrália, mais concretamente para Melbourne e Sidney (2009: 345). O seu estatuto de “ausente sem licença” é revogado e recebe um louvor pelos serviços prestados. É promovido a Chefe Interino dos Serviços de Intendência (2009: 345).

**1974-1975 – Ruma à Austrália,** por se ter apaixonado, “com a habitual fogaosidade e impetuosidade”, por uma jovem (2009: 346). Compra, em Sidney, a meias com um vigarista, um pequeno café restaurante chamado “Perama’s” e especializado em bolos – JC aprecia sobremaneira o “Banana Cake” (2009: 348).

**1975 – A 29 de fevereiro regressa a Timor e vai alertando, em vão, para a presença de barcos da Marinha Indonésia em águas timorenses (2009: 352).** Em maio, acaba por vender o “Perama’s”. A 6 de junho, é promovido a tenente, ficando na situação de disponibilidade. Separa-se da sua primeira esposa (neste período crítico, é apoiado por sua irmã) e vai viver com os seus Pais.

**1976 – Morre o melhor amigo de JC (2009: 288).** Em maio, um ano depois de regressar a Portugal, nascem dois gémeos do sexo masculino (2009: 373). No Natal, parte para Macau, fazendo antes da partida um mês de estágio na Central Térmica do Carregado (2009: 374). Em Macau, trabalha na CEM (Companhia de Eletricidade de Macau) e na Rádio Macau. Apaixona-se por uma jovem macaense.

**1978 – Vive com a jovem macaense num subúrbio de praia na Austrália Ocidental.** Toma a decisão de escolher a Austrália – “*descoberta* após 1950” (consoante informação colhida num artigo de CC intitulado “A pátria não é a língua portuguesa (para os luso australianos)” – como a sua pátria adotiva, tal como já decidira fazê-lo quando lá estivera em 1974 (2009: 379).

**1979 – Em finais do ano, é decretado o divórcio litigioso de JC.**

**1980 – Casa com a macaense, pelo registo civil, em Hong-Kong (2009: 381).** O Pai de JC confessa-lhe, por esta altura, que se apercebera de que JC, há longos anos, lhe havia cobrado propinas em duplicado (2009: 252).

**1986 – Nasce a sua filha Ingrid em agosto (2009: 384).** JC trabalha para a “Agência de Notícias Lusa” e é professor de tradutologia.

**1988 – Vinte e cinco anos depois de ter reprovado no Liceu,** tem a coragem de dizer a seu Pai que ele o deveria ter “metido a marçano”, conforme o prometido (2009: 235).

**1992 – Morre o seu Pai (2009: 288).** Em julho, é convidado para um Congresso de verão na Universidade do Minho. Em finais do ano, é suspenso pela “Agência Lusa” (2009: 385).

**1994 – Morre a sua última tia-avó (2009: 168).**

**1995 – Regressa a Portugal (2009: 385).**

**1996 – Nigel, o seu filho mais novo de JC,** nasce no Hospital de Santo António no Porto.

**2000 – Morrem os seus tios maternos (2009: 288).**

**2002 – Entre 2002 e 2005, JC, “o único a viver no distrito”,** acalenta o sonho de restaurar a casa da Eucísia (2009: 169).

**2002 – Chega a Bragança (informação colhida no *Cancioneiro Transmontano*).**

**2005 –Na feira do livro de Bragança, é lançado o seu *Cancioneiro Transmontano*** (2009: 155-156). Sente-se, então, “transmontano dos quatro costados, apesar do pouco tempo contabilizado a viver na região.” (2009: 155-156). Aliás, ao longo dos “anos que vivera em Bragança, todos se habituaram a JC, como um australiano que falava português” (2009: 155).

A partir de 21 de setembro, pelas 22.30 nos Açores, fazem-se sentir pequenos sismos, relatados em jornal íntimo e sísmico (2009:75). JC descobre que seu filho Nigel, de nove anos, “andava a fazer uma busca de sexo livre na internet” (2009: 121). JC visita sua Mãe, decidindo que, doravante, passarão a ser os outros a visitá-lo (2009: 263).

**2006 – Visita da filha que reside na Austrália (2009: 263).** Nigel, filho de JC, anda preocupado porque os colegas, lá na Escola, “andavam a fumar cagarros” (2009: 101). Sonha com o convite de retornar, em agosto, a Timor, trinta e um anos decorridos sobre a sua estada, de 1973 a 1975 (2009:

<sup>[1]</sup> 183 “Também a casa está degradada. Parte do teto da cozinha velha (nas traseiras) a cair. Um certo ambiente de casa abandonada [...]” (2009: 168).

<sup>[2]</sup> 184 “Duma coisa estava, porém, certo: jamais esqueceria o cheiro a carvão e as fagulhas que saltavam da locomotiva nas viagens de comboio do Porto Trás-os-Montes.” (2009: 186); “Uma iguaria [cerejas e ginjas] da qual apenas a memória conserva cheiros e sabores.” (2009: 180).

<sup>[3]</sup> 185 “[...] lembrava-se e jamais se esqueceria, das trovoadas fortes em pleno Verão durante as quais se metiam todos debaixo das camas, embrulhados em cobertores de papa, a rezar a Santa Bárbara que a trovoadã passasse.” (2009: 185); “Quando JC estava de férias no Azinhoso, além do chiar dos rodados das carroças de bois que o acordava bem cedo todas as manhãs, lembrava-se de tantas coisas [...]” (2009: 189). Esta memória brigantina repassa, igualmente, as “Notas do Autor” ao Cancioneiro Transmontano: “Lembro-me do cheiro a feno na Eucísia, do chiar dos carros de bois no Azinhoso, dos cortejos pascais engalanados com as colchas penduradas nas pequenas janelas [...]” (2005: 9).

**Algumas conclusões se impõem desde já.**

Primeira conclusão – Se o género “memórias” se adequa indubitavelmente à segunda parte da obra em análise (que nos seja lícito dividir o indivisível...), correspondente à maturidade ou ao amadurecimento do Autor, a autobiografia, detendo uma função heurística, invade, sem sombra de dúvida, a primeira parte, equivalente a uma cosmogonia feliz, ao tempo revolido da inocência e ao espírito de aventura de uma juventude perdida.

Segunda conclusão – Se a identidade entre autor, narrador e protagonista é desde o *incipit* questionada, mercê da alteridade que a intrusão de JC carrega, tal questionamento tende paulatinamente a delir-se, à medida que a criatura JC pede de empréstimo a sua personalidade ao criador ortónimo CC, a ponto de os dois se confundirem e fundirem, no *explicit*, numa primeira pessoa reveladora do artifício literário ao serviço do pseudo romanesco<sup>186</sup>. Aliás, para certos críticos, a originalidade da autoficção consiste no desvendamento do nome próprio: JC parece constituir, verdade seja dita, uma parte do nome de CC...

Terceira conclusão – Se as motivações psicológicas da escrita pessoal (Miraux, 2007: 27) nem sempre ressaltam óbvias nas páginas inaugurais de *ChrónicaAçores*, surgem transparentes no seu epílogo, podendo mesmo ser elencadas. De facto, CC, sujeito escrevente órfico em busca do seu produto textual, qual Eurídice punida pelos deuses, circum-navega com o fito de psicanalisar a origem dos seus atos, analisar o seu percurso individual em função do contexto coletivo, traçar o retrato moral e social da sua geração, partilhar com outrem as suas vivências transatas e presentes, unificar as miríades existenciais do seu conturbado percurso, compreender o universo circundante à luz de um passado mítico e de um presente em devir, fruir de uma felicidade possível, tecida de resignação ao *statu quo*, mas não isenta de combatividade, e refletir sobre a transitoriedade da condição humana que só a arte catártica pode redimir e eternizar.

Quarta conclusão – Se os estudos literários, até à data e no que respeita à literatura de matriz autobiográfica, tão-somente conhecem a autobiografia, tradicional e moderna, as memórias, o ensaio, as confissões, o jornal íntimo, o autorretrato e a autoficção, poderão doravante acolher no seu seio um novo subgénero, a “circum-navegação”, que passamos a definir mediante o prefixo “circum” (e quem se não lembra dos Descobrimientos) e do lexema “navegação” (e quem não é, nos dias de hoje, um ferrenho internauta?). Assim é que “circum-navegar” aponta para a circularidade da trajetória humana, que só no heteróclito encontra a unidade (para logo a perder...), que só na alteridade obriga a identidade (ameaçada de contínuo), que só no fragmento descortina a totalidade (sonho desvanecido de precário) e que só no relativo entrevê o absoluto, dado que, como escreveu André Malraux, “L’art est un anti-destin”.

Quinta conclusão – No rasto de JC, e através da geografia literária que as rotas da memória configuram, forçoso se torna confessar que lhe perdemos o rasto alhures no decénio de 90. Reencontrá-lo-emos, todavia, aquando da publicação do segundo volume da trilogia *ChrónicaAçores*...

**Apresentação crítica de *ChrónicaAçores: uma circum-navegação. De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores, de J. Chrys Chrystello. Prefácio de Daniel de Sá. Ponta Delgada, Ver Açor, Lda., 2009. Um verbo a conjugar : circum-navegar***

*Absque sudore et labore nullum opus perfectum est*

Se há livros que devem ser lidos e cuja releitura prodigaliza novos rumos hermenêuticos, defluindo de um redivivo “prazer do texto” que incessantemente se descobre, outros há que merecem ser estudados com denodo, como é o caso desta obra de J. Chrys Chrystello, cujo nome e sobrenome têm vindo a ser adulterados, “desde Chrysler a Christofle, Castelo, Crastelo, Perestrelo ou Costello consoante os países.” (2009: 192). Exemplo emblemático de multiculturalismo (de que CC é “confesso defensor”), claramente introduzido e firmado, em termos óbvios, pelo conceito de “circum-navegação”, *ChrónicaAçores* é, verdade seja dita, uma obra plural e total, protagonizada por JC, alterónimo, quiçá, de CC - sua mulher, HC, “comentara, um dia, que o grande problema existencial de JC era saber qual dos dois venceria o duelo, ele ou o seu alter-ego.” (2009: 179) -, sempiterno viajante, por terras reais e reinos imaginários, e “castelão” ‘atrelado’ ao seu teclado informático, para o qual vai ditando os seus périplos à medida que, pela revivescência, se vai contando...

A estrutura circular da obra em exegese é, a este respeito, dilucidativa: abalando dos Açores, onde se encontra radicado, JC ruma até ao Oriente, não sem convidar para tal romagem o seu fiel leitor, ambos findando a epopeia marítima - “De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores” - no Arquipélago de origem. Do Ocidente para o Oriente e do Oriente mítico para o Ocidente gerador de mitos, é-nos dado deparar com um JC politólogo, sociólogo, psicólogo, historiador, jornalista e, “last but not least”, economista e escritor. A trajetória em pauta é forçosamente escandida pela alternância de tempos verbais - o presente, o perfeito e o imperfeito -, reenviando para um *antes* e para um *depois*, delineando um *ontem* e um *hoje*, ora recuando ora avançando, socorrendo-se de analepses esclarecedoras e de almejadas prolepses (no que respeita ao leitor...) e configurando um vaivém temporal dinamicamente responsável pelo retrato sociopolítico de Portugal ao longo de, *grosso modo*, sessenta anos - “Voltemos de novo à matança do porco” (2009: 108); “Bom, voltando aos Açores, [...]” (2009: 111); “Voltando à Rádio Renascença e ao automobilismo” (2009: 244); “Voltando atrás no tempo [...]” (2009: 250); “[...] como veremos adiante [...]” (2009: 172). Fazendo jus ao rigor prescrito por todo e qualquer trabalho académico (mas que, nos dias de hoje, nem todo e qualquer trabalho académico detém...), valendo-se de uma ampla bibliografia caracterizadora da tese universitária e do ensaio científico, consultando uma documentação genuína, não raro de difícil acesso, destinada a evitar o papagueamento de falsas verdades geracionalmente repetidas e cristalizadas em dogmas indefetíveis, JC observa “por entre as espirais do fumo dos cigarros” (2009: 103), dissecar, analisa, comenta e arquiva não só o universo circundante, mas também o seu *ego*, que tem a generosidade de desnudar:

“A vida passada só fazia sentido para o ego que fora mas já não era.” (2009: 20).

“Por ser quem fora se tornara naquilo que hoje era.” (2009: 45).

186 “[...] JC [...] decide demitir-se como Editor Chefe, [...] Exausto, [...] o autor entrega [...] pedras basilares, documentais e evidenciais, sobre os erros de anteriores administrações.” (2009: 323); “De princípio pensei que seria ocasião única, mas rapidamente me apercebi de que era recorrente à totalidade da obra ficcionada.” (2009: 486). O negrito é da nossa responsabilidade.

## Referências Bibliográficas:

Beaujour, Michel (1980) *Miroirs d'encre: rhétorique de l'autoportrait*, Paris: Éditions du Seuil, col. “Poétique”.

Chauvier, Stéphane (2009) “Ce que ‘Je’ dit du sujet” in Les Études Philosophiques. Moi qui suis le sujet, Paris: PUF, nº 1.

Colonna, Vincent (2004) *Autofiction & autres mythomanies littéraires*, Mayenne: Éditions Tristram.

Chrystello, J. Chrys (2002) “A pátria não é a língua portuguesa (para os luso australianos)” in Língua e Cultura. Atas do Congresso “A Lusofonia a Haver”, Lisboa: Sociedade da Língua Portuguesa, III série, número especial.

Chrystello, J. Chrys (2005) *Cancioneiro Transmontano*. Fotografia de Luís Canotilho, Bragança: Edição da Santa Casa da Misericórdia.

Chrystello, J. Chrys (2009) *ChrónicaAçores: uma circum-navegação. De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores*. Prefácio de Daniel de Sá, Ponta Delgada: Ver Açor, Lda.

Clerc, Thomas (2001) *Les écrits personnels*, Paris: Hachette Supérieur, col. “Ancrage”.

Didier, Béatrice (1983) *Stendhal autobiographe*, Paris: PUF, col. “Écrivains”.

Doubrovsky, Serge (1988) *Autobiographiques*. De Corneille à Sartre, Paris: PUF.

Gusdorf, Georges (1991), *Auto-bio-graphie*, Paris: Odile Jacob.

Hubier, Sébastien (2003) *Littératures intimes. Les expressions du moi, de l'autobiographie à l'autofiction*, Paris: Armand Colin / VUEF.

Lejeune, Philippe (1975), *Le Pacte Autobiographique*, Paris: Seuil.

Miriaux, Jean-Philippe (2007) *L'Autobiographie. Écriture de soi et sincérité*, Paris: Armand Colin.

Starobinski, Jean (1970) “Le style de l'autobiographie” in *Poétique*, Paris: Seuil, nº 3.

Tadié, Jean-Yves & Marc (1999) *Le sens de la mémoire*, Paris: Gallimard.

### Atas colóquio da lusofonia –

Paulatinamente vai esboçando o seu autorretrato de homem ateu e não agnóstico (conquanto nostálgico da fé dos tempos idos), obcecado pelo “politicamente (in)correto”, imbuído de desencanto - proveniente da quebra de ilusões e de rejeições sucessivas - perante a vida, propugnador de uma igualdade sem discriminações, inimigo de fundamentalismos ditatoriais e cumpridor escrupuloso de todas as leis. Justiceiro tenaz e inconformista ferrenho, “hedonista perfeito em perfeito levante exótico” (2009: 380), fumador, carnívoro (2009: 132) e exterminador de formigas (2009: 202), JC, poeta sonhador (2009: 237), anda “ao contrário de todo o mundo, como os caranguejos, mas em vez de andar para trás andava sempre para a frente, adiantado em relação aos restantes.” (2009: 125). Afinal, “JC é quem continua errado e não o mundo.” (2009: 209).

Como politólogo, há que destacar os capítulos consagrados à história de Timor, diacronicamente narrada e vastamente comprovada, que já havia sido, em certa medida, objeto parcial do ensaio publicado pelo Autor em 2000 e intitulado *Timor Leste O Dossiê Secreto 1973-1975*. Retrocedendo, na sua crítica arguta, aos métodos de Celestino da Silva, que tirava estrategicamente partido das rivalidades entre as diversas tribos, com vista à sua ulterior dominação, e que sabiamente recorria ao serviço doméstico de espionagem facultado pelas mulheres e amantes indígenas, revisitando a obra meritória de Filomeno da Câmara, na peugada do seu antecessor, e analisando o ensaio de Teófilo Duarte, suscetível de proporcionar um sólido conhecimento dos mais marcantes eventos novecentistas, vê-se o leitor confrontado - “Nem as elites nem os jovens alguma vez leram estes episódios que bem retratam a grande nação de tribos timorenses.” (2009: 410) - com a descrição da Ilha em forma de crocodilo - contada pelo poeta Fernando Sylvan (2009: 292) -, com a autodeterminação espoletada pela Revolução dos Cravos, com a criação dos principais partidos políticos de Timor, com a sempiterna oscilação entre a Indonésia, a Austrália e Portugal no papel de países colonizadores e neocolonizadores, com a independência encarada como horizonte longínquo a atingir, com as fragilizadas condições de vida dos Timorenses, advindas do racionamento dos géneros essenciais, com as dificuldades de comunicação fomentadoras do isolamento, da ignorância e da despolitização, com a inexistência de sistemas rodoviários, marítimos e aéreos, com o deficiente aproveitamento de plantações insulares (sobretudo a do café, verdadeira fonte de riqueza) e com a questão da lusofonia ou, por outras palavras, da preservação da língua e da cultura portuguesas. Bem interessantes, a todos os níveis, se revelam quer os comentários políticos, breves e incisivos, com que JC brinda certas notícias publicadas no *Portugal Diário* e na *Fonte Lusa* de 21 de junho de 2006, ou no Blogue *Causa Nossa* e no jornal *Público* de 25 de junho do mesmo ano, quer o balanço final da controversa situação política timorense, retoricamente martelado pela quádrupla recorrência do sintagma verbal “Foi pena...”: “Foi pena que os líderes [...] pensassem serem apenas umas pequenas ondas [...] Foi pena que [...] não se tivessem dedicado a emprestar pás e enxadas para ocupar os guerrilheiros desocupados [...] Foi pena que [...] não tivessem ‘nonas’ (amantes) para lhes contar o que se passava nos quatro cantos de Timor. Foi pena que tenham sido apanhados desprevenidos por esta insurreição tão bem orquestrada pela Austrália, [...]” (2009: 471).

Como sociólogo, a tradição *versus* a inovação ou a regressão contra o progresso (e não serão as primeiras privilegiadas?) não escapam, numa perspetiva multifacetada, ao monóculo de lança em riste de JC, para o qual “a realidade já ultrapassou a ficção há muito.” (2009: 213): assim é que desfilam, em quadros visuais reforçados pela visualidade da escrita, a morosidade das viagens efetuadas entre Trás-os-Montes e o Porto (2009:31), bem como a celeridade, em termos relativos, dos antigos comboios “Foguetes”, ligando o Porto a Lisboa; a tradição de as famílias transmontanias, como a de sua Mãe, irem a banhos para a Póvoa, enquanto sua Avó e seu Pai elegiam, como estâncias de vilegiatura, as praias nortenhas da moda, como a Foz, Matosinhos, Miramar, Granja e, posteriormente, Espinho (2009: 45); a saudação amistosa dos ‘acinzentados’ cantoneiros que, no antigamente, desimpediam as bermas das estradas de uma indesejada vegetação invasora (2009: 97-98); o romantismo emanado pelos bilhetinhos sentimentais (2009: 121) que o jovem Romeu ou Lovelace endereçava às ‘encarceradas’ donzelas dos seus sonhos (batizada de Tina, neste caso concreto...), muito provavelmente tomado de empréstimo ao camiliano *Amor de Perdição* e *Amor de Salvação* ou, então, ao idealismo rural de Júlio Dinis que *A Morgadinha dos Canaviais* e *As Pupilas do Senhor Reitor* revelam à saciedade; a solicitude ancilar ou a prestabilidade das serventes ou sopeiras que, embora fardadas, se integravam naturalmente na família; a designação da bica - “Pavoni” e “Cimbalino” - no decénio de 60, que, metonimicamente, reenviava para a marca da máquina de café expresso (2009: 103). Nos antípodas do passado mítico irrompe o presente desmistificado - “mudam-se os tempos.” (2009: 227) -, alvo certo da sátira cáustica e da ironia corrosiva: os cantoneiros, abandonados, deixaram o palco continental, tendo sido votadas ao olvido as suas castiças cabanas, em virtude do desaparecimento da Junta Autónoma de Estradas que, apesar dos escolhos, lá ia cumprindo a sua missão (2009: 99); a terminologia simples de antanho ‘complexificou-se’ (como é sóbito dizer atualmente...), a fim de contornar eventuais réstias de complexo conotadas com as profissões mais humildes (2009: 29-30); a linha do Tua, que ofertava uma paisagem de beleza ímpar, viu-se e vê-se seriamente ameaçada, a par dos “Foguetes”, entrementes sumidos, que “apodrecem em Elvas” (2009: 210) e tendem a ser substituídos por luzidios e frenéticos TGV; quanto à vida sã da aldeia, ela dá a sensação de haver sido marginalizada e até petrificada - em proveito do urbanismo - num museu envidraçado, passível de visita, qual fenómeno arqueológico, pelos jovens citadinos desconhecadores da rusticidade e do primitivismo: “O campo é bonito para se passear nas férias e levar lá os putos (como quem os levava dantes ao zoológico) [...]” (2009: 211).

Sobrelevando a análise social, eis a História que fascina JC, “saudosista desses tempos de antanho a viver ancorado no futuro” (2009: 51-52), embora conhecendo de antemão a inviabilidade de alterar a visão estereotipada e convencional dos factos históricos. Nesta conjuntura, o mais insignificante caso de vida, o mais ínfimo detalhe social e a mais prosaica questão quotidiana não deixam de se revelar propícias à sua evocação, posto que “toda a gente fala mas ninguém se deu ao trabalho de estudar a História...” (2009: 470). É o caso da vida da Rainha Maria Pia de Saboia (2009: 35), das conjeturas tecidas, a partir dessa utopia e ucronia conducentes ao mito da Atlântida, sobre a descoberta das Ilhas açorianas (2009: 52-53), da ‘errância’ lendária das encantadas “Sete Civitates” (2009: 56), da enumeração de certos milagres atribuídos a Nossa Senhora do Açor (2009: 58-59), da digressão de teor explicativo - posto que JC também é professor: “JC explica [...]” (2009: 200) - pelas nove irmãs islenhas do Arquipélago (2009: 60 a 68), da descrição, por etapas sucessivas, do terramoto que arrasou Vila Franca do Campo (2009: 77 a 80), do elenco de alguns eventos telúricos açorianos ocorridos em Oitocentos (2009: 82 a 85) e da génese da devoção ao Senhor Santo Cristo dos Milagres (2009: 81). Esta busca quase enciclopédica do saber surge evidenciada pelo culto do pormenor, atestando a profundidade da pesquisa e / ou a amplitude da investigação, traduzidas tanto pela diversidade genológica (lendas - Lenda dos Cavaleiros das Esporas Douradas e Lenda de Frei João Hortelão -, “faits divers” - ‘casos’ domésticos -, crónicas - sobre o rato de Cabrera, o lince-ibérico, o lobo-marinho, a truta-marisca e outras espécies em vias de extinção - e poemas - “Da Europa ao Oriente-do-Meio”) como pela variedade de tons (lírico, irónico e jornalístico, entre outros) que repassam a obra em apreço. Aprende-se, nesta sequência, que o Renault 4CV foi produzido entre 1946 e 1961 (2009: 42), que o total de casais reprodutores de cagarros (e não de charros...) aponta para mais de noventa e cinco mil (2009: 101-102), que o processo de transformação do chá engloba sete fases - emurchamento, enrolamento, fermentação, secagem, escolha, armazenagem e embalagem - (2009: 107-108), que o Festival da Eurovisão, ao qual o povo lusitano rendia preito (ainda lho renderá hoje?), teve início em 1956, que o último modelo da Toyota adquirido por JC em Macau - Cellica A40 Liftback ST de 2 litros - nunca aparecera em Portugal (2009: 126) e que o protagonista-alterónimo, vindo de Bragança, passou a residir, na Lomba da Maia, num T2 + 2 com um sótão, onde o senhorio construiu dois quartos para Nigel e um pequeno escritório para seu pai JC, onde cabem duas secretárias, duas estantes, os PC e os arquivadores (2009: 72).

Este prazer do detalhe gostoso apresta-se a desaguar na avaliação estatística, domínio no qual JC é exímio: assim é que, na Lomba da Maia, o clima parece ser, embora não seja, mais húmido e mais fresco do que em Ponta Delgada, com temperaturas variando entre 21°C e 25°C (2009: 72); por sua vez, e no ano da graça de 2005, duas botijas de gás custavam 22 euros (preço inferior ao praticado no Continente), a empregada ou auxiliar doméstica (servente ou sopeira de outrora) auferia 25 euros por 8 horas de trabalho, montante este que recebia o jardineiro por se ocupar da horta e do jardim; para mais não referir, e no que respeita ao mesmo ano, tomava-se, em muitas casas, um único banho por semana, havia tão-somente dois canais televisivos - RTP-1 e RTP Açores - e, num universo de aproximadamente 250 000 lares, apenas 32 000 se encontravam ligados à TV Cabo (2009: 86). Mas onde a vertente economicista do economista JC deflagra de modo mais flagrante é, sem sombra de dúvida, na apresentação de projetos concretos visando, no futuro, o desenvolvimento dos Açores: a diversificação de queijos de qualidade, a exportação de produtos agrícolas, a criação do turismo marítimo subaquático, o incremento de passeios de barco ao largo das costas e a internacionalização dos cortejos etnográficos e do folclore português (2009: 498-499).

Polítólogo, sociólogo, psicólogo (ao debruçar-se sobre o desajustamento das crianças mimadas e sobre a depressão dos jovens hodiernos), historiador, economista, psicanalista (quando se queda na ‘transferência’ ou ‘transposição’ da silhueta maternal para a mulher que reputa capaz de colmatar as suas carências afetivas), jornalista (iniciando esta longa carreira com a reportagem, seguida de muitas outras, do “Circuito Internacional de Vila Real” e da “Fórmula 3”) e etnólogo [basta reler as sumarentas páginas sobre a Bragança da sua adolescência - Vimioso e Alfandega da Fé, em particular -, visitar os deliciosos episódios passados na sua mátria Austrália - “país onde viveria o resto da sua vida” (2009: 347) - e seguir a explicação exaustiva sobre a bem curiosa cerimónia balinesa da cremação], JC é, igualmente, um perito em tradutologia (quem se não lembra da excelente tradução, para inglês, de *O pastor das casas mortas* de Daniel de Sá?) e um romancista nato, ao qual não é alheia essa operação de espírito, sinónima de disfarce, que é o humor. Não parece despiciendo, a este propósito, apresentar alguns exemplos, poucos que sejam... Aquando da visita aos Açores de sua filha mais velha, marido e neta, ouviram-se, uma certa noite, alguns “gritos porque um grilo estava no quarto deles e não deixava a miúda e a mãe dormir... la sendo uma verdadeira tragédia, pois, como sabem, aqui nos Açores, os grilos cantantes são descendentes dos dinossauros... Se, por acaso, uma barata entra em casa (não podem ter as janelas fechadas todo o dia) nem queiram saber a



#### Atas colóquio da lusofonia –

tragédia familiar que se coloca.” (2009: 74). Por seu turno, e no tocante aos sismos de 2006, reportados em jornal íntimo e sísmico, comenta JC que “O aeroporto fica na metade ocidental da ilha. Como o Audi A4 não nada nem voa, não terão hipóteses de sair...” (2009: 80). Do mesmo modo, e no que respeita aos infundáveis dias de trabalho dos Açorianos, é o leitor informado de que “quase todos os locais [habitantes] trabalham pelo menos seis dias de longas horas, quando não é na agricultura que aí são sete dias... que as vacas não seguem calendários, nem feriados ou dias santos.” (2009: 86). Ainda nesta ordem de ideias, se é “devido aos professores que não faziam nada que o país está nesta crise”, esses mesmos professores terão doravante “de se matar a trabalhar para o país sair da crise.” (2009: 86). Prosseguindo neste contexto, confessa JC que não esteve presente no casamento de sua irmã, “que ia, finalmente, dar o nó com o Gil, que não era Grissom, como o da série CSI, antes pelo contrário.” (2009: 379).

Parece ter soado a hora não do Juízo Final, mas de determinadas considerações de matriz conclusiva, porventura impertinentes, sobre o valor e a originalidade indubitáveis de *CrónicaAçores*.

*Primo*: Obra de cariz autobiográfico, alternando pendularmente entre as memórias aconchegadas no baú (2009: 348), o autorretrato e a autoficção, ela é narrada não na primeira pessoa, como é sólito neste subgénero autorreferencial específico, mas na terceira pessoa ou, por outras palavras, numa não-pessoa (suporte de um discurso proferido por um *eu* e destinado a um *tu*) responsável pelo distanciamento algo irónico instaurado entre o Autor e o protagonista, entre CC e JC.

*Secundo*: Longe de privilegiar a narrativa retrospectivamente linear de uma existência em devir (e quem não desconfia da falácia dessas autobiografias cujo *incipit* é quase invariavelmente “Nasci”, nunca podendo ser o *explicit* “Morri?”), CC e JC tanto rumam a Timor e embarcam para Bragança como singram para a Austrália e arribam a Bali, percorrendo, desta feita, as várias fases da vida que, paralelamente às etapas da evolução social (os primeiros troleicarros que, em 1959, se estreiam no Porto, os entretenimentos dos anos 60 - King, canasta e paciências -, o programa *23ª hora* na Rádio Renascença e a *TV Rural* de Sousa Veloso), se fundem e confundem, voluntariamente convocadas e mais ou menos inconscientemente interrompidas.

*Tertio*: Livro do conhecimento e da cultura, ele é, inequivocamente, um manual de aprendizagem - “Para quem não sabe”, informa JC (2009: 185) - nos mais variados domínios do saber, desde a geografia e a história, passando pela etnografia e pela sociologia, e desembocando na tradução e na arte do romance, proporcionando ao leitor o aprofundamento de uma ou de outra matéria precisa, deste ou daquele aspeto específico. Romance de um romancista de nome JC, e ao serviço do metarromance, a “circum-navegação” não deixa de servir os intuitos do antirromance, problematizando as fronteiras entre o imaginário e o real, equacionando os limites do vivido e do sonhado e questionando o tradicional conceito de romanesco, que começa, de súbito, a vacilar. A prova é que Daniel de Sá entra, nesta “circum-navegação” inovadora, como personagem, a par de Nigel que, da personagem convencional, retém apenas um nome fictício...

*Quarto*: Surge, desta feita, o conceito de “circum-navegação”, suscetível de ser definido, em termos geográficos e literários, como narrativa autobiográfica de viagens. Se o espaço múltiplo vai fazendo o homem ao longo dos tempos do Tempo, o Autor vai escrevendo o livro ao mesmo tempo que se escreve *a si próprio* e que escreve sobre o *outro* que ele também é... Tal escrita catártica (oscilando entre o passado ilusoriamente ressuscitado e o esboço do presente desatualizado) é regida quer pelo anelo de aprofundar o conhecimento do seu *eu* (não era “Conhece-te a ti próprio” a divisa do templo de Delfos?), quer pela vontade de fazer um balanço de vivências transatas, estabelecendo uma ponte para projetos futuros, quer pela ânsia de vencer o tempo e de triunfar sobre a morte...

*Quinto*: E que dizer, depois de conjugar o verbo *circum-navegar*, dos *Colóquios da Lusofonia* e dos *Encontros Açorianos da Lusofonia*, cujo Presidente, poeta da *Crónica do quotidiano inútil* e autor do *Cancioneiro Transmontano*, parece não ser J. Chrys Chrystello... mas JC, sequaz acirrado de uma certa lusofonia? JC, aliás, irrita-se com a insignificância portuguesa “com manias de grandeza, que agora se reproduz em dez campos de futebol para estarem às moscas, para um aeroporto faraónico sem futuro, um TGV para espanhol ver e outras quejandas. É esta a Lusofonia que JC não quer.” (2009: 127-128).

Aguardemos pacientemente o segundo volume da trilogia *CrónicaAçores* para podermos desvendar este enigma policial: *No ‘rasto’ de JC...*

Maria do Rosário Girão Ribeiro dos Santos  
Fumane (*moriente die*), 6 de agosto de 2009

#### APRESENTAÇÃO CRÍTICA DE PASSAGEIRO EM TRÂNSITO, DE CRISTÓVÃO DE AGUIAR LISBOA, EDIÇÕES SALAMANDRA, COL. “GARAJAU”, 1994 POR ROSÁRIO GIRÃO, DE COMO VÁRIOS CONTOS CONVERGEM NUM SÓ PONTO.

Haverá quem possa afirmar nunca se ter sentido um “Passageiro em trânsito” numa estação de caminho-de-ferro, num ancoradouro, franco ou não, ou num aeroporto, preferencialmente internacional? Quem nunca conheceu essa sensação de ansiedade, espoletada, neste último, pelos altifalantes ‘triglotas’ [“Três são as línguas da comunicação. Todas da europeia cristandade.” (1994: 72)], pelos tremeluzentes quadros eletrónicos e pelos relógios cosmopolitas arautos do almejado anúncio da porta de embarque? Quem nunca se deixou impressionar pela exaltação vivencial num espaço intermédio, no *entre* dois destinos, dois tempos e dois universos?

É deste transe em trânsito que nos fala Cristóvão de Aguiar, pela via de um protagonista que, afeiçoado ao ato de partir ou, por outras palavras, a essa privilegiada faixa temporal sita, algures, entre a despedida e a largada, adquire o estatuto de “Passageiro em trânsito”, postura indubitavelmente adequada ao seu “estado de homem solto” (*idem*: 74). Mercê desta sua atitude perante a vida, assiste-se paulatinamente a uma conversão do real e a uma subsequente metamorfose do espaço, firmadas em definitivo pelo não enigmático alegorismo.

Destarte, transmuta-se a “moderna feitoria” que é o aeroporto, detentor de uma ampla sala de espera, em laboriosa (e também penosa...) oficina de escrita, transformando-se a deambulação do peripatético protagonista em peregrinação literária do sujeito escrevente, em busca da epifania da inspiração, concretizada por “causos” ou contos desembocando num ponto [...], suscetível de ser identificado com a interiorização mítica da Ilha. Se, acaso, alguma dúvida hermenêutica persistisse a tal respeito, bastaria, para a delir de imediato, atentar na assunção do protagonista como ficcionista e narrador - “Pelo menos, é minha intenção de ficcionista que o sejam [que os caminhos sejam diferentes]. [...] Palavra de narrador [...]” (*idem*: 31-41) -, no culto do rodeio ou desvio, sinónimo de liberdade de criação e de rejeição da “linha reta” narrativa - “Nunca gostei de securas geométricas, [...] Vagueio em enormes rodeios. [...] Sempre se revela o cometimento de outra grandeza semântica. E de uma maior graça estilística.” (*idem*: 81) -, no gosto pelo tropo [ou, mais bem dito, pela palavra metafórica (estabelecendo uma relação de analogia), pela palavra metonímica (alicerçada numa contiguidade lógica) e pela palavra sinedóquica (fundada sobre a inclusão)] “parido[a] com muita dor” (*idem*: 32), na estratégia que preside à opção por esta e não por aquela personagem - “Não é todavia dele que neste momento me quero ocupar. [...] Mas tenciono ainda apanhá-lo no alto mar, se o tempo e a prosa estiverem de ficção.” [e não *de feição*...] / “Agora vou puxar o senhor Afrânio padrinho para dentro do rego desta história. [...] vem vindo atraído pelo meu chamado. E cá está ele.” (*idem*: 103) -, na organização de planos sucessivos e de sequências narrativas encadeadas ou disjuntas - “De resto, já havia pensado em mudar o rumo magnético à rota dos passos.” (*idem*: 143) -, na nomeação ou batismo de dois viajantes inomados - “Tenciono batizar neste momento a viúva e o seu companheiro em trânsito. As almas querem-se de resto cristãs e sacramentadas.” (*idem*: 116) -, no entrelaçamento constante entre o ponto centrífugo ou o sujeito que escreve a perambular e os contos centrípetos (estórias de vida das personagens convocadas, ou seja, de Deolinda, viúva de Joe Perry, de Manuel Reigó, tio de Antília, e do senhor Afrânio padrinho), na universalidade da condição humana, votada à morte, que a condição em trânsito metaforiza - “De resto, todos nós, nesta sala fantasmagórica de aeroporto internacional, somos passageiros em trânsito.” (*idem*: 96) -, e na reflexão sobre a escrita e sobre o romance, mais sobre a aventura da escrita do que sobre a escrita da aventura, que tão-somente encontra na descontinuidade da intriga a sua coerência narrativa ou no relativo da história o seu absoluto narrativizado - “O desvio que, por consequência, nesta sala se foi produzindo, [...] se deveu a tudo quanto, a propósito e a despropósito, se andou atrás narrando.” (*idem*: 115).

O elo comum de significância a esta fantomática cadeia de passageiros em trânsito é, inegavelmente, a Ilha (recorrendo ao singular, abstrato e classicizante, místico e mítico), cuja personificação e deificação, reificando as personagens insulares, veicula uma coreografia quase ininterrupta de símbolos: presente ou ausente, extraviada ou transplantada, apaziguada ou enervada, encalhada ou embarcadiça, ela vê-se, não raro submersa, não se furtando, muito embora, a emergir no mar interior dos seus continentes humanos, que tanto a repudiam como a perseguem, num misto algo paradoxal de perda e demanda. “Implacável” (*idem*: 39) e vingativa, não se coíbe de criar raízes, telúrico-marítimas e literárias, no narrador (de entre as quais se destaca, pela sua tirania altaneira, a “Sebastiana” - versão feminina do mito?), de se alojar como cálculo [“em Latim. *Calculus, calculi.*” (*idem*: 47)] na sua vesícula (a ponto de a ablação constituir uma hipótese a ponderar...), de ergonomicamente obviar à sua replantação, de arrastar na enxurrada o quarto, transmudando a cama em barco, e de possuir inteiramente o sujeito

#### Atas colóquio da lusofonia –

que escreve - acusado pelo seu “amor” de “*Cobarde, fraco, abúlico, volúvel, inconstante*” (*idem*: 64) -, esse Homem-Ilha, já que a Ilha, supranumerária ou não, constitui parte integrante e amada do sujeito integrador e amante. Como os gémeos Armando e Armindo, Homem e Ilha tornam-se um só ente, graças a um processo irreversível de transverberação, responsável pela consubstancialização das principais raízes islenhas e dos órgãos vitais humanos, a que uma linguagem-substância, e devidamente substanciosa, dá forma.

E, de súbito (*idem*: 161), de repente (*idem*: 97) ou de supetão (*idem*: 103) [loquções adverbias recorrentes no texto e cuja função em mais não reside do que na instauração da rutura semântica], irrompe a sátira que, longe de ter um *ethos* agressivo, se faz sentir sob o modo lúdico, menos de matriz irónica do que de cariz humorístico. Alvos flagrantes do humor, por distanciamento interposto, do Autor não deixam de ser a viúva de Joe, que, havendo perdido a Ilha em mar ignoto, só com sorte a poderá reencontrar em qualquer maré-vaza, e o seu parceiro de trânsito Reigó, apreensivo quanto ao local onde deixou uma Ilha só dele conhecida e só por ele estimada a partir do momento em que dela se descartou. O falaz diálogo (com foros de monólogo...) que entre os dois se estabelece constitui *per se* trampolim simbólico para a crítica do ilhéu-emigrante apátrida: ao *continuum* verbómano de Deolinda Perry, cuja logorreia tanto sepulta, lacrimante, o defunto Joe como verbalmente o ressuscita no seu ofício exímio de envernizador de chouriços, opõe-se o silêncio complacente do seu companheiro de viagem, “de poucas falas” (*idem*: 88) e “com a cara falidinha” (*idem*: 94), destinatário mor de tanta inanidade palavrosa. É ele, porém, que fazendo jus ao chouriço ilhéu, “uma especiaria e uma bandeira de emancipação da miséria” (*idem*: 89), vai metamorfoseando, no seu foro íntimo em movimento a contrastar com a movimentação verbal, mas exterior, de Deolinda, a produção em série de chouriços, envernizados por Joe, em santa procissão chouriçal, resplandecente de certos emigrantes, portadores, cada qual, da “sua Ilha pela luzidia trela de ouro americano” (*idem*: 91). Afinal, no antanho, configurava-se a Ilha como um espaço paradisíaco, desconhecido da hodierna dinheirama que brota, a jorros, dos partidários de automóveis de luxo, porquanto os “coriscos dos dólares são diabinhos que enfiam o rabinho tentador na cabeça de muito boa gente.” (*idem*: 152). À medida que se vai estreitando a intimidade unívoca entre a senhora Deolinda e o senhor Manoel (aproximação que tem em Joe o seu epicentro), não hesita a primeira, profissional oficiante da palavra, em contar ao segundo o pecadilho cometido noutros tempos, por culpa da mentalidade retrogressiva da Ilha e da branda administração americana: tendo ela, com efeito, cinco anos a mais do que Joe, e ditando o bom-tom ser uma noiva mais jovem do que o noivo, não se inibiu a ainda ‘não viúva’ Perry de se aliviar e de olvidar o módico número de sete anos, como diferença de idades, já que “diferença poderá então fazer sete anos a mais ou a menos em riba do pelo?” (*idem*: 148).

Crítica similar ao boateiro rigor das autoridades norte-americanas (que não apadrinham enchidos de porco nas malas, mas pactuam com vistos de turismo falaciosos) perpassa na estória de Antília, que, por cobiçar um apetecível trabalho fabril, força o tio, Manoel Reigó, a ir falar com Mr. William Cavallo. Se, por um lado, arranja emprego num “salão de beleza extraterrena” (*idem*: 157), imagem lúdica de “Funeral Home”, a enfeitar os “aposentado[s] da vida” (*idem*: 93), eufemismo jocoso de mortos, por outro, a condição *sine qua non* de tal angariação ou recrutamento oblíquos, a saber, a obrigatoriedade de tomar de empréstimo vitalício o nome de sua prima Ausenda e de, por conseguinte, inumar para todo o sempre o seu próprio nome, condu-la à loucura. Aliás, o nome adulterado, porque adaptado à “estranja”, oscilando entre a identidade como fonte insular e a alteridade como meta emigratória, e apanágio de certo ilhéu-emigrante (e certo, uma vez mais, porque o narrador não generaliza nem tipifica, antes individualiza...), constitui farpa recorrente no universo diegético desta novela em espiral. Quedemo-nos, por exemplo, quer em John De Suza (*idem*: 127) - sendo a preposição, com pretensões nobiliárquicas não raro desmentidas pelo populismo de estirpe, grafada com maiúscula e constituindo o sobrenome um aceno de cumplicidade para o leitor avisado -, quer em Joe Perry que, antes de se tornar cidadão americano, era o “José Pereira Assoprado na Ilha” (*idem*: 116), quer em Manuel do Rego que, após aterrar na Nova Inglaterra, fica a ser conhecido por Manoel Reigó - “Manolinho nos círculos mais íntimos.” (*idem*: 116) -, quer, finalmente, em William Cavallo, “descendente de um Carvalho da Ilha” (*idem*: 155). Os patronímicos adotados lestos se alargam à toponomástica pela via do pastiche magistral de um certo (e a repetição do determinante é voluntária) idioleto e regioleto luso-americano, no qual açorianismos, ‘continentalismos’ e americanismos coabitam em franca harmonia. Assim sendo, New Bedford e Fall River transmudam-se em Batefete e em Forrível (*idem*: 85); por seu turno, o senhor Afrânio que, aspirando a gravar o seu nome (e não veiculará o nome a identidade?) na firma industrial “William’s Cotton Mill, Co.”, apenas consegue aparecer “na cauda do nome legal” (*idem*: 100), ou seja, no “Co.” (abreviatura de “Corporation”), que, abreviadamente, recusa a junção do exótico “Afranio’s” (*idem*: 100-101); quanto ao falecido Joe, que morre em serviço ao envernizar o derradeiro chouriço, ele era o digno proprietário de “Perry’s chouricos and linguicas” (*idem*: 118)...

Neste linguajar ‘mascateado’, ambas as línguas, portuguesa e americana, vão perdendo as suas idiossincrasias em proveito de uma mescla que, pelo seu hibridismo, dá a sensação de se impor como língua franca: por um lado, usa-se e abusa-se do lusitano impessoal como sujeito, bem ao gosto coletivo, detentor de um incomparável valor estilístico: “A encomenda destinava-se ao Estado de Rhode Island. Ai os imigrantes contam-se aos milhares. Ele é Bristol, ele é Newport, ele é Providence, ele é Warren...” (*idem*: 120); por outro, o lexema “*subterrâneo*” surge anodidamente como sinónimo de conterrâneo, perdendo o embarque a sua “porta” para conquistar a sua “gate”: “- Saiba o senhor Reigó que ainda é meu *subterrâneo* pela banda de meu Pai; foram nascidos na mesma Ilha.” (*idem*: 156) / “Aqui no aeroporto o *gate* possui um número.” (*idem*: 132). Já para não falar do “*my God*” e do “*Sorry*” (*idem*: 118-119) que pontuam o discurso, como se os respetivos equivalentes em língua portuguesa primassem pela sua inexistência, ou, ainda, do senhor Joe que pretende fazer da esposa, a taumaturga Deolinda, uma “*queen*” americana (*idem*: 84), ou, por fim, do senhor Reigó que quebra o compungido silêncio por não resistir à tentação de confessar que vai à Ilha gozar as suas “*vaqueixas*” (*idem*: 86). Um caso inolvidável é o da senhora Deolinda Perry, que recorre apenas ao presente, desprezando o pretérito, e ao substantivo, pela realidade concreta que dele emana. O resultado final não poderia ser obnubiladamente mais promissor: “- Eh Joe, parca-me o aresmobil na cóna de baixo, que a cóna de riba está tomates fôgui...” (*idem*: 124).

Se a sátira à América, vista pelo emigrante, firma este continente como o “Fruto da fé, do dólar e da fartura” (*idem*: 89) - onde o ilhéu lusíada, receoso de ser julgado em língua estrangeira (mas não ‘bárbara’...) pelo Padre Eterno, se apresta a praticar um bilinguismo de suspeita hibridez, elegendo como estandarte a quadra que uma certa folha imprimiu em resposta à diatribe da sua congénere [“Assim, pela última vez, / Vou dizer ao tal fulano / Que Deus fala português, / Nunca aprendeu amar’cano!”] (*idem*: 122)] -, como uma terra em que “tudo se resolve a contento das pessoas”, acreditando os Americanos “em tudo quanto se lhes diz” (*idem*: 147), como “a terra da liberdade” que, por não ter património milenário, anda no encaço das mais-valias alheias e europeias [“Ossos de mortos ilustres”, “Castelos inteiros, pedra por pedra” e “Espadas ferrugentas de reis” (*idem*: 84)] e como o país, qual conto de fadas, onde “os mortos, sem qualquer distinção de classes, se querem bem ataviados e cheirosos para entrarem os portões da eternidade” (*idem*: 157), a sátira à mátria insular, retomando o campo lexical da religião, é carregada pela “santíssima trindade do senhor Afrânio” - “a Ilha” [que “Reside há mais de três décadas em Massachusetts” (*idem*: 103)], “as moscas e a bosta” (*idem*: 106). Do seio destes dois universos sociolinguísticos insólitos, que funcionam como “vasos comunicantes” *inter pares*, eleva-se, como espécimen representativo, o senhor Afrânio, alojado pelo narrador ‘em trânsito’ no Hotel Terra Pulchra - “um dos mais estrelados de toda a Ilha” (*idem*: 162) -, avatar da sala de espera do aeroporto. Têm, contudo, o *fatum* ou o acaso desígnios com os quais nem sonha esta personagem (tio-avô de Afrânio Condinho Gaudêncio e seu padrinho por procuração), chamada pelo narrador para ilustrar uma certa teoria inovadora sobre a emigração: ao pedir, com efeito, um internacional bife com um ovo a cavalo [sendo este bife açoriano e não texano, o qual, segundo testemunho idóneo do narrador, é o “melhor do mundo” (*idem*: 162)], eis que um inseto díptero, vulgarmente designado por mosca (aquém e além-Atlântico), se atreve a cair na “molhanga amarela da gema esborrachada” (*idem*: 162-163), acabando por nela se imobilizar. Ora, como “Nisto de moscas era o senhor Afrânio muito *tafe* mesmo”, a crítica não tarda a fazer a sua aparição em cena, sob a forma de teoria filosófica que o acirrado pró-americano e pseudo-americano vai filosoficamente desenvolvendo: “- Ninguém me tira das ideias, meus senhores. Mas ninguém. Tanto as moscas como as baratas. Já se começam a ver na terra da América. Ninguém me tira das ideias que não foram levadas pelos emigrantes das Ilhas. Gente mais *dirty* outra igual no mundo não conheço. Levam-nas nas malas e nos forros dos casacos. E chouriços também. Sou ainda do tempo. Santo tempo esse, em que não se enxergava uma só mosca em toda a terra da América. Depois que a emigração abriu as pernas, foi uma enchente de mosquedo e barataria, só visto. É bom que se saiba que nada tenho contra as novas leis da emigração. Quanto mais gente vier para a América, menos míngua haverá nas nossas Ilhas...” (*idem*: 163-164). Numa incipiente análise do discurso, quedemo-nos, fugazmente, na tripla repetição anafórica e dogmática do indefinido “Ninguém”, na dupla retoma do plural “ideias”, inusitado e descontextualizado na expressão idiomática, nos americanismos que subrepticamente invadem o fragmento que se quer argumentativo [“*Let it go* desta vez.” (*idem*: 163)], na associação mosquedo e barataria em que o zeugma chouriço só pode deter um caráter lúdico, na analogia, que a metáfora subentende, entre emigração e prostituição, na conceção regionalista do bem internacionalizado muscideo e, por fim, na reviravolta ideológica do luso-americano que, após verberar a emigração, se não inibe de a defender, em nome da “Ilha transplantada”, num intuito económico e moralizador em simultâneo. Do mesmo modo, o seu amigo, eminente visitante chegado de Boston para se submeter - não em Boston... -, na Ilha, a um tratamento de bexiga, inicia-se no débil discurso independentista de uma Ilha singular (olvidando as demais oito ilhas do Arquipélago) - “[...] aproveitava o ensejo para iniciar um peditório destinado à angariação de fundos com vista à independência da Ilha. Mas só da sua Ilha. Que fique bem claro. As outras que se desunhassem.” (*idem*: 165) -, que o discurso indireto livre, aliado à expressão popularmente oralizante, corrobora humoristicamente. Aliás, o contraste, por vezes aviltante, entre a fisiologia e a espiritualidade, a primeira sobrelevando a segunda, é apanágio das personagens produtoras de um discurso algo

## Atas colóquio da lusofonia –

infantilizado: o senhor Reigó, depois de cumprir a sua “devoção diária no Clube do Divino Espírito Santo de Fall River” (*idem*: 125), dirigia-se, lesto, para casa... obcecado por uma “biinha” ou, traduzindo do luso-americano, por uma “cervejinha”:

“- Ah Janim, minha rica cara, traz uma biinha ao vavô; está na freijoeira; mim querer biinha fresca...” (*idem*: 125).

Um outro caso de contraste comicamente aviltante é a saída da Ilha, assolada pela superstição reinante, da imagem milagrosa do Santo Cristo, que dá início a um complicado périplo marítimo para findar, algo desairosamente, num “galinheiro de uma casa situada num lugarejo escondido”, somente descoberta por certas aves galináceas e palmípedes: “as galinhas, os frangos e um casal de patos-marrecos.” (*idem*: 129).

Soa, todavia, a hora (estando a noite em trânsito para a madrugada) de o narrador, esquecido de si mesmo, mas não esquecedor das estórias de outrem, por si engendradas, abandonar a sua peripatização. Cansado e endolorido, senta-se, na sala de espera vazia de um aeroporto inominável, em companhia da aquietada “Sebastiana” que, só em trânsito, tende a serenar. Enxerga, ainda, o *Carvalho Araújo*, no qual deveria ter embarcado “para a boa continuação desta história”, conquanto lhe seja “impossível ir daqui a nado até alcançar o navio” (*idem*: 171). As suas personagens lá abalaram (podendo ser, quiçá, retomadas, por invocação e evocação, em contos a vir), e ele próprio, o “Homem-Ilha” ou a “Ilha-Homem”, bipartido entre dois polos litigantes, o *ego* e o *alter-ego*, o *outro* do passado e o *eu* do presente, aguarda uma pista desimpedida “para a descolagem de algumas das [minhas] suas aventuras aéreas, como as [minhas] suas raízes”, pois são estas que “[me] o sustentam de pé.” (*idem*: 172).

Que nos sejam permitidas, para concluir, algumas considerações, talvez impertinentes, sobre o mérito incontestável de *Passageiro em trânsito*.

1. A reflexão constante sobre o ato de escrita, genologicamente falando, que o tentame de ‘rotulação’ da obra, por parte do Autor, evidencia à saciedade, ao subverter o cânone: “novela em espiral ou o *romance* de um ponto a que se vai sempre acrescentando um *conto*.” (*idem*: 3). De facto, a metáfora geométrica da “espiral” traduz geometricamente a estrutura da ficção, que redundando no escorço de uma linha curva descrita por um ponto, que tanto voluteia, de modo contínuo, em torno de outro, como dele se vai afastando em gradação crescente.

2. O poder duplamente ‘reflexivo’ da alegoria, correspondente à metáfora *in absentia*, desafiando o leitor para o vaivém entre a significação literal, ancorada num referente concreto, e a significação simbólica, umbilicalmente ligada à primeira pela analogia. Exemplo deste balancé é, sem sombra de dúvida, a entidade Tempo [que tanto se estende - no aeroporto - e cresce - na Ilha - como escasseia ou falha (numa trajetória englobando, algo paradoxalmente, a míngua e a abundância)], com a qual se ‘empanturra’ o narrador, desejoso de ofertar aos pobrezinhos algumas “conchas” temporais “ainda em bom uso. [...] Só um tudo-nada puído [as] nos cotovelos.” (*idem*: 78). Mas quem anela, hoje em dia, por uns farrapitos têxteis temporalmente usados?

3. A leitura plural, defluindo do item anterior, que é generosamente ofertada ao leitor hermeneuta, brindado, desde o *incipit*, com o vocativo enganadoramente ternurento “meu amor”.

Numa perspetiva psicanalítica, o fatalismo inerente ao nascimento na Ilha configura simbolicamente a ulterior condição do Homem e do Escritor ilhéu. É ele que decide, porventura inconscientemente, fazer um “ajuste de contas” consigo mesmo e com o espaço insular (do latim: *insula*, *insulae*), no encaço incessante da mítica pureza islenha de antanho, a qual, doravante contaminada, apenas se poderá lobrigar no avatar do seu transplante em terras do Novo Mundo. Daí, a apóstrofe das raízes que, entranhadas, doem - ao invés do que acontecia na sua “anterior encarnação” (*idem*: 54), quando era menino e, mais tarde, aquando jovem residente numa “república” em Coimbra -, o pavor no que respeita à irreversibilidade do tempo que se vai acumulando, a apostasia da fratura vulcânica que fere, a geminação dos corpos não apartáveis e a construção fragilizada do sujeito escrevente, submisso às rotas marítimas consubstanciadas pela(s) metáfora(s), no “sentido de transferência. Desvio de significação de uma palavra para outra. De um ser para outro ser. Tropo. Com ligações, claras ou subterrâneas, entre si. Por vezes clandestinas.” (*idem*: 25).

Do ponto de vista temático e sociológico, a sátira ‘matreirinha’ do fenómeno da emigração, carreando a caricatura magistral de *certos* emigrantes complexados, cuja partida se deve não tanto à superação da pobreza que grassava na Ilha, mas antes ao anelo utópico de aquisição de um estatuto de “grande senhor”, em quase tudo similar ao que, por privilégio de nascença, era concedido aos senhores feudais da Ilha-feudo. Assim é que desfilam, em sacrossanta procissão, a mentalidade estreita, conservadora ou provinciana, a ambição mesquinha do ganho iminente e do lucro rápido ou fácil, a teia da invejidade a desembocar nos ‘enredos’ da trapaça e a visão confrangedoramente redutora de um regresso apoteótico à Ilha como exteriorização de uma inexistente supremacia intelectual e de um falacioso triunfo materialista, na ausência de um genuíno progresso anímico.

Numa abordagem estilística, a hegemonia do humor sobre a ironia, ou seja, dessa operação de espírito que, lesta, deteta, mede e sublinha o desfasamento entre o ideal e o real, não se coibindo de pedir à ironia determinadas vias de pseudo-simulação tomadas de empréstimo. Nesta sequência, não se afigura despiciendo visitar brevemente alguns desses recursos estilísticos.

- O fogo-de-artifício lúdico das palavras ‘fogosas’, aparentadas e apartadas pela via de divertida consulta do *Dicionário Prático Ilustrado*: “ - O meu relógio é uma matriz de infalibilidade. O teu, muito pelo contrário, parece uma meretriz de relaxamento. [...] Compreendi então a diferença entre os dois aferidores da idade dos homens. [...] Acho que outorguei toda a minha preferência ao segundo maquinismo. Mais maluco.” (*idem*: 82).

- O efeito cómico veiculado pelos diminutivos não hipocorísticos: “Fominha de séculos, Senhor Santo Cristo.” (*idem*: 92); “Um molhinho de passageiros em plena confraternização em trânsito. Que reconfortante é deixar cair os olhos nesse cachinho de pessoas.” (*idem*: 98); “[...] o senhor Afrânio padrinho [...] Quer apadrinhar e estar presente na cerimónia da apoteótica entrada do novel doutor na pacata e ordeira sociedade da cidadezinha há anos dorminhando de rabinho assado para o ar.” (*idem*: 101-102).

- A aliança de palavras que parecem contradizer-se (e, verdade seja dita, se contradizem...), tanto pela adjetivação inadequadamente expressiva, como pelo contraste entre o concreto (prosaico) e o abstrato (sublime), firmados não raro pela rima em final de frase: “Ainda se não passaram grandes momentos após ter a viúva palestrante tomado a peito fazer ressuscitar o defunto marido.” (*idem*: 93); “Para o fazer retornar às trabalheiras deste enchouraçado vale de lágrimas?” (*idem*: 93-94); “Não teve o industrial a dita de ter gerado descendentes diretos. Legítimos ou de mão canhota, tanto monta.” (*idem*: 101).

- A adaptação subversora (pela negativa) de lugares-comuns, clichés e estereótipos: “ - Os senhores passageiros sem destino marcado no bilhete de passagem queiram dirigir-se a qualquer sala de embarque disponível. Porta alfa ou ómega. Atenção ao embarque anunciado...” (*idem*: 90).

- A profusão de asteísmos e de truísmos, reforçados pela focalização interna (voz dual, do narrador e da personagem) e pelo discurso indireto livre: “A viúva vai em demanda da Ilha com o sentido de vender os bens que ao seu Joe pertenciam. Trabalhar uma vida inteira para os sobrinhos depois herdarem, não era trabalho abençoado de Deus. *Do you know?* Muito menos para irmãos. Cada qual se fosse governando com o que tinha. Quem quer uste que lhe custe! Mas enfim, nada de murmurações. [...] Cala-te boca!” (*idem*: 86).

- O recurso à antífrase, sob forma de falsa ingenuidade sarcástica, manipulando o valor (verdadeiro) do enunciado: “Nunca semelhante sociedade pacata, etcetera, poderia alguma vez consentir, em nome dos bons costumes e valores da família, que o filho de um vendedor de laranjas pudesse vir um dia a renegar o brasão dos seus antepassados vendilhões. Decidido fica por conseguinte que o filho de António Gaudêncio da Covoada, que de Coimbra veio com o canudo de leis no fundo da mala, passe a ser tratado com o respeito devido à sua pessoa e posição. - Eh laró, eh laró! É da doce e sumarenta, patroa!” (*idem*: 102); “Nela [em Fall River] existiam ao tempo [...] três clubes de diversão e cultura. O do Divino Espírito Santo, o de nossa Senhora de Fátima e o do Senhor Santo Cristo.” (*idem*: 126).

- A eventual sugestão de um enriquecedor intertexto, cujo papel passa a ser insolentemente invertido e desemboca na crítica da pseudointelectualidade e / ou da real ignorância: “[...] D. Cesarina andava sempre de atalaia no seu posto de vigia de mosca à vista. Ela acompanhava o marido em todas as circunstâncias e dizia para quem a queria ouvir que o seu Afrânio e o Antero de Quental faziam belas quadras porque ambos tinham muito vocabulário, além de serem oriundos da mesma Ilha. Pouco depois, e perante o pasmo da dona de casa, zumbiu a mosca islenha.” (*idem*: 166). Quem dá a sensação, com efeito, de ser relegado para segundo plano é o micalense Antero de Quental...

Romance sobre o romance ou metarromance, repassado de crónicas e de contos, *Passageiro em Trânsito*, obra cimeira da literatura portuguesa de feição açoriana, é o romance do *entre*. Até nesta conjuntura específica: *entre* o Autor, que não parece passar a vida “por via da inspiração, a roer em público o plástico traseiro da esferográfica”, e a crítica, que se não identifica com esses críticos que “fazem os seus biscates semióticos, e acabam por publicar autênticas peças sinfónicas em si maior.” (*idem*: 162).

Em *si menor*, talvez...

Maria do Rosário Girão Ribeiro dos Santos

40. SOLANGE PINHEIRO

**SOLANGE PEIXE PINHEIRO DE CARVALHO**, Bacharelado em Tradução Inglês / Português e Licenciatura plena Inglês / Português; exerço atividades na área de tradução, sobretudo literária. No ano de 2007 obtive o título Mestrado na Universidade de São Paulo, em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, especificamente, em tradução literária. A dissertação teve como tema a tradução de variantes dialetais inglês / português, com uma proposta de tradução para o dialeto de Yorkshire encontrado no romance “O Morro dos Ventos Uivantes”, de Emily Brontë. Atualmente faço minha pesquisa para obter o título de Doutor em Filologia e Língua Portuguesa, também na Universidade de São Paulo; desenvolvo um projeto na área de Estilística da língua portuguesa, investigando criação lexical literária, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elis de Almeida Cardoso. O corpus da pesquisa é a obra do escritor brasileiro Ariano Suassuna, *O Romance d’A Pedra do Reino*. A escolha do tema – e consequentemente do corpus para a pesquisa – se deve ao fato de a literatura brasileira oferecer diversas obras muito ricas em criações lexicais, mas que nem sempre são estudadas a partir da teoria da Estilística, sendo mais analisadas em seus aspectos literários. Considero que uma investigação profunda, com bases científicas, do trabalho criativo dos escritores pode enriquecer nossa visão a respeito da literatura brasileira, valorizando um aspecto importante da nossa produção literária.

SINOPSE - TEMA 2.5 A PENÍNSULA IBÉRICA NO SERTÃO DO BRASIL SOLANGE PINHEIRO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO BRASIL

A obra em prosa de Ariano Suassuna oferece para os pesquisadores um grande número de criações lexicais muito expressivas, formadas a partir de quase todos os processos disponíveis em língua portuguesa. Entretanto, um dos processos mais produtivos, sobretudo no *Romance d’A Pedra do Reino*, é a justaposição ou composição, do qual encontramos cerca de 300 exemplos, que podem ser agrupados em temas segundo as palavras que os formam. Conforme salienta Martins (2000, p. 122), “Entrando na formação dos compostos dois lexemas, dois elementos de significação extralinguística, são eles mais fortemente motivados que os derivados”, o que nos leva a analisá-los pensando no sentido de conjunto por eles indicado.

Entre os temas que podem servir de guia para a separação das justaposições ou composições em grupos, um dos mais sugestivos é o que traz referências à cultura ibérica na obra de Suassuna. Críticos da obra do escritor (Micheletti, Didier, Nogueira, entre outros) observaram que, para o escritor, a influência da cultura ibérica na formação da cultura brasileira é de fundamental importância, sendo duas das mais importantes fontes nas quais ele buscou inspiração para escrever seu romance a novela de cavalaria e a novela picaresca, além do romanceiro ibérico. Estes foram trazidos para o Brasil pelos primeiros colonos portugueses que aqui chegaram no começo do século XVI e preservados principalmente na região nordeste do país, região que serve de cenário para os romances de Suassuna. A partir da recolha das criações lexicais, notamos em muitas delas a presença da palavra *ibérico*, cuja recorrência é significativa na obra. Portanto, o presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise de algumas das criações encontradas no *Romance d’A Pedra do Reino* que tenham como elemento formador a palavra *ibérico* ou *ibero*, com o intuito de verificar a expressividade obtida por meio do uso dessas palavras.

Vários autores brasileiros do século XX trabalham com a criação lexical em suas obras, mostrando para o público leitor as diversas possibilidades de manipulação do léxico, surpreendendo-nos com a originalidade de sua visão de mundo. Entre eles, podemos destacar Ariano Suassuna, que publicou em 1971 sua primeira obra em prosa, o *Romance d’A Pedra do Reino*, romance que pertence ao Movimento Armorial, criado por Suassuna e outros artistas a partir de reflexões sobre a cultura brasileira popular. Suassuna defende que essa arte resulta da mistura das influências dos povos ibéricos, dos negros e dos índios; a ênfase em uma mestiçagem cultural revelando a importância que tem para o autor, no processo de composição de sua obra, a tradição ibérica, encontrada ainda de modo visível em manifestações culturais existentes no Nordeste do Brasil. Essa tradição exerceu grande influência na formação do escritor e, posteriormente, aparece de maneira evidente em sua produção, tanto a teatral quanto em prosa: ela está presente já no título da obra, pois a palavra *romance* nos remete ao romanceiro ibérico, conforme atesta Micheletti:

O título da obra de Suassuna remete ao Romanceiro Nordestino, já que apresenta uma filiação ao cancionero regional. Nessa vertente, **A Pedra do Reino** mostra-se herdeira dos romances da Idade Média. [...] Esses romances, trazidos pelos portugueses ao Brasil, na época do início da colonização, encontraram um solo bastante fértil. Instalaram-se e adaptaram-se às peculiaridades regionais e uma considerável parcela retomou a primitiva temática dos antigos romances: cantam as façanhas dos heróis regionais. (1997, p. 103)

Contudo, a presença da influência ibérica não se faz notar apenas nos romanceiros ou nas referências ao romance picaresco e às novelas de cavalaria, encontradas com bastante frequência ao longo da narrativa: a própria palavra *ibérico* aparece no texto em diferentes circunstâncias. Nesse momento, vemos como para o autor a tradição pode e deve ser recriada: longe de ser uma influência estática, ela comparece nos textos contemporâneos cheia de vida, dando novo vigor e novo interesse às obras, criando uma “literatura que seja simultaneamente tradicional e popular, clássica e barroca, uma fusão entre o trágico e o cômico, marcas da alma do povo brasileiro, dos povos da Rainha do Meio-Dia” (NOGUEIRA, 2000, p. 107)

Pensando nos motivos que podem levar um autor a escolher determinadas palavras em detrimento de outras para a criação de novos vocábulos, devemos considerar, além de sua formação cultural, também os “aspectos afetivos da língua falada, da língua a serviço da vida humana, língua viva, espontânea, mas gramaticalizada, lexicalizada, e possuidora de um sistema expressivo cuja descrição deve ser a tarefa da Estilística” (MARTINS, 2000, p. 3-4). Essa língua gramaticalizada e lexicalizada não é apenas um grupo de regras que ditam as normas e o que pode ou não ser dito, mas sim um conjunto de inúmeras possibilidades à disposição dos falantes, que podem dela se servir para expressar suas ideias, emoções, desejos e necessidades. Cada falante usa a língua a sua maneira, com maior ou menor liberdade segundo seu grau de competência linguística, renovando-a constantemente; entretanto, muitas dessas inovações criadas pela fala popular não atingem a população de maneira geral, pois permanecem circunscritas ao grupo social na qual surgiram.

As obras literárias, em oposição à língua falada, permanecem à disposição do público de modo geral e podem ser consultadas com frequência, possibilitando a pesquisadores e leitores um contato constante com elas. E, assim como todos os falantes de uma língua, os escritores também são criadores; eles fazem escolhas no momento de escrever, e criam novas palavras ou usam as já existentes no léxico de um modo original e surpreendente. Contudo, suas criações, embora possam nunca passar a fazer parte da linguagem cotidiana das pessoas, não se perdem, estão à disposição do pesquisador para que este possa estudá-las. Por meio de uma análise estilística é possível verificar o efeito que essas criações causam nos leitores, com isso apreciando a criatividade de um escritor e compreendendo sua visão de mundo, que norteou seu processo de escrita e as escolhas lexicais por ele feitas.

As escolhas de um autor baseiam-se, sobretudo, nas palavras lexicais, ou seja, aquelas que se referem a algo que faz parte do mundo habitado pelos falantes de uma determinada língua. Essas palavras são empregadas com grande liberdade por falantes anônimos ou por escritores, adquirindo por vezes um valor particular ou subjetivo, segundo diz Lapa:

As palavras se encontram subordinadas a uma escala de valores expressivos. [...] numa simples palavra se pode resumir todo o universo. Quer isto dizer que um vocábulo pode suscitar uma infinidade de imagens e ideias que abrangem todos os domínios do pensamento e da vida. (1977, p. 6-9)

Se as palavras não têm um significado estático, imutável, e podem se revestir de um caráter expressivo e afetivo segundo a visão de mundo do autor, é possível pensar que, para Suassuna, a palavra *ibérico* não traz apenas a referência àquilo que é originário da Península Ibérica: retomando suas ideias a respeito da cultura brasileira, sobretudo a nordestina, podemos pensar que, para ele, *ibérico* é algo inerente à identidade cultural e até mesmo afetiva de nosso país. Ao escolher *ibérico* como base para algumas das criações lexicais em seu romance, Suassuna expôs sua visão de mundo, que norteia sua obra e seu posicionamento como escritor e ser humano.

1. As criações formadas a partir do adjetivo *ibérico*

## Atas colóquio da lusofonia –

Os exemplos escolhidos para análise na primeira parte deste trabalho são criações feitas a partir de um único processo, a composição. Martins (2000, p. 122), diz a respeito dele: “Entrando na formação dos compostos dois lexemas, dois elementos de significação extralinguística, são eles mais fortemente motivados que os derivados”. Lapa afirma que são vários os processos de criação dos compostos, existindo os científicos, os populares e os literários. A respeito dos populares, o autor sustenta que eles “têm, por via de regra, caráter concreto. O povo não sabe lidar com abstrações e tende sempre a dar forma concreta às suas ideias”, e que os literários “tendem mais para o abstrato, perdendo de vista muitas vezes as realidades concretas” (1977, p. 92-99). No *Romance d’A Pedra do Reino*, temos a visão de mundo do autor, mas ao mesmo tempo também a do narrador da obra, Dom Pedro Dinis Ferreira-Quaderna; a partir do entrelaçar das duas visões tentaremos verificar se as opiniões de Martins e de Lapa se aplicam ou não às criações da obra de Suassuna.

Mas eu tomei contra o traidor uma vingança terrível, uma vingança à altura do Fidalgo **flamengo-ibérico** e **florentino-brasileiro** que sou, um homem que, quando necessário, também sabe usar o punhal e o veneno dos Bórgias! (2007, p. 265).

Dois compostos adjetivo + adjetivo, usados pela personagem Samuel para se definir; em ambos encontramos referências a suas origens, todas europeias. Em **flamengo-ibérico** temos *flamengo*, menção a Flandres, região entre a França, a Bélgica e a Holanda que, durante o século XVI, foi dominada pela Espanha dos Habsburgos durante o reinado de Carlos V (1500 – 1558), imperador do Sacro Império Romano Germânico e rei da Espanha. A segunda parte do composto é uma referência direta à Península Ibérica; se pensarmos que, ao criar um composto a pessoa estabelece algum tipo de conexão entre seus elementos formadores, é possível considerar que, ao mencionar a Península Ibérica, Samuel tinha em mente mais especificamente a Espanha, por esta ter dominado Flandres e, conseqüentemente, ter deixado marcas de sua cultura nessa região. **Florentino-brasileiro** é formado por *florentino*, adjetivo relativo a Florença, cidade italiana que também foi dominada por Carlos V, e *brasileiro*, menção óbvia ao local de nascimento de Samuel.

A ligação entre Brasil e Espanha pode ser verificada se lembrarmos que fomos também colônia espanhola durante o período em que Filipe II, filho de Carlos V, assumiu o trono de Portugal após a morte de D. Sebastião na Batalha de Alcácer-Quibir. A partir dessa breve análise, vemos que os quatro adjetivos usados por Samuel têm uma ligação direta com a Espanha, através do contexto histórico; o domínio espanhol sobre a região de Flandres, Florença, Portugal e Brasil é o denominador comum que permite a Samuel ver em sua família, originária de Flandres, uma ligação com as características espanholas por ele prezadas, e que lhe foram transmitidas por seus antepassados. É aqui que um Fidalgo dos engenhos pernambucanos derramará, ou o seu sangue, ou o sangue de seu inimigo, na defesa do Brasil imperial, cruzado, católico e **fidalgão-ibérico** da Direita! (2007, p. 290)

Um composto adjetivo+, usado pela personagem Samuel para definir o Brasil. Samuel, descendente de europeus, e que vê em sua família uma forte ligação com a Espanha, valoriza o papel exercido pela cultura ibérica na formação do povo e da cultura brasileira, dando-lhe maior importância que os elementos de origem negra e indígena, pois em sua concepção, essa parte de nossa ancestralidade é a que dá valor ao país. Vemos que a descrição do Brasil por ele feita se baseia em palavras pertencentes a campos semânticos muito próximos entre si: imperial, cruzado, católico e fidalgo-ibérico. *Imperial* refere-se ao sistema de governo, a monarquia, presente em nossa sociedade desde os tempos do Brasil colônia; depois da libertação de Portugal, continuamos tendo como governante um imperador oriundo da Península Ibérica, Dom Pedro I, e posteriormente, seu filho, Dom Pedro II, até fins do século XIX. *Cruzado* remete às Cruzadas, que foram em mais de uma ocasião lideradas por reis, como Luís IX da França e Frederico I Barba Roxa, imperador germânico; entre seus participantes encontravam-se pessoas pertencentes à nobreza (remetendo ao adjetivo *imperial*), que lutavam pela libertação da Terra Santa do domínio dos infiéis (os muçulmanos); portanto, *cruzado* também se relaciona a *católico*, religião oficial das monarquias espanhola, portuguesa e brasileira. Em *fidalgão-ibérico* é possível verificar uma relação com os adjetivos precedentes: a fidalguia, no caso do Sertão nordestino, seria compreendida não tanto em termos de títulos de nobreza, mas sim, como uma classe mais alta e favorecida composta por proprietários de engenhos açucareiros habitantes da Zona da Mata. Contudo, essa fidalguia também é ibérica, ou seja, para que sejam realmente dignos de valor, os membros dessa classe favorecida têm de ser descendentes dos primeiros colonizadores que se estabeleceram no território brasileiro, os portugueses católicos, sem a mistura das raças causada pela miscigenação com os negros e os índios.

Apesar de tudo isso, no meu caso particular, com todo o orgulho **judaico-sertanejo**, **mouro-vermelho** e **negro-ibérico** que sinto, o cotoco me prejudica e muito! Primeiro, ele existe mesmo, em mim, Sr. Corregedor: no fim das minhas costas, o osso que fica entre as duas bundas, tem uma pequena saliência, um pequeno rabo judaico-sertanejo, o cotoco, enfim! (2007, p. 344)

No exemplo acima, temos uma fala de Quaderna, narrador do romance, que se define por meio de três criações adjetivo+: judaico-sertanejo, mouro-vermelho e negro-ibérico. Em oposição às falas da personagem Samuel, analisadas anteriormente, essas criações mostram como Quaderna julga importante a miscigenação das raças para a formação do povo brasileiro e de sua cultura. Em *judaico-sertanejo*, temos a junção de dois elementos indicadores de origem (cultural e geográfica): *judaico* se refere não apenas aos judeus que vieram para o território brasileiro nos primeiros anos da colonização, mas também aos que estavam estabelecidos na Península Ibérica e colaboraram para a constituição da cultura portuguesa e espanhola durante o período em que a Península acolhia os judeus fugidos de outras regiões da Europa por causa das perseguições religiosas; *sertanejo* refere-se à localização geográfica e cultural, pois a ação do *Romance d’A Pedra do Reino* se situa no estado da Paraíba, onde nasceu Quaderna, e cuja cultura (principalmente a literatura de cordel e os romances) contribuem de modo fundamental para a composição da narrativa de Quaderna. Em *mouro-vermelho*, vemos outra referência geográfica e social: *mouro*, outro nome que pode ser dado aos muçulmanos, também é uma referência aos “infiéis” que conquistaram a Terra Santa, bem como a um dos cordões das cavalhadas, populares no nordeste do país; *vermelho* pode ser compreendido como referência aos índios, um dos povos formadores da cultura brasileira. Em *negro-ibérico* vemos referências culturais, geográficas e sociais: *negro* não é simplesmente uma cor, mas refere-se aos escravos trazidos para o Brasil e que deram uma contribuição muito grande para a composição do povo e da cultura brasileira; *ibérico* refere-se aos portugueses e espanhóis (sobretudo os primeiros) colonizadores do território brasileiro, e ao romanceiro ibérico, fonte de inspiração para Suassuna escrever sua obra. Nas formações encontramos referências às três raças formadoras do povo brasileiro: brancos (representados pela palavra ibérico); índios (representados pela palavra vermelho) e negros. Entretanto, a menção à cultura ibérica nesses compostos não se limita à criação *negro-ibérico*; devemos lembrar que na Península Ibérica havia uma mistura significativa de mouros e judeus com os brancos, sobretudo na Espanha, e ela é muito importante na visão de Suassuna, como ele já declarou em depoimentos e entrevistas: “Primeiro, quem diz ibérico, diz também mouro e judaico, como também recorda imediatamente a profunda influência da cultura norte-africana na Península Ibérica...” (*apud* DIDIER, 2000, p. 130). Desse modo, ao se definir por meio dos três compostos, Quaderna mostra ao Senhor Corregedor, a quem está prestando um depoimento, como ele é um legítimo brasileiro por descender dos três povos formadores da cultura brasileira, com a influência adicional dos mouros e judeus, e que ele sente orgulho por isso.

Meu sonho é misturar os Fidalgos **ibérico-brasileiros** com os Fidalgos brasileiros negro-vermelhos, porque aí eu mostro que todos os Brasileiros são fidalgos e nossa gloriosa História do Brasil é uma Epopeia da gota-serena! (2007, p. 352)

Outra declaração de Quaderna, na qual encontramos dois compostos: ibérico-brasileiros e negro-vermelhos, referências aos povos formadores da cultura brasileira: *negro-vermelhos* são os descendentes dos negros e dos índios, o povo comum; *ibérico-brasileiros* são os brancos descendentes dos colonizadores portugueses, a assim chamada “nobreza” brasileira. Ao contrário da personagem Samuel, que estabelece uma profunda distinção entre as pessoas de origem europeia e as de origem negra ou indígena, Quaderna vê nobreza tanto no povo quanto nas pessoas das classes mais favorecidas; ao dizer que seu sonho é misturar os ibérico-brasileiros com os negro-vermelhos, ele mostra sua concepção a respeito da nossa sociedade, com a miscigenação como o fator fundamental para a existência de uma cultura brasileira com raízes ibéricas. Sua afirmação de que “todos os Brasileiros são fidalgos” destaca outra visão de fidalguia, não baseada em nascimento ou origem, mas sim, em nobreza de caráter, pois para Quaderna negros, índios e brancos têm o mesmo valor, independentemente de sua posição social. Apenas com a mistura dos dois tipos de fidalguia é que as pessoas poderão ver a grandiosidade da história de nosso país, uma “Epopeia da gota-serena”, expressão que é também uma mistura da cultura clássica, tradicional (epopeia), com uma forma de falar típica do Nordeste brasileiro (gota-serena), cujo significado é “muito bom” (cf. NAVARRO, 2004, p. 128).

## 2. O adjetivo ibérico usado isoladamente para qualificar substantivos

Na primeira parte do trabalho, observamos a presença do adjetivo *ibérico* nas formações por meio da justaposição; passaremos agora a uma análise breve de dois outros exemplos nos quais o adjetivo está presente, qualificando isoladamente um substantivo, e como esse uso de *ibérico* pode revelar a visão de mundo do narrador-protagonista, Quaderna:

Só o consegui porque, além de pertencer ao “Oncismo” do Professor Clemente, pertenço também ao movimento literário do Doutor Samuel Wandernes, o “**Tapirismo Ibérico** do Nordeste”. (2007, p. 50)

## Atas colóquio da lusofonia –

O narrador do romance, Quaderna, menciona o movimento literário-filosófico criado por seu mestre, rival e amigo, o promotor Samuel Wan d'Ernes. Em *Tapirismo Ibérico* percebemos a utilização de um animal típico do Brasil, o tapir, como base para uma criação sufixal, tapir + *-ismo*. O uso de um animal como nome de um movimento é sugestivo, pois em outras denominações, como Romantismo, Classicismo, Realismo, temos como base uma ideia mais abstrata; o tapir é algo concreto, um mamífero herbívoro que não se caracteriza nem pela beleza nem pela força. Podemos verificar também que o próprio uso da palavra tapir remete diretamente à cultura indígena (tupi *tapiíra*), pois em várias regiões do Brasil o animal é mais conhecido como *anta*, nome de origem árabe. O adjetivo *Ibérico* refere-se à Península Ibérica, sua cultura e seus costumes. A utilização de *ibérico* como qualificativo para *Tapirismo* mostra a fusão dos elementos, popular e erudito, indígena e europeu, bem como uma vez mais o fato de Samuel se voltar para as origens ibéricas da cultura e do povo do Brasil como fonte de seu pensamento filosófico. Havia, aqui na Paraíba, no grupo do jornal *A União*, três escritores que influenciavam Samuel nessas **fidalguias ibéricas**, isso antes do Integralismo: eram Carlos Dias Fernandes, Eudes Barros e Ademar Vidal. (2007, p. 598) Em *fidalguias ibéricas* é possível observar a visão de Quaderna a respeito de Samuel: nesse contexto, a palavra *fidalgua* é usada como um substantivo, que engloba várias acepções daquilo que Samuel considera como elementos positivos: origem, nascimento, família, situação financeira, posição social; *ibérico* está sendo usado como adjetivo, restringindo a noção dessa fidalguia: não basta ter dinheiro ou posição social para a pessoa ser considerada fidalga, se ela não tiver a ascendência ibérica comprovando sua origem superior. Entretanto, para Quaderna, essa origem ibérica não é a condição indispensável para ser fidalgo, por ele considerar a miscigenação fator positivo para o enobrecimento do povo e enriquecimento da cultura do Brasil; podemos ver, então, nessa observação feita por ele, as *fidalguias ibéricas*, uma ligeira crítica a Samuel Wandernes por seu posicionamento elitista em relação ao povo brasileiro.

### Conclusões finais

Verificamos que, na obra de Suassuna, a tradição ibérica não se encontra apenas como uma referência vaga que deve ser descoberta por pesquisadores e historiadores, pelo contrário, ela está presente em vários momentos do romance e mesmo como base para criações lexicais, mostrando a criatividade do escritor e sua preocupação com nossas origens culturais e sociais. Considerando a menção feita por Lapa a respeito dos compostos, de estes se voltarem mais para o abstrato, deixando de lado a realidade concreta que os motivou, acreditamos que o autor fez uma observação pertinente no que se refere aos compostos estudados neste trabalho, pois eles, apesar de terem por base fatos históricos reais – como o domínio da Espanha sobre a região de Flandres, de Florença e o período em que Brasil e Portugal também foram governados por um soberano espanhol – não são imediatamente entendidos como tal, pois a pessoa que ler a obra de Suassuna precisará de um conhecimento histórico prévio para estabelecer a conexão entre as pretensões da personagem Samuel e os fatos que motivaram as criações lexicais. Nos compostos usados pelo narrador, Quaderna, a questão torna-se ainda mais complexa, por ele misturar elementos da realidade brasileira, como o adjetivo sertanejo, a outros aparentemente desprovidos de significado para nós, como mouro e judaico, mistura que revela seu pensamento a respeito da miscigenação e o orgulho que ele sente por não pertencer a uma suposta *raça pura*.

Já em relação ao adjetivo ibérico, assim como analisado nos outros exemplos, vemos que Suassuna também conseguiu obter um efeito original e sugestivo com ele, sobretudo ao usá-lo para qualificar um movimento literário e filosófico nomeado a partir de um animal típico da América do Sul. Em todos os casos, vemos como o conhecimento do autor e sua visão de mundo se uniram para criar formas que atraem a atenção do leitor, justificando a utilização de *O Romance d'A Pedra do Reino* como corpus para uma pesquisa acadêmica que pretende analisar a criatividade lexical de um escritor brasileiro contemporâneo.

### Referências Bibliográficas

- DIDIER, Maria Thereza. (2000) Emblemas da Sagração Armorial. Ariano Suassuna e o Movimento Armorial. Recife: Ed. UFPE.  
GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL em 20 vol. (1988) São Paulo: Editora Nova Cultural, Ltda.  
LAPA, M.R. (1995) Estilística da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Acadêmica.  
LEMO BARBOSA, A. (1955) Pequeno Vocabulário Tupi-Português. Rio de Janeiro: Livraria São José.  
MARTINS, Nilce Sant'Anna. (2000) Introdução à Estilística. 3ed. revista e aumentada. São Paulo: T.A. Queiroz Editor.  
MICHELETTI, Guaraciaba. (1997) Na confluência das formas: o discurso polifônico de Quaderna / Suassuna. São Paulo: Clíper Editora.  
NAVARRO, Fred. (2004) Dicionário do Nordeste. 5.000 palavras e expressões. São Paulo: Estação Liberdade.  
NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes. (2000) Ariano Suassuna. O cabreiro tresmalhado. São Paulo: Palas Athena.  
SUASSUNA, Ariano. (2007) Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do vai-e-volta. 10ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

### 41. TAYO AJAYI



**TAYO AJAYI**, Nigeriano, fez seus estudos na Universidade de Ife, Ile-Ife, Nigéria onde completou sua graduação e pós-graduação em Francês / Português e Línguas Modernas Europeias respectivamente. Foi mais tarde para o Brasil com a bolsa de estudo CAPES-PEC / PG onde fez seu doutorado em Linguística na Universidade Federal de Minas Gerais, (UFMG) Belo Horizonte. Atualmente é Professor e Chefe da Unidade do Português, Departamento de Línguas Estrangeiras da Universidade Estadual de Lagos (LASU), Nigéria e é o Diretor Executivo da Fundação de Herança Afro-brasileira, uma Instituição acadêmica e sociocultural que trabalha na cultura, história, arquitetura e herança dos descendentes afro-brasileiros na Nigéria onde têm um bairro brasileiro em Lagos até hoje. As áreas de pesquisa abrangem: Tradução, Linguística afro-brasileira, Línguas em contato, Civilização afro-brasileira / Lusófona e Estudos de Diáspora Negro. Artigos: "Issues of Comparative Studies: The Negro and the Mestiço in the Brazilian Culture" *Ife Literary Society's Journal*, vol, Nº. 1, pp. 46-52 (1994); "Dogbé et L'Incarcéré: l'écrivain contestataire et son œuvre". *LASU Journal of Humanities*, vol. 3, Nos 1-2, pp. 107-119 (1998); "A língua loruba e o estudo africanista no Brasil: Crítica de uma análise linguística". *Vertentes*, São João del-Rei, FUNREI, Brasil, No 15, jan / junho, pp. 88-95, (2000); "O iorubá em contato com o Português no Brasil". In: MENDERS, Eliana Amarante de Mendonça; OLIVEIRA, Paulo Motta; BENN-IBRLER, Veronika (org.). *O novo milênio: interfaces linguísticas e literárias*, Belo Horizonte, Brasil, Faculdade de Letras, UFMG, pp. 197-207, (2001); Decalque as a Linguistic Integration Strategy of Yoruba loan words in Brazilian Portuguese " *Studies* " – An annual journal of the Modern Humanities Research Association, Kings College, Strand, London, U.K. No 18, Ed. 2003), pp. 102-115. (2003); "Culture in Translation: The Dilemma of a Translator", *Ife Journal of Foreign Languages* (IJOFOL), No 5, pp. 53-59 (2006), A crioulação / não crioulação do Português brasileiro: A contribuição africana e as perspectivas do futuro: *Colóquios da Lusofonia*, Atas do 6º Colóquio, Bragança, Portugal, outubro 2007, pp. 189-197; Tradutora traditori: The Translator as a traitor," *Ife Journal of Foreign Languages* (IJOFOL), No 7, pp. 75-82. (2008)

A interferência lexical é o primeiro resultado do contato entre o ioruba e o português no Brasil. Isso se evidencia nos empréstimos iorubanos que se encontram em várias áreas de atividades dentro ou fora da religião tradicional no Brasil. Dentre essas áreas estão: divindades, culinária, cerimônias e crenças, cargos e postos hierárquicos, indumentária e adereços sagrados, instrumentos musicais e festividades etc. A maioria desses empréstimos, embora tenham semantemas portugueses, carregam o significado sociocultural ioruba. São hibridismos linguísticos. O trabalho analisa esses hibridismos apresentando o seu significado e dando a sua etimologia linguística. Esses empréstimos já foram submetidos e adaptados ao sistema morfosintático, semântico e fonológico do Português. Este trabalho baseia-se em dados extraídos de um *corpus* constituído por 24 entrevistas com informantes das comunidades afro-brasileiras nas cidades de Salvador e Cachoeira, no estado da Bahia, Brasil. Finalmente, para que se reescreva a história do português brasileiro, como tem sido o objetivo de vários projetos contemporâneos no Brasil, inclusive no aspecto da discutida influência das línguas africanas como o ioruba em sua formação, bem como a dos léxicos da Lusofonia, este estudo será uma contribuição efetiva a esta questão.

### 0. Introdução

A primeira coisa que chama atenção no português brasileiro é o enriquecimento de seu vocabulário com empréstimos africanos, mais especificamente da língua ioruba. A língua ioruba é uma das três línguas nacionais entre as mais de 250 línguas diferentes da Nigéria, o país mais populoso do continente africano. A língua foi uma das línguas africanas transplantadas ao Brasil ao longo dos anos da escravidão e que hoje, juntos com as outras línguas africanas contribuem à riqueza na formação da língua portuguesa do Brasil.

A maioria dos empréstimos iorubanos encontra-se no domínio da religião, os da culinária também são significantes. Isso se deve ao fato de que essas palavras entraram no português através do empréstimo cultural, a religião. Na culinária, além do empréstimo cultural também ser o fator responsável, o outro fator também se atribui a predominância das mulheres negras que cuidavam da cozinha das patroas, assim contribuindo à entrada no português de empréstimos dessa área.

### ii. Os hibridismos linguísticos.

O **hibridismo** é a palavra formada com elementos tomados a línguas diversas. No caso deste estudo, de Português e Ioruba. É a importação de alguns dos elementos iorubas e a tradução de outros em português. Pode ser também **empréstimo por tradução**, o que de acordo com Bloomfield (1967:455) é “descrever a coisa estrangeira introduzida com palavras nativas ou reproduzir a descrição, caso o vocábulo estrangeiro já seja em si mesmo descritivo.” De empréstimo por tradução vem o termo **decalque**, reserva-se ao empréstimo de uma unidade lexical proveniente de uma língua A e usado numa língua B sob uma forma traduzida. São palavras traduzidas para denominar conceitos novos. Quando uma língua não consegue um correspondente apropriado, o conceito é traduzido na língua receptora em vez de se importar totalmente a palavra original. Segundo Garmadi (1983):

O *decalque* lexical oferece a vantagem de evitar, em primeiro lugar, as dificuldades levantadas pela integração fonológica e morfológica dos significantes dos lexemas estrangeiros no seu sistema de acolhimento, ao mesmo tempo que procura respeitar a equivalência na ordem dos significados. (GARMADI, 1983:143)

Quando o empréstimo é introduzido sob uma forma traduzida, sob a forma de decalques, a equivalência no nível do significado pode ser apenas aproximativa. Assim, muitas palavras que são normalmente palavras portuguesas acabam sendo semanticamente empréstimos da língua ioruba. Todos os constituintes da palavra na sua estrutura superficial são do português, mas traduzem um conceito ioruba.

A seguir, registramos os hibridismos linguísticos da língua ioruba e português presentes no *corpus* analisado. A maioria desses empréstimos, embora tenham semantemas portugueses, carregam o significado sociocultural ioruba. Explicamos o significado de cada palavra ou sintagma nominal e a sua origem etimológica da língua ioruba e são analisados numa ordem alfabética.

1. **água de Oxalá** - É uma cerimônia de purificação em que as iaôs fazem uma procissão até a fonte sagrada para buscar água. A água é trazida para purificar as quartinhas do peji no terreiro. 'Água de Oxalá' é um hibridismo do SN ioruba *omi òrìsànlá*. Água < *omi* + de (genitivo português) + Oxalá < *Òrìsànlá*.



[Cerimônia de águas de Oxalá]

**alabê da casa** - O cantor ou a cantora profissional do terreiro. Do SN ioruba *alágbe ilé*. Alabê < *alágbe* 'cantora' + de (genitivo) + casa < *ilé*. Na Nigéria, *alágbe* também é aquele que canta para receber dinheiro. Ver **alabê**.

**apogum de Xangô** - Ver **apogum**. Apogum < *apegum* ('a quem', + *pe*, 'chama' + *ogum* 'guerra') + de (genitivo) + xangô < *Sàngó*.

**assentado** - Ser assentado significa que já foi submetido a determinados rituais e já pode receber o axé do orixá. Esta palavra é a tradução do SN ioruba *'gba òrìsà'*. Significa 'receber', 'aceitar' *òrìsà*, no sentido de que já foi submetido aos rituais do axé e já foi aprovado.

**cabeça da casa** - A primeira pessoa com a autoridade. Refere-se à ialorixá ou ao babalorixá. É o decalque do SN ioruba *olori-ile*, que significa a pessoa com a autoridade máxima na comunidade, o chefe. (cabeça < *olóri* + de (genitivo) + cabeça *ori* + casa > *ilé*).

## Atas colóquio da lusofonia –

**cantigas de oxalá** - São os cantos, as canções de Oxalá. Tem também cantigas de orixá. Procede do SN ioruba *orin òrìsànlá* ou *orin òrìsà*. Cantigas < *orin* + de (genitivo) + *oxalá* < *òrìsànlá* ou orixá < *òrìsà*.

**casa do santo** - É a casa separada, a principal construção de cada orixá, dentro do terreiro, onde que fica o pejií do orixá e onde que se faz lhe os sacrifícios. É a tradução do SN ioruba *ilé òrìsà*. Casa < *ilé* + de (genitivo) + orixá < *òrìsà*.

**despacho** - Oferenda trazida para o Exu para ele despachar, enviar, como mensageiro, aos outros orixás a fim de conseguir a boa vontade desses. É a tradução da palavra ioruba *ebo* que significa 'oferenda'. No português padrão, *despacho* significa 'mandar', 'despachar', mas devido à influência da língua ioruba, a palavra hoje no contexto afro-brasileiro tem outro significado e é usada para denominar o ioruba *ebô*.

**dono da roça** - Refere-se ao Xangô como o dono da roça. Isto é, e o orixá da roça, do terreiro. É ele que manda. É uma tradução da palavra ioruba *olóko* do mesmo significado (*Oni* = dono + *oko* = 'roça', 'fazenda' > *olóko* (há uma troca de / n / por / l / e uma supressão da / i / final de *oni*)). Assim: dono < *oni* + de (genitivo) + roça < *oko*.

**ebozeiro** - 'Ebozeiro' significa aquele que faz oferenda. A palavra vem de *ebo* 'oferenda' em ioruba e o sufixo português - *eiro*.

**fazer orixá** - O mesmo como 'Fazer o santo'.

**fazer o santo** - É a cerimônia de submissão a alguns rituais para poder receber os orixás, para poder se comunicar com os orixás, para se formar como um zelador. É uma iniciação espiritual. Na Nigéria, a cerimônia é chamada de *pínódù*. É uma cerimônia de formatura para um jovem *babalaô* de ifá. Mas alguém de outro santo faz a *pínódù* de acordo com os fundamentos do santo dele. No Brasil, é esse conceito que foi reproduzido como 'fazer o santo'.

**feitura de santo** - É uma iniciação, uma cerimônia ritual para formar-se nas coisas do axé. Aprende-se as cantigas, as crenças, as danças, os rituais etc. da sua nação. Na Nigéria chama-se de *iwémó òrìsà* como o mesmo significado. *Iwémó* significa 'purificação', 'feitura'. Assim: feitura < *iwémó* + de (genitivo) + santo < *òrìsà*.

**filho-de-casa** - Significa que o adepto é um filho-de-santo daquele terreiro. É iniciado no terreiro. Faz parte da casa. Do ioruba *omo onílè* do mesmo significado. Filho < *omo* + de (genitivo) + casa < *onílè*. Ver **filho-de-santo**.

**filha-de-iansã** - Ver **filha-de-oxossi** e substitui 'oxossi' por 'iansã'.

2. **filha-de-Oxossi** - A pessoa, do sexo feminino, iniciada, que serve como um médium para Oxossi. Filha < *omobínrin* + de (genitivo português) + Oxossi < *Osòòsì*. Ver **filha-de-santo**.

3. **filha de santo** - É pessoa do sexo feminino que já passou por certas iniciações para poder servir como intermediária, um médium, entre os orixás e os seres humanos. Ver **iaô**. Filha de santo é a tradução do SN ioruba, *omobínrin òrìsà*. Filha < *omobínrin* + de (genitivo português) + santo < *òrìsà*. A palavra é usado com o mesmo significado na Nigéria.

4. **filho de santo** - É o iniciado (sexo masculino) no culto dos orixás. É uma tradução de *omokúnrin òrìsà*. Filho < *omokúnrin* + de (genitivo português) + santo < *òrìsà*. Na Nigéria, *omokúnrin òrìsà*, além de ser um iniciado, ajuda os zeladores nos rituais do culto.

5. **fundamento** - A base, a origem da religião, a tradição no estado puro. As atividades religiosas apoiadas em força divina. Procede da palavra ioruba *isèdálè* com o mesmo significado.

6. **fundamentos** - Os objetos sagrados do axé. Normalmente são enterrados num local específico dentro do axé chamado *ègè* na língua ioruba. É uma tradução do SN ioruba *àwon nnkan isèdálè*. *Awon* 'as' + *nnkan* 'coisas' + *isèdálè* 'fundamento', 'as coisas do fundamento'.

7. **ilebô de obrigações** - A casa ou o local onde se faz os ebós, as oferendas, as obrigações. A palavra original ioruba é *ojúbo* 'local de ebó'. O outro SN de onde procede é *ilé ebo*, *ilé* 'casa', *ebo* 'ebó'. > ilebo. (Há a supressão da vogal / e / inicial de *ebo* seguido pela aglutinação das duas palavras).

8. **irmã pequena** - No Brasil tem irmãs-do-santo ou irmãos-do-santo que são as iniciadas ou os iniciados (filhos / as) do mesmo santo. Quando se fala de uma 'irmã pequena', significa a iniciada mais nova do que a pessoa falando. No ioruba, é a tradução literal do SN *aburo obibrin kékeré* que significa a irmã mais nova. Irmã < *aburo obínrin* + pequena < *kékeré*. Ver **mãe pequena**.

9. **limpeza** - É o ritual de purificar alguém, de retirar do corpo da pessoa os maus, através de um ebó. É a tradução da palavra ioruba *iwémó* 'ser limpo', 'limpar'.

10. **Mãe** - No português afro-brasileiro, **mãe**, ou '**minha mãe**', '**minha mãe santo**' ou '**minha mãe iniciadora**' não se refere somente à mãe biológica. Existem dois sentidos além da mãe biológica. Pode referir-se à 'ialorixá' ou ao 'santo' do / a locutor / a. Veja-se este trecho do nosso *corpus* que é a resposta da pergunta sobre as comidas típicas do santo da informante que é a oiã. Inf. 18 / 375 / 26\_\_\_\_\_ *De oiã, é o acarajé ... minha mãe ... a comida predileta dela mesmo, é os acarajés*. Na cultura ioruba, não só a mãe biológica que se chama de 'mãe'. Pode ser 'a tia, a vovó' etc. É essa cultura que foi emprestada pela comunidade afro-brasileira e transferida para o português. Minha > *mi* + mãe > *iyá*. *Iyá mi* 'mãe minha'.

11. **mãe-de-santo** - É o nome dado no Brasil ao dirigente feminino de um terreiro. Procede da palavra ioruba *iyálórisà* com o mesmo significado. A palavra foi desaglutinada e traduzida para português. Mãe < *iyà* + de < *ni* ( / n / muda para / l / , sua variante e a / i / final é suprimida) + santo < *òrìsà*.

12. **mãe grande** - É uma tradução literal do SN ioruba *iyà àgbà*. *Iyá* > mãe + *àgbà* > grande. Na Nigéria, é chamada *iyá àgbà*, a mais velha entre duas mulheres. No Brasil, é uma maneira respeitosa de chamar a ialorixá. Ver **iã abá**.

13. **mãe Keji** - É um hibridismo do português e ioruba. No Brasil, a deputada da ialorixá é denominada a 'mãe keji', que procede do SN *igbákeji iyá* do mesmo significado. "*Keji*" ou *ekejí* como uma entrada lexical independente significa 'segunda' no ioruba. Mas neste caso, é a contração da palavra *igbákeji* 'segunda', 'deputada'. Então Mãe < *iyá* + *keji* < *igbákeji*.

14. **mãe pequena** - Tradução literal do SN ioruba *iyá kékeré*. *Iyá* > mãe + pequena < *kékeré*. Na Nigéria, é usada para a mais nova entre duas mulheres. No Brasil é a auxiliar da ialorixá. Ver **iã quequerê**.

15. **matança** - É o sacrifício ritual de animais aos orixás. Ato de matar um animal para fazer um sacrifício e depois usar para festa. Para expressar este sentido, o português brasileiro usa as palavras 'chacina' ou 'assassinato' para seres humanos e 'abater' para animais. A palavra ioruba é *ipa*.

16. **obá de xangô** - No Brasil, obá é um cargo político-religioso. Os obás ajudam a ialorixá nos cultos e rituais do axé. O título é uma adoção do igual título da Nigéria. No reino de Oiô, Obás são os ministros do *Aláàfin*, o rei de Oiô. São doze e ajudam o rei a governar. São chefes com títulos tradicionais.

17. **obrigação** - No português padrão, obrigação significa 'dever', 'encargo' etc. Mas no português afro-brasileiro, tem um outro significado. São as oferendas rituais que os adeptos fazem às divindades. É o trabalho, o ritual, que o adepto tem de executar. É a transferência do significado da palavra ioruba '*ojúse*' que significa a responsabilidade, a promessa que se tem para com o orixá ou alguém.

18. **oferenda** - É oferecer materiais rituais ao orixá. É uma oferta, um presente. Embora tenha o mesmo significado em português, o significado dado à palavra 'oferenda' nos contextos afro-brasileiros é transferido da palavra ioruba *ore*. *Ore* significa 'favor', 'boa vontade', 'benevolência' ou 'material' que se dá a alguém ou ao orixá. No Brasil, a palavra já foi totalmente substituída por 'oferenda'.

19. **ojá de cabeça** - 'Ojá de cabeça' é uma faixa de roupa tradicional ioruba que a mulher amarra na cabeça para completar o seu estilo de moda da roupa batá feminino. É usada assim também no Brasil. Vem do SN ioruba *òjá orí*. Ojá < *òjá* + de (genitivo) + cabeça < *orí*. Só a segunda palavra *orí* que é traduzida. Ver **ojá de peito**.

20. **ojá de peito** - Faixa que a mulher amarra no peito. Pode ser da mesma cor ou não com a roupa principal. Vem do ioruba SN *òjá àyà*. Ojá < *òjá* + de (genitivo) + peito < *àyà*. Ver **ojá de cabeça**.

21. **orixá da cabeça** - Na cultura ioruba, quando nasce uma criança, o babalaô joga para saber qual é orixá da criança. *Orí* 'cabeça' também significa na cultura ioruba a existência espiritual, o homem interior. Então cada um tem sua diferente *orí*. Assim, quando se fala de 'orixá da minha cabeça', refere-se ao seu orixá, o orixá que sua *orí* escolheu. Traduzida do SN ioruba *òrìsà orí*. Orixá < *òrìsà* + de (genitivo) + cabeça < *orí*.

**pai-de-santo** - O dirigente masculino de um terreiro de candomblé. É uma tradução desaglutinada da palavra ioruba *babalórisà* com o mesmo significado. Pai < *baba* + de < / ( *ni* ) + santo < *òrìsà*.

**panela de ajerê** - É um coador, de ferro, usado na Nigéria e no Brasil para fazer a cerimônia de fogo do Xangô. Procede do ioruba *ikòkò ajere* (panela < *ikòkò* + 'de' [genitivo português] + ajerê < *ajere*).

**pano da costa** - Um tecido tradicional ioruba, listrado em cores brilhantes e bordado, que faz parte do traje das baianas e das filhas-de-santo no Brasil. Na Nigéria, chama-se de *aso òfi*. O 'pano da costa' é um empréstimo atributivo, procedido de *aso* 'pano' + *òfi*. 'Costa' aqui refere-se à costa oeste africana assim denominada durante o regime escravista.



#### Atas colóquio da lusofonia –

22. **partir o obí** - Quando o *obí* (Ver **obí**) de quatro faixas, é aberto para ser usado para fazer oferenda aos orixás ou a jogar para *ifá*. No ioruba diz-se *la obí*. “La” significa 'dividir'. Então, partir < *la* + de (genitivo) + obí < *obí*.
23. **partir o orobô** - É o mesmo como 'partir o obí'. Ver **orobô**.
24. **pé de orixá** - Tanto na Nigéria, quanto no Brasil, significa que as coisas estão sendo feitas na frente do orixá ou na casa de orixá. Isto é, de acordo com as tradições dos orixás. Traduzido do SN ioruba *esè òrìsà*. Pé < *esè* + de (genitivo) + orixá < *òrìsà*.
25. **pegar o santo** - No contexto afro-brasileiro, este sintagma nominal é entendido como 'o santo incorporar em alguém'. É uma tradução da palavra *gbemole* em ioruba. Esta palavra *gbemole* é uma entrada lexical, mas constituiu-se sintaticamente de duas outras palavras: *gbé* 'pegar', 'carregar'; e *imolè* 'santo' que foram transferidas analisadas para o português.
26. **pés de Xangô** - Isto é, na casa do Xangô. De acordo com as tradições do Xangô. Procede do SN ioruba *esè Sàngó*. Pé > *esè* + de (genitivo) + Xangô > Sàngó. Ver **Pé de orixá**.
27. **raiz** - Esta palavra leva um dos seus próprios significados no português. A 'base'. Quando se fala que 'eu sou raiz do tal terreiro' ou 'minha raiz é tal terreiro' Isso significa que a pessoa nasceu dentro do terreiro, no culto, e já é iniciada. É a tradução da palavra ioruba *ipilèsè* 'base', 'origem' 'fonte.' Não se confunde com 'raiz de árvore' que é *egbò* em ioruba.
28. **recolher** - recolher ou ser recolhido significa, no contexto afro-brasileiro, o ato de conduzir a iaô (ou um fiel) para o *ile-àse* (casa ou quarto do santo), onde é submetida ao ritual de iniciação. É uma tradução da palavra *ipámó* em ioruba. Na terra ioruba, a iaô ou o escolhido do orixá pode ficar no quarto de orixá por três ou sete dias. Ela vai se submeter a vários rituais e ensinamentos sobre o orixá. É o mesmo no Brasil.
29. **sabão da costa** - É um tipo de sabão medicinal local usado na terra ioruba chamado *osè dudu*. *Osè* significa 'sabão' e *dudu*, 'preto', porque é um sabão de cor preta. Na era da escravidão, a maioria das mercadorias que vieram da costa ocidental africana tiveram o atributo de 'da costa', uma vez que não conseguiram a tradução apropriada. É usado no Brasil para lavar as iniciandas do candomblé e para outros fins religiosos.
30. **santo do meu orí** - O mesmo como **orixá da cabeça**. Do SN ioruba *òrìsà orí*. Santo < *òrìsà* + de (genitivo) + meu (det.) + orí < *orí* (cabeça).
31. **seita de egungum** - A organização dos adeptos do egungum. Do SN ioruba *egbé egúngún*. Seita < *egbé* + de (genitivo) + egungum < *egúngún*.
32. **ser de orixá** - Ser de um orixá significa que a pessoa é da casa daquele òrìsà. É um filho ou filha de santo. É a tradução do SN ioruba *wá lati ilé òrìsà* - (*wá* 'vir', 'ser' + *lati* 'de' + *ilé* 'casa' + *òrìsà* < orixá).
33. **roda de ogum** - Hibridismo português e ioruba. É a formação em círculo para realizar a festa de ogum. Na Nigéria chama-se de *agbo ògún*. *Agbo* significa 'círculo', 'roda'. É também a festa onde as pessoas fazem uma formação de círculo e outros ficam dentro do círculo fazendo a cerimônia de *ogun* com cantigas, danças etc. Assim roda < *agbo* + de (genitivo) + ogum < *ògún*.
34. **terreiro de ogum** - Terreiro é um conjunto de casas onde se realizam as cerimônias religiosas do candomblé. Pode tornar-se uma comunidade onde convivem os adeptos e se processam as atividades religiosas. Terreiro de ogum significa que é o orixá ogum, a divindade de ferro e da guerra, que se cultua naquele terreiro. Esse SN procede do SN ioruba *agboilé ògún*. *Agboilé* significa 'conjunto de casas'. Terreiro < *agboilé* + de (genitivo) + ogum < *ògún*.
35. **trabalho** - É um rito mágico-ritual realizado para atingir a outra. Pode ser por mal ou por bem da outra pessoa. É um termo mais usado na Umbanda e Quimbanda do que no candomblé. No ioruba a palavra correspondente é *isé* 'trabalho (espiritual)'.
36. **uará do filho** - É o quarto, dentro do terreiro, reservado a guardar as coisas do axé para o uso dos filhos-de-santo. É o mesmo como 'quarto do filho'. *Uará* significa quarto no ioruba. No ioruba, se fala *uará omo òrìsà*. O quarto do filho-de-santo.
37. **vestir de orixá** - É uma representação física e real de um orixá feita por um pai ou filho-de-santo na festa dos orixás. Alguém veste-se de indumentária e adereços específicos daquele orixá e dança às cantigas e *orikis*. É um hibridismo do SN ioruba *da òrìsà*. *Da* significa 'tornar-se', 'representar'. Então a palavra *da* é traduzido como vestir + de (genitivo) + orixá < *òrìsà*.
38. **xinxim de galinha** - Comida ioruba. No Brasil é a comida do Oxum preparada com galinha desfiada, cozida com azeite de dendê e outros temperos. Vem da palavra *sinsin adie* no ioruba. Xinxim > *sinsin* + de (genitivo) + galinha < *adie*.
39. **xinxim de galo** - comida ioruba. O mesmo como xinxim de galinha. Aqui é de galo. Vem do SN ioruba *sinsin àkùko*. Xinxim < *sinsin* + de (genitivo) + galo < *àkùko*.
40. **zelador de orixá ou zelador-de-santo** - É a ialorixá ou babalorixá interino. Ele ou ela fica no lugar de outro que faleceu. Procede do SN ioruba *adelé òrìsà*. *Adelé* significa 'zelador', 'administrador interino'. Zelador < *adelé* + de (genitivo) + orixá ou santo < *òrìsà*. No Brasil, usa também para significar o pai-de-santo. Pessoas que defendem esse último significado alegam que um ser humano não pode ser o pai de um santo, mas o zelador ou adjuvante dele.

#### iii Conclusão

É bem possível argumentar que a maioria dos empréstimos indicados aqui está sendo usada nas expressões de certa classe de pessoas. Concordamos com esse ponto de vista. Mas, gostaríamos de enfatizar, a esse respeito, que o empréstimo normalmente começa com um grupo antes de se espalhar para toda a sociedade. O fato de que uma boa porcentagem dos empréstimos recolhidos no presente trabalho já foi dicionarizada os torna parte da riqueza lexical do português brasileiro e assim da lusofonia

Hoje a população que utiliza a língua ioruba também faz parte da grande população brasileira. A crescente popularidade do candomblé e da tradição afro faz com que muitos músicos, por exemplo, Gilberto Gil (até recentemente o Ministro da Cultura do Brasil), Milton Nascimento etc., artistas, profissionais e pessoas de alta escala do governo se associem ao que chamaríamos de iorubrasileirismo. Na literatura, na música, nas novelas e na mídia, o ioruba vem crescendo como o verdadeiro herdeiro das culturas e das línguas africanas no Brasil.

#### IV. BIBLIOGRAFIA

AFOLAYAN, Adebisi. (org.) (2006) *Yoruba Language and Literature*. Lagos, Ife University of Ife Press. 9ª ed.

AJAYI, Tayo Julius. (2000) A língua iorubá e o estudo africanista no Brasil: Crítica de uma análise linguística *Vertentes*, São João del-Rei, FUNREI, Nº 15, jan. / junho, pp. 88-95.

\_\_\_\_\_. (2001) O iorubá em contato com o Português no Brasil. In: MENDES, Eliana Amarante de Mendonça; OLIVEIRA, Paulo Motta; BENN-IBLER, Veronika (org.) *O novo milênio: interfaces linguísticas e literárias*, Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, pp. 197-207.

\_\_\_\_\_. (2003) “Decalque as a Linguistic Integration Strategy of Yoruba loan words in Brazilian Portuguese” *Portuguese Studies*, – Modern Humanities Research Association, Kings College, Strand, London, U.K. No 18, Ed. , pp. 102-115.

AWOBULUYI, Oladele. (2002) *Essentials of Yoruba Grammar*. Lagos, Ibadan: University Press Limited,

BLOOMFIELD, (1967) Leonard. *Language*. Nova Iorque: Holt, Rinehart & Winston, 1933. London: George Allen & Unwin Ltd.

BOLOUVI, Lébéné Philippe. (1994) *Nouveau Dictionnaire etymologique afro-bresilien*. Lomé, Togo: Presses de l'Université du Bénin,

COUTO, Hildo Honório do. (1999) *Contato interlinguístico; da interação à gramática*. Brasília: Departamento de Linguística, Universidade de Brasília,

GARMADI, Juliette, (1983) *Introdução à sociolinguística*. Lisboa: Publicações

Dom Quixote,

MUSSA, A . O . (1991) *O papel das línguas africanas no português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. UFRJ. Rio de Janeiro,

ODUNUGA, Segun. (2006) Tense and aspect in Yoruba. In: AFOLAYAN, Adebisi (org.), *Yoruba language and literature*. Lagos, Ife: University of Ife Press, p.264-276.

PESSOA DE CASTRO, (2001) *Falares africanos na Bahia: Um Vocabulário Afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Top books.

PÓVOAS, R. de Carmo, (1989) *A linguagem do Candomblé: níveis sociolinguísticos de integração afro-portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio.

TARALLO, F. (1994) *A Pesquisa Sociolinguística* 4ª ed. São Paulo: Ática.

UNIVERSITY PRESS PLC. (2008) *A dictionary of the Yoruba language*. Lagos: Oxford University Press / University Press Plc, (1ª ed. Londres, 1913).

WEINREICH, Uriel. (1970) *Languages in Contact: findings and problems* Prefácio de André Martinet. The Hague: Mouton, 1953,(5ed. 1970).



**TIAGO ANACLETO-MATIAS** possui um curso superior em Tradução Especializada (2002) pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Politécnico do Porto (ISCAP – IPP), tendo sido aluno *Erasmus* na Dinamarca em 1998. É detentor de uma pós graduação em Tradução para Legendagem pelo Instituto Superior de Assistentes e Intérpretes (ISAI – Porto, 2004) e, recentemente, terminou com sucesso o Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas igualmente no ISCAP – IPP, com a Tese intitulada “O Pluri-Multi-Linguismo no Contexto Atual Europeu”. Esta é a primeira vez que apresenta uma comunicação em Bragança no âmbito dos Colóquios da Lusofonia, mas já participou por duas vezes nos Encontros Lusófonos dos Açores (maio de 2008 e abril de 2009). Em dezembro de 2008, fez uma apresentação no I Congresso Internacional de Estudos Interculturais do ISCAP ligada à tradução. Desde 2004 é funcionário efetivo do Parlamento Europeu, Bruxelas

### SINOPSE - TEMA 3.3 LOCALIZAÇÃO WEB EM PORTUGUÊS TIAGO ANACLETO-MATIAS, PARLAMENTO EUROPEU

Nos dias de hoje, o tradutor já não tem apenas que saber dominar o aparentemente simples processo de traduzir. Por esse motivo, defendo que uma pessoa que domina a arte de bem traduzir, e que é formada para o efeito, já é muito mais que apenas um tradutor – é um Técnico de Tradução.

Com a Globalização e o impacto socioeconómico que ela implica, o tradutor viu-se obrigado a ter que dominar outras ferramentas para poder competir num mercado cada vez mais alargado e exigente – os dicionários, glossários, prontuários e demais documentos auxiliares já não são suficientes. Tornou-se imperativo o domínio das tecnologias de informação, dos programas de tradução, que começaram a aparecer nos inícios da década de 90, e de outros *softwares* mais sofisticados e atuais.

Como terão os tradutores enfrentado esta realidade? Estará o mercado da tradução preparado para este advento das Tecnologias de Informação, da Globalização e da Internacionalização? Será que todos os tradutores já utilizam ferramentas informáticas?

Além destas questões, urge identificar que profissões novas apareceram para auxiliar o tradutor no seu trabalho, o qual é deveras imprescindível para a ligação intercultural e para a adaptação de um produto estrangeiro a um nicho de mercado específico, tal como o português é.

Para terminar, será dada uma noção do termo recente ligado à tradução, a Localização, que não existe há muito tempo e que apareceu devido aos avanços da tecnologia e ao mundo em permanente mutação. O desenvolvimento inevitável da globalização, à qual qualquer país se vê obrigado a adaptar, condiciona neste caso particular Portugal, que pretende ser um país moderno, assim como as suas empresas e respetivos produtos. Por conseguinte, Portugal ainda possui uma economia algo frágil, que precisa indubitavelmente de saber como enfrentar os desafios e as exigências do mundo contemporâneo.

#### 1 – Introdução: Propostas de Problemática, Hipótese e Metodologia

Para as questões acima expostas, aplicarei alguns passos metodológicos para defender a minha opinião, definindo conceitos de Tradução / Localização em Portugal, usando pesquisas na Internet e fontes bibliográficas. Descreverei os resultados concretos de contactos com profissionais daquela área, não só a nível nacional como a nível internacional, esperando que possa contribuir para os estudos do Mercado Português ligado à prática tradutora e da Localização Web.

O impacto da globalização na vida de um tradutor, como profissional transcultural que é e do papel preponderante que desempenha na sociedade da comunicação cada vez mais exigente é inegável. É fundamental que este tenha de estar em permanente atualização dos seus conhecimentos, não só linguísticos, como também científicos e técnicos. Mas será que qualquer tradutor se vê obrigado a aprender várias técnicas e várias ferramentas informáticas para não se tornar um tradutor obsoleto e desatualizado?

Com esta problemática, descreverei como nos dias de hoje o domínio das novas tecnologias e o impacto que a globalização teve na sociedade de cada país obriga qualquer empresa a adaptar-se a essa realidade. Tentarei também dar, muito sumariamente, um conceito de globalização, a qual tem influenciado e feito mudar todo o comportamento de um tradutor e exigido ao mesmo a atualização dos seus conhecimentos científicos, técnicos e até linguísticos.

Desta forma, as empresas devem contratar tradutores para localizar o seu produto numa determinada sociedade, o que é uma constante deveras incontornável no mercado de trabalho e para o sucesso de qualquer empresa. No caso especial das multinacionais, este fenómeno ainda se torna um desafio mais notável para o tradutor / localizador que se vê obrigado a atualizar-se para fazer face à globalização mundial.

Mostrarei também que o processo da tradução é apenas uma das variadíssimas atividades no processo relativamente recente da localização. Mas será esta última função imprescindível no mundo da tradução dos dias de hoje? A metodologia que seguirei basear-se-á na análise de várias teorias de diversos autores e estudiosos sobre tradução e localização; tentarei igualmente analisar várias opiniões de profissionais ligados àquelas áreas.

Por último, irei abordar o impacto da localização no mercado português ligado à prática tradutora e como ela influencia o consumidor, não só devido à globalização, mas também e naturalmente devido à técnica utilizada por tradutores. Estes profissionais transculturais que identifiquei no início conseguem transpor bem um produto de uma cultura de partida para a de chegada, se forem obviamente bons profissionais. Não esquecerei de focar as dificuldades que um tradutor / localizador encontra para conseguir precisamente adaptar esse determinado produto às mentalidades e àquela determinada cultura, dando como exemplo a portuguesa.

Parto, então, para uma possível definição de tradução e localização. Ao passo que a tradução é o processo de converter algo escrito de uma língua para outra, a localização é muito mais do que esse processo. De acordo com Bert Esselink, a tradução faz parte integrante do processo de localização, mas esta última possui também outras tarefas essencialmente complementares, tais como a gestão de projeto, a engenharia de *software*, a publicação de sítios na Net, a própria revisão de todo o projeto em questão e o testar do funcionamento do *software* ou da página *web*.

Continuando a referir Bert Esselink (2000), a localização coloca mais ênfase no processo informático da tradução e na utilização de ferramentas de tradução do que no processo tradicional da mesma. Mais à frente tentarei decifrar o porquê de, nos dias de hoje, um tradutor necessitar indubitavelmente de ferramentas atuais para desenvolver o seu trabalho, o qual é, nada mais, nada menos, do que a ponte de ligação entre todas as culturas existentes no mundo, ou pelo menos, entre todas as culturas que direta ou indiretamente são influenciadas no seu quotidiano pelos efeitos da globalização.

## Atas colóquio da lusofonia –

Já a LISA – Localization Industry Standards Association, tem uma definição ainda mais concisa do que é localização, a qual passo a citar: “A Localização implica pegar num produto e torná-lo linguística e culturalmente apropriado ao local alvo (país / região e língua) onde será usado e vendido.”

Antes de continuar, gostaria apenas de focar a seguinte opinião, a qual defende que é cada vez mais premente utilizar a localização como força universal da globalização: “A Localização requer um envolvimento alargado... O enorme potencial da localização inclui poder devolvido, controlo da economia, proteção ambiental e social aumentada e desenvolvimentos tecnológicos benignos. A instabilidade financeira global torna esta mudança cada vez mais premente” (minha tradução de inglês de Hines, 2000: 257).

### 2 – Os desafios colocados a um Tradutor em Portugal nos dias de hoje

Estando qualquer cidadão sujeito aos efeitos da globalização, é imperativo dar uma noção deste fenómeno cada vez mais enraizado no nosso presente e futuro. Segundo Frank Austerlühl, a globalização acontece a três níveis básicos: ao nível da globalização tecnológica, da globalização política e da globalização económica. Estes três níveis iniciam um processo no qual a distância geográfica é reduzida como fator de estabelecimento e manutenção de relações transculturais de longa distância em termos económicos, políticos e socioculturais. Não podemos esquecer que a atual crise nos Estados Unidos da América do Norte que estão a passar por uma recessão económica devido às políticas internacionais levadas a cabo nos últimos anos tem agravado o aumento dos preços em vários bens essenciais e prejudicado os mercados financeiros internacionais. Temos como exemplo a sua própria moeda, o Dólar Norte-Americano, que tem desvalorizado face ao Euro, só para dar um pequeno exemplo.

Mas não é a abordagem económica que interessa aqui discutir, mas sim a influência direta ou indireta da economia do país que tem lançado novos conhecimentos ao mundo e novas ferramentas, principalmente as informáticas, já para não falar na influência da *lingua franca* dos dias de hoje, que é a língua inglesa. Será que necessitamos de continuar a utilizar a tradução como ponte transcultural entre diversos povos e países ou a profissão de tradutor está a tornar-se inútil devido ao facto de o inglês ter adquirido tal dimensão no mundo?

Por ora a resposta parece ser negativa, embora “o inglês seja a língua dominante em política internacional, negócios, tecnologia, ciência, educação, aviação, navegação, etc.” (minha tradução do Inglês, Austerlühl, 2001: 2). O certo é que nem todos os povos dominam o inglês e o cidadão comum nem sempre tem acesso à aprendizagem da língua inglesa; por esta razão os serviços de tradução continuam a ser necessários, particularmente devido ao advento das novas tecnologias e da globalização, para que as empresas possam adaptar o seu produto ao público-alvo e à cultura e língua deste mesmo público.

Sendo assim, o tradutor português teve que se adaptar àquela realidade e às exigências da internacionalização, que “é um processo que tem como objetivo a criação de produtos neutros, que possam funcionar em diferentes línguas e convenções culturais, sem que seja preciso desenhá-los novamente” (Pagans, 2002). No entanto, esta não é a definição à qual quero chegar, mas sim à de localização.

A localização, conforme nos explica Esselink, pretende pegar num produto e torná-lo cultural e linguisticamente apropriado ao país e ao público-alvo onde esse produto será comercializado e usado. Este processo pode parecer muito simples mas, no entanto, envolve várias atividades, as quais obriga um tradutor a tornar-se num localizador ou a possuir outrem para o ajudar na sua função tradutológica. Embora sendo uma única pessoa, o tal técnico de tradução que identifiquei no meu resumo, pode fazer o trabalho sozinho, mas tem e terá sempre de se especializar e atualizar.

Ora, posso pensar que todos sabemos que a profissão como tradutor ainda continua negligenciada. A aparente facilidade desta profissão faz com que qualquer pessoa com certos conhecimentos linguísticos se sinta qualificada para traduzir. Não obstante, o tradutor não é apenas um profissional de línguas, mas também um descodificador de mensagens e um criador. Talvez por esta razão um profissional em tradução nem sempre seja bem pago e quando se pede um valor mais elevado por uma tradução, nem sempre qualquer empresa ou outra entidade quer pagar tanto por um trabalho que qualquer pessoa poderia fazer, embora sem os mesmos conhecimentos que uma pessoa formada na área da tradução incontestavelmente possui.

Portanto, o tradutor deve também atualizar com frequência as ferramentas com que trabalha já que a tecnologia evolui a passos largos. Os desafios tecnológicos e os desafios da internacionalização tornam o tradutor um profissional que continua a aprender ao longo dos anos em que pratica a sua atividade e os seus conhecimentos linguísticos também. Além disso, deve apostar na especialização, demonstrando assim uma atitude pró-ativa e empreendedora, para não se tornar desatualizado.

Por estas e outras razões, como por exemplo o facto de em Portugal ainda não haver uma ordem de tradutores que regule a tradução e oficialize a atividade dos tradutores profissionais, a tradução é uma profissão de risco e não há muitos que possam apostar única e exclusivamente nesta atividade como profissão a tempo inteiro. Há obviamente empresas de tradução no mercado nacional e estas conseguem sobreviver, principalmente porque as maiores empresas preferem apostar num trabalho de qualidade do que num trabalho menos perfeito, ou mesmo medíocre; somente pelo facto de outros pseudotradutores apresentarem preços menos elevados e maior rapidez na entrega é que se justifica que haja tantos subcontratados na profissão.

Posso adiantar que estes pseudotradutores acabam por se aproveitar, sem escrúpulos, do aumento exponencial da tradução devido ao aumento da comunicação internacional. Convém citar Fernando Ferreira-Alves que analisou um estudo de 1998 de Frank Austerlühl e referir o “efeito de bola de neve nos estudos de tradução [ser] resultante do significativo aumento da circulação da informação a nível mundial, da imensidão das redes de informação disponíveis, do número crescente de encontros interculturais e da contínua virtualização da vida empresarial e privada” (Ferreira-Alves, 2006: 3).

Assim, para os tradutores portugueses há que apostar no enquadramento das suas traduções num contexto profissional e, mais do que nunca, apostar também na sua especialização e na relação, nem sempre nítida e aparente, entre os vários intervenientes no processo de localização: o produtor, o fornecedor, o intermediário, o tradutor, o localizador e o cliente ou consumidor, sendo muitas vezes este último o utilizador final.

Passemos então à definição de *glocalização*, expressão que tem vindo a ser bastante debatida nos últimos tempos por ser formada por duas palavras diferentes, mas de certa forma relacionadas devido à internacionalização dos mercados mundiais e à já falada adaptação desses mercados mundiais aos nacionais, ou seja dos produtos que vêm de um mercado estrangeiro e que têm e devem ser acondicionados à cultura e língua recetoras.

Glocalização é uma mistura entre os termos de “globalização” e “localização”. Melhor falando, trata-se do lançamento de um produto ou um serviço que é criado para todos os mercados à escala mundial, mas que é adaptado para servir àquela cultura local específica. Gostaria de citar a definição da *Investopedia*, acerca deste tema:

“É uma combinação das palavras “globalização” e “localização” usada para descrever um produto ou serviço que é desenvolvido e distribuído globalmente, mas também é modalizado de modo a acomodar-se ao utilizador ou consumidor num mercado local. Isto significa que o produto ou serviço pode ser talhado de forma a adaptar-se às leis locais, hábitos e preferências dos consumidores. Produtos ou serviços que são efetivamente “glocalizados” são, por definição, muito mais interessantes para o último utilizador...” (minha tradução do inglês da Investopedia, 2008).

Sabendo que a língua portuguesa tem uma cultura própria aliada à sua história e aos seus costumes, é importante pensar que, embora sejamos pouco mais de 10 milhões de habitantes, pertencemos a um mundo em constante evolução e virado para uma economia de mercado, pelo que é importante pensar a nível global para acuar a nível local.

Ora, pensando desta forma, o tradutor, devido a este desafio do mercado português aberto ao mundo, tem de se tornar capaz e mais proficiente na sua profissão, apostando não apenas no simples ato de traduzir e nos seus conhecimentos linguísticos, mas também na aplicação de novas ferramentas, tais como programas de tradução automática, programas informáticos de revisão, *web design* e até programação. Por essa razão, continuo a sustentar a ideia que um tradutor hoje em dia é muito mais do que simplesmente isso, é um técnico de tradução, ou melhor falando, um localizador. Assim, se um tradutor não conseguir abarcar todas aquelas competências e não possuir vários conhecimentos a nível sociocultural, de publicidade, de economia, de marketing, de gestão, informática e de comunicação, então não consegue vingar no mundo da localização Web, seja em Portugal, seja noutra parte do globo. Conforme nos diz Francisco Ferreira-Alves: “Neste processo de transformação em curso, as empresas de tradução em Portugal, deixaram de ser formadas apenas por linguistas, assumindo-se mais como entidades multifacetadas”. Para além disso, o mesmo autor continua a defender que “temos vindo a assistir a uma progressiva alteração do ambiente de trabalho e do perfil profissional do tradutor, em parte pela entrada de indivíduos sem formação linguística específica e pela própria expansão do mercado e crescimento da oferta e da procura, graças à diversificação dos produtos” (Ferreira-Alves, 2006: 10).

Pode-se concluir que o tradutor acabou por ter de se adaptar forçosamente a este novo conceito de localização para poder sobreviver no mercado português, ou num outro internacional. Tal como Ferreira-Alves disse, citando Anthony Pym, “de certa forma já nos têm vindo a alertar para as eventuais consequências imprevisíveis de uma tendência que privilegia, por exemplo, uma quase obediência cega ao dogma da localização” (Ferreira-Alves, 2006: 11). Baseando-me ainda em Ferreira-Alves, afirmo que a localização teve um tal impacto no lançamento de qualquer produto que os textos acabam por sofrer uma grande transformação podendo mesmo levar ao apagamento do próprio autor do original da língua de partida.

### 3 – A Aplicação da Localização Web em Portugal

Esta técnica ainda está muito incipiente em Portugal, mas já começa a adquirir alguma expressão. Temos como exemplos as principais multinacionais que lançam e pretendem tornar conhecidos os seus produtos entre os consumidores portugueses. Mas as preocupações de um tradutor não podem passar única e simplesmente pela transferência de um código linguístico para outro; deve haver também uma preocupação quanto à cor, à imagem, aos sons, à música, ícones e outros símbolos que numa cultura podem ter um significado e noutras, outro.

Além desses elementos, deve igualmente ter-se em conta “as mudanças standard regionais, tais como o formato da data, da hora e da moeda” (Sokoli, 2002). Por esta razão, também devemos sempre ter em conta que, embora a língua de Camões seja a quinta língua mais falada no mundo em termos de número de falantes nativos, não se pode pensar que qualquer pessoa que saiba português possa fazer a localização de um produto, a não ser que conheça muito bem os costumes, hábitos, cultura e, sobretudo, a própria variante linguística. Contudo, há empresas como a Microsoft e a Oracle que não aceitam senão pessoas cuja língua materna seja a portuguesa, neste caso particular. “Além disso, se o próprio público-alvo do documento for de Portugal, o tradutor deve ser Português e se o público-alvo for brasileiro, o tradutor deve ser também Brasileiro” (Araújo, 2003: 3). Como todos sabemos, a língua é a mesma, mas há muitas palavras no Português do Brasil (pt-BR) que não existem no Português Europeu (pt-PT) e outras que até se escrevem da mesma forma, mas têm um significado diferente ou ligeiramente diferente. Araújo ainda menciona que, estando o tradutor dos dias de hoje tão dependente e ligado à informática, aos programas de tradução automática e à localização Web, as diferenças nestas duas variantes linguísticas começam precisamente nos termos informáticos: “tela vira ecrã, mouse passa a ser rato e arquivo se transforma em ficheiro” (Araújo, 2003: 3).

Aproveitei para consultar vários sítios na NET para atestar a veracidades destes factos e cito o exemplo de duas multinacionais que adotaram o uso das diferentes vertentes do Português: a “Nike” e a “Adidas”. O portal da “McDonald’s” não só adota as duas variantes da língua portuguesa, como os próprios portais Português e Brasileiro são totalmente diferentes, na apresentação, nos menus, na informação, no marketing e na publicidade dos diversificados produtos.

Gostaria ainda de frisar que a língua lusitana ainda é bastante utilizada na tradução e localização de produtos a nível mundial. Segundo a LISA e Arle Lommel (colaborador que levou a cabo este estudo), o Português encontra-se entre as dez línguas mais traduzidas no mundo, tendo como língua de partida o Inglês. Já sabemos que, provavelmente, esta realidade deve-se ao facto do Brasil utilizar bastante a tradução e a localização de produtos, mas os Portugueses também contribuem para esses números, e prova disso são alguns portais de multinacionais, como a “Nike”, que disponibilizam em ambas as variantes linguísticas os seus produtos, ou seja recorreram à glocalização dos seus produtos.

“Começamos com o volume da tradução, usando números de 2000 (o último ano do qual disponho de estatísticas fidedignas). Estes números representam a percentagem [(companhias que realmente localizam)] que estão a localizar para línguas específicas:

- Inglês → Francês (~30%)
- Inglês → Alemão (~25%)
- Inglês → Espanhol (~25%)
- Inglês → Japonês (~22%)
- Inglês → Italiano (~20%)
- Inglês → Chinês (Simplificado) (~15%)
- Inglês → Português (~12%)
- Inglês → Sueco (~10%)
- Inglês → Holandês (~8%)
- Inglês → Coreano (~7%)

Note que o Inglês é a fonte de todos os casos. Apesar de haver tendência para ser na direção “inversa” da localização, a localização ainda é prioritariamente veiculada de Inglês para as outras línguas” (minha tradução de inglês de LISA, 2008).

Para poder, de certa forma, provar um pouco a teoria da LISA e de Lommel, visitei alguns sítios na Net de várias empresas multinacionais estrangeiras e tive a oportunidade de me aperceber que nem toda a informação aparece na língua portuguesa, pelo menos se tivermos em conta alguns portais que exibam um pequeno filme de promoção de um produto em particular, recorrendo, por exemplo, ao uso do processo de legendagem. Esta prática está completamente enraizada na cultura portuguesa e normalmente é preferida relativamente à dobragem pelos Portugueses. A seguir poderemos constatar esta panorâmica da situação na imagem apresentada do portal da “Adidas”. Apesar de numa das multinacionais concorrentes àquela, a “Nike”, também apresentar um filme, este é totalmente em Inglês, sem recurso à legendagem em Português Europeu; o portal disponível para o consumidor Brasileiro apresenta o filme em Inglês, mas usa a legendagem em Português do Brasil.

Ora esta técnica pode ser percebida no sentido em que uma empresa multinacional, quando está a preparar o lançamento de uma gama de produtos em vários mercados, já cria aquele(s) determinado(s) produto(s) para que possam ser usadas em várias línguas e diferentes convenções culturais, tentando evitar posteriores alterações de engenharia informática. “No contexto de criação multilingue de páginas Web é conveniente saber que na gíria deste setor os termos ‘globalization’ (G11n), ‘internacionalization’ (I18n), ‘localization’ (L10n) e tradução são abreviados” (Sokoli, 2002), pelo que se transforma no recente acrónimo GILT.

Já a empresa multinacional, *Accenture*, utiliza o Inglês para os clientes Portugueses, mas para os consumidores Brasileiros, já dispõe de uma página Web em versão Portuguesa do Brasil. Curioso será também acrescentar que, nos vários países disponíveis no portal inicial da *Adidas* – a maioria eram Europeus –, os Países Nórdicos, que também têm uma tradição inequívoca na utilização de legendagem de produtos estrangeiros tal como Portugal, a *Adidas* não utilizasse a prática da legendagem na divulgação e promoção do mesmo produto ao longo daquele pequeno filme. Isto é, embora a marca seja a mesma e o filme seja, em ambos os casos, em língua inglesa, a *Adidas* optou por não legendar aquele filme nos Países Nórdicos, provavelmente porque a sua população domina normalmente aquela língua, ao passo que em Portugal, qualquer possível comprador / cliente da *Adidas* poderá subentender o filme através das legendas, talvez porque não tenha tanta facilidade em compreender aquela língua, conforme os dados a seguir indicados (consultar estudo do Eurobarómetro da C.E., 2001: 10).

Durante a preparação deste trabalho, li um artigo acerca da literacia dos Portugueses relativamente ao conhecimento de línguas estrangeiras no Jornal “O Público” e, com base nos dados publicados pelo Eurobarómetro em 2006, fiquei surpreendido quanto aos resultados. Tal como vários internautas comentaram a seguir à notícia, custa-me crer que, mais uma vez, a União Europeia nos tenha colocado nos últimos lugares no que toca à aprendizagem de línguas estrangeiras, pois os Portugueses até têm uma pronúncia adequada e quando vão ou trabalham no estrangeiro são reconhecidos por este facto e também por dominar várias línguas. É claro que não somos os piores, mas também só estão atrás de nós os Britânicos e os Irlandeses – porque já dominam a *lingua franca* do momento – e os Espanhóis e os Italianos, porque são latinos e defendem acerrimamente as suas línguas oficiais principais. Até os Alemães se encontram à nossa frente (consultar estudo do Eurobarómetro 2006).

## Atas colóquio da lusofonia –

Por esta razão me custa acreditar que aqueles valores não estejam um pouco errados, talvez por pensar que a amostra estudada abranja toda a população e, obviamente, a mais idosa terá menos conhecimentos nesta área ou mesmo nenhuns. Portanto, gostaria de mostrar o meu desacordo com tal pesquisa quando pensamos em empresas multinacionais europeias que utilizam o Inglês nos seus sítios na Web como língua de contacto com os seus clientes Portugueses.

Posso dar-vos o exemplo da *Ryanair*, empresa de aviação de baixo-custo que tem dinamizado e transformado indubitavelmente o mundo das viagens, que utiliza uma técnica de mercado para atrair os clientes de determinado país através da sua língua oficial, pelo menos cuja população seja numerosa e o que parece provar que nem sempre é necessário localizar um produto, mesmo em países onde o défice de conhecimento de língua estrangeira seja alto. Ao consultarmos o portal daquela companhia aérea podemos constatar que o Inglês é a língua utilizada (também) para os clientes em Portugal.

Isto também é possível, porque estamos a falar em regras de localização, ou seja, tanto em Portugal como noutros países, as regras de localização passam pela adaptação de vários elementos, tais como, língua, cores, medidas, moeda, questões de índole cultural, etc.. Se aceitarmos que já existe de facto uma cultura europeia e que já possuímos várias heranças em comum, como por exemplo a moeda única e podermos viajar livremente na Europa, talvez não seja tão difícil pensar e aceitar que a *Ryanair* aposte na língua Inglesa e a utilize para divulgação dos seus produtos nalguns países europeus, entre eles Portugal. No entanto, mesmo que “o inglês [seja], atualmente, «a língua» universal da comunicação não parece ser incompatível, por enquanto, com a tendência para a especialização linguística dos produtos que circulam na rede, nomeadamente (mas não só) os produtos informáticos. Na verdade, deteta-se uma tendência crescente nesse sentido” (Díaz-Fouces, 2004).

Para provar esta tendência, a *Brussels Airlines* possui o seu portal sempre em Inglês por defeito, mesmo em países que são multilingues e de língua não oficial Inglesa. Visitando o sítio Web desta companhia aérea, pode-se igualmente constatar que aquela companhia aérea disponibiliza a versão também em Português, e na Suíça, em três das quatro línguas oficiais daquele país.

Posso concluir que nem todas as empresas acham rentável localizar as suas páginas Web para apresentação dos seus produtos, principalmente se o número de falantes nativos não for elevado, sobretudo se pensarmos que o Português na Europa não ultrapassa muito os 10 milhões. Ademais, “o estudo mostra que Portugal é o país da União Europeia (UE) onde menos se valoriza a aprendizagem de outra língua para além da materna (73% contra 93% de média na UE) e o único país onde este sentimento se manteve igual desde 2001” e acrescenta que “quase três em cada quatro portugueses acham mesmo que o ensino de línguas deveria ser uma prioridade política, enquanto a média dos 25 [estados-membros] que pensa o mesmo ronda os 66%” (O Público, 2006).

Antes de prosseguir, gostaria apenas de focar a seguinte constatação de Oscar Díaz-Fouces, no que toca ao incentivo ao crescimento dos conhecimentos linguísticos na Europa:

“O período subsequente à Segunda Grande Guerra coincidiu com o (re)nascimento do interesse pela tradução, tendo-se multiplicado os centros universitários de formação de tradutores e intérpretes. Por motivos óbvios, essa rede foi especialmente profícua nas estruturas multiestatais, nomeadamente na Europa, cujo potencial económico é indiscutível, podendo investir uma parte significativa do orçamento comunitário na perpetuação – e garante – do atual *status quo* (multi)linguístico dentro das fronteiras da União Europeia. Recorde-se, a propósito, que, entre 1996 e 1999, o Conselho da Europa desenvolveu o Programa MLIS – *Multilingual Information Society Program* – que, graças a um orçamento de 15 milhões de euros, promoveu a diversidade linguística, o acesso à informação, a otimização do uso das novas tecnologias e o estímulo à criação de serviços multilingues” (Díaz-Fouces, 2004).

Numa nota rápida, antes de avançar, não só os Portugueses continuam a ler muito pouco (notícias SIC, no Jornal da noite de 23 de abril de 2008) como também os Portugueses são aqueles que na União Europeia veem mais televisão e usam menos as novas tecnologias de informação e comunicação, sendo apenas batidos pelos Italianos. “E a Finlândia e Holanda são os países onde a população passa menos horas frente ao pequeno ecrã, preferindo navegar na Web ou usar outras novas tecnologias, como o telemóvel ou o comércio eletrónico” (Bastos, 2007). Talvez esta possa ser uma razão pela qual a Localização Web ainda não esteja tão implantada em Portugal.

### 3.1 – As Localização Web e Localização de Software de mãos dadas

Pode parecer-nos um pouco contraditória a ideia de adaptação e regionalização de um produto se pensarmos que a internacionalização pretende precisamente tornar possível o acesso a qualquer cidadão do mundo a um produto que se pretende ser de utilidade para qualquer um deles. A ideia não seria adaptar um produto a ser vendido globalmente? Por que é necessário então, regionalizá-lo? Na realidade, um processo complementa o outro: a Internacionalização, que já foi identificada anteriormente, é o processo que generaliza um *software* a nível global, preparando o terreno e tornando mais fácil o processo de Localização, que é realizada posterior e separadamente. Todo o processo de localização deve ser dividido em diferentes etapas para tornar esta tarefa complexa em algo de mais fácil gestão. Em primeiro lugar, o processo de pré-tradução que consiste na análise do material, da elaboração do orçamento, negociação do mesmo, planeamento do projeto, do levantamento terminológico dos termos utilizados no *interface* para o cliente e na documentação. Depois dos termos terem sido aprovados e do *interface* ter sido testado a nível de botões, menus, caixas de diálogo e outro tipo de mensagens, pode partir-se para a tradução, propriamente dita, dos termos com base na terminologia pré-aprovada.

Nesta fase da tradução, as memórias de tradução são uma ajuda preciosa para o tradutor / localizador, as quais não são, nada mais, nada menos, que bases de dados onde se guardaram várias traduções de diferentes terminologias e que são guardadas para posterior uso, manutenção e correção. Muitas já foram criadas pelos mesmos tradutores / localizadores, outras por outros profissionais e outras pelos serviços de tradução das Instituições Europeias. É claro que as vantagens são inúmeras, tais como o número de repetições de uma tradução para a outra, a semelhança entre traduções salta automaticamente à atenção do tradutor e a própria fiabilidade dessas memórias de tradução quanto à sua metodologia e terminologias. Costuma-se dizer, no entanto, que “não há bela sem senão” e também existem alguns inconvenientes em utilizar memórias de tradução, mas o principal é o facto destas memórias de tradução serem utilizadas por bastantes tradutores e conterem eventuais erros que depois podem influenciar a tradução de qualquer outro tradutor, já para não falar na possível concordância na forma, apesar de não na semântica.

“Um fator habitualmente menosprezado na formação de tradutores, mas que nós não queremos deixar de lado, tem a ver com a operação com que abrimos esta epígrafe: a gestão das encomendas, do ponto de vista profissional, que inclui a criação de orçamentos, as estratégias de fidelização dos clientes e o fluxo de trabalho. Habitualmente, a tradução de sítios da Internet faz parte de encomendas que ultrapassam o carácter pontual. Na prática, as empresas do comércio eletrónico necessitam de contar com atualizações periódicas dos conteúdos multilingues das suas páginas. Obviamente, nenhuma delas estará disposta a remunerar as atualizações das páginas, mantendo os preços das primeiras traduções. A reciclagem de material traduzido (e, portanto, o uso de memórias de tradução a que já nos referimos) é praticamente inevitável nestes casos, devendo a gestão de orçamentos e a faturação adequar-se a este facto” (Díaz-Fouces, 2004).

Antes de passar à parte de engenharia, deve fazer-se a revisão técnica e linguística do material traduzido e só depois o redimensionamento dos elementos da interface do utilizador, definição das teclas de atalho e compilação dos ficheiros com textos localizados. Seguidamente, pode-se efetuar o teste em sítios já localizados, para ver se o novo *interface* poderá ter sucesso, utilizando a documentação e ajuda *on-line*, sem esquecer que este processo terá de passar por uma edição eletrónica.

No momento anterior ao da entrega do produto já traduzido e localizado, deve existir um controlo de qualidade, como por exemplo o controlo linguístico e uma lista de itens, entre eles a verificação da mesma forma de traduzir de cabeçalhos, menus e outros títulos ou capítulos. A parte pós-tradutiva consiste no testar da funcionalidade e da compatibilidade do *software* internacional ao mercado nacional e ao público-alvo de nicho de mercado, na releitura e revisão, validação do conteúdo pelo cliente, entrega e faturação. Posteriormente, poderá manter-se sempre contacto e um acompanhamento desse produto traduzido.

Gostaria de apresentar uma tabela dos conhecimentos e das ferramentas necessárias no currículo em Localização de *Software*, de acordo com o Professor Richter:

PROFESSIONAL REQUIRED	BASIC SKILLS
Translator	Text Processing
Translator	Terminology Management
Translator	Retrieval
Translator	Internet WWW
Technical Writers & Software Engineers	Technical Writing

<i>Technical Writers &amp; Software Engineers</i>	<i>Hard- and Software</i>
<i>Technical Writers &amp; Software Engineers</i>	<i>Network</i>
<i>Technical Writers &amp; Software Engineers</i>	<i>Databases</i>
<i>Translator</i>	<i>Additional Skills</i>
<i>Translator</i>	<i>Translation Skills</i>
<i>Translator</i>	<i>Translation Memory Systems</i>
<i>Technical Writers &amp; Software Engineers</i>	<i>Character Encoding</i>

Este Professor também referiu que “as capacidades necessárias aos parceiros industriais da localização são: competências linguísticas e Tradutoras, gestão de terminologia e experiência de ferramentas de tradução e de localização” (minha tradução de inglês de Richter, 2008).

A qualidade é muito importante a ter em todo o processo de tradução. Conforme a Norma Europeia EN 15038, a qual “estabelece as seguintes coordenadas para a definição das principais competências a valorizar num profissional de tradução” (Fernandes, Alves e Monteiro: 2006: 21).

A saber, muito resumidamente: “Competência de Tradução; Competência Linguística e Textual na Língua de Partida e de Chegada; Competência de Pesquisa, Aquisição e Processamento de Informação; Competência Cultural e Competência Técnica” (idem: 2006: 21).

Por último, antes de passar para o próximo subcapítulo, gostaria de referir novamente o Professor Richter, o qual falou nos conhecimentos que deve haver a nível informático numa equipa de localização, onde é crucial (co)existir um grupo de trabalho coeso, dinâmico e com espírito de equipa. Ei-los:

- 1 – Software Concepts;
- 2 – Basics of Internationalization of Software;
- 3 – File Formats;
- 4 – HTML, XML;
- 5 – Translation Tools;
- 6 – Localization Tools;
- 7 – Project Management;
- 8 – Quality Assurance.

### 3.2 – A Técnica de Localização de Páginas Web em Portugal

A técnica de criação de Páginas Web é idêntica em qualquer país, embora se tenha e devam sempre respeitar-se vários parâmetros, os quais já foram abordados anteriormente. No entanto, gostaria de voltar a fazer referência a Richter, no que toca à adaptação dos produtos de *software* ou de *Websites* a um mercado local. Estes devem contar com:

- 1 – Linguistic characteristics (translators);
- 2 – Cultural characteristics;
- 3 – Desired “Look-and-Feel”;
- 4 – Special Technological Methods and Tools.

O professor ainda frisou um aspeto bastante importante que muitos tendem a esquecer, que é o facto de o cidadão comum não estar preparado ou não possuir conhecimentos tão técnicos. Desta forma, devemos preparar um produto de acordo com o público-alvo e / ou um programa de fácil utilização. Aquilo que nós preparamos e colocamos no mercado, é aquilo que o cidadão vê, consome e utiliza e convém ser “user-friendly”.

Qualquer empresa que hoje tente impor-se no mercado seja em Portugal, seja no estrangeiro, deve sempre apostar na sua imagem e na divulgação dos seus produtos e, devido ao impacto que a Internet teve e tem no dia-a-dia das sociedades, as empresas devem apostar na criação de uma página Web para dar a conhecer mais facilmente os seus produtos. É importante salientar que estas páginas Web devem ser, em princípio, preparadas para serem suportadas por alguns ambientes, tais como o Internet Explorer (o mais utilizado desde sempre), o Mozilla e o Jaguar, só para mencionar alguns.

Desta forma, o mercado português, já começa a adotar essa técnica e adaptar os seus produtos às sociedades estrangeiras, principalmente na Europa. É curioso notar que, em vários sítios da Net, embora os seus produtos já sejam comercializados em vários pontos do globo e em países com línguas bastante díspares umas das outras, há raríssimas páginas Web de empresas (multi)nacionais portuguesas que apresentam disponível o seu portal senão em Inglês. Há a exceção das Caves do Vinho do Porto do Grupo *Cálem*, em que também disponibiliza a página em Francês.

Já no caso da *Sandeman*, a empresa de Vinhos do Porto e outros vinhos, o Xerez, por exemplo, originário da Andaluzia, em Espanha, apostou num endereço de domínio europeu (.eu) e totalmente em Inglês, mesmo para os consumidores Portugueses. A sua página inicial propõe as boas-vindas em várias línguas, provavelmente correspondentes aos países para onde este vinho é mais exportado.

Nestas páginas Web, cuja visita na Net é vivamente aconselhável, embora o utilizador não veja, muitas técnicas e muitos programas são necessários utilizar. A programação Web utiliza variadíssimos *softwares* e a “linguagem” HTML (*HyperText Markup Language*) ajuda bastante no que toca à construção de sítios Web e à disposição e apresentação dos mesmos no ecrã, a qual pode ser criada utilizando o simples “Bloco de Notas” disponível no sistema operativo *Windows*. A programação Web é um conceito bastante complexo, mas hoje em dia é cada vez mais acessível devido à otimização de variadíssimos programas criados para construir estas páginas interativas.

Além do “HTML”, convém referir outras Tecnologias aplicadas à Localização, tal como mostrou o Professor Richter:

- 1 – Code Systems
- 2 – SGML, XML, XHTML;
- 3 - Dynamic Webpages;
- 4 – Localization Tools.

Da seguinte página Web, pertencente à empresa de cortiças *Amorim*, outro produto português bastante importante para o mercado nacional ao nível das exportações, poderei mostrar posteriormente como se apresenta a linguagem de programação que está por detrás da página principal que aparece imediatamente nos ecrãs para usufruto dos internautas, disponibilizando-lhes uma versão em Português e outra em Inglês.

Antes de concluir este meu trabalho, gostaria de mencionar Araújo. Segundo ele, “A Irlanda é hoje uma referência mundial na localização Web graças a diversos tipos de incentivos e programas governamentais nesta linha” (Araújo, 2003: 2). Continua afirmando que “Ali reuniram-se uma grande quantidade de empresas de internacionalização e localização, como a Berlitz, SDL, Lion-Bridge, Bowne-Global, uma imensa comunidade de tradutores profissionais de todos os países do mundo e técnicos e engenheiros de localização” (Araújo, 2003: 2).

Posso chegar à conclusão que, de certa forma, talvez o sucesso da economia irlandesa seja o facto de estar virada para o futuro e apostar nestas novas dimensões do saber, algo que talvez falte ainda em Portugal, para vermos as nossas empresas a internacionalizarem-se e a lançar os seus produtos noutros mercados. Por essa razão temos grandes empresas nacionais a apostar na divulgação dos seus produtos através dos seus portais na Internet, tais como a *Compal* e a *Sumol*. Ao visitar a página da *Sumol* pode-se constatar a mesma está a apostar na construção do seu sítio em língua inglesa.

## Atas colóquio da lusofonia –

No que diz respeito à *Compal*, esta já dispõe de um portal tanto em Português como em Inglês. A verdade é que a *Compal* já conseguiu distribuir os seus produtos pelos quatro cantos do mundo, mas não apostou senão na língua inglesa para promoção dos mesmos, embora as embalagens dos seus produtos, nomeadamente de sumos, apresentem os ingredientes e demais informação nas línguas de cada país de importação, conforme a lei.

### 4 – Conclusão: O Futuro da Localização Web em Portugal

Como conclusão, penso que o futuro da localização Web em Portugal deverá passar por um incremento da aposta das empresas em promoverem os seus produtos alhures, pois pertencemos a um mundo que se assemelha a uma aldeia global, onde a comunicação e a informação são cada vez mais fáceis. Gostaria de focar os seguintes aspetos antes de terminar este meu trabalho:

“Entre as características desta nova era, encontra-se o aumento da mobilidade - social, física e psicológica - que abalou os modelos de organização social tradicionais e transformou a «comunicação» na palavra de ordem. É, hoje, um lugar-comum afirmar que uma pessoa tem acesso a mais informação num só dia do que alguém nascido nos primeiros anos do século XVIII, em toda a sua vida, devido à virtualização da informação. A possibilidade de transmitir informações de forma maciça e virtual para o mundo inteiro (embora sujeita às limitações impostas pelas várias formas de censura ideológica e os muito menos subtis constrangimentos económicos) está diretamente relacionada com a criação, pela primeira vez, na história da Humanidade, de uma área de intercâmbio comercial, baseada no mercado livre, e de âmbito global” (Díaz-Fouces, 2004).

Portanto, para que Portugal, a respetiva economia e as empresas nacionais se tornem cada vez mais competitivas e conhecidas a nível mundial, é urgentemente necessário que aquelas apostem na GILT, e o Governo Português as apoie financeiramente, pois se assim não for as empresas (multi)nacionais Portuguesas não conseguirão competir no mercado mundial e a economia Portuguesa jamais conseguirá ir em frente e tornar-se um exemplo de sucesso a seguir, tal como a Irlandesa.

Finalmente, gostaria de afirmar que o conceito de Localização de Páginas Web em Portugal ainda está nos seus primórdios, baseando-me também na informação publicada num relatório da *SPICE-PREP II – Report on eContent Localisation*, patrocinado pela Comissão Europeia e mencionada por Díaz-Fouces: “Os mais baixos níveis de eficácia de localização (abaixo da média europeia) encontram-se na Alemanha, na Grécia, na Polónia, na Áustria, na Espanha, na Hungria, na Itália e em Portugal”. Penso, contudo, que a localização irá desenvolver-se muito mais nos próximos anos, tornando-se um desafio único para os tradutores e / ou localizadores e jamais por eles – que cada vez mais devem receber formação para saber traduzir para a Net – localizadores, editores, revisores, gestores de projeto, técnicos de marketing e publicidade, técnicos de grafismo (*designers*), técnicos de *software* e outros profissionais envolvidos direta ou indiretamente no processo de localização, nomeadamente no Mercado Português, independentemente da língua que falemos ou do facto de utilizarmos maioritariamente o Inglês para que as empresas tornem conhecidos os nossos / seus produtos tanto a quem como além-fronteiras, utilizando uma abordagem holística da localização.

Para concluir, gostaria de referir Dray e Siegel (Dunne, 2006: 281) quando afirmam que os produtos são concebidos num país e pretende-se vendê-los no resto do mundo. Quando se concebem produtos, serviços e sítios na Net, devem-se conhecer a fundo todos os utilizadores, tanto os nacionais como os internacionais. Devem-se compreender as semelhanças e também as diferenças e particularidades quando se está a conceber ou idealizar um produto que funcione para cada um deles. Não basta, portanto, localizar apenas os produtos; também se deve ter em conta a essência da intenção de um produto e a quem pode servir independentemente de onde esse alguém possa viver. O *design* deve, por isso ser internacional, o que representa um desafio considerável. Já que o *design* pode e significa coisas diferentes para as várias pessoas, urge explicar o se entende por design. Quando falamos dele, referimo-nos não só à aparência física de um produto, mas também e sobretudo ao processo total segundo o qual os produtos são concebidos e desenvolvidos, desde os primórdios do seu planeamento até ao seu lançamento e serviço pós-venda necessário. Uma definição holística centra-se na abordagem e no processo, e não meramente no resultado de tal processo.

### bibliografia

Adab, Beverly and Valdés, Cristina, “The Translator: Key Debates in the Translation of Advertising Material”, Manchester, 2004;

Adidas, [sítio na Web em linha], consultado a 17 de abril de 2008.

Disponível em: <http://www.adidas.com/pt/shared/home.asp>;

Amorim, [sítio na Web em linha], consultado a 20 de abril de 2008.

Disponível em: [http://www.amorim.com/cor\\_neg\\_borracha.php](http://www.amorim.com/cor_neg_borracha.php);

Ashworth, David and O'Hagan, Minako, “Translation mediated Communication in a Digital World: facing the Challenges of Globalization and Localization”, Clevedon, 2002;

Austermühl, Frank, “Between Babel and Bytes – The Discipline of Translation in the Information Age”, [em linha] (1998), consultado a 17 de abril de 2008.

Disponível em: <http://gandalf.aksis.uib.no/AcoHum/abs/Austermuehl.htm>

idem, “Electronic Tools for Translators”, Manchester, Northampton, 2001;

Bastos, Inês David, “Portugal prefere a TV e Finlândia usa mais a Net”, in Diário de Notícias, edição em papel, de 14 de novembro de 2007, consultado a 20 de abril de 2007.

Disponível em: [http://dn.sapo.pt/2007/11/14/media/portugal\\_prefere\\_televisao\\_e\\_finland.html](http://dn.sapo.pt/2007/11/14/media/portugal_prefere_televisao_e_finland.html);

Brussels Airlines, [sítio na Web em linha], consultado a 18 de abril de 2008.

Disponível em: <http://www.brusselsairlines.be/en%5Fbe/home/>;

Cálem, [sítio na Web em linha], consultado a 18 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.calem.pt/>;

Compal, [sítio na Web em linha], consultado a 18 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.compal.pt/>;

Díaz-Fouces, Oscar, “A Localização de Páginas da Internet na Formação de Tradutores, Vigo, 2004. Material disponibilizado no “Moodle”, ISCAP – Localização e Gestão de Projeto, pelos Mestres Alexandra Albuquerque e Manuel Moreira da Silva, 2008;

Dunne, Keiran J., “Perspectives on Localization”, Amesterdão, Filadélfia, 2006;

Esselink, Bert, “A Practical Guide to Localization”, Amesterdão, Filadélfia, 2000;

idem, “A Practical Guide to Software Localization”, Amesterdão, 1998;

Eurobarómetro da Comissão Europeia [em linha], consultado a 21 de abril de 2008.

Disponível em: [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/ebs/ebs\\_243\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_243_en.pdf);

Fernandes, Paulo, “Kit e Guia de Tradução”, 2006, Material disponibilizado no “Moodle”, ISCAP – Localização e Gestão de Projeto, pelos Mestres Alexandra Albuquerque e Manuel Moreira da Silva, 2008;

Ferreira-Alves, Fernando, “GILTy OR NOT GILTy: o re-enquadramento da profissão de tradutor face ao evangelho da normalização”, [em linha] (2006), consultado a 18 de abril de 2008.

Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7168/3/GILTy%20or%20not%20GILTy%20-%20Paper%20Contrapor%20Fernando%20Ferreira%20Alves.pdf>;

idem, “Kit e Guia de Tradução”, 2006, Material disponibilizado no “Moodle”, ISCAP – Localização e Gestão de Projeto, pelos Mestres Alexandra Albuquerque e Manuel Moreira da Silva, 2008;

Hines, Colin, “Localization: A Global Manifesto”, Londres, 2000;

International Research Associates, European Commission's Education and Culture Directorate-General, Bruxelas, 2001;

Investopedia [em linha], consultado a 18 de abril de 2008.

Disponível em: <http://www.investopedia.com/terms/g/globalization.asp>;

Jornal “O Público”, notícia da Agência Lusa “União Europeia: portugueses são os que menos se interessam por aprender outras línguas”, 2006, consultado a 20 de abril de 2008.

Disponível em: <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1248544&idCanal=74>;

LISA – Localization Industry Standards Association [em linha], consultado em 16 e 17 de abril de 2008. Disponível em: [www.lisa.org](http://www.lisa.org);

Magalhães, Francisco José, “Da Tradução Profissional em Portugal”, Coleção Voz de Babel, Lisboa, 1996;

Monteiro, Sérgio, “Kit e Guia de Tradução”, 2006, Material disponibilizado no “Moodle”, ISCAP – Localização e Gestão de Projeto, pelos Mestres Alexandra Albuquerque e Manuel Moreira da Silva, 2008;

Nike, [sítio na Web em linha], consultado a 17 de abril de 2008.

Disponível em: <http://www.nike.com/q1/eu/index.jhtml?lang=1.7>;

Pym, Anthony, “The Moving Text: Localization, Translation and Distribution”, Amesterdão, 2004;

idem, [em linha], consultado a 16 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.tinet.org/~apym/on-line/on-line.html>;

Revista Confluências, [em linha], consultado a 23 de abril de 2008.

Disponível em: <http://www.confluencias.net/n3.htm>;

Revista Tradumática, [em linha], consultado a 16 de abril de 2008.

Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/tradumatica/rec.html>;

Richter, Volkmar, University of Applied Sciences, em Köthen – Alemanha, em aula no ISCAP a 22 de abril de 2008.

Ryanair, [sítio na Web em linha], consultado a 18 de abril de 2008.

Disponível em: <http://www.ryanair.com/site/EN/?culture=PT>;

Sandeman, [sítio na Web em linha], consultado a 18 de abril de 2008.

Disponível em: <http://www.sandeman.eu/>;

Sessions' Presentations 1, 2 and 3 – Material disponibilizado no “Moodle”, ISCAP – Localização e Gestão de Projeto, pelos Mestres Alexandra Albuquerque e Manuel Moreira da Silva, 2008;

Sumol, [sítio na Web em linha], consultado a 18 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.sumol.pt/>.

#### 43. ZÉLIA BORGES



**MARIA ZÉLIA BORGES** Mestre e Doutora em Letras / Linguística pela Universidade de São Paulo. Foi professora titular de Linguística no Programa de Pós-Graduação e na Faculdade de Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Destaca-se em sua produção: participação em congressos nacionais e internacionais; pesquisa e publicação de artigos, bem como livro com estudos em Lexicologia e sobre peculiaridades do português do Brasil.

#### SINOPSE - TEMA 1.3 OS SERTÕES, DE EUCLIDES DA CUNHA: PERTINÊNCIA E IMPERTINÊNCIA DO TEXTO ZÉLIA BORGES, PROFESSORA JUBILADA NA UPM

*Os Sertões*, livro de Euclides da Cunha, é um monumento, nos dois sentidos dicionarizados para a palavra: 1. obra artística geralmente grandiosa, constituída com o fito de contribuir para a perpetuação memorialística de pessoa ou acontecimento relevante para a história de uma cidade, nação etc. 2. qualquer coisa cujas proporções sejam colossais. O primeiro sentido, de um modo geral, é bom, mas o segundo nem sempre. De fato, uma obra de tal porte é muito penosa para erigir e para fruir.

Assim acontece com a obra euclidiana tão decantada, mas em tudo trabalhosa, a partir de sua classificação nem um pouco consensual. Há quem a julgue obra épica, como

Cavalcanti Proença. Também Vargas Llosa costuma apontá-la como um grande momento épico tal como a *Ilíada* e *Odisseia*. É vista ainda como romance histórico ou documental e um dos biógrafos de seu autor a considera reconhecimento de culpa por não ter visto como foi um crime, em seu trabalho anterior de repórter, o massacre de Canudos, na degola de prisioneiros e comércio de mulheres e crianças.

Neste momento, deter-nos-emos na colossalidade do vocabulário de um texto exarado em 156.849 palavras (numa rápida contagem na mídia eletrônica). Poderemos ressaltar a pertinência do texto, polifônico e intertextual, em sua produção, pela quantidade e variedade de natureza das palavras, na adequação ao contexto. Por outro lado, podemos atentar para a impertinência do mesmo texto, pelo desconforto que causa e pelo esforço de exige de seu receptor. Por isto seus leitores não se contam facilmente aos milhares.

Em 2009, ano de comemoração do centenário da morte de Euclides da Cunha, escritor brasileiro, seu nome foi proposto na temática deste Colóquio, no tocante à preservação da memória, voltamos à sua obra-prima, *Os Sertões*, com cento e sete anos de sua primeira publicação, em 1907.

Antes desta obra, o autor, como correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, escreveu sobre a Guerra de Canudos, em artigos publicados na capital paulista, antes mesmo de qualquer contato com o sertão da Bahia.

Comentou a derrota da terceira expedição enviada ao cenário da luta, comandada por Moreira César, em dois artigos publicados no Jornal, em 14 e 17 / 03 / 87, sob o título “A nossa Vendaia”. Neles aproximava o conflito de sertanejos da Bahia à rebelião de camponeses, monarquistas católicos franceses, ocorrida na Vendaia, França, entre 1793 e 1795. Segundo Euclides, os camponeses católicos ameaçaram a Revolução Francesa; assim também os sertanejos de Canudos, capitaneados por Antônio Conselheiro, puseram em perigo, a república recém-proclamada no Brasil.

Os dois artigos, de certa maneira, preparavam o livro de 1902, com análise geográfica e do clima da região, de aspectos étnicoculturais do sertanejo nordestino, baseados em informações de Teodoro Sampaio, que estudara anteriormente a área. Deixavam antever a polifonia de *Os Sertões*, invocando vozes de naturalistas como Saint-Hilaire, Martius e Humboldt e, fazendo coro à tese positivista de que “o homem é determinado pelo meio, a raça e o momento histórico”, antecipavam “algumas das teses de *Os Sertões* sobre a simbiose entre a terra e o homem” (VENTURA, 2002, 179).

Euclides da Cunha seguiu para a Bahia, na quarta expedição a que se juntou de agosto a outubro de 1897. Chegou a Canudos em 16 de setembro e lá permaneceu por três semanas, até 03 de outubro, dois dias apenas antes do término da guerra. Descreveu o lugar chamando-o “*urbs monstruosa*” (sic), uma povoação estranha, sem ruas definidas, num labirinto de becos onde as casas se amontoavam em total desordem. Silenciou sobre a crueldade da guerra, que acompanhava entre oficiais da engenharia e do quartel-general. As matérias enviadas pelos correspondentes eram submetidas à censura de militares. O único a revelar abusos cometidos pelos militares foi o monarquista Afonso Arinos.

Em “Nota preliminar” à obra-mestra, redigida em 1901 (e publicada nas edições de 2002 e 2003, às pp. 13-14 e 195-196, respectivamente), Euclides da Cunha declarou sua intenção de “esboçar [...] os traços atuais das sub-raças sertanejas do Brasil” (p. 13), vendo-as fadadas ao desaparecimento diante da civilização e das correntes migratórias invasivas. Chamou o sertanejo de “jagunço destemeroso”, “tabaréu ingênuo”, “caipira simplório”, destinado a ficar, em breve, entre “tradições evanescentes ou extintas” (pp. 13 e 195). Advindo de cruzamentos propícios à formação de uma raça, mas falho de equilíbrio e de velocidade entre povos em marcha, tornou-se retardatário relativamente a seu tempo, caminhando para o “esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes” (idem). Isto foi dito pelo mesmo autor que afirmaria, mais adiante, palavras para serem repetidas à exaustão: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral” (pp. 106 e 270).

Depois, longe da batalha final, não cantou a vitória dos militares republicanos, mas denunciou um crime perpetrado contra os jagunços, dizendo que os seguidores do Conselheiro não se renderam; foram, sim, esmagados. E apontou os últimos defensores de Canudos: uma trincheira de mortos que assombrava um exército enfraquecido, “sem distintivos nem fardas. No último reduto, no “hospital de sangue” caíram os quatro últimos jagunços – “um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados” (pp. 496-497 e 586-587).

Euclides redigiu grande parte de seu livro em São José do Rio Pardo, cidade paulista onde construiu uma ponte. Publicou-o na Editora Laemert, do Rio de Janeiro, a cujo editor, Gustavo Massow, fora apresentado por Lúcio de Mendonça, com o apoio do crítico José Veríssimo

Pronto o livro, escrito durante quatro anos, Euclides passou dias e noites na tipografia, corrigindo erros em exemplares já impressos.



## Atas colóquio da lusofonia –

Temendo a reação dos críticos e dos militares, tomou um trem para Lorena, de onde partiu a cavalo, na madrugada, vagando pelo interior paulista. Voltou de Taubaté para Lorena, onde encontrou duas cartas do editor: na primeira, este se mostrava arrependido com a publicação, pois nenhum exemplar fora vendido, nem para sebos; já na segunda, enviava recortes de jornais que noticiavam o sucesso do livro de cuja primeira edição foi vendida mais da metade em menos de oito dias.

Segundo Ventura (2002: 172), “o livro se tornou um dos maiores sucessos editoriais do Brasil, com mais de cinquenta edições em língua portuguesa e traduções em cerca de dez línguas. Seu autor se tornou membro, em 1903, do Instituto Histórico e Geográfico e foi eleito, no mesmo ano, para a Academia Brasileira de Letras”.

A obra tão decantada tem sido objeto de classificação variada. Seu autor, pelo que se pode depreender de sua Nota Preliminar, acima comentada, pretendia ver nela a denúncia de um crime. Fazia um mea-culpa culpa, por não ter reconhecido como um crime, em seu trabalho anterior de repórter, o massacre de Canudos, na degola de prisioneiros, de mulheres e crianças. Seria, assim, uma obra documental e histórica, como a considerou mais de um analista.

Vargas Lhosa (2006: 126), depois de ter declarado, em entrevistas a jornais e revistas, ter visto em *Os Sertões*, um grande momento épico como foram a *Iliada* e a *Odisseia*, afirmou:

Acredito que, como um grande romance, é ao mesmo tempo um livro que não pode ser definido por nenhum rótulo de forma plena. Não se pode dizer que seja um romance, mas também que o é, no sentido de que os personagens têm vida própria porque há uma língua que os cria. Existe uma história que morde o próprio rabo, um episódio que se fecha sobre si mesmo. Mas, de forma paralela, não é um romance, porque está baseado em fatos históricos e tudo aquilo que conta está muito bem documentado. Há um personagem que faz as vezes de narrador e cuja idiosincrasia se parece à dos narradores dos romances de Victor Hugo: presente visível, egocêntrico, exibicionista; o narrador todo-poderoso dos romances românticos, neste caso o próprio Euclides da

Cunha, que entra constantemente a opinar, exortar, polemizar com o leitor.

Proença (1971: 248), falando de Euclides da Cunha, lembra características que lhe foram atribuídas por Araripe Júnior: o ‘talento épico dramático’ e o ‘gênio trágico’. Alia a isto o gosto euclidiano pelos versos decassílabos perfeitos que “são incontáveis em *Os Sertões*, abrindo ou fechando períodos” e busca, detalhadamente “o traço marcante da tragédia helênica na composição”, declarando-a uma epopeia

Na primeira parte – “A Terra” – vê a “armação do palco onde será representada a trágica peleja entre os irmãos que se desconhecem e que o destino colocou no papel de antagonistas”. São antagônicos: o brasileiro do litoral, separado por séculos de evolução histórica do brasileiro do interior, o sertanejo.

A segunda parte de *Os Sertões* (“O Sertanejo”) “retrata o homem brasileiro, como quem define caracteres e apresenta o elenco” (idem, 249). O protagonista tem no Antônio Conselheiro “este particular que explica o geral, o ponto de agregação em que convergem as características da sociedade sertaneja”. Também aparecem no primeiro plano, para serem vistos pelo público, os deuteragonistas, isto é: “atores secundários quanto ao papel, mas essenciais ao enredo” (idem). Aqui, Proença arrola os chefes jagunços: alguns nomeados com alcunhas que qualificam: Volta-Grande, Pajeú, Pedrão, Tranca-Pés, Boca-Torta, Chico-Ema, João Abade; outros com apelidos que indicam origem: Quinquim do Coiqui e Fabrício do Cobocó. No proscênio, são exibidos os coronéis Moreira César e Tamarindo, o general Machado Bittencourt, os militares Chagas Teles e Siqueira de Menezes, entre outros.

O “desmedido anfiteatro”, por Euclides chamado de “monstruoso” é definido por cadeia de montanhas:

Canudos, assim circunvalado quase todo pelo Vaza-Barris, embatia para o sul contra as vertentes da Favela e dominado a ocidente pelas lombas mais altas de flancos em escarpa em que se comprimia aquele nas enchentes, desatava para o levante segundo o expandir dos plainos ondulados. As montanhas longínquas fechavam-se em roda, formando, quase contínua, uma elipse de eixos dilatados. Feitos postigos em baluarte desmedido, abriam-se, estreitas, as gargantas em que passavam os caminhos: o do Uauá, estrangulado entre os pendores fortes do Caipã; o de Jeromoabo, insinuando-se nos desfiladeiros do Cocorobó; o do Cambaio, em aclives, investindo com as vertentes do Calumbi; e do Rosário (2003:161-162).

Na terceira parte – “A Luta” – Movimentam-se os atores no cenário em que os combates se desenrolam. Aparece também o coro formado pelos crentes, os sertanejos que carregam seus mortos, entoando “benditos” em contraposição aos soldados, com suas fanfarras. No coro, Proença (1971: 249-250) vê o autor como corifeu. Não se esquece de falar do coro dos animais: “a cadência triste e preguiçosa de boiada”, em que se destaca “a voz do vaqueiro aboiando, num toar merencório”.

O livro de Euclides da Cunha é um monumento, nos dois sentidos dicionarizados para a palavra, no Houaiss: “1. obra artística geralmente grandiosa, constituída com o fito de contribuir para a perpetuação memorialística de pessoa ou acontecimento relevante para a história de uma cidade, nação, etc. 2. qualquer coisa cujas proporções sejam colossais.

O primeiro sentido, de um modo geral, é bom; mas o segundo, nem sempre. Com efeito, uma obra portentosa se faz difícil para erigir e para fruir. Se atinge maior pertinência pelo sucesso de sua produção, pode tornar-se impertinente, pelo esforço que exige quando de sua recepção

É bem isto o que podemos observar no caso de *Os Sertões*, como aqui procuraremos mostrar.

Seu autor valeu-se de recursos diversos para construir obra de tal porte. “Se tamanho, de fato, não é documento” haveremos de convir que é preciso bastante fôlego para exarar um texto assim longo: lemos cento e cinquenta e seis mil, oitocentas e quarenta e nove mil palavras, contadas eletronicamente no texto da Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro<sup>1</sup>. Palavras que se juntam num trabalho artesanal respeitável pela sua escolha, pelas figuras de linguagem que criam, pela diversidade de línguas e de campos semânticos de onde vêm.

Analisemos, de saída, a pertinência do texto: pertinência que se explica pelo sucesso alcançado junto à crítica e pelo considerável número de edições

São numerosas as figuras de linguagem empregadas no texto. Apontaremos apenas algumas, extraídas de trechos escolhidos aleatoriamente e entregues para leitura dos sujeitos da pesquisa descrita abaixo.

São frequentes as antíteses: mar e terra, praias e serras, costa e sertão, talvezue (linha de maior profundidade no leito de um rio) e plaino (planície) ondulado; borda marítima e região alpestre, Citamos aqui apenas algumas, encontradas no primeiro trecho destacado da obra: “2002: 197 – 201.

Encontram-se também casos especiais de antítese, em que os contrários se excluem. São oxímoros encontráveis em *Os Sertões*: o primeiro deles é Hércules-Quasimodo (2002: 270). Aqui se opõem dois símbolos: o primeiro, Hércules, é criação da mitologia grega, figura da força aliada à beleza; o segundo, Quasimodo, é criação literária de Victor Hugo, aliada à feiura, à desproporção.

Outros oxímoros frequentemente apontados aparecem: Troia de Taipa (2002: 315) e pequeno grande homem (idem: 592).

Mais uma figura de linguagem – antonomásia – encontra-se no segmento em que Euclides (2002: 201) descreve a orografia do Planalto Central do Brasil: “[...]apontam, rijamente, sobre as áreas de nível, os últimos fragmentos das rochas enterradas, desvendando-se em fragedos que mal relembram, na altura, o antiquíssimo “Himalaia brasileiro”, desbarrancado, em desintegração contínua, por todo o curso das idades.” Entende-se melhor a figura perifrástica na explicação do *site* Jureia<sup>3</sup>:

Era o ‘Himalaia brasileiro’, que se alongava por quase 1.500 quilômetros, do sul do atual estado de Tocantins ao sul de Minas Gerais. Quem viaja por esses estados só encontra morros com algumas centenas de metros: chuva, vento e fraturas naturais consumiram a imensa massa de granito ao longo de 630 milhões de anos. Mas do maciço rochoso restaram resquícios a partir dos quais geólogos de São Paulo e de Brasília estão reconstruindo a história geológica do Centro-Oeste do país.

Se a alegoria pode ser definida como figuras dispostas numa sequência, não podemos deixar de vê-la em um trecho de *Os Sertões* que sempre nos impressionou fortemente, onde o autor descreve um pedaço do sertão atingido de forma particular pela canícula: “[...] a região selvagem, *desertus australis* como a batizou, (Martius) mal atentou para a terra recamada de uma flora extravagante, *silva horrida* no seu latim alarmado”. O trecho, intitulado por Euclides da Cunha de “Higrômetros singulares”, apresenta como instrumentos medidores da umidade do ar, ou melhor, da secura da região, cadáveres mumificados de homens e animais que montavam uma cena de horror. Destacamos, para amostra um trecho:

Pequenos arbustos, icozeiros virentes viçando em tufos intermeados de palmatórias de flores rutilantes, davam ao lugar a aparência exata de algum velho jardim em abandono. Ao lado uma árvore única, uma quixabeira alta, sobranceando a vegetação franzina.

## Atas colóquio da lusofonia –

O sol poente desatava, longa, a sua sombra pelo chão, e protegido por ela – braços largamente abertos, face voltada para os céus, – um soldado descansava.

Descansava... havia três meses.

Morrera no assalto de 18 de julho. [...] E ao enterrar-se, dias depois, os mortos, não fora percebido. Não compartira, por isto, à vala comum de menos de um côvado de fundo em que eram jogados, formando pela última vez juntos, os companheiros abatidos na batalha. O destino que o removera do lar desprotegido fizera-lhe afinal uma concessão: livrara-o da promiscuidade lúgubre de um fosso repugnante; e deixara-o ali há três meses – braços largamente abertos, rosto voltado para os céus, para os sóis ardentes, para os luars claros, para as estrelas fulgurantes...

E estava intacto. Murchara apenas. Mumificara conservando os traços fisionômicos, de modo a incutir a ilusão exata de um lutador cansado, retemperando-se em tranquilo sono, à sombra daquela árvore benfazeja. Nem um verme – o mais vulgar dos trágicos analistas da matéria – lhe maculara os tecidos. Volvia ao turbilhão da vida sem decomposição repugnante, numa exaustão imperceptível. Era um aparelho revelando de modo absoluto, mas sugestivo, a segura extrema dos ares. (2002: 213-217)

Outro recurso com que o autor de *Os Sertões* busca pertinência em seu texto é o uso de estrangeirismos. São fontes de palavras escolhidas, além do português, latim, inglês, alemão e tupi e línguas africanas. Euclides da Cunha buscou-as livremente, usando-as quando lhe pareceram oportunas. Colhemos primeiramente palavras do tupi e africanas, por serem elas genuínas de nossa terra, cujo português é um verdadeiro cadinho de línguas. O autor (2003:126) parece querer justificá-las quando diz:

[...] **Da mesma forma que os negros hauçás, adaptando à liturgia todo o ritual iorubano, realizam o fato anômalo, mas vulgar mesmo na capital da Bahia, de seguirem para as solenidades da Igreja por ordem dos fetiches, os sertanejos, herdeiros infelizes dos vícios seculares, saem das missas consagradas para os ágapes selvagens dos candomblés africanos ou poracês do tupi. Não espanta que patenteiem, na religiosidade indefinida, antinomias surpreendentes.**

**Arrolamos inicialmente palavras do tupi sem nos alongarmos em demasia: ananás, caatinga, caroá, (possivelmente vindo do caribe através do tupi), catanduva, gravatá, macambira, macaúba, mandacaru, uauá (vocábulo expressivo).**

De línguas da África arrolamos: caçuá (de origem duvidosa: do africano ou do tupi), kraal e quilombola. Na obra euclidiana (2002: 317) é possível depreender o significado de kraal:

Canudos surgia com a feição média entre a de um acampamento de guerreiros e a de um vasto *kraal* africano. A ausência de ruas, as praças que, à parte a das igrejas, nada mais eram que o fundo comum dos quintais, e os casebres unidos, tornavam-no como vivenda única, amplíssima, estendida pelas colinas, e destinada a abrigar por pouco tempo o clã tumultuário de Antônio Conselheiro.

Palavras em latim misturam-se, até com descuido, ao português: *cactus*, *cauterius*, *civitas*, *fácies*, *kyrie* (vinda do grego), *magna pars*, *urbs* monstruosa (sic).

Vêm do espanhol mulato e *llano* está em espanhol mesmo.

São palavras inglesas: *wigwan* (tenda cônica de pele de animal); *hitworth* (segundo Galvão (2003:556) com erro de grafia, *whitwort*, nome próprio do inventor dado ao canhão dos confederados), *canyon*, *landlord* (senhorio), *steeple-chase* (campanário), *thalweg* (corrente subterrânea ou vale profundo do rio, *fault* (falha geológica). E, em alemão, *banckling* (em vez de *backlinge*, bastardo).

Duas palavras, mesmo em português, – jagunço e favela – parecem merecer atenção especial, dada a sua importância na obra. A primeira tem origem controversa e Houaiss assim explica sua etimologia:

Nascentes afirma ser alteração. de *zaguncho*, que, por sua vez, seria alteração. de *zarguncho*; para AGC, originalmente 'arma de defesa', por extensão. o indivíduo que a manipula, o cangaceiro, valentão assalariado', talvez de *zaguncho* 'arma (do séc. XVI)', também de origem incerta, com troca da posição da alveolar e da palatal; JM considera obscuro o étimo do vocábulo; Nei Lopes sugere o quimbundo *junguzu* ou o iorubá *jagun-jagun* 'soldado'; forma histórica 1877 *jagunço*, 1889 *jagunso*.

**A palavra favela também recebe comentário, à parte, sobre sua etimologia, que transcrevemos do Houaiss:**

Para fava + *-ela*; segundo Nascentes, a acepção 'habitação popular' surge após a campanha de Canudos, quando os soldados, que ficaram instalados num morro daquela região, chamado da *Favela*, provavelmente. por aí existir grande quantidade da planta *favela*, ao voltarem ao Rio de Janeiro, pediram licença ao Ministério da Guerra para se estabelecerem com suas famílias no alto do morro da Providência e passaram a chamá-lo morro da *Favela*, transferindo o nome do morro de Canudos, por lembrança ou por alguma semelhança que encontraram; o nome se generalizou para 'conjunto de habitações populares'; forma histórica. 1909 *favella*'.

Analisados alguns recursos com que Euclides da Cunha considerou adequados, pertinentes para construir sua obra monumental, passamos a ver seu reverso: como o texto se torna impertinente para alguns leitores.

Tentamos ligeira pesquisa, buscando confirmar ou afastar suspeitas que nos envolviam com frequência, durante longos anos no exercício do magistério. Para tanto reunimos 21 pessoas, vindas de sete grupos familiares reconhecidos como bons leitores, com pessoas que gostavam mesmo de ler, formadas em escolas que incentivavam a leitura. Cada grupo constituía-se de três sujeitos, disponíveis nas seguintes faixas de idade: até 21 anos; entre 21 e 40 anos; entre 41 e 60 anos. A cada pessoa demos 5 trechos da obra *Os Sertões*, da edição de 2002, da Editora Nova Aguilar, Rio de Janeiro:

Trecho 1 - pp. 197 – 201	→	“A terra”
Trecho 2 - pp. 221 – 227	→	
Trecho 3 - pp. 249 – 252	→	“O homem”
Trecho 4 - pp. 270 – 275	→	
Trecho 5 - pp. 315 – 322	→	“A luta”

Solicitamos que lessem os trechos que lhe despertassem interesse, preenchendo em seguida um questionário, que nos permitiu montar a tabela 1 e nos facilitou analisar sua reação.

Grupos		I			II			III			IV			V			VI			VII			S O M A	
Leitores		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21		
Atividade	Advogado									+													1	
	Dona de Casa			+											+				+				+	4
	Estudante Universitário	+			+					+			+								+			7
	Farmacêutico																						+	1
	Médico		+										+	+										3
	Professor Aposentado									+													+	2
	Professor Grau I											+												1
	Professor Universitário																						+	1
	Revisor de Texto																							+
Idade	- 21	+																						4
	21 - 40				+								+											3
	40 - 60		+			+							+											6
	+ 60			+										+										8
Leitura Anterior	Obrigatória																							2
	Sugerida		+																				+	3
	Livre																							1
	Prazerosa																							1
	Parcial																							2
	Total																							2
	Nenhuma	+		+	+	+								+	+							+	+	14
Leitura Atual	Trechos Lidos		+																					9
	Trechos Reconhecidos																							2
	Dificuldade no Tema																							
	Dificuldade no Vocabulário																							8
Desejo de Nova Leitura	Não		+																					6
	Sim																							3

Tabela 1: Leitores diante de Os Sertões

Entre os 4 jovens, cuja idade não chegava aos 21 anos, apenas 1, o de no 7, no Grupo III, num percentual de 25%, respondeu ao questionário, o que não é de todo mal. Considerando, porém, ainda jovens aqueles 3 sujeitos cuja idade ficava entre 21 e 40 anos, o total atingia sete, descendo o percentual para 14,28%.

Neste percentual apenas 1 sujeito leu os 5 trechos da obra apresentados. Os demais nem responderam ao questionário, negando qualquer atenção ao assunto. O único leitor jovem, o do G III, como os demais, não lera, anteriormente, nada de Euclides da Cunha. Isto, embora fosse muito boa aluna, tendo sido chamada pela Universidade onde fez seu 20 grau e agraciada com bolsa até o final de seus estudos. Revelou, no questionário, ter encontrado dificuldade no vocabulário da obra. Não desejava fazer nova leitura da obra.

Transcrevemos seu comentário livre, que foi feito apenas sobre três segmentos por ela destacados:

Trecho 1: extremamente enfadonho. O uso de palavras e frases rebuscadas fez com que o cenário retratado não ficasse passível de visualização como deveria acontecer. Desse modo, a descrição falha em seu papel principal. Na minha opinião, um leitor que não estivesse familiarizado com a topografia, simplesmente imaginaria um conjunto de montanhas.

Trecho 2: Gostei, já que o assunto me interessa (sou estudante de Ciências Biológicas). Entretanto, o uso de termos formais dá ao texto um tom muito antipático. O exemplo que mais me chamou a atenção foi o uso de ‘estróbilos’, ao invés de ‘pinhas’.

Além disso, parece que o autor, ao escrever a parte ‘A terra’, de *Os Sertões*, deixa-se levar por um caminho que mais remete ao trabalho de um naturalista que de um literato – deixando a desejar, entretanto, em ambos os papéis. Sob o aspecto de texto científico, falta objetividade e, como literatura, recorre a excesso de termos científicos, que não valorizam o texto. Para mim, o livro cai na ilusão de que quanto mais complicado um livro, mais culto é. E essa noção infundada já deveria ter sido abandonada.

Trecho 4: Não entendi o objetivo desse trecho. Para mim não foi descrito nem o sertanejo nem o homem de outras regiões.

Na faixa entre 40 e 60 anos, com 7 sujeitos, tivemos 2 médicos, 1 farmacêutica, 2 professoras, 1 revisora de texto e 1 dona de casa. Entre os leitores dessa faixa, não responderam ao questionário 1 médico e 1 revisor de texto. Os demais sujeitos mostraram dificuldade relativamente ao vocabulário, mas não ao tema. Médicos, farmacêutica, uma professor, revisor de texto e dona de casa não querem saber de nova leitura. Entre as duas professoras, uma de Grau I e outra de Grau III, somente a segunda fez leitura anterior e manifestou desejo de nova leitura da obra. A de educação infantil, com formação universitária, respondeu que não teve dificuldade relativamente ao tema, mas, nos comentários feitos acaba por contradizer-se. Transcrevemos:

Trechos 1 e 2: leitura extremamente difícil e cansativa – linguagem rebuscada, de difícil entendimento, assim como os termos técnicos. Parece-me que o autor escreveu para si mesmo, não levando em conta que os vários leitores não possuem o mesmo ‘conhecimento’ técnico ou histórico, social, etc. que ele. Não ocorreu assimilação do conteúdo.

Trechos 3 e 4: igualmente cansativos, devido ao excesso de adjetivos e palavras difíceis. Quando fiz a leitura senti, pelo que pude entender, na descrição do sertanejo, um grande preconceito – compara-o ao selvagem, enquanto o gaúcho / sulista é retratado como o ‘ser perfeito, a raça pura’. Talvez não tenha sido esta a ideia da obra...

Trecho 5: linguagem continua rebuscada, dificultando o entendimento do texto.

Conclusão: O excesso de palavras rebuscadas, difíceis, estrangeiras e citações de lugares, pessoas e eventos passados, demanda do leitor um conhecimento prévio, para que possa ocorrer assimilação do conteúdo e prazer na leitura.

Não consegui mentalizar nada do que li – enquanto lia e, após a leitura, não registrei passagem alguma. Sou uma leitora de livros diversos, desde epopeias gregas, medievais até literatura contemporânea e sempre mentalizo o que leio, por vezes me ‘transporto’ para os lugares, situações, etc. Com *Os Sertões*, isto não ocorreu e fico extremamente frustrada e preocupada, me desqualificando até, como leitora, mediante uma obra tão famosa e monumental...

Entre leitores de mais de 60 anos, temos 1 advogado, 1 médica, 2 professoras (1 de grau I e 1 de Grau III) e 2 donas de casa. As 2 donas de casa não responderam ao questionário. Todos os que responderam apresentaram alguma dificuldade no questionário. O advogado e a professora de Grau I fizeram leitura anterior. O advogado, aliás, leu várias vezes e vê chance de nova leitura; o que não é de admirar, em vista de seu entusiasmo pela obra. Transcrevemos os comentários da professora de Grau I e do advogado, tendo em vista sua ponderação, apesar do entusiasmo demonstrado:

Comentário da professora:

Gostei do texto, que eu já sabia difícil; mas, sou suspeita, porque gosto de ler de tudo. Realmente o autor E. Cunha é ‘cobra’ mesmo. Em poucas páginas ele descreve o lugar, a povoação, a população, a índole dos romeiros e até seus pecados. Descreve a geologia do lugar, denomina suas águas numa linguagem única. Não é leitura de lazer. Tem que se ler com o objetivo de estudo ou uma outra finalidade específica.

Comentário do advogado:

## Atas colóquio da lusofonia –

"Os sertões" é um livro cuja leitura deve começar pelo seu final, O que antecede ao final do livro é uma engenhosa arquitetura para acabar culpando as vítimas de um massacre coletivo, justificando o comportamento daqueles que ordenaram ou não evitaram o banho de sangue ocorrido, com requintes de crueldade e falta total de respeito à pessoa humana.

A impertinência do texto euclidiano e o desgaste que causa à maioria dos leitores foram apontados também por críticos. Nossos mestres Cândido e Castelo (1968: 322) dizem:

*Os Sertões* são uma obra monumental, que abriu nova fase nos estudos brasileiros, desvendando com violência e pessimismo o contraste de culturas, que marca a nossa civilização. Sob o aspecto puramente literário, a influência do seu estilo muito pessoal foi em geral má: Pomposo e tenso, ele pende para o mau gosto e o desequilíbrio, sendo às vezes obscuro pelo excesso vocabular. Ao contrário dos imitadores, e graças ao talento expressivo fora do comum, Euclides supera estes defeitos, dissolvendo-os na integridade da sua visão moral e social.

Também outros autores, além do vocabulário excessivo, apontam a intertextualidade que por vezes também fica exagerada, com autores de etnologia, climatologia, geologia, orografia, hidrografia, flora etc., a par do estilo que peca por rebuscamento e grandiloquência. Sobre esta última intervenção indesejada no discurso, interrompendo-o de modo só comparável à quebra do curso de um rio causada pela enchente, fala, dispensando acréscimos, o poeta que Leminski (1988: 117) vê muito contrário ao brasileiro "sentimental, derramado, verborrágico" mas que procura sempre "com unhas e dentes, uma dicção seca e contida, cernes e medulas reduzidas ao essencial". É o poeta Melo Neto (1979: 23) :

*Quando um rio corta, corta-se de vez  
o discurso-rio de água que ele fazia;  
cortado, a água se quebra em pedaços,  
em poços de água; em água parálitica.  
Em situação de poço, a água equivale  
a uma palavra em situação dicionária:  
isolada, estanque no poço dela mesma,  
e porque assim estanque, estancada;  
e mais: porque assim estancada, muda,  
e muda porque com nenhuma comunica,  
porque cortou-se a sintaxe desse rio,  
fio de água por que ele discorria.*

*o curso de um rio, seu discurso-rio  
chega raramente a se reatar de vez;  
um rio precisa de muito fio de água  
para refazer o fio antigo que o fez.  
Salvo a grandiloquência de uma cheia  
lhe impondo interina outra linguagem,  
um rio precisa de muita água em fios  
para que todos os poços se enfrasem:  
se reatando, de um para outro poço,  
em frases curtas, então frase e frase,  
até a sentença-rio do discurso único  
em que se tem voz a seca de combate.*

### NOTAS

1 Na edição crítica de Walnice Nogueira Galvão, a obra ocupa as pp. de 10 a 510; na edição sob a responsabilidade de Silviano Santiago, as pp. de 193 a 594.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Candido, Antônio E Castelo, José Alderado (1968) *Presença da Literatura Brasileira*. Vol.ii. Ed. 3 são paulo: difusão européia do livro.

Cunha, euclides (2002) "os sertões" in *Intérpretes do Brasil* vol. I (coord, sel. De livros e pref. De silviano santiago. Rio de janeiro: nova fronteira.

(2003) *os sertões campanha de canudos*. Ed. Crítica de walnice nogueira galvão. Ed. 2, impressão 5. São paulo: ática.

Leminski, paulo (1988) "a modéstia do poeta maior" in isto é senhor. São paulo: agosto; 117.

Melo neto, joão cabral de (1979) *antologia poética*. 5 ed. Rio de janeiro: jose olympio.

Proença, manuel cavalcanti (1971) *estudos literários*. Rio de janeiro: josé olympio.

Vargas lhosa, mario (2006) *discurso amoroso da américa latina*. Tradução de wladir dupont e hortência lencastre. Rio de janeiro: ediouro.

Ventura, roberto (2002) "texto introdutório a os sertões" in *santiago silviano intérpretes do brasil, vol i*, rio de janeiro: nova aguilas.

ISBN 978-989-95891-3-1

atas / anais 2009 Bragança



[Atas / Anais de acordo com o 2º protocolo modificativo do acordo ortográfico]



BRAGANÇA, Portugal 30 setembro 3 outubro 2009  
© Copyright 2009 CHRYS CHRYSTELLO E COLÓQUIOS DA LUSOFONIA,  
**CD GRAVADO E VERIFICADO POR JOÃO CHRYSTELLO**